



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1745

Terça-feira - 19 de Maio de 2015

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Abdon Batista .....	2	Gaspar .....	195	Penha .....	327
Água Doce .....	3	Governador Celso Ramos .....	199	Petrolândia .....	329
Alto Bela Vista .....	4	Guaraciaba .....	203	Pomerode .....	330
Antônio Carlos .....	6	Guaramirim .....	204	Porto Belo .....	332
Balneário Rincão .....	8	Guarujá do Sul .....	205	Porto União .....	333
Barra Velha .....	9	Herval d'Oeste .....	207	Presidente Castello Branco .....	339
Benedito Novo .....	11	Ibiam .....	213	Presidente Nereu .....	340
Biguaçu .....	13	Ilhota .....	214	Rio dos Cedros .....	376
Blumenau .....	19	Imarui .....	215	Rio do Sul .....	350
Bom Jesus do Oeste .....	29	Imbituba .....	216	Salto Veloso .....	377
Bom Retiro .....	30	Indaial .....	226	Santa Cecília .....	378
Botuvera .....	36	Irineópolis .....	243	Santa Rosa do Sul .....	379
Braço do Trombudo .....	54	Itá .....	245	São Bento do Sul .....	381
Brusque .....	55	Itaiópolis .....	246	São Carlos .....	383
Caçador .....	59	Itapiranga .....	247	São João do Oeste .....	385
Campo Alegre .....	64	Itapoá .....	276	São Joaquim .....	388
Campo Erê .....	73	Joaçaba .....	278	São José .....	425
Campos Novos .....	74	Lages .....	285	São José do Cedro .....	436
Canoinhas .....	76	Laguna .....	286	São Lourenço do Oeste .....	437
Capinzal .....	116	Lauro Muller .....	288	São Miguel do Oeste .....	438
Caxambu do Sul .....	125	Leoberto Leal .....	289	São Pedro de Alcântara .....	439
Celso Ramos .....	127	Lindóia do Sul .....	290	Schroeder .....	440
Chapadão do Lageado .....	128	Luzerna .....	291	Serra Alta .....	478
Cocal do Sul .....	129	Macieira .....	304	Sombrio .....	479
Concórdia .....	130	Mafra .....	306	Tigrinhos .....	481
Coronel Martins .....	144	Maravilha .....	308	Timbé do Sul .....	482
Correia Pinto .....	146	Massaranduba .....	309	Timbó .....	483
Curitibanos .....	148	Meleiro .....	310	Treze Tilias .....	487
Dionísio Cerqueira .....	163	Modelo .....	311	Tunápolis .....	488
Doutor Pedrinho .....	164	Navegantes .....	312	Turvo .....	498
Eral Velho .....	165	Nova Trento .....	316	Urussanga .....	502
Faxinal dos Guedes .....	166	Orleans .....	318	Videira .....	504
Forquilha .....	167	Ouro Verde .....	319	Vitor Meireles .....	513
Fraiburgo .....	168	Palhoça .....	320	Xavantina .....	514
Frei Rogério .....	171	Passo de Torres .....	324	Xaxim .....	515
Garopaba .....	172	Passos Maia .....	325		
Garuva .....	189	Paulo Lopes .....	326		

### Consórcios

CIMVI .....	517
CIS Nordeste .....	518
CIS/AMUREL .....	576
Consórcio CISAMA .....	576

# Abdon Batista

## PREFEITURA

**CONTRATO Nº 62/2015**

EXTRATO CONTRATO Nº 62/2015

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2015

HOMOLOGAÇÃO: 04/05/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ABDON BATISTA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL TECNICO EM QUIMICA PARA MONITORAMENTO E TRATAMENTO DA AGUA DISTRIBUIDA A POPULAÇÃO.

CONTRATADO: NELCIDE JUSTINO DE FREITAS

VALOR: 5.850,00(cinco mil oitocentos e cinquenta reais)

Abdon Batista, SC, 11 de maio de 2015.

Lucimar Antônio Salmoria

Prefeito Municipal

# Água Doce

## CÂMARA MUNICIPAL

### LEI N.2.352/2015

LEI Nº 2.352/2015 – DE 15 DE MAIO DE 2015

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 058 DE 09 DE JUNHO DE 2009, A QUAL: “DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL, INSTITUI O PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES EFETIVOS DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE – SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO, Presidente do Poder Legislativo do Município de Água Doce – Santa Catarina de acordo com o estabelecido no artigo 58, §1º da Lei Orgânica. Faço saber a todos os habitantes deste Município que o Plenário aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1.o O artigo 51 da Lei Complementar nº 058/2014 de 09 de junho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 51. Ao Conselho de Política e Administração e Remuneração de Pessoal, instituído pela Lei Complementar n. 021/2001 e regulamentado por Decreto, compete, participar, deliberar e opinar sobre:

- I – a fixação e os padrões de vencimentos dos cargos e seus componentes;
- II – a natureza, o grau de reponsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;
- III – as peculiaridades dos cargos;
- IV – as avaliações de desempenho dos servidores em estágio probatório;
- V – os concursos públicos, os testes seletivos e as chamadas públicas.

§1º. O Conselho será integrado por servidores efetivos do Poder Executivo, designados pelo Prefeito Municipal, proporcionalmente ao seu respectivo número, num total de quatro membros e um membro indicado pelo Sindicato dos Servidores Públicos no Serviço Público Municipal dentre seus diretores.

§2º. O Conselho será responsável pela elaboração de seu Regimento Interno, o qual disporá sobre seu funcionamento e suas competências”.

Artigo 2º. Esta Lei entra em vigo na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Poder Legislativo do Município de Água Doce, 15 de maio de 2015

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO

Presidente do Poder Legislativo Municipal de Água Doce

# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 2030, DE 14 DE MAIO DE 2015.**

REGULAMENTA A CONCESSÃO DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO QUE TRATA A LEI 667/2015 DE 28/04/2015;

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita do Município de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos das disposições no art. 3º da Lei Municipal nº 667, de 14 de maio de 2015;

**D E C R E T A:**

Art. 1º - O Auxílio alimentação que trata o art. 3º da Lei Municipal 667 de 28/04/2015 será concedido mensalmente junto com o recibo de pagamento dos salários, através de um "vale alimentação" que o servidor deverá efetuar a troca por alimentos no estabelecimento credenciado de sua preferência;

Art. 2º - Juntamente com o "vale" o Município entregará relação dos locais habilitados para efetuar a troca, podendo ser adquiridos gêneros alimentícios em geral, alimentos in natura, carnes, refrigerantes, sucos, erva mate, produtos de padaria e refeições preparadas (restaurantes), vedada expressamente a troca por produtos de higiene e limpeza, bebidas alcoólicas e cigarros.

Art. 3º - O estabelecimento interessado em fornecer os alimentos aos servidores deverá preencher o Termo de Credenciamento Anexo Único deste decreto juntamente com as certidões solicitadas até o dia 15 (quinze) de cada mês, os credenciamentos entregues após o dia 15 serão entregues na folha do mês posterior ao credenciamento.

Art. 4º - A troca do vale por produtos será considerada realizada quando o servidor entregar o vale no estabelecimento escolhido. O Estabelecimento de posse do vale até o final de cada mês apresentará Nota Fiscal com o valor equivalente a soma de todos os vales, em nome da Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista, que providenciará o pagamento em até 20 (vinte) dias após o recebimento desta nota fiscal acompanhada de todos os vales alimentação anexados a esta nota.

Parágrafo Único: O vale alimentação terá que ser trocado pelo servidor até o final do mês subsequente a sua emissão.

Art. 5º - Os casos omissos serão resolvidos a luz da legislação.

Alto Bela Vista/SC em 14 de maio de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Fátima Lorete Clein da Silva (Responsável pelas publicações)

ANEXO ÚNICO

**TERMO DE CREDENCIAMENTO**

(Decreto 2030 que regulamenta a concessão do Auxílio alimentação)

**Dados do Estabelecimento:**

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade: Alto Bela Vista/SC

CNPJ: Inscrição Estadual:

**Dados do Responsável:**

Nome:

CPF RG

**Conta Bancária:**

Banco

Agência nº

Conta:

Declaro sob a penas da lei, que tomamos conhecimento e concordamos das condições dispostas para o fornecimento de alimentos e refeições da Lei Municipal 667 de 28/04/2015.

Segue anexo os seguintes documentos para finalizar o credenciamento:

a) Cópia do CNPJ;

b) Cópia do ato constitutivo (contrato social ou outro)

c) Certidão Negativa de Débitos junto a

I – Receita Federal conjunta com a da Dívida Ativa da União e INSS;  
II – Certidão Negativa Estadual;  
III – Certidão Negativa Municipal;  
IV – Certidão Negativa junto do FGTS;  
V – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;  
d) Cópia do alvará de funcionamento;  
e) Cópia do alvará da vigilância sanitária;

Alto Bela Vista/SC em ..... do Mês de ..... de .....

Nome:

CPF:

### **DECRETO Nº 2031, DE 18 DE MAIO DE 2015.**

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Art. 2º da Lei Complementar nº 014, de janeiro de 2005;

Considerando: O afastamento da Sra. Fernanda Girelli, em decorrência da concessão do benefício de auxílio doença e ocupante do cargo de Fisioterapeuta – 20 Horas;

Considerando: A necessidade de substituição da servidora que atualmente encontra-se em auxílio doença, evitando-se a solução de continuidade dos serviços de fisioterapia na Gerência de Saúde de Alto Bela Vista, serviço essencial de atendimento a população enferma.

#### **DECRETA**

Art. 1º Nomeação da Sra. JANAINA MOLOZZI ROSSI, para exercer o Cargo de FISIOTERAPEUTA – 20 HORAS em caráter temporário, em substituição a servidora Fernanda Girelli em auxílio doença, com vencimento salarial previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº 012, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º A contratação ora realizara, dar-se-á até o retorno da servidora afastada ou realização de processo seletivo.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 18 de maio de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas Publicações

### **PORTARIA Nº 057, DE 18 DE MAIO DE 2015.**

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO EFETIVO

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma da Seção IV artigos: 14 e seus parágrafos; 15; 16; 17; 18; 19; 20 e 21 da Lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005.

#### **RESOLVE**

Art. 1º Nomear o Sr. ANDRÉ FISCHER para exercer o cargo efetivo de OPERADOR DE Balsa, classificado em 1º Lugar no Concurso Público nº 001/2015 e homologado pelo Decreto nº 2020, de 23 de abril de 2015, com vencimento previsto no Anexo III da lei Complementar Nº 012, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, 18 de maio de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável Pelas Publicações

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### 54º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N 001/2014

54º Edital de Convocação dos aprovados no concurso público 001/2014 - prefeitura municipal de Antônio Carlos

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 558, de 30 de novembro de 1992 e outras correlatas, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público para provimento nos cargos constantes no anexo I do presente, para apresentação no período de 19/05/2015 a 19/06/2015 (de segunda a sexta-feira), das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, localizada na Praça Anchieta, nº 10, bairro Centro, Antônio Carlos/SC, munido dos documentos necessários constantes no Decreto Municipal nº. 099/2014, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Antônio Carlos, 18 de maio de 2015.

Antônio Paulo Remor  
Prefeito Municipal

Anexo I

Cargo: PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA – 40H - ARTES

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
04º	DJE OVANA DA SILVA RAULINO	1584

### PORTARIA N 296/2015

PORTARIA Nº 296/2015

Admite servidor ACT.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Edital do Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Admitir, CRISTIANY DECKER, em caráter temporário, para o cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA – 20H, a partir de 19 de maio de 2015 até 11 de dezembro de 2015, em substituição a titular, AUREA HELENA KREMER MANNES e ZULEIDE BESEN, Licença Premio.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 18 de maio de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 19 de maio de 2015.

### PORTARIA N 297/2015

PORTARIA Nº 297/2015

Concedem Licença Premio a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Municipal nº 558/1992,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PREMIO, por 60 dias, a servidora AUREA HELKENA KREMER MANNES, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR COM POS GRADUAÇÃO ESPECIALISTA – 20H, a partir de 19 de maio de 2015, relativo ao período aquisitivo de Abril/2007 a abril/2012.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 18 de maio de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 19 de maio de 2015.

### **PORTARIA N 298/2015**

PORTARIA Nº 298/2015

Nomeia Servidores Efetivos para Comporem a Comissão de Processo administrativo Disciplinar.e/ou sindicância

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais, e da competência que lhe confere o inciso VI do art. 56 da Lei Orgânica do Município, bem como, os arts. 146 e seguintes da Lei Municipal 558/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

Resolve:

Art. 1º – Nomear os servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e/ou Sindicância, ao objetivo de apurar responsabilidade da servidora Rosilene Pinheiro da Paz, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, matrícula nº. 454, por suposta infração praticada no exercício de suas atribuições.

- Presidente: Carlice Benice Schmitz, ocupante do cargo de Contador, matrícula nº. 143;
- Membro: Osvaldo Guesser, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, matrícula nº. 87, e;
- Membro: Silvia Tessari, ocupante do cargo de Engenheiro, matrícula nº. 943.

Art. 2º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 18 de maio de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

### **TERMO DE CONVÊNIO Nº 004/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS/SC

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Termo de Convênio nº 004/2015. Convenientes: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS e ASSOCIAÇÃO CORAL POESIS, com sede Rua 6 de Novembro, n.º 664, Bairro Centro – Município de Antônio Carlos/SC, CEP 88.180-000, inscrita no CNPJ n.º 11.172.174/0001-58, representada neste ato pelo seu Presidente, Senhor Valdésio José Kreich. Objeto: Transferir recursos financeiros à beneficiária a título de subvenção social destinado ao atendimento de despesas de manutenção e gastos com professores, materiais didáticos e outros, cujo caráter é exclusivamente educacional, cultural, social e assistencial de gestão comunitária. Valor Total do Convênio: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais). Prazo de validade do convênio: 31/12/2015, ou até a aprovação da prestação de contas. Antônio Carlos, 15/05/2015.

## Balneário Rincão

### SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO

**AVISO DE PREGÃO 015/SAMAE/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/SAMAE/2015

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 01 de junho de 2015 às 14:30.

Local: Samae de Balneário Rincão/SC, situado na Rua Paraná, 389, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: contratação de empresa do ramo pertinente, para a aquisição de materiais de construção para uso Samae do Município de Balneário Rincão - SC durante o ano de 2015.

Telefone: 3468-7800. email:licitacao.samaebr@gmail.com

Balneário Rincão, 18 de maio de 2015.

Pregoeira

Renata Daros Torres



# Barra Velha

## PREFEITURA

### INEX 015/2015 FUMTEC

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 019/2015 – FUNTEC  
Inexigibilidade de Licitação nº 015/2015 - FUNTEC  
Contratada: ROSELI DOS SANTOS MELLIES

Objeto: Contratação de show musical para a Festa do Divino Espírito Santo/2015, para os dias: 23/05/2015 - Junho e Julho e 25/05/2015 - Dádiva Divina, da Fundação de Turismo, Esporte e Cultura.

Valor do Contrato: R\$6.000,00

Fund. Legal: Art. 25, Inciso III, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Barra Velha, 18 de maio de 2015.

ROSELI DOS SANTOS MELLIES - Contratado  
Claudemir Matias Francisco

### PP 002 - 2015 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 002/2015 - FUNREBOM  
Pregão Presencial nº 002/2015 FUNREBOM

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PRE-GÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção (preventiva e corretiva) mecânica geral, elétrica, torneria, lanternagem, latoaria, pintura, suspensão, válvula, caixa de câmbio, diferencial, vidros, estofaria, amortecedores, molas e freios em geral, com fornecimento de peças para os veículos pertencentes à frota do Fundo Municipal de Reequipamento de Bombeiro Militares do Município de Barra Velha/SC, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 02/06/2015 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 02/06/2015 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br).

Barra Velha, 18 de maio de 2015.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito.

### PP 003 - 2015 FUMREBOM

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 003/2015 - FUNREBOM  
Pregão Presencial nº 003/2015 FUNREBOM

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PRE-GÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE para fornecimento parcelado de óleo diesel para uso nas viaturas do Fundo Municipal de Reequipamento de Bombeiro Militares do Município de Barra Velha/SC, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 02/06/2015 às 10:00 horas. Data da Sessão Pública: 02/06/2015 às 10:15 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br).

Barra Velha, 18 de maio de 2015.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito.

### PP 004 - 2015 FUMREBOM

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 004/2015 - FUNREBOM  
Pregão Presencial nº 004/2015 FUNREBOM

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PRE-GÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE para aquisição de gêneros alimentícios para atender as necessidades do Fundo Municipal de Reequipamento de Bombeiro Militares do Município de Barra Velha/SC, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 02/06/2015 às 14:00 horas. Data da Sessão Pública: 02/06/2015 às 14:30 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br).

Barra Velha, 18 de maio de 2015.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito.

**PP 033/2015 PMBV**PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 043/2015 - Pregão Presencial nº 033/2015

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PRE-GÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE para aquisição de apólice de seguro para frota de Secretaria de Educação, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 01/06/2015 às 14:00 horas. Data da Sessão Pública: 01/06/2015 às 14:30 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 as 17:30, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br).

Barra Velha, 18 de maio de 2015.  
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito**PP 034/2015 PMBV**PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 044/2015 - Pregão Presencial nº 034/2015

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PRE-GÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE para contratação de empresa especializada para formação continuada de professores dos anos finais do ensino fundamental da rede municipal de ensino, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 01/06/2015 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 01/06/2015 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 as 17:30, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br).

Barra Velha, 18 de maio de 2015.  
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito**PP 035/2015 PMBV**PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 045/2014 - Pregão Presencial nº 035/2014

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PRE-GÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE para aquisição/ fornecimento parcelado de Óleo Diesel para uso na manutenção dos veículos e máquinas das frotas da Prefeitura de Barra Velha, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 01/06/2015 às 16:00 horas. Data da Sessão Pública: 01/06/2014 às 16:15 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 as 17:30, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br).

Barra Velha, 18 de maio de 2015.  
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito**TP 002/2015 PMBV**PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 041/2015

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 002/2015 O Prefeito de Barra Velha, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Torna Público que fará realizar Licitação na modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, tipo menor preço global, para Obra de revitalização do Morro do Cristo 2º etapa, em estrita observância aos memoriais, planilhas e projetos anexos ao Processo. Cadastro na Prefeitura: até 02/06/2015. Data/horário recebimento envelopes: 08/06/2015 até 08:30 horas. Data/horário abertura envelopes: 08/06/2015 às 08:45 horas, nesta Prefeitura, na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração, no endereço supra, no horário das 8:00 às 12:00h e 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br).

Barra Velha, 18 de maio de 2015.  
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito

# Benedito Novo

## PREFEITURA

### ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO LICITAÇÃO PP 40/2015

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 40/2015

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 40/2015

DATA: 18/05/2015 - HORÁRIO DE INÍCIO: 09:00 horas

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MINISTRAR AULAS DE MÚSICA E CANTO PARA ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E INFANTIL DA REDE MUNICIPAL CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

No dia e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para o recebimento do credenciamento, e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, apresentados em razão do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial nº 40/2015, com a presença do Pregoeiro JOÃO ULLER e da Equipe de Apoio MAURICIO STEFFEN, ROSE CARLA LIESKOW MENGARDA, nomeados pela Portaria nº 157/2015. Compareceram ao certame, protocolando os envelopes necessários à realização do certame no setor de protocolo até o horário estipulado as empresas: NELSO KESTRING.; (Microempresa) CNPJ nº 00.044.868/9959-87, representada pelo Sr. NELSO KESTRING, Rg nº 1228133-6 e CPF nº 448.689.959-87 e SANDRO LUIZ BARTH.; (Microempresa) CNPJ nº 18.665.043/0001-51, representada pelo Sr. SANDRO LUIZ BARTH, Rg nº 4382251 e CPF nº 041.874.699-07. Quanto aos documentos apresentados, constatou-se que as empresas participantes apresentaram o credenciamento em conformidade com o exigido no Edital. Foram analisadas as Declarações de Habilitação apresentadas pelas empresas acima mencionadas, e concluiu-se que as mesmas cumprem a exigência do Edital.

As licitantes apresentaram a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial para comprovação da situação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, e poderão fazer uso dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006. Todos os presentes rubricaram, os documentos apresentados. Em seguida procedeu-se a abertura dos envelopes identificados como de Propostas de Preços apresentados pelas empresas, os mesmos foram disponibilizados a todos os presentes para serem rubricados. Ato contínuo, foram analisadas as propostas pelo pregoeiro e equipe de apoio e inseridos os preços apresentados no sistema. Ato contínuo abriu-se a fase de lances verbais e de negociação direta com as licitantes, o qual transcorreu conforme relatório de lances em Anexo, restando VENCEDORA a empresa NELSO KESTRING, com o valor Total de R\$ 63.360,00 (sessenta e três mil e trezentos e sessenta reais). Encerrada a fase dos lances e de negociação direta o Pregoeiro procedeu à abertura dos envelopes identificados como de Habilitação das licitantes classificadas como primeiras colocadas nos seus respectivos itens vencidos.

Os documentos de habilitação apresentados foram analisados e rubricados por todos os presentes.

A documentação encontra-se em conformidade com o exigido no Edital, sendo assim a licitante melhor colocada está HABILITADA, e portanto foi DECLARADA VENCEDORA do presente certame. O pregoeiro abre espaço aos credenciados presentes para manifestação. Não houve manifestação. Os licitantes desistem, portanto, ao prazo recursal. Após os fatos, o Pregoeiro decidiu ADJUDICAR os respectivos itens do presente certame às empresas vencedoras. Em seguida lavrou-se a presente Ata, que após lida foi achada conforme. Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

Benedito Novo, 15 de janeiro de 2015, às 12h30min.  
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

JOÃO ULLER Pregoeiro	ROSE LIESKOW MEN- GARDA Equipe de Apoio	MAURICIO STEFFEN Equipe de Apoio
-------------------------	---	-------------------------------------

#### LICITANTES PRESENTES:

NELSO KESTRING.; (Microempresa) CNPJ nº 00.044.868/9959-87, representada pelo Sr. NELSO KESTRING, Rg nº / e CPF nº 448.689.959-87

SANDRO LUIZ BARTH.; (Microempresa) CNPJ nº 18.665.043/0001-51, representada pelo Sr. SANDRO LUIZ BARTH, Rg nº / e CPF nº 650.430.001-51

### AVISO DE LICITAÇÃO PP 43/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

EDITAL DE PREGÃO 43/2015

Jean Michel Grundmann, prefeito municipal de Benedito Novo, torna público que se acha aberto edital de pregão nº. 43/2015 para contratação de entidade para prestação de serviços de arbitragem em diversos eventos esportivos do município. A abertura ocorrerá no dia 01/06/2015 às 09h00min na Sala de Reuniões. O edital se encontra a disposição dos interessados no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h15min às 17h00min, pelo fone 47 3385 0487 ou pelo site [www.beneditonovo.sc.gov.br](http://www.beneditonovo.sc.gov.br) e de acordo com o que dispõe a Lei 8.666/93 e suas alterações.

Benedito Novo 18 de maio de 2015.

Jean Michel Grundmann

Prefeito Municipal

### EXTRATO CONTRATO 080/2015 - CV 24/2015

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 80/2015

Referente: Processo Licitatório nº 24/2015

Contratada: JULIO SILVESTRI FILHO MEE

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE LAMINAS E PARAFUSOS PARA AS MAQUINAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS

Valor Total Contratado: R\$ 5.244,00

Vigência: 24/04/2015 a 31/12/2015

Data Assinatura: 24/04/2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATO 77/2015 CV 24/2015**

PUBLICAÇÕES LEGAIS - MURAL

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 77/2015

Referente: Processo Licitatório nº 24/2015

Contratada: FILIPPE COMERCIO DE PECAS LTDA EPP

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE LAMINAS E PARAFUSOS PARA AS MAQUINAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS

Valor Total Contratado: R\$ 2.700,00

Vigência: 24/04/2015 a 31/12/2015

Data Assinatura: 24/04/2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO 75/2015 CV 34/2015**

PUBLICAÇÕES LEGAIS - MURAL

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 75/2015

Referente: Processo Licitatório nº 34/2015

Contratada: CARIBE INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACO

Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESPORTIVOS PARA DISTRI-BUIÇÃO A ATLETAS DO MUNICÍPIO

Valor Total Contratado: R\$ 17.433,00

Vigência: 04/05/2015 a 31/12/2015

Data Assinatura: 04/05/2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO 76/2015 CV 35/2015**

PUBLICAÇÕES LEGAIS - MURAL

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 76/2015

Referente: Processo Licitatório nº 35/2015

Contratada: PRISMA TROFEUS E MEDALHAS EIRELI ME

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE TROFEUS, MEDALHAS E TA-ÇAS PARA PREMIAÇÕES ESPORTIVAS.

Valor Total Contratado: R\$ 37.033,00

Vigência: 04/05/2015 a 31/12/2015

Data Assinatura: 04/05/2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito Municipal

# Biguaçu

## PREFEITURA

### EDITAL 001/2015

ERRATA Nº 03 – CMDCA/BIGUAÇU

No Edital 001/2015, de 09 de abril de 2015, publicada no DOM Edição nº 1721 de 10 de abril de 2015.

ONDE SE LÊ:

Cronograma da eleição do Conselho Tutelar

Data	Ação	Observações
10/04/2015	Publicação do edital	
15/04/2015 a 03/06/2015	Inscrições	
08/06/2015 a 10/06/2015	Análise das inscrições	
12/06/2015	Publicação da relação dos candidatos	
19/06/2015	Impugnação de candidatura	
22/06/2015 a 26/06/2015	Notificação dos candidatos impugnados para defesa	
29/06/2015 a 08/07/2015	Apresentação da defesa pelo candidato impugnado	
10/07/2015	Análise e decisão das impugnações	
13/07/2015 a 17/07/2015	Interposição de recurso	
26/07/2015	Aplicação da prova	
06/08/2015	Interposição e decisão de recursos referentes à prova aplicada	
14/08/2015	Publicação dos candidatos aprovados	
18/09/2015	Operacionalização da eleição	
22/06/2015 a 26/06/2015	Solicitação de apoio à Polícia Militar ou à Guarda	
Até 18/09/2015	Divulgação dos locais de votação	
04/10/2015	Eleição	
08/10/2015	Divulgação do resultado	
10/01/2016	Posse dos eleitos	

LEIA-SE:

Cronograma da eleição do Conselho Tutelar

Data	Ação
10/04/2015	Publicação do edital
13/05/2015 a 05/06/2015	Inscrições
08/06/2015 a 10/06/2015	Análise das inscrições
12/06/2015	Publicação da relação dos candidatos
19/06/2015	Impugnação de candidatura
22/06/2015 a 26/06/2015	Notificação dos candidatos impugnados para defesa
29/06/2015 a 08/07/2015	Apresentação da defesa pelo candidato impugnado
10/07/2015	Análise e decisão das impugnações
18/09/2015	Operacionalização da eleição
22/06/2015 a 26/06/2015	Solicitação de apoio a Polícia Militar ou à Guarda
Até 18/09/2015	Divulgação dos locais de votação
04/10/2015	Eleição
08/10/2015	Divulgação do resultado
10/01/2016	Posse dos eleitos

### PORTARIA Nº 1451/2015

PORTARIA nº 1451 de 18 de maio de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JAQUELINE ZILDETE SIMÃO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/04/2015 a 03/08/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/04/2015.

Biguaçu, 18 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 1452/2015

PORTARIA nº 1452 de 18 de maio de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANA PAULA MARTINS DA COSTA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 13/04/2015 a 05/05/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/04/2015.

Biguaçu, 18 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 1453/2015**

PORTARIA nº 1453 de 18 de maio de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ELAINE PEREIRA LARANJEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 27/04/2015 a 09/10/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 27/04/2015.

Biguaçu, 18 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1454/2015**

PORTARIA nº 1454 de 18 de maio de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ROSELI DE SOUZA CORREA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20/04/2015 a 05/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/04/2015.

Biguaçu, 18 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1455/2015**

PORTARIA nº 1455 de 18 de maio de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GREYCE DA SILVA CUNHA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20/04/2015 a 19/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/04/2015.

Biguaçu, 18 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1456/2015**

PORTARIA nº 1456 de 18 de maio de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) FRANCIELY VIEIRA LIVRAMENTO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20/04/2015 a 20/08/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/04/2015.

Biguaçu, 18 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1457/2015**

PORTARIA nº 1457 de 18 de maio de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) FERNANDA PRISCILA DO AMARAL, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14/04/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/04/2015.

Biguaçu, 18 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1458/2015**

PORTARIA nº 1458 de 18 de maio de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ENICE SOARES DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário

de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 07/05/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/05/2015.

Biguaçu, 18 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1459/2015**

PORTARIA nº 1459 de 18 de maio de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) VALDETE MARIA FARIAS NAU, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 13/04/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/04/2015.

Biguaçu, 18 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1460/2015**

PORTARIA nº 1460 de 18 de maio de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GILSEIA APARECIDA MOTA GONÇALVES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR I (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14/04/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/04/2015.

Biguaçu, 18 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1461/2015**

PORTARIA nº 1461 de 18 de maio de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) RUTE MARLI BOCKS DIAS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EJA), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 27/04/2015 a 11/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 27/04/2015.

Biguaçu, 18 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1462/2015**

PORTARIA nº 1462 de 18 de maio de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ELTON FRANCISCO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (HISTORIA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 24/04/2015 a 20/08/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 24/04/2015.

Biguaçu, 18 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1463/2015**

PORTARIA nº 1463 de 18 de maio de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) EDULA DA GRAÇA BELTRAMI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (ARTES), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/04/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/04/2015.

Biguaçu, 18 de maio de 2015.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1464/2015**

PORTARIA nº 1464 de 18 de maio de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LUANNA PAULA WALTRICH, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 13/04/2015 a 27/09/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/04/2015.

Biguaçu, 18 de maio de 2015.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1465/2015**

PORTARIA nº 1465 de 18 de maio de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JUREMA LOPEZ MENDES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20/04/2015 a 10/05/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/04/2015.

Biguaçu, 18 de maio de 2015.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1466/2015**

PORTARIA nº 1466 de 18 de maio de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) TELMA HELENA DIAS MOREIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de

AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14/05/2015 a 30/07/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/05/2015.

Biguaçu, 18 de maio de 2015.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1467/2015**

PORTARIA nº 1467 de 18 de maio de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANA MARGARETE PEPPLER BESEN, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 08/04/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 08/04/2015.

Biguaçu, 18 de maio de 2015.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1468/2015**

PORTARIA nº 1468 de 18 de maio de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CRISTIANE ELIZALDE DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 30 horas semanais, na Fundação Municipal do Meio Ambiente, a partir de 10/04/2015 a 31/05/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/04/2015.

Biguaçu, 18 de maio de 2015.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 1472/2015**

PORTARIA nº 1472 de 18 de maio de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ALESSANDRA SOUZA DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de VIGIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 18/05/2015 a 17/11/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/05/2015.

Biguaçu, 18 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1473/2015**

PORTARIA nº 1473 de 18 de maio de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GRAZIELA ELIAS ALCANTARA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ENFERMEIRO II, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 15/05/2015 a 14/11/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/05/2015.

Biguaçu, 18 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PP 162/2015 PMB**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 162/2015 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU PESSOA FÍSICA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM GERAL

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 1 junho, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 1 junho, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site [www.download.betha.com.br](http://www.download.betha.com.br) para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 18 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

**RESOLUÇÃO Nº 04/2015**

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

RESOLUÇÃO Nº 04/2015

Dispõe sobre a aprovação de recurso de convênio do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome através do SICONV, advindo de emenda parlamentar n.075733/2013, do Deputado Federal Esperidião Amin Helou Filho para a aquisição de material de consumo e custeio para manutenção dos serviços, programas e projetos da Proteção Social Especial.

O Conselho Municipal da Assistência Social – CMAS de Biguaçu, no uso de suas atribuições e competências legais e regimentais, conferidas por meio da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, Lei 8742, de 07 de dezembro de 1993, e a Lei Municipal nº 2673, de 23 de outubro de 2008, CONSIDERANDO:

- A Proposta dos recursos do Convênio nº 075733/2013.

- A deliberação na Plenária da Reunião Ordinária de 08 de maio de 2015.

- A ATA nº 07/2015.

**Resolve:**

Art. 1º Aprovar a proposta de convênio com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, tendo como objeto a manutenção dos serviços, programas e projetos para a Proteção Social Especial através de aquisição de material de consumo e custeio; no valor de R\$ 212.000,00 (duzentos e doze mil reais).

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 13 de maio de 2015.

Paula Hoffmann Costa

Vice-presidente do CMAS/Biguaçu

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DO CONTRATO N. 27/2015 - CONVITE N. 006/2015**

CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Extrato Contrato nº 27/2015 – Licitação - Modalidade: Convite nº 06/2015

Objeto: contratação de Empresa de Publicidade que atenda a demanda da Câmara de Vereadores de Biguaçu.

Contratante: Câmara Municipal de Biguaçu

Contratado: 9MM PROPAGANDA LTDA – CNPJ n. 05.332.468/0001-05

Valor: R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)

Vigência: 18/05/2015 a 31/12/2015.

Biguaçu/SC, 19 de maio de 2015.

Salete Orlandina Cardoso

Presidente

# Blumenau

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 18.773/2015

PORTARIA Nº 18.773, DE 18 DE MAIO DE 2015.

EXONERA ANDRIGO JOSÉ BEBER DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR GERAL, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, “a”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, “II” da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, RESOLVE:

EXONERAR

ANDRIGO JOSÉ BEBER, do cargo em comissão de Diretor Geral, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, nomeado pela Portaria nº 16.500, de 02 de janeiro de 2013, no dia 18 de maio de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de maio de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 5722/2015 - SAMAE

PORTARIA Nº 5722/15

NOMEIA CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005 e alterações, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013,

RESOLVE:  
N O M E A R

De acordo com o Artigo 9, inciso I da Lei Complementar Nº 660, de 28 de novembro de 2007, o candidato aprovado no Concurso Público Nº 001/2014, a contar desta data:

YURI LOUREIRO SOARES, para ocupar cargo de provimento efetivo de Técnico em Laboratório de Análise de Água e Esgoto, do Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, da Categoria 6, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A, Processo Nº 175/1505.

Samae, 12 de maio de 2015.  
VALDAIR JOSÉ MATIAS  
Diretor Presidente

### PROCESSO DISPENSA Nº 08-48/15 - SEDEAD

PROCESSO DE DISPENSA Nº. 08-48/15 – Contratação de empresa para execução de obras de contenção de encostas em áreas de risco - SEMOB

CONTRATADA: SALVER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.  
VALOR TOTAL: R\$ 598.611,57

BASE LEGAL: ART. 24, V DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

### PORTARIA Nº 001/2015 - FURB

PORTARIA Nº 001/2015, DE 19 DE JANEIRO DE 2015

Exonera a Servidora Marguit Keunecke do exercício da Função de Confiança de Chefe da Divisão de Administração de Materiais.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, EXONERA a Servidora

MARGUIT KEUNECKE

do exercício da Função de Confiança de Chefe da Divisão de Administração de Materiais, para a qual foi designada pela Portaria nº 604/2010, de 28 de outubro de 2010, a contar desta data.

Blumenau, 19 de janeiro de 2015.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

### PORTARIA Nº 002/2015 - FURB

PORTARIA Nº 002/2015, DE 19 DE JANEIRO DE 2015

Designa o Servidor Marco Aurélio de Oliveira para exercer a Função de Confiança de Chefe da Divisão de Administração de Materiais.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso de suas atribuições legais e considerando, ainda, o disposto no art. 24 e Anexo V da Lei Complementar Municipal nº 743, de 19 de março de 2010, DESIGNA o Servidor

MARCO AURÉLIO DE OLIVEIRA

para exercer a Função de Confiança de Chefe da Divisão de Administração de Materiais, a partir desta data.

Blumenau, 19 de janeiro de 2015.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

### PORTARIA Nº 004/2015 - FURB

PORTARIA Nº 004/2015, DE 19 DE JANEIRO DE 2015.

Demite a Servidora Lenilsa de Oliveira Seubert.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso I do art. 201 da Lei Complementar Municipal nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o inciso III do art. 185 da mesma Lei Complementar, e considerando, ainda, o relatório final e a decisão adotada nos autos do Processo Administrativo Disciplinar (PAD) nº 002/2014, DEMITE a Servidora

LENILSA DE OLIVEIRA SEUBERT

cadastro funcional n. 2175, ocupante do cargo de provimento

efetivo de Telefonista, lotada na Pró-Reitoria de Administração - PROAD, por incursão nos incisos I e IV do art. 190, da LC 660/2007, a contar da publicação no sítio oficial da FURB mantido na Internet.

Blumenau, 19 de janeiro de 2015.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

#### **PORTARIA Nº 005/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 005/2015, DE 20 DE JANEIRO DE 2015

Nomeia Georges Cherry Rodrigues para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nºs 743, Anexo II, 745 e 746, de 19 de março de 2010, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 29/2014 e, ainda, a deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE - Processo nº 191/2014, NOMEIA

GEORGES CHERRY RODRIGUES

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Matemática, Referência PQ02.

Blumenau, 20 de janeiro de 2015.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

#### **PORTARIA Nº 006/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 006/2015, DE 20 DE JANEIRO DE 2015

Nomeia André Vanderlinde da Silva para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nºs 743, Anexo II, 745 e 746, de 19 de março de 2010, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 29/2014 e, ainda, a deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE - Processo nº 191/2014, NOMEIA

ANDRÉ VANDERLINDE DA SILVA

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário, com lotação no Departamento de Matemática, Referência PQ02.

Blumenau, 20 de janeiro de 2015.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

#### **PORTARIA Nº 007/2015 - FUIRB**

PORTARIA Nº 007/2015, DE 20 DE JANEIRO DE 2015

Nomeia Christiano Garcia para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nºs 743, Anexo II, 745 e 746, de 19 de março de 2010, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 30/2014 e, ainda, a deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE - Processo nº 190/2014, NOMEIA

CHRISTIANO GARCIA

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário, com lotação no Departamento de Matemática, Referência PQ02.

Blumenau, 20 de janeiro de 2015.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

#### **PORTARIA Nº 008/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 008/2015, DE 20 DE JANEIRO DE 2015

Nomeia Moacir Manoel Rodrigues Junior para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nºs 743, Anexo II, 745 e 746, de 19 de março de 2010, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 30/2014 e, ainda, a deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE - Processo nº 190/2014, NOMEIA

MOACIR MANOEL RODRIGUES JUNIOR

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário, com lotação no Departamento de Matemática, Referência PQ02.

Blumenau, 20 de janeiro de 2015.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

#### **PORTARIA Nº 009/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 009/2015, DE 20 DE JANEIRO DE 2015

Nomeia Raquel Andrade Rebelo para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nºs 743, Anexo II, 745 e 746, de 19 de março de 2010, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 31/2014 e, ainda, a deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE - Processo nº 164/2014, NOMEIA

RAQUEL ANDRADE REBELO

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário, com lotação no Departamento de Matemática, Referência PQ02.

Blumenau, 20 de janeiro de 2015.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

#### **PORTARIA Nº 010/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 010/2015, DE 20 DE JANEIRO DE 2015

Nomeia Stella Maris Martins Cruz Castelo de Souza Nemetz para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nºs 743, Anexo II, 745 e 746, de 19 de março de 2010, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 17/2014 e, ainda, a deliberação do

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE - Processo nº 088/2014, NOMEIA

STELLA MARIS MARTINS CRUZ CASTELO DE SOUZA NEMETZ

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário, com lotação no Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Referência PQ02.

Blumenau, 20 de janeiro de 2015.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

#### **PORTARIA Nº 011/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 011/2015, DE 20 DE JANEIRO DE 2015  
Nomeia Ricardo Kramer para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Nível Médio/Profissionalizante.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nºs 743, Anexo II, 745 e 746, de 19 de março de 2010, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 028/2013 e, ainda, a deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE - Processo nº 042/2013, NOMEIA

RICARDO KRAMER  
para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Nível Médio/Profissionalizante, com lotação na Escola Técnica do Vale do Itajaí - ETEVI, Referência E-01.

Blumenau, 20 de janeiro de 2015.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

#### **PORTARIA Nº 012/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 012/2015, DE 20 DE JANEIRO DE 2015  
Nomeia Giselle Vanessa Trevisan para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Nível Médio/Profissionalizante.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nºs 743, Anexo II, 745 e 746, de 19 de março de 2010, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 028/2013 e, ainda, a deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE - Processo nº 042/2013, NOMEIA

GISELLE VANESSA TREVISAN  
para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Nível Médio/Profissionalizante, com lotação na Escola Técnica do Vale do Itajaí - ETEVI, Referência E-04.

Blumenau, 20 de janeiro de 2015.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

#### **PORTARIA Nº 013/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 013/2015, DE 20 DE JANEIRO DE 2015  
Concede Abono de Permanência à Servidora Lorena Benathar Ballo Tavares.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais e com base no § 19 do art. 40 da Constituição Federal, CONCEDE ABONO DE PERMANÊNCIA à Servidora

LORENA BENATHAR BALLO TAVARES

cadastro funcional nº 1483, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Engenharia Química.

Blumenau, 20 de janeiro de 2015.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

#### **PORTARIA Nº 014/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 014/2015, DE 20 DE JANEIRO DE 2015  
Concede Abono de Permanência ao Servidor Dilson Tomio.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais e com base no § 19 do art. 40 da Constituição Federal, CONCEDE ABONO DE PERMANÊNCIA ao Servidor

DILSON TOMIO

cadastro funcional nº 1942, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Economia.

Blumenau, 20 de janeiro de 2015.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

#### **PORTARIA Nº 015/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 015/2015, DE 21 DE JANEIRO DE 2015  
Revoga a Portaria nº 1.203/2012, de 21 de novembro de 2012.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, REVOGA, a Portaria nº 1.203/2012, de 21 de novembro de 2012, que “Designa Clara Maria Furtado para exercer o Cargo Comissionado de Assessor Pedagógico de Nível Superior – 30 horas semanais).

Blumenau, 21 de janeiro de 2015.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

#### **PORTARIA Nº 016/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 016/2015, DE 21 DE JANEIRO DE 2015  
Designa Clara Maria Furtado para exercer o Cargo Comissionado de Assessor Pedagógico de Nível Superior – 20 horas semanais.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso de suas atribuições legais e considerando, ainda, o disposto no art. 24 e Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 743, de 19 de março de 2010, e no MEMORANDO Nº 001/2015/PROEN, de 19 de janeiro de 2015, oriundo da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, Ensino Médio e Profissionalizante - PROEN, DESIGNA a Servidora

CLARA MARIA FURTADO



para exercer o Cargo Comissionado de Assessor Pedagógico de Nível Superior – 20 (vinte) horas semanais, junto à Divisão de Políticas Educacionais, em substituição à Assessora Lidiane Gonzaga Chiare, afastada por motivo de licença-maternidade.

Blumenau, 21 de janeiro de 2015.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

#### **PORTARIA Nº 018/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 018/2015, DE 21 DE JANEIRO DE 2015

Concede licença remunerada ao Servidor Gustavo Henrique Pereira Gonçalves.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

GUSTAVO HENRIQUE PEREIRA GONÇALVES

cadastro funcional nº 9659, ocupante do cargo de Técnico de Laboratório, com lotação no Laboratório de Bioquímica, para participar do:

- I Curso de Manejo de Primatas do Condomínio Perini Business Park, em Joinville - SC, no período de 6 a 8 de fevereiro de 2015; e
- 39º Congresso da Sociedade de Zoológicos e Aquários do Brasil, em Foz do Iguaçu – PR, no período de 12 a 15 de março de 2015.

Blumenau, 21 de janeiro de 2015.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

#### **PORTARIA Nº 019/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 0019/2015, DE 22 DE JANEIRO DE 2015

Concede exoneração ao Servidor Rodrigo Laemmle.

O reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o art. 45 da Lei Complementar Municipal nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE EXONERAÇÃO ao Servidor

RODRIGO LAEMMLE

cadastro funcional nº 9403, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotado no Centro de Ciências Sociais Aplicadas, a contar de 19 de janeiro de 2015.

Blumenau, 22 de janeiro de 2015.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

#### **PORTARIA Nº 020/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 0020/2015, DE 22 DE JANEIRO DE 2015

Concede exoneração à Servidora Jéssica Bárbara Bonomini.

O reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o art. 45 da Lei Complementar Municipal nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE EXONERAÇÃO ao Servidor

JÉSSICA BÁRBARA BONOMINI

cadastro funcional nº 9408, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, lotado no Centro de Ciências da Educação, Artes e Letras, a contar de 19 de janeiro de 2015.

Blumenau, 22 de janeiro de 2015.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

#### **PORTARIA Nº 021/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 021/2015, DE 22 DE JANEIRO DE 2015

Concede licença prêmio à Servidora Lenir Berto.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o art. 38 da Lei Complementar Municipal nº 746/2010, de 19 de março de 2010, CONCEDE LICENÇA PREMIO – 30 (trinta) dias –, no período de 22 de janeiro a 20 de fevereiro de 2015, referente ao período aquisitivo de 25 de abril de 2002 a 1º de julho de 2007, à Servidora

LENIR BERTO

cadastro funcional nº 3520, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, lotada na Biblioteca Universitária.

Blumenau, 22 de janeiro de 2015.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

#### **PORTARIA Nº 022/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 022/2015, DE 22 DE JANEIRO DE 2015

Concede licença prêmio ao Servidor Stefan Haase.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o art. 38 da Lei Complementar Municipal nº 746/2010, de 19 de março de 2010, e em complemento à Portaria nº 1.511/2014, de 19 de dezembro de 2014, CONCEDE LICENÇA PREMIO – 07 (sete) dias –, no período de 24 a 30 de janeiro de 2015, referente ao período aquisitivo de 1º de março de 2003 a 20 de julho de 2008, ao Servidor

STEFAN HAASE

cadastro funcional nº 1622, ocupante do cargo de Analista de Suporte Técnico, lotado na Divisão de Tecnologia da Informação.

Blumenau, 22 de janeiro de 2015.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

#### **PORTARIA Nº 023/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 023/2015, DE 22 DE JANEIRO DE 2015

Nomeia Jaci Carlo Schramm Câmara Bastos para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nºs 743, Anexo II, 745 e 746, de 19 de março de 2010, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 043/2014 e, ainda, a deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE - Processo nº 059/2013, NOMEIA

JACI CARLO SCHRAMM CÂMARA BASTOS

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário, com lotação no Departamento de Engenharia Química, Referência PQ04.

Blumenau, 22 de janeiro de 2015.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

#### **PORTARIA Nº 024/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 024/2015, DE 22 DE JANEIRO DE 2015

Nomeia Marcela Kotsuka da Silva para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nºs 743, Anexo II, 745 e 746, de 19 de março de 2010, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 046/2014 e, ainda, a deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE - Processo nº 063/2013, NOMEIA

MARCELA KOTSUKA DA SILVA

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário, com lotação no Departamento de Engenharia Química, Referência PQ04.

Blumenau, 22 de janeiro de 2015.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

#### **PORTARIA Nº 025/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 025/2015, DE 22 DE JANEIRO DE 2015

Nomeia Lisiane Fernandes de Carvalho para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nºs 743, Anexo II, 745 e 746, de 19 de março de 2010, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 045/2014 e, ainda, a deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE - Processo nº 062/2013, NOMEIA

LISIANE FERNANDES DE CARVALHO

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário, com lotação no Departamento de Engenharia Química, Referência PQ04.

Blumenau, 22 de janeiro de 2015.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

#### **PORTARIA Nº 026/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 026/2015, DE 22 DE JANEIRO DE 2015

Nomeia Marcel Jefferson Gonçalves para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nºs 743, Anexo II, 745 e 746, de 19 de março de 2010, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 044/2014 e, ainda, a deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE - Processo nº

060/2013, NOMEIA

MARCEL JEFFERSON GONÇALVES

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário, com lotação no Departamento de Engenharia Química, Referência PQ02.

Blumenau, 22 de janeiro de 2015.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

#### **PORTARIA Nº 027/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 027/2015, DE 22 DE JANEIRO DE 2015

Nomeia Matheus Carvalho Viana para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nºs 743, Anexo II, 745 e 746, de 19 de março de 2010, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 032/2014 e, ainda, a deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE - Processo nº 041/2014, NOMEIA

MATHEUS CARVALHO VIANA

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário, com lotação no Departamento de Sistemas e Computação, Referência PQ04.

Blumenau, 22 de janeiro de 2015.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

#### **PORTARIA Nº 028/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 028/2015, DE 22 DE JANEIRO DE 2015

Nomeia Cíntia Régia Rodrigues para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nºs 743, Anexo II, 745 e 746, de 19 de março de 2010, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 035/2014 e, ainda, a deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE - Processo nº 166/2014, NOMEIA

CÍNTIA RÉGIA RODRIGUES

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário, com lotação no Departamento de História e Geografia, Referência PQ04.

Blumenau, 22 de janeiro de 2015.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

#### **PORTARIA Nº 032/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 032/2015, DE 26 DE JANEIRO DE 2015

Nomeia Júlio Cesar de Souza Júnior para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nºs 743, Anexo II, 745 e 746, de 19 de março de 2010, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 28/2014 e, ainda, a deliberação do

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE - Processo nº 154/2014, NOMEIA

JÚLIO CESAR DE SOUZA JUNIOR

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário, com lotação no Departamento de Medicina Veterinária, Referência PQ02.

Blumenau, 26 de janeiro de 2015.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

### PORTARIA Nº 033/2015 - FURB

PORTARIA Nº 033/2015, DE 26 DE JANEIRO DE 2015

Nomeia Ana Carolina dos Santos Oliveira para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nºs 743, Anexo II, 745 e 746, de 19 de março de 2010, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 27/2014 e, ainda, a deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE - Processo nº 197/2014, NOMEIA

ANA CAROLINA DOS SANTOS OLIVEIRA

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário, com lotação no Departamento de Medicina Veterinária, Referência PQ02.

Blumenau, 26 de janeiro de 2015.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

### PORTARIA Nº 034/2015 - FURB

PORTARIA Nº 034/2015, DE 26 DE JANEIRO DE 2015

Concede licença remunerada ao Servidor Rinaldo Danesi Pinto.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

RINALDO DANESI PINTO

cadastro funcional nº 4194, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Medicina, para participar do Annual Meeting American Hepato-Prancreato-Biliary Association - AHPBA, em Miami - EUA, no período de 9 a 15 de março de 2015.

Blumenau, 26 de janeiro de 2015.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

### PORTARIA Nº 035/2015 - FURB

PORTARIA Nº 035/2015, DE 26 DE JANEIRO DE 2015

Concede licença remunerada à Servidora Amanda Rezende Peruchi.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746,

de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

AMANDA REZENDE PERUCHI

cadastro funcional nº 9654, ocupante do cargo de Técnico de Laboratório - Manejo de Animais, com lotação no Departamento de Ciências Naturais, para participar do I Curso de Manejo de Primatas do Condomínio Perini, em Joinville - SC, no período de 6 a 8 de fevereiro de 2015.

Blumenau, 26 de janeiro de 2015.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

### PORTARIA Nº 036/2015 - FURB

PORTARIA Nº 036/2015, DE 26 DE JANEIRO DE 2015

Reenquadra servidores na Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos da FURB.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, à vista das conclusões da Comissão Permanente da Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos, com base na Lei Complementar nº 744, de 19 de março de 2010, REENQUADRA os servidores adiante nominados, conforme as seguintes situações:

Cod	Nome	Cargo	Referência de Vencimento	LC 744/2010	A contar de
5419	Cesar Augusto Wolff	Advogado	62	Art. 24 § 2º	11/01/2015
4266	Fabiana Pasold dos Santos	Auxiliar de Serviços Administrativos	39	Art. 24 § 2º	17/01/2015
4267	Flávia Keller Alves	Auxiliar de Serviços Administrativos	40	Art. 24 § 2º	09/01/2015
4263	Iara Cristina Thewis	Assistente Administrativo	50	Art. 24 § 2º	02/01/2015
4265	Marco Aurelio de Oliveira	Assistente Administrativo	47	Art. 24 § 2º	04/01/2015
4270	Sirleni Schmitt	Auxiliar de Serviços Administrativos	38	Art. 24 § 2º	14/01/2015

Blumenau, 26 de janeiro de 2015.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

### PORTARIA Nº 037/2015 - FURB

PORTARIA Nº 037/2015, DE 26 DE JANEIRO DE 2015

Designa integrantes do Comitê de Ética na Pesquisa em Seres Humanos – CEPH da FURB.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais e, considerando ainda: a) o teor do Ofício nº CE 261/14, de 18 de dezembro de 2014, oriundo da Diretoria Geral da APAE Blumenau; b) expediente datado de 10 de janeiro de 2015, oriundo da Secretaria da Igreja Batista Ebenézer; c) os Memorandos nº 001/2015/CEPH e 002/2015/CEPH, de 22 de janeiro de 2015, oriundos da Coordenação do CEPH, DESIGNA

· MARIA HELENA BESSOUAT DA SILVA, para integrar o CEPH, na condição de representante suplente – indicada pela Associação de



Pais e Amigos dos Excepcionais de Blumenau;  
· ELSON SOUZA DOS SANTOS, para integrar o CEPH, na condição de representante suplente – Pastor indicado pela Igreja Batista Ebenézer.

Blumenau, 26 de janeiro de 2015.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

### **PORTARIA Nº 038/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 038/2015, DE 26 DE JANEIRO DE 2015  
Nomeia Fernando Rodrigo Schneider para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2013, NOMEIA

FERNANDO RODRIGO SCHNEIDER

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos, com lotação no Centro de Ciências Sociais Aplicadas, referência inicial 20.

Blumenau, 26 de janeiro de 2015.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

### **PORTARIA Nº 039/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 039/2015, DE 26 DE JANEIRO DE 2015  
Nomeia Marcos Rescarolli para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2013, NOMEIA

MARCOS RESCAROLLI

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos, com lotação na Escola Técnica do Vale do Itajaí, referência inicial 20.

Blumenau, 26 de janeiro de 2015.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

### **PORTARIA Nº 040/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 040/2015, DE 26 DE JANEIRO DE 2015  
Designa Comissão Especial para atuar no julgamento de documentos de qualificação técnica na fase de habilitação e dos documentos apresentados na fase de proposta de preços, no processo licitatório nº 168/2014, regido sob a modalidade Concorrência.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais e, conforme disposto no Memorando nº 001/2015/DAM, de 21 de janeiro de 2015, oriundo da chefia da Divisão de Administração de Materiais, DESIGNA os integrantes adiante nominados:

1. Departamento de Engenharia Elétrica e de Telecomunicações  
Professor Universitário – CÉSAR RICARDO CÂMARA DA SILVA

2. Departamento de Engenharia Civil  
Professor Universitário – LUIS CARLOS SEELBACH

3. Divisão de Administração do Campus  
Engenheiro Eletricista – EVERSON PEDRO BURG

para atuar no julgamento de documentos de qualificação técnica na fase de habilitação e dos documentos apresentados na fase de proposta de preços, no processo licitatório nº 168/2014, regido sob a modalidade Concorrência.

Blumenau, 26 de janeiro de 2015.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

### **PORTARIA Nº 041/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 041/2015, DE 26 DE JANEIRO DE 2015  
Concede progressão de referência na Carreira do Magistério Superior da FURB a professores universitários.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais e considerando, ainda, o teor do Memorando nº 001/2015 – CPCM, de 22 de janeiro de 2015, oriundo da Presidência da Comissão Permanente da Carreira do Magistério, CONCEDE progressão de referência, com base nos incisos I, II, III, IV e V, do art. 2º da Resolução nº 37/2010, de 29 de junho de 2010, aos seguintes docentes:

NOME	TOTAL DE PONTOS	REFERÊNCIA	DATA DA ALTERAÇÃO
Luciane Coutinho de Azevedo Campanella	48,79	PQ05	26/11/2014
Roberto Heinze	96,00	PQ09	18/11/2014

Blumenau, 26 de janeiro de 2015.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

### **PORTARIA Nº 042/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 042/2015, DE 27 DE JANEIRO DE 2015  
Nomeia Rodrigo dos Santos Cardoso para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nºs 743, Anexo II, 745 e 746, de 19 de março de 2010, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 09/2014 e, ainda, a deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE - Processo nº 156/2014, NOMEIA

RODRIGO DOS SANTOS CARDOSO

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário, com lotação no Departamento de Engenharia de Produção e Design, Referência PQ04.

Blumenau, 27 de janeiro de 2015.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 043/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 043/2015, DE 27 DE JANEIRO DE 2015

Nomeia Andrea Soares Wuo para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nºs 743, Anexo II, 745 e 746, de 19 de março de 2010, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 26/2014 e, ainda, a deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE - Processo nº 196/2014, NOMEIA

ANDREA SOARES WUO

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário, com lotação no Departamento de Educação, Referência PQ04.

Blumenau, 27 de janeiro de 2015.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 044/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 044/2015, DE 27 DE JANEIRO DE 2015

Nomeia Andrea Soares Wuo para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nºs 743, Anexo II, 745 e 746, de 19 de março de 2010, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 68/2014 e, ainda, a deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE - Processo nº 030/2014, NOMEIA

ANDREA SOARES WUO

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário, com lotação no Departamento de Educação, Referência PQ04.

Blumenau, 27 de janeiro de 2015.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 045/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 045/2015, DE 27 DE JANEIRO DE 2015

Nomeia Jan Alessandro Socher para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nºs 743, Anexo II, 745 e 746, de 19 de março de 2010, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 51/2014 e, ainda, a deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE - Processo nº 161/2014, NOMEIA

JAN ALESSANDRO SOCHER

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário, com lotação no Departamento de Medicina, Referência PQ04.

Blumenau, 27 de janeiro de 2015.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 046/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 046/2015, DE 27 DE JANEIRO DE 2015

Nomeia Diogo Klöppel Cardoso para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nºs 743, Anexo II, 745 e 746, de 19 de março de 2010, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 50/2014 e, ainda, a deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE - Processo nº 164/2014, NOMEIA

DIOGO KLÖPPEL CARDOSO

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário, com lotação no Departamento de Medicina, Referência PQ01.

Blumenau, 27 de janeiro de 2015.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 047/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 047/2015, DE 27 DE JANEIRO DE 2015

Nomeia Karine Furtado Meyer para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nºs 743, Anexo II, 745 e 746, de 19 de março de 2010, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 47/2014 e, ainda, a deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE - Processo nº 157/2014, NOMEIA

KARINE FURTADO MEYER

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário, com lotação no Departamento de Medicina, Referência PQ04.

Blumenau, 27 de janeiro de 2015.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 048/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 048/2015, DE 27 DE JANEIRO DE 2015

Nomeia Vitor Hugo Tamiosso Boer para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nºs 743, Anexo II, 745 e 746, de 19 de março de 2010, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 53/2014 e, ainda, a deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE - Processo nº 158/2014, NOMEIA

VITOR HUGO TAMIOSO BOER

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário, com lotação no Departamento de Medicina, Referência PQ01.

Blumenau, 27 de janeiro de 2015.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 049/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 049/2015, DE 27 DE JANEIRO DE 2015

Nomeia José Carlos Arenhart para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nºs 743, Anexo II, 745 e 746, de 19 de março de 2010, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 56/2014 e, ainda, a deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE - Processo nº 165/2014, NOMEIA

JOSÉ CARLOS ARENHART

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário, com lotação no Departamento de Medicina, Referência PQ02.

Blumenau, 27 de janeiro de 2015.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 050/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 050/2015, DE 27 DE JANEIRO DE 2015

Nomeia Samantha Nagasako Soejima para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nºs 743, Anexo II, 745 e 746, de 19 de março de 2010, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 54/2014 e, ainda, a deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE - Processo nº 163/2014, NOMEIA

SAMANTHA NAGASAKO SOEJIMA

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário, com lotação no Departamento de Medicina, Referência PQ04.

Blumenau, 27 de janeiro de 2015.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 051/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 051/2015, DE 27 DE JANEIRO DE 2015

Nomeia Rodrigo Ferracin de Souza para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nºs 743, Anexo II, 745 e 746, de 19 de março de 2010, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 52/2014 e, ainda, a deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE - Processo nº 177/2014, NOMEIA

RODRIGO FERRACIN DE SOUZA

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário, com lotação no Departamento de Medicina, Referência PQ01.

Blumenau, 27 de janeiro de 2015.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 052/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 052/2015, DE 27 DE JANEIRO DE 2015

Nomeia Rafael Kmiliauskis Santos Gomes para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nºs 743, Anexo II, 745 e 746, de 19 de março de 2010, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 64/2014 e, ainda, a deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE - Processo nº 201/2014, NOMEIA

RAFAEL KMILIAUSKIS SANTOS GOMES

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário, com lotação no Departamento de Medicina, Referência PQ02.

Blumenau, 27 de janeiro de 2015.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 053/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 053/2015, DE 27 DE JANEIRO DE 2015

Nomeia Lizandra Maria Zimmermann para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nºs 743, Anexo II, 745 e 746, de 19 de março de 2010, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 66/2014 e, ainda, a deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE - Processo nº 128/2013, NOMEIA

LIZANDRA MARIA ZIMMERMANN

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário, com lotação no Departamento de Química, Referência PQ04.

Blumenau, 27 de janeiro de 2015.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 054/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 054/2015, DE 27 DE JANEIRO DE 2015

Nomeia Endler Marcel Borges de Souza para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nºs 743, Anexo II, 745 e 746, de 19 de março de 2010, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 67/2014 e, ainda, a deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE - Processo nº 129/2013, NOMEIA

ENDLER MARCEL BORGES DE SOUZA

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário, com lotação no Departamento de Química, Referência PQ04.

Blumenau, 27 de janeiro de 2015.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 055/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 055/2015, DE 28 DE JANEIRO DE 2015

Delega competência a servidores para assinatura de Atos Convocatórios e Editais de Licitação.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso de suas atribuições legais e considerando, ainda, o disposto no inciso VII do art. 21 do Estatuto da FURB, homologado pelo Decreto Municipal nº 9199, de 30 de junho de 2010, DELEGA competência aos Servidores Técnico-Administrativos adiante nominados

1. FERNANDO LUIZ KRAMBECK, Chefe da Divisão de Administração Financeira;
2. MARCO AURÉLIO DE OLIVEIRA, Chefe da Divisão de Administração de Materiais.

para assinarem Atos Convocatórios e Editais de Licitação, de acordo com o estabelecido nas Leis Federais nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002.

Revoga-se, a contar de 19 de janeiro de 2015, a Portaria nº 332/2013, de 28 de maio de 2013.

Blumenau, 28 de janeiro de 2015.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 056/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 056/2015, DE 28 DE JANEIRO DE 2015

Designa Equipe de Apoio para auxiliar os Pregoeiros na realização de procedimentos licitatórios na Modalidade de Pregão.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no inciso IV do art. 3º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e no art. 8º do Decreto Municipal nº 7.732, de 3 de agosto de 2004, bem como, ainda, as indicações constantes do Memorando nº 003/2015/DAM, de 27 de janeiro de 2015, oriundo da Chefia da Divisão de Administração de Materiais, DESIGNA os Servidores Técnico-Administrativos adiante nominados para compor a Equipe de Apoio para auxiliar os Pregoeiros na realização de procedimentos licitatórios na Modalidade de Pregão:

ANDRÉIA PIETROVSKI  
CAROLINE GOEBEL PEREIRA  
DANIELA D'ARAÚJO COSTA  
FABIANA RISCAROLLI  
GUILHERME VARGAS

Revoga-se, a contar desta data, a Portaria nº 811/2014, de 27 de junho de 2014.

Blumenau, 28 de janeiro de 2015.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 058/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 058/2015, DE 28 DE JANEIRO DE 2015

Designa Pregoeiros para realização de procedimentos licitatórios na Modalidade de Pregão.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no inciso IV do art. 3º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e no art. 8º do Decreto Municipal nº 7.732, de 3 de agosto de 2004, bem como, ainda, as indicações constantes do Memorando

Nº 002/2015/DAM, de 27 de janeiro de 2015, oriundo da Chefia da Divisão de Administração de Materiais, DESIGNA os Servidores Técnico-Administrativos adiante nominados para atuar como Pregoeiros na realização de procedimentos licitatórios na Modalidade de Pregão:

ANDRÉIA PIETROVSKI  
LUCÉLIO BELLETTI  
MARCO AURÉLIO DE OLIVEIRA  
ROBERTO BERNHARD DISSE

Revoga-se, a contar desta data, a Portaria nº 810/2014, de 26 de junho de 2014.

Blumenau, 28 de janeiro de 2015.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 059/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 059/2015, DE 28 DE JANEIRO DE 2015

Nomeia Roberta Andressa Pereira para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nºs 743, Anexo II, 745 e 746, de 19 de março de 2010, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 03/2014 e, ainda, a deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE - Processo nº 070/2014, NOMEIA

ROBERTA ANDRESSA PEREIRA  
para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Universitário, com lotação no Departamento de Ciências Naturais, Referência PQ02.

Blumenau, 28 de janeiro de 2015.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

**PORTARIA Nº 060/2015 - FURB**

PORTARIA Nº 060/2015, DE 29 DE JANEIRO DE 2015

Torna sem efeito, por desistência da vaga e do cargo, a nomeação de GISELLE VANESSA TREVISAN no cargo de Professor de Nível Médio/Profissionalizante.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 660/2007, 743/2010, nº 745/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau,

**RESOLVE:**

Tornar sem efeito, por desistência expressa da vaga e do cargo, nos termos do Artigo 16, da Lei Complementar 660/2007, a nomeação de GISELLE VANESSA TREVISAN no cargo de PROFESSOR DE NÍVEL MÉDIO/PROFISSIONALIZANTE, nomeada pela Portaria nº 012/2015, de 20 de janeiro de 2015.

Blumenau, 29 de janeiro de 2015.  
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO



# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 077/2015 DE 18 DE MAIO DE 2015.

PORTARIA Nº 077/2015, DE 18 DE MAIO DE 2015.

NOMEAR SERVIDORA EM SUBSTITUIÇÃO PARA CARGO DE PROFESSOR I E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

#### R E S O L V E:

Art. 1º. NOMEAR a Sra. Elisane Julci Vargas, portadora do CPF sob nº. 029.300.509-50, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes para ocupar o cargo de Professor I – Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo o vencimento base constante no Anexo I: MAG 0200, a partir de 18 de maio de 2015, com vencimento no respectivo Plano de Cargos e Carreiras do Magistério Público de Bom Jesus do Oeste – SC, Lei Complementar nº 917/2013 de 20 de dezembro de 2013, de acordo com classificação de processo seletivo nº 002/2015, em substituição a Servidora Sra. Marilei Salete Oliveira Horn que está afastada por Licença Premio e Atestado Médico até o dia 12/06/2015.

Art. 2º. Ficam suspensos os efeitos da portaria 025/2015 de 18 de fevereiro de 2015.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;  
Publique-se;  
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 18 de maio de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 078/2015 DE 18 DE MAIO DE 2015.

PORTARIA Nº 078/2015, DE 18 DE MAIO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

#### R E S O L V E:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde a Servidora Municipal Sra. SANDRA F. M. STEFFLER, inscrita na matrícula nº 180-5, ocupante do cargo de Professora, conforme Atestado Médico, no período de 09 de maio de 2015 a 16 de maio de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor com data retroativa de 09/05/2015, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;  
Publique-se;  
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 18 de maio de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 079/2015 DE 18 DE MAIO DE 2015.

PORTARIA Nº 079/2015, DE 18 DE MAIO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

#### R E S O L V E:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde a Servidora Municipal Sra. MARILEI SALETE OLIVEIRA HORN, inscrita nas matrículas nº 183-0 e 696-3, ocupante do cargo de Professora, conforme Atestado Médico, no período de 14 de maio de 2015 a 12 de junho de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor com data retroativa de 14/05/2015, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;  
Publique-se;  
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 18 de maio de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 080/2015 DE 18 DE MAIO DE 2015.

PORTARIA Nº 080/2015, DE 18 DE MAIO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

#### R E S O L V E:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde ao Servidor Municipal Sr. CÉLIO JOSÉ FAZZIONI, inscrito na matrícula nº 590-8, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Planejamento, conforme Atestado Médico, no período de 15 de maio de 2015 a 03 de junho de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;  
Publique-se;  
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 18 de maio de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

# Bom Retiro

## PREFEITURA

### 2275.15 - L CONV COLÉG AGRICOLA

Lei n.º 2275/2015 de 13.05.15

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A COOPERATIVA ESCOLA DOS ALUNOS DO COLÉGIO AGRÍCOLA CAETANO COSTA LTDA.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC;

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, a firmar Convênio com a Cooperativa Escola dos Alunos do Colégio Agrícola Caetano Costa Ltda, objetivando o pagamento integral da mensalidade do aluno do município matriculado na referida Instituição Educacional no Exercício de 2015.

Art. 2º. As despesas decorrentes da presente Lei, correm por conta da dotação orçamentária abaixo especificada:

04.00 – SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

04.01 – SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

12.364.0020.2015 – APOIO AOS ESTUDANTES DE 2º E 3º GRAU

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.50.00 – Transferências a Instituição Privadas s/ fins lucrativos

Rec. 01.00 – Recursos Ordinários, do orçamento vigente.

Art. 3º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 13 de maio de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR LINS

Sec. Mun. Adm. e Fazenda

### 33.15 - DEC CONSELHO FUNDAÇÃO CULTURAL

Decreto n. 033/15 de 14.05.2015.

Nomeia os Membros para Compor o Conselho Municipal de Política Cultural - CMPCBR.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro-SC no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei n.º 2259/2014 de 09 de dezembro de 2014;

**D e c r e t a:**

Art. 1. Ficam nomeados os membros para compor o Conselho Municipal de Política Cultural - CMPCBR, de acordo com a indicação abaixo descrita:

Representantes do Poder Executivo

a) 01 (um) representante da Fundação Cultural de Bom Retiro

Membro Titular: Jackeline Santos de Abreu

Membro Suplente: Lucrécia Bárbara Heinz da Rosa

b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

Membro Titular: Ires Kapitula Bosquetti

Membro Suplente: Jeferson Ulisses Nunes

c) 01 (um) representante da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Membro Titular: Perla de Oliveira dos Santos

Membro Suplente: Arnaldo Jean do Nascimento

d) 01 (um) representante da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo

Membro Titular: Mario Luiz Schlichting

Membro Suplente: Jocelene Goedert Santos

e) 01 (um) representante da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Membro Titular: Marilene dos Santos Neckel

Membro Suplente: Elizabete Werlich Mateus

Representantes da Sociedade Civil:

a) 01 (um) representante da Associação Coral Nossa Senhora do Perpétuo Socorro

Membro Titular: Virginia das Graças Pirola

Membro Suplente: Elza Bunn Varela

b) 01 (um) representante da Cooperativa Familiar

Membro Titular: Sônia Ribeiro

Membro Suplente: Carol Leimkuhl

c) 01 (um) representante da Sociedade Cultural Bonretireense

Membro Titular: Rosemar Vieira Rovaris

Membro Suplente: Alcione Luiz Sebold

d) 01 (um) representante do Grupo de Teatro

Membro Titular: Álvaro Gonçalves de Lins Junior

Membro Suplente: Gabriela Moretti de Souza Trentin

e) 01 (um) representante do Clube de Mães

Membro Titular: Laura Pereira dos Santos

Membro Suplente: Ana de Almeida Silva

Art. 2. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 14 de maio de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Secret. Mun. Administ. e Fazenda

**34.15 - DEC. PARALISA FUNCIONAMENTO CRECHE**

Decreto N.º 34/15 de 14.05.2015

Paralisa o Funcionamento de Creche Municipal, pela transferência dos alunos para o Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais;

**R e s o l v e:**

Art.º 1º - Paralisar o funcionamento da Creche Municipal Antônia Maria da Silva Vieira, situada no Loteamento Capistrano, no Município de Bom Retiro em virtude da transferência dos alunos para o Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Art.º 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 14 de maio de 2015.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Na data supra.

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**472.05.15 - P. CESSA EF. PORT. ANA AP. R. CRUZ**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 472/15 de 13.05.15

Cessa Efeitos da Portaria N. 037/14 de 06.01.14

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais;

**R e s o l v e:**

Cessar os efeitos da Portaria n.º 037/14 de 06.01.14, que concedeu Licença sem Vencimentos para tratar de assuntos particulares, a funcionária Ana Aparecida Ribeiro da Cruz de Oliveira, ocupante do cargo de Servente – Padrão I – Nível 1 – do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 13 de maio de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 13 de maio de 2015.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**473.05.15 - P. EXON. ANA AP. R. CRUZ**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 473/15 de 13.05.15

Exonera Servidora a Pedido

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

**R e s o l v e:**

Conceder Exoneração a servidora Ana Aparecida Ribeiro da Cruz, do Cargo de Servente – Padrão I - Nível – 01, do Quadro de Pessoal Nomeado em Caráter Efetivo do Município, através da Portaria n.º 086/2007 de 12.02.2007, com exercício na Secretaria Municipal de

Saúde, a contar do dia 13 de maio de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 13 de maio de 2015.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**474.05.15 - PORT. INTERROMPE FÉRIAS MARCOS A. CAPISTRANO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Portaria n.º 474/15 de 13.05.15.

Interrompe Período de Férias por Necessidade do Serviço

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 69 e 70 da Lei Complementar nº 01/03 de 02.12.03 (Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC);

**RESOLVE:**

Interromper, por necessidade do serviço, considerando a falta de motorista substituto, as férias do Servidor Marcos Antonio Capistrano, concedida pela portaria nº 453/15 de 06.05.15, ora exercendo o cargo em caráter efetivo, de Motorista - Padrão 1 – Nível 4, restando-lhe 22 (vinte e dois) dias, onde serão interrompidos 10 (dez) dias a ser pago em pecúnia, conforme acordo estabelecido, devendo assim o restante ser gozado em seguida.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, 13 de maio de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS  
Secret. Munic. Adm. e Fazenda

**475.05.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE IRES K. BOSQUETTI**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 475/15 de 15.05.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

**R e s o l v e:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 12 de maio de 2015, a funcionária Ires Kapitula Bosquetti, Ocupante do cargo de Assessor de Serviços Gerais, Padrão I – Nível 17, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 15 de maio de 2015.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**476.05.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE IRES K. BOSQUETTI**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 476/15 de 15.05.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

**R e s o l v e:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 02 (dois) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 14 e 15 de maio de 2015, a funcionária Ires Kapitula Bosquetti, Ocupante do cargo de Assessor de Serviços Gerais, Padrão I – Nível 17, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 15 de maio de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**477.05.15 - P. REMANEJAMENTO MARIA N. B. SCHLEMPER**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 477/15 de 14.05.15

Remaneja Servidora

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais:

**R e s o l v e:**

Remanejar a servidora Maria Neusa Branco Schlemper, ocupante do cargo de Professor I - 3, Padrão 1 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Creche Municipal Antônia Maria da Silva Vieira, para ocupar as mesmas funções no Centro de Educação infantil Professor Alosir Moretti a partir da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 14 de maio de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**478.05.15 - P. REMANEJAMENTO ROSA O. V. FERREIRA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 478/15 de 14.05.15

Remaneja Servidora

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais:

**R e s o l v e:**

Remanejar a servidora Rosa Olivia Vieira Ferreira, ocupante do cargo de Professor I - 3, Padrão 1 – Nível 22, 30 horas semanais, do

quadro de Pessoal do Município com exercício na Creche Municipal Antônia Maria da Silva Vieira, para ocupar as mesmas funções no Centro de Educação infantil Professor Alosir Moretti a partir da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 14 de maio de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**479.05.15 - P. REMANEJAMENTO NAIARA L. DEINANI**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 479/15 de 14.05.15

Remaneja Servidora

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais:

**R e s o l v e:**

Remanejar a servidora Naiara Luci Deinani, ocupante do cargo de Professor I - 3, Padrão 1 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Creche Municipal Antônia Maria da Silva Vieira, para ocupar as mesmas funções no Centro de Educação infantil Professor Alosir Moretti a partir da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 14 de maio de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**480.05.15 - P. REMANEJAMENTO LUCRECIA B. H. ROSA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 480/15 de 14.05.15

Remaneja Servidora

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais:

**R e s o l v e:**

Remanejar a servidora Lucrecia Bárbara Heinz da Rosa, ocupante do cargo de Professor I - 3, Padrão 1 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Creche Municipal Antônia Maria da Silva Vieira, para ocupar as mesmas funções no Centro de Educação infantil Professor Alosir Moretti a partir da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 14 de maio de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda



**481.05.15 - P. REMANEJAMENTO VERA M. C. VIEIRA**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 481/15 de 14.05.15  
Remaneja Servidora

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais:

**R e s o l v e:**

Remanejar a servidora Vera Marcia Cabral Vieira, ocupante do cargo de Professor I - 3, Padrão 1 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Creche Municipal Antônia Maria da Silva Vieira, para ocupar as mesmas funções no Centro de Educação infantil Professor Alosir Moretti a partir da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 14 de maio de 2015.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**482.05.15 - P. REMANEJAMENTO SIRLENE F. BRUDER**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 482/15 de 14.05.15  
Remaneja Servidora

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais:

**R e s o l v e:**

Remanejar a servidora Sirlene Floriano Bruder, ocupante do cargo de Professor I - 3, Padrão 1 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Creche Municipal Antônia Maria da Silva Vieira, para ocupar as mesmas funções no Centro de Educação infantil Professor Alosir Moretti a partir da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 14 de maio de 2015.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**483.05.15 - P. REMANEJAMENTO VIVIANE R. PIRES**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 483/15 de 14.05.15  
Remaneja Servidora

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais:

**R e s o l v e:**

Remanejar a servidora Viviane Rosar Pires, ocupante do cargo de Professor I - 3, Padrão 1 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Creche Municipal Antônia Maria da Silva Vieira, para ocupar as mesmas funções no Centro de Educação infantil Professor Alosir Moretti a partir da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 14 de maio de 2015.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**484.05.15 - P. REMANEJAMENTO TEREZINHA AP. P. GOEDERT**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 484/15 de 14.05.15  
Remaneja Servidora

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais:

**R e s o l v e:**

Remanejar a servidora Terezinha Aparecida Pereira Goedert, ocupante do cargo de Professor I - 3, Padrão 1 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Creche Municipal Antônia Maria da Silva Vieira, para ocupar as mesmas funções no Centro de Educação infantil Professor Alosir Moretti a partir da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 14 de maio de 2015.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**485.05.15 - P. REMANEJAMENTO ANGELA M. OLIVEIRA**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 485/15 de 14.05.15  
Remaneja Servidora

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais:

**R e s o l v e:**

Remanejar a servidora Ângela Maria de Oliveira, ocupante do cargo de Professor I - 3, Padrão 1 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Creche Municipal Antônia Maria da Silva Vieira, para ocupar as mesmas funções no Centro de Educação infantil Professor Alosir Moretti a partir da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 14 de maio de 2015.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**486.05.15 - P. REMANEJAMENTO GERVASIO M. KULL**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 486/15 de 14.05.15  
Remaneja Servidor

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais:

**R e s o l v e:**

Remanejar o servidor Gervasio Marcelino Kull, ocupante do cargo de Professor I - 3, Padrão 1 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Creche Municipal Antônia Maria da Silva Vieira, para ocupar as mesmas funções no Centro de Educação infantil Professor Alosir Moretti a partir da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 14 de maio de 2015.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**487.05.15 - P. REMANEJAMENTO MARINES CABRAL**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 487/15 de 14.05.15  
Remaneja Servidora

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais:

**R e s o l v e:**

Remanejar a servidora Marines Cabral, ocupante do cargo de Servente, Padrão 1 – Nível 1, 40 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Creche Municipal Antônia Maria da Silva Vieira, para ocupar as mesmas funções no Centro de Educação infantil Professor Alosir Moretti a partir da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 14 de maio de 2015.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**488.05.15 - P. DES. SUB. CONC. GRAT. ERICLEIA F. MOTA**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 488/15 de 15.05.15  
Designa Substituta

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais:

**R e s o l v e:**

Art. 1 – Designar a funcionária Municipal Ericleia Faustino da Mota, ocupante do Cargo Assistente Administrativo – Padrão I – Nível 6, para nos termos do Art. 40 da Lei Complementar N.º 01/03 de 02 de Dezembro de 2003 que Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro que alterou as Leis N.º 1357 de 07.11.96 e Lei n.º 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos

Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC), substituir Saulo Steimbach Assistente Administrativo – Padrão I – Nível 6, que se encontra em Férias no período de 11 de maio com término no dia 09 de junho de 2015.

Art. 2 – Pelo período de substituição a funcionária designada perceberá uma gratificação correspondente a 20% do vencimento do Cargo.

Publique-se e comunique-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 15 de maio de 2015.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**489.05.15 - P. EXON. RUBIA B. CORREA**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 489/15 de 15.05.15  
Exonera Servidora a Pedido

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

**R e s o l v e:**

Conceder Exoneração a servidora Rubia Batista Correa, do Cargo de Servente – Padrão I - Nível – 01, do Quadro de Pessoal Nomeado em Caráter Efetivo do Município, através da Portaria n.º 082/2007 de 12.02.2007, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, a contar do dia 13 de maio de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 15 de maio de 2015.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**490.05.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE IRES K. BOSQUETTI**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 490/15 de 18.05.15  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

**R e s o l v e:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 18, 19 e 20 de maio de 2015, a funcionária Ires Kapitula Bosquetti, Ocupante do cargo de Assessor de Serviços Gerais, Padrão I – Nível 17, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 18 de maio de 2015.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**491.05.15 - P. PRORROGA LIC. TRAT. SAUDE FRANCISCA AP. OLIVEIRA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 491/15 de 18.05.15

Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

**R e s o l v e:**

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde de acordo com o atestado médico apresentado até o dia 30 de junho de 2015, a funcionária Francisca Aparecida de Oliveira, Ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem Socorrista, Padrão I - Nível 03, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - SAMU.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 18 de maio de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2015 FMAS**

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BOM RETIRO/SC

AVISO DE PUBLICAÇÃO

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2015

PROCESSO N. 05/2015 DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Após a análise detalhada dos elementos constantes dos autos e com base no Parecer Jurídico exarado dentro da legislação pertinente, no uso das atribuições legais a mim conferidas e com fulcro no art. 24 inciso IV da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, RATIFICO a dispensa de licitação em favor da instituição: CASA LAR "VOVÓ SEBASTIANA", inscrita no CNPJ: 03.860.470/0001-13, tendo como objeto a Contratação de instituição para acolhimento imediato do menor W. de J. ante a determinação judicial nos autos nº 0000289-38.2015.8.24.0009. Valor Mensal: R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais). Dê-se ciência desta decisão aos interessados, providencie-se a celebração do necessário contrato e publique-se o presente ato na imprensa oficial, conforme estabelecido no art. 26 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, para fins de eficácia da RATIFICAÇÃO aqui proferida.

Bom Retiro, 19 de maio de 2015.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito

**RESCISÃO CONTRATO 06/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Termo de Rescisão de Contrato Nº 06/2015

O presente termo tem por objeto a rescisão unilateral do Contrato 06/2015 cujo objeto é a Contratação de serviços de Nutricionista, na elaboração, coordenação e fiscalização de cardápio para a alimentação escolar, junto às escolas do campo: Sapato; Três Pontas; Gabiroba; Rio Sincero, Arroio Frederico; Barreiro, Costão do Frade; São Francisco - Barbaquá; Canoas; Margarida Bugler Wiggers, Vereador Oldemar Philippi – Paraíso da Serra, Núcleo Municipal São José, Núcleo Municipal Henrique Hemkmayer – Bairro Capistrano, Creche Irmã Paula, Creche Patrícia Deucher, Creche Antônia Maria Vieira, no exercício de 2015, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Bom Retiro e Vanessa Costa, celebrado em 02 de fevereiro de 2015.

Bom Retiro, 15 de maio de 2015.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

# Botuvera

## PREFEITURA

### CTR37/2015-RESTAURANTE DO NIDO LTDA ME

Extrato de Contrato nº 37/2015

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: Restaurante do Nido Ltda ME

Tipo: Maior Oferta/lance

Percentual: 10% (dez por cento) sobre a receita líquida.

Objeto: Concessão parcial de exploração da 24ª Festa Bergamasca-2015

Fund.Legal: PL20/2015-Pregão Presencial nº08/2015

### LEI Nº 1.293/2015

LEI nº 1.293/2015

Dispõe sobre a Organização do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – SMDC – institui a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON, o Comitê Gestor Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – COMDECON, e institui o Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – FMDC, e dá outras providências.

O prefeito do Município de Botuverá faz saber que a Câmara Municipal Aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

#### CAPÍTULO I

##### DO SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Art. 1º A presente Lei estabelece a organização do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – SMDC, nos termos da Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 e Decreto nº 2.181 de março de 1997.

Art. 2º São órgãos do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – SMDC;

I – A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON;

II – Comitê Gestor Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – COMDECON.

III – FUNDO Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor Parágrafo único. Integram o Sistema Municipal de Defesa do Consumidor os órgãos e entidades da Administração Pública municipal que se dedicam à proteção e defesa do consumidor, sediadas no município, observando o disposto nos arts. 82 e 105 da Lei 8.078/90.

#### CAPÍTULO II

##### DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR – PROCON

###### Seção I

###### Das Atribuições

Art. 3º Fica criado o PROCON Municipal de Botuverá, órgão da Secretaria (nome da secretaria), destinado a promover e implementar as ações direcionadas à educação, orientação, proteção e defesa do consumidor e coordenação a política do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor, cabendo-lhe:

I – Planejar, elaborar, propor, coordenar e executar a política municipal de proteção ao consumidor;

II – Receber, analisar, avaliar e encaminhar consultas, reclamações e sugestões apresentadas por consumidores, por entidades representativas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado;

III – Orientar permanentemente os consumidores e fornecedores sobre seus direitos, deveres e prerrogativas;

IV – Encaminhar ao Ministério Público a notícia de fatos tipificados como crimes contra as relações de consumo e as violações a

direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.

V – Incentivar e apoiar a criação e organização de associações civis de defesa do consumidor e apoiar as já existentes, inclusive com recursos financeiros e outros programas especiais;

VI – Promover medidas e projetos contínuos de educação para o consumo, podendo utilizar os diferentes meios de comunicação e solicitar o concurso de outros órgãos da Administração Pública e da sociedade civil;

VII – Colocar à disposição dos consumidores mecanismos que possibilitem informar os menores preços dos produtos básicos, entre outras pesquisas;

VII – Manter cadastro atualizado de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, divulgando-o pública e anualmente, no mínimo, nos termos do art. 44 da Lei nº 8.078/90 e dos arts. 57 e 62 do Decreto 2.181/97, remetendo cópia ao Procon Estadual, preferencialmente em meio eletrônico;

IX – Expedir notificações aos fornecedores para prestarem informações sobre reclamações apresentadas pelos consumidores e comparecerem às audiências de conciliação designadas, nos termos do art. 55, § 4º da Lei 8.078/90;

X – Instaurar, instruir e concluir processos administrativos para apurar infrações à Lei 8.078/90, podendo mediar conflitos de consumo, designando audiências de conciliação;

XI – Fiscalizar e aplicar as sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90 e Decreto nº 2.181-97);

XII – Solicitar o concurso de órgão e entidades de notória especialização técnica para a consecução dos seus objetivos;

XII – Encaminhar à Defensoria Pública do Estado os consumidores que necessitem de assistência jurídica.

XIV – propor a celebração de convênios com outros Municípios, entidades públicas, civis ou privadas, para defesa do consumidor.

#### Seção II

##### Da Estrutura

Art. 4º A Estrutura Organizacional do PROCON municipal será a seguinte¹:

I – Coordenadoria Executiva;

II – Setor de Educação ao Consumidor, Estudos e Pesquisas;

III – Setor de Atendimento ao Consumidor;

IV – Setor de Fiscalização; V – Setor de Assessoria Jurídica;

VI – Setor de Apoio Administrativo;

VII – Ouvidoria.

Art. 5º A Coordenadoria Executiva será dirigida por Coordenador Executivo, e os serviços por Chefes.

Parágrafo único. Os serviços do PROCON serão executados por servidores públicos municipais, podendo ser auxiliados por estagiários de 2º e 3º graus.

Art. 6º O Coordenador Executivo do PROCON Municipal será nomeado pelo Prefeito Municipal.

Art. 7º O Poder Executivo municipal colocará à disposição do PROCON os recursos humanos necessários para o funcionamento do órgão, promovendo os remanejamentos necessários.

Art. 8º O Poder Executivo municipal disporá os bens materiais e recursos financeiros para o perfeito funcionamento do órgão, promovendo os remanejamentos necessários.

#### CAPÍTULO III

##### DO COMITÊ GESTOR MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR – COMDECON

Art. 9º Fica instituído o Comitê Gestor Municipal de Proteção e



Defesa do Consumidor, com as seguintes atribuições:

I – Atuar na formulação de estratégias e diretrizes para a política municipal de defesa do consumidor.

II – Administrar e gerir financeira e economicamente os valores e recursos depositados no Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – FMDC, bem como deliberar sobre a forma de aplicação e destinação dos recursos na reconstituição dos bens lesados e na prevenção de danos, zelando pela aplicação dos recursos na consecução dos objetivos previstos nesta Lei, bem como nas Leis nº 7.347/85 e 8.078/90 e seu Decreto Regulamentador.

III – Prestar e solicitar a cooperação e a parceria de outros órgãos públicos;

IV – Elaborar, revisar e atualizar as normas referidas no § 1º do art. 55 da lei nº 8.078/90.

V – aprovar e fiscalizar o cumprimento de convênios e contratos como representante do Município de (nome da cidade), objetivando atender ao disposto no item II deste artigo;

VI – examinar e aprovar projetos de caráter científico e de pesquisa visando ao estudo, proteção e defesa do consumidor;

VII – aprovar e publicar a prestação de contas anual do Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – FMDC, dentro de 60 (sessenta) dias do início do ano subsequente;

VIII – Elaborar seu Regimento Interno.

Art. 10. O Comitê Gestor Municipal será composto por representantes do Poder Público assim discriminados:

I – O coordenador municipal do PROCON é membro nato;

II – O Secretário Municipal do qual o PROCON está vinculado;

III – Um representante da Secretaria (nome da Secretaria)

IV – Um representante da Procuradoria do Município;

§1º O Comitê Gestor Municipal elegerá o seu presidente dentre os representantes do Poder Público.

§ 2º Deverão ser asseguradas a participação e manifestação dos representantes do Ministério Público Estadual e da Defensoria Pública Estadual nas reuniões do Comitê Gestor Municipal.

§ 3º As indicações para nomeações ou substituições de representantes do Comitê serão feitas pelas entidades ou órgãos na forma de seus estatutos.

§ 4º Para cada membro será indicado um suplente que substituirá, com direito a voto, nas ausências ou impedimento do titular.

§ 5º Perderá a condição de representante do Comitê e deverá ser substituído o representante que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 6 (seis) alternadas, no período de 1 (um) ano.

§ 6º Os órgãos e entidades relacionados neste artigo poderão, a qualquer tempo, propor a substituição de seus respectivos representantes, obedecendo o disposto no § 2º deste artigo.

§ 7º As funções dos membros do Comitê Gestor Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor não serão remuneradas, sendo seu exercício considerado relevante serviços à promoção e preservação da ordem econômica e social local.

§ 8º Os membros do Comitê Gestor Municipal de Proteção e Defesa do consumidor e seus suplentes, à exceção do membro nato, terão mandato de dois anos, permitida a recondução.

Art. 11. O Comitê reunir-se-á ordinariamente 01 (uma) vez por mês e extraordinariamente sempre que convocados pelo Presidente ou por solicitação da maioria de seus membros. Parágrafo único – As sessões do Comitê instalar-se-ão com a maioria dos votos presentes.

#### CAPITULO IV

#### DO FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR – FMDC

Art. 12. Fica instituído o Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – FMDC, de que trata o art. 57, da Lei Federal nº 8.078 de 11 de setembro de 1990, regulamentada pelo Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997, com objetivo de receber recursos destinados ao desenvolvimento das ações e serviços de proteção e defesa dos direitos dos consumidores. Parágrafo único. O FMDC será gerido pelo Comitê Gestor, composto pelos membros

do Comitê Gestor Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, nos termos do item II, do art. 9º, desta Lei.

Art. 13. O FMPC terá o objetivo de prevenir e reparar os danos causados à coletividade de consumidores no âmbito do município de (nome do município).

§ 1º Os recursos do Fundo ao qual se refere este artigo, serão aplicados:

I – Na reparação dos danos causados à coletividade de consumidores do município de (nome do município);

II – Na promoção de atividades e eventos educativos, culturais e científicos e na edição de material informativo relacionado à educação, proteção e defesa do consumidor;

III – No custeio de exames periciais, estudos e trabalhos técnicos necessário à instrução de inquérito civil ou procedimento investigatório preliminar instaurado para a apuração de fato ofensivo ao interesse difuso ou coletivo.

IV – Na modernização administrativa do PROCON;

V – No financiamento de projetos relacionados com os objetivos da Política Nacional das Relações de Consumo (art. 30, Dec. nº 2.181/90);

VI – No custeio de pesquisas e estudos sobre o mercado de consumo municipal elaborado por profissional de notória especialização ou por instituição sem fins lucrativos incumbida regimental ou estruturalmente da pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional.

VII – No Custeio da participação de representantes do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – SMDC em reuniões, encontros e congressos relacionados à proteção e defesa do consumidor, e ainda investimentos em materiais educativos e de orientação ao consumidor;

§ 2º Na hipótese do inciso III deste artigo, deverá o Comitê Gestor Municipal considerar a existência de fontes alternativas para custeio da perícia, a sua relevância, a sua urgência e as evidências de sua necessidade.

Art. 14. Constituem recursos do Fundo o produto da arrecadação: I – das condenações judiciais de que tratam os artigos 11 e 13 da lei 7.347 de 24 de julho de 1985;

II – Dos valores destinados ao município em virtude da aplicação da multa prevista no art. 56, inciso I e no art. 57 e seu Parágrafo Único da Lei nº 8.078/90, assim como daquela cominada por descumprimento de obrigação contraída em termo de ajustamento de conduta;

III- As transferências orçamentárias provenientes de outras entidades públicas ou privadas;

IV – Os rendimentos decorrentes de depósitos bancários e aplicações financeiras, observadas as disposições legais pertinentes;

V – As doações de pessoas físicas e jurídicas nacionais e estrangeiras;

VI – Outras receitas que vierem a ser destinadas ao Fundo;

Art. 15. As receitas descritas no artigo anterior serão depositadas obrigatoriamente em conta especial, a ser aberta e mantida em estabelecimento oficial de crédito, à disposição do Comitê Gestor.

§ 1º As empresas infratoras comunicarão no prazo de 10 (dez) dias, ao Comitê Gestor os depósitos realizados a crédito do Fundo, com especificação da origem.

§ 2º Fica autorizada a aplicação financeira das disponibilidades do Fundo em operações ativas, de modo a preservá-las contra eventual perda do poder aquisitivo da moeda.

§ 3º O saldo credor do Fundo, apurado em balanço no término de cada exercício financeiro, será transferido para exercício seguinte, a seu crédito.

§ 4º O Presidente do Comitê Gestor é obrigado a publicar mensalmente os demonstrativos de receitas e despesas gravadas nos recursos do Fundo, repassando cópia aos demais conselheiros, na primeira reunião subsequente.

Art. 16. O Comitê Gestor Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor reunir-se-á ordinariamente em sua sede, no seu Município, podendo reunir-se extraordinariamente em qualquer ponto do território estadual.

## CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. A Prefeitura Municipal prestará apoio administrativo e fornecerá os recursos humanos e materiais ao Comitê Gestor e ao FMDC, que serão administrados por uma secretaria executiva.

Art. 20. No desempenho de suas funções, os órgãos do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor poderão manter convênios de cooperação técnica entre si e com outros órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, no âmbito de suas respectivas competências e observado o disposto no art. 105 da Lei 8.078/90.

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor integra o Sistema Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo estabelecer convênios para o desenvolvimento de ações e programas de defesa do consumidor com o órgão e coordenador estadual.

Art. 21. Consideram-se colaboradores do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor as universidades públicas ou privadas, que desenvolvam estudos e pesquisas relacionadas ao mercado de consumo. Parágrafo único. Entidades, autoridades, cientistas e técnicos poderão ser convidados a colaborar em estudos ou participar de comissões instituídas pelos órgãos de proteção ao consumidor.

Art. 22. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Município.

Art. 23. O Poder Executivo municipal aprovará, mediante decreto, o Regimento Interno do PROCON municipal, definindo a sua subdivisão administrativa e dispondo sobre as competências e atribuições específicas das unidades e cargos.

Art. 24. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 25. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Botuverá, em 20 de Março de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

## LEI Nº 1.294/2015

LEI Nº 1.294/2015

Dispõe sobre a concessão dos benefícios eventuais no âmbito da Política Municipal de Assistência Social.

JOSÉ LUIZ COLOMBI, Prefeito de Botuverá-SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

## CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Fica instituída a concessão dos benefícios eventuais no âmbito da Política Municipal de Assistência Social do município de Botuverá.

Art. 2º. O benefício eventual é uma modalidade de proteção social básica de caráter complementar, temporário, emergencial e transitório na forma de bens materiais para reposição de perdas e danos, com a finalidade de atender situações de vulnerabilidade ou enfrentar contingências, de modo a reconstruir a autonomia através da redução de impactos decorrentes de riscos sociais, que integra organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, (Lei Federal nº12.435/2011) com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais e humanos.

Art. 3º. A situação de vulnerabilidade temporária se caracteriza pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

I - riscos: ameaça de sérios padecimentos;

II - perdas: privação de bens e de segurança material; e

III - danos: agravos sociais e ofensa.

Parágrafo único. Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer:

I - da falta de:

a) acesso a condições e meios para suprir a reprodução social cotidiana do solicitante e de sua família, principalmente a de alimentação;

b) documentação; e

c) domicílio;

II - da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos filhos;

III - da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida;

IV - de outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.

Art. 4º. O Benefício Eventual destina-se às famílias e pessoas com renda per capita inferior a 1/2 ( meio ) do salário mínimo vigente e com impossibilidades de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais que provoquem riscos sociais e fragilizam a manutenção do indivíduo, da unidade familiar e a sobrevivência de seus membros.

§ 1º. A comprovação das necessidades para a concessão do benefício eventual será avaliada e assegurada por um assistente social, que integre uma das equipes de referência da Proteção Social, sendo vedada qualquer comprovação complexa e vexatória de pobreza ou de situações que provoquem constrangimento;

§ 2º. Deve ser assegurado o acompanhamento da família ou da pessoa conforme o estabelecido no SUAS, em serviço constante da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e indicada outras provisões que auxiliem as famílias no enfrentamento das situações de vulnerabilidade.

Art. 5º. A família ou pessoa beneficiada deverá estar cadastrada no Programa Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

Parágrafo único. Para cada atendimento o beneficiário deverá apresentar documentação mínima exigida pela Secretaria Municipal de Assistência Social para comprovação de sua condição, cujo rol será definido por resolução do Conselho da Assistência Social, que observará, quando da regulamentação, o disposto no §1º do artigo 4º desta lei.

Art. 6º. Nas situações de vulnerabilidade temporária será dada prioridade à família que possui integrantes como crianças, idosos, pessoa com deficiência, gestante, nutriz e nos casos de calamidade pública ou situação de emergência.

Parágrafo Único: a calamidade pública ou situação de emergência deve ser reconhecida pelo poder público, nos termos da regulamentação aplicável a espécie.

Art. 7º. Constituem provisões da Política de Assistência Social a concessão dos benefícios eventuais estabelecidos nesta lei, os quais deverão atender, no âmbito do "SUAS" aos seguintes princípios:

I - integração à rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas;

II - constituição de provisão certa para enfrentar com agilidade e presteza eventos incertos;

III - proibição de subordinação a contribuições prévias e de vinculação a contrapartidas;

IV - adoção de critérios de elegibilidade em consonância com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS;

V - garantia de qualidade e prontidão de respostas aos usuários, bem como de espaços para manifestação e defesa de seus direitos;

VI - garantia de igualdade de condições no acesso às informações e à fruição do benefício eventual;

VII - afirmação dos benefícios eventuais como direito relativo à cidadania;

VIII - ampla divulgação dos critérios para a sua concessão; e

IX - desvinculação de comprovações complexas e vexatórias de pobreza que estigmatizam os benefícios, os beneficiários e a política de assistência social.

Parágrafo único. Não são provisões da política de assistência social

as ações amparadas por programas ou políticas públicas próprias e específicas, vinculadas a outras secretarias ou unidades de governo, cabendo a assistência social apenas o encaminhamento do cidadão para o respectivo órgão que detém competência para o atendimento de sua necessidade.

## CAPÍTULO II DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS:

Art. 8º. Os benefícios eventuais a serem concedidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social são os seguintes:

- I - auxílio-natalidade;
- II - auxílio-funeral;
- III – auxílio foto para documentação civil;
- IV – auxílio fralda infantil;
- V – auxílio passagem;
- VI – auxílio frete;
- VII - auxílio aluguel social;
- VIII – auxílio alimentação;
- IX – Auxílio Renda Cidadã.

Parágrafo único. Os benefícios eventuais mencionados neste artigo constituem-se de prestações temporárias e não contributivas de assistência social, cuja duração e regras de concessão encontram-se estabelecidas nesta lei e em regulamentação específica do Conselho Municipal da Assistência Social.

### Seção I Auxílio Natalidade

Art. 9º. O benefício eventual, na forma de auxílio-natalidade, constitui-se em auxílio financeiro para reduzir vulnerabilidade provocada por nascimento de membro da família.

§ 1º O auxílio natalidade será concedido em parcela única no valor de um salário mínimo vigente por gestação; O benefício pode ocorrer na forma de pecúnia ou em bens de consumo.

§ 2º O requerimento do benefício de auxílio-natalidade, instruído com a certidão de nascimento do menor além de outros documentos exigidos pela assistência social conforme regulamentação deverá ser entregue até sessenta (60) dias após o nascimento e será concedido até trinta (30) dias após o requerimento.

### Seção II Auxílio Funeral

Art. 10. O benefício eventual, na forma de auxílio-funeral, constitui-se em auxílio financeiro à família, com o objetivo de reduzir a vulnerabilidade provocada por morte de membro da família, para cobrir despesas de velório, sepultamento e urna fúnebre.

Parágrafo único. Para obtenção do auxílio, o familiar responsável pelas despesas com o sepultamento, deverá apresentar em até trinta dias do falecimento, requerimento à assistência social, acompanhado da certidão de óbito e outros documentos que demonstrem ser o responsável pelas despesas com o sepultamento.

### Seção III Auxílio Foto para Documentação Civil

Art. 11. O benefício eventual na forma de auxílio foto para documentação civil, constitui-se no custeio das despesas para expedição de fotos necessárias à obtenção de documentação civil para o acesso a direitos sociais e ao exercício da cidadania.

### Seção V Auxílio Fralda Infantil

Art. 12. Auxílio fralda infantil, constitui na concessão à família com crianças com até 02 (dois) anos de idade, uma única vez ao mês, de fraldas para as crianças, conforme estabelecido em regulamento do Conselho da Assistência Social.

### Seção VI Auxílio Passagem

Art. 13. O benefício eventual na forma de Auxílio Passagem, intermunicipal e interestadual, na forma de vale-transporte (passes de ônibus), atenderá situações de deslocamento de ida de pessoas que pretendem retornar a sua cidade de origem.

### Seção VII Auxílio Frete

Art.14. Auxílio frete constitui em subsídio das despesas necessárias com a mudança de famílias e seus pertencer (móveis e utensílios), que não possuem mais condições de residir no município.

Parágrafo único. O valor do subsídio será definido após avaliação social, nos moldes do regulamento, e não poderá ultrapassar a quantia de meio salário mínimo vigente.

### Seção VIII Auxílio Aluguel Social

Art. 15. O benefício eventual na forma de Auxílio Aluguel Social, consiste em subsidiar as despesas com o pagamento de aluguel de imóvel residencial à família que:

I - tenha sido vítima de situação de emergência e calamidade pública, mediante resolução específica do CMAS;

II - encontre-se em condição de vulnerabilidade social, risco pessoal e social, em acompanhamento pela equipe do CRAS.

Parágrafo único - Para efeito deste auxílio, considera-se como família, um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consanguíneos, e que tenha como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros, e se encontra dialeticamente articulado com a estrutura social na qual está inserida.

Art. 16. Para habilitar-se no presente auxílio o beneficiário, deverá preencher os requisitos específicos previstos nesta Lei, bem como:

I - pertencer à família cuja renda per capita seja igual ou inferior a 1/2 do salário mínimo vigente, salvo quando expressa determinação judicial;

II - estar em acompanhamento da equipe do CRAS deste Município;

III - não possuir imóvel próprio no Município ou fora dele;

§1º - Na composição da renda familiar deverá ser levada em consideração a totalidade do rendimento bruto dos membros da família, oriundos do trabalho e/ou de outras fontes de qualquer natureza (BPC – Benefício de Prestação Continuada, Programa Bolsa Família PBF, etc.).

§2º - O período de vigência do referido benefício será de no máximo 03 (três) meses, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante avaliação realizada pela equipe multiprofissional do CRAS.

§3º O valor do subsídio será definido após avaliação social, nos moldes do regulamento, e não poderá ultrapassar a quantia de 1 (um) salário mínimo vigente.

### Seção IX Auxílio Alimentação

Art. 17. O benefício eventual na forma de Auxílio Alimentação, tem como objetivo o atendimento emergencial das famílias que se encontram em vulnerabilidade e risco social, com a finalidade de auxiliar no custeio da alimentação, produtos de higiene pessoal e de limpeza, para suprir situações esporádicas, de prestação temporária não contributiva.

Art. 18. O Auxílio Alimentação será concedido por meio de Cesta Básica, cartão ou outro meio tecnologicamente hábil a ser utilizado

no comércio, em valor que será determinado pela Secretaria de Assistência Social, levando-se em consideração o custo médio da "cesta básica".

§1º. O Auxílio Alimentação será destinado única e exclusivamente à aquisição de gênero alimentício – cesta básica, sendo vedada a aquisição por intermédio deste benefício de:

I - cigarro;

II - bebida alcoólica;

III - ração para animais;

IV - Outros produtos que tenham finalidade distinta da natureza deste benefício;

§3º. O Conselho de Assistência Social poderá definir através de resolução outros produtos que, pela sua natureza, não poderão ser adquiridos por meio deste benefício.

Art. 19. Terão acesso ao Auxílio Alimentação as famílias atendidas e avaliadas da sua situação sócio econômica, mediante visita domiciliar, por um (a) Assistente Social e que:

I – Residam no município de Botuverá;

II – Possuam integrantes crianças e/ou adolescentes, idosos, portadores de deficiência, gestantes e nutrízes;

III – Possuam renda per capita de 1/2 do salário mínimo vigente, ou que apresente condições que colocam a família em situação de vulnerabilidade social, criando condições de atendimento imediato pela assistência social aos casos urgentes.

Parágrafo único. Para concessão do benefício deverá ser levado em consideração o número de integrantes na família, bem como a realidade e situação de vulnerabilidade do usuário e sua família (renda familiar, idade, estado de saúde, inserção no mercado de trabalho (formal/informal), condições habitacionais (despesas com aluguel/financiamento), acesso a bens e serviços, presença de gestante, lactante, idoso e/ou pessoas portadoras de deficiência, entre outros a serem definidos em regulamento.

Art. 20. O benefício eventual do Auxílio Alimentação será concedido uma vez por mês para a família/pessoa por um período de até 06 (seis) meses, podendo ser prorrogados por mais 03 meses, mediante avaliação do Assistente Social.

#### Seção X

##### Auxílio Renda Cidadã

Art. 21. O benefício eventual, na forma de Renda Cidadã, constitui-se em auxílio financeiro à família, em parcela única no valor máximo de até meio salário mínimo vigente, ou em 03 parcelas de acordo com a necessidade avaliada pela equipe do CRAS, com o objetivo de reduzir a vulnerabilidade temporária.

Parágrafo único. Para concessão do benefício deverá ser levado em consideração sem ser critério excludente a renda, o número de integrantes na família, bem como a realidade e situação de vulnerabilidade do usuário e sua família (renda familiar, idade, estado de saúde, inserção no mercado de trabalho (formal/informal), condições habitacionais (despesas com aluguel/financiamento), acesso a bens e serviços, presença de gestante, lactante, idoso e/ou pessoas portadoras de deficiência, entre outros a serem definidos em regulamento.

#### CAPÍTULO III

##### DO ÓRGÃO GESTOR E DO CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 22. Constitui órgão Gestor da Política de Assistência Social do Município de Botuverá a Secretaria Municipal de Assistência Social, que provisionará os benefícios por intermédio do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 23. Caberá ao órgão gestor da Política de Assistência Social do Município, no que tange aos benefícios eventuais:

I - a coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da prestação dos benefícios eventuais;

II - a realização de estudos da demanda e monitoramento da demanda para constante ampliação da concessão dos benefícios eventuais;

III - expedir as instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais;

IV - Manter atualizado o sistema de informatizado com os dados sobre os benefícios concedidos, incluindo-se obrigatoriamente nome do beneficiado, benefício concedido, valor, quantidades e período de concessão;

V - Apresentar anualmente estudo da demanda, revisão do tipo de benefício e revisão dos valores e quantidades, para constante ampliação da concessão dos benefícios eventuais;

VI - Articular as políticas sociais e de defesa de direitos no município para o atendimento integral da família beneficiada de forma a ampliar o enfrentamento de contingências sociais que provoquem riscos e fragilizam a manutenção da unidade familiar, a sobrevivência de seus membros ou a manutenção da pessoa;

VII - Promover ações permanentes de ampla divulgação dos benefícios eventuais e seus critérios de concessão;

VIII - Garantir espaços para manifestação e defesa de seus direitos por meio da ferramenta CMAS da Assistência Social, via telefone para sugestões, informação no âmbito do SUAS e para denúncias sobre irregularidades na execução da Política Pública de Assistência Social, mediante protocolo de denúncias e encaminhamento ao setor competente para qualificar a gestão e os serviços da assistência social e garantir direitos através da informação e;

IX – Garantir o direito do acesso a informação conforme Lei Federal nº12.527 de 18/11/2012.

X - Apresentar outras informações e avaliações a pedido do Conselho Municipal de Assistência Social no exercício de seu papel de controlador social.

Art. 24. O órgão gestor da Política de Assistência Social deverá encaminhar relatório da gestão do benefício eventual, trimestralmente, ao Conselho Municipal de Assistência Social, especificando o acompanhamento e monitoramento das famílias beneficiárias.

Parágrafo único. O Relatório de Concessão de Benefícios Eventuais tem por objetivo assegurar a vinculação dos benefícios com os serviços, programas e projetos socioassistenciais, com a rede de serviços das outras políticas públicas e com o sistema de garantia de direitos.

Art. 25. Caberá ao Conselho Municipal de Assistência Social, no que tange aos benefícios eventuais:

I - Fazer denúncia sobre irregularidades na execução dos benefícios eventuais bem como avaliar, a cada ano, os benefícios previstos nesta lei;

II - Acompanhar e avaliar a concessão dos benefícios eventuais;

III - Acompanhar, avaliar e fiscalizar a utilização dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social para este fim;

IV - Apreciar os estudos de demanda, revisão dos critérios dos benefícios eventuais concedidos, revisão de valores e reformular sua regulamentação com base nos dados e/ou propostas pelo órgão responsável pela gestão da Política de Assistência Social do Município ou em razão de regulamentação federal ou estadual.

V - Fornecer ao Município informações sobre irregularidades do regulamento dos benefícios eventuais.

#### CAPÍTULO IV

##### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26. A provisão dos benefícios eventuais, será realizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, em horário de expediente, com atendimento individualizado e realizado por pessoal capacitado.

Parágrafo único. Caberá ao órgão gestor, mediante aprovação do conselho de assistência social, a regulamentação individual de cada benefício, bem como do processo necessário a sua concessão,



através da elaboração de procedimentos e formulários próprios.

Art. 27. Perderá o benefício, além de responder civil e criminalmente pelo ato praticado, o beneficiário que prestar declaração falsa ou usar de meios ilícitos para obtenção de vantagens.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Assistência Social fica responsável por instaurar o procedimento de investigação para apuração da falta que ensejar a perda do benefício, encaminhando suas conclusões ao Ministério Público para conhecimento e providências.

Art. 28. As despesas decorrentes desta lei ocorrerão por conta de dotação orçamentária própria, prevista no Fundo de Assistência Social, a cada exercício financeiro.

Art. 29. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ, 04 de Abril de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito de Botuverá

## **LEI Nº 1.295/2015**

LEI Nº 1.295/2015

“Institui sacolão alimentar aos servidores públicos do município”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o programa “sacolão alimentar” aos Servidores Municipais.

Art. 2º - Os Produtos que fazem parte do “sacolão alimentar” são os seguintes:

- a) 2 frascos de óleo de soja
- b) 5 Kg de arroz
- c) 5 Kg de farinha de trigo
- d) 1 Kg de macarrão
- e) 1 Kg de café em pó
- f) 1 Kg de feijão
- g) 5 Kg de açúcar refinado

Art. 3º – As despesas decorrentes desta lei, correrão por conta de dotação própria consignado no orçamento do Município.

Art. 4º - Não farão jus ao “sacolão alimentar” os cargos de funcionários comissionados e que recebem gratificação.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Botuverá, 25 de abril de 2015.

José Luiz Colombi

Prefeito do Município de Botuverá

## **LEI Nº 1.296/2015**

LEI Nº 1.296/2015

DISCIPLINA A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTO CONGÊNERES DE NATUREZA FINANCEIRA PELOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ QUE VISEM A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS A TÍTULO DE CONTRIBUIÇÕES, AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES SOCIAIS, ÀS INSTITUIÇÕES E ENTIDADES DE CARÁTER PRIVADO SEM FINS LUCRATIVOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Prefeito Municipal de Botuverá. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

### **CAPÍTULO I**

#### **Das Disposições Iniciais**

Art. 1º - A cooperação financeira, proporcionada pelo Município através de Contribuições, Auxílios e Subvenções Sociais às instituições de caráter público ou privado, sem fins lucrativos que realizem quaisquer espécies de serviços sociais, saúde ou atividades concernentes ao desenvolvimento cultural e educacional, que envolva a transferência de recursos financeiros oriundos de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, será efetivada por meio da celebração de convênios ou instrumentos congêneres nos termos desta Lei e ou de instrumento regulatório, observada a legislação pertinente.

§ 1º - Para os fins desta Lei, considera-se:

I - convênios ou instrumentos congêneres: os atos administrativos praticados pela concedente com o conveniente pelos quais são ajustadas cláusulas e condições para a efetivação de obrigações recíprocas, visando à consecução de objetivos de interesse público ou da coletividade;

II – concedente: órgão/unidade ou entidade da Administração Pública municipal direta ou indireta responsável pela transferência dos

recursos financeiros destinados à execução do objeto do convênio ou instrumento congênere;

III – conveniente: organização de direito privado, nacional ou estrangeira, sem fins lucrativos com o qual a Administração Pública municipal pactue a execução de programa de governo e demais ações mediante a celebração de convênio ou instrumento congênere;

IV – interveniente: organização de direito privado, nacional ou estrangeira sem fins lucrativos, que participe do convênio para manifestar consentimento ou assumir obrigações em nome próprio;

V - termo aditivo: instrumento que tenha como objetivo a modificação de convênios já celebrados e cuja formalização deve obrigatoriamente ocorrer durante o período de vigência do instrumento de convênio;

VI – transferência de recursos financeiros: a entrega de recursos correntes ou de capital a conveniente (terceiro), a título de cooperação financeira, na forma de Contribuições, Auxílios e Subvenções Sociais, que não decorra de determinação constitucional ou legal;

VII – valor do convênio: o montante referente ao valor total do repasse feito pela concedente, ou quando da existência de contrapartida o valor total do repasse feito pelo concedente mais a importância relativa à contrapartida do conveniente ajustada no convênio e demais instrumentos;

VIII – contrapartida: quando existente em termo de convênio e ou em instrumento congênere, refere-se ao valor dos recursos orçamentários e financeiros próprios com que o conveniente irá participar do projeto segundo os termos do convênio;

IX – dirigente: aquele que possua vínculo com entidade privada sem fins lucrativos e detenha qualquer nível de poder decisório, assim entendidos os conselheiros, presidentes, diretores, superintendentes, gerentes, dentre outros.

§ 2º - O Município não está obrigado a celebrar convênios.

Art. 2º - A classificação quanto à natureza da despesa objeto de convênio e ou instrumento congênere, far-se-á em conformidade com as Portarias MOG nº 42/99 e Interministerial nº 163/2001 e/ou as que vierem a substituí-las, sendo:

I – contribuições: para as despesas às quais não corresponda contraprestação direta em bens e serviços e não seja reembolsável pelo recebedor, inclusive as destinadas a atender as despesas de manutenção de outras entidades de direito público ou privado, observado o disposto na legislação vigente;

II - auxílios: para as despesas destinadas a atender a despesas de investimentos ou inversões financeiras de outras esferas de governo ou de entidades privadas sem fins lucrativos, observados respectivamente, o disposto nos artigos 25 e 26 da Lei Complementar nº 101, de 2000;

III – subvenções sociais: para cobertura de despesas de instituições privadas de caráter assistencial, médica, educacional ou cultural, sem finalidade lucrativa, de acordo com os artigos 16, Parágrafo Único, e 17 da Lei nº 4.320, de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 3º - As contribuições, auxílios ou subvenções sociais serão concedidos para atender despesas que, por interesse público e através de convênios, contratos ou ajustes, venham a ser atribuídos às instituições e entidades de caráter privado sem fins lucrativos.

Parágrafo único - As contribuições, auxílios e subvenções sociais, sem prejuízos dos demais requisitos legais previstos da presente Lei e ou em ato regulatório, somente serão concedidos mediante cumprimento dos requisitos legais da presente lei, sem prejuízo da necessidade de previsão em Lei Orçamentária ou em Créditos Orçamentários Adicionais, constantes em Projetos, Atividades ou Operações Especiais.

## CAPÍTULO II

### Dos Requisitos para a Concessão

Art. 4º - A concessão de contribuições e auxílios de ordem financeira, pelo Município, estender-se-á, exclusivamente, às entidades abrangidas pelo disposto nos incisos I e II do art. 2º desta Lei.

Art. 5º - A concessão de subvenções sociais, pelo município, estender-se-á, exclusivamente, às entidades que realizem quaisquer dos serviços sociais e assistências, médicos hospitalares ou atividades concernentes ao desenvolvimento cultural e educacional, e a prática desportiva ou atividades abrangidas pelo art. 2º III desta Lei.

Art. 6º - Não será concedido nenhum benefício de ordem financeira, pelo Município ou por algum dos seus órgãos ou unidades, seja por contribuição, auxílios ou subvenção social, às instituições e entidades que:

I – estejam em situação de débito, mora, inadimplência, ou de irregularidade para com a Fazenda Municipal, inclusive com quaisquer órgãos ou unidades da Administração direta ou indireta do Município;

II - não tenham apresentado prestação de contas de recursos recebidos do Município nos prazos previstos em lei, ato regulatório ou em termo de convênio firmado;

III - visem, de qualquer forma, a obtenção de lucros, ou seja, com fins lucrativos;

IV – não tiverem, por qualquer motivo, a sua prestação de contas aprovada pela concedente;

V – não tiverem procedido a devolução, na forma da lei ou regulamento, de recursos financeiros oriundo de prestações de contas rejeitadas pela concedente;

VI - desenvolver atividades de orientação ou tendência que atente contrariamente aos princípios que presidem à organização nacional;

VII – visem utilizar recursos para instalação, organização ou fundação de instituições;

VIII - dentro do prazo fixado, tenha deixado de atender a notificação da concedente ou do órgão de controle interno para regularizar a prestação de contas.

### CAPÍTULO III

#### Da Formalização dos Atos

Art. 7º - Os instrumentos e respectivos termos aditivos, regidos por esta lei, somente poderão ser celebrados e assinados por representantes legais de ambas as partes conveniadas e ficará condicionado a apresentação dos seguintes documentos:

I - Cópia autenticada da ata da última assembleia que elegeu o corpo dirigente da entidade, registrada no cartório competente;

II - Exemplar dos estatutos, regulamentos ou compromissos da instituição devidamente registrada em cartório;

III – declaração contendo nome, qualificação e endereço completo dos responsáveis pelo recebimento do repasse, conforme Anexo I desta Lei.

a) A declaração deve ser apresentada também pelo Tesoureiro da entidade recebedora do repasse, bem como por quem nela exercer função executiva.

IV – cópia de CPF e da Carteira de Identidade do(a) Presidente(a) da Instituição e ou Entidade conveniente ou cargo equivalente;

V – certificado de regularidade junto à Fazenda Municipal;

VI – certificado de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS <http://www.caixa.gov.br/fgts/index.asp> e Instituto Nacional do Seguro Social – INSS <http://www.receita.fazenda.gov.br/previdencia/cnd/defaultpj.htm>, quando se tratar de pessoa jurídica, bem como aos demais casos a que se aplique;

VII – comprovação por parte da conveniente, da condição de instituição e/ou entidade sem fins lucrativos;

VIII – ficha cadastral devidamente preenchida, em conformidade com o Anexo II desta Lei;

IX - demais exigências contidas em ato regulatório;

X – plano de trabalho, devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da entidade interessada, com no mínimo as informações de que trata o Anexo III;

XI – relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses;

XII - cópia do alvará de funcionamento fornecido pelo Município;

XIII - atestado de funcionamento fornecido pelo Conselho Municipal ou órgão de fiscalização com jurisdição sobre a entidade no Município a que pertencer a entidade, com data de emissão não superior a doze meses;

XIV - certificação de entidade beneficente de assistência social, emitida por Conselho de Assistência Social, nos termos da legislação, se for o caso;

XV - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do art. 29, inciso V, da Lei nº 8.666/93, quando envolver o pagamento de pessoal com os recursos pretendidos; <http://www.tst.jus.br/en/certidao>

§ 1º - Quaisquer alterações ocorridas durante a vigência do Convênio, para os documentos mencionados nos incisos I, II, III, IV e X deste artigo, deverão ser comunicados a concedente, sob pena de responsabilidade.

§ 2º - Para os projetos que envolvam realização de obras, deverão ser entregues, além dos documentos do caput, também os documentos do Anexo IV.

Art. 8º - O empenhamento de despesa será efetuado pela concedente, com recursos para esse fim consignados na Lei Orçamentária ou em Créditos Adicionais ao Orçamento, desde que firmado o Termo de Convênio e/ou ato congêneres.

Art. 9º - O preâmbulo dos termos de convênio e/ou instrumentos congêneres, conterá:

I - o número sequencial a ser fornecido pelo órgão concedente;

II - a denominação, o endereço e o número do CNPJ/MF da concedente, do conveniente e o nome, endereço, número e órgão expedidor da Carteira de Identidade e o número do CPF dos respectivos responsáveis ou daqueles que estiverem atuando por delegação de competência expressa;

III - o objeto do convênio.

Art. 10 - O convênio conterá, expressa e obrigatoriamente, cláusulas que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos, com a descrição detalhada e objetiva do que se pretende realizar ou obter;

II - a obrigação de cada um dos partícipes, inclusive com relação a contrapartida, se houver;

III - o prazo de vigência dentro do qual poderão ser aplicados os recursos financeiros;

IV - o valor global a ser repassado pela concedente com indicação da fonte de recursos e o da contrapartida do conveniente quando houver;

V - forma pela qual a execução física do objeto será acompanhada pela concedente/ordenador da despesa;

VI - a classificação funcional e econômica da despesa;

VII - a forma e o cronograma de liberação de recursos, detalhamento e aplicação da contrapartida;

VIII - a obrigatoriedade de o conveniente apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos e da contrapartida, na forma e nos prazos previstos nesta lei, em convênio firmado ou ato regulatório;

IX - quando se tratar de auxílios destinados a despesas de investimentos de entidades privadas sem fins lucrativos, a definição do direito de propriedade dos bens remanescentes na data da conclusão do avençado, e que, em razão deste, tenham sido adquiridos, produzidos, transformados ou construídos;

X - os casos que possam ensejar rescisão do convênio, com prerrogativa da concedente de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade;

XI - a obrigatoriedade de devolução de eventual saldo do valor do convênio, inclusive dos rendimentos de aplicação financeira, quando houverem, se não aplicados no seu objeto;

XII - o compromisso de o conveniente restituir à concedente, atualizado monetariamente por índice oficial de inflação do período apurado, desde a data do recebimento do repasse, nos casos de:

a) valor transferido pela concedente quando não executado o objeto do convênio;

b) valor do convênio, ou parte, utilizado em finalidade diversa da estabelecida no respectivo termo;

XIII - a proibição do conveniente em repassar/transferir os recursos financeiros recebidos a outras entidades de direito público ou privado para que estas o apliquem na forma do objeto de convênio, caracterizando a subcontratação;

XIV - o compromisso de o conveniente movimentar os recursos em conta bancária específica e vinculada ao convênio;

XV - a indicação do Banco, Agência e número da conta bancária da concedente à qual devem ser recolhidos os valores não empregados no objeto do convênio, bem como do foro competente para dirimir as dúvidas decorrentes de sua execução; e

XVI - demais exigências definidas em ato regulatório.

§ 1º - No empenhamento global dos convênios regidos por esta Lei, deverá ser observado o princípio orçamentário da anualidade, segundo disposto do caput do art. 2º da Lei nº 4.320/64.

§ 2º - Para o cumprimento do disposto no parágrafo anterior, a cada início de exercício financeiro deverá ser empenhado o valor previsto para ser transferido no seu decurso.

§ 3º - Todos os termos de convênio e eventuais aditivos serão firmados pelos partícipes e, no mínimo, por 02 (duas) testemunhas devidamente qualificadas.

§ 4º - Para efeitos do parágrafo anterior, compete ao Ordenador de Despesas da concedente firmar os termos nele mencionados.

Art. 11 - É vedada à inclusão nos convênios ou instrumentos congêneres, sob pena de nulidade do ato e de responsabilidade do agente, de cláusulas ou condições que prevejam ou permitam:

I - a alteração do objeto do convênio;

II - a utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no respectivo instrumento;

III - a realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV - a atribuição de vigência ou de efeitos financeiros retroativos, a data da assinatura do convênio;

V - a realização de despesas com taxas ou tarifas bancárias, multas e/ou juros, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos efetuados fora de prazos, excetuando-se desta regra as despesas bancárias relativas à manutenção de conta ativa e taxas de movimentação dos recursos;

VI - a realização de despesas com publicidade que não sejam de caráter educativo, informativo ou de orientação social, ligadas ao objeto do convênio e ou congêneres;

VII - o pagamento de despesas com pessoal do conveniente com os recursos referentes ao valor do convênio, excetuando-se os casos de organizações (instituições e entidades) de direito privado sem fins lucrativos que desenvolvam atividades de caráter cultural, assistencial, de saúde ou educativo, classificáveis a título de subvenções sociais;

VIII – nos demais dispositivos previstos em ato regulatório.

Art. 12 – Cópia do extrato de termo de convênio e seus aditivos contendo informações mínimas necessárias ao seu reconhecimento em registros contábeis, será encaminhado ao setor de contabilidade do concedente, no prazo de até 10 (dez) dias, a contar da data de assinatura dos instrumentos.

#### CAPÍTULO IV

##### Da Alteração dos Atos

Art. 13 - Os convênios e ou atos congêneres regidos por esta Lei, somente poderão ser alterados por meio de termos aditivos, apostilamentos, com as devidas justificativas, respeitados os requisitos legais previstos, bem como antes de expirado o seu prazo de vigência, com prévio e expresse aceite do ordenador de despesas.

Parágrafo único - As alterações referidas no “caput” deste artigo se sujeitam ao registro, pela concedente, na mesma forma em que procedido com o termo primitivo.

#### CAPÍTULO V

##### Da Publicação dos Atos

Art. 14 - A eficácia dos convênios e de seus termos aditivos, qualquer que seja o valor, fica condicionada à publicação do respectivo extrato em veículo da imprensa oficial do Município, na forma da sua Lei Orgânica, com indicação dos seguintes elementos mínimos:

I - espécie, número e valor do instrumento;

II - resumo do objeto do convênio;

III - crédito orçamentário pelo qual correrá a despesa;

IV - código da Unidade Orçamentária, da ação e da classificação econômica correspondente aos respectivos créditos;

V - prazo de vigência e data de assinatura.

#### CAPÍTULO VI

##### Da Liberação e Movimentação dos Recursos

Art. 15 - A liberação dos recursos financeiros se dará obrigatoriamente mediante a emissão de ordem bancária em nome do beneficiário, para crédito em conta individualizada e vinculada, e serão movimentados por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário.

§ 1º - A movimentação por cheques nominais, cruzados e individualizados por credor será admitida apenas para coberturas de despesas inferiores a R\$ 100,00 (cem reais) nos casos em que restar comprovada a não possibilidade da movimentação na forma do caput, devendo essa circunstância ser justificada na prestação de contas.

§ 2º - Será obrigatória a apresentação da declaração de abertura de conta corrente bancária específica, que deverá ser identificada com o nome do conveniente sendo que preferencialmente acrescido da expressão convênio, e do nome e ou abreviação da concedente.

§ 3º - Os recursos, enquanto não empregados na sua finalidade, que possuam previsibilidade de utilização posterior a 30 (trinta dias), serão obrigatoriamente aplicados pelo conveniente em caderneta de poupança de instituição financeira oficial.

§ 4º - Os recursos de contrapartida, quando houverem, deverão ser depositados na conta específica do convênio e movimentados conforme o caput deste artigo.

§ 5º - Os rendimentos da aplicação financeira devem ser empregados no objeto ou devolvidos ao concedente, conforme estabelecido no



termo de ajuste, ficando sujeitos às mesmas regras de prestação de contas dos recursos transferidos.

§ 6º - Em caso de previsão de contrapartida, as receitas oriundas dos rendimentos de aplicações na forma do parágrafo anterior não serão contadas como contrapartida devida pelo conveniente.

§ 7º - É vedada a utilização dos recursos transferidos em finalidade diversa da pactuada.

§ 8º - É vedada a realização de transferências financeira em data posterior à da vigência do convênio.

§ 9º - É permitido a movimentação de recursos próprios dentro da vigência do convênio desde que movimentado em conta bancária específica e vinculada do convênio, condicionada ao deferimento da concedente.

a) sem prejuízo do disposto do caput deste artigo, a medida vale para pagamentos com recursos próprios não previstos e ou pagamentos em valores superiores a contrapartida prevista, efetuados em datas anteriores aos efetivos repasses financeiros de obrigação da concedente desde que respeitada a vigência do convênio e seus respectivos termos aditivos.

Art. 16 - A transferência de recursos financeiros destinados ao cumprimento do objeto do convênio será suspensa nos casos em que seja verificado:

I - desvio de finalidade na aplicação do valor do convênio;

II - descumprimento, pelo conveniente, de qualquer cláusula ou condição do convênio.

§ 1º - Os recursos liberados na forma desta lei se sujeitam a procedimentos de fiscalização "in loco", realizados periodicamente pela concedente.

§ 2º - Não podem ser liberados recursos financeiros referentes à parcela de convênio, em qualquer hipótese, para instituições e entidades que se encontrem com 2 (duas) parcelas pendentes de prestação de contas.

## CAPÍTULO VII

### Dos Documentos Comprobatórios da Despesa Realizada

Art. 17 - Constituem comprovantes regulares da despesa custeada com recursos repassados a título de subvenções, auxílios ou contribuições, os documentos fiscais definidos na legislação tributária, originais e em primeira via, folha de pagamento e guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos.

§ 1º - O documento fiscal, para fins de comprovação de despesa, deve indicar:

I - a data de emissão, o nome, o endereço do destinatário e o número do registro no CNPJ;

II - a descrição precisa do objeto da despesa, quantidade, marca, tipo, modelo, qualidade e demais elementos que permitam sua perfeita identificação, não sendo admitidas descrições genéricas, conforme descrito no plano de trabalho e nas cotações de preços de mercado;

III - os valores, unitário e total, de cada mercadoria ou serviço e o valor total da operação, conforme descrito no plano de trabalho e nas cotações de preços de mercado.

§ 2º - Quando não for possível discriminar adequadamente os bens ou serviços no documento fiscal, o emitente deverá fornecer termo complementando as informações para que fiquem claramente evidenciados todos os elementos caracterizadores da despesa e demonstrada sua vinculação com o objeto do repasse.

§ 3º - Os documentos fiscais relativos a combustíveis, lubrificantes e consertos de veículos devem conter, também, a identificação do número da placa, adotando-se procedimento análogo nas despesas em que seja possível controle semelhante.

Art. 18 - Os comprovantes de despesa devem ser preenchidos com clareza e sem emendas, borrões, rasuras, acréscimos ou entrelinhas que possam comprometer a sua credibilidade.

Art. 19 - Admite-se a apresentação de recibo apenas quando se tratar de prestação de serviços por contribuinte que não esteja obrigado a emitir documento fiscal, na forma da legislação tributária.

Parágrafo único - O recibo conterá, no mínimo, a descrição precisa e específica dos serviços prestados, nome, endereço, número do documento de identidade e do CPF do emitente, valor pago, de forma numérica e por extenso, e a discriminação das deduções efetuadas, se for o caso.

Art. 20 - As folhas de pagamento devem conter o nome, cargo, número de matrícula e CPF do empregado, valor e descrição de cada parcela da remuneração, descontos, valor líquido a pagar, período de competência, comprovação do depósito bancário em favor do credor e assinatura dos responsáveis.

§ 1º Quando os recursos concedidos se destinarem a pagamento de pessoal, a concedente deve exigir, no mínimo, a comprovação do recolhimento da contribuição previdenciária (INSS) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

§ 2º Quando a prestação de contas não contiver os comprovantes exigidos no § 1º, a concedente deverá exigir a apresentação e, caso não atendido, informar o fato aos órgãos federais de fiscalização.

Art. 21 - Os comprovantes de despesa com publicidade serão acompanhados dos seguintes documentos:

I – memorial descritivo da campanha de publicidade quando houver criação ou produção;

II – cópia da autorização de divulgação e/ou do contrato de publicidade;

III – exemplar do material impresso, em se tratando de publicidade escrita;

IV – cópia do áudio ou vídeo da matéria veiculada e comprovante da emissora indicando as datas e horários das inserções quando se tratar de publicidade radiofônica ou televisiva;

V – cópia da tabela oficial de preços do veículo de divulgação e demonstrativo da procedência dos valores cobrados.

Art. 22 - Deve constar dos comprovantes de despesas com aquisição de bens e prestação de serviços o atestado de recebimento firmado pelo responsável.

Art. 23 - Compete ao responsável pela aplicação dos recursos demonstrar o seu bom e regular emprego no objeto para o qual foram concedidos, mediante a apresentação, na prestação de contas, de elementos que permitam a exata verificação das despesas realizadas e da sua vinculação com o objeto.

## CAPÍTULO VIII

### Da Execução dos Atos

Art. 24 - A função gerencial ou fiscalizadora da execução do convênio será exercida pelos ordenadores de despesa, concedentes dos recursos, dentro do prazo regulamentar de execução e de prestação de contas, ficando assegurado aos seus agentes o poder de reorientar ações e de acatar ou não justificativas com relação às eventuais disfunções havidas na execução, sem prejuízo da ação das unidades responsáveis pelo controle externo e pelo controle interno do Poder Executivo.

Art. 25 - Nos casos em que a transferência de recursos tratar-se de auxílios, e estes, forem destinados à aquisição, produção ou transformação de equipamentos ou de materiais permanentes, será obrigatória no termo de convênio a estipulação quanto ao destino a ser dado aos bens remanescentes na data da extinção do respectivo instrumento.

## CAPÍTULO IX

### Da Rescisão dos Atos

Art. 26 - Constitui motivo para a rescisão do convênio, além dos casos previstos em legislação específica, o inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas, especialmente nos casos em que constatada:

I – a utilização dos recursos em desacordo com o objeto do convênio;

II – a falta de apresentação da prestação de contas nos prazos estabelecidos;

III – descaracterização do interesse da administração desde que devidamente fundamentado.

Art. 27 - A rescisão do convênio, na forma e/ou motivos do inciso II do artigo anterior, enseja a instauração do processo de tomada de contas especial pelo órgão concedente.

## CAPÍTULO X

### Da Devolução de Recursos Financeiros

Art. 28 - O saldo não utilizado do valor do convênio deverá ser devolvido pelo conveniente integralmente à conta bancária originária do repasse efetuado pelo cedente (art. 10º, XV).

§ 1º - Os recursos referentes a rendimentos de aplicação financeira de recursos repassados pelo convênio, se sujeitam à mesma forma de devolução caso não comprovado o seu emprego no objeto do referido convênio.

§ 2º - O disposto neste artigo se aplica aos casos de conclusão, rescisão ou qualquer outra situação que enseje a devolução dos recursos, sob pena da imediata instauração da tomada de contas especial.

## CAPÍTULO XI

### Da Prestação de Contas

Art. 29 - Os documentos que devem compor a prestação de contas de recursos concedidos a título de subvenção, auxílio ou contribuição serão autuados no órgão concedente, constituindo processo administrativo, com folhas seqüencialmente numeradas em ordem cronológica.

Art. 30 - O prazo para a apresentação da prestação de contas, contado do recebimento dos recursos financeiros pelo conveniente, é de:

I – de até 90 (noventa) dias em caso de parcela única, salvo quando disposto prazo menor em temo de convênio e ou em instrumento congênere;

II – de no máximo 60 (sessenta) dias a partir do recebimento de cada parcela, quando se tratar de mais de um repasse;

§ 1º No caso do inciso II, ao tratar-se de repasses mensais consecutivos, a concedente não fará novos repasses a conveniente quando esta se encontrar com duas prestações de contas em aberto ou fora dos prazos estipulados no próprio inciso;

§ 2º Nos limites dos incisos I e II do caput, o prazo para a prestação de contas independe da vigência do convênio.

§ 3º Nas hipóteses de ressarcimento por descumprimento da legislação o prazo será de até 30 (trinta) dias, contados da notificação.

Art. 31 - As prestações de contas de recursos, compostas de forma individualizada de acordo com a finalidade da despesa e no valor da parcela, conterão os seguintes documentos, no que couber, conforme o objeto do convênio ou instrumento congênere:

I – cópia do Termo de Convênio e ou instrumento congênere e suas respectivas alterações ou aditivos;

II – extrato da conta bancária específica abrangendo a data do recebimento da parcela até o último pagamento efetuado e conciliação bancária, se for o caso;

III – cópia de Notas de Empenhos emitidos pela concedente;

IV – comprovante de recolhimento do saldo não aplicado do valor do convênio quando existente;

V – balancete de Prestação de Contas, devidamente assinado pelo responsável e pelo tesoureiro da instituição e ou entidade;

VI – documentos comprobatórios originais das despesas realizadas, conforme objeto do convênio tais como notas fiscais, guias de recolhimento de encargos e recibos, este último, observadas as disposições contidas do inciso VII;

VII – não serão aceitos em prestação de contas, recibos para fins comprovação de despesas de aquisição de bens de capital e ou de materiais de consumo e manutenção, bem como para fins de comprovação contratação de serviços de mão-de-obra emitidos por pessoa física ou jurídica;

VIII – Fotocópias das ordens bancárias e/ou dos cheques emitidos;

IX – Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;

X – Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;

XI – Cópia do certificado de propriedade ou documento de posse, no caso de despesa com veículo automotor;

XII – Para os casos de Obras e Serviços de Engenharia, conterá ainda os seguintes documentos:

a) Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável;

b) Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;

c) Declaração do responsável com sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;

d) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), conforme estabelecido na Legislação Federal.

§ 1º - Nos casos em que houver previsão legal de contrapartida do conveniente, esta terá sua aplicação comprovada no mesmo processo de prestação de contas dos recursos transferidos pelo Município.

§ 2º - Os documentos de prestação de contas da conveniente referidos serão mantidos em arquivo, e à disposição dos órgãos de controle interno do Poder Público Municipal e externo, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da data de entrega da referida prestação de contas.

§ 3º - Cópia da documentação também ficará arquivada nas dependências do conveniente, pelo prazo fixado no parágrafo anterior, na hipótese de serem utilizados serviços de contabilidade de terceiros.

Art. 32 - Incumbe à concedente decidir sobre a regularidade ou não da aplicação dos recursos transferidos.

Art. 33 - As prestações de contas de recursos concedidos a título de subvenções, auxílios e/ou contribuições serão analisadas pela concedente, que emitirá parecer técnico fundamentado.

§ 1º - O parecer, de que trata o caput deste artigo, concluirá pela regularidade ou irregularidade da prestação de contas, devendo considerar, dentre outros aspectos e conforme o caso:

I – a regular aplicação dos recursos nas finalidades pactuadas;

II - a observância, na aplicação dos recursos, dos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, impessoalidade e das normas regulamentares editadas pela concedente;

III – o cumprimento do plano de trabalho;

IV – a regularidade dos documentos comprobatórios da despesa e da composição da prestação de contas;

V – a execução total ou parcial do objeto;

VI – a aplicação total ou parcial da contrapartida;

VII – a eventual perda financeira em razão não aplicação dos recursos no mercado financeiro para manter o poder aquisitivo da moeda, tomando por base o índice de correção aplicado à caderneta de poupança;

VIII – a devolução, à concedente, de eventual saldo de recursos não aplicados no objeto do repasse, inclusive os decorrentes de receitas de aplicações financeiras.

IX – demais exigências a que possam vir a ser dispostas em ato regulatório.

§ 2º - O parecer, de que trata o caput deste artigo, versará também sobre a execução física e o atendimento do objeto, no caso de prestações de contas de recursos concedidos a título de subvenções, auxílios e/ou contribuições.

§ 3º - No caso de irregularidade na prestação de contas, o responsável pelo parecer, de que trata o caput deste artigo, deverá fazer a correta identificação dos responsáveis e a quantificação do dano, com a indicação das parcelas eventualmente recolhidas e dos critérios para atualização do valor do débito.

Art. 34 - Depois de analisadas na forma do artigo anterior, as prestações de contas serão encaminhadas ao órgão de controle interno para elaboração de parecer e, posteriormente, à autoridade administrativa competente para pronunciamento.

§ 1º - Para os fins do caput, considera-se:

I - parecer do controle interno: o documento pelo qual o órgão se manifesta acerca do exame da prestação de contas, dos procedimentos utilizados para esta finalidade e das intercorrências no processo, manifestando-se sobre o cumprimento das normas legais e regulamentares, indicando eventuais irregularidades ou ilegalidades constatadas, devendo manifestar a sua concordância ou não com a conclusão da análise feita pela concedente na forma do disposto no art. 33;

II - pronunciamento da autoridade administrativa: o documento pelo qual o dirigente máximo da entidade ou autoridade de nível hierárquico equivalente, atesta haver tomado conhecimento dos fatos apurados, homologando a prestação de contas ou indicando as medidas que devem ser adotadas para o saneamento das deficiências e irregularidades constatadas.

§ 2º - As prestações de contas de subvenções, auxílios e/ou contribuições consideradas regulares permanecerão arquivadas no órgão concedente.

§ 3º - Aprovada a prestação de contas, proceder-se-á ao devido registro de aprovação e baixa de responsabilidade do conveniente no setor contábil.

§ 4º - As prestações de contas de subvenções, auxílios e/ou contribuições consideradas irregulares e com valor do dano igual ou superior à quantia fixada anualmente pelo Tribunal de Contas para efeito de julgamento de Tomada de Contas Especial, serão encaminhadas ao Tribunal para julgamento.

Art. 35 - Fica dispensado o encaminhamento das prestações de contas ao Tribunal e autorizado o seu arquivamento no órgão ou entidade de origem nas hipóteses de:

I – recolhimento do débito no âmbito interno, atualizado monetariamente;

II – valor do dano, atualizado monetariamente, inferior ao limite fixado pelo Tribunal para encaminhamento de Tomada de Contas Especial;

III – descaracterização do débito.

§ 1º - Na hipótese prevista no inciso II do caput, a autoridade administrativa deve providenciar o lançamento contábil do valor do dano à responsabilidade da pessoa que lhe deu causa e a inclusão do nome do responsável em cadastro informativo de débitos não quitados, se houver, na forma da legislação em vigor.

§ 2º - Quando o somatório dos diversos débitos de um mesmo responsável perante um mesmo órgão ou entidade exceder o valor mencionado no inciso II do caput, a autoridade administrativa competente deve encaminhar os respectivos processos ao Tribunal de Contas.

§ 3º - O disposto no inciso II deste artigo não exime a autoridade da adoção de medidas administrativas e/ou judiciais para a reparação dos danos ao Erário, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 36 - Nos casos em que a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido, o Ordenador de Despesas (órgão/unidade/setor/departamento) da concedente assinalará o prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos para a sua apresentação ou para o recolhimento dos recursos financeiros transferidos, incluídos os rendimentos da aplicação financeira, corrigido monetariamente, na forma da lei.

§ 1º - Persistindo a omissão referida no "caput" deste artigo ou em caso de não aprovada a prestação de contas apresentada, depois de exauridas as providências cabíveis, o ordenador de despesas (órgão/unidade/setor/departamento) da concedente procederá à instauração da tomada de contas especial.

§ 2º - O Ordenador de Despesas (órgão/unidade/setor/departamento) da concedente suspenderá imediatamente a liberação de novos recursos financeiros caso se verifiquem as situações previstas no caput e no § 1º deste artigo.

§ 3º - Aplicam-se igualmente as disposições dos §§ 1º e 2º deste artigo aos casos em que o conveniente não comprovar a aplicação da contrapartida estabelecida no convênio, bem como dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro, quando existentes.

## CAPÍTULO XII

### Das Disposições Finais

Art. 37 - Ficam aprovados os formulários e documentos constantes dos Anexos I a IV, partes integrantes desta Lei, os quais poderão sofrer alterações pela Administração Pública municipal no que se refere à formatação.

Parágrafo Único – O Anexo IV integra a presente Lei para todos os efeitos, estabelecendo documentos complementares na forma que especifica.

Art. 38 - Esta norma abrange a Administração direta (Secretarias e Fundos) e indireta (Institutos, Autarquias e Fundações) do Município, sem prejuízo da observância da legislação especial, no que couber.

Art. 39 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 40 – Revogam-se as disposições em contrário.

Botuverá, em 04 de Maio de 2.015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

## ANEXO I

### QUALIFICAÇÃO DO(A) RESPONSÁVEL PELA ENTIDADE RECEBEDORA DOS RECURSOS

Entidade Beneficiária:

Nome do(a) Responsável:					
Cargo que ocupa na Entidade:					
CPF:		RG:		Órgão Expedidor/UF:	
Estado Civil:					
Endereço Residencial:					
Bairro:		Cidade:			
CEP:		Estado:			
DDD/Telefone:		E-mail:			
Profissão:					
Empresa:					
Endereço Profissional:					
Bairro:		Cidade:			
CEP:		Estado:			
DDD/Telefone:		E-mail:			

O conveniente declara ter ciência de que quaisquer alterações ocorridas durante a vigência do Convênio para os documentos e informações mencionadas acima, deverão ser comunicados a concedente, sob pena de responsabilidade.

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura do(a) Dirigente do(a) Conveniente



## ANEXO II

## DADOS CADASTRAIS

## 1 – DA ENTIDADE CONVENIENTE:

Conveniente	CNPJ			
Endereço	Bairro			
Cidade	UF	CEP	DDD/Telefone	Inscrição no CMAS
Conta Corrente	Banco	Agência	Praça de pagamento	
Nome do Responsável	CPF			
Lei de utilidade pública (caso haja):				

1.1 - O conveniente declara ter ciência de que quaisquer alterações ocorridas nestas informações durante a vigência do Convênio, deverão ser comunicados a concedente, sob pena de responsabilidade.

## 2 – OUTROS PARTICIPANTES (Quando existentes):

Nome:	CNPJ/CPF		
Endereço	Bairro	Cidade	CEP

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura do(a) Dirigente do(a) Conveniente

Cargo:

## ANEXO III

PLANO DE TRABALHO, CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO / PLANO DE APLICAÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DOS BENS A SEREM PRODUZIDOS OU ADQUIRIDOS BEM COMO DOS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS.

AO MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ
PLANO DE TRABALHO

IDENTIFICAÇÃO DO(A) PROPONENTE					
DADOS CADASTRAIS DA ENTIDADE PROPONENTE					
Nome	CNPJ				
Endereço: (Rua, nº, bairro, cidade, UF, CEP)					
DDD/Telefone	E-mail				
DADOS CADASTRAIS DO(A) REPRESENTANTE LEGAL (PRESIDENTE/A) DA ENTIDADE					
Nome		CPF			
Nº Carteira de Identidade, órgão expedidor e UF					
Endereço de Domicílio (Rua, nº, bairro, cidade, UF e CEP)					
Telefones					
Dados Cadastrais Referentes à Conta Corrente					
Conta Corrente	Nº da agência	Praça de Pagamento			
OBJETIVOS SOCIAIS DA ENTIDADE					
ANEXO III					
TRABALHOS DESENVOLVIDOS NOS ÚLTIMOS 12 MESES (Anexar comprovação: fotos, matérias jornalísticas, publicações, publicidade)					
DADOS DO PROJETO					
TÍTULO DO PROJETO:					
PERÍODO DE EXECUÇÃO PREVISTO					

Início:	Término:				
Nº DE PESSOAS BENEFICIADAS COM O PROJETO, por ano:					
JUSTIFICATIVA DO PROJETO (descrição do projeto com dados mensuráveis e não mensuráveis.					
ESPECIFICAÇÃO DE TODAS AS DEMAIS FONTES DE RECURSOS QUE IRÃO FINANCIAR O OBJETO, COM OS VALORES ESTIMADOS, SE FOR O CASO:					
DESCRIÇÃO DA RECEITA	VALOR POR ANO				
VALOR TOTAL DE RECEITA (exceto Município)					

## ANEXO III

AO MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO / PLANO DE APLICAÇÃO

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	META	AÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO	PERÍODO DE EXECUÇÃO		
				UNIDADE	QUANT.	INÍCIO	TÉRMINO
PLANO DE APLICAÇÃO ( R\$ 1,00 )	META	AÇÃO	DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL		
			CONCEDENTE	PROPONENTE	CONCEDENTE	PROPONENTE	
	TOTAL						

DADOS DO PROJETO							
CONCEDENTE	META	1º MÊS	2º MES	3º MES	4º MES	5º MES	6º MES
	META	7º MES	8º MES	9º MES	10º MES	11º MES	12º MES
	06. TOTAL ACUMULADO DA CONCEDENTE ( R\$ )						
PROPONENTE	META	1º MÊS	2º MES	3º MES	4º MES	5º MES	6º MES
	META	7º MES	8º MES	9º MES	10º MES	11º MES	12º MES
	TOTAL ACUMULADO DO PROPONENTE (R\$)						
	TOTAL GERAL DE RECURSOS (R\$)						
ANEXO III							

AO MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ							
ESPECIFICAÇÃO DOS BENS A SEREM PRODUZIDOS OU ADQUIRIDOS BEM COMO DOS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS							
RELAÇÃO DE BENS A SEREM ADQUIRIDOS							
RELAÇÃO DE SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS PELA ENTIDADE							
LOCAL E DATA				ASSINATURA DO(A) DIRIGENTE DA ENTIDADE PROPONENTE			

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### **EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 23/2015**

PROCESSO ADMINISTRATIVO 29/2015

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 23/2015

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que às 13h30min do dia 01.06.2015, estará selecionando a melhor proposta para Pregão Presencial para Registro de Preços para contratação, sob demanda, de fretamento eventual para transporte rodoviário municipal, intermunicipal e interestadual de pessoas do município de Braço do Trombudo, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: [licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br](mailto:licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br) ou pelo site [www.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br).

Braço do Trombudo, em 18 de Maio de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal.

# Brusque

## PREFEITURA

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2015

TOMADA DE PREÇOS nº 003/2015

Processo Licitatório nº 039/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, destinada ao recebimento de propostas para a execução de obras de construção de cobertura da quadra esportiva da Escola Ayres Gevaerd, padrão FNDE, localizada na Rua Alberto Michel, n. 67, Bairro Bateas, Município de Brusque.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 08/06/2015, às 14h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da prefeitura ou preferencialmente no site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br). 14/05/2015

IVANOR DE MENDONÇA

Secretário de Educação

### EDITAL Nº001-2015- CONCESSÃO DO AUXÍLIO ESCOLAR

EDITAL Nº001/2015 PARA CONCESSÃO DO AUXÍLIO ESCOLAR – MAIO/2015

CURSOS DE TECNOLOGIA E DE GRADUAÇÃO

1) A SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com base no Decreto Municipal nº 6.284, de 19 de julho de 2010, que regulamenta o art. 79 da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2010, torna pública a abertura das inscrições para seleção de candidatos a serem contemplados com o auxílio-escolar para cursos técnicos e de graduação, no período de 18 de Maio de 2015 a 15 de Julho de 2015.

I – O auxílio escolar é disciplinado pela Lei Complementar nº 147/09 e pelo Decreto Municipal nº 6.284/10.

II – No mês de Maio de 2015 serão concedidas aos servidores da Prefeitura Municipal de Brusque, 16 (dezesseis) vagas destinadas aos cursos de graduação (primeira graduação) e 03 (três) vagas para cursos de tecnologia. O valor do auxílio será de 50% (cinquenta por cento) do valor da mensalidade paga regularmente pelo beneficiário.

a) O Programa beneficiará servidores matriculados nos cursos de graduação nas áreas do conhecimento que estejam correlacionados com as atividades desempenhadas na Prefeitura Municipal de Brusque.

b) Só haverá o auxílio escolar para os cursos de outras cidades, desde que não sejam oferecidos na cidade de Brusque.

III - O beneficiário terá lançado em folha de pagamento o valor ressarcido pelo Município, sendo que deverá comprovar a quitação da mensalidade encaminhando o documento, em via original, até o primeiro dia útil do mês subsequente ao pagamento, sob pena de suspensão do benefício para o mês seguinte. Havendo reincidência (não entrega dos documentos no prazo estabelecido), o benefício será cancelado, sendo que os valores já pagos deverão ser restituídos à Prefeitura Municipal de Brusque.

IV - A data limite para ter o lançamento do benefício do auxílio-escolar

na folha de pagamento é o dia 10 de cada mês, sendo o comprovante de pagamento da mensalidade do mês corrente protocolada no Setor de RH da Prefeitura Municipal de Brusque. Não será aceito pagamento de acumulos de mensalidades.

V - O auxílio será mantido durante o período de tempo previsto para a conclusão regular dos cursos, desde que o servidor renove semestralmente a pretensão, por meio do comprovante de matrícula e o histórico escolar constando as médias.

VI - Após a conclusão do curso, o servidor beneficiado deverá permanecer na Prefeitura Municipal de Brusque por período de tempo idêntico ao que foi beneficiado, sob pena de responder pela imediata restituição do investimento, em parcela única, atualizada monetariamente.

### 2) ADMINISTRAÇÃO DO BENEFÍCIO

A execução e administração do Programa do Auxílio-Escolar está afeta à ESAP - Escola de Administração Pública da Prefeitura Municipal de Brusque.

### 3) REQUISITOS PARA A INSCRIÇÃO

A inscrição à Bolsa de Estudo depende do atendimento aos seguintes requisitos:

- comprovação de matrícula em curso de graduação ou de tecnologia (graduação), firmado pela instituição de ensino, que contenha a fase que o beneficiário irá cursar;

- declaração ou qualquer documento que comprove que o estudante está em dia com as mensalidades do curso;

- declaração do beneficiário de que concorda expressamente com os termos e obrigações delineadas neste edital de concessão do auxílio escolar (anexo I);

- não ter sofrido punição administrativa com pena de suspensão nos dois anos anteriores ao pedido;

- não estar em licença para tratamento de assuntos particulares ou à disposição de outros órgãos;

### 4) CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

O processo seletivo sob a responsabilidade da Comissão designada para esse fim, será efetuado mediante os seguintes critérios:

I – 50% (cinquenta por cento) das vagas oferecidas no semestre serão preenchidas com base nos seguintes critérios:

a) 3 (três) pontos para cada promoção por desempenho funcional.

b) 1 (um) ponto para cada ano completo (365 dias) de tempo de serviço prestado ao Município de Brusque.

c) 1 (um) ponto para cada fase curricular integralmente concluída no curso em que está matriculado.

d) avaliação socioeconômica, em caso de empate.

II – 50% (cinquenta por cento) das vagas oferecidas no semestre serão preenchidas com base nos critérios socioeconômicos descritos em instrução normativa instituída pela Secretaria de Orçamento e Gestão.



§ 1º Na ocorrência de número ímpar de vagas, o maior percentual será preenchido com base nos critérios definidos no item I deste artigo.

§ 2º Caso o servidor fique classificado tanto no item I como no item II deste artigo, será automaticamente incluído como beneficiário no item I.

#### 5) DA AVALIAÇÃO SOCIOECONOMICA

Para a avaliação socioeconômica serão considerados os seguintes aspectos:

- número de integrantes do grupo familiar;
- renda mensal bruta familiar;
- gastos com moradia (aluguel e/ou financiamento) do grupo familiar;
- gastos contínuos com tratamento de saúde do grupo familiar;
- número de integrantes do grupo familiar que estejam cursando graduação em instituição de ensino superior, considerando as pagas e as gratuitas;
- situações de grande impacto que interfiram diretamente na dinâmica familiar, não apenas no aspecto econômico, e que não estejam contempladas nos critérios anteriores.

Essas informações, inseridas pelo candidato no campo próprio do formulário, conduzirão à fórmula matemática abaixo descrita, onde:

PONT = pontuação

R = renda total bruta familiar

M = gastos com moradia

S = gastos com tratamento contínuo de saúde

up = número de integrantes do grupo familiar que cursam instituição de ensino paga

380 = valor de referência

ug = número de integrantes do grupo familiar que cursam instituição de ensino gratuita

180 = valor de referência

RED = redutor (1 aluno=0,40; 2 alunos=0,45 e 3 alunos ou mais=0,50)

GF = número de integrantes do grupo familiar

SE = situações especiais (utilizar 1,5 para cada situação assinalada)

SM = salário mínimo atual

100 = multiplicador.

Essas informações, inseridas pelo candidato no campo próprio do formulário, conduzirão à fórmula matemática abaixo descrita:

$$PONT = R - M - S [(up \times 380) + (ug \times 180)] \times RED \times 100$$

$$[(GF + SE) \times SM]$$

- A partir da utilização dessa fórmula será gerada uma pontuação para cada candidato inscrito. Da menor pontuação para a maior estabelece-se, em ordem crescente, a classificação na avaliação socioeconômica.

#### 6) DA INSCRIÇÃO

As inscrições deverão ser protocolizadas no período de 15 de Maio de 2015 a 15 de Julho de 2015, na Secretaria de Orçamento e Gestão/Diretoria de Recursos Humanos.

Deverão acompanhar o requerimento os seguintes documentos:

##### a) Documentos para inscrição:

1. Comprovante de matrícula, firmado pela instituição de ensino, que contenha a fase que o servidor irá cursar.

2. Declaração ou qualquer documentação que comprove que o estudante está quite com as mensalidades de seu curso.

##### b) Documentos que comprovem a situação socioeconômica.

A não-apresentação da documentação completa no ato de inscrição, a divergência entre os dados declarados no formulário e os constantes na documentação ou a comprovada falsidade nas informações prestadas podem excluir o servidor do processo seletivo ou suspender imediatamente o benefício.

No campo da avaliação socioeconômica é deve-se observar cada uma das perguntas:

Pergunta n. 1: Quantas pessoas compõem seu grupo familiar?

Sendo o grupo familiar caracterizado pela interdependência econômica, e não pelo parentesco, informar o número de pessoas, incluindo você, que contribuam ou dependam da renda mensal do grupo familiar, mesmo que não sejam parentes. Considerar as pessoas que trabalham e as que não exercem atividade remunerada.

Desconsiderar apenas as que não mais convivem no grupo familiar.

\* A comprovação é a cópia da CI, CPF ou certidão de nascimento de todos os integrantes do grupo familiar.

Pergunta n. 2: Há no seu grupo familiar alguma(s) desta(s) situação(ões)?

a) Portador de necessidades especiais (comprometimento físico)?

b) Portador de transtornos mentais e comportamentais (dependências químicas, jogo, furto)?

c) Falecimento/desemprego de mantenedor(a) do grupo familiar?

d) Intervenção cirúrgica de alto custo recente?

e) Vítima de calamidade recente com perda significativa de patrimônio?

f) Situações de grande impacto que interfiram diretamente na dinâmica familiar?

\* Para comprovar os itens "a" e "b": atestado médico ou psicológico, constando o Código Internacional da Doença (CID);

para o item "c": atestado de óbito ou comprovante de desemprego do mantenedor da família;

para o item "d": recibo de pagamento da cirurgia;

para o item "e": comprovante da Defesa Civil ou da Prefeitura Municipal confirmando o fato.

Pergunta n. 3: Qual a renda bruta mensal do seu grupo familiar?

Indicar a renda resultante da soma de todos os ganhos dos integrantes. Considerar o valor integral dos salários fixos, aposentadorias, ganhos variáveis de prestação de serviços, trabalhos autônomos, atividades rurais, ajuda de familiares, rendimentos de aluguéis. Desconsiderar recebimento de valores a título de férias, 13º salário, horas extras e pensão alimentícia.

\* A comprovação dar-se-á mediante a apresentação da declaração completa de imposto de renda de pessoa física de todos os integrantes do grupo familiar com renda mensal superior ao valor limite isento de imposto de renda, sendo que atualmente o valor importa em R\$ 1.903,98.

Nos casos de:

- Pagamento, por membro do grupo familiar, de pensão alimentícia:

comprovante da decisão judicial que determinou o pagamento, quando este não for descontado em folha de pagamento;

- Desemprego de algum membro da família: apresentar comprovante de seguro-desemprego, se o estiver recebendo;

- Algum membro do grupo familiar ser trabalhador assalariado: contracheque atualizado;

- Algum membro do grupo familiar ser trabalhador autônomo, profissional liberal, prestador de serviço ou sócio-proprietário de empresa: apresentar DECORE-Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos, constando pró-labore e retirada de lucros dos três últimos meses, numerada e assinada por contador inscrito no Conselho Regional de Contabilidade ou declaração de rendimento dos três últimos meses, assinada e datada pelo próprio declarante, e Certidão Negativa de Débito Estadual e/ou Municipal;

- Algum membro ser aposentado ou pensionista: último comprovante de recebimento de aposentadoria ou pensão;

- Algum membro ser produtor rural: declaração de rendimentos do próprio produtor ou do sindicato dos trabalhadores rurais, constando a principal atividade e a remuneração média mensal;

- Algum membro ser estagiário ou bolsista: contrato de estágio ou de bolsa de trabalho;

- Algum membro do grupo familiar que tenha rendimentos provenientes de aluguel de imóveis: cópia do contrato de locação ou declaração original do locatário, constando em ambos o valor mensal;

- Algum membro estar incluído em outras situações (comissões por vendas, "bicos", auxílio de parentes ou amigos por exemplo): declaração assinada por quem paga as comissões ou quem presta o auxílio financeiro.

Pergunta n. 4: Se você e seu grupo familiar possui(em) gastos com aluguel residencial ou financiamento de moradia, indique o valor mensal.

Indicar apenas gastos com aluguel ou financiamento. Não incluir despesas com condomínio, IPTU, energia, água, telefone, nem aluguéis ou financiamentos de imóveis de lazer (casas e apartamento de praia ou campo).

\* Nos casos de locação residencial, a documentação comprobatória inclui último recibo de pagamento de aluguel ou respectivo contrato constando o valor mensal.

Nos casos de financiamento de casa ou apartamento: recibo da última parcela paga.

Pergunta n. 5: Se no seu grupo familiar há despesas com doença crônica ou tratamento contínuo de saúde, indique o valor mensal.

Indicar o valor mensal de despesas com tratamento de saúde no grupo familiar, incluindo medicação, manutenção de aparelhos (ortodônticos, próteses mecânicas etc.) e terapias contínuas (psicologia, fonoaudiologia, fisioterapia, acupuntura etc.). Não considerar despesas com pagamento de plano de saúde.

\* A comprovação dar-se-á mediante atestado ou declaração firmada pelo profissional assistente confirmando o diagnóstico ou tratamento, receituário legível indicando a medicação ou aparelho prescrito e recibos de pagamento das despesas mencionadas.

Pergunta n. 6: Incluindo você, quantos integrantes do seu grupo familiar cursam graduação em universidade paga?

Não considerar despesas com ensino fundamental, médio ou pós-graduação.

\* Apresentar comprovante de pagamento da matrícula.

Pergunta n. 7: Quantos integrantes do seu grupo familiar cursam graduação em universidade gratuita?

Incluir o número total de pessoas nessa situação.

\* Apresentar comprovante de pagamento da matrícula.

## 7) DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

A relação dos servidores selecionados para o programa do auxílio escolar será disponibilizada no Mural da Prefeitura, site da ESAP ([esapbrusque.com.br](http://esapbrusque.com.br)), Site da Prefeitura, portal da Intranet, por ato da Comissão de Seleção e Classificação do Auxílio Escolar.

## 8) EXCLUSÃO DO BENEFÍCIO

São causas que cessam automaticamente o benefício:

I - não conclusão do curso no período de tempo previsto para o seu término regular, salvo motivo justificado;

II - punição administrativa com pena de suspensão;

III - punição administrativa com pena de demissão;

IV - desistência, mesmo que temporária, frequência insuficiente ou reprovação em mais de 03 (três) disciplinas ao longo do curso;

V - concessão de licença para tratamento de interesses particulares ou cessão, para outro órgão;

VI - aposentadoria, disponibilidade ou exoneração;

VII - comprovada falsidade nas informações prestadas no ato de inscrição;

VIII - não renovação do pedido nos termos do edital de inscrição;

IX - não comprovação do pagamento das mensalidades até o primeiro dia útil do mês subsequente à quitação;

X - possuir outra bolsa de estudos ou auxílio da mesma natureza.

Além da exclusão, as situações previstas nos itens III a VII e X obrigam o servidor beneficiário a ressarcir ao erário, de uma só vez, o montante despendido pela Prefeitura Municipal de Brusque, com incidência de correção monetária, exceto na hipótese de aposentadoria por invalidez. Na situação prevista no item VII, o servidor estará sujeito ainda às demais cominações legais.

Havendo vagas remanescentes, decorrentes da inclusão de algum servidor nos itens acima descritos, estas serão preenchidas observando-se a ordem classificatória do processo de seleção do semestre.

Concluído o curso, o servidor deverá apresentar cópia do respectivo diploma à ESAP - Escola de Administração Pública, vinculada à Secretaria de Orçamento e Gestão, para anotação nos assentamentos funcionais e para comprovação da conclusão do curso no processo seletivo.

## 9) DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O candidato poderá interpor recurso junto a Secretaria de de Orçamento e Gestão, solicitando revisão, no prazo de dois dias (quarenta e oito horas) úteis, contados a partir da publicação/divulgação do indeferimento da inscrição ou da relação final dos candidatos selecionados.

Os recursos interpostos em desacordo com o estabelecido no item anterior serão indeferidos de plano, sem análise de mérito. SÓ SERÃO ACEITOS RECURSOS COM CONSISTENCIA NA ARGUMENTAÇÃO.

Não terão direito de resposta os recursos protocolados fora do prazo.

As dúvidas que porventura vierem a surgir e os casos não previstos neste edital serão resolvidos pelo Secretário de Administração.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de Maio de 2015

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

### **EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 017/2015 SAMAE**

PROCESSO LICITATÓRIO 017/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 017/2015, na modalidade de Pregão Presencial, para serviço de impressão e envelopamento das faturas de água do SAMAE. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 09 de junho de 2015, às 08:30 horas. O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: [www.samaebru.com.br](http://www.samaebru.com.br)

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Roberto Bolognini

Diretor Presidente

SAMAE – Brusque

# Caçador

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 6.401

DECRETO Nº 6.401, de 15 de maio de 2015.  
Nomeia Comissão Especial de Avaliação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

#### D E C R E T A :

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos ANTÔNIO CARLOS DO NASCIMENTO BITTENCOURT, PEDRO ANTONIO MASIERO e RICARDO CERRY, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Avaliação dos lotes nº 01 ao 47, que compõem um terreno urbano com área total de 90.111,00m<sup>2</sup> (noventa mil, cento e onze metros quadrados), devidamente matriculado sob o nº 1947, no Registro de Imóveis desta Comarca, de propriedade deste Município de Caçador, devendo apresentarem laudo de avaliação ao Poder Executivo Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste Decreto.

Parágrafo único. A avaliação se faz necessária para possível venda dos lotes a empresas interessadas.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 15 de maio de 2015.  
Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.

### DECRETO Nº 6.402

DECRETO Nº 6.402, de 15 de maio de 2015.  
Nomeia Comissão de Concurso Público do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador – IPPUC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 27 e ss. do Decreto nº 3.594, de 02 de outubro de 2006, que dispõe sobre a regulamentação de Concurso Público para Provimento de Cargos Efetivos no âmbito da Administração Pública Direta, Indireta e Fundacional do Município de Caçador,

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Concurso Público do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador – IPPUC, composta pelas seguintes pessoas, sob a presidência da primeira, conforme segue:

- I – Dila Marchi Gonçalves Bridi;
- II – Joice Luiza Flores de Matias Wagner;
- III – Iria Lezan Ribeiro;
- IV – Thaelys Varaschin Olsen Peruzzolo;
- V – Alcedir Ferlin;
- VI – Rony Cardoso dos Santos;
- VII – Ivonete Ruppel Mello.

Art. 2º A Comissão realizará seus trabalhos em estrita obediência ao Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Regulamento e Edital Específico do Concurso.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 15 de maio de 2015.  
Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.

### PORTARIA Nº 25.214

PORTARIA Nº 25.214, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

#### R E S O L V E :

ALTERAR a PORTARIA Nº 23.563, de 15 de Fevereiro de 2014, que contratou diversos servidores, somente no que se refere a Servidora Pública Municipal MARIANA SUSIN FRIGOTTO, matrícula nº 13048, ocupante do cargo de Especialista em Assuntos Educacionais, com relação ao local de trabalho que passa a ser na EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa, vaga vinculada a da servidora Greci Salete Coelho em Licença para Tratamento de Saúde, ALTERANDO A CARGA HORÁRIA de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, com efeitos a contar de 02 de Fevereiro de 2015 até 07 de Abril de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 06 de Fevereiro de 2015.  
Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

### PORTARIA Nº 25.218

PORTARIA Nº 25.218, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

#### R E S O L V E :

ALTERAR a PORTARIA Nº 23.568, de 16 de Fevereiro de 2014, que contratou diversos servidores, somente no que se refere a Servidora Pública Municipal MARINEZ DO AMARAL, matrícula nº 13127, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, com relação ao local de trabalho que passa a ser na CMEI Santa Terezinha, vaga transitória, ALTERANDO A CARGA HORÁRIA de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, e ainda a data fim que passa a ser 18 de Dezembro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 06 de Fevereiro de 2015.  
Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 25.227**

PORTARIA Nº 25.227, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

**R E S O L V E:**

ALTERAR PORTARIA Nº 23.567, de 16 de Fevereiro de 2014, que contratou diversos Servidores Públicos Municipais, para atuarem em Diversas Unidades Escolares, a seguir relacionados, com relação ao local de trabalho, a alteração da carga horária, a vaga vinculada e a data fim do contrato, especificando: código, nome dos servidores, cargo, carga horária antiga, carga horária atual, escola de lotação, vaga e período da contratação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	C.H. Antiga	C.H. Atual	Escola de Lotação	Vaga	Período
13424	Eida Aparecida Patczcuh	Professora de 1º ao 5º ano	20	40	EMEB Hilda Granemann de Sousa	V.V. Aldo Marghotti – 20h V.V. Luciane do Carmo Padilha – 20h	18/12/2015
13155	Eliane Scotti de Alvarenga	Professora de Educação Infantil	20	40	CMEI Pierina Adami	Vaga Transitória	18/12/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 06 de Fevereiro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 25.232**

PORTARIA Nº 25.232, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

**R E S O L V E:**

ALTERAR a PORTARIA Nº 23.563, de 15 de Fevereiro de 2014, que contratou diversos servidores, somente no que se refere a Servidora Pública Municipal SANDY OLIVEIRA DE CORDUVA, matrícula nº 13066, ocupante do cargo de Especialista em Assuntos Educacionais, com relação ao local de trabalho que passa a ser na EMEB Castelhana, vaga excedente, REDUZINDO A CARGA HORÁRIA de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais, com efeitos a contar de 02 de Fevereiro de 2015 até 31 de Julho de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 06 de Fevereiro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 25.252**

PORTARIA Nº 25.252, de 11 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

**R E S O L V E:**

COLOCAR A DISPOSIÇÃO DAS SALAS DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA os cidadãos, a seguir relacionados, para atuarem junto às Unidades de Ensino da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com a Classificação em Processo Seletivo conforme o Edital SME 005/2013, a contar de 02 de Fevereiro de 2015, especificando: código, nome, carga horária, escola de lotação, local da disposição no laboratório de informática, conforme segue:

Código	Nome	C.H.	Local de Lotação	Local da Disposição – Laboratório de Informática
523	Adriana Valéria Ceciliato Azambuja	39	24h – EMEB Alto Bonito 15h – EMEB Alcides Tombini	EMEB Pierina Santin Perret



126	Claudia Aparecida Maurilio	40	20h – EMEB Alto Bonito 20h – EMEB Irmão Venâncio José	(Projeto Laboratório de Informática) Presídio Regional de Caçador 20h – Telecentro da EMEB Ulysses Guimarães
7773	Daniela da Silva	20	16h – EMEB Henrique Julio Berger 04h – EMEB Alcides Tombini	EMEB Alcides Tombini
8836	Daniela Jociane Fortunato	20	EMEB Irmão Venâncio José	EMEB Morada do Sol
10538	Debora Jane Zarur	20	EMEB Hilda Granemann de Sousa	EMEB Hilda Granemann de Sousa
677	Elay Elisiane Paloschi	20	EMEB Esperança	EMEB Alto Bonito
690	Elizete Terezinha Ventz Furlan	40	EMEB Hilda Granemann de Sousa	CEM – Centro de Educação Multidisciplinar EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa
217	Hilda Aparecida Preveda	40	EMEB Tabajara	EMEB Tabajara
1202	Ieda Mara Fernandes	20	EMEB Ulysses Guimarães	EMEB Ulysses Guimarães
3299	Maria Clarice Sarturi	40	20h – EMEB Irmão Venâncio José 20h – CMEI Santa Clara	EMEB Irmão Venâncio José
5700	Meriluci Trento	40	EMEB Henrique Julio Berger	EMEB Henrique Julio Berger
115	Vardelei Furlan	40	EMEB Hilda Granemann de Sousa	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa
127	Zuleide Aparecida Picoli Ribeiro	40	EMEB Irmão Venâncio José	Secretaria Municipal de Educação

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 11 de Fevereiro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

### PORTARIA Nº 25.289

PORTARIA Nº 25.289, de 11 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**R E S O L V E:**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipal, a seguir relacionadas, lotadas junto a Secretaria Municipal de Educação, Licença Prêmio a que fazem jus, especificando: código, nome das servidoras, cargo, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período de Aquisição	Período de Gozo
2445	Hildegart Dal Pizzol	Professora	08/02/2001 a 08/02/2006	26/02/2015 a 24/04/2015
325	Odila Raiser dos Santos Maffessoni	Orientadora Educacional	14/02/2009 a 14/02/2014	07/02/015 a 07/05/2015
5699	Sandra Elisa Muncinelli	Professora	14/02/2005 a 14/02/2010	18/02/2015 a 19/03/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 11 de Fevereiro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

### PORTARIA Nº 25.439

PORTARIA nº 25.439, de 27 de Março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

**R E S O L V E:**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Saúde, o pagamento do ADICIONAL NOTURNO, realizado no período de 01/02/2015 a 28/02/2015, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
13369	Adilso da Silva	04 horas e 33 min.
7982	Adriana Bento Grobe	08 horas e 18 min.

1836	Aldecir Barp	09 horas e 55 min.
1928	Alex Anderson Moraes dos Santos	53 min.
7739	Alice Loreni Gomes de Lafavera	26 horas
1453	Alvaro Santos de Castro	19 horas e 50 min.
11810	Ana Paula Simioni	19 horas
13544	Anne Lise Borstmann Hansen	21 horas
13368	Antonio Rogerio Nhaia	23 horas e 09 min.
4953	Camilo Paganini	03 horas e 53 min.
831	Clarice Abraao	82 horas
8413	Claudete Maria Bento Corrente	14 horas
364	Delma Leticia Dri Ficagna	14 horas
2027	Edezio Recalcatti	41 horas e 49 min.
13768	Eliane Maria Furtado Alves Carlin Navroski	04 horas e 36 min.
7744	Elizandra Driedrich	50 min.
13524	Franciele Carline Zenaro	14 horas
12589	Iara Aparecida Speggiorin	01 hora e 40min.
7707	Ivanir Weber	21 horas e 27 min.
11890	Jorge Jair de Moura Borges	80 horas
970	José Gomes de Mattos	40 horas e 59 min.
10787	Juliana Aparecida Cordeiro	01 hora e 09 min.
12858	Leandro Medeiro	48 horas e 08 min.
967	Leila alves Speggiorin	06 horas e 42 min.
11851	Leticia Maria Rostirolla	21 horas
11055	Luciana Aparecida Cristaldo	14 horas
11032	Luiz Antônio Wanciw	80 horas
1214	Marcio Bassani	21 horas e 53 min.
12844	Marcos Antonio Pires de Moraes	12 horas e 18 min.
13465	Marilei Dallagnoll	138 horas
1827	Oadir Santana	27 horas e 58 min.
2650	Odiney Leite	25 horas e 11 min.
11886	Paula Francielly Zitkiewicz	21 horas
10961	Renata Cristina da Silva Favarão	14 horas
1720	Sandro José Neres da Rocha	25 horas e 08 min.
3437	Sayonara Galina	24 min.
10785	Vagner Gonçalves	54 horas
749	Valdecir José Pereira da Silva	18 horas e 50 min.
1179	Vilma de Souza Mello Jarschel	12 horas e 53 min.
1535	Vilmar Miguel Dobner	12 horas e 18 min.
12588	Willian Schroder	01 hora

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de Março de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

**PORTARIA Nº 25.441**

PORTARIA Nº 25.441, de 30 de Março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 6º, da Lei nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde a Família (ESF), Agentes Comunitários de Saúde (EACS), Programa Equipe de Saúde Bucal, e das outras providências,

**R E S O L V E:**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, o pagamento de gratificação de produtividade a que fazem jus, especificando: código, nome, cargo, período da gratificação e valor da gratificação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período da Gratificação	Valor da Gratificação
11854	Ana Paula Petrovich	Agente Comunitária de Saúde	01/02/2015 a 28/02/2015	100,00
12016	Fabiola Linhares Gonçalves Bueno	Agente Comunitária de Saúde	01/02/2015 a 28/02/2015	100,00
11883	Gislaine Martins Bueno	Agente Comunitária de Saúde	01/02/2015 a 28/02/2015	100,00
12032	Miriam Germano de Goes	Agente Comunitária de Saúde	01/02/2015 a 28/02/2015	100,00
11960	Roseli Aparecida Ferreira Cordeiro	Agente Comunitária de Saúde	01/02/2015 a 28/02/2015	100,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de Março de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

**PORTARIA Nº 25.447**

PORTARIA Nº 25.447, de 30 de Março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Municipal nº 2.301, de 19/04/2006, que dispõe sobre o pagamento da prestação de serviço sob o regime de sobre-aviso, e dá outras providências,

**R E S O L V E:**

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, o pagamento da prestação de serviço sob o regime de SOBREAVISO, prestados durante o mês de Fevereiro de 2015, especificando: código, nome, cargo, valor da gratificação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Gratificação
1065	Waltraud Warken Zardo	Auxiliar de Enfermagem	1.500,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de Março de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### ATA DESERTA 15/2015 FMS

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 15/2015 - FMS)

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE

Aos doze dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, na cidade de Campo Alegre, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se às 11 horas, em sessão pública, reuniram-se em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz Pregoeira Municipal, e Lilian Terezinha Bartsch, membros da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 15/2015, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto a REGISTRO DE PREÇOS para Contratação de empresa que detém autorização do órgão competente (ANATEL) para prestar serviço de telefonia móvel digital com tecnologia GSM, no Estado de Santa Catarina, por intermédio de 16 (dezesesseis) Códigos de Acesso, com o fornecimento de 16 (dezesesseis) Estações Móveis (através de comodato gratuito), devidamente ativadas (habilitadas), associadas a um Plano Pós-Pago de Serviço, sem franquia global, com estimativa mensal de 3.600 minutos para o Fundo Municipal de Saúde.. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, declarando a licitação DESERTA, considerando que nenhum licitante protocolizou documentação e proposta para tal licitação. Não havendo nada mais a tratar encerrou-se a presente sessão com a lavratura da presente ata, que vai assinada por todos os presentes:

### ATA DESERTA 45/2015

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 45/2015 -)

Aos doze dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, na cidade de Campo Alegre, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se às nove horas, em sessão pública, reuniram-se em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz Pregoeira Municipal, e Lilian Terezinha Bartsch, membros da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 45/2015, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto a REGISTRO DE PREÇOS para Contratação de empresa que detém autorização do órgão competente (ANATEL) para prestar serviço de telefonia móvel digital com tecnologia GSM, no Estado de Santa Catarina, por intermédio 36 (trinta e seis) Códigos de Acesso, com o fornecimento de 36 (trinta e seis) Estações Móveis (através de comodato gratuito), devidamente ativadas (habilitadas), associadas a um Plano Pós-Pago de Serviço, sem franquia global, com estimativa mensal de 5.000 minutos. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, declarando a licitação DESERTA, considerando que nenhum licitante protocolizou documentação e proposta para tal licitação. Não havendo nada mais a tratar encerrou-se a presente sessão com a lavratura da presente ata, que vai assinada por todos os presentes:

### DECRETO Nº 9.016 DE 19 DE MAIO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.016 DE 19 DE MAIO DE 2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, E IDADE NOS TERMOS DO ART. 6º DA EC41/03, E ART. 50 INCISOS I, II, III E IV DA LEI MUNICIPAL Nº 4.217/14, A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARILENA PISKE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, DECRETA:

Art.1º) Aposentar, por Tempo de Contribuição e Idade, conforme Processo Administrativo do IPRECAL nº 006/2015 e nos termos do artigo 6º, da EC 41/03, por Tempo de Contribuição e Idade, artigo 50, Incisos I, II, III e IV da Lei Municipal nº 4.217 de 25 de Novembro de 2014, Artigo 94 da Lei Complementar Municipal nº 006/02 que Dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público do Município, a Servidora Pública Municipal MARILENA PISKE, Portadora da Carteira Identidade RG – 1.094561 SSP-SC, CPF/MF nº 420.964.809-49, detentora da Matrícula Funcional nº 000051, Registro no Sistema sob nº 293270, Pis/Pasep nº 1.089.635.245-2, ocupante do Cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, Função Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, do Quadro de Pessoal em extinção do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter Integral com paridade, nos termos do art. 61 da Lei Municipal nº 4.217/14, perfazendo o montante bruto de R\$ 2.080,98 (dois mil, oitenta reais, noventa e oito centavos), que serão pagos mensalmente pelo IPRECAL, observando-se o desconto da contribuição previdenciária pertinente.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 19 de Maio de 2015.

RUBENS BLAZSKOVSKI

Prefeito Municipal

JEFFERSON JEAN DUVOISIN

Diretor Executivo – IPRECAL

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 19/05/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 9.017 DE 19 DE MAIO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.017 DE 19 DE MAIO DE 2015  
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002, em seu Inciso IV Artigo 300 e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar CARLOS FRANCISCO ONOFRE, para exercer o cargo de Professor II – Educação Física - “Não Habilitado”, Registro no Sistema sob o nº 955465, Regime Jurídico Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Piso Nacional no valor de R\$ 1.917,78 (um mil, novecentos e dezessete reais, setenta e oito centavos) mensais, em obediência a Lei Federal nº 11.738/08 e Lei Municipal nº 3.534 de 14 de Dezembro de 2009, pelo período de 19 de Maio de 2015 a 18 de Dezembro de 2015, ou até que haja Concurso Público Municipal e Convocação do candidato aprovado e posse do mesmo.

Parágrafo único - A contratação em virtude de o Contratado ter sido aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 007/2014, em 3º lugar, Homologado pelo Decreto nº 8.826 de 04 de Fevereiro de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de Maio de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 19/05/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/2015 FMAS (RETIFICAÇÃO)**

Considerando erro de digitação do nome do contratado na publicação do dia 14/05/2015, publica-se novamente o Extrato de Contrato nº 03/2015 FMAS, retificado, conforme segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPO ALEGRE -SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/2015 FMAS

Objeto Aquisição de 200 (duzentas) cestas básicas para doação a famílias em vulnerabilidade social, cadastradas no Serviço Social do Município, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o Processo Licitatório, modalidade Pregão Presencial, nº 05/2015 FMAS.

Dotação orçamentária:

92.01.2.032.3.3.90.32.00.00.00.0104, Material de Distribuição Gratuita, Fornecimento de Benefícios Sociais, Manutenção das Atividades Sociais, Fundo Municipal de Assistência Social.

Vigência: 13/05/2015 a 31/12/2015.

Do valor total: R\$ 11.945,00 (onze mil, novecentos e quarenta e cinco reais)

Contratado: EKO SUPERMERCADO LTDA

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.  
Carolina da Costa Telma  
Gestora

**PORTARIA Nº 11.902 DE 18 DE MAIO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.902 DE 18 DE MAIO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público, NEURI NAGEL, Matrícula Funcional nº 000404, Registro no Sistema sob nº 954254, ocupante do cargo público de Agente Operacional III, exercendo a Operador de Máquinas, Equipamentos e Veículos Pesados, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, férias referente aos períodos aquisitivos: 15 de Abril de 2013 a 14 de Abril de 2014 = 10 (dez) dias e 15 de Abril de 2014 a 14 de Abril de 2015 = 10 (dez) dias, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo 15 de Abril de 2014 a 14 de Abril de 2015.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 19 de Maio de 2015 a 07 de Junho de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 18 de Maio de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 19/05/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.903 DE 18 DE MAIO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.903 DE 18 DE MAIO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, redação dada pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Licença Prêmio a Servidora Pública Municipal CIRILA TELMA DRANKA, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, Matrícula Funcional nº 0152, Registro no Sistema sob nº 180501, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 20 de Maio de 2012 a 19 de Maio de 2015.

Art.2º) A servidora gozará sua Licença Prêmio no período de 20 de Maio de 2015 a 18 de Junho de 2015.



Art.3º) Esta Portaria, entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de Maio de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 19/05/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### PREGÃO 03/2015 IPRECAL

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC  
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2015  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

A licitação tem como objeto REGISTRO DE PREÇOS para contratação de profissional habilitado para execução de perícias médicas para o IPRECAL, conforme tabela abaixo:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
01	120	Serviço	Perícia médica.	100,00	12.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 12.000,00	

Critério para julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO

DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES COM A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: ATÉ AS 09 HORAS E 45 MINUTOS, DO DIA 29/05/2015, NO PROTOCOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC.

DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA INÍCIO DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

DIA: 29/05/2015

HORA: 10 HORAS

LOCAL: Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC.

As despesas oriundas de eventuais aquisições correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	94.00	IPRECAL – Instituto de Previdência Social
Unidade	94.01	Divisão de Manutenção do IPRECAL
Função	9	Previdência Social
Subfunção	11	Administração geral
Programa	66	Instituto de Prev. Social dos Serv. Públicos do Município de Campo Alegre
Projeto	2.113	Manutenção e Coordenação das Atividades Administrativas do IPRECAL
Elemento de Despesa	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
Recurso	141	Contribuição do Servidor Ativo ao RPPS

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)), e é de total responsabilidade da empresa

participante a verificação no mesmo.

Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br), no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 03/2015 IPRECAL".

A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 19 de maio de 2015.

JEFFERSON JEAN DUVOISIN

Diretor Executivo do IPRECAL

### PREGÃO ELETRÔNICO 13/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2015 FMS  
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futuras aquisições de material de limpeza e cozinha para as unidades de saúde do município, conforme relação abaixo:

IT	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	15	Unidade	Acendedor para fogão a gás.	4,02	60,30
02	100	Unidade	Açúcar refinado, pacote com 5kg	9,23	923,00
03	740	Frasco	Água sanitária, com cloro ativo, princípio ativo (mínimo): esterilizante, alcalizante e água, frasco com 1 litro.	2,28	1.687,20
04	15	Unidade	Balde em material plástico, capacidade 10 litros, cor branco ou transparente	7,59	113,85
05	10	Unidade	Balde em material plástico, capacidade 20 litros, cor branco ou transparente	10,00	100,00
06	20	Unidade	Bateria de Lithium CR-2032 3V	3,14	62,80
07	8	Par	Botas de borracha, cano curto 3/4, cor branca, número conforme solicitação	25,84	206,72
08	400	Unidade	Café extraforte, feito com uma combinação de grãos com ponto de torra escura, que resulta em um café de sabor forte e marcante e aroma mais encorpado e intenso. Grãos selecionados, torrados em suspensão que proporciona mais aroma e sabor ao café, moídos e embalados a vácuo, com selo de pureza ABIC, 500g	9,01	3.604,00
09	300	Caixa	Chá, sabor natural, com 25 saquinhos.	3,70	1.110,00
10	30	Unidade	Coador de pano, tamanho médio	2,75	82,50
11	450	Pacote	Copo descartável 110ml, pacote com 100 unidades	5,18	2.331,00

12	300	Frasco	Desinfetante líquido para banheiros, com 2 litros	3,85	1.155,00
13	50	Unidade	Desodorizador de ar spray, com no mínimo 300ml	10,98	549,00
14	400	Frasco	Detergente líquido para louça, com alta eficiência na remoção de sujeiras e gorduras e muita espuma. Com fórmula testada e aprovada por dermatologista, com GLICERINA, frasco com 500ml	1,64	656,00
15	15	Unidade	Escova para higiene de unhas e mãos, tamanho aprox. 8(C) x 2,5(L) x 4(A). Confeccionada em plástico, com cerdas em nylon.	2,64	39,60
16	15	Unidade	Escova para lavar, multiuso (ideal para roupas), em PP com no mínimo 60 tufos	3,96	59,40
17	15	Unidade	Escova Sanitária com suporte tamanho aprox. 37 cm	5,41	81,15
18	90	Pacote	Esponja de lã de aço com 8 unidades	1,75	157,50
19	400	Unidade	Esponja de limpeza dupla face de 110x75x20mm	2,41	964,00
20	50	Maço	Fósforo, maço com 10 caixas com 40 palitos cada	2,20	110,00
21	250	Embalagem	Guardanapo de papel, de aprox. 30x30cm com 50 unidades	1,65	412,50
22	50	Unidade	Lâmpada econômica, luz branca 25 watts	9,19	459,50
23	10	Unidade	Lâmpada fluorescente 20W	5,69	56,90
24	25	Unidade	Lâmpada fluorescente 40w	5,69	142,25
25	110	Unidade	Limpa vidros. Remove sujeira de vidros, espelhos, acrílicos. Brilho cristalino. Mantém vidros, vitrines, espelhos limpos e brilhantes. Embalagem 500ml	10,99	1.208,90
26	50	Frasco	Lustra móveis, perfumado, frasco com 200ml. Composição mínima: cera microcristalina, cera de parafina, silicone, emulsificante, espessante, derivado de isotiazolinona, solvente alifáticos, fragrância e água.	3,95	197,50
27	150	Par	Luvas de borracha, natural, de látex, com revestimento interno de algodão antitranspirante, anatômica, flexível, tamanho M	4,57	685,50
28	100	Par	Luvas de borracha, natural, de látex, com revestimento interno de algodão antitranspirante, anatômica, flexível, tamanho P.	4,57	457,00
29	5	Unidade	Mangueira para jardim, em plástico trançado, 30m	49,03	245,15

30	15	Unidade	Pá para lixo, tamanho aproximado 25x25, em plástico, com cabo longo de aprox. 80 cm	8,03	120,45
31	40	Unidade	Pano de prato 100% algodão, tamanho aprox. 45x70cm	4,17	166,80
32	80	Embalagem	Pano para limpeza atoa-lhado, embalagem com 03 unidades	4,94	395,20
33	5000	Unidade	Papel higiênico, macio, branco, folha dupla, neutro, absorvente e resistente, produzido com 100% fibras celulósicas. Tecnologia MICRODECO, que proporciona melhor definição da decoração do papel, além de maior maciez em ambos os lados, solúvel em água, podendo ser descartado no vaso sanitário. Rolo de no mínimo 30mx10cm	1,43	7.150,00
34	150	Unidade	Pedra desodorizadora para vaso sanitário. Composição mínima: aglutinante, isotiazolinas, corantes e essência.	3,03	454,50
35	20	Unidade	Pilha 364	1,13	22,60
36	20	Unidade	Pilha Alcalina 9V	15,39	307,80
37	80	Unidade	Pilhas médias R14 C	14,19	1.135,20
38	50	Unidade	Pilhas palito AAA	4,02	201,00
39	70	Unidade	Pilhas pequenas AA	3,25	227,50
40	15	Unidade	Rodo para limpeza, tamanho aprox. 40cm, com cabo	17,57	263,55
41	10	Pacote	Sabão em barra, pacote com 5 unidades	6,44	64,40
42	130	Embalagem	Sabão em pó, com amaciante, ingredientes: tensoativo, aniônico, alcalizante, sequestrante, carga, coadjuvante, branqueador optico, corante, enzimas, agente anti-re-depositante, fragrância e água. Componente ativo: linear alquil benzeno sulfonato sódico. Tensoativo biodegradável. Embalagem com no mínimo 1000 gramas.	7,69	999,70
43	60	Unidade	Saco de algodão, tamanho mínimo de 50x60	3,52	211,20
44	400	Embalagem	Saco para lixo super-resistente, de polietileno, capacidade 100 litros, com 5 unidades	6,48	2.592,00
45	500	Embalagem	Saco para lixo, super-resistente, de polietileno, capacidade 30 litros, com 10 unidades	4,17	2.085,00
46	480	Embalagem	Saco para lixo, super-resistente, de polietileno, capacidade 50 litros, com 10 unidades.	6,48	3.110,40

47	10	Embalagem	Saco plástico para freezer e micro-ondas, tamanho aproximado 20x30cm, capacidade 2kg, embalagem com 100 sacos.	12,53	125,30
48	130	Frasco	Saponáceo líquido com detergente, frasco com no mínimo 300gr	4,66	605,80
49	40	Unidade	Toalha de rosto, 100% algodão, tamanho mínimo de 45x70cm, cor branca	3,07	122,80
50	15	Unidade	Vassoura de cipó com cabo	21,89	328,35
51	15	Unidade	Vassoura de nylon com cabo	14,63	219,45
52	20	Unidade	Vassoura de palha de arroz com cabo	21,89	437,80
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 39.265,02	

Critério julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 19/05/2015, às 9h45min do dia 01/06/2015;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 10h do dia 01/06/2015 no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br), horário de Brasília - DF

As despesas oriundas das futuras aquisições correrão por conta de dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde classificadas como "Material de Consumo" (Órgão: 91.00 – Fundo Municipal de Saúde; Unidade: Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo).

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br). Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.cidadecompras.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 19 de maio de 2015.  
Lucilaine Mokfa Schwarz  
Secretária Municipal de Administração

## PREGÃO ELETRÔNICO 17/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE - SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2015 FMS  
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

A licitação tem como objeto a aquisição de mobiliário para a Unidade de Saúde da localidade de Fragosos, conforme relação abaixo:

ITEM	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
01	5	Unidade	Armário multiuso 2 portas e 7 prateleiras internas, fabricado em MDF e fundos com MDF 2,8mm com dobradiças de pressão em aço, cor branca, medidas: Largura 0,61, altura 1,82 e comprimento 0,38.	350,00	1.750,00
02	14	Unidade	Cadeira fixa, pé palito, com estrutura confeccionada em tubo de aço Oblongo 16 x 30, assento e encosto em polipropileno, cor azul. Medidas: A - 1,00 cm / L - 0,55 cm / P - 0,55 cm	110,00	1.540,00
03	1	Unidade	Longarina 05 lugares, cor azul, assento em polipropileno de alta resistência (40x46cm), encosto em polipropileno de alta resistência (32x45,5cm), capacidade de carga 120kg por lugar, barra tubular metálica 30x50mm preta, pés metálicos pretos ou cinza com revestimento em polipropileno, suportes do assento e encosto metálicos pretos em tubo oblongo de 16x30mm com espessura de 1,2mm e travessas metálicas. Assentos e encostos confeccionados em polipropileno de alta resistência pelo sistema de injeção termoplástica. Furação na estrutura (2 furos em cada perna) para fixação no chão.	622,00	622,00

04	3	Unidade	Longarina 03 lugares, cor azul, assento em polipropileno de alta resistência (40x46cm), encosto em polipropileno de alta resistência (32x45,5cm), capacidade de carga 120kg por lugar, barra tubular metálica 30x50mm preta, pés metálicos pretos ou cinza com revestimento em polipropileno, suportes do assento e encosto metálicos pretos em tubo oblongo de 16x30mm com espessura de 1,2mm e travessas metálicas. Assentos e encostos confeccionados em polipropileno de alta resistência pelo sistema de injeção termoplástica. Furação na estrutura (2 furos em cada perna) para fixação no chão.	350,00	1.050,00
05	1	Unidade	Mesa para computador Branca, altura 74,5cm, largura 69 cm, profundidade 40cm, material da estrutura: MDF, 3 gavetas, suporte para teclado.	175,00	175,00
06	1	Unidade	Mesa de reunião oval com 6 lugares MDF, tampo em BP 18mm, medida: 2,20L x 1,10P, cor azul.	350,00	350,00
07	1	Unidade	Braçadeira para injeção em inox, construída em base tubular, com pintura eletrostática antimicrobiana após tratamento antiferrugem, com altura regulável de 0,80 a 1,20, apoio para braço tipo concha em chapa de aço esmalhada, acolchoada, pés revestidos com pontei-ras plásticas. (ANVISA: 80589649007).	130,00	130,00
08	2	Unidade	Banco de madeira plástica de polietileno de alta densidade, cor itaúba, 1,50m de largura, 36 cm de altura.	450,00	900,00
09	1	Unidade	Mesa de escritório, em L, em MDF, com 3 gavetas, cor cinza ou branco. Tamanhos: Largura: 0,60cm, Comprimento: 1,50 x 1,00.	300,00	300,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 6.817,00	

Critério julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 19/05/2015, às 13h45min do dia 01/06/2015;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h do dia 01/06/2015 no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br), horário de Brasília - DF

As despesas oriundas da aquisição correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	91.00	Fundo Municipal de Saúde
Unidade	91.02	Manutenção das Atividades Básicas de Saúde
Função	10	Saúde
Subfunção	301	Atenção Básica
Programa	59	Assistência Básica a Saúde
Projeto	2.115	Manut. e Coordenação da Assistência Básica de Saúde
Elemento de Despesa	4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br). Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.cidadecompras.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 19 de maio de 2015.  
Lucilaine Mokfa Schwarz  
Secretária Municipal de Administração

### PREGÃO ELETRÔNICO 47/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2015

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de lâminas para as motoniveladoras da frota municipal, conforme relação abaixo:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
01	20	Unidade	Lâmina 3/4, 13 furos 3/4, curva, com dureza mínima 400 a 500hb. Apresentar Certificado de Dureza emitido pelo fabricante.	600,00	12.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 12.000,00	

Critério julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM



Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 19/05/2015, às 13h45min do dia 29/05/2015;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h do dia 29/05/2015 no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br), horário de Brasília – DF

As despesas oriundas de eventuais aquisições correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	08.00	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras
Unidade	08.02	Serviço de Transporte e Frota
Função	26	Transporte
Subfunção	782	Transporte Rodoviário
Programa	47	Frota Municipal
Projeto	2.112	Manutenção da Frota Municipal
Elemento de Despesa	3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br). Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC, através do telefone/fax nº. (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.cidadecompras.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 19 de maio de 2015.  
Lucilaine Mokfa Schwarz  
Secretária Municipal de Administração

### RESOLUÇÃO Nº 12 DE 14 DE JULHO DE 2003

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
RESOLUÇÃO Nº 12 DE 14 DE JULHO DE 2003  
APROVA O PACTO MUNICIPAL DE INDICADORES DA ATENÇÃO BÁSICA 2003 DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eliana Pessoa Machado Collê, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprova o Pacto Municipal de Indicadores da Atenção Básica 2003 do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 14 de julho de 2003.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos quatorze dias do mês de julho do ano de dois mil e três.

ROSANA EMILIA GREIPEL

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

### RESOLUÇÃO Nº 13 DE 14 DE JULHO DE 2003

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
RESOLUÇÃO Nº 13 DE 14 DE JULHO DE 2003  
APROVA A II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., QUE DEVERÁ SER REALIZADA NOS DIAS 15 E 16 DE AGOSTO DE 2003, COM O TEMA CENTRAL: "SAÚDE: UM DIREITO DE TODOS E DEVER DO ESTADO – A SAÚDE QUE TEMOS, O SUS QUE QUEREMOS", NO ESPAÇO CULTURAL Profª. SIRLEY MARIA NEUMANN JOHANSON.

Eliana Pessoa Machado Collê, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprova a II Conferência Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC, que deverá ser realizada nos dias 15 e 16 de Agosto de 2003, com o tema central: "SAÚDE: UM DIREITO DE TODOS E DEVER DO ESTADO – A SAÚDE QUE TEMOS, O SUS QUE QUEREMOS", no Espaço Cultural Profª. Sirley Maria Neumann Johanson.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 14 de julho de 2003.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos quatorze dias do mês de julho do ano de dois mil e três.

ROSANA EMILIA GREIPEL

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

### RESOLUÇÃO Nº 14 DE 14 DE JULHO DE 2003

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
RESOLUÇÃO Nº 14 DE 14 DE JULHO DE 2003  
APROVA QUE AS DESPESAS DA II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE/SC., CORRERÃO POR CONTA DE RECURSOS ALOCADOS NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE.

Eliana Pessoa Machado Collê, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:



Art.1º) Fica aprovado que as despesas da II Conferência Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC, correrão por conta de recursos alocados no Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, especialmente a resolução nº 03 de 08 de Maio de 2003.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 14 de julho de 2003.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos quatorze dias do mês de julho do ano de dois mil e três.

ROSANA EMILIA GREIPEL

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

### **RESOLUÇÃO Nº 15 DE 14 DE JULHO DE 2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 15 DE 14 DE JULHO DE 2003

APROVA A COMISSÃO ORGANIZADORA DA II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprova A Comissão Organizadora da II Conferência Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 14 de julho de 2003.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos quatorze dias do mês de julho do ano de dois mil e três.

ROSANA EMILIA GREIPEL

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

### **RESOLUÇÃO Nº 16 DE 14 DE JULHO DE 2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 16 DE 14 DE JULHO DE 2003

APROVA O REGIMENTO INTERNO DA II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprova o Regimento Interno da II Conferência Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 14 de julho de 2003.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos quatorze dias do mês de julho do ano de dois mil e três.

ROSANA EMILIA GREIPEL

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

### **RESOLUÇÃO Nº 17 DE 14 DE JULHO DE 2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 17 DE 14 DE JULHO DE 2003

DISCUTE E APRECIA A HABILITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., NA GESTÃO PLENA DA ATENÇÃO BÁSICA AMPLIADA – GPAB-A.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Discute e aprecia a Habilitação do Município de Campo Alegre/SC., na Gestão Plena da Atenção Básica Ampliada – GPAB-A.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 14 de julho de 2003.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos quatorze dias do mês de julho do ano de dois mil e três.

ROSANA EMILIA GREIPEL

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

### **RESOLUÇÃO Nº 18 DE 14 DE JULHO DE 2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 18 DE 14 DE JULHO DE 2003

APROVA PORTARIA Nº 001 DE 11 DE JULHO DE 2003, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, QUE INSTITUI COMISSÃO EXECUTIVA DA II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE/SC., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprova Portaria nº 001 de 11 de Julho de 2003, do Conselho Municipal de Saúde, que Institui Comissão Executiva da II Conferência Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC.,

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 14 de julho de 2003.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos quatorze dias do mês de julho do ano de dois mil e três.

ROSANA EMILIA GREIPEL

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

### **RESOLUÇÃO Nº 19 DE 06 DE AGOSTO DE 2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 19 DE 06 DE AGOSTO DE 2003

APROVA PSF - PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA PARA O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprova o PSF - Programa de Saúde da Família para o Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 06 de agosto de 2003.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos seis dias do mês de agosto ano de dois mil e três.

ROSANA EMILIA GREIPEL

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

### **RESOLUÇÃO Nº 20 DE 22 DE AGOSTO DE 2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 20 DE 22 DE AGOSTO DE 2003

APROVA PPI – PROGRAMAÇÃO PACTUADA INTEGRADA – 2003 – PARÂMETROS DE PROGRAMAÇÃO PARA AÇÕES DE EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS PARA O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprova a PPI – Programação Pactuada Integrada – 2003 – Parâmetros de Programação para Ações de Epidemiologia e Controle de Doenças para o Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 22 de agosto de 2003.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e três.

ROSANA EMILIA GREIPEL

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

# Campo Erê

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL 14/2015**

MUNICÍPIO DE CAMPO ERE - SC  
PROCESSO LICITATÓRIO N° 883/2015  
PREGÃO PRESENCIAL N° 14/2015  
EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERE - SC, através de seu Prefeito Sr. RUDIMAR BORCIONI, TORNA PÚBLICO que até as 08horas do dia 02 de Junho de 2015, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no Pregão Presencial N° 14/2015 para o fornecimento e colocação de aberturas para o refeitório da Escola Irma Florêncio, conforme especificado neste Edital, e em conformidade com a Lei 8.666/93; Lei n° 10.520 de 17/07/2002, suas atualizações e demais normas pertinentes. Demais informações deste Edital serão fornecidos pelo Departamento de Licitações, no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Ere - SC, segunda a sexta-feira no horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:15hs às 17:15hs, fone (49) 3655 3035, ou pelo e-mail [licitacao@campoere.sc.gov.br](mailto:licitacao@campoere.sc.gov.br)

Campo Ere - SC, 18 de Maio de 2015.  
Milton C. do Nascimento  
Supervisor Administrativo.

# Campos Novos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO TP 07/2015

PREFEITURA DE CAMPOS NOVOS  
AVISO DE LICITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇO Nº 07/2015

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 29 de maio de 2015 às 14h30min, na sala de reuniões da Prefeitura, Tomada de Preço do Tipo Menor Preço Global, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONCLUSÃO DE OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PARQUE AMBIENTAL ERNESTO ZORTÉA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO BÁSICO. PROGRAMA: TURISMO SOCIAL NO BRASIL - CONVÊNIO - 373.598-91/2011. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 18h30min às 11horas e das 13h30min 17 horas, diariamente.

Campos Novos, 19 de maio de 2015.  
Nelson Cruz  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº. 7.289/15 DE 14/05/2015 ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 7.289/15 DE 14/05/2015  
ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),  
DECRETA:

Art. 1º. Ficam suplementados no orçamento do Município o valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO  
UNIDADE: 25 – DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.037 – Manutenção do Departamento de Estradas e Rodagem  
Elementos de despesa: 121- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 300.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, ficam anulados os recursos provenientes do projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO  
UNIDADE: 25 – DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.037 – Manutenção do Departamento de

Estradas e Rodagem

Elementos de despesa: 118- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 300.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 14 de maio de 2015.  
Nelson Cruz  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº. 7.290/15 DE 14/05/2015 ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 7.290/15 DE 14/05/2015  
ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),  
DECRETA:

Art. 1º. Ficam suplementados no orçamento do Município o valor de R\$ 4.200,00( Quatro mil e duzentos reais) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 01 – GABINETE DO PREFEITO  
UNIDADE: 01 –GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.000 – Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal  
Elementos de despesa: 04- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 4.200,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, ficam anulados os recursos provenientes do projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 01 – GABINETE DO PREFEITO  
UNIDADE: 01 –GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.000 – Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal  
Elementos de despesa: 03- 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 4.200,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 14 de maio de 2015.  
Nelson Cruz  
Prefeito Municipal

**ERRATA Nº 01 PP 22-2015 MEDICAMENTOS**

ERRATA Nº 01 DO PROCESSO Nº 22/2015 – REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA, DOS PROGRAMAS E DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS-SC

Onde se lê:

e) Conter discriminados em moeda corrente nacional os preços dos itens limitados a 02 (duas) casas decimais para os centavos;

Passa se a ler:

e) Conter discriminados em moeda corrente nacional os preços dos itens limitados a 03 (três) casas decimais para os centavos;

Nelson Luiz de Paula  
Secretário de Saúde

**PORTARIA Nº 1.109/15**

PORTARIA Nº 1109/15 DE 12/05/15

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO INES VARELA DA LUZ

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972.

**R E S O L V E:**

Contratar em caráter temporário INES VARELA DA LUZ, para exercer o cargo de GARI, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 06 de maio de 2015.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 12 de maio de 2015.

Nelson Cruz  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1.110/15**

PORTARIA Nº 1.110/15 de 12/05/15

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LILIAM DE LIMA LEMOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

**R E S O L V E:**

Contratar em caráter temporário, LILIAM DE LIMA LEMOS para exercer o cargo de PROFESSOR LEIGO, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de maio de 2015.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 12 de maio de 2015.

Nelson Cruz  
Prefeito Municipal

---

**SAMAE - CAMPOS NOVOS**

---

**EXT. CT. 18/2015**

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA

Termo do sexto aditivo ao contrato cno nº. 20/2011

CONTRATO CNO – 18/2015

DATA DE ASSINATURA: 15 de Maio de 2015.

OBJETO: Prestação de serviços de seguros para a frota do SAMAE.

CONTRATADA: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais.

VALOR: R\$ 9.953,49 (Nove mil novecentos e cinquenta e três reais e quarenta e nove centavos).

PRAZO: 16.05.2015 à 16.05.2016.

Campos Novos – SC, 15 de Maio de 2015.

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

DIRETOR DO SAMAE

**EXT. PP. 07/2015**

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA 49 35410844

**AVISO LICITAÇÃO**

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE de Campos Novos -SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 10.520/2002, Decreto 5.411/2005 e subsidiariamente com a Lei 8.666/1993, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:

1-LICITAÇÃO Nº 08/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº07/2015, tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

2-OBJETO: AQUISIÇÃO DE BOBINAS DE PAPEL TÉRMICO PARA IMPRESSÃO DE FATURAS DE ÁGUA/ESGOTO.

3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA: As 14:00hs do dia 03/06/2015, para recebimento e abertura de invólucros. O Edital encontra-se a disposição dos

interessados no Departamento de Material e Transporte do SAMAE, sito a rua:

Caetano Carlos, 466 – Centro em Campos Novos –SC, nos seguintes horários das

09:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas e nos sites

[www.samaecn.com.br](http://www.samaecn.com.br) e [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br)

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

DIRETOR DO SAMAE



# Canoinhas

## PREFEITURA

### ANULAÇÃO DO PREGÃO N.º PMC 47/2015 (ELETRÔNICO)

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º PMC 77/2015  
PREGÃO N.º PMC 47/2015 (ELETRÔNICO)  
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna pública a anulação do PREGÃO Nº PMC 47/2015 (ELETRÔNICO), que tem por objeto AQUISIÇÃO DE 01 VEICULO UTILITÁRIO NOVO, 0 KM, FLEX, CABINE DUPLA, EQUIPADO COM NO MÍNIMO AR CONDICIONADO E DIREÇÃO HIDRÁULICA, DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DE CANOINHAS. Motivo: LICITAÇÃO FRACASSADA. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

### DECRETO Nº 090/2015

DECRETO Nº. 090/2015  
APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, RESOLVE:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 853,00 m² (Oitocentos e cinquenta e três metros quadrados), procedido por MARIANA NOGUEIRA CAVALCANTE E OUTROS, situado na Rua Emilio Scholtz, no Bairro Jardim Esperança, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 18.113, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 22 com área de 222,00 m², lote nº 23 com área de 222,00 m², lote nº 24 com área de 203,00 m² e lote nº 25 com área de 206,00 m², todos pertencentes à quadra nº 210, conforme requerimento protocolado sob nº. 2926/2015.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de abril de 2015.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 17/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### DECRETO Nº 091/2015

DECRETO Nº. 091/2015  
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVES DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, prefeito de Canoinhas, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e de acordo com o Artigo 15 da Lei 5.475 de 16/12/2014 – LOA:

#### DECRETA

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2015, no valor de R\$ 61.000,00 (sessenta e um mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação  
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação  
Função 12: Educação  
Subfunção 365: Educação Infantil  
Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação  
Atividade 1.002 – Construções, ampliações e reformas de CEI's  
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 61.000,00  
Recursos 13600 – Rec. Salário Educação

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste decreto, fica anulado no Orçamento Geral da Prefeitura, o valor R\$ 61.000,00 (sessenta e um mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação  
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação  
Função 12: Educação  
Subfunção 365: Educação Infantil  
Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação  
Atividade 1.002 – Construções, ampliações e reformas de CEI's  
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 61.000,00  
Recursos 13600 – Rec. Salário Educação

Art. 3º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 17 de abril 2015.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 17/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**DECRETO Nº 092/2015**

DECRETO Nº. 092/2015

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, RESOLVE:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 1.314,00 m² (Um mil, trezentos e quatorze metros quadrados), procedido por AIRTO KRUGER KLOSTER E TALIS BERTONI IARROCHESKI, situado na Rua Frederico Kohler, no Bairro Campo da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob as matrículas nº 8.422 e nº 8.424, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 53 com área de 657,00 m² e lote nº 63 com área de 657,00 m², ambos pertencentes à quadra nº 1.436, conforme requerimento protocolado sob nº. 2979/2015.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**DECRETO Nº 094/2015**

DECRETO Nº. 094/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o término do Contrato nº151/2014, decorrente de seu relugar distrato;

CONSIDERANDO a necessidade da realização do cancelamento dos Restos a Pagar, RESOLVE:

DECRETAR

Art. 1º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados no exercício 2014, inscritos em Restos a Pagar – Não Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação presente no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que a despesa decorrente do respectivo empenho não ocorrera em sua integralidade, haja vista o Distrato do Contrato nº151/2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 28/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**ANEXO ÚNICO – DECRETO Nº094/2015**

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 01 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS			
RECURSO 137 – RECURSOS SALÁRIO-EDUCAÇÃO			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
004862/14	27/11/2014	SD Prestadora de Serviços Ltda	94.222,86
		TOTAL	94.222,86

**DECRETO Nº 095/2015**

DECRETO Nº. 095/2015

CONVOCA A I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

DECRETA

Art. 1º - Fica convocada a I Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, a ser realizada em Canoinhas, Santa Catarina, no dia 11 de junho de 2015.

§ Único: O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA, coordenará a I Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Canoinhas.

Art. 2º - I Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional terá como lema: "Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar", e desenvolverá trabalhos com objetivo principal de ampliar e fortalecer os compromissos políticos para a promoção da soberania alimentar, garantindo à todas e todos o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), assegurando a participação social e a gestão intersetorial no Sistema, na Política e no Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 28 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 28/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**DECRETO Nº 096/2015**

DECRETO Nº. 096/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a rescisão do Contrato nº09/2014, decorrente de decisão administrativa referente ao Processo Licitatório nº06/2014;

CONSIDERANDO a necessidade da realização do cancelamento dos Restos a Pagar, RESOLVE:  
DECRETAR

Art. 1º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados no exercício 2014, inscritos em Restos a Pagar – Não Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação presente no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que a despesa decorrente do respectivo empenho não ocorrera em sua integralidade, haja vista decisão administrativa referente ao Processo Licitatório nº06/2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 29 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 29/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**ANEXO ÚNICO – DECRETO Nº096/2015**

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS: ENTIDADE 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS			
RECURSO 133 – RECURSOS DESTINADOS A ASPS (15%)			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
001359/14	24/09/2014	SD Prestadora de Serviços Ltda	1.749,80
		TOTAL	1.749,80

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS: ENTIDADE 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS			
RECURSO 481 – RECURSOS CONVÊNIO ESTADO - SAÚDE			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
000525/14	14/04/2014	SD Prestadora de Serviços Ltda	2.923,63
001360/14	29/11/2014	SD Prestadora de Serviços Ltda	9.907,74
		TOTAL	12.831,37

**DECRETO Nº 097/2015**

DECRETO Nº. 097/2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.545 de 30/04/2015, RESOLVE:  
DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.545 de 30/04/2015, no valor de R\$ 718.942,74 (setecentos e dezoito mil, novecentos e quarenta e dois reais e setenta e quatro centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social  
Função 08: Assistência Social  
Subfunção 244: Assistência comunitária  
Programa 10: Assistência social responsável  
Atividade 2.039 – Manutenção do PETI  
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 31.294,16  
Recursos 63530 – Ações Estratégicas PETI - FNAS – superávit

II)  
Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social  
Função 08: Assistência Social  
Subfunção 244: Assistência comunitária  
Programa 10: Assistência social responsável  
Atividade 2.041 – Manutenção e ações do Fundo Municipal de Assistência Social  
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 16.389,89  
Recursos 66500 – Convênio Estado Abrigos – custeio – superávit

III)  
Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social  
Função 08: Assistência Social  
Subfunção 244: Assistência comunitária  
Programa 10: Assistência social responsável  
Atividade 2.041 – Manutenção e ações do Fundo Municipal de Assistência Social  
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 16.890,29  
Recursos 66540 – Transf. SUAS Estado – Abrigos – investimento – superávit

IV)  
Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social  
Função 08: Assistência Social  
Subfunção 244: Assistência comunitária  
Programa 10: Assistência social responsável  
Atividade 2.041 – Manutenção e ações do Fundo Municipal de Assistência Social  
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 7.360,24  
Recursos 63580 – Outras Transf. FNAS – superávit

V)  
Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social  
Função 08: Assistência Social  
Subfunção 244: Assistência comunitária  
Programa 10: Assistência social responsável  
Atividade 2.041 – Manutenção e ações do Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 891,90  
Recursos 63510 – Rec. Port. Nec. Especiais FNAS – superávit

#### VI)

Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social  
Função 08: Assistência Social  
Subfunção 244: Assistência comunitária  
Programa 10: Assistência social responsável  
Atividade 2.041 – Manutenção e ações do Fundo Municipal de Assistência Social  
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 2.153,99  
Recursos 63550 – Transf. FNAS BPC na escola – superávit

#### VII)

Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social  
Função 08: Assistência Social  
Subfunção 244: Assistência comunitária  
Programa 10: Assistência social responsável  
Atividade 2.041 – Manutenção e ações do Fundo Municipal de Assistência Social  
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 97.513,75  
Recursos 63570 – Transf. FNAS IGD Bolsa Família – superávit

#### VIII)

Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social  
Função 08: Assistência Social  
Subfunção 244: Assistência comunitária  
Programa 10: Assistência social responsável  
Atividade 2.041 – Manutenção e ações do Fundo Municipal de Assistência Social  
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 18.045,39  
Recursos 63560 – Transf. FNAS IGD SUAS – superávit

#### IX)

Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social  
Função 08: Assistência Social  
Subfunção 244: Assistência comunitária  
Programa 10: Assistência social responsável  
Atividade 2.041 – Manutenção e ações do Fundo Municipal de Assistência Social  
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 42.682,06  
Recursos 63525 – Transf. FNAS ACESUAS TRABALHO – superávit

#### X)

Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social  
Função 08: Assistência Social  
Subfunção 244: Assistência comunitária  
Programa 10: Assistência social responsável  
Atividade 2.041 – Manutenção e ações do Fundo Municipal de Assistência Social  
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 894,50  
Recursos 66530 – Rec. Benef. Eventuais Estado – superávit

#### XI)

Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social  
Função 08: Assistência Social  
Subfunção 244: Assistência comunitária  
Programa 10: Assistência social responsável  
Atividade 2.041 – Manutenção e ações do Fundo Municipal de Assistência Social  
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 8.248,48  
Recursos 68900 – Rec. Alienações de bens – Outros Programas – superávit

#### XII)

Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social  
Função 08: Assistência Social  
Subfunção 244: Assistência comunitária  
Programa 10: Assistência social responsável  
Atividade 2.041 – Manutenção e ações do Fundo Municipal de Assistência Social  
3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 80.000,00  
Recursos 63520 – Transf. FNAS-PBV p/ SCFV – superávit  
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 101.739,82  
Recursos 63520 – Transf. FNAS-PBV p/ SCFV – superávit

#### XIII)

Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social  
Função 08: Assistência Social  
Subfunção 244: Assistência comunitária  
Programa 10: Assistência social responsável  
Atividade 2.041 – Manutenção e ações do Fundo Municipal de Assistência Social  
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 132.215,27  
Recursos 63540 – Transf. FNAS-PBV p/ CRAS – superávit

#### XIV)

Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social  
Função 08: Assistência Social  
Subfunção 244: Assistência comunitária  
Programa 10: Assistência social responsável  
Atividade 2.041 – Manutenção e ações do Fundo Municipal de Assistência Social  
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 59.363,91  
Recursos 66520 – Rec. Conv. CRAS Estado – superávit

#### XV)

Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social  
Função 08: Assistência Social  
Subfunção 244: Assistência comunitária  
Programa 10: Assistência social responsável  
Atividade 2.040 – Manutenção do CREAS  
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 29.431,28  
Recursos 63500 – CREAS União – PAEFI/PFMC – superávit

#### XVI)

Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social  
Função 08: Assistência Social  
Subfunção 244: Assistência comunitária  
Programa 10: Assistência social responsável  
Atividade 2.040 – Manutenção do CREAS  
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 42.706,84  
Recursos 66510 – Transf. SUAS Estado – CREAS - custeio – superávit

#### XVII)

Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social  
Função 08: Assistência Social  
Subfunção 244: Assistência comunitária  
Programa 10: Assistência social responsável  
Atividade 2.040 – Manutenção do CREAS  
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 31.120,97  
Recursos 66550 – Transf. SUAS Estado – CREAS - investimento – superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 718.942,74 (setecentos e dezoito mil, novecentos



e quarenta e dois reais e setenta e quatro centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2014, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

63530	Ações Estratégicas PETI - FNAS – superávit	31.294,16
66500	Convênio Estado Abrigos – custeio – sup.	16.389,89
66540	Transf. SUAS Est.–Abrigos–invest.– sup.	16.890,29
63580	Outras Transf. FNAS – superávit	7.360,24
63510	Rec. Port. Nec. Especiais FNAS – superávit	891,90
63550	Transf. FNAS BPC na escola – superávit	2.153,99
63570	Transf. FNAS IGD Bolsa Família – superávit	97.513,75
63560	Transf. FNAS IGD SUAS – superávit	18.045,39
63525	Transf. FNAS ACESUAS TRAB. – superávit	42.682,06
66530	Rec. Benef. Eventuais Estado – superávit	894,50
68900	Rec. Alien. bens – Outros Prog. – superávit	8.248,48
63520	Transf. FNAS-PBV p/ SCFV – superávit	181.739,82
63540	Transf. FNAS-PBV p/ CRAS – superávit	132.215,27
66520	Rec. Conv. CRAS Estado – superávit	59.363,91
63500	CREAS União – PAEFI/PFMC – superávit	29.431,28
66510	Transf. SUAS Est-CREAS-custeio– superávit	42.706,84
66550	Transf. SUAS Est-CREAS invest.– superávit	31.120,97
TOTAL	718.942,74	

Art. 3º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 30/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## DECRETO Nº 098/2015

DECRETO Nº. 098/2015

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO”

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.546 de 30/04/2015, RESOLVE:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.546 de 30/04/2015, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 14: Fundação Municipal de Esportes e Lazer

Unidade 14.01: Fundação Municipal de Esportes e Lazer

Função 27: Desporto e Lazer

Subfunção 812: Desporto comunitário

Programa 16: Esporte como qualidade de vida

Atividade 2.032 – Manutenção da Fundação Municipal de Esportes

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 30.000,00

Recursos 30000 – Recursos Ordinários – superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2014, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

30000	Recursos ordinários – superávit	30.000,00
TOTAL	30.000,00	

Art. 3º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 30/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## DECRETO Nº 099/2015

DECRETO Nº. 099/2015

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO E PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO”

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.547 de 30/04/2015, RESOLVE:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.547 de 30/04/2015, no valor de R\$ 77.016,83 (setenta e sete mil, dezesseis reais e oitenta e três centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 366: Educação de jovens e adultos

Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação

Atividade 2.067 – Manutenção e desenvolvimento da educação de jovens e adultos - EJA

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 68.179,83

Recursos 33761 – Transf FNDE p/EJA – superávit

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 2.840,00

Recursos 33761 – Transf FNDE p/EJA – superávit

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 5.997,00

Recursos 33761 – Transf FNDE p/EJA – superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 77.016,83 (setenta e sete mil, dezesseis reais e oitenta e três centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2014, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

33761	Transf FNDE p/EJA – superávit	77.016,83
TOTAL	77.016,83	



Art. 3º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de acordo com o artigo 3º da Lei 5.547 de 30/04/2015, no valor de R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação  
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação  
Função 12: Educação  
Subfunção 366: Educação de jovens e adultos  
Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação  
Atividade 2.067 – Manutenção e desenvolvimento da educação de jovens e adultos - EJA  
3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 2.300,00  
Recursos 13761 – Transf FNDE p/EJA

Art. 4º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 3º desta Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais), por conta do excesso de arrecadação apurado na fonte de recurso, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2015 (A) + Excessos abertos em 2015	Estimativa de Arrecadação para 2015, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
13761	0,00	2.300,00	2.300,00

Art. 5º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de abril de 2015.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 30/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## DECRETO Nº 100/2015

DECRETO Nº. 100/2015  
APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, RESOLVE:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 604,73 m² (Seiscentos e quatro metros e setenta e três decímetros quadrados), procedido por CELIA LITZ GUIMARÃES, situado na Rua Wiegand Wiese, no Bairro Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 38.506, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 12 com área de 400,40 m² e lote nº 24 com área de 204,33 m², ambos pertencentes à quadra nº 01, conforme requerimento protocolado sob nº. 3188/2015.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de maio de 2015.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 05/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## DECRETO Nº 102/2015

DECRETO Nº. 102/2015  
DECRETA LUTO OFICIAL

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, RESOLVE:

DECRETAR

Art. 1º - Fica decretado luto oficial no Município de Canoinhas, por sete (07) dias, tendo em vista o falecimento do Sr. LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA, Senador por Santa Catarina e ex-governador do Estado, ocorrido no dia 10 de maio do corrente.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de maio de 2015.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 11/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## LEI Nº 5544/2015

LEI Nº. 5.544 DE 30/04/2015

"AUTORIZA ATLETAS A REPRESENTAR O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, AUTORIZA CUSTEAR DESPESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Ficam autorizados a representar o Município de Canoinhas, no "8º Jogos Abertos da Terceira Idade de Santa Catarina", que será realizado na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, no período de 16 a 21 de maio de 2015, a equipe de dança coreográfica, dança de salão de 60 a 69 anos, dança de salão acima de 70 anos, bocha masculino e feminino, bolão 23 masculino e feminino, jogos de salão: truco, dominó e canastra masculino

e feminino, em um total de 53 atletas, e 03 pessoas atinentes a delegação da equipe técnica das modalidades.

Art. 2º - Poderão realizar-se no regime de adiantamento as despesas referentes à hospedagem, alimentação e despesas emergenciais, bem como transporte, com veículo próprio ou terceirizado, ficando desde já, autorizado a liberação do valor de até R\$ 29.463,00 (vinte e nove mil quatrocentos e sessenta e três) reais.

Parágrafo Único: O servidor responsável por adiantamento é obrigado a prestar contas de sua aplicação, nos termos da lei e Resolução 16/94 do TCE.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias específicas da Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas, Atividade 2.032 – Manutenção da Fundação Municipal de Esportes; 3.3.90.00.00.00.00 – Recursos Ordinários Superavitários.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de abril de 2015.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 30/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## LEI Nº 5545/2015

LEI Nº. 5.545 DE 30/04/2015

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

### LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 718.942,74 (setecentos e dezoito mil, novecentos e quarenta e dois reais e setenta e quatro centavos), com a seguinte classificação institucional:

#### I)

Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social  
Função 08: Assistência Social  
Subfunção 244: Assistência comunitária  
Programa 10: Assistência social responsável  
Atividade 2.039 – Manutenção do PETI  
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 31.294,16  
Recursos 63530 – Ações Estratégicas PETI - FNAS – superávit

#### II)

Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social  
Função 08: Assistência Social  
Subfunção 244: Assistência comunitária  
Programa 10: Assistência social responsável  
Atividade 2.041 – Manutenção e ações do Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 16.389,89  
Recursos 66500 – Convênio Estado Abrigos – custeio – superávit III)

Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social  
Função 08: Assistência Social

Subfunção 244: Assistência comunitária  
Programa 10: Assistência social responsável  
Atividade 2.041 – Manutenção e ações do Fundo Municipal de Assistência Social

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 16.890,29  
Recursos 66540 – Transf. SUAS Estado – Abrigos – investimento – superávit

#### IV)

Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social  
Função 08: Assistência Social

Subfunção 244: Assistência comunitária  
Programa 10: Assistência social responsável  
Atividade 2.041 – Manutenção e ações do Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 7.360,24  
Recursos 63580 – Outras Transf. FNAS – superávit

#### V)

Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social  
Função 08: Assistência Social

Subfunção 244: Assistência comunitária  
Programa 10: Assistência social responsável  
Atividade 2.041 – Manutenção e ações do Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 891,90  
Recursos 63510 – Rec. Port. Nec. Especiais FNAS – superávit

#### VI)

Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social  
Função 08: Assistência Social

Subfunção 244: Assistência comunitária  
Programa 10: Assistência social responsável  
Atividade 2.041 – Manutenção e ações do Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 2.153,99  
Recursos 63550 – Transf. FNAS BPC na escola – superávit

#### VII)

Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social  
Função 08: Assistência Social

Subfunção 244: Assistência comunitária  
Programa 10: Assistência social responsável  
Atividade 2.041 – Manutenção e ações do Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 97.513,75  
Recursos 63570 – Transf. FNAS IGD Bolsa Família – superávit

#### VIII)

Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social  
Função 08: Assistência Social

Subfunção 244: Assistência comunitária  
Programa 10: Assistência social responsável  
Atividade 2.041 – Manutenção e ações do Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 18.045,39  
Recursos 63560 – Transf. FNAS IGD SUAS – superávit

#### IX)

Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social  
Função 08: Assistência Social

Subfunção 244: Assistência comunitária  
Programa 10: Assistência social responsável

Atividade 2.041 – Manutenção e ações do Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 42.682,06  
Recursos 63525 – Transf. FNAS ACESUAS TRABALHO – superávit X)

Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social

Função 08: Assistência Social

Subfunção 244: Assistência comunitária

Programa 10: Assistência social responsável

Atividade 2.041 – Manutenção e ações do Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 894,50  
Recursos 66530 – Rec. Benef. Eventuais Estado – superávit XI)

Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social

Função 08: Assistência Social

Subfunção 244: Assistência comunitária

Programa 10: Assistência social responsável

Atividade 2.041 – Manutenção e ações do Fundo Municipal de Assistência Social

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 8.248,48  
Recursos 68900 – Rec. Alienações de bens – Outros Programas – superávit XII)

Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social

Função 08: Assistência Social

Subfunção 244: Assistência comunitária

Programa 10: Assistência social responsável

Atividade 2.041 – Manutenção e ações do Fundo Municipal de Assistência Social

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 80.000,00  
Recursos 63520 – Transf. FNAS-PBV p/ SCFV – superávit

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 101.739,82  
Recursos 63520 – Transf. FNAS-PBV p/ SCFV – superávit XIII)

Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social

Função 08: Assistência Social

Subfunção 244: Assistência comunitária

Programa 10: Assistência social responsável

Atividade 2.041 – Manutenção e ações do Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 132.215,27  
Recursos 63540 – Transf. FNAS-PBV p/ CRAS – superávit XIV)

Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social

Função 08: Assistência Social

Subfunção 244: Assistência comunitária

Programa 10: Assistência social responsável

Atividade 2.041 – Manutenção e ações do Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 59.363,91  
Recursos 66520 – Rec. Conv. CRAS Estado – superávit XV)

Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social

Função 08: Assistência Social

Subfunção 244: Assistência comunitária

Programa 10: Assistência social responsável

Atividade 2.040 – Manutenção do CREAS

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 29.431,28  
Recursos 63500 – CREAS União – PAEFI/PFMC – superávit XVI)

Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social

Função 08: Assistência Social

Subfunção 244: Assistência comunitária

Programa 10: Assistência social responsável

Atividade 2.040 – Manutenção do CREAS

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 42.706,84  
Recursos 66510 – Transf. SUAS Estado – CREAS - custeio – superávit XVII)

Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social

Função 08: Assistência Social

Subfunção 244: Assistência comunitária

Programa 10: Assistência social responsável

Atividade 2.040 – Manutenção do CREAS

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 31.120,97  
Recursos 66550 – Transf. SUAS Estado – CREAS - investimento – superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 718.942,74 (setecentos e dezoito mil, novecentos e quarenta e dois reais e setenta e quatro centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2014, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

63530	Ações Estratégicas PETI - FNAS – superávit	31.294,16
66500	Convênio Estado Abrigos – custeio – superávit	16.389,89
66540	Transf. SUAS Estado-Abrigos-invest. – superávit	16.890,29
63580	Outras Transf. FNAS – superávit	7.360,24
63510	Rec. Port. Nec. Especiais FNAS – superávit	891,90
63550	Transf. FNAS BPC na escola – superávit	2.153,99
63570	Transf. FNAS IGD Bolsa Família – superávit	97.513,75
63560	Transf. FNAS IGD SUAS – superávit	18.045,39
63525	Transf. FNAS ACESUAS TRABALHO – superávit	42.682,06
66530	Rec. Benef. Eventuais Estado – superávit	894,50
68900	Rec. Alienações bens – Outros Prog. – superávit	8.248,48
63520	Transf. FNAS-PBV p/ SCFV – superávit	181.739,82
63540	Transf. FNAS-PBV p/ CRAS – superávit	132.215,27
66520	Rec. Conv. CRAS Estado – superávit	59.363,91
63500	CREAS União – PAEFI/PFMC – superávit	29.431,28
66510	Transf. SUAS Estado-CREAS-custeio – superávit	42.706,84
66550	Transf. SUAS Estado-CREAS- invest. – superávit	31.120,97
TOTAL	718.942,74	

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 30 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 30/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento



**LEI Nº 5546/2015**

LEI Nº. 5.546 DE 30/04/2015

**"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO"**

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

**LEI**

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 14: Fundação Municipal de Esportes e Lazer  
Unidade 14.01: Fundação Municipal de Esportes e Lazer  
Função 27: Desporto e Lazer  
Subfunção 812: Desporto comunitário  
Programa 16: Esporte como qualidade de vida  
Atividade 2.032 – Manutenção da Fundação Municipal de Esportes  
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 30.000,00  
Recursos 30000 – Recursos Ordinários – superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2014, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

30000	Recursos ordinários – superávit	30.000,00
TOTAL	30.000,00	

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 30 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 30/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**LEI Nº 5547/2015**

LEI Nº. 5.547 DE 30/04/2015

**"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO E PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"**

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

**LEI**

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar

no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 77.016,83 (setenta e sete mil, dezesseis reais e oitenta e três centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 366: Educação de jovens e adultos

Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação

Atividade 2.067 – Manutenção e desenvolvimento da educação de jovens e adultos - EJA

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 68.179,83

Recursos 33761 – Transf FNDE p/EJA – superávit

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 2.840,00

Recursos 33761 – Transf FNDE p/EJA – superávit

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 5.997,00

Recursos 33761 – Transf FNDE p/EJA – superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 77.016,83 (setenta e sete mil, dezesseis reais e oitenta e três centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2014, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

33761	Transf FNDE p/EJA – superávit	77.016,83
TOTAL	77.016,83	

Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 366: Educação de jovens e adultos

Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação

Atividade 2.067 – Manutenção e desenvolvimento da educação de jovens e adultos - EJA

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 2.300,00

Recursos 13761 – Transf FNDE p/EJA

Art. 4º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 3º desta Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais), por conta do excesso de arrecadação apurado na fonte de recurso, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2015 (A) + Excessos abertos em 2015	Estimativa de Arrecadação para 2015, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
13761	0,00	2.300,00	2.300,00

Art. 5º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 30 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 30/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **LEI Nº 5548/2015**

LEI Nº. 5.548 DE 30/04/2015

“PERMISSÃO E AUTORIZAÇÃO DE USO”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

#### **LEI**

Art. 1º - Fica autorizado o Município de Canoinhas, através de ato do Poder Executivo, a permitir a utilização do “PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES AGROPECOINDUSTRIAL OURO VERDE” ao NÚCLEO DE CRIADORES DE CAVALOS CRIoulos DO CONTESTADO, inscrito no CNPJ 05.536.803/0001-89, para a realização do evento Crioulaço, Rodeio e Leilão nos dias 29,30 e 31 de maio de 2015.

Parágrafo Único – A área contemplada pelo caput deste artigo refere-se ao espaço físico interno e externo para estacionamento, cancha de provas, pavilhão de leilão, pavilhão do cavalo crioulo, sanitários e vias de acesso público. Estes espaços serão de inteira responsabilidade da parte organizadora na contratação de empresa terceirizada de segurança, visando proteger a população visitante.

Art. 2º - A autorização prevista na presente lei, terá início a partir do dia 29/05/2015 no horário das 8 horas, com o recebimento das dependências do Parque de Exposições, mediante uma vistoria, a qual deverá ser feita por um servidor público municipal indicado pela Secretaria Municipal Planejamento e acompanhada por uma pessoa indicada pela Entidade Permissionária, tendo como término o dia 31/05/2015 no horário das 23 horas, quando também, deverá ocorrer uma vistoria com o intuito de averiguar o estado em que se encontram as dependências do Parque, especialmente as áreas abrangidas pela permissão, as quais deverão ser recebidas no estado em que foram entregues, conforme averiguações constatadas na vistoria inicial.

Art. 3º - Ficará a cargo do NÚCLEO DE CRIADORES DE CAVALOS CRIoulos DO CONTESTADO, realizar o pagamento da contrapartida na importância de R\$ 100,00 (cem) reais por dia, totalizando assim, R\$ 300,00 (trezentos reais), conforme os dias mencionados no artigo 2º, também são responsabilidades do permissionário:

I - Eventual limpeza de fossas sépticas e outras que se fizerem necessárias;

II - Permitir a entrada livre de servidores do Município para solucionar eventuais problemas ocorridos;

III - Cuidados com a segurança dos equipamentos permanentes do Parque;

IV - Solicitação de vistoria dos Bombeiros;

V - Quitação das guias relacionadas as autorizações que se fizerem necessárias a realização do evento, devendo tal pagamento ser comprovado perante a Municipalidade até a data prevista para realização do evento, devendo o Permissionário assumir total e qualquer responsabilidade, junto aos respectivos órgãos;

VI - Implantar as suas expensas todos os sistemas de segurança solicitados pelo Corpo de Bombeiros, conforme atestado de vistoria

para funcionamento, fornecido pelo Corpo de Bombeiros;  
VII - Responsabilizar-se por qualquer dano causado ao patrimônio público, devendo entregá-lo nas mesmas condições em que recebeu.

VIII – Responsabilizar-se pelas despesas relativas à limpeza dos espaços cedidos.

VIV – Somente usar a energia do Parque para barracas de acampamento, banheiros e iluminação das vias internas e externas do Parque.

X – A limpeza do Parque após o evento

XI – Montar no local um ambulatório para prestação de primeiros socorros.

Parágrafo Único. Havendo algum dano ao bem público, durante a realização do evento, deverá a permissionária promover o ressarcimento ao Município.

Art. 4º - Será de inteira responsabilidade do NÚCLEO DE CRIADORES DE CAVALOS CRIoulos DO CONTESTADO, a segurança das pessoas que circularem nas dependências do parque durante o período da Permissão, ficando responsável único e exclusivamente a responder a qualquer ação judicial decorrente da realização do evento, inclusive com relação aos automóveis estacionados na área localizado em frente as dependências do parque.

Art. 5º - Poderá a NÚCLEO DE CRIADORES DE CAVALOS CRIoulos DO CONTESTADO, promover a exploração de vendas de alimentos e bebidas nas dependências do Parque no dia da realização do evento referido nesta Lei.

Art. 6º - Fica vedada, nas dependências do Parque, a pichação, inscrição a tinta e a veiculação de propaganda que possa ferir a moralidade e os bons costumes.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 30/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **LEI Nº 5549/2015**

LEI Nº. 5.549 DE 30/04/2015

“AUTORIZA RECEBER ÁREA A TÍTULO DE CESSÃO DE USO DA MITRA DIOCESANA DE LAGES”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

#### **LEI**

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar cessão de uso com a Mitra Diocesana de Lages, à área de 600,00 m² (seiscentos metros quadrados, pertencente a uma área maior de 2.000 m², situado no distrito de Marcílio Dias, neste município, inscrita junto ao Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca através da certidão de transcrição nº 24.942.

Art. 2º - A cessão de uso do imóvel descrito no artigo 1º, destina-se única e exclusivamente para instalação da Academia ao Ar Livre.



Art. 3º - Fica sob a responsabilidade do município de Canoinhas, zelar pela manutenção e limpeza do imóvel.

Art. 4º - Durante o prazo do Termo de Cessão de Uso, a contar da data de formalização do referido documento, o imóvel constante do artigo 1º desta lei não poderá ser cedido a terceiros, sublocado, alienado ou prestado em garantia, seja a que título ou por que motivo for, no todo ou em parte, tão pouco poderá ser alterado a sua destinação.

Art. 5º - Todas as despesas correspondentes à área objeto da cessão de uso ficarão a encargo do município de Canoinhas, enquanto vigente o termo contratual.

Art. 6º - Ocorrendo a rescisão da cessão de uso, por qualquer motivo, as benfeitorias realizadas e que forem possíveis de serem retiradas sem que percam sua natureza, utilidade ou que lhe reduzam o valor, deverão ser retiradas pela Cessionária no prazo de 30 (trinta) dias, contados do encerramento da cessão de uso, sem que cause direito à indenização a qualquer parte.

Art. 7º - A vigência da cessão de uso de que trata esta Lei será de dez anos e poderá ser prorrogada, a critério das partes, considerando a disponibilidade e interesse do Poder Público.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de abril de 2015.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 30/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **LEI Nº 5550/2015**

LEI Nº. 5.550 DE 30/04/2015

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER A CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetuar a cessão de uso pelo prazo de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogado se houver interesse das partes, à Associação de Moradores de Arroios, com sede naquela localidade, neste Município, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.700.647.0001-99, do bem móvel adiante descrito:

I – 01 (uma) Plaina hidráulica niveladora resistível nova, de fabricação nacional, com comprimento total não superior a 6,00 metros, com largura externa do rodado mínima de 2,40 metros, com comprimento de lâmina de 3,60 metros, com peso mínimo total com lastro 1.900kg, e número de contrapeso de 12 unidades, com dois triângulos refletores traseiros, dois pneus novos 12,4X28, com no mínimo 06 lonas, com giro horizontal de lâmina +60º/-120º, com altura total de lâmina levantada de no mínimo 2m, com sistema hidráulico a trator com duplo comando, possibilitando duas operações independentes de levantamento e inclinação. Giro da lâmina, a inclinação/basculação e levante hidráulicos. Potência máxima de trator de 75cv.

Art. 2º - A Cessionária se responsabilizará pela manutenção e conservação do bem, zelando pelo seu uso em conformidade com os ditames da lei do bem público.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de abril de 2015.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 30/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **LEI Nº 5551/2015**

LEI Nº. 5.551 DE 05/05/2015

"ALTERA A LEI N. 4.592, DE 16 DE SETEMBRO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal em exercício, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica alterado o § 3º do art. 7º, da Lei nº 4.592, de 16 de Setembro de 2010, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º, § 3º - O MicroEmpreendedor individual fica isento do pagamento dos custos relativos à abertura, inscrição, registro, funcionamento, alvará, licença, cadastro, alterações, procedimento de baixa e encerramento, incluindo-se as taxas de regulamentação, de anotação técnica, de vistoria e fiscalização do exercício das profissões regulamentadas, devendo ser efetuado o cancelamento das taxas lançadas desde a entrada em vigor da Lei Complementar Federal nº 147, de 7 de agosto de 2014.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos imediatos, permanecendo inalterados os demais dispositivos legais.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de maio de 2015.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 05/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **LEI Nº 5552/2015**

LEI Nº. 5.552 DE 06/05/2015

"AUTORIZA ATLETAS A REPRESENTAR O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, AUTORIZA CUSTEAR DESPESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Ficam autorizados a representar o Município de Canoinhas, no "28º Jogos Abertos de Santa Catarina", que será realizado na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, no período de 08 a 10 de maio de 2015, os atletas de futsal de Canoinhas, conforme a seguir:

I – Luis Ricardo Pilaty;  
II – Willian Eduardo Hornschuc Barbosa;  
III – Rodrigo Cesar Vossgrau;  
IV – Djon Cleisson Neneve;  
V – Elison Todt;  
VI – Ioshimi Shirano Neto;  
VII – Lucas Zimmer Schupel;  
VIII – Vinicius Tafarel Klahold;  
IX – Marcos Felipe Carvalho;  
X – Matheus Aliel Pfleger Ferreira;  
XI – Ellian Cesar de Lima;  
XII – Victor Roberto Fink.

Parágrafo Único: A delegação será chefiada pela servidora Roseliane Tibes de Souza, Técnica Desportiva de Futsal.

Art. 2º - Poderão realizar-se no regime de adiantamento as despesas referentes à alimentação, bem como demais despesas emergenciais, sendo ainda, caso necessário, a utilização de veículo próprio ou terceirizado, ficando desde já, autorizado a liberação do valor de até R\$ 3.000,00 (três mil) reais.

Parágrafo Único: A servidora responsável por adiantamento é obrigada a prestar contas de sua aplicação, nos termos da Lei e Instrução Normativa 14/2012 do TCE.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias específicas da Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas, Atividade 2.032 – Manutenção da Fundação Municipal de Esportes; 3.3.90.00.00.00.00.00.10.000 – Dotação: 2.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de maio de 2015.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 06/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### LEI Nº 5553/2015

LEI Nº. 5.553 DE 06/05/2015  
"ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº. 3.475 EM SEU ARTIGO 26"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica alterado o artigo 26º, da Lei Municipal nº. 3.475, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26º - Compete ao Conselho Municipal de Defesa do Consumidor gerir os recursos do PROCON, quando superiores a R\$5.000,00 (cinco mil reais) anuais e será composto por representantes do poder público e entidades representativas de fornecedores e consumidores, assim discriminados:

I – 2 (dois) representantes do Poder Público Municipal indicado pelo chefe do poder executivo municipal, sendo:

a) 1 (um) representante da Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor – PROCON

b) 1 (um) servidor público do poder executivo municipal

II – 2 (dois) representantes dos consumidores, sendo:

a) 1 (um) representante da associação de moradores do Bairro Jardim Esperança.

b) 1 (um) representante da OAB Subseção de Canoinhas.

III – 2 (dois) representantes dos fornecedores, sendo:

a) 1 (um) representante da Associação Empresarial de Canoinhas

b) 1 (um) representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Canoinhas

§ 1.º A nomeação dos conselheiros titulares e suplentes será realizada por ato do Prefeito do Município de Canoinhas, publicado por meio do diário oficial, após a indicação dos órgãos que representam, sendo as nomeações registradas no livro de atas do conselho.

§ 2.º O mandato dos membros do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor será de 2 (dois) anos, com o direito de recondução, este conselho será presidido pelo representante da Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor – PROCON."

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de maio de 2015.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 06/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### LEI Nº 5554/2015

LEI Nº. 5.554 DE 06/05/2015  
"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES NO TRÂNSITO"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica incluído o Art. 3-A na Lei nº 4.210, de 10/09/2007, com a seguinte redação:

"Art. 3 – Aº - As alterações de sentido de trânsito deverão ser precedidas de pelo menos uma das seguintes aprovações prévias: I – Audiência pública, ou

II – Consulta Pública, que pode ser realizada através de enquetes através da WEB."

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 06 de maio de 2015.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 06/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### LEI Nº 5556/2015

LEI Nº. 5.556 DE 12/05/2015

DISCIPLINA A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO PARA AS COMISSÕES PERMANENTES: DE LICITAÇÕES; E DE SINDICÂNCIA E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

#### LEI

Art. 1º - Fica autorizado o pagamento de jeton, a título de gratificação, aos Servidores Efetivos ou Comissionados, designados como membro das Comissões Permanentes: de Licitações, de Sindicância e Processos Administrativos.

§ 1º - Define-se jeton como o valor financeiro pago a servidores investidos em atividades especiais de trabalho.

§ 2º - O jeton será pago pela participação a todos os membros, efetivo ou suplente, exceto ao suplente do pregoeiro, que somente fará jus ao seu recebimento caso participante ativamente ao prego em período superior a 15 (quinze) dias no mês.

§ 3º - Os grupos serão compostos de 6 (seis) membros em cada comissão permanente, sendo 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes para cada ato.

§ 4º - O presidente e secretário serão escolhidos pelos participantes da comissão de sindicância e de processos administrativos em primeira reunião, reduzida a termo.

§ 5º - O presidente e secretário da comissão de licitações serão nomeados pelo Prefeito Municipal.

Art. 2º - Os valores dos jetons a serem pagos aos membros das Comissões são os seguintes:

I – Membros da Comissão de Licitações: R\$ 400,00 (quatrocentos reais) ao mês, mesmo valor a ser pago ao pregoeiro ou ao seu suplente, valores não cumulativos à participação da comissão;

II - Membros da Comissão de Sindicância ou Processos Administrativos: R\$ 300,00 (trezentos reais) ao mês.

Parágrafo Único - Os valores percebidos a título do disposto neste artigo, não integram os vencimentos dos servidores para nenhum efeito.

Art. 3º - As demais regras de organização e funcionamento das comissões dar-se-ão através de ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º - Os membros efetivos das Comissões de Licitação, de Sindicância e de Processo Administrativo no Poder Legislativo receberão o jeton exclusivamente no mês que houver procedimento na área.

Art. 5º - As despesas decorrentes desta Lei correrão a conta do orçamento vigente.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 12 de maio de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 12/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### LEI Nº 5557/2015

LEI Nº. 5.557 DE 13/05/2015

"ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº. 5.544 de 30/04/2015"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

#### LEI

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º, da Lei Municipal nº. 5.544/2015, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Ficam autorizados a representar o Município de Canoinhas, no "8º Jogos Abertos da Terceira Idade de Santa Catarina", que será realizado na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, no período de 16 a 21 de maio de 2015, a equipe de dança coreográfica, dança de salão acima de 70 anos, bocha feminino, bolão feminino, jogos de salão: dominó feminino e masculino e canastra feminino, em um total de 33 atletas, e 03 pessoas atinentes a delegação da equipe técnica das modalidades."

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo inalterados os demais dispositivos.

Canoinhas/SC, 13 de maio de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 13/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### LEI Nº 5558/2015

LEI Nº. 5.558 DE 13/05/2015

"INSTITUI E AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono o seguinte:

#### LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativo às obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), drenagem pluvial, colocação de meio fio, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados nas Ruas:

a) Rua Afonso C. Kohler, no trecho compreendido entre a Rua Saulo de Carvalho e a Rua Willibaldo A. Hoffmann (1ª etapa) e entre a Rua Willibaldo A. Hoffmann e a Rua Emílio Scholtz (2ª etapa),

localizada no Bairro Sossego, com extensão de 197,12 metros lineares para a 1ª etapa (Anexo I – área de influência direta), e com a extensão de 397,69 metros lineares para a 2ª etapa (Anexo II – área de influência direta);

b) Rua Sérgio Gapski, no trecho compreendido entre a BR 280 e a Rua Jacob Fuck, localizada no Bairro Água Verde, com extensão de 505,60 metros lineares (Anexo III – área de influência direta);

§ 1º - O custo total/orçamento estimado (considerando a extensão das vias – Anexos III, IV e V), no que se refere à consecução das obras públicas definidas nesta Lei, referente à Rua Afonso C. Kohler, corresponde à quantia de R\$ 245.981,00 (duzentos e quarenta e cinco mil novecentos e oitenta e um reais), referente a 1ª etapa e à quantia de R\$ 413.935,61 (quatrocentos e treze mil, novecentos e trinta e cinco reais e sessenta e um centavos), referente a 2ª etapa e, quanto a Rua Sérgio Gapski, corresponde ao montante de R\$ 501.283,12 (quinhentos e um mil duzentos e oitenta e três reais e doze centavos), sendo que a fonte de recursos será parcialmente financiada através de recurso de repasse da União, no montante de R\$ 243.521,19 (duzentos e quarenta e três mil, quinhentos e vinte e um reais e dezenove centavos), referente a 1ª etapa da Rua Afonso C. Kohler e no montante de R\$ 394.200,00 (trezentos e noventa e quatro mil e duzentos reais), referente a 2ª etapa da Rua Afonso C. Kohler e quanto a Rua Sérgio Gapski, no valor de R\$ 493.100,00 (quatrocentos e noventa e três mil e cem reais) e mediante a recursos próprios do Município de Canoinhas definidos nas alíneas do parágrafo 2º deste artigo.

§ 2º - O cálculo da Contribuição de Melhoria prevista nesta lei observará o previsto no item 2.2, III dos Contratos de repasse da União nº 804303/2014/MCIDADES/CAIXA, nº 804347/2014/MCIDADES/CAIXA, nº 790326/2013/MCIDADES/CAIXA e seus aditivos, devendo a Contribuição de Melhoria ser calculada de acordo com o custo parcial correspondente a contrapartida do Município aportada nos respectivos contratos de repasse da União, que será no valor de:

a) Rua Afonso C. Kohler (1ª etapa): R\$ 2.459,81 (dois mil quatrocentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e um centavos);

b) Rua Afonso C. Kohler (2ª etapa): R\$ 19.765,61 (dezenove mil setecentos e sessenta e cinco reais e sessenta e um centavos);

c) Rua Sérgio Gapski: R\$ 8.183,12 (oito mil cento e oitenta e três reais e doze centavos).

Art. 2º - O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º. Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 2º. No caso de enfiteuse, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta.

§ 3º. Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhe couberem.

Art. 3º - O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração e atendimento dos atos administrativos abaixo descritos, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei:

I – Publicação prévia de Edital anterior ao início da execução das

obras referidas nesta Lei, através de meio oficial do Município e em jornal de maior circulação local, contendo os seguintes elementos, sem prejuízo de outros:

a) memorial descritivo do projeto;

b) orçamento total ou parcial do custo das obras;

c) determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano rateio entre os imóveis beneficiados;

d) delimitação na zona beneficiada das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação de todos os imóveis nelas compreendidos;

e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas.

§ 1º. O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital de que trata o inciso I deste artigo, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de Canoinhas, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º. As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração e Finanças o qual, após manifestação da Secretaria de Planejamento e Orçamento e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

- a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;
- c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

III – Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, etc, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV – No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º - A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei, em função dos fatores individuais.



§ 1º. Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 8/2005 (Código Tributário Municipal).

§ 2º. A apuração far-se-á levando em conta:

- I – a situação do terreno na zona de influência;
- II – sua testada e área;
- III – finalidade de exploração econômica, além de outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

§ 3º. A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

§ 4º. Estão incluídos nos orçamentos de custo das obras todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º - Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município e em jornal de grande circulação local, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I – determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;

II – determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;

III – valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública;

IV – local do pagamento, prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

V – prazo para a impugnação;

§ único. As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º - Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e Simples Aviso de

Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimento do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta Lei.

Art. 7º - Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, a notificação será feita por Edital publicado em um dos jornais locais de grande circulação.

Art. 8º - Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação/reclamação, ou, ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em dívida ativa, para os devidos fins.

Art. 9º - A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em três vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I – nome do notificado e seu número de inscrição no cadastro fiscal do Município;

II – local e data da expedição;

III – identificação da contribuição de melhoria, do seu montante, prazo para pagamento, suas prestações e vencimentos, local para pagamento e demais elementos considerados na sua apuração e indicação do dispositivo legal e que se funda o lançamento;

IV – incidência e montante da multa, juros e correção monetária aplicáveis e indicação do embasamento legal neste sentido;

V – prazo para impugnação/reclamação ou cumprimento da exigência fiscal e local em que deve ser procedido o recolhimento;

VI – assinatura do notificado e do notificante.

§ único. A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10 - As três vias da notificação terão o seguinte destino:

I – a primeira, para o notificado;

II – a segunda, para a repartição em que deve ser procedido o recolhimento;

III – a terceira, para o relatório do notificante.

Art. 11 - Sempre que, por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via postal (Correio) com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física ou simples Aviso de Recebimento (AR), no caso de Contribuinte Pessoa Jurídica.

Art. 12 - São competentes para notificar o lançamento e suas alterações por ato próprio do Chefe do Poder Executivo:

I – os Agentes Fiscais;

II – a Autoridade Administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 13 - A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os seguintes critérios:

I - O pagamento de uma só vez gozará de desconto de 20% (vinte por cento), se efetuando nos primeiros 30 (trinta) dias, a contar do



recebimento da notificação do lançamento.

II - Por opção do contribuinte, o pagamento da Contribuição de Melhoria, poderá ser fixado até 72 (setenta e duas) parcelas mensais, independente da renda familiar ou valor econômico da empresa, não havendo a incidência de quaisquer espécie de redução do montante lançado, aí incluídos os índices oficiais de correção monetária e aplicação de juros legais, sendo o caso;

§ 1º - Ao contribuinte proprietário de um só imóvel, cuja renda mensal familiar comprovadamente não exceder 03 (três) salários mínimos, o Secretário de Finanças, ou quem este delegar, poderá autorizar o pagamento do crédito consolidado em até 100 (cem) prestações mensais e sucessivas, aí incluídos os índices oficiais de correção monetária e aplicação de juros legais, sendo o caso, não havendo a incidência de quaisquer espécie de redução do montante lançado.

§ 2º - É facultado ao contribuinte recolher, sob a forma de antecipação e com base no custo estimado para execução, o valor total ou parcial do tributo a ser lançado, antes da conclusão da obra pública de que trata esta Lei.

I - Aos contribuintes que optarem pela antecipação prevista neste parágrafo será garantida a atualização monetária, além dos juros de até 6% (seis por cento) ao ano sobre o valor recolhido;

II - Na determinação do valor final da contribuição de melhoria a ser lançada, serão consideradas as antecipações efetuadas na forma das disposições deste parágrafo, sem prejuízo do direito da apuração na esfera administrativa de eventuais créditos em favor de qualquer das partes, sujeito ativo ou sujeito passivo da relação tributária havida.

§ 3º - Independentemente do nº. de prestações, no parcelamento será observado:

I - O valor mínimo de cada parcela não será inferior a 20 UFM (vinte unidades fiscais do Município), para pessoas físicas e 60 UFM (sessenta unidades fiscais do Município) para pessoas jurídicas.

II - O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até 30 (trinta) dias de data do deferimento do pedido de parcelamento, sob pena de cancelamento do parcelamento.

§ 4º - O parcelamento do crédito tributário importa no seu reconhecimento, pelo sujeito passivo.

Art. 14 - As parcelas pagas com atraso serão atualizadas na data do pagamento, incidindo sobre elas juros e multa na forma desta Lei, observadas as disposições do Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005).

§ 1º - A interrupção do parcelamento por mais de três meses consecutivos implica no seu cancelamento e na exigibilidade da totalidade do crédito não pago.

§ 2º - Na hipótese de reparcelamento autorizado em lei, o crédito tributário correspondente à contribuição de melhoria parcelada e não paga, poderá, mediante requerimento do contribuinte e de acordo com as regras legais, ser adicionado ao novo crédito.

Art. 15 - Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria prevista nesta Lei, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

§ único - Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº.

8/2005, sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema), o que será analisado pela Autoridade Administrativa de ofício quando se tratar de imóveis pertencentes ao Poder Público conforme definido no caput deste artigo e, mediante requerimento administrativo, para os demais casos.

Art. 16 - Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções, reclamações ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora.

Art. 17 - A Multa moratória é a penalidade imposta ao infrator pelo não cumprimento da obrigação tributária principal.

§ 1º - A multa moratória será computada pela Fazenda Municipal sobre os créditos tributários apurados e lançados a título de Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, considerando para a sua apuração o período compreendido entre o termo final do prazo para cumprimento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

§ 2º - A multa moratória é devida de acordo com os seguintes percentuais:

I - 2,0% (dois por cento), para pagamento com atraso de até 30 (trinta) dias;

II - 4,0% (quatro por cento), para pagamento com atraso entre 31 até 60 dias;

III - 6,0% (seis por cento), para pagamento com atraso superior a 60 dias.

§ 3º - A multa moratória aplicada sobre o crédito fiscal atualizado será calculada:

I - no ato do recebimento do tributo;

II - no momento da inscrição do crédito fiscal na dívida ativa;

III - sobre o valor de prestação vencida relativa a parcelamento de créditos fiscais, cujo pagamento não tenha ocorrido na data do vencimento.

Art. 18 - Os débitos fiscais de que trata esta lei, não liquidados no seu vencimento, serão atualizados monetariamente, tendo por base o percentual correspondente à variação mensal do INPC/IBGE, acumulada no período entre a data do vencimento da obrigação e a da apuração do valor devido para o seu lançamento, pagamento ou parcelamento.

Art. 19 - Os créditos vencidos da Fazenda Municipal a título da Contribuição de Melhoria de que dispõe esta Lei, sujeitar-se-ão à incidência de juros de mora calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§ único - Os juros de mora serão aplicados sobre o valor do tributo atualizado e exigidos a partir do primeiro dia, do mês seguinte ao do vencimento do débito.

Art. 20 - É facultado ao sujeito passivo de obrigação tributária principal reclamar de lançamento de crédito tributário regularmente notificado, devendo no documento da impugnação/reclamação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante a Autoridade Administrativa de primeira instância, em face de erro na localização e dimensões do imóvel, do cálculo dos índices atribuídos, do valor da contribuição e do número de prestações.

§ 1º - O prazo para interpor a reclamação à Autoridade competente, mediante protocolo no Município de Canoinhas é de até 30 (trinta) dias a contar do 1º. dia útil seguinte à data da notificação do lançamento, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º - Serão consideradas peremptas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento ou a notificação.

§ 3º - Os recursos voluntários interpostos fora do prazo previsto no parágrafo primeiro deste artigo serão encaminhados ao Conselho Municipal de Contribuintes, que deles poderá conhecer, excepcionalmente, desconsiderando a preclusão, nos casos em que demonstre o contribuinte ocorrência de caso fortuito ou força maior que o tenha impedido de protocolizar a peça recursal em modo e tempo tempestivos.

Art. 21 - Os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária no que se refere ao lançamento serão decididos, administrativamente, em duas instâncias, a primeira singular e a segunda colegiada.

§ 1º - Em primeira instância, decide o titular do órgão fazendário, e em segunda, o Conselho Municipal dos Contribuintes.

§ 2º - Ao contribuinte ou interessado, será ofertada plena garantia de defesa ou de prova.

Art. 22 - Nas decisões administrativas não se poderá questionar sobre a existência, a capitulação legal, a autoria, as circunstâncias materiais, a natureza e a extensão dos efeitos de fato já apreciado sob esses aspectos por decisão judicial ou administrativa definitiva, sem prejuízo, porém, da apreciação dos fatos conexos ou consequentes.

Art. 23 - O titular do órgão fazendário proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária.

§ 1º - A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a 90 (noventa dias), contados da data do recebimento do processo conclusivo.

§ 2º - Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior sempre que houver diligência dos autos.

Art. 24 - A comunicação ao interessado da decisão proferida em primeira instância será feita:

- I – pessoalmente, por aposição do “ciente” no processo;
- II – pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, ou,
- III – por edital publicado em jornal de circulação local ou regional.

§ único - A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário na instância superior.

Art. 25 - O titular do órgão fazendário fica impedido de julgar quando:

I – tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;

II – for sócio, cotista ou acionista do notificado ou autuado;

III – estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até terceiro grau.

§ único - O titular do órgão fazendário será substituído, nos seus impedimentos, por autoridade de nível hierárquico imediatamente inferior ou por servidor qualificado, pertencente ao quadro funcional da respectiva Secretaria.

Art. 26 - É facultado à parte interpor recurso voluntário quando a autoridade julgadora deixar de proferir decisão no prazo legal, dando-se como julgada improcedente a reclamação ou defesa, exceto no caso de suspensão do julgamento para diligência dos autos.

Art. 27 - São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após o trânsito em julgado, que se dará no prazo de 10 (dez) dias a partir da ciência pelo interessado.

Art. 28 - As decisões de segunda instância, definitivas e irrecorríveis, serão proferidas pelo Conselho Municipal de Contribuintes, observados os prazos e demais normas previstas no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005) e na legislação complementar no que couber.

§ 1º - Mantido o lançamento, considera-se em decurso o prazo nele fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte;

§ 2º - A anulação do lançamento dos termos desta Lei não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação/reclamação.

Art. 29 - Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 8/2005 (Código Tributário Municipal).

Art. 30 - Para os fins da aplicação desta Lei, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada através de Portaria Municipal, em estrita observância às normas legais indicadas nesta Lei.

Art. 31 - Os prazos fixados nesta Lei, em consonância ao previsto no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º - Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

§ 2º - Para os fins das disposições desta lei é considerado exercício o período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do ano civil.

Art. 32 - Os anexos a que se refere a presente Lei (Anexo I a X) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos individualizados para viabilização da obra pública tratadas nesta lei, os quais se encontram à disposição dos interessados junto à Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento.

Art. 33 - As despesas constantes da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária específica do Município de Canoinhas.

Art. 34 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de maio de 2015.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 13/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### LEI Nº 5559/2015

LEI Nº. 5.559 DE 13/05/2015

“AUTORIZA A DAÇÃO EM PAGAMENTO E COMPENSAÇÃO PARA QUITAÇÃO DE DÍVIDAS TRIBUTÁRIAS, PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 0008/2005 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono o seguinte:

#### LEI

Art. 1º - Através da presente lei, fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a receber na forma de DAÇÃO EM PAGAMENTO para quitação da dívida tributária em nome de PROCOPIAK COMPENSADOS EMBALAGENS S/A, CNPJ nº 83.187.526/0001-50, os seguintes lotes:

a) Um terreno urbano com área de 450,00 m<sup>2</sup> (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), objeto da Matrícula nº 11.267, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas – SC, constituído pelo Lote nº 14 do Loteamento Irmãos Procopiak & Cia Ltda, situado nesta cidade de Canoinhas, no Bairro Campo da Água Verde, na esquina formada pelas Ruas Clemente Procopiak e Waldemiro Olsen, fazendo frente para o lado par da referida Rua Clemente Procopiak, na extensão de 15,00 metros, dividindo de um lado com o lote nº 15 na extensão de 30,00 metros, dividindo de um lado e pelos fundos com o lote nº 19, na extensão de 15,00 metros, de propriedade de Procopiak Compensados e Embalagens S/A, sociedade empresária inscrita no CNPJ sob o nº 83.187.526/0001-50;

b) Um terreno urbano com área de 450,00 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), objeto da Matrícula nº 11.268, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas – SC, constituído pelo Lote nº 15 do Loteamento Irmãos Procopiak & Cia Ltda, situado nesta cidade de Canoinhas, no Bairro Campo da Água Verde, distando 15,00 metros da esquina formada pelas Ruas Clemente Procopiak e Waldemiro Olsen, fazendo frente para o lado par da referida Rua Clemente Procopiak, na extensão de 15,00 metros, dividindo de um lado com o lote nº 16, na extensão de 30,00 metros, do outro lado com o lote nº 14, na extensão de 30,00 metros e pelos fundos com o lote nº 19, na extensão de 15,0 metros, de propriedade de Procopiak Compensados e Embalagens S/A, sociedade empresária inscrita no CNPJ sob o nº 83.187.526/0001-50.

Art. 2º - Com o recebimento dos imóveis descritos no artigo anterior, o departamento tributário, efetuará a quitação e baixa no valor correspondente a cada lote, sendo cada um avaliado no montante de R\$ 58.500,00 (cinquenta e oito mil e quinhentos reais), totalizando o valor de R\$ 117.000,00 (cento e dezessete mil reais), conforme avaliação efetuada pela Comissão de Avaliação e Vistoria do Município de Canoinhas - SC, Ata da 5ª Reunião do ano de 2014, da dívida em nome de PROCOPIAK COMPENSADOS E EMBALAGENS S/A, dos imóveis com inscrição imobiliária nº 01.04.047.0026, referente a Matrícula nº 11.267 e inscrição imobiliária nº 01.04.047.0496, referente a Matrícula nº 11.268.

Art. 3º - A efetivação da transferência da propriedade dos imóveis

descritos no artigo 1º ao Município de Canoinhas – SC e a consequente a quitação dos débitos conforme descrição do art. 2º desta lei, ficam condicionadas à apresentação por parte do contribuinte, através de certidões da titularidade da propriedade imobiliária e da desoneração de ônus, embargos e obrigações referentes aos imóveis dado em pagamento, nos termos do art. 97, inciso I, da Lei Complementar nº 0008/2005.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos imediatos, permanecendo inalterados os demais dispositivos legais.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de maio de 2015.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 13/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### LEI Nº 5560/2015

LEI Nº. 5.560 DE 13/05/2015

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

#### LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a conceder incentivo, na forma da Lei Orgânica Municipal, através da cessão de até 04 horas de motoniveladora e 40m<sup>3</sup> de cascalho, podendo ser equipamento próprio ou terceirizado, em favor da empresa Madeireira Água Verde, inscrita no CNPJ nº. 20.706.062/0001-20.

Parágrafo Único – O incentivo que trata o caput, dar-se-á na Rua José Bail, nº. 960, Bairro Água Verde, neste Município, a fim de que possa ser procedida a infra estrutura necessária nas dependências da empresa mencionada neste artigo.

Art. 2º - A empresa deverá atender aos seguintes requisitos:

I – Comprovar inscrição no Cadastro de Contribuintes do Município de Canoinhas, Fazenda Estadual e Receita Federal;  
II – Comprovar regularidade fiscal com a União, Estado e Município.

Art. 3º - Todos os serviços deverão ser realizados respeitando-se a legislação ambiental, cabendo à empresa a responsabilidade pela elaboração e aprovação dos projetos ambientais junto aos órgãos competentes, caso necessário.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de maio de 2015.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 13/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**LEI Nº 5562/2015**

LEI Nº. 5.562 DE 13/05/2015

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INTEGRAR O MUNICÍPIO DE CANOINHAS NA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PRODUTORES DE TABACO - AMPROTABACO"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

**LEI**

Art. 1º - Fica o poder executivo autorizado a integrar o município de Canoinhas na Associação dos Municípios Produtores de Tabaco – AMPROTABACO, com o objetivo de defesa dos municípios produtores de tabaco, dentre eles o município de Canoinhas.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária 3.3.90.00.00.00.00.00.10000 - Recursos Ordinários, Atividade 2.002, manutenção do gabinete do prefeito.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 13 de maio de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 13/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**LEI Nº 5563/2015**

LEI Nº. 5.563 DE 13/05/2015

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ALIENAR TERRAS, PROMOVER A DESAFETAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

**LEI**

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal conceder incentivo, mediante processo licitatório, para instalação e/ou ampliação de indústria no Município, através de alienação onerosa de uma área de até 8.943,60m<sup>2</sup> (oito mil, novecentos e quarenta e três metros e sessenta decímetros quadrados), constituído pelos trechos das ruas Jacob Scheuer, Julio Correia da Costa e Joaquim Vieira de Lima, matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob matrícula nº. 38.520.

Art. 2º. Fica o Executivo Municipal autorizado a promover a desafetação do imóvel mencionado no artigo anterior.

Art. 3º. A presente alienação destina – se única e exclusivamente para instalação e/ou ampliação de indústria no Município desde que esteja de acordo com a legislação pertinente ao plano diretor.

Art. 4º. Através da presente Lei, fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a executar serviços de infra-estrutura no imóvel descrito no art. 1º desta Lei, de acordo com as necessidades do empreendimento, consubstanciados em terraplanagem, escavações, utilizando para tanto máquinas e equipamentos da Prefeitura ou mediante contratação de terceiros.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de maio de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 13/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**LEI Nº 5564/2015**

LEI Nº. 5.564 DE 13/05/2015

"AUTORIZA O REPASSE DE SUBVENÇÃO SOCIAL A ENTIDADES E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

**LEI**

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover repasse no exercício financeiro de 2015, a título de subvenção social as entidades abaixo relacionadas:

I – Pia União de Santo Antônio, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 83.193.813/0001-72, até o valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), visando custear despesas com a manutenção da Entidade, sendo os recursos provenientes da Rubrica Orçamentária 3.3.50.00.00.00.00.00.10.000, recursos ordinários, atividade 2009, Dot. 84;

II – Associação dos Pacientes Oncológicos da Região de Canoinhas - APOCA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 02.613.939/0001-57, até o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), visando custear despesas com a manutenção da Entidade, sendo os recursos provenientes da Rubrica de Orçamento 3.3.50.00.00.00.00.00.10.000, atividade 2009, Dotação 84, recursos ordinários.

Art. 2º. Os valores a ser objeto de repasse as entidades constantes no artigo 1º poderão ser repassados em parcela única ou ainda dividido em parcelas, a critério do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º. A partir do momento em que, individualmente, não forem cumpridos os objetivos e finalidades da Entidade, não forem cumpridos os Planos de Aplicações apresentados, ou não forem apresentadas às prestações de contas, será suspenso o repasse do recurso incondicionalmente.

Parágrafo Único: A suspensão motivada de repasses sujeita os responsáveis pela Entidade inadimplente às sanções cíveis e criminais correspondentes.

Art. 4º. É vedada a realização de despesas em data anterior ou posterior à assinatura do termo de ajuste a ser firmado entre esta Municipalidade e a Entidade Beneficiária, nos termos do art. 35 da Instrução Normativa TCE nº14/2012, devendo obrigatoriamente, quando aplicável, todas as despesas seguirem o ditado nos artigos 58 a 70 da Lei Federal 4.320/64.

§1º. As prestações de contas do recurso recebido deverá obrigatoriamente seguir as normas gerais de contabilidade pública, a Lei Federal nº4.320/64, a Lei nº8.666/93 e suas alterações, a Lei Complementar nº101/2000 e ainda, no que couber, as Instruções Normativas de números 13 e 14, e suas alterações, expedidas pelo egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

§2º. Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para a



apresentação da prestação de contas pela Entidade, contados do ingresso do recurso em conta bancária específica para movimentações financeiras provenientes de convênios com esta municipalidade.

Art. 5º. As despesas constantes na presente Lei serão custeadas através das respectivas dotações orçamentárias.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de maio de 2015.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 13/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### LEI Nº 5565/2015

LEI Nº. 5.565 DE 13/05/2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de até R\$ 11.184,00 (onze mil, cento e oitenta e quatro reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras de Desenvolvimento Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras de Desenvolvimento Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços Urbanos

Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo

Atividade 2.038 – Ações atinentes ao Convênio Rádio Patrulha

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 11.184,00

Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 11.184,00 (onze mil, cento e oitenta e quatro reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Função 4: Administração

Subfunção 122: Administração Geral

Programa 3: Modernização Administrativa

Atividade 2.035 – Contribuições à entidades

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 11.184,00  
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 13 de maio de 2015.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 13/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### PORTARIA Nº 438/2015

PORTARIA Nº. 438/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

RETIFICAR PORTARIA

Art. 1º - Fica retificado o Artigo 1º da Portaria nº. 421/2015, passando a vigorar da seguinte forma:

"Art. 1º - Fica prorrogada a contratação temporária da profissional ZENILDA DE FÁTIMA DA SILVA FALKIEVICZ, contratada no cargo de Professor de Educação Infantil, MAG I, 20 horas semanais, 25% de regência, para atuar no CEI Mário Edson de Aguiar, no período de 07/05/2015 até 21/07/2015, considerando vaga vinculada da professora Maria Noeli Chimangosewski Steilein, a qual está em licença para tratamento de saúde, conforme comunicação interna nº 222/2015/RH/SME."

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de maio de 2015.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento



**PORTARIA Nº 439/2015**

PORTARIA Nº. 439/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Complementar nº 0038/2011 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; RESOLVE:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º – Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada para a EBM Alzirinha da Silva Corrêa, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional SANARA BEATRIZ FELSKI, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 016/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 18/05/2015, conforme comunicação interna nº 241/SME/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de maio de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 13/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 440/2015**

PORTARIA Nº. 440/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90 e Lei nº. 4.398 de 24/03/2009, RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO

Art. 1º - Fica concedida Licença Gestação a PATRICIA ALVES, concursada no cargo de Agente Comunitário de Saúde, junto à Secretaria Municipal de Saúde, cuja licença será gozada no período de 29/04/2015 a 26/08/2015, conforme Atestado Médico incluso no requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de maio de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

TELMA REGINA BLEY

Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 13/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 441/2015**

PORTARIA Nº. 441/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 89 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, resolve:

DETERMINAR RETORNO ÀS ATIVIDADES FUNCIONAIS

Art. 1º - Fica determinado o retorno às atividades funcionais da profissional RENATE VOIGT RAMTHUM, Efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 13/05/2015, conforme comunicação interna nº 180/DP/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de maio de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

TELMA REGINA BLEY

Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 13/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 442/2015**

PORTARIA Nº. 442/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.307/1990, da Lei Municipal nº. 4.490/2010 e da Lei Municipal nº 5.139/2013 RESOLVE:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º – Fica nomeado para exercer o cargo de Educador Social, para atuar junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a disposição dos Serviços de Alta Complexidade (Abrigo Institucional Casa Santa Clara), o profissional LUIZ FERNANDO PADILHA, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2014, inscrito sob nº. 44.881, e convocado conforme Edital nº 022 de 01 de abril de 2015, iniciando as suas atividades a partir de 15/05/2015, conforme comunicação interna nº 120/SEMAS/2015.

Art. 2º – Fica nomeada para exercer o cargo de Orientador Social, para atuar junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a disposição do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS Região III, a profissional KÁTIA LUIZ CORRÊA, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2014, inscrita sob nº. 45.290, e convocada conforme Edital nº 022 de 01 de abril de 2015, iniciando as suas atividades a partir de 15/05/2015, conforme comunicação interna nº 121/SEMAS/2015.

Art. 3º – Fica nomeada para exercer o cargo de Educador Social, para atuar junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a disposição dos Serviços de Alta Complexidade (Abrigo Institucional Casa Santa Clara), a profissional PATRÍCIA BARBOSA DA SILVA, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no

edital 001/2014, inscrita sob nº. 44.863, e convocada conforme Edital nº 022 de 01 de abril de 2015, iniciando as suas atividades a partir de 15/05/2015, conforme comunicação interna nº 119/SEMAS/2015.

Art. 4º – Fica nomeada para exercer o cargo de Cuidador de Idosos, para atuar junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a disposição dos Serviços de Alta Complexidade (Casa Lar do Idoso "Stellita Pacheco Costa)", a profissional ALMUTH SCHROEDER, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012, inscrita sob nº. 530, e convocada conforme Edital nº 030 de 04 de maio de 2015, iniciando as suas atividades a partir de 15/05/2015, conforme comunicação interna nº 121/SEMAS/2015.

Art. 5º – Fica nomeada para exercer o cargo de Educador Social, para atuar junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a disposição dos Serviços de Alta Complexidade (Abrigo Institucional Casa Santa Clara), a profissional PALOMA DA SILVA NAIZER, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2014, inscrita sob nº. 42.546, e convocada conforme Edital nº 027 de 22 de abril de 2015, iniciando as suas atividades a partir de 15/05/2015, conforme comunicação interna nº 121/SEMAS/2015.

Art. 6º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de maio de 2015.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 13/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **PORTARIA Nº 443/2015**

PORTARIA Nº. 443/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Complementar nº 0038/2011 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; RESOLVE:

**NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL**

Art. 1º – Fica nomeado para exercer o cargo de Instrutor Agrícola, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designado para a EBM Achiles Pazda, junto à Secretaria Municipal de Educação, o profissional RAFAEL ARTUR ENGEL, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 023/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 18/05/2015, conforme comunicação interna nº 243/SME/2015.

Art. 2º – Fica nomeado para exercer o cargo de Instrutor de Informática, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designado para a EBM Alzirinha da Silva Corrêa, junto à Secretaria Municipal de Educação, o profissional DIEGO RICARDO WILLE, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 023/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 18/05/2015, conforme comunicação interna nº 245/SME/2015.

Art. 3º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de maio de 2015.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 14/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **PORTARIA Nº 444/2015**

PORTARIA Nº. 444/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº 5.528/2015;  
CONSIDERANDO; a existência de servidor em licença para tratamento de saúde após a licença maternidade;  
CONSIDERANDO: que a educação é serviço público essencial, resolve;

#### **CONTRATAR**

Art. 1º - Fica contratada a profissional KÁTIA REGINA FINTA ZIPPERER, na função de Professor de Educação Infantil, MAG II, 20 horas semanais, 25% de regência, para atuar no CEI Nathan Zugmann, junto a Secretaria Municipal de Educação, no período de 18/05/2015 a 18/12/2015, em substituição da professora Siomara Graciliano de Araújo, a qual está 30 dias de licença para tratamento de saúde após licença maternidade. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, parágrafo 1º, inciso II.

Art. 2º - Fica contratada a profissional DANIELLI MARTINS PUSCA, na função de Professor de Educação Infantil, MAG I, 20 horas semanais, 25% de regência no CEI Rodolfo Linzmeier, junto a Secretaria Municipal de Educação, no período de 18/05/2015 a 18/12/2015, em substituição da professora Siomara Graciliano de Araújo, a qual está 30 dias de licença para tratamento de saúde após licença maternidade. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, parágrafo 1º, inciso II.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de maio de 2015.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 14/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 445/2015**

PORTARIA Nº. 445/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO, o disposto no Prejulgado nº 875 do egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO, o disposto na Resposta a Consulta nº5648 da Federação Catarinense de Municípios, RESOLVE: DELEGAR

Art. 1º. Fica delegada, ao ocupante do cargo de Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a responsabilidade da conferência e assinatura dos documentos contábeis abaixo arrolados, quando relacionados ao Município de Canoinhas, seus Fundos e Fundações, nos casos em que tais procedimentos sejam de responsabilidade do Chefe do Poder Executivo:

I – Documentos relacionados à despesa pública:

- a) Notas de Empenho;
- b) Ordens de Pagamento.

II – Anexos Mensais:

- a) Balancete do Razão;
- b) TC 02 – Demonstrativo da Conta Bancos;
- c) Conciliação Bancária;
- d) Declaração de Regularidade do Saldo de Caixa;
- e) Balancete Financeiro;
- f) TC 06 – Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título;
- g) Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada;
- h) Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada ou Liquidada.

III – Anexos Anuais conforme a Lei 4.320/64:

- a) AN-01 - Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas;
- b) AN-02 - Receita segundo as Categorias Econômicas;
- c) AN-02 – Resumo Geral da Despesa (Consolidação);
- d) AN-02 – Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas;
- e) AN-06 – Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária;
- f) AN-07 – Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projeto e Atividade;
- g) AN-08 – Demonstrativo de Despesas por Funções, Subfunções e Programas conforme Vínculo;
- h) AN-09 – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;
- i) AN-10 – Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada;
- j) AN-11 – Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada;
- k) AN-12 – Balanço Orçamentário;
- l) AN-13 – Balanço Financeiro;
- m) AN-14 – Balanço Patrimonial;
- n) AN-15 – Demonstração das Variações Patrimoniais;
- o) AN-16 – Demonstração da Dívida Fundada Interna/Externa;
- p) AN-17 – Demonstração da Dívida Flutuante;
- q) AN-18 – Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- r) AN-19 – Demonstração das Mutações Patrimoniais;
- s) Balanço da Execução Orçamentária e Financeira.

Art. 2º. Compartilham das responsabilidades citadas no artigo anterior, bem como pela regular geração dos documentos contábeis arrolados nos incisos I, II e II, os servidores ocupantes do cargo de Contador junto à estrutura funcional do Poder Executivo Municipal, que no uso de suas atribuições legais são os profissionais hábeis à realização da confecção de tais documentos.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de maio de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 446/2015**

PORTARIA Nº. 446/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.307/1990 e a Lei Municipal nº 4.132/2007, RESOLVE:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º – Fica nomeado para exercer o cargo de Médico Clínico Geral Região Interiorana, junto à Secretaria Municipal de Saúde, o profissional MARCELO CAETANO GARCIA LUFIEGO, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2014, inscrito sob nº. 46.309, e convocado conforme Edital nº 021 de 30 de março de 2015, iniciando as suas atividades a partir de 19/05/2015, conforme comunicação interna nº 167/SMS/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de maio de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

TELMA REGINA BLEY  
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 15/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 447/2015**

PORTARIA Nº. 447/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Complementar nº 0038/2011 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; RESOLVE:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º – Fica nomeada para exercer o cargo de Professor de Educação Física, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, 15% de regência, designada para a ERM Bonetes de Cima e ERM Professora Edemita Conceição Rosa, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional ALINE APARECIDA MENDES, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2012 e Edital de Convocação nº 024/



SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 25/05/2015, conforme comunicação interna nº 250/SME/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de maio de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PORTARIA Nº 448/2015**

PORTARIA Nº. 448/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº 5.528/2015;

CONSIDERANDO; a existência de servidor em licença para tratamento de saúde;

CONSIDERANDO; suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino;

CONSIDERANDO; a existência de servidor em remoção temporária;

CONSIDERANDO: que a educação é serviço público essencial, resolve;

#### **CONTRATAR**

Art. 1º - Fica contratada a profissional DIRCE BATISTA MOREIRA DOS ANJOS, na função de Professor de Anos Iniciais, MAG II, 20 horas semanais, 30% de regência, para atuar na EBM Aroldo Carneiro de Carvalho, no período de 18/05/2015 a 14/07/2015. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, parágrafo 1º, inciso II, na vaga vinculada da professora Erli Finta, a qual está em licença tratamento de saúde, conforme comunicação interna nº 240/SME/2015.

Art. 2º - Fica contratado o profissional MAURICIO LUIZ TOMASELLI, na função de Professor de História, MAG II, 10 horas semanais, 15% de regência, 10 aulas ministradas, 02 aulas excedentes, para atuar na EBM Achilles Pazda, no período de 18/05/2015 a 18/12/2015. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, parágrafo 1º, inciso II, na vaga vinculada do professor Mário Kriczinski, o qual está em remoção temporária na EBM Presidente Castelo Branco, conforme comunicação interna nº 240/SME/2015.

Art. 3º - Fica contratada a profissional ALINE MARCELA LOURENÇO, na função de Professor de Música, MAG I, 20 horas semanais, sem regência, para atuar junto ao Programa Mais Educação, na EBM Severo de Andrade (10 horas semanais) e no GEM Xeila Cornelsen (10 horas semanais) no período de 19/05/2015 a 18/12/2015. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino, conforme comunicação interna nº 246/SME/2015.

Art. 4º - Fica contratado o profissional REGINALDO ANTONIO MARQUES DOS SANTOS, na função de Professor de Música, MAG I, 20 horas semanais, sem regência, para atuar junto ao Programa Mais Educação, na EBM Dr Aroldo Carneiro de Carvalho, no período de 19/05/2015 a 18/12/2015. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino, conforme comunicação interna nº 246/SME/2015.

Art. 5º - Fica contratado o profissional RICARDO LUIS NUNES DE LIMA, na função de Professor de Música, MAG I, 10 horas semanais, sem regência, para atuar junto ao Programa AABB COMUNIDADE (FAMUCA), no período de 19/05/2015 a 18/12/2015. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino, conforme comunicação interna nº 246/SME/2015.

Art. 6º - Fica contratado o profissional LEANDRO DE OLIVEIRA IZIDIO, na função de Professor de Música, MAG I, 40 horas semanais, sem regência, para atuar junto ao Programa Mais Educação, na EBM Achilles Pazda (20 horas semanais) e na EBM Maria Izabel de Lima Cubas (20 horas semanais) no período de 19/05/2015 a 18/12/2015. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino, conforme comunicação interna nº 246/SME/2015.

Art. 7º - Fica contratada a profissional CEILA ROSA, na função de Professor de Projetos Esportivos, MAG II, 20 horas semanais, sem regência, para atuar junto ao Programa Mais Educação, na EBM Presidente Castelo Branco, no período de 19/05/2015 a 18/12/2015. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino, conforme comunicação interna nº 246/SME/2015.

Art. 8º - Fica contratada a profissional MARION GONÇALVES PADILHA PEREIRA, na função de Professor de Projetos Pedagógicos, MAG II, 40 horas semanais, sem regência, para atuar junto ao Programa Mais Educação, na EBM Dr Aroldo Carneiro de Carvalho (20 horas semanais) e EBM Presidente Castelo Branco (20 horas semanais), no período de 19/05/2015 a 18/12/2015. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino, conforme comunicação interna nº 246/SME/2015.

Art. 9º - Fica contratada a profissional MICHELE SEGOBRIA FERREIRA, na função de Professor de Projetos Pedagógicos, MAG II, 40 horas semanais, sem regência, para atuar junto ao Programa Mais Educação, na EBM Severo de Andrade (20 horas semanais) e GEM Ney Pacheco Miranda Lima (20 horas semanais) no período de 19/05/2015 a 18/12/2015. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino, conforme comunicação interna nº 246/SME/2015.

Art. 10º - Fica contratada a profissional SUELI DE FÁTIMA SABATKE, na função de Professor de Projetos Pedagógicos, MAG II, 20 horas semanais, sem regência, para atuar junto ao Programa Mais Educação, no GEM Reinaldo Kruger, no período de 19/05/2015 a 18/12/2015. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino, conforme comunicação interna nº 246/SME/2015.

Art. 11 - Fica contratada a profissional LUZÍRIA DE BARROS PEREIRA CORDEIRO, na função de Professor de Projetos Pedagógicos, MAG II, 20 horas semanais, sem regência, para atuar junto ao Programa AABB COMUNIDADE, no período de 19/05/2015 a

18/12/2015. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino, conforme comunicação interna nº 246/SME/2015.

Art. 12 - Fica contratada a profissional VIRLENE DE JESUS DOS SANTOS, na função de Professor de Projetos Pedagógicos, MAG II, 20 horas semanais, sem regência, para atuar junto ao Programa MAIS EDUCAÇÃO, na EBM Guilhermina Veiga Ferreira, no período de 19/05/2015 a 18/12/2015. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino, conforme comunicação interna nº 246/SME/2015.

Art. 13 - Fica contratada a profissional ELIANE LEANDRO GONÇALVES JUNGLES, na função de Professor de Anos Iniciais, MAG II, 20 horas semanais, 30% de regência, para atuar junto ao Programa Mais Conhecimento, no GEM Reinaldo Kruger (10 horas semanais) e no GEM Ney Pacheco de Miranda Lima (10 horas semanais) no período de 19/05/2015 a 18/12/2015. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino, conforme comunicação interna nº 246/SME/2015.

Art. 14 - Fica contratado o profissional GILBERTO ADRIANO BIALESKI, na função de Professor de Matemática, MAG II, 10 horas semanais, 15% de regência, para atuar junto ao Programa Mais Conhecimento, na EBM Evaldo Dranka, no período de 19/05/2015 a 18/12/2015. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino, conforme comunicação interna nº 246/SME/2015.

Art. 15 - Fica contratada a profissional GILDA MARIA SCHREINER PADILHA, na função de Professora de Língua Portuguesa, MAG II, 20 horas semanais, 15% de regência, para atuar junto ao Programa Mais Conhecimento, na EBM Achilles Pazda (10 horas semanais) e na EBM José Grosskopf (10 horas semanais) no período de 19/05/2015 a 18/12/2015. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino, conforme comunicação interna nº 246/SME/2015.

Art. 16 - Fica contratada a profissional NEUSELI POKRYVIECKI WALDMANN, na função de Pedagogo, MAG II, 40 horas semanais, 15% de regência, para atuar junto a EBM DR Aroldo Carneiro de Carvalho, no período de 19/05/2015 a 18/12/2015. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, parágrafo 1º, inciso III, na vaga vinculada da pedagoga Suely de Fátima Saquetti Wiczorkiewicz, a qual atua no Pólo de Atendimento Presencial da Universidade Aberta do Brasil, de acordo com a Lei 4.478 de 16/12/2009, conforme comunicação interna nº 246/SME/2015.

Art. 17 - Fica contratada a profissional MICHELE CRISTINA WOSIACK, na função de Pedagogo, MAG II, 40 horas semanais, 15% de regência, para atuar junto a EBM Presidente Castelo Branco, no período de 19/05/2015 a 18/12/2015. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, parágrafo 1º, inciso III, na vaga vinculada da pedagoga Sonia Terezinha Sachetti, a qual atua no Pólo de Atendimento Presencial da Universidade Aberta do Brasil, de acordo com a Lei 4.478 de 16/12/2009, conforme comunicação interna nº 246/SME/2015.

Art. 18 - Fica contratada a profissional RITA DE CÁSSIA POSSAMAI GOMES DO VALLE, na função de Orientador Educacional, MAG II, 40 horas semanais, 15% de regência, para atuar junto a EBM Achilles Pazda, no período de 19/05/2015 a 18/12/2015. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, parágrafo 1º, inciso III, na vaga vinculada da orientadora Regiane Andrea Suckow, a qual está

em remoção temporária na EBM Severo de Andrade, conforme comunicação interna nº 246/SME/2015.

Art. 19 - Fica contratada a profissional JAQUELINE BONETES CARVALHO DO PRADO, na função de Professor de Música, MAG II, 20 horas semanais, sem regência, para atuar junto ao Programa Mais Educação, na EBM Alberto Wardenski, no período de 01/06/2015 a 18/12/2015. Considerando em a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino, conforme comunicação interna nº 249/SME/2015.

Art. 20 - Fica contratada a profissional ELENICE APARECIDA KARVAT, na função de Administrador Escolar, MAG II, 40 horas semanais, 15% de regência, para atuar junto a EBM Presidente Castelo Branco, no período de 19/05/2015 a 18/12/2015. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, parágrafo 1º, inciso III, na vaga vinculada da administradora Raquel Dambroski, a qual atua no Pólo de Atendimento Presencial da Universidade Aberta do Brasil, de acordo com a Lei 4.478 de 16/12/2009, conforme comunicação interna nº 249/SME/2015.

Art. 21 - Fica contratado o profissional PEDRO EUGÊNIO WPIEWSKI, na função de Professor de Projetos Esportivos, MAG II, 20 horas semanais, sem regência, para atuar junto ao Programa Mais Educação, na EBM Maria Lovatel Pires (10 horas semanais) e na EBM Achilles Pazda (10 horas semanais) no período de 19/05/2015 a 18/12/2015. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino, conforme comunicação interna nº 249/SME/2015.

Art. 22 - Fica contratada a profissional ARIANE CAROLINE KRAILING, na função de Professora de Projetos Pedagógicos, MAG I, 20 horas semanais, sem regência, para atuar junto ao Programa Mais Educação, na EBM Maria Lovatel Pires (10 horas semanais) e na EBM José Grosskopf (10 horas semanais) no período de 19/05/2015 a 18/12/2015. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino, conforme comunicação interna nº 252/SME/2015.

Art. 23 - Fica contratada a profissional KETLIN RODRIGUES DA SILVA BATISTA, na função de Professor de Projetos Pedagógicos, MAG I, 20 horas semanais, sem regência, para atuar junto ao Programa Mais Educação, na EBM Maria Izabel de Lima Cubas (20 horas semanais), no período de 19/05/2015 a 18/12/2015. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino, conforme comunicação interna nº 252/SME/2015.

Art. 24 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 25 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de maio de 2015.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento



**PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 02/2015**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 86/2015

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. PMC 02/2015

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 06/07/2015, às 10h00min, licitação para DOAÇÃO DE ÁREA DE TERRAS, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, SITUADA NO BAIRRO INDUSTRIAL I, À MARGEM DA AVENIDA SENADOR IDO D'AQUINO (ANTIGA ESTRADA CANOINHAS - PAULA PEREIRA), PARA INSTALAÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DE INDÚSTRIA. Recebimento de propostas até as 09h45min do dia 06/07/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

**PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO N.º PMC 53/2015 (ELETRÔNICO)**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 88/2015

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 53/2015 (ELETRÔNICO)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 03/06/2015, às 10h00min, licitação AQUISIÇÃO DE 01 VEICULO UTILITÁRIO NOVO, 0 KM, FLEX, CABINE DUPLA, EQUIPADO COM NO MÍNIMO AR CONDICIONADO E DIREÇÃO HIDRÁULICA, DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 03/06/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital (acesso livre) e pregão (acesso identificado): [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

## PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO N.º FME 01/2015 (PRESENCIAL)

Página: 1/3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOINHAS**

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 4/2015			Processo Administrativo:			Total dos Itens Vencedores: 5.150,00		
Licitação.....: 1/2015 - PR								
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: AQUISIÇÃO TROFÉUS, MEDALHAS E BOLAS, DESTINADOS A DIVERSOS EVENTOS ESPORTIVOS PROMOVIDOS PELAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 311043275 - TROFÉU DE 1º LUGAR 90 CM - Unidade: UN							
16604	IGOR CORREIA DE SIQUEIRA - ME	VITORIA	1,000	0,0000	187,0400	187,04	Venceu	0
Item.....: 2	- 311043280 - TROFÉU DE 1º LUGAR 70 CM - Unidade: UN							
16604	IGOR CORREIA DE SIQUEIRA - ME	VITORIA	2,000	0,0000	147,6684	295,34	Venceu	0
Item.....: 3	- 311043276 - TROFÉU DE 2º LUGAR 50 CM - Unidade: UN							
16604	IGOR CORREIA DE SIQUEIRA - ME	VITORIA	3,000	0,0000	63,9896	191,97	Venceu	0
Item.....: 4	- 311043277 - TROFÉU DE 3º LUGAR 40 CM - Unidade: UN							
16604	IGOR CORREIA DE SIQUEIRA - ME	VITORIA	3,000	0,0000	63,9896	191,97	Venceu	0
Item.....: 5	- 311043279 - TROFÉU DE 4º LUGAR 30 CM - Unidade: UN							
16604	IGOR CORREIA DE SIQUEIRA - ME	VITORIA	2,000	0,0000	63,9896	127,98	Venceu	0
Item.....: 6	- 311043281 - TROFÉU DO MELHOR GOLEIRO 30 CM - Unidade: UN							
16604	IGOR CORREIA DE SIQUEIRA - ME	VITORIA	1,000	0,0000	63,9896	63,99	Venceu	0
Item.....: 7	- 311043282 - TROFÉU DE ARTILHEIRO 30 CM - Unidade: UN							
16604	IGOR CORREIA DE SIQUEIRA - ME	VITORIA	1,000	0,0000	63,9896	63,99	Venceu	0

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOINHAS**  
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 2/3

**5.150,00****Processo Administrativo:****Processo / Ano:** 4/2015**Licitação.....:** 1/2015 - PR**Modalidade.....:** PREGÃO PRESENCIAL**Objeto.....:** AQUISIÇÃO TROFÉUS, MEDALHAS E BOLAS, DESTINADOS A DIVERSOS EVENTOS ESPORTIVOS PROMOVIDOS PELAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
<b>Item.....: 8 - 311043283 - TROFÉU DE FAIRPLAY 30 CM - Unidade: UN</b>								
16604	IGOR CORREIA DE SIQUEIRA - ME	VITORIA	1,000	0,0000	63,9896	63,99	Venceu	0
<b>Item.....: 9 - 311043284 - TROFÉU DA MELHOR TORCIDA 40 CM - Unidade: UN</b>								
16604	IGOR CORREIA DE SIQUEIRA - ME	VITORIA	1,000	0,0000	63,9896	63,99	Venceu	0
<b>Item.....: 10 - 311043285 - MEDALHAS DE 1º LUGAR 35MM - Unidade: UN</b>								
16604	IGOR CORREIA DE SIQUEIRA - ME	VITORIA	44,000	0,0000	4,9223	216,58	Venceu	0
<b>Item.....: 11 - 311043286 - MEDALHAS DE 2º LUGAR 35MM - Unidade: UN</b>								
16604	IGOR CORREIA DE SIQUEIRA - ME	VITORIA	44,000	0,0000	4,9223	216,58	Venceu	0
<b>Item.....: 12 - 311043287 - MEDALHAS DE 3º LUGAR 35MM - Unidade: UN</b>								
16604	IGOR CORREIA DE SIQUEIRA - ME	VITORIA	44,000	0,0000	4,9223	216,58	Venceu	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 4/2015

Licitação.....: 1/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO TROFÉUS, MEDALHAS E BOLAS, DESTINADOS A DIVERSOS EVENTOS ESPORTIVOS PROMOVIDOS PELAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Processo Administrativo: 5.150,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 13	- 29840	- BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO 68-70cm, 410-450g	- Unidade: UN					
16604	IGOR CORREIA DE SIQUEIRA - ME	VITORIA	22,000	0,0000	147,7273	3.250,00	Venceu	1 *****

Canoinhas, Em .....	Canoinhas, Em .....	Pregoeiro(a)
PAULO CESAR SAFANELLI - .....	ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK - .....	EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - .....	MARCIANO FERNANDES CORREA - .....	EQUIPE DE APOIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEÇÃO - .....	VANESSA LANGER - .....	EQUIPE DE APOIO
		28.754/SC
		CRC/SC 028524/O-0

## PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO N.º PMC 44/2015 (PRESENCIAL)

Página: 1/11

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**  
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:		Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores:				
74/2015		44/2015 - PR		91.985,00				
Licitação.....:		PREGÃO PRESENCIAL						
Modalidade.....:		REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE CARGAS DE TONER E TINTA E CARTUCHOS ORIGINAIS, DESTINADOS ÀS DIVERSAS IMPRESSORAS UTILIZADAS PELOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.						
Objeto.....:								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1 - 8617 - CARGA DE TINTA PRETA CARTUCHO HP 21 PARA IMPRESSORA HP - Unidade: UN								
16605	LAURINDA NAZAREHEIDEN	AD SUPRI	300,000	0,0000	10,8333	3.250,00	Venceu	1 *****
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	300,000	0,0000	11,0000	3.300,00	Perdeu	2
11753	SUPRIMOVEIS LTDA. EPP	CONNECTION	300,000	0,0000	14,0000	4.200,00	Perdeu	3
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12415	A. A. DA SILVA CARTUCHOS	WP DO BRASIL	300,000	0,0000	15,0000	4.500,00	Desclassif.	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	QUALYTEC	300,000	0,0000	20,0000	6.000,00	Desclassif.	0
Item.....: 2 - 8618 - CARGA DE TINTA COLORIDA CARTUCHO HP 22 PARA IMPRESSORA HP - Unidade: UN								
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	300,000	0,0000	11,0000	3.300,00	Venceu	1 *****
16605	LAURINDA NAZAREHEIDEN	AD SUPRI	300,000	0,0000	11,5000	3.450,00	Perdeu	2
11753	SUPRIMOVEIS LTDA. EPP	CONNECTION	300,000	0,0000	16,0000	4.800,00	Perdeu	3
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12415	A. A. DA SILVA CARTUCHOS	WP DO BRASIL	300,000	0,0000	18,0000	5.400,00	Desclassif.	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	QUALYTEC	300,000	0,0000	25,0000	7.500,00	Desclassif.	0
Item.....: 3 - 8612 - CARGA DE TONER PARA IMPRESSORA XEROX 3428 - Unidade: UN								
12415	A. A. DA SILVA CARTUCHOS	WP DO BRASIL	200,000	0,0000	29,9850	5.997,00	Venceu	1 *****
16605	LAURINDA NAZAREHEIDEN	AD SUPRI	200,000	0,0000	29,9900	5.998,00	Perdeu	2
11753	SUPRIMOVEIS LTDA. EPP	CONNECTION	200,000	0,0000	30,0000	6.000,00	Perdeu	3
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	200,000	0,0000	65,0000	13.000,00	Desclassif.	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	QUALYTEC	200,000	0,0000	80,0000	16.000,00	Desclassif.	0
15736	M. MOBILE EIRELI	ECOLOGIC	200,000	0,0000	82,0000	16.400,00	Desclassif.	0
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	HP	200,000	0,0000	110,0000	22.000,00	Desclassif.	0



Página: 2/11

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**  
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

91.985,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 74/2015

Licitação.....: 44/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE CARGAS DE TONER E TINTA E CARTUCHOS ORIGINAIS, DESTINADOS ÀS DIVERSAS IMPRESSORAS UTILIZADAS PELOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
<b>Item.....: 4 - 951 - CARGA DE TONER PARA IMPRESSORA XEROX 3300 - Unidade: UN</b>								
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	200,000	0,0000	29,9950	5.999,00	Venceu	1 *****
11753	SUPRIMOVEIS LTDA. EPP	CONNECTION	200,000	0,0000	30,0000	6.000,00	Perdeu	2
12415	A. A. DA SILVA CARTUCHOS	WP DO BRASIL	200,000	0,0000	60,0000	12.000,00	Perdeu	3
16605	LAURINDA NAZAREHEIDEN	AD SUPRI	200,000	0,0000	65,0000	13.000,00	Perdeu	4
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	QUALYTEC	200,000	0,0000	90,0000	18.000,00	Desclassif.	0
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	HP	200,000	0,0000	130,0000	26.000,00	Desclassif.	0
15736	M. MOBILE EIRELI	ERICSON	200,000	0,0000	147,0000	29.400,00	Desclassif.	0
<b>Item.....: 5 - 8620 - CARGA DE TINTA PRETA CARTUCHO HP 27 PARA IMPRESSORA HP - Unidade: UN</b>								
16605	LAURINDA NAZAREHEIDEN	AD SUPRI	300,000	0,0000	12,9667	3.890,00	Venceu	1 *****
12415	A. A. DA SILVA CARTUCHOS	WP DO BRASIL	300,000	0,0000	12,9900	3.897,00	Perdeu	2
11753	SUPRIMOVEIS LTDA. EPP	CONNECTION	300,000	0,0000	14,0000	4.200,00	Perdeu	3
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	CHINAMATE	300,000	0,0000	20,0000	6.000,00	Desclassif.	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	QUALYTEC	300,000	0,0000	20,0000	6.000,00	Desclassif.	0
<b>Item.....: 6 - 1018 - CARGA DE TINTA COLORIDA HP 28 DO MESMO NÍVEL DO ORIGINAL - Unidade: UN</b>								
12415	A. A. DA SILVA CARTUCHOS	WP DO BRASIL	300,000	0,0000	13,9567	4.187,00	Venceu	1 *****
16605	LAURINDA NAZAREHEIDEN	AD SUPRI	300,000	0,0000	13,9600	4.188,00	Perdeu	2
11753	SUPRIMOVEIS LTDA. EPP	CONNECTION	300,000	0,0000	16,0000	4.800,00	Perdeu	3
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	CHINAMATE	300,000	0,0000	25,0000	7.500,00	Desclassif.	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	QUALYTEC	300,000	0,0000	25,0000	7.500,00	Desclassif.	0

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**Processo Administrativo:**

Licitação.....: 44/2015 - PR  
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL  
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE CARGAS DE TONER E TINTA E CARTUCHOS ORIGINAIS, DESTINADOS ÀS DIVERSAS IMPRESSORAS UTILIZADAS PELOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 13	- 311043743	- CARGA DE TINTA PRETA HP 662	- Unidade: UN					
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	300,000	0,0000	10,0000	3.000,00	Venceu	1 *****
16605	LAURINDA NAZAREHEIDEN	AD SUPRI	300,000	0,0000	10,6667	3.200,00	Perdeu	2
11753	SUPRIMOVEIS LTDA. EPP	CONNECTION	300,000	0,0000	14,0000	4.200,00	Perdeu	3
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12415	A. A. DA SILVA CARTUCHOS	WP DO BRASIL	300,000	0,0000	15,0000	4.500,00	Desclassif.	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	QUALYTEC	300,000	0,0000	20,0000	6.000,00	Desclassif.	0
Item.....: 14	- 311043745	- CARGA DE TINTA PRETA CANON 30	- Unidade: UN					
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	300,000	0,0000	10,0000	3.000,00	Venceu	1 *****
16605	LAURINDA NAZAREHEIDEN	AD SUPRI	300,000	0,0000	11,0000	3.300,00	Perdeu	2
12415	A. A. DA SILVA CARTUCHOS	WP DO BRASIL	300,000	0,0000	15,0000	4.500,00	Perdeu	3
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	QUALYTEC	300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11753	SUPRIMOVEIS LTDA. EPP	CONNECTION	300,000	0,0000	20,0000	6.000,00	Desclassif.	0
Item.....: 15	- 311043746	- CARGA DE TINTA COLORIDA CANON 30	- Unidade: UN					
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	300,000	0,0000	10,6667	3.200,00	Venceu	1 *****
16605	LAURINDA NAZAREHEIDEN	AD SUPRI	300,000	0,0000	11,3333	3.400,00	Perdeu	2
12415	A. A. DA SILVA CARTUCHOS	WP DO BRASIL	300,000	0,0000	18,0000	5.400,00	Perdeu	3
11753	SUPRIMOVEIS LTDA. EPP	CONNECTION	300,000	0,0000	25,0000	7.500,00	Perdeu	4
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	QUALYTEC	300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Página: 6/11

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**  
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

91.985,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 74/2015

Licitação.....: 44/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE CARGAS DE TONER E TINTA E CARTUCHOS ORIGINAIS, DESTINADOS ÀS DIVERSAS IMPRESSORAS UTILIZADAS PELOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
<b>Item.....: 16 - 311043747 - CARGA DE TINTA CANON 40 - Unidade: UN</b>								
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	300,000	0,0000	11,5000	3.450,00	Venceu	1 *****
12415	A. A. DA SILVA CARTUCHOS	WP DO BRASIL	300,000	0,0000	11,6667	3.500,00	Perdeu	2
16605	LAURINDA NAZAREHEIDEN	AD SUPRI	300,000	0,0000	13,0000	3.900,00	Perdeu	3
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	QUALYTEC	300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11753	SUPRIMOVEIS LTDA. EPP	CONNECTION	300,000	0,0000	19,0000	5.700,00	Desclassif.	0
<b>Item.....: 17 - 311043748 - CARGA DE TINTA CANON 41 - Unidade: UN</b>								
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	300,000	0,0000	10,3333	3.100,00	Venceu	1 *****
16605	LAURINDA NAZAREHEIDEN	AD SUPRI	300,000	0,0000	10,6667	3.200,00	Perdeu	2
12415	A. A. DA SILVA CARTUCHOS	WP DO BRASIL	300,000	0,0000	18,0000	5.400,00	Perdeu	3
11753	SUPRIMOVEIS LTDA. EPP	CONNECTION	300,000	0,0000	25,0000	7.500,00	Perdeu	4
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	QUALYTEC	300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
<b>Item.....: 18 - 311043930 - CARGA DE TINTA HP 122 - PRETO PARA IMPRESSORA HP - Unidade: UN</b>								
16605	LAURINDA NAZAREHEIDEN	AD SUPRI	300,000	0,0000	9,3333	2.800,00	Venceu	1 *****
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	300,000	0,0000	9,4333	2.830,00	Perdeu	2
11753	SUPRIMOVEIS LTDA. EPP	CONNECTION	300,000	0,0000	14,0000	4.200,00	Perdeu	3
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12415	A. A. DA SILVA CARTUCHOS	WP DO BRASIL	300,000	0,0000	15,0000	4.500,00	Desclassif.	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	QUALYTEC	300,000	0,0000	20,0000	6.000,00	Desclassif.	0



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**  
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

91.985,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 74/2015

Licitação.....: 44/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE CARGAS DE TONER E TINTA E CARTUCHOS ORIGINAIS, DESTINADOS ÀS DIVERSAS IMPRESSORAS UTILIZADAS PELOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
<b>Item.....: 19 - 311043750 - CARGA DE TINTA HP 122 COLORIDO - Unidade: UN</b>								
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	300,000	0,0000	9,3333	2.800,00	Venceu	1 *****
16605	LAURINDA NAZAREHEIDEN	AD SUPRI	300,000	0,0000	9,5000	2.850,00	Perdeu	2
11753	SUPRIMOVEIS LTDA. EPP	CONNECTION	300,000	0,0000	16,0000	4.800,00	Perdeu	3
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12415	A. A. DA SILVA CARTUCHOS	WP DO BRASIL	300,000	0,0000	18,0000	5.400,00	Desclassif.	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	QUALYTEC	300,000	0,0000	25,0000	7.500,00	Desclassif.	0
<b>Item.....: 20 - 311043751 - CARGAS DE TONER PARA IMPRESSORA XEROX 3124 - Unidade: UN</b>								
12415	A. A. DA SILVA CARTUCHOS	WP DO BRASIL	100,000	0,0000	27,9700	2.797,00	Venceu	1 *****
16605	LAURINDA NAZAREHEIDEN	AD SUPRI	100,000	0,0000	27,9800	2.798,00	Perdeu	2
11753	SUPRIMOVEIS LTDA. EPP	CONNECTION	100,000	0,0000	30,0000	3.000,00	Perdeu	3
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	100,000	0,0000	40,0000	4.000,00	Desclassif.	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	QUALYTEC	100,000	0,0000	40,0000	4.000,00	Desclassif.	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	100,000	0,0000	49,9000	4.990,00	Desclassif.	0
15736	M. MOBILE EIRELI	MASTERPRINT	100,000	0,0000	60,0000	6.000,00	Desclassif.	0
<b>Item.....: 21 - 311043752 - CARGAS DE TONER PARA IMPRESSORA - HP LASER JET M1132 - Unidade: UN</b>								
16605	LAURINDA NAZAREHEIDEN	AD SUPRI	100,000	0,0000	18,0000	1.800,00	Venceu	1 *****
11753	SUPRIMOVEIS LTDA. EPP	CONNECTION	100,000	0,0000	18,0000	1.800,00	Perdeu	2
12415	A. A. DA SILVA CARTUCHOS	WP DO BRASIL	100,000	0,0000	30,0000	3.000,00	Perdeu	3
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	QUALYTEC	100,000	0,0000	35,0000	3.500,00	Desclassif.	0
15736	M. MOBILE EIRELI	MASTERPRINT	100,000	0,0000	37,9000	3.790,00	Desclassif.	0
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	100,000	0,0000	38,0000	3.800,00	Desclassif.	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	100,000	0,0000	38,9000	3.890,00	Desclassif.	0

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**  
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

91.985,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 74/2015

Licitação.....: 44/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE CARGAS DE TONER E TINTA E CARTUCHOS ORIGINAIS, DESTINADOS ÀS DIVERSAS IMPRESSORAS UTILIZADAS PELOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
<b>Item.....: 22 - 311043753 - CARGAS DE TONER PARA IMPRESSORA - SAMSUNG SCX 3405 - Unidade: UN</b>								
16605	LAURINDA NAZAREHEIDEN	AD SUPRI	100,000	0,0000	29,9900	2.999,00	Venceu	1 *****
11753	SUPRIMOVEIS LTDA EPP	CONNECTION	100,000	0,0000	30,0000	3.000,00	Perdeu	2
12415	A. A. DA SILVA CARTUCHOS	WP DO BRASIL	100,000	0,0000	60,0000	6.000,00	Perdeu	3
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	100,000	0,0000	70,0000	7.000,00	Desclassif.	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	100,000	0,0000	84,0000	8.400,00	Desclassif.	0
15736	M. MOBILE EIRELI	MASTERPRINT	100,000	0,0000	87,5000	8.750,00	Desclassif.	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	QUALYTEC	100,000	0,0000	90,0000	9.000,00	Desclassif.	0
<b>Item.....: 23 - 311043754 - CARGAS DE TONER PARA IMPRESSORA - XEROX PHASER 3250 - Unidade: UN</b>								
16605	LAURINDA NAZAREHEIDEN	AD SUPRI	100,000	0,0000	29,9900	2.999,00	Venceu	1 *****
11753	SUPRIMOVEIS LTDA EPP	CONNECTION	100,000	0,0000	30,0000	3.000,00	Perdeu	2
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	QUALYTEC	100,000	0,0000	60,0000	6.000,00	Perdeu	3
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	100,000	0,0000	65,0000	6.500,00	Desclassif.	0
12415	A. A. DA SILVA CARTUCHOS	WP DO BRASIL	100,000	0,0000	80,0000	8.000,00	Desclassif.	0
15736	M. MOBILE EIRELI	MASTERPRINT	100,000	0,0000	102,0000	10.200,00	Desclassif.	0
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	100,000	0,0000	140,0000	14.000,00	Desclassif.	0
<b>Item.....: 24 - 311043755 - CARGAS DE TONER PARA IMPRESSORA - SAMSUNG SCX 4623 F - Unidade: UN</b>								
12415	A. A. DA SILVA CARTUCHOS	WP DO BRASIL	100,000	0,0000	27,9700	2.797,00	Venceu	1 *****
16605	LAURINDA NAZAREHEIDEN	AD SUPRI	100,000	0,0000	27,9800	2.798,00	Perdeu	2
11753	SUPRIMOVEIS LTDA EPP	CONNECTION	100,000	0,0000	30,0000	3.000,00	Perdeu	3
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	100,000	0,0000	45,0000	4.500,00	Desclassif.	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	QUALYTEC	100,000	0,0000	45,0000	4.500,00	Desclassif.	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	100,000	0,0000	59,0000	5.900,00	Desclassif.	0
15736	M. MOBILE EIRELI	MASTERPRINT	100,000	0,0000	60,0000	6.000,00	Desclassif.	0

Página: 9/11

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**  
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

91.985,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 742015

Licitação.....: 44/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE CARGAS DE TONER E TINTA E CARTUCHOS ORIGINAIS, DESTINADOS ÀS DIVERSAS IMPRESSORAS UTILIZADAS PELOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
<b>Item.....: 25 - 311043756 - CARGAS DE TONER PARA IMPRESSORA - HP LASER JET P 1102W - Unidade: UN</b>								
16605	LAURINDA NAZAREHEIDEN	AD SUPRI	100,000	0,0000	15,9900	1.599,00	Venceu	1 *****
11753	SUPRIMOVEIS LTDA. EPP	CONNECTION	100,000	0,0000	16,0000	1.600,00	Perdeu	2
12415	A. A. DA SILVA CARTUCHOS	WP DO BRASIL	100,000	0,0000	30,0000	3.000,00	Perdeu	3
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	QUALYTEC	100,000	0,0000	35,0000	3.500,00	Desclassif.	0
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	100,000	0,0000	38,0000	3.800,00	Desclassif.	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	100,000	0,0000	38,9000	3.890,00	Desclassif.	0
15736	M. MOBILE EIRELI	MASTERPRINT	100,000	0,0000	39,9000	3.990,00	Desclassif.	0
<b>Item.....: 26 - 311043757 - CARGAS DE TONER PARA IMPRESSORA - HP LASER JET 1020 - Unidade: UN</b>								
16605	LAURINDA NAZAREHEIDEN	AD SUPRI	100,000	0,0000	15,9900	1.599,00	Venceu	1 *****
11753	SUPRIMOVEIS LTDA. EPP	CONNECTION	100,000	0,0000	16,0000	1.600,00	Perdeu	2
12415	A. A. DA SILVA CARTUCHOS	WP DO BRASIL	100,000	0,0000	30,0000	3.000,00	Perdeu	3
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	100,000	0,0000	38,0000	3.800,00	Desclassif.	0
15736	M. MOBILE EIRELI	MASTERPRINT	100,000	0,0000	39,9000	3.990,00	Desclassif.	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	QUALYTEC	100,000	0,0000	40,0000	4.000,00	Desclassif.	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	100,000	0,0000	44,0000	4.400,00	Desclassif.	0
<b>Item.....: 27 - 311043758 - CARGAS DE TONER PARA IMPRESSORA - EPSOM L555 - Unidade: UN</b>								
16605	LAURINDA NAZAREHEIDEN	AD SUPRI	100,000	0,0000	12,0000	1.200,00	Venceu	1 *****
11753	SUPRIMOVEIS LTDA. EPP	CONNECTION	100,000	0,0000	30,0000	3.000,00	Perdeu	2
12415	A. A. DA SILVA CARTUCHOS	WP DO BRASIL	100,000	0,0000	50,0000	5.000,00	Perdeu	3
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	QUALYTEC	100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	EPSON	100,000	0,0000	51,0000	5.100,00	Desclassif.	0
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	100,000	0,0000	65,0000	6.500,00	Desclassif.	0

**91.985,00**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 74/2015

Licitação.....: 44/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE CARGAS DE TONER E TINTA E CARTUCHOS ORIGINAIS, DESTINADOS ÀS DIVERSAS IMPRESSORAS UTILIZADAS PELOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

Processo Administrativo: 91.985,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 31	- 311043836	- CARGA DE TONER PARA IMPRESSORA SHARP AL 2040 CS	- Unidade: UN					
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	QUALYTEC	30,000	0,0000	70,0000	2,100,00	Venceu	1 *****
11753	SUPRIMOVEIS LTDA. EPP	CONNECTION	30,000	0,0000	70,0000	2,100,00	Perdeu	2
16605	LAURINDA NAZAREHEIDEN	AD SUPRI	30,000	0,0000	89,0000	2,670,00	Perdeu	3
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12415	A. A. DA SILVA CARTUCHOS	WP DO BRASIL	30,000	0,0000	130,0000	3,900,00	Desclassif.	0
11108	I9 SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA-ME	SORTEX	30,000	0,0000	149,0000	4,470,00	Desclassif.	0
10142	ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME	JET PRINT	30,000	0,0000	180,0000	5,400,00	Desclassif.	0

Canoinhas, Em ...../...../.....

Pregoeiro(a)

PAULO CESAR SAFANELLI -

ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -

CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -

MARCIANO FERNANDES CORREA -

DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -

VANESSA LANGER -

EQUIPE DE APOIO -

EQUIPE DE APOIO -

EQUIPE DE APOIO -

28.754/SC

CRC/SC 028524/O-0

EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO



# Capinzal

## PREFEITURA

### FIA CONTRATO 0001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESC. DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Contrato Nº.: 0001/2015		
Contratante...: FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESC. DE CAPINZAL		
Contratada...: IDEALIZE COMUNICACAO E BRINDES LTDA - ME		
Valor ..... : 3.620,00 (três mil seiscentos e vinte reais)		
Vigência ..... : Início: 15/05/2015 Término: 17/08/2015		
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2015		
Recursos ..... : Dotação:		
Objeto ..... : Contratação de empresa especializada para confecção de camisetas com impressão colorida, para distribuição na Campanha Nacional Contra Abuso e Exploração Sexual infantil, que se realizará no dia 19 de Maio de 2015		
Capinzal, 18 de Maio de 2015		

### FIA CONTRATO 0002/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESC. DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Contrato Nº.: 0002/2015		
Contratante...: FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESC. DE CAPINZAL		
Contratada...: IDEALIZE COMUNICACAO E BRINDES LTDA - ME		
Valor ..... : 650,00 (seiscentos e cinquenta reais)		
Vigência ..... : Início: 15/05/2015 Término: 17/08/2015		
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2015		
Recursos ..... : Dotação:		
Objeto ..... : Contratação de empresa para fornecimento de Lixo Car para distribuição na Campanha Nacional Contra Abuso e Exploração Sexual Infantil, que se realizará no dia 19 de Maio de 2015		
Capinzal, 18 de Maio de 2015		

### FIA PROCESSO LICITATÓRIO 0003/2015 DISPENSA DE LICITAÇÃO 0003/2015

Processo Licitatório Nº 0003/2015  
Dispensa de Licitação Nº 0003/2015

ORLANDO THOLL, GESTOR, do Fundo Municipal da Criança e Adolescente de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o incisos abaixo citados do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo de 0003/2015 conforme segue:

#### OBJETO

Contratação de empresa para realização de espetáculos em alusão ao dia 18 de Maio , Dia de Combate ao Abuso e Exploração Sexual Infantil.

#### FORNECEDOR

Item	Qdade	Un	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	10,00	UN	Apresentação de espetáculo em alusão ao dia 18 de maio, Dia de Combate ao Abuso e Exploração Sexual	REMINISCÊNCIAS	650,00	6.500,00
Total	6.500,00					

#### VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR

Fornecedor	Itens
FABIO LUIZ LIBARDI ME	001
6.500,00 (seis mil e quinhentos reais)	

#### PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94

Art. 24. É dispensável a Licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

#### RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Os fornecedores participaram de cotação de preços, e os que apresentaram menores valores foram selecionados para o fornecimento do objeto.

#### JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os preços relacionados foram obtidos por intermédio de ampla pesquisa de mercado, com valores máximos fixados.

#### DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

Despesa: 1 - Assistência à criança e ao adolescente.
Órgão: 9 - FUNDO MUNIC.DOS DIREIT.DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Unidade: 1 - FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente
Programa: 175 - REDE DE PROTEÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
Projeto/Atividade: 2.109 - Assistência à criança e ao adolescente.
Elemento: 33903999000000 - Aplicacoes Diretas
Recurso: 0 - Recursos Ordinários

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 15 de Maio de 2015  
ORLANDO THOLL

**FIA PROCESSO LICITATÓRIO 0004/2015 DISPENSA DE LICITAÇÃO 0004/2015**

Processo Licitatório Nº 0004/2015

Dispensa de Licitação Nº 0004/2015

ORLANDO THOLL, GESTOR, do Fundo Municipal da Criança e Adolescente de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o incisos abaixo citados do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo de 0004/2015 conforme segue:

**OBJETO**

Contratação de empresa para serviço de sonorização no dia 19 de maio de 2015, na Campanha Nacional Contra Abuso Sexual Infantil.

**FORNECEDOR**

Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	1,00	UN		Carro de som para acompanhar caminhada nas ruas centrais, com 2 (dois) microfones	100,00	100,00
2	1,00	UN		Sonorização na Praça Pedro Léris da Rocha, durante toda a manhã no dia 19/05/2015	300,00	300,00
Total	400,00					

**VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR**

Fornecedor	Itens
LERIO BONATO SHOW E SONORIZAÇÃO LTDA	001 e 002
400,00 (quatrocentos reais)	

**PREVISÃO LEGAL**

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94

Art. 24. É dispensável a Licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR**

Os fornecedores participaram de cotação de preços, e os que apresentaram menores valores foram selecionados para o fornecimento do objeto.

**JUSTIFICATIVA DO PREÇO**

Os preços relacionados foram obtidos por intermédio de ampla pesquisa de mercado, com valores máximos fixados.

**DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA**

Despesa: 1 - Assistência à criança e ao adolescente.  
Órgão: 9 - FUNDO MUNIC.DOS DIREIT.DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE  
Unidade: 1 - FUNDO DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE  
Função: 8 - Assistência Social  
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente  
Programa: 175 - REDE DE PROTEÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE  
Projeto/Atividade: 2.109 - Assistência à criança e ao adolescente.  
Elemento: 33903999000000 - Aplicacoes Diretas  
Recurso: 0 - Recursos Ordinários

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 15 de Maio de 2015

ORLANDO THOLL

**FMAS CONTRATO 0182/2015 M**

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Contrato Nº.: 0182/2015 M		
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL		
Contratada...: ONSSEG SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA		
Valor ..... : 9.920,00 (nove mil novecentos e vinte reais)		
Vigência ..... : Início: 15/05/2015 Término: 31/12/2015		
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 59/2015		
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Recursos ..... : Dotação:		
Objeto ..... : Contratação de empresa especializada para realizar serviços de Vigilância e Monitoramento de alarme, em diversos locais do município, conforme descrito nos ítems		
Capinzal, 18 de Maio de 2015		

**FMS CONTRATO 0033/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Contrato Nº.: 0033/2015		
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
Contratada...: MARCELO PAGNO - ME		
Valor ..... : 70.000,00 (setenta mil reais)		
Vigência ..... : Início: 15/05/2015 Término: 16/05/2016		
Licitação ..... : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 2/2015		
Recursos ..... : Dotação:		
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviço de Assistência Técnica e Manutenção Corretiva nos equipamentos odontológicos, médicos e de enfermagem do Fundo Municipal de Saúde		
Capinzal, 18 de Maio de 2015		

**FMS CONTRATO 0031/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Contrato Nº.: 0031/2015		
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
Contratada...: JANAINA DACAS & CIA LTDA		
Valor ..... : 120.720,00 (cento e vinte mil setecentos e vinte reais)		
Vigência ..... : Início: 15/05/2015 Término: 16/05/2016		
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2015		
Recursos ..... : Dotação:		
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para realização de sessões de fisioterapia, para pacientes atendidos pela Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social		
Capinzal, 18 de Maio de 2015		

**FMS CONTRATO 0034/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Contrato Nº.: 0034/2015		
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
Contratada...: AKSO PRODUTOS ELETRONICOS LTDA.		
Valor ..... : 6.037,00 (seis mil e trinta e sete reais)		
Vigência ..... : Início: 18/05/2015 Término: 18/08/2015		
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2015		
Recursos ..... : Dotação:		
Objeto ..... : Aquisição de equipamentos e materiais para auxílio nas Análises de Água e na Saúde do Trabalhador, ações desenvolvidas pela Vigilância Sanitária de Capinzal/SC		
Capinzal, 18 de Maio de 2015		

**FMS CONTRATO 0032/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Contrato Nº.: 0032/2015		
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
Contratada...: KIDAUANA LEORATO ANTUNES EIRELI - ME		
Valor ..... : 84.564,00 (oitenta e quatro mil quinhentos e sessenta e quatro reais)		
Vigência ..... : Início: 15/05/2015 Término: 16/05/2016		
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2015		
Recursos ..... : Dotação:		
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para realização de sessões de fisioterapia, para pacientes atendidos pela Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social		
Capinzal, 18 de Maio de 2015		

**FMS PROCESSO LICITATÓRIO 0018/2015 INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO 0006/2015**

Processo Licitatório Nº 0018/2015

Inexigibilidade de Licitação Nº 0006/2015

JUAREZ LOURENÇO GORONZI, Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com a Lei No 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo de Inexigibilidade de Licitação Nº 0006/2015, conforme segue:

**OBJETO**

Contratação da empresa Grupos Atendimento, Ensino, Projetos e Pesquisa - Drª Maria Elizabete do Valle, inscrita no CNPJ 02.898.290/0001-68, via Inexigibilidade de Licitação, nos Termos do Artigo 25 da Lei 8.666/93 com alterações posteriores, bem como no Edital de Credenciamento nº 004/2015, cujo objeto trata do Credenciamento de Empresa para realização de consultas médicas especializadas em Psiquiatria para pacientes da Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Item	Qdade	Un	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	256,00	UN	D <sup>ra</sup> Maria Elizabete do Valle	Consulta especializada em psiquiatria	283,33	72.532,48
Total	72.532,48					

## VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR(ES)

Vencedores	
Fornecedor	Itens
GRUPPOS ATENDIMENTO, ENSINO, PROJETOS, PESQUISA E	001
72.532,48 (setenta e dois mil quinhentos e trinta e dois reais e quarenta e oito centavos)	

## PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, com alterações:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

## RAZÃO DA ESCOLHA DOS FORNECEDORES

A empresa apresentou regularmente documentos e proposta, nos termos do Edital de Credenciamento nº 004/2015.

## JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os preços relacionados foram fixados no edital de Credenciamento nº 004/2015.

## DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

As despesas decorrentes deste contrato enquadram-se, na seguinte dotação orçamentária:

## DOTAÇÃO UTILIZADA

Despesa: 11 - Manutenção da Saúde Pública
Órgão: 8 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL
Unidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 150 - VIDA E SAÚDE
Projeto/Atividade: 2.075 - Manutenção da Saúde Pública
Elemento: 33903630000000 - Aplicacoes Diretas
Recurso: 2 - Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Sa
Despesa: 12 - Manutenção da Saúde Pública
Órgão: 8 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL
Unidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 150 - VIDA E SAÚDE
Projeto/Atividade: 2.075 - Manutenção da Saúde Pública
Elemento: 33903630000000 - Aplicacoes Diretas
Recurso: 64 - Atenção Básica

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 18 de maio de 2015.

JUAREZ LOURENÇO GORONZI

Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal

## PMC CONTRATO 0182/2015 M

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Contrato Nº.: 0182/2015 M		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: ONSSEG SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA		
Valor ..... : 4.944,00 (quatro mil novecentos e quarenta e quatro reais)		
Vigência ..... : Início: 15/05/2015 Término: 31/12/2015		
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 59/2015		
Recursos ..... : Dotação:		
Objeto ..... : Contratação de empresa especializada para realizar serviços de Vigilância e Monitoramento de alarme, em diversos locais do município, conforme descrito nos itens		
Capinzal, 18 de Maio de 2015		

## PMC CONTRATO 0183/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Contrato Nº.: 0183/2015		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: ITACON ENGENHARIA E OBRAS LTDA		
Valor ..... : 1.470.721,45 (um milhão quatrocentos e setenta mil setecentos e vinte e um reais e quarenta e cinco centavos)		
Vigência ..... : Início: 18/05/2015 Término: 29/01/2016		
Licitação ..... : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2015		
Recursos ..... : Dotação:		
Objeto ..... : Implantação do Laboratório de controle da qualidade da água para consumo humano do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental CISAM - Meio Oeste, a ser construído no Município de Capinzal.		
Capinzal, 18 de Maio de 2015		

## PORTARIA 290/2015

PORTARIA Nº 290, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015

Altera o disposto na portaria 851/2010, conforme especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da portaria nº 851/2010, da servidora Josi Mary Côas, matrícula nº 312452/01, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...) referente ao quinquênio de 06 de fevereiro de 1995 a 05 de fevereiro de 2000, pelo período de 13 de setembro a 12 de dezembro de 2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 04 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 291/2015**

PORTARIA Nº 291, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratado, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 291/2015, Gladstone Ricardo Lenzi, matrícula nº 18236/05, para exercer as funções do cargo de Médico, nível 178, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 04 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 292/2015**

PORTARIA Nº 292, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 292/2015, Gracieli Rossetti Giumbelli, matrícula nº 177873/05, para exercer as funções do cargo de Enfermeiro, nível 377, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no ESF do Loteamento Parizotto.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 04 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 293/2015**

PORTARIA Nº 293, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime

administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 293/2015, Ana Paula Chiamolera, matrícula nº 305723/06, para exercer as funções do cargo de Enfermeiro, nível 377, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no ESF do Loteamento São Luiz.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 04 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 294/2015**

PORTARIA Nº 294, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 294/2015, Gisele da Silva, matrícula nº 322911/03, para exercer as funções do cargo de Assistente Social, nível 056, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 04 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 295/2015**

PORTARIA Nº 295, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 295/2015, Adriana Mandeliche, matrícula nº 325953/06, para exercer as funções do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de fevereiro de 2015.



Capinzal - SC, em 04 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

### **PORTARIA 296/2015**

PORTARIA Nº 296, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 296/2015, Josiani Cassiano, matrícula nº 330078/06, para exercer as funções do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no ESF do Loteamento São Luiz.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 04 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

### **PORTARIA 297/2015**

PORTARIA Nº 297, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 297/2015, Marlene Terezinha Heller, matrícula nº 331880/02, para exercer as funções do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 04 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

### **PORTARIA 298/2015**

PORTARIA Nº 298, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 298/2015, Patricia Gomes da Silva, matrícula nº 332577/04, para exercer as funções do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 04 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

### **PORTARIA 299/2015**

PORTARIA Nº 299, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 299/2015, Rosane Lopes Duarte, matrícula nº 332895/07, para exercer as funções do cargo de Enfermeiro, nível 377, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no ESF São Cristóvão.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 04 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 300/2015**

PORTARIA Nº 300, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 300/2015, Rosemari Pires Saretta, matrícula nº 333042/06, para exercer as funções do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no ESF do Loteamento Parizotto.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 04 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 301/2015**

PORTARIA Nº 301, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 301/2015, Tailana Bazzo, matrícula nº 333689/05, para exercer as funções do cargo de Enfermeiro, nível 377, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 04 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 302/2015**

PORTARIA Nº 302, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 302/2015, Loreni Lopes Duarte, matrícula

nº 399043/05, para exercer as funções do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 04 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 303/2015**

PORTARIA Nº 303, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 303/2015, Patrícia Soares Borges, matrícula nº 407470/03, para exercer as funções do cargo de Odontólogo, nível 971, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 04 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 304/2015**

PORTARIA Nº 304, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 304/2015, Tracy Mary Bettinardi, matrícula nº 407472/02, para exercer as funções do cargo de Médico, nível 178, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no ESF São Cristóvão.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 04 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 305/2015**

PORTARIA Nº 305, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 305/2015, Fernanda Paula de Almeida, matrícula nº 407474/02, para exercer as funções do cargo de Odontólogo, nível 971, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no ESF do Loteamento Parizotto.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 04 de fevereiro de 2015  
WILSON LUIZ FARIAS  
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 306/2015**

PORTARIA Nº 306, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 306/2015, Mariza Aparecida de Matos Thomé, matrícula nº 407481/03, para exercer as funções do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na unidade de saúde de Alto Alegre.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 04 de fevereiro de 2015  
WILSON LUIZ FARIAS  
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 307/2015**

PORTARIA Nº 307, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 307/2015, Nicole Tomazoni, matrícula nº 410065/01, para exercer as funções do cargo de Odontólogo, nível 971, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no ESF São Cristóvão.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 04 de fevereiro de 2015  
WILSON LUIZ FARIAS  
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 308/2015**

PORTARIA Nº 308, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 308/2015, Gitana Lise Klein, matrícula nº 410067/01, para exercer as funções do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, nas unidades de saúde do interior.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 04 de fevereiro de 2015  
WILSON LUIZ FARIAS  
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 309/2015**

PORTARIA Nº 309, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 309/2015, Janete Lurdes de Góis Padilha, matrícula nº 410068/01, para exercer as funções do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na unidade de saúde de Vila União.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 04 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 310/2015**

PORTARIA Nº 310, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2015

Nomeia servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada, a contar de 05 de fevereiro de 2015, Nair Basei, matrícula 397644/03, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor de Agricultura e Meio Ambiente, nível CC – 3, conforme anexo IV – C da Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005 e suas alterações, em regime de trabalho conforme o disposto no parágrafo primeiro do artigo 37 da Lei Complementar nº 006/1991.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 05 de fevereiro de 2015.

Capinzal – SC, em 05 de fevereiro de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**TERMO DE POSSE E COMPROMISSO**

Termo de Posse e Compromisso prestado por Nair Basei

Aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. Andevir Isganzella, no Gabinete do Prefeito, compareceu a Srª. Nair Basei, matrícula 397644/03, a fim de tomar posse no cargo de provimento em comissão de Diretor de Agricultura e Meio Ambiente, nomeada pela Portaria nº 310, de 05 de fevereiro de 2015.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrupulo os deveres inerentes à função em que foi investido, envidando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 05 de fevereiro de 2015

Empossado

Prefeito Municipal

# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### ADITIVO 02 CONTRATO 29/2015

ADITIVO CONTRATUAL Nº. 02 AO CONTRATO Nº. 29/2014

O Município de Caxambu do Sul, inscrito com o CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, com endereço na Rua Índio Condá, 55 na cidade de Caxambu do Sul, representado pelo Prefeito Municipal Sr. VILMAR FOPPA, inscrito com CPF sob nº 492.145.609-78 e a empresa ARTEBRAZ SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES LTDA ME, com sede na(o) Rua Barão do Rio Branco, nº 2678 D, bairro São Pedro, no Município de Chapecó – SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.266.219/0001-01 neste ato representado por seu representante legal Senhora ROSINHA DORETI G. DE OLIVEIRA, doravante denominado CONTRATADA, em decorrência do Processo Licitatório nº 21/2014 - Toma da de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 03/2014, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 29/2014, visando à prorrogação do prazo de execução, de conformidade com às normas da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, e de acordo com as cláusulas e condições a seguir especificadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Através deste instrumento as partes resolvem prorrogar o prazo de execução do referido contrato por mais 120 (cento e vinte) dias. O prazo de execução anteriormente pactuado com término previsto para dia 07 de Abril de 2015 fica prorrogado até 07 de Agosto de 2015, de conformidade com o estabelecido na Lei n. 8.666/93, e Cláusula Quinta do contrato originário.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES

As demais disposições do contrato originário e dos termos Aditivos já firmados, que não colidirem com as disposições deste instrumento, permanecem em pleno vigor.

E, por estarem acordados, assinam o presente instrumento, os representantes das partes contratantes juntamente com as duas testemunhas.

Caxambu do Sul – SC, 06 de Abril de 2015.

VILMAR FOPPA	ARTEBRAZ SERVIÇOS DE
PREFEITO MUNICIPAL	CONSTRUÇÕES LTDA ME
	CONTRATADA

Testemunhas:

1) Nome:	2) Nome:
CPF:	CPF:

### ADITIVO 09 CONTRATO 29/2011

ADITIVO CONTRATUAL Nº. 09 AO CONTRATO Nº. 29/2011

O MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL – SC, com sede na Rua Índio Condá nº 55, Centro, na Cidade de Caxambu do Sul - SC inscrito no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29 neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor Vilmar Foppa, denominado neste ato de CONTRATANTE, e a Empresa SIMONE PELISSER ME, pessoa jurídica, de direito privado, estabelecida na Rua do Comércio nº 183, no município de Caxambu do Sul - SC, inscrito no CNPJ nº 12.743.549/0001-55, neste ato representada por sua representante legal SIMONE PELISSER, inscrita no CPF sob nº 056.923.049-70, doravante denominado CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 29/2011, visando a correção dos valores, de conformidade com às normas da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, e de acordo com as cláusulas e condições a seguir especificadas.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Considerando o índice de inflação dos últimos 12 (doze) meses (maio/2014 a Abril/2015) calculado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA /IBGE que foi de 7,89 % (sete vírgula oitenta e nove centavos) mais 4,13% (quatro vírgula treze por cento) referente manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, demonstrado na planilha de custos do transporte escolar apresentada pelas empresas prestadoras do serviço.

O preço anteriormente pactuado para os serviços de transporte escolar fica acrescido em 12,02 % (doze vírgula zero dois por cento), passando de R\$ 3,52 (três reais e cinquenta e dois centavos) para R\$ 3,94 (três reais e noventa e quatro centavos) por km rodado, de conformidade com a cláusula Segunda, inciso III, do contrato originário e Art. 65, II, “d” da Lei Federal nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES

Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas do Contrato original e as quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E, por estarem acordados, assinam o presente instrumento, os representantes das partes contratantes, juntamente com as duas testemunhas.

Caxambu do Sul – SC, 05 de Maio de 2015.

VILMAR FOPPA	SIMONE PELISSER ME
Prefeito Municipal	Contratada



Testemunhas: 1) Nome: 2) Nome:  
CPF: CPF:

**AVISO DE LICITAÇÃO 27/2015**

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 27/2015
Edital: Pregão Presencial Nº.: 16/2015
Tipo: Menor Preço Global dos Itens.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICAS E MICROBIOLÓGICAS EM AMOSTRAS DE ÁGUA DO SISTEMA MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO LOCALIZADO NA Lª. SÃO FÉLIX MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL/ SC.
Entrega dos Envelopes: 13h55min do dia 29 de Maio de 2015.
Abertura dos Envelopes: 14h00min do dia 29 de Maio de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Índio Conda, nº 55, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min pelo fone (49) 3326-0127, e pelo site <a href="http://www.caxambudosul.sc.gov.br">www.caxambudosul.sc.gov.br</a> .
CAXAMBU DO SUL, 18 DE MAIO DE 2015.
VILMAR FOPPA
PREFEITO MUNICIPAL

**AVISO DE LICITAÇÃO 28/2015**

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 28/2015
Edital: Pregão Presencial Nº.: 17/2015
Tipo: Menor Preço/ Por item.
Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SEMENTES DE MELANCIA HÍBRIDA, DA VARIEDADE VISTA F1, PUREZA MÍNIMA DE 99,9 %, GERMINAÇÃO MÍNIMA DE 96%, FISCALIZADAS, PARA DISTRIBUIÇÃO AOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO.
Entrega dos Envelopes: 07h55min do dia 29 de Maio de 2015.
Abertura dos Envelopes: 08h00min do dia 29 de Maio de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Índio Conda, nº 55, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min pelo fone (49) 3326-0127, e pelo site <a href="http://www.caxambudosul.sc.gov.br">www.caxambudosul.sc.gov.br</a> .
CAXAMBU DO SUL, 19 DE MAIO DE 2015.
VILMAR FOPPA
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO 50/2015**

DECRETO N. 50/2015

"CONVOCA A VIII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAXAMBU DO SUL SUL-SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no inciso IV, do Art. 71 da Lei Orgânica do Município, e;

Considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município;  
Considerando, Resolução n. 004/2015 de 14 de maio de 2015, encaminhada pela Presidente do CMAS Sra. Simone H. Bartolamei;

DECRETA:

Art. 1º. Fica convocada a VIII Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 25 de Junho de 2015, tendo como tema central: "Consolidar o SUAS de vez rumo à 2026".

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do Órgão Gestor Municipal de Assistência Social.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 15 de maio de 2015.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

# Celso Ramos

## PREFEITURA

**EDITAIS: 54 E 55/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC  
PREGÃO PRESENCIAL 37/2015  
PROCESSO: 54/2015

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL: 37/2015, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MADEIRAS E SIMILARES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E PROGRAMAS DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL ATENDENDO FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA. COM ENTREGA PARCELADA CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL, E ANEXOS.

Entrega da documentação e proposta até as 13:30H do dia 01/06/2015, na SALA DE LICITAÇÕES  
Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.  
Celso Ramos, 19 de maio de 2015  
INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS  
PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC  
PREGÃO PRESENCIAL 38/2015  
PROCESSO: 55/2015

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL: 38/2015, tipo MENOR PREÇO, objetivando A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM ASSESSORIA CONTÁBIL, CONFORME ANEXO I, DESTE EDITAL.

Entrega da documentação e proposta até as 14 H do dia 02/06/2015, na SALA DE LICITAÇÕES  
Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 19 de maio de 2015.  
INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS  
PREFEITA MUNICIPAL

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### 248.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
P O R T A R I A Nº 248/2015

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, II, e §§ 5º, 6º, 7º 8º 9º e 10, da LC nº 008/99:

#### RESOLVE:

Art.1º. Conceder em favor da Servidora Pública ANGELA DA SILVA PAUL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal da Saúde, licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 14.05.15 a 15.05.15 (02 dois) dias, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 14.05.2015.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 18 de maio de 2015.

JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

### 249.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
P O R T A R I A Nº 249/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com as disposições do art. 12, e do anexo V da Lei Complementar nº. 007 de 23.12.99,

#### RESOLVE:

Art. 1º Designar ADRIANA MARTINS, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, para exercer a função gratificada de Chefe de Serviço, na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

Art. 2º Fica acrescido ao salário do cargo efetivo, a gratificação de 20% (vinte por cento), prevista no anexo V da Lei Complementar nº. 007 de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 18 de maio de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

### 250.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
P O R T A R I A Nº 250/2015

- CONSIDERANDO que a servidora ocupante do cargo efetivo de Enfermeira - 40 horas, aprovada no Concurso Público nº. 02/2014 está lotada na Administração Central;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, Inciso VII e pelo art. 70, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar nº. 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº. 008/99;

#### RESOLVE:

Art. 1º Designar a Servidora Pública, MAIARA KLETTENBERG, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeira- 40 horas, nomeada pela Portaria nº. 212, de 24 abril de 2015, para exercer suas funções junto a Secretaria Municipal da Saúde a partir de 19.05.15.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 18 de maio de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal.

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### **AVISO DE RETIFICAÇÃO E NOVA DATA DE ABERTURA TOMADA DE PREÇOS Nº 03/PMCS/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/PMCS/2015

TOMADA DE PREÇOS Nº 03/PMCS/2015

O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL leva ao conhecimento dos interessados que o edital acima epigrafado foi retificado. A data de abertura foi alterada, conforme informações abaixo.

Objeto: Contratação de empresa para execução de estaqueamento em estacas pré-moldadas de concreto, compreendendo o fornecimento dos materiais, mão de obra e equipamentos necessários para a cravação das estacas, de acordo com a necessidade, no Município de Cocal do Sul, por meio de recursos próprios.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento dos envelopes: Até as 09h00min do dia 03/06/2015.

Abertura: Dia 03/06/2015, às 09h15min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, ou pelo telefone (48) 3444-6006.

Cocal do Sul, 18 de maio de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

### **AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/FMS/2015 (REGISTRO DE PREÇOS)**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/FMS/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/FMS/2015 (Registro de Preços)

Objeto: Registro de preços de Materiais e Equipamentos de Enfermagem, no atendimento ao Município de Cocal do Sul/SC.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento dos envelopes: Até as 08h30min do dia 01/06/2015.

Abertura: Dia 01/06/2015, às 08h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, ou pelo telefone (48) 3444-6006.

Cocal do Sul, 18 de maio de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

# Concórdia

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2015-PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2015 – PMC

Objeto: Aquisição e instalação de equipamentos, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 08/06/2015.

Abertura: dia 09/06/2015 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 18 de maio de 2015.

CLÉLIO IVO DAL PIAZ

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

### **AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2015-PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2015 - PMC

Objeto: Seleção de empresa do ramo de seguros para firmar contrato de seguro para máquinas, veículos e motocicletas, da frota do Município de Concórdia conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 03/06/2015.

Abertura: dia 03/06/2015 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 18 de maio de 2015.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 28/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 28/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAE - Ensino Fundamental, no valor de R\$ 34.406,00 (trinta e quatro mil quatrocentos e seis reais).

Concórdia SC, 18 de maio de 2015.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo

Secretário Municipal de Finanças

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 29/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 29/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAE - Pré Escola, no valor de R\$ 17.460,00 (dezessete mil quatrocentos e sessenta reais).

Concórdia SC, 18 de maio de 2015.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo

Secretário Municipal de Finanças

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 30/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 30/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAE - Atendimento Educacional Especializado, no valor de R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais).

Concórdia SC, 18 de maio de 2015.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo

Secretário Municipal de Finanças

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 31/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 31/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAE - EJA, no valor de R\$ 330,00 (trezentos e trinta reais).

Concórdia SC, 18 de maio de 2015

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo

Secretário Municipal de Finanças



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 32/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 32/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAE - Creche, no valor de R\$ 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais).

Concórdia SC, 18 de maio de 2015.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo

Secretário Municipal de Finanças

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 33/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 33/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Educação Infantil, no valor de R\$ 756,06 (setecentos e cinquenta e seis reais e seis centavos).

Concórdia SC, 18 de maio de 2015.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo

Secretário Municipal de Finanças

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 34/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 34/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Ensino Médio, no valor de R\$ 6.734,53 (seis mil setecentos e trinta e quatro reais e cinquenta e três centavos).

Concórdia SC, 18 de maio de 2015

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo

Secretário Municipal de Finanças

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 35/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 35/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Ensino Fundamental, no valor de R\$ 11.060,87 (onze mil sessenta reais e oitenta e sete centavos).

Concórdia SC, 18 de maio de 2015.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo

Secretário Municipal de Finanças

**ERRATA 001 DO EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº03/2015-FMAS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ERRATA 01 AO EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - SRP - Nº 3/2015-fmas

O Fundo Municipal de Assistência Social torna pública a alteração do edital de PREGÃO ELETRÔNICO — Nº 3/2015 FMAS, cujo objeto é o Contratação de empresa do ramo de treinamento visando prestação de serviços de oficina de capacitação para profissionais dos Centros de Referência de Assistência Social e dos Centros de Convivência do Município. Com recursos oriundos da reprogramação do repasse Fundo a Fundo do PAIF (recurso federal), conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Informações complementares: o Edital e a alteração, em inteiro teor, estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 18 de Maio de 2015.

LAURI GARBOSA

Gestor do FMAS

**EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE ABERTURA DE NOVA DOCUMENTAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº02/2015-PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

CONCORRÊNCIA Nº 02/2015 - PMC

Objeto: contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra, em regime de empreitada por preço global (material e mão de obra), de revitalização da Rua Tancredo de Almeida Neves, localizada neste Município, com recursos oriundos do Governo do Estado - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE – Proposta nº 13487 e recursos próprios, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto Básico, constantes no Anexo "D" deste Edital.

**EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE ABERTURA DE NOVA DOCUMENTAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO**

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da nova documentação da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: a licitante BRITTER RODOVIAS LTDA, apresentou a documentação exigida no 5.1 alínea "i", "i.2 ", após a concessão do prazo de 8 (oito) dias úteis para reapresentação dos documentos inexistentes, com fulcro no item 7.12, e por assim sendo foi julgada HABILITADA. A licitante encaminhou termo de renúncia relativo à fase de habilitação, e por isso, procedeu-se a abertura do envelope de proposta de preço, constatando-se que a licitante apresentou Proposta de Preço com valor maior do que o Preço Máximo constante do item 9.1 do Edital, o qual sendo R\$ 2.390.600,32 (dois milhões trezentos e noventa mil seiscentos reais e trinta e dois centavos). Em razão do preço apresentado pela licitante de R\$ 2.161.766,84 (dois milhões cento e sessenta e um mil setecentos e sessenta e seis reais com oitenta e quatro centavos) que foi superior ao preço Máximo, a Presidente solicitou que fosse encaminhado comunicado a unidade solicitante para que o preço cotado fosse avaliado e justificado. Foi recebido a CI nº 92/2015 encaminhada pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras, solicitando que o objeto do presente certame não fosse homologado em razão do preço superior, e por assim sendo, a Presidente declarou que a licitação restou FRACASSADA. Com a

ausência do representante legal da licitante a Presidente da Comissão solicitou que fosse registrado o resumo do julgamento da fase de classificação deste certame, sendo publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)), em cumprimento ao disposto no parágrafo 1º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/1993, o pertinente prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis previsto no artigo 109, inciso I, alínea “a”, do citado diploma legal, será contado a partir da data em que for veiculada a referida publicação.

Concórdia, SC, 18 de maio de 2015.  
LEONICE PARIZOTTO CAMARGO  
Presidente da C.P.L.

#### **EXTRATO DO TERMO DE CANCELAMENTO Nº5/2015-FMEC**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 9/2015 - FMEC  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2015 - FMEC

Objeto: Contratação de empresa para a execução de serviços de impermeabilização nas arquibancadas do Estádio Municipal Domingos Machado de Lima, conforme especificações constantes nos anexos “A” e “B” do edital.

#### **EXTRATO DO TERMO DE CANCELAMENTO**

Em razão da C.I FMEC nº 118/2015, a qual solicita o cancelamento do processo licitatório em referencia, justificando que o processo demanda de parecer técnico da engenharia; que o objeto não foi suficientemente definido; e que a presente licitação não contempla a área total a ser impermeabilizada., torna-se público que o edital em referência foi CANCELADO.

Concórdia, SC, 18 de maio de 2015.  
VILMAR ANTONIO BENTZ  
Superintendente da FMEC

#### **EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 61/2015** EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 061/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMAD, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante CRISTIANE JANTARA DA SILVA inscrito (a) no CPF-MF sob nº 097.470.809-74, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 19.03.2015 a 30.07.2016.

#### **EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 62/2015** EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 062/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante MARINA LUANA VENITE inscrito (a) no CPF-MF sob nº 111.961.709-08, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 708,56 (setecentos e oito reais e cinquenta e seis centavos).

PRAZO: 04.05.2015 a 03.05.2017.

#### **EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 63/2015** EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 063/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMUS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante RAQUEL CRISTINA MASSOCHE inscrito (a) no CPF-MF sob nº 079.361.439-20, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 708,56 (setecentos e oito reais e cinquenta e seis centavos).

PRAZO: 04.05.2015 a 03.05.2017.

#### **EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 64/2015** EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 064/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à PROCON, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante DAGLINATHAN RODRIGO LONGO inscrito (a) no CPF-MF sob nº 099.938.859-24, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 708,56 (setecentos e oito reais e cinquenta e seis centavos).

PRAZO: 04.05.2015 a 03.05.2017.

#### **EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 65/2015** EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 065/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante MORGANA CRISTINA POZZO inscrito (a) no CPF-MF sob nº 099.232.029-17, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 708,56 (setecentos e oito reais e cinquenta e seis centavos).

PRAZO: 04.05.2015 a 03.05.2017.

**EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 66/2015**  
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 066/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante LUCIMARA SPERB inscrito (a) no CPF-MF sob nº 083.762.509-22, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 708,56 (setecentos e oito reais e cinquenta e seis centavos).

PRAZO: 04.05.2015 a 03.05.2017.

**EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 67/2015**  
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 067/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEDES, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante LUCIANA DOS SANTOS VARELA inscrito (a) no CPF-MF sob nº 107.318.289-41, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 708,56 (setecentos e oito reais e cinquenta e seis centavos).

PRAZO: 04.05.2015 a 03.05.2017.

**EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 68/2015**  
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 068/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante AMANDA PASINATTO inscrito (a) no CPF-MF sob nº 106.551.419-01, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 708,56 (setecentos e oito reais e cinquenta e seis centavos).

PRAZO: 04.05.2015 a 03.05.2017.

**EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 69/2015**  
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 069/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante DANIELA CRISTINA VEIGA BROCH inscrito (a) no CPF-MF sob nº 105.543.089-08, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 708,56 (setecentos e oito reais e cinquenta e seis centavos).

PRAZO: 11.05.2015 a 10.05.2017.

**EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 70/2015**  
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 070/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante DANIELA ALVES DA SILVA VIEIRA inscrito (a) no CPF-MF sob nº 110.834.239-67, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 708,56 (setecentos e oito reais e cinquenta e seis centavos).

PRAZO: 04.05.2015 a 03.05.2017.

**EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 71/2015**  
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 071/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à PROCON, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante JANAINA JESSICA GROSS inscrito (a) no CPF-MF sob nº 094.927.079-26, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 708,56 (setecentos e oito reais e cinquenta e seis centavos).

PRAZO: 04.05.2015 a 03.05.2017.

**EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 72/2015**  
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 072/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMUS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante FRANCISMARA KUNZLER inscrito (a) no CPF-MF sob nº 097.509.109-31, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 708,56 (setecentos e oito reais e cinquenta e seis centavos).

PRAZO: 10.04.2015 a 09.04.2017.

**EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 73/2015**  
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 073/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante CLARICE MENDER CARPE inscrito (a) no CPF-MF sob nº 099.234.909-55, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 708,56 (setecentos e oito reais e cinquenta e seis centavos).

PRAZO: 04.05.2015 a 03.05.2017.

**EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 74/2015**

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 074/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante JOEL UBIRATAN ZANELLA JUNIOR inscrito (a) no CPF-MF sob nº 094.530.879-55, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 708,56 (setecentos e oito reais e cinquenta e seis centavos).

PRAZO: 04.05.2015 a 03.05.2017.

**EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 75/2015**

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 075/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante GABRIELE PINTO inscrito (a) no CPF-MF sob nº 090.991.109-60, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 708,56 (setecentos e oito reais e cinquenta e seis centavos).

PRAZO: 05.05.2015 a 04.05.2017.

**BALANCETE FINANCEIRO FUNDACAO MUN DE CULTURA 04.2015**

**FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA**  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Abril / 2015



INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Receita Orçamentária (I)</b>	<b>419.088,44</b>	<b>0,00</b>	<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>	<b>984.492,80</b>	<b>0,00</b>
Ordinária	11.532,94	0,00	Ordinária	769.660,30	0,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	10.669,08	0,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	727.944,54	0,00
02000000 - Recursos Ordinários	863,86	0,00	02000000 - Recursos Ordinários	329,16	0,00
<b>Vinculada</b>	<b>407.555,50</b>	<b>0,00</b>	03000001 - Recursos Ordinários - Exerc Anterior	37.499,90	0,00
01340000 - Transferências de Convênios - União	407.555,50	0,00	06000000 - Recursos Ordinários - Anterior Outros	3.886,70	0,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	0,00	0,00	<b>Vinculada</b>	<b>214.832,50</b>	<b>0,00</b>
			01080000 - Contribuição - COSIP	62.300,00	0,00
			01340000 - Transferências de Convênios - União	152.532,50	0,00
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>	<b>646.300,00</b>	<b>0,00</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Transf. Financeira Recebida	646.300,00	0,00	Transf. Financeira Concedida	0,00	0,00
Aportes	0,00	0,00			
<b>Recbimentos Extraorçamentários (III)</b>	<b>1.051.070,28</b>	<b>0,00</b>	<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>	<b>1.241.998,92</b>	<b>0,00</b>
Inscrição de restos a pagar	984.492,80	0,00	Pagamento de restos a pagar	1.182.813,44	0,00
Valores restituíveis	66.577,48	0,00	Valores restituíveis	59.185,48	0,00
Obrigações de Reparação a Outros Entes	0,00	0,00	Obrigações de Reparação a Outros Entes	0,00	0,00
Outras Variações Aumentativas	0,00	0,00	Outras Variações Diminutivas	0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)</b>	<b>845.508,28</b>	<b>0,00</b>	<b>Saldo em Espécie do Exercício (IX)</b>	<b>735.475,28</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL (V) = (I+II+III+IV)</b>	<b>2.961.967,00</b>	<b>0,00</b>	<b>TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)</b>	<b>2.961.967,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA, Data Emissão 18/05/2015, Hora emissão 08:59:38

Notas:

GILMAR LUIZ MONTICELLI  
Ordenador de Despesa  
CPF: 210.578.850-53

LEANDRO BOEIRA ZORZAN  
Contador  
CRC/SC 090502/O-4



**BALANCETE FINANCEIRO FUNDACAO MUN DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE 04.2015.**

**FUMDEMA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE**  
**AN 13 - Balanço Financeiro**  
 Período de Referência: Abril / 2015



INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Receita Orçamentária (I)</b>	<b>9.545,97</b>	<b>0,00</b>	<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>	<b>707.389,16</b>	<b>0,00</b>
Ordinária	8.235,78	0,00	Ordinária	553.073,84	0,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	7.777,35	0,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	552.489,91	0,00
02000000 - Recursos Ordinários	458,43	0,00	02000000 - Recursos Ordinários	360,00	0,00
<b>Vinculada</b>	<b>1.310,19</b>	<b>0,00</b>	03000001 - Recursos Ordinários - Exerc Anterior	223,93	0,00
013400000 - Transferências de Convênios - União	1.084,93	0,00	<b>Vinculada</b>	<b>154.315,32</b>	<b>0,00</b>
028900000 - Alienação de Bens Dest. Outros Programas	225,26	0,00	013400000 - Transferências de Convênios - União	19.615,32	0,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	0,00	0,00	033400000 - Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à edu	134.700,00	0,00
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>	<b>390.160,00</b>	<b>0,00</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Transf. Financeira Recebida	390.160,00	0,00	Transf. Financeira Concedida	0,00	0,00
Aportes	0,00	0,00			
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>	<b>740.950,58</b>	<b>0,00</b>	<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>	<b>414.563,82</b>	<b>0,00</b>
Inscrição de restos a pagar	707.389,16	0,00	Pagamento de restos a pagar	381.908,73	0,00
Valores restituíveis	33.561,42	0,00	Valores restituíveis	32.655,09	0,00
Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00	Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00
Outras Variações Aumentativas	0,00	0,00	Outras Variações Diminutivas	0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)</b>	<b>421.905,32</b>	<b>0,00</b>	<b>Saldo em Espécie do Exercício (IX)</b>	<b>440.608,89</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL (V) = (I+II+III+IV)</b>	<b>1.562.561,87</b>	<b>0,00</b>	<b>TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)</b>	<b>1.562.561,87</b>	<b>0,00</b>

**FONTE:** Sistema Alende.Net - IPM, Unidade Responsável FUMDEMA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE, Data Emissão 18/05/2015, Hora emissão 09:01:22

**Notas:**

LEI ELÓI DOS SANTOS  
ORDENADOR DA DESPESA

ARGEU ALBIERO  
Contador  
CRC/SC 027453/O-2

**BALANCETE FINANCEIRO FUNDAÇÃO MUN DE ESPORTES 04.2015**

**FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES**  
**AN 13 - Balanço Financeiro**  
 Período de Referência: Abril / 2015



INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	49.819,00	0,00	Despesa Orçamentária (VI)	2.596.416,30	0,00
Ordinária	49.819,00	0,00	Ordinária	2.416.416,30	0,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	21.283,98	0,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	2.137.370,02	0,00
02000000 - Recursos Ordinários	28.535,02	0,00	02000000 - Recursos Ordinários	9.272,24	0,00
Vinculada	0,00	0,00	03000001 - Recursos Ordinários - Exerc Anterior	266.022,16	0,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	0,00	0,00	06000000 - Recursos Ordinários - Anterior Outros	3.751,88	0,00
			Vinculada	180.000,00	0,00
			010800000 - Contribuição - COSIP	180.000,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)	1.374.100,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	0,00	0,00
Transf. Financeira Recebida	1.374.100,00	0,00	Transf. Financeira Concedida	0,00	0,00
Aportes	0,00	0,00			
Recebimentos Extraorçamentários (III)	2.667.242,40	0,00	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	1.333.955,61	0,00
Inscrição de restos a pagar	2.596.416,30	0,00	Pagamento de restos a pagar	1.274.231,88	0,00
Valores restituíveis	70.826,10	0,00	Valores restituíveis	59.723,73	0,00
Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00	Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00
Outras Variações Aumentativas	0,00	0,00	Outras Variações Diminutivas	0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	85.591,60	0,00	Saldo em Espécie do Exercício (IX)	246.381,09	0,00
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	4.176.753,00	0,00	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	4.176.753,00	0,00

FONTE: Sistema Alende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES, Data Emissão 18/05/2015, Hora emissão 08:56:39

Notas:

VILMAR ANTONIO BENTZ  
 Ordenador da Despesa

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ  
 Contadora  
 CRC/SC 036995/O-9

**BALANCETE FINANCEIRO FUNDO MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL 04.2015**

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**  
**AN 13 - Balanço Financeiro**  
 Período de Referência: Abril / 2015



INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)			Despesa Orçamentária (VI)		
Ordinária	113.913,97	0,00	Ordinária	1.707.441,11	0,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	3.545,71	0,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	1.231.275,05	0,00
Vinculada	110.368,26	0,00	03000001 - Recursos Ordinários - Exerc Anterior	1.215.462,97	0,00
01350001 - Programa Pess.Portadora Def. Física-PPD	11.530,40	0,00	Vinculada	476.166,06	0,00
01350002 - Programa Erradicação Trab.Infantil -PETI	376,43	0,00	01350001 - Programa Pess.Portadora Def. Física-PPD	23.060,80	0,00
01350003 - PAEFI	18.072,36	0,00	01350003 - PAEFI	42.903,12	0,00
01350004 - PAIF	25.265,89	0,00	01350004 - PAIF	71.960,32	0,00
01350005 - IGD-SUAS	1.609,90	0,00	01350005 - IGD-SUAS	5.120,28	0,00
01350006 - Fortalecimento de Vínculos	41.754,94	0,00	01350006 - Fortalecimento de Vínculos	140.544,28	0,00
01350007 - Programa ACESSUAS	1.270,89	0,00	01350007 - Programa ACESSUAS	12.626,67	0,00
01350008 - Criança e Adolescente	1.151,78	0,00	01350008 - Criança e Adolescente	489,44	0,00
01350009 - Bolsa Família	6.773,98	0,00	01350009 - Bolsa Família	17.002,00	0,00
01610001 - Benefícios Eventuais	97,27	0,00	01610002 - Básica Custeio	37.542,90	0,00
01610002 - Básica Custeio	870,63	0,00	01610003 - CREAS	1.268,40	0,00
01610003 - CREAS	1.015,39	0,00	03350003 - Transferências do Sistema Unico de Assistência Social - SUAS/União	24.226,70	0,00
01610004 - ABRIGO	578,40	0,00	03350004 - Transferências do Sistema Unico de Assistência Social - SUAS/União	20.543,19	0,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	0,00	0,00	03350005 - Transferências do Sistema Unico de Assistência Social - SUAS/União	810,40	0,00
			03350006 - Transferências do Sistema Unico de Assistência Social - SUAS/União	40.701,97	0,00
			03350007 - Transferências do Sistema Unico de Assistência Social - SUAS/União	7.641,42	0,00
			03350008 - Transferências do Sistema Unico de Assistência Social - SUAS/União	27.804,95	0,00
			03610001 - Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social- Benefícios	1.939,22	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)	536.000,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	0,00	0,00
Transf. Financeira Recebida	536.000,00	0,00	Transf. Financeira Concedida	0,00	0,00
Aportes	0,00	0,00			
Recabimentos Extraorçamentários (III)			Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		
Inscrição de restos a pagar	1.711.038,43	0,00	Pagamento de restos a pagar	549.525,73	0,00
Valores restituíveis	1.707.441,11	0,00	Valores restituíveis	546.205,16	0,00
Obrigações de Reparação a Outros Entes	3.597,32	0,00	Obrigações de Reparação a Outros Entes	3.320,57	0,00
Outras Variações Aumentativas	0,00	0,00	Outras Variações Diminutivas	0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	507.667,01	0,00	Saldo em Espécie do Exercício (IX)	611.652,57	0,00
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	2.868.619,41	0,00	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	2.868.619,41	0,00

**FONTE:** Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL., Data Emissão 18/05/2015. Hora emissão 08:53:42

**Notas:**

LAURI GARBOSSA  
Ordenador da Despesa

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ  
Contadora  
CRC/SC 036995/O-9

**BALANCETE FINANCEIRO FUNDO MUN DE INFANCIA E ADOLESCENCIA 04.2015**

**FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA**  
**AN 13 - Balanço Financeiro**  
 Período de Referência: Abril / 2015



INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Receita Orçamentária (I)</b>	<b>5.016,26</b>	<b>0,00</b>	<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>	<b>80.005,00</b>	<b>0,00</b>
Ordinária	2.970,34	0,00	Ordinária	30.525,00	0,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	2.970,34	0,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	30.525,00	0,00
Vinculada	2.045,92	0,00	Vinculada	49.480,00	0,00
02060001 - FIA Demais Recursos	133,89	0,00	020900000 - FIA Imposto de Renda	30.000,00	0,00
02090000 - FIA Imposto de Renda	1.904,85	0,00	06060001 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fui	3.400,00	0,00
02890000 - Alienação de Bens Dest. Outros Programas	7,18	0,00	06090000 - FIA Imposto de Renda - Superavit Exercício Anterior	16.080,00	0,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	0,00	0,00			
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>	<b>69.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Transf. Financeira Recebida	69.000,00	0,00	Transf. Financeira Concedida	0,00	0,00
Aportes	0,00	0,00			
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>	<b>80.081,25</b>	<b>0,00</b>	<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>	<b>33.489,78</b>	<b>0,00</b>
Inscrição de restos a pagar	80.005,00	0,00	Pagamento de restos a pagar	33.413,53	0,00
Valores restituíveis	76,25	0,00	Valores restituíveis	76,25	0,00
Obrigações de Reparação a Outros Entes	0,00	0,00	Obrigações de Reparação a Outros Entes	0,00	0,00
Outras Variações Aumentativas	0,00	0,00	Outras Variações Diminutivas	0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)</b>	<b>142.556,31</b>	<b>0,00</b>	<b>Saldo em Espécie do Exercício (IX)</b>	<b>183.159,04</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL (V) = (I+II+III+IV)</b>	<b>296.653,82</b>	<b>0,00</b>	<b>TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)</b>	<b>296.653,82</b>	<b>0,00</b>

FONTE: Sistema Alende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA, Data Emissão 18/05/2015, Hora emissão 08:52:13

Notas:

LAURI GARBOSA  
Ordenador da Despesa

LEANDRO BOEIRA ZORZAN  
Contador  
CRC/SC 090502/O-4

**BALANCETE FINANCEIRO FUNDO MUN DE SAÚDE 04.2015.**

**FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA**  
**AN 13 - Balanço Financeiro**  
 Período de Referência: Abril / 2015



INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Receita Orçamentária (I)</b>	<b>11.873.578,56</b>	<b>0,00</b>	<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>	<b>41.789.660,83</b>	<b>0,00</b>
Ordinária	120.777,64	0,00	Ordinária	128.424,38	0,00
02000000 - Recursos Ordinários	120.777,64	0,00	02000000 - Recursos Ordinários	110.745,98	0,00
<b>Vinculada</b>	<b>11.752.800,92</b>	<b>0,00</b>	06000000 - Recursos Ordinários - Anterior Outros	17.678,40	0,00
01020000 - Receitas de Impostos de Saúde	36.823,96	0,00	<b>Vinculada</b>	<b>41.661.236,45</b>	<b>0,00</b>
01380001 - Serviço de Atend. Móvel Urgência - SAMU	91.600,53	0,00	01020000 - Receitas de Impostos de Saúde	9.687.026,52	0,00
01380002 - Atenção Básica	1.532.541,90	0,00	01380001 - Serviço de Atend. Móvel Urgência - SAMU	104.489,19	0,00
01380003 - Atenção Média e Alta Comp.Amb.Hospitalar	9.523.020,33	0,00	01380002 - Atenção Básica	2.589.232,05	0,00
01380004 - Vigilância em Saúde	390.902,59	0,00	01380003 - Atenção Média e Alta Comp.Amb.Hospitalar	28.410.259,18	0,00
01380005 - Assistência Farmacêutica Básica	176.263,86	0,00	01380004 - Vigilância em Saúde	209.481,74	0,00
01380006 - Medicamentos de Dispensação Excepcional	5,11	0,00	01380006 - Medicamentos de Dispensação Excepcional	4,21	0,00
02880000 - Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	1.355,53	0,00	03020000 - Receitas de Impostos - Saúde - Exerc Ant	462.325,48	0,00
03380002 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Superavit E	287,11	0,00	03380001 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Superavit E	924,53	0,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	0,00	0,00	03380002 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Superavit E	1.600,00	0,00
			03380003 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Superavit E	187.798,09	0,00
			03380004 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Superavit E	7.674,23	0,00
			03380006 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Superavit E	421,23	0,00
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>	<b>7.000.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Transf. Financeira Recebida	7.000.000,00	0,00	Transf. Financeira Concedida	0,00	0,00
Aportes	0,00	0,00			
<b>Recbimentos Extraorçamentários (III)</b>	<b>42.944.925,70</b>	<b>0,00</b>	<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>	<b>19.532.746,47</b>	<b>0,00</b>
Inscrição de restos a pagar	41.789.660,83	0,00	Pagamento de restos a pagar	18.522.745,34	0,00
Valores restituíveis	1.155.264,87	0,00	Valores restituíveis	1.010.001,13	0,00
Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00	Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00
Outras Variações Aumentativas	0,00	0,00	Outras Variações Diminutivas	0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)</b>	<b>3.807.592,33</b>	<b>0,00</b>	<b>Saldo em Espécie do Exercício (IX)</b>	<b>4.303.689,29</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL (V) = (I+II+III+IV)</b>	<b>65.626.096,59</b>	<b>0,00</b>	<b>TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)</b>	<b>65.626.096,59</b>	<b>0,00</b>

**FONTE:** Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA, Data Emissão 19/05/2015, Hora emissão 09:02:28

**Notas:**

\_\_\_\_\_  
 ALESSANDRO VERNIZE  
 Ordenador de Despesa

\_\_\_\_\_  
 ROSA MARIA SELA SGARABOTTO  
 Tec. Contábil  
 CRC/SC 17.218



**BALANCETE FINANCEIRO PREFEITURA 04.2015.**

**MUNICÍPIO DE CONCORDIA**  
**AN 13 - Balanço Financeiro**  
 Período de Referência: Abril / 2015



INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Receita Orçamentária (I)</b>			<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>		
Ordinária	56.436.183,64	0,00	Ordinária	55.547.887,05	0,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	30.945.184,23	0,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	28.607.211,10	0,00
01000002 - Recursos Ordinários - FMDD	28.951.814,93	0,00	01000002 - Recursos Ordinários - FMDD	23.559.710,68	0,00
01000003 - Recursos Ordinários - FUMAS	120.614,04	0,00	01000003 - Recursos Ordinários - FUMAS	7.000,00	0,00
01000004 - Recursos Ordinários - FUMDEAGRO	1.358.445,91	0,00	01000004 - Recursos Ordinários - FUMDEAGRO	2.491.146,72	0,00
01000005 - Recursos Ordinários - FMHS	34.452,81	0,00	01050000 - Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS	10.824,00	0,00
01830000 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	1.339,28	0,00	01830000 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	1.400.000,00	0,00
02000000 - Operações Ordinárias	478.512,62	0,00	03000002 - Recursos Ordinários FMDD - superavit exercício anterior	62.715,22	0,00
Vinculada	4,64	0,00	03000003 - Recursos Ordinários - Exercício anterior	49.575,00	0,00
01010000 - Receitas de Impostos de Educação	31.380.183,38	0,00	Vinculada	1.026.239,48	0,00
01020000 - Receitas de Impostos de Saúde	9.570.625,35	0,00	01010000 - Receitas de Impostos de Educação	26.940.675,95	0,00
01070000 - Contribuição - CIDE	5.742.373,29	0,00	01070000 - Contribuição - CIDE	5.233.258,34	0,00
01080000 - Contribuição - COSIP	1.203,11	0,00	01080000 - Contribuição - COSIP	50,00	0,00
01100000 - Convênio de Trânsito - Militar	1.246.279,88	0,00	01100000 - Convênio de Trânsito - Militar	1.907.300,00	0,00
01110000 - Convênio de Trânsito - Civil	127.759,67	0,00	01110000 - Convênio de Trânsito - Civil	207.818,64	0,00
01120000 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	127.840,81	0,00	01120000 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	277.074,64	0,00
01180000 - Transferências do FUNDEB 60%	215.263,34	0,00	01180000 - Transferências do FUNDEB 60%	334.973,36	0,00
01190000 - Transferências do FUNDEB 40%	9.095.916,81	0,00	01190000 - Transferências do FUNDEB 40%	6.649.349,48	0,00
01340000 - Transferências de Convênios - União	1.010.657,49	0,00	01340000 - Transferências de Convênios - União	1.914.626,11	0,00
01360000 - Salário Educação	283.522,27	0,00	01360000 - Transferências de Convênios - União	473.305,90	0,00
01370001 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	1.255.461,37	0,00	01370001 - Salário Educação	2.511.396,35	0,00
01370002 - Programa Nac.Alim.Escolar - PNAE/PNAC	1.060,00	0,00	01370001 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	1.060,00	0,00
01370003 - Programa Nac.Apoio ao Transporte - PNATE	184.208,31	0,00	01370002 - Programa Nac.Alim.Escolar - PNAE/PNAC	564.776,31	0,00
01370004 - Outros Recursos do FNDE	18.551,46	0,00	01370003 - Programa Nac.Apoio ao Transporte - PNATE	239.009,76	0,00
01390001 - Fundo Especial do Petróleo	25.480,76	0,00	01370004 - Outros Recursos do FNDE	641.223,88	0,00
01390002 - Outras Transf.Decor.Comp. Financeira	105.646,29	0,00	01390001 - Fundo Especial do Petróleo	86.255,16	0,00
01620001 - Transferências de Convênios - Estado/Educação	2.119.427,69	0,00	01390002 - Outras Transf.Decor.Comp. Financeira	2.962.030,50	0,00
01640001 - Transferências de Convênios - Estado	161.741,00	0,00	01620001 - Transferências de Convênios - Estado/Educação	1.353.520,47	0,00
01800000 - Outras Especificações	61.665,40	0,00	01800000 - Outras Especificações	374,32	0,00
01890000 - Alienação de Bens Dest. Outros Programas	3.014,71	0,00	03010000 - Receitas de Impostos - Educação	80.074,68	0,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	22.504,37	0,00	03080000 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - CC	255.133,19	0,00
	5.889.183,97		03100000 - Convênio de Trânsito - Militar - Superavit Exercício Anterior	33.355,40	0,00
			03110000 - Convênio de Trânsito - Civil - Superavit Exercício Anterior	52.923,70	0,00
			03180000 - Transf. fundeb - Sup. Exerc. Anter	570.532,78	0,00
			03190000 - Transf. FUNDEB 40% - Sup. Exerc. Anter	357.000,00	0,00
			03340000 - Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à edu	6.918,21	0,00
			03360000 - Salário-Educação - Superavit Exercício Anterior	189.507,02	0,00
			03370004 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Ed	37.827,75	0,00
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>			<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>		
Transf. Financeira Recebida	0,00	0,00	Transf. Financeira Concedida	11.610.831,67	0,00
Aportes	0,00	0,00		11.610.831,67	0,00
<b>Recbimentos Extraorçamentários (III)</b>			<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>		
Inscrição de restos a pagar	60.411.399,53	0,00	Pagamento de restos a pagar	37.177.792,38	0,00
Valores restituíveis	55.547.887,05	0,00	Valores restituíveis	33.360.866,05	0,00
Obrigações de Reparação a Outros Entes	4.421.320,81	0,00	Obrigações de Reparação a Outros Entes	3.816.926,33	0,00
Outras Variações Aumentativas	0,00	0,00	Outras Variações Diminutivas	0,00	0,00
	442.191,67	0,00		0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)</b>			<b>Saldo em Espécie do Exercício (IX)</b>		
	22.688.033,56	0,00		35.199.105,63	0,00
<b>TOTAL (V) = (I+II+III+IV)</b>			<b>TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)</b>		
	139.535.616,73	0,00		139.535.616,73	0,00



**MUNICÍPIO DE CONCORDIA**  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Abril / 2015

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCORDIA, Data Emissão 18/05/2015, Hora emissão 08:58:30  
Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO  
Secretário de Finanças

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

LEANDRO BOEIRA ZORZAN  
Contador  
CRC/SC 090502/O-4

**BALANÇO FINANCEIRO PERÍODO DE REFERÊNCIA: ABRIL / 2015-IPRECON**

**IPRECON - INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**  
**AN TC-05 Balanço Financeiro**  
 Período de Referência: Abril / 2015



INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)			Despesa Orçamentária (VI)		
Ordinária	8.342.891,85	0,00	Ordinária	2.893.076,84	0,00
Vinculada	8.342.891,85	0,00	Vinculada	2.893.076,84	0,00
02030000 - Contribuição para RPPS	7.881.783,70	0,00	02030000 - Contribuição para RPPS	2.893.076,84	0,00
02050000 - Aporte p/ Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS	461.108,15	0,00			
(-) Deduções da Receita Orçamentária	0,00	0,00			
Transferências Financeiras Recebidas (II)			Transferências Financeiras Concedidas (VII)		
Transf. Financeira Recebida	0,00	0,00	Transf. Financeira Concedida	0,00	0,00
Aportes	0,00	0,00			
Recbimentos Extraorçamentários (III)			Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		
Inscrição de restos a pagar	9.153.783,43	0,00	Pagamento de restos a pagar	2.844.317,20	0,00
Valores restituíveis	2.893.076,84	0,00	Valores restituíveis	2.498.717,70	0,00
Obrigações de Repartição a Outros Entes	345.599,50	0,00	Obrigações de Repartição a Outros Entes	345.599,50	0,00
Obrigações Aumentativas	0,00	0,00	Outras Variações Diminutivas	0,00	0,00
Outras Variações Diminutivas	5.915.107,09	0,00		0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)			Saldo em Espécie do Exercício (IX)		
	78.099.688,76	0,00		89.858.970,00	0,00
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)			TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)		
	95.596.364,04	0,00		95.596.364,04	0,00

**FONTE:** Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável IPRECON - INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, Data Emissão 30/04/2015, Hora emissão 15:49:41

Notas:

ONEIDE BERTOLINI  
 Contadora  
 CRC/SC 027.452/O-5

LUCILENE L. LAZZAROTTI  
 Diretora-Presidente

# Coronel Martins

## PREFEITURA

### **ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 029/2015 DE 05 DE MAIO DE 2015.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 029/2015 DE 05 DE MAIO DE 2015.

MÊS/ANO: MAIO/2015 NÚMERO CONTRATO: 029/2015

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 05/05/2015

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Contrato tem por objetivo a LOCAÇÃO DE UM TRATOR DE ESTEIRA, DE NO MÍNIMO 12 TONELADAS DE PESO BRUTO TOTAL (PTB), LÂMINA COM NO MÍNIMO 2,75 METROS, DESTINADO A FAZER TERRPLANAGEM NO MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E REAJUSTE DE PREÇOS**

1. A vigência do presente Contrato tem início na data de sua assinatura e termino 31 de dezembro de 2015;

2. O presente contrato poderá ser prorrogado em duas hipóteses:

a) Por conveniência e interesse da Administração Pública;

b) Por livre acordo entre as partes.

3. Em caso de prorrogação do contrato decorrente do presente certame utilizar-se-á o INPC medido pelo IBGE como indexador para reajuste dos preços que forem contratados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO COMPETENTE**

Fica eleito o foro da Comarca de São Domingos, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para adoção de medidas judiciais decorrentes do presente contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 17.617.428/0001-80

CONTRATADO: MAGAIVER FILA ME

### **ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 030/2015 DE 11 DE MAIO DE 2015.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 030/2015 DE 11 DE MAIO DE 2015.

MÊS/ANO: MAIO/2015 NÚMERO CONTRATO: 030/2015

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 11/05/2015

#### **CLÁUSULA I - DO OBJETO**

O objeto do presente Contrato constitui na AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES DIVERSOS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS, conforme especificações, preços unitários e totais constantes do anexo I deste contrato.

#### **CLÁUSULA II - DA VIGÊNCIA**

O presente Contrato terá vigência a contar da data de assinatura até 31 de dezembro de 2015, sendo que seus efeitos perdurarão pelo período de garantia dos produtos adquiridos.

#### **CLÁUSULA XV - DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de São Domingos - SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer questões, oriundas do presente instrumento contratual.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 12.997.210/0001-85

CONTRATADO: ORIGINAL OIL COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA

### **ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO FUNSAU 010/2015 DE 12 DE MAIO DE 2015.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO FUNSAU 010/2015 DE 12 DE MAIO DE 2015.

MÊS/ANO: MAIO/2015 NÚMERO CONTRATO: 010/2015

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 12/05/2015

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O objeto do presente contrato constitui A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS PARA A REFORMA DO POSTO DE SAÚDE, COM ÁREA TOTAL A SER REFORMADA DE 67,85m², NO MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS- SC, tudo conforme memorial descritivo, planilha orçamentária, planta baixa e ART elaborados pelo Setor de Engenharia da AMNOROESTE.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS**

3.1. O objeto do presente contrato deverá ser executado na sua totalidade em até 90 (noventa) dias, contados da data da emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado por interesse público, devidamente justificado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A inobservância do prazo estipulado neste contrato, sem justo motivo, ocasionará a aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO COMPETENTE**

14.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Domingos, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445  
TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 02.131.315/0001-01  
CONTRATADO: VISOLI CONSTRUTORA LTDA

**ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº. 037/2015 DE CONTRATO DE 11 DE MAIO DE 2015.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº. 037/2015 DE CONTRATO DE 11 DE MAIO DE 2015.  
MÊS/ANO: ABRIL/2014. NÚMERO CONTRATO:026/2014  
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 14/04/2014

Celebram o TERCEIRO TERMO ADITIVO ao Contrato nº 026/2014, firmado em 14 de abril de 2014, oriundo do Processo Licitatório nº 010/2014, Tomada de Preço nº 001/2014, de conformidade com as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA- DO PRAZO**

O prazo de vigência do Contrato que antecedeu a este Termo Aditivo, fica prorrogado para 14 de agosto de 2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA-**

Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 02.131.315/0001-01  
CONTRATADA: VISOLI CONSTRUTORA LTDA.

**DECRETO Nº 099 DE 05 DE MAIO DE 2015.**

DECRETO Nº 099 DE 05 DE MAIO DE 2015.

NOMEIA COMISSÃO ORGANIZADORA DA 10ª COPA DO AGRICULTOR DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam nomeados os munícipes abaixo relacionados para organizarem a 10ª Copa do Agricultor do Município de Coronel Martins:

- I- Germano Zanella - presidente
- II- Jones Emanuel Maraschin– vice-presidente
- III- Edenilce Pagnoncelli Chittó – secretária
- IV- Damaris Devise – Secretária
- V- Rudinei Smaniotto – Tesoureiro
- VI- Sidemar Cruz Santetti – membro
- VII- Maikon Adriano Carvalho de Freitas – membro
- VIII- Valdecir Antonio Cecatto – membro
- IX- Zenaide Belatto – membro
- X- Mareci antonio Alvaristo – membro
- XI- Fatima Aparecida Tomazeli Basso – membro
- XII- Dinaura Dall Acqua – membro
- XIII- Neusa Aparecida Dutra Freitas Bazzi – membro
- XIV- Raquel Sbabo Fabris – membro
- XV- Valdir Fin – membro

Parágrafo único. Na ausência do Presidente fica indicado o vice-presidente para substituí-lo.

Art. 2º A Comissão terá a competência para organizar, coordenar, fiscalizar e deliberar sobre a realização da 10ª Copa do agricultor do Município.

Art. 3º A comissão terá a competência de requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias à consecução do objetivo proposto, mediante autorização do Chefe do Executivo.

Parágrafo único – A Comissão fica responsável pela correta aplicação dos recursos e de efetuar a devida prestação de contas, de acordo com as normas vigentes.

Art. 4º Às pessoas a que se referem os artigos anteriores, não será atribuída qualquer remuneração pelos serviços prestados.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 05 de maio de 2015.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER  
Chefe de Gabinete



**Correia Pinto****PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 02/2015 FHMCP**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 02/2015  
EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 0262/2015

Objeto: FORNECIMENTO E MONTAGEM DOS EQUIPAMENTOS NECESSARIOS NA IMPLANTAÇÃO DAS REDES DE GASES MEDICINAIS (OXIGÊNIO, AR MEDICINAL E VÁCUO), E CENTRALDE OXIGÊNIO, A SEREM INSTALADAS NAS DEPENDÊNCIAS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa INTERSUL EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS HOSITALARES LTDA - EPP

CNPJ: 07.796.330/0001-84

Processo Licitatório nº 02/2015 – Pregão Presencial

ITEM	Qtde.	Características	Valor unit.	Valor total
01	01	Rede de distribuição será toda confeccionada em tubo de cobre sem costura, classe A, nos diâmetros compatíveis com o consumo dos pontos, todas as conexões serão de latão, soldados com solda prata pelo processo oxi-acetilênio, serão instaladas válvulas de bloqueio tipo esfera, corpo em latão 250 lbs, para isolar separadamente os setores. Antes da montagem, as tubulações, conexões e equipamentos serão decapados de acordo com as normas técnicas. Após a montagem, será feito purga e teste utilizando ar medicinal para garantir a limpeza e estanqueidade da rede, materiais reguladores e válvulas para montagem de central de oxigênio; painéis de alarme (emergência + operacinal): oxigênio, ar medicinal e vácuo; postos de consumo: 20 m de oxigênio, 20 de ar medicinal e 20 de vácuo; tubulação: 270 metros no diâmetro de 15mm, para as derivações terminais, 60 metros no diâmetro de 22mm para parte da rede principal e 155 metros no diâmetro de 28mm na rede mestra.	53.000,00	53.000,00

Valor total da obra: 53.000,00

Vigência: 30/04/2015 à 31/12/2015

Correia Pinto/SC 19 de maio de 2015.

VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 20/2015 PMCP**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 20/2015  
EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 0268/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO Nº 2014TR003690, ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - LAGES E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, PROCESSO Nº SDR27 5081/2014.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa ROGERIO AMERICO - ME.

CNPJ: 20.856.482/0001-93

Processo Licitatório nº 20/2015 – Tomada de Preços

Valor total da obra: 466.269,18

Vigência: 05/05/2015 à 05/01/2016

Correia Pinto/SC 19 de maio de 2015.

VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO 03/2015 FMS - 2ª CHAMADA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORREIA PINTO

PREGÃO PRESENCIAL 03/2015 – FMS

2ª CHAMADA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE DE CORREIA PINTO. Tipo: Menor preço global. Abertura dos envelopes: 02/06/2015 às 14:30 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 19:00hs, ou em [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br)

Correia Pinto/SC, 19 de maio de 2015.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

BEATRIZ DA SILVA MESQUITA ALVES

Secretária Municipal de Saúde

ALISSON G. R. ANTUNES

Pregoeiro Municipal

# Curitibanos

## PREFEITURA

### RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO357/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos – SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato357/2015

Contrato Nº.: 357/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: SC CÓPIAS LTDA  
Valor ..... : 6.900,00 (seis mil e novecentos reais)  
Vigência ..... : Início: 01/04/2015 Término: 01/04/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),  
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),  
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),  
2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS PARA UTILIZAÇÃO NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE OBRAS, SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE ESPORTES, AÇÃO SOCIAL, HABITAÇÃO E EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO358/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos – SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato358/2015

Contrato Nº.: 358/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA.  
Valor ..... : 6.583,40 (seis mil quinhentos e oitenta e três reais e quarenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 01/04/2015 Término: 01/06/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 59/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32),  
2.011.3.3.90.00.00.00.00.00 (38), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),  
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),  
2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA CONserto e MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DE UDO DA POLÍCIA MILITAR, SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL E SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO359/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos – SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato359/2015

Contrato Nº.: 359/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: AUTO MECANICA LTDA  
Valor ..... : 2.290,00 (dois mil duzentos e noventa reais)  
Vigência ..... : Início: 01/04/2015 Término: 01/06/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 59/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32),  
2.011.3.3.90.00.00.00.00.00 (38), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),  
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),  
2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA CONserto e MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DE UDO DA POLÍCIA MILITAR, SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL E SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO360/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos – SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato360/2015

Contrato Nº.: 360/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: TRACMAQ TRATOR PECAS LTDA  
Valor ..... : 1.136,60 (um mil cento e trinta e seis reais e sessenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 01/04/2015 Término: 01/06/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 59/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32),  
2.011.3.3.90.00.00.00.00.00 (38), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),  
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),  
2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA CONserto e MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DE UDO DA POLÍCIA MILITAR, SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL E SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO361/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato361/2015

Contrato Nº.: 361/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: AUTO MECANICA LTDA

Valor ..... : 7.169,90 (sete mil cento e sessenta e nove reais e noventa centavos)

Vigência ..... : Início: 01/04/2015 Término: 01/04/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 62/2015

Recursos ..... : Dotação: 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89)

Objeto ..... : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA CONSERTO DO CAMINHÃO FORD 2628, PLACA MJG 5487, DAS ESTRADAS VICINAIS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO362/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato362/2015

Contrato Nº.: 362/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: JACINTA JANUÁRIO ANTUNES EPP

Valor ..... : 17.074,00 (dezesete mil e setenta e quatro reais)

Vigência ..... : Início: 06/04/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 52/2015

Recursos ..... : Dotação: 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA PREMIAÇÕES NOS EVENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER DE CURITIBANOS DURANTE O ANO DE 2015, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO363/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato363/2015

Contrato Nº.: 363/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: FERREIRA E SERAFINI AUTO ELÉTRICA LTDA

Valor ..... : 4.480,00 (quatro mil quatrocentos e oitenta reais)

Vigência ..... : Início: 06/04/2015 Término: 06/04/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 270/2014

Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),  
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00  
(30), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32),  
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00  
(84), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89),  
2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00  
(109)

Objeto ..... : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MECÂNICA DOS VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, VICINAIS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, CORPO DE BOMBEIRO MILITAR, POLÍCIA MILITAR, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO364/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato364/2015

Contrato Nº.: 364/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: SASSO E ORTIZ LTDA ME

Valor ..... : 1.800,00 (um mil e oitocentos reais)

Vigência ..... : Início: 06/04/2015 Término: 06/04/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 270/2014

Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),  
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00  
(30), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32),  
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00  
(84), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89),  
2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00  
(109)

Objeto ..... : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MECÂNICA DOS VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, VICINAIS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, CORPO DE BOMBEIRO MILITAR, POLÍCIA MILITAR, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO365/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato365/2015

Contrato Nº.: 365/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: SORDI PECAS E SERVICOS DIESEL LTDA  
Valor ..... : 2.490,00 (dois mil quatrocentos e noventa reais)  
Vigência ..... : Início: 06/04/2015 Término: 06/04/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 270/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),  
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00  
(30), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32),  
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00  
(84), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89),  
2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00  
(109)

Objeto ..... : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MECÂNICA DOS VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, VICINAIS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, CORPO DE BOMBEIRO MILITAR, POLÍCIA MILITAR, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO366/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato366/2015

Contrato Nº.: 366/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: CAURE INFORMATICA E SUPRIMENTOS LTDA - ME  
Valor ..... : 404,40 (quatrocentos e quatro reais e quarenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 07/04/2015 Término: 07/04/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),  
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00  
(32), 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (39),  
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE TONNER E CARTUCHOS DE TINTA DIVERSOS, PARA IMPRESSORAS DE USO DO GABINETE, CPD, ASSESSORIA DE IMPRENSA, SETOR DE LICITAÇÕES, SETOR DE CONTABILIDADE, PROCON, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE ESPORTES, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CONFORME ANEXO 1 DESTA EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO367/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato367/2015

Contrato Nº.: 367/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: DIPAR DISTRIB. DE PAPEIS E REV. LTDA  
Valor ..... : 32,00 (trinta e dois reais)  
Vigência ..... : Início: 07/04/2015 Término: 07/04/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),  
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00  
(32), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),  
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00  
(91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO368/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato368/2015

Contrato Nº.: 368/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: ELMO PAPELARIA LTDA - ME  
Valor ..... : 8,00 (oito reais)  
Vigência ..... : Início: 07/04/2015 Término: 07/04/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),  
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00  
(32), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),  
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00  
(91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.



**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO369/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato369/2015

Contrato Nº.: 369/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: KLEBER MACHADO & CIA LTDA  
Valor ..... : 72,00 (setenta e dois reais)  
Vigência ..... : Início: 07/04/2015 Término: 07/04/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),  
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00  
(32), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),  
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00  
(91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO370/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato370/2015

Contrato Nº.: 370/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: COMERCIO E TRANSPORTES MASONDA LTDA  
Valor ..... : 17.905,00 (dezesete mil novecentos e cinco reais)  
Vigência ..... : Início: 07/04/2015 Término: 07/04/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 17/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),  
2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MADEIRAS PARA MANUTENÇÃO DAS PONTES, PARA O ANO DE 2015, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO371/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato371/2015

Contrato Nº.: 371/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: AUTO MECANICA LTDA  
Valor ..... : 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais)  
Vigência ..... : Início: 07/04/2015 Término: 07/04/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 35/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),  
2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89)

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNIO PARA A MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DA SECRETARIA DE OBRAS E VICINAIS DURANTE O ANO DE 2015, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO372/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato372/2015

Contrato Nº.: 372/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA  
Valor ..... : 24,75 (vinte e quatro reais e setenta e cinco centavos)  
Vigência ..... : Início: 08/04/2015 Término: 08/04/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 272/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),  
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00  
(39), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),  
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.064.3.3.90.00.00.00.00.00  
(87), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA USO NAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, CARTEIRA DE TRABALHO, PROCON, PRAÇA CENTENÁRIO, LIMPEZA PÚBLICA, AEROPORTO, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DA AGRICULTURA, ABAST., MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE OBRAS, FUNDO MUN. DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO E INT. SOCIAL. CONFORME ANEXO 1 DESTA EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO374/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato374/2015  
Contrato Nº.: 374/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: Cor e Arte Comércio e Distribuidora Ltda  
Valor ..... : 9,45 (nove reais e quarenta e cinco centavos)  
Vigência ..... : Início: 08/04/2015 Término: 08/04/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 272/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),  
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (39),  
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),  
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.064.3.3.90.00.00.00.00.00 (87),  
2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA USO NAS SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CARTEIRA DE TRABALHO, PROCON, PRAÇA CENTENARIO, LIMPEZA PUBLICA, AEROPORTO, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DA AGRICULTURA, ABAST., MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE OBRAS, FUNDO MUN. DE SAUDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO E INT. SOCIAL. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO376/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato376/2015  
Contrato Nº.: 376/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME  
Valor ..... : 17,40 (dezesete reais e quarenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 08/04/2015 Término: 08/04/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 272/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),  
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (39),  
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),  
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.064.3.3.90.00.00.00.00.00 (87),  
2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA USO NAS SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CARTEIRA DE TRABALHO, PROCON, PRAÇA CENTENARIO, LIMPEZA PUBLICA, AEROPORTO, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DA AGRICULTURA, ABAST., MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE OBRAS, FUNDO MUN. DE SAUDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO E INT. SOCIAL. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO377/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato377/2015  
Contrato Nº.: 377/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: NET-DONIL INFORMÁTICA E MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA.  
Valor ..... : 4.340,00 (quatro mil trezentos e quarenta reais)  
Vigência ..... : Início: 09/04/2015 Término: 09/04/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 66/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.010.4.4.90.00.00.00.00.00 (35)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES PARA USO DO DA POLÍCIA MILITAR NO SETOR DE TRÂNSITO. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO378/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato378/2015  
Contrato Nº.: 378/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: NET-DONIL INFORMÁTICA E MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA.  
Valor ..... : 4.340,00 (quatro mil trezentos e quarenta reais)  
Vigência ..... : Início: 09/04/2015 Término: 09/04/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 66/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.010.4.4.90.00.00.00.00.00 (35)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES PARA USO DO DA POLÍCIA MILITAR NO SETOR DE TRÂNSITO. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO379/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal

Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato379/2015

Aditivo Nº ..... : 379/2015 - Contrato Nº: 290/2014  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA  
Valor ..... : 0,00 (zero)  
Vigência ..... : Início: 09/04/2015 Término: 09/06/2015

Licitação ..... : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 51/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Pavimentação de Vias Públicas, compreendido de pavimentação asfáltica e concreto betuminoso a quente (CBUQ) da Rua Arthur Lenser, Rua Waldelirio C. Sampaio, Rua Frei Gaspar, Rua Frei Justino Girardi, Rua Capitão Antônio José Pereira, Rua Carlos Goetten e Servidão nº 16, Rua Salomão Carneiro de Almeida, Rua Paulo de Assis Mendes, e Pavimentação em Paralelepípedo da Rua Leopoldo Arruda, conforme descrição detalhada nos memoriais descritivos e demais condições previstas neste edital e em seus anexos

## **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO380/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal

Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato380/2015

Aditivo Nº ..... : 380/2015 - Contrato Nº: 291/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: LB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME

Valor ..... : 0,00 (zero)

Vigência ..... : Início: 09/04/2015 Término: 09/06/2015

Licitação ..... : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 51/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Pavimentação de Vias Públicas, compreendido de pavimentação asfáltica e concreto betuminoso a quente (CBUQ) da Rua Arthur Lenser, Rua Waldelirio C. Sampaio, Rua Frei Gaspar, Rua Frei Justino Girardi, Rua Capitão Antônio José Pereira, Rua Carlos Goetten e Servidão nº 16, Rua Salomão Carneiro de Almeida, Rua Paulo de Assis Mendes, e Pavimentação em Paralelepípedo da Rua Leopoldo Arruda, conforme descrição detalhada nos memoriais descritivos e demais condições previstas neste edital e em seus anexos

## **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO381/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal

Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato381/2015

Contrato Nº...: 381/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: RECAPADORA ROCHEMBACH LTDA

Valor ..... : 820,00 (oitocentos e vinte reais)

Vigência ..... : Início: 10/04/2015 Término: 10/04/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 282/2014

Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (33), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89)

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE PNEUS DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA SECRETARIA DE OBRAS E VICINAIS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2º BBM DE CURITIBANOS, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ESPORTES, MEIO AMBIENTE E PLANEJAMENTO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

## **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO382/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal

Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato382/2015

Contrato Nº...: 382/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: GERHARDT E PELEGRINI LTDA - FILIAL

Valor ..... : 1.592,00 (um mil quinhentos e noventa e dois reais)

Vigência ..... : Início: 10/04/2015 Término: 10/04/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 48/2015

Recursos ..... : Dotação: 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS PARA LUBRIFICAR E ENGRAXAR OS VEÍCULOS PESADOS DAS SECRETARIAS DE TRANSPORTES E OBRAS E SECRETARIA DE AGRICULTURA, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

## **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO383/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal

Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato383/2015

Contrato Nº...: 383/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: CHAPEMAQUINAS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

Valor ..... : 3.563,29 (três mil quinhentos e sessenta e três reais e vinte e nove centavos)

Vigência ..... : Início: 13/04/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 294/2014

Recursos ..... : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DAS MÁQUINAS MOTONIVELADORAS CATERPILLAR 120B, KOMATSU

GD 555 E VOLVO 930 PARA O PERÍODO DE 2015, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO384/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal

Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato384/2015

Contrato Nº.: 384/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: FILIPPE COMERCIO DE PEÇAS LTDA  
Valor ..... : 337,96 (trezentos e trinta e sete reais e noventa e seis centavos)

Vigência ..... : Início: 13/04/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 294/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84)  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DAS MÁQUINAS MOTONIVELADORAS CATERPILLAR 120B, KOMATSU GD 555 E VOLVO 930 PARA O PERÍODO DE 2015, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO385/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal

Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato385/2015

Contrato Nº.: 385/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: JULIO SILVESTRI FILHO - ME  
Valor ..... : 4.927,71 (quatro mil novecentos e vinte e sete reais e setenta e um centavos)  
Vigência ..... : Início: 13/04/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 294/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DAS MÁQUINAS MOTONIVELADORAS CATERPILLAR 120B, KOMATSU GD 555 E VOLVO 930 PARA O PERÍODO DE 2015, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO386/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal

Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato386/2015

Contrato Nº.: 386/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: TRANSMAC PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME  
Valor ..... : 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais)  
Vigência ..... : Início: 13/04/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 294/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DAS MÁQUINAS MOTONIVELADORAS CATERPILLAR 120B, KOMATSU GD 555 E VOLVO 930 PARA O PERÍODO DE 2015, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO387/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal

Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato387/2015

Contrato Nº.: 387/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: Bozzano e Bozzano LTDA - ME  
Valor ..... : 41,80 (quarenta e um reais e oitenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 13/04/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),  
2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (4), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),  
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),  
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),  
2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.



**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO388/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal

Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato388/2015

Contrato Nº.: 388/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: DIAL DEPARTAMENTOS LTDA - ME  
Valor ..... : 88,59 (oitenta e oito reais e cinquenta e nove centavos)  
Vigência ..... : Início: 13/04/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),  
2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (4), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),  
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),  
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),  
2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO389/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal

Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato389/2015

Contrato Nº.: 389/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: DIPAR DISTRIB. DE PAPEIS E REV. LTDA  
Valor ..... : 207,00 (duzentos e sete reais)  
Vigência ..... : Início: 13/04/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),  
2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (4), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),  
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),  
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),  
2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS,

AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO390/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal

Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato390/2015

Contrato Nº.: 390/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: ELMO PAPELARIA LTDA - ME  
Valor ..... : 41,71 (quarenta e um reais e setenta e um centavos)  
Vigência ..... : Início: 13/04/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),  
2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (4), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),  
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),  
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),  
2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO391/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal

Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato391/2015

Contrato Nº.: 391/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME  
Valor ..... : 38,55 (trinta e oito reais e cinquenta e cinco centavos)  
Vigência ..... : Início: 13/04/2015 Término: 31/12/2015



Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00 (2),  
2.004.3.3.90.00.00.00.00 (4), 2.006.3.3.90.00.00.00.00 (26),  
2.010.3.3.90.00.00.00.00 (32), 2.071.3.3.90.00.00.00.00 (62),  
2.061.3.3.90.00.00.00.00 (84),  
2.007.3.3.90.00.00.00.00 (91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00 (109)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO392/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal

Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato392/2015

Contrato Nº.: 392/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: KLEBER MACHADO & CIA LTDA  
Valor ..... : 59,80 (cinquenta e nove reais e oitenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 13/04/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00 (2),  
2.004.3.3.90.00.00.00.00 (4), 2.006.3.3.90.00.00.00.00 (26),  
2.010.3.3.90.00.00.00.00 (32), 2.071.3.3.90.00.00.00.00 (62),  
2.061.3.3.90.00.00.00.00 (84),  
2.007.3.3.90.00.00.00.00 (91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00 (109)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO393/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal

Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato393/2015

Contrato Nº.: 393/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITÓRIO LTDA - ME  
Valor ..... : 1,90 (um real e noventa centavos)  
Vigência ..... : Início: 13/04/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00 (2),  
2.004.3.3.90.00.00.00.00 (4), 2.006.3.3.90.00.00.00.00 (26),  
2.010.3.3.90.00.00.00.00 (32), 2.071.3.3.90.00.00.00.00 (62),  
2.061.3.3.90.00.00.00.00 (84),  
2.007.3.3.90.00.00.00.00 (91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00 (109)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO394/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal

Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato394/2015

Contrato Nº.: 394/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTD  
Valor ..... : 108,99 (cento e oito reais e noventa e nove centavos)  
Vigência ..... : Início: 13/04/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00 (2),  
2.004.3.3.90.00.00.00.00 (4), 2.006.3.3.90.00.00.00.00 (26)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DA AGRICULTURA, BOMBEIRO, POLÍCIA AMBIENTAL, FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CONFORME ANEXO 1 DESTA EDITAL

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO395/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal

Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato395/2015**

Contrato Nº.: 395/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: GERHARDT & PELEGRINI LTDA.  
Valor ..... : 117,50 (cento e dezessete reais e cinquenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 13/04/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),  
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),  
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),  
2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE, FILTROS E GRAXAS PARA USO NO GABINETE, SEC. ADMINISTRAÇÃO, SEPLAN, SEC. ESPORTE, SEC. AGRICULTURA, SEC. OBRAS E VICINAIS, POLICIA MILITAR, POLICIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL, FUNDO MUN. HABITAÇÃO, FUNDO MUN. EDUCAÇÃO E FUNDO MUN. SAÚDE. PARA USO DURANTE O ANO DE 2015 CONFORME ANEXO DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO396/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal

Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato396/2015**

Contrato Nº.: 396/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: RODA BRASIL -DISTRIB. DE AUTO PEÇAS E ACESÓRIOS L  
Valor ..... : 580,00 (quinhentos e oitenta reais)  
Vigência ..... : Início: 13/04/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),  
2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (30), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32),  
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),  
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS E VICINAIS, GABINETE E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, POLICIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO397/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal

Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato397/2015**

Contrato Nº.: 397/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA.  
Valor ..... : 1.675,00 (um mil seiscentos e setenta e cinco reais)  
Vigência ..... : Início: 14/04/2015 Término: 14/06/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 70/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DAS VIATURAS FIAT/PALIO WEEKEND PASCAS MLV 3067, EM USO NA POLICIA MILITAR DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO400/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal

Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato400/2015**

Contrato Nº.: 400/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA  
Valor ..... : 1,19 (um real e dezenove centavos)  
Vigência ..... : Início: 14/04/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 272/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),  
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (39),  
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),  
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.064.3.3.90.00.00.00.00.00 (87),  
2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA USO NAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO, CARTEIRA DE TRABALHO, PROCON, PRAÇA CENTENÁRIO, LIMPEZA PÚBLICA, AEROPORTO, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DA AGRICULTURA, ABAST., MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE OBRAS, FUNDO MUN. DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO E INT. SOCIAL. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO401/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal

Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato401/2015

Contrato Nº.: 401/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: SC CÓPIAS LTDA  
Valor ..... : 210,00 (duzentos e dez reais)  
Vigência ..... : Início: 14/04/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),  
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),  
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),  
2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS PARA UTILIZAÇÃO NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE OBRAS, SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE ESPORTES, AÇÃO SOCIAL, HABITAÇÃO E EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO402/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal

Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato402/2015

Contrato Nº.: 402/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: CAURE INFORMATICA E SUPRIMENTOS LTDA - ME  
Valor ..... : 1.283,00 (um mil duzentos e oitenta e três reais)  
Vigência ..... : Início: 15/04/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),  
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32),  
2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (39),  
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE TONNER E CARTUCHOS DE TINTA DIVERSOS, PARA IMPRESSORAS DE USO DO GABINETE, CPD, ASSESSORIA DE IMPRENSA, SETOR DE LICITAÇÕES, SETOR DE CONTABILIDADE, PROCON, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE ESPORTES, POLICIA MILITAR, POLICIA CIVIL, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO403/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal

Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato403/2015

Contrato Nº.: 403/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: Cor e Arte Comércio e Distribuidora Ltda  
Valor ..... : 670,50 (seiscentos e setenta reais e cinquenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 15/04/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),  
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32),  
2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (39),  
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE TONNER E CARTUCHOS DE TINTA DIVERSOS, PARA IMPRESSORAS DE USO DO GABINETE, CPD, ASSESSORIA DE IMPRENSA, SETOR DE LICITAÇÕES, SETOR DE CONTABILIDADE, PROCON, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE ESPORTES, POLICIA MILITAR, POLICIA CIVIL, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO404/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal

Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato404/2015

Contrato Nº.: 404/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA  
Valor ..... : 161,40 (cento e sessenta e um reais e quarenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 15/04/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 266/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),  
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),  
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),  
2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DOS FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUN. DE SAÚDE, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO, DEP. DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

RURAL, SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTE E OBRAS, SETOR DE CARTEIRA DO TRABALHO E PROTOCOLO RECEITA FEDERAL, PROCON, CORPO BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL

## **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO405/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal

Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato405/2015

Contrato Nº.: 405/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: ESCRIMATE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E IN  
Valor ..... : 167,75 (cento e sessenta e sete reais e setenta e cinco centavos)  
Vigência ..... : Início: 15/04/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),  
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32),  
2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (39),  
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE TONNER E CARTUCHOS DE TINTA DIVERSOS, PARA IMPRESSORAS DE USO DO GABINETE, CPD, ASSESSORIA DE IMPRENSA, SETOR DE LICITAÇÕES, SETOR DE CONTABILIDADE, PROCON, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE ESPORTES, POLICIA MILITAR, POLICIA CIVIL, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

## **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO406/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal

Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato406/2015

Contrato Nº.: 406/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME  
Valor ..... : 50,05 (cinquenta reais e cinco centavos)  
Vigência ..... : Início: 15/04/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 266/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),  
2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),  
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),  
2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DOS FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUN. DE SAÚDE, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO, DEP. DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTE E OBRAS, SETOR DE CARTEIRA DO TRABALHO E PROTOCOLO RECEITA FEDERAL, PROCON, CORPO BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL

## **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO407/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal

Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato407/2015

Contrato Nº.: 407/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: VICENTE CELESTINO POLONI ME  
Valor ..... : 72.680,00 (setenta e dois mil seiscentos e oitenta reais)  
Vigência ..... : Início: 15/04/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 57/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (34)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA USO NA SINALIZAÇÃO VIÁRIA DO MUNICÍPIO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

## **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO408/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal

Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato408/2015

Contrato Nº.: 408/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: Bozzano e Bozzano LTDA - ME  
Valor ..... : 6,24 (seis reais e vinte e quatro centavos)  
Vigência ..... : Início: 15/04/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),  
2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (4), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),  
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),  
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),  
2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLICIA CIVIL,



POLICIA MILITAR, POLICIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

## **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO409/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal

Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato409/2015

Contrato Nº.: 409/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: DIAL DEPARTAMENTOS LTDA - ME  
Valor ..... : 65,23 (sessenta e cinco reais e vinte e três centavos)  
Vigência ..... : Início: 15/04/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),  
2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (4), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),  
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),  
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),  
2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

## **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO410/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal

Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato410/2015

Contrato Nº.: 410/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: ELMO PAPELARIA LTDA - ME  
Valor ..... : 35,19 (trinta e cinco reais e dezenove centavos)  
Vigência ..... : Início: 15/04/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),  
2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (4), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),  
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62),  
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),  
2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

## **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO83/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato83/2015

Contrato Nº.: 83/2015  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: DAIANE TAMISA BEZUTTI SALEH  
Valor ..... : 5.760,00 (cinco mil setecentos e sessenta reais)  
Vigência ..... : Início: 28/04/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 12/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.085.3.3.90.00.00.00.00.00 (34),  
2.088.3.3.90.00.00.00.00.00 (38), 2.089.3.3.90.00.00.00.00.00 (39)

Objeto ..... : INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DE OFICINEIROS PARA OS CURSOS DE INFORMÁTICA, EDUCADOR FÍSICO, DANÇAS URBANAS, ARTESANATO EM EVA, APROVEITAMENTO DE ALIMENTOS, JARDINAGEM E HORTICULTURA, ARTESANATO EM GERAL: BISCUIT, ARTESANATO EM GERAL: BORDADO E MANICURE, CONFORME LEI 8.666/93, ART. Nº 25, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93, MEMORANDO E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO

## **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO84/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato84/2015

Contrato Nº.: 84/2015  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: FERNANDA GARCIA FERNANDES PAIVA  
Valor ..... : 8.640,00 (oito mil seiscentos e quarenta reais)  
Vigência ..... : Início: 28/04/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 12/2015



Recursos ..... : Dotação: 2.085.3.3.90.00.00.00.00.00 (34), 2.088.3.3.90.00.00.00.00.00 (38), 2.089.3.3.90.00.00.00.00.00 (39)

Objeto ..... : INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DE OFICINEIROS PARA OS CURSOS DE INFORMÁTICA, EDUCADOR FÍSICO, DANÇAS URBANAS, ARTESANATO EM EVA, APROVEITAMENTO DE ALIMENTOS, JARDINAGEM E HORTICULTURA, ARTESANATO EM GERAL: BISCUIT, ARTESANATO EM GERAL: BORDADO E MANICURE, CONFORME LEI 8.666/93, ART. Nº 25, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93, MEMORANDO E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO

## **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO85/2015**

9ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato85/2015

Contrato Nº.: 85/2015

Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

Contratada...: GUSTAVO MARTINI MAFRA

Valor ..... : 8.640,00 (oito mil seiscentos e quarenta reais)

Vigência ..... : Início: 28/04/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 12/2015

Recursos ..... : Dotação: 2.085.3.3.90.00.00.00.00.00 (34), 2.088.3.3.90.00.00.00.00.00 (38), 2.089.3.3.90.00.00.00.00.00 (39)

Objeto ..... : INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DE OFICINEIROS PARA OS CURSOS DE INFORMÁTICA, EDUCADOR FÍSICO, DANÇAS URBANAS, ARTESANATO EM EVA, APROVEITAMENTO DE ALIMENTOS, JARDINAGEM E HORTICULTURA, ARTESANATO EM GERAL: BISCUIT, ARTESANATO EM GERAL: BORDADO E MANICURE, CONFORME LEI 8.666/93, ART. Nº 25, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93, MEMORANDO E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO

## **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO86/2015**

9ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato86/2015

Contrato Nº.: 86/2015

Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

Contratada...: JANAINA APARECIDA SILVEIRA ROSA

Valor ..... : 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais)

Vigência ..... : Início: 28/04/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 12/2015

Recursos ..... : Dotação: 2.085.3.3.90.00.00.00.00.00 (34), 2.088.3.3.90.00.00.00.00.00 (38), 2.089.3.3.90.00.00.00.00.00 (39)

Objeto ..... : INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DE OFICINEIROS PARA OS CURSOS DE INFORMÁTICA, EDUCADOR FÍSICO, DANÇAS URBANAS, ARTESANATO EM EVA, APROVEITAMENTO

DE ALIMENTOS, JARDINAGEM E HORTICULTURA, ARTESANATO EM GERAL: BISCUIT, ARTESANATO EM GERAL: BORDADO E MANICURE, CONFORME LEI 8.666/93, ART. Nº 25, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93, MEMORANDO E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO

## **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO87/2015**

9ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato87/2015

Contrato Nº.: 87/2015

Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

Contratada...: JANDERSON RIBEIRO BECKER

Valor ..... : 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais)

Vigência ..... : Início: 28/04/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 12/2015

Recursos ..... : Dotação: 2.085.3.3.90.00.00.00.00.00 (34), 2.088.3.3.90.00.00.00.00.00 (38), 2.089.3.3.90.00.00.00.00.00 (39)

Objeto ..... : INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DE OFICINEIROS PARA OS CURSOS DE INFORMÁTICA, EDUCADOR FÍSICO, DANÇAS URBANAS, ARTESANATO EM EVA, APROVEITAMENTO DE ALIMENTOS, JARDINAGEM E HORTICULTURA, ARTESANATO EM GERAL: BISCUIT, ARTESANATO EM GERAL: BORDADO E MANICURE, CONFORME LEI 8.666/93, ART. Nº 25, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93, MEMORANDO E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO

## **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO88/2015**

9ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato88/2015

Contrato Nº.: 88/2015

Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

Contratada...: MARCIA APARECIDA LEMOS

Valor ..... : 5.760,00 (cinco mil setecentos e sessenta reais)

Vigência ..... : Início: 28/04/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 12/2015

Recursos ..... : Dotação: 2.085.3.3.90.00.00.00.00.00 (34), 2.088.3.3.90.00.00.00.00.00 (38), 2.089.3.3.90.00.00.00.00.00 (39)

Objeto ..... : INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DE OFICINEIROS PARA OS CURSOS DE INFORMÁTICA, EDUCADOR FÍSICO, DANÇAS URBANAS, ARTESANATO EM EVA, APROVEITAMENTO DE ALIMENTOS, JARDINAGEM E HORTICULTURA, ARTESANATO EM GERAL: BISCUIT, ARTESANATO EM GERAL: BORDADO E MANICURE, CONFORME LEI 8.666/93, ART. Nº 25, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93, MEMORANDO E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO89/2015**

9ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato89/2015

Contrato Nº.: 89/2015

Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

Contratada.: MARISTELA DOS SANTOS WEBER

Valor ..... : 5.760,00 (cinco mil setecentos e sessenta reais)

Vigência ..... : Início: 28/04/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 12/2015

Recursos ..... : Dotação: 2.085.3.3.90.00.00.00.00.00 (34),  
2.088.3.3.90.00.00.00.00.00 (38), 2.089.3.3.90.00.00.00.00.00 (39)

Objeto ..... : INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DE OFICINEIROS PARA OS CURSOS DE INFORMÁTICA, EDUCADOR FÍSICO, DANÇAS URBANAS, ARTESANATO EM EVA, APROVEITAMENTO DE ALIMENTOS, JARDINAGEM E HORTICULTURA, ARTESANATO EM GERAL: BISCUIT, ARTESANATO EM GERAL: BORDADO E MANICURE, CONFORME LEI 8.666/93, ART. Nº 25, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93, MEMORANDO E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO90/2015**

9ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato90/2015

Contrato Nº.: 90/2015

Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

Contratada.: NAIARA TEIXEIRA DA SILVA

Valor ..... : 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais)

Vigência ..... : Início: 28/04/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 12/2015

Recursos ..... : Dotação: 2.085.3.3.90.00.00.00.00.00 (34),  
2.088.3.3.90.00.00.00.00.00 (38), 2.089.3.3.90.00.00.00.00.00 (39)

Objeto ..... : INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DE OFICINEIROS PARA OS CURSOS DE INFORMÁTICA, EDUCADOR FÍSICO, DANÇAS URBANAS, ARTESANATO EM EVA, APROVEITAMENTO DE ALIMENTOS, JARDINAGEM E HORTICULTURA, ARTESANATO EM GERAL: BISCUIT, ARTESANATO EM GERAL: BORDADO E MANICURE, CONFORME LEI 8.666/93, ART. Nº 25, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93, MEMORANDO E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO91/2015**

9ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC ABRIL/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato91/2015

Contrato Nº.: 91/2015

Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

Contratada.: VANDERLÉIA DOS SANTOS

Valor ..... : 5.760,00 (cinco mil setecentos e sessenta reais)

Vigência ..... : Início: 28/04/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 12/2015

Recursos ..... : Dotação: 2.085.3.3.90.00.00.00.00.00 (34),  
2.088.3.3.90.00.00.00.00.00 (38), 2.089.3.3.90.00.00.00.00.00 (39)

Objeto ..... : INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DE OFICINEIROS PARA OS CURSOS DE INFORMÁTICA, EDUCADOR FÍSICO, DANÇAS URBANAS, ARTESANATO EM EVA, APROVEITAMENTO DE ALIMENTOS, JARDINAGEM E HORTICULTURA, ARTESANATO EM GERAL: BISCUIT, ARTESANATO EM GERAL: BORDADO E MANICURE, CONFORME LEI 8.666/93, ART. Nº 25, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93, MEMORANDO E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO

# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### CONTRATOS 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 047/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: : Sinaltec Tecnologia em Sinalização Ltda.

Objeto Contratação de empresa para execução de ciclovia na Avenida Internacional com pintura mecanizada de toda a pista .Origem: Processo 069/2015 Modalidade: CV nº 069/2015. Vigência: 18/05/2015 à 18/06/2015. - Dionísio Cerqueira 18/05/2015

Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 048/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: : Pavimáquinas Peças e Serviços Ltda.

Objeto Aquisição de uma máquina retroescavadeira, para o Município de Dionísio Cerqueira conforme contrato de repasse nº 1.022.224-64/2014 Caixa MDA Valor R\$ 220.000,00. Origem: Processo 062/2015 Modalidade: Pregão nº 062/2015. Vigência: 18/05/2015 à 31/12/2015. Dionísio Cerqueira 18/05/2015

Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 049/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: : Jean Pyer Vivian Eirelli -ME

Objeto Aquisição de uma Carreta Agrícola para o Município de Dionísio Cerqueira conforme contrato de repasse nº 1.022.224-64/2014 Caixa MDA Valor R\$ 17.900,00. Origem: Processo 062/2015 Modalidade: Pregão nº 062/2015. Vigência: 18/05/2015 à 31/12/2015. Dionísio Cerqueira 18/05/2015

Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 050/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: : Terra Viva Comercio e Representações –Eirelli -ME

Objeto Aquisição de uma Grade Aradora e uma Colhedora de Forragens para o Município de Dionísio Cerqueira conforme contrato de repasse nº 1.022.224-64/2014 Caixa MDA Valor R\$ 39.300,00 Origem: Processo 062/2015 Modalidade: Pregão nº 062/2015. Vigência: 18/05/2015 à 31/12/2015. Dionísio Cerqueira 18/05/2015

Altair Rittes – Prefeito Municipal

### RESULTADOS DE LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

O Fundo Municipal de Assistência Social de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 012/2015 Modalidade: Pregão nº 012/2015, Objeto Aquisição de móveis, equipamentos diversos. Eletrodomésticos e materiais esportivos para a Casa Abrigo Beija Flor. Vencedor Com.de Móveis e Eletrod. Sá Ssystem CL Ltda.- Valor R\$ 2.287,00 – Mizher Materiais Esportivos Ltda.- Valor R\$ 1.000,00 - Potencia Son. e Informática Ltda.- Valor R\$ 3.604,10 - Telecopy Equipamentos Ltda. Valor R\$ 3.795,00.

Dionísio Cerqueira 18/05/2015

Marilene Limberger – Gestora do FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do CV Nº 069/2015 PMDC Objeto Contratação de empresa para execução de ciclovia na Avenida Internacional com pintura mecanizada de toda a pista... Origem: Processo nº 069/2015 PMDC. Vencedor Sinaltec Tecnologia em Sinalização Ltda. - Valor R\$ 29.136,00

Dionísio Cerqueira 18/05/2015

Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Pregão Nº 062/2015 PMDC Objeto Aquisição de retroescavadeira e equipamentos agrícolas para o município de Dionísio Cerqueira, conforme contrato de repasse nº 1.022.224-64/2014 Caixa MDA... Origem: Processo nº 062/2015 PMDC. Vencedores Pavimáquinas Com. de Peças e Serviços Ltda. - Valor R\$ 220.000,00 – Jean Pyer Vivian Eirelli –ME – Valor R\$ 17.900,00 –Terra Viva Com. e Representações Ltda. –Eirelli - ME .Valor R\$ 39.300,00 - Dionísio Cerqueira 18/05/2015

Altair Rittes – Prefeito Municipal

# Doutor Pedrinho

## PREFEITURA

### PORTARIA 062/2015

PORTARIA no 062, de 07 de maio de 2015.

Concede licença para tratar de interesses particulares a servidora efetiva lotada na Secretaria de Administração e Finanças.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 52, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1990, e em conformidade com o artigo 89 da Lei Complementar no 50, de 16/10/2006; e

Considerando-se o requerimento formulado pela interessada e a comprovação dos requisitos pertinentes; resolve:

### CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES

A servidora do Município de Doutor Pedrinho, abaixo identificada, pelo período de 06 meses; a contar de 26/05/2015:

Nome do(a) Servidor(a)	Emprego Público	Base de Cálculo Salarial
Joice Reichel Nones	Agente Administrativo II	Sem remuneração

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 07 de maio de 2015; 27o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

# Erval Velho

## PREFEITURA

### RESOLUÇÃO 001/2015/CMAS

Resolução 001/2015/CMAS

Convoca a V Conferência Municipal da Assistência Social

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO-SC E CRIA COMISSÃO ORGANIZADORA.

O Conselho Municipal da Assistência Social, com base na Lei Municipal nº 0824/1996 e Portaria Conjunta CEAS/SST nº1 de 14 de abril de 2015, convoca a V Conferência Municipal da Assistência Social e cria a Comissão Organizadora.

Art.1º Convoca a V Conferência Municipal da Assistência Social, com o tema "Consolidar o Suas de vez rumo a 2026" e o Lema: "Pacto Republicano do SUAS rumo a 2026- O SUAS que temos e o SUAS que queremos". Tem por objetivo analisar, propor e deliberar, com base na avaliação local, as diretrizes para gestão e financiamento do Sistema Único da Assistência Social, reconhecendo a corresponsabilidade de cada esfera.

Art.2º A Conferência será realizada no dia 26 de maio do ano de 2015, nas dependências do Auditório Prefeito Honorário Piovesan, junto ao Centro Educacional Balduino Luiz Martini, das 13h15min às 16h15min.

Art.3º Cria a Comissão Organizadora da V Conferência Municipal da Assistência Social.

Art.4º A Comissão Organizadora será composta por:

- 03 (três) representantes do Conselho Municipal da Assistência Social.

a) Sandra Fatori Bess - Presidente

b) Flavia Helena Recalcatti – Conselheira

c) Vanessa Talita Parissenti - Conselheira

- 03 (três) representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

a) Daniela Foiatto - Psicóloga

b) Adriana Canci - Assistente Social

c) Daiana Bertotti - Assistente Social

Art.5º. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Erval Velho, 15 de maio de 2015.

Sandra Fatori Bess

Presidente do CMAS



# Faxinal dos Guedes

## PREFEITURA

### CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA 1º QUADRIMESTRE 2015

PREF. MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES  
CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, em observância a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, convida a comunidade em geral para AUDIÊNCIA PÚBLICA de avaliação das metas fiscais do 1º quadrimestre de 2015. A audiência será realizada no dia 29 de maio de 2015 (sexta-feira), às 10 horas, no auditório da Câmara Municipal de Vereadores, localizada na Avenida Rio Grande do Sul, 458, neste município de Faxinal dos Guedes - SC, 18 de maio de 2015.

EDEGAR GIORDANI  
Prefeito Municipal

### EXTRATO CONTRATO\_00182015 - LILIANA - CURSOS MANICURE E MUAY THAI

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

#### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0018/2015  
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes  
Contratado: Liliana Katzer Sprigico  
Objeto: Contratação de empresa para prestar cursos de manicure e/pedicure e aulas de muay thai para atividades da secretaria de assistência social.  
Valor: R\$ 16.668,00 (dezesesseis mil seiscentos e sessenta e oito reais)  
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, 10.520/02 suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0007/2015, na Modalidade Pregão Presencial nº 0007/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 15 de maio de 2015.  
FERNANDA DE CAMPOS  
DIRETORA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

### EXTRATO CONTRATO\_00432015 - VITA CÁRDIO - CARDIOLOGISTA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

#### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0043/2015  
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes  
Contratado: Vita Cardio Clínica de Cardiologia S/S Ltda.  
Objeto: Contratação de profissional especializado em cardiologia para prestar atendimento e consultas específicas da área, no posto de saúde de Faxinal dos Guedes.  
Valor: R\$ 58.080,00 (cinquenta e oito mil e oitenta reais)  
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0023/2015, na Modalidade Tomada de Preços nº 0004/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 18 de maio de 2015.  
ANGELA CRISTINA TRINDADE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

### EXTRATO DE 1 EDITAL\_REG PREÇOS RECAPAGEM DE PNEUS

Estado de Santa Catarina  
Município de Faxinal dos Guedes

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial Registro de Preços.  
Modalidade: Pregão Presencial nº: 0020/2015  
Processo licitatório nº: 0038/2015  
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de forma parcelada, para recapagem e recauchutagem de pneus.  
Data do Recebimento: 29/05/2015 as 14h00 min.  
Data da abertura: 29/05/2015 às 14h15 min.  
Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a Sexta feira em horário comercial no depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 – Centro – fone (49) 3436 – 4300.  
Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 18 de maio de 2015.  
GERALCI JOÃO AMPOLINI  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

# Forquilha

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 85/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

AVISO DE LICITAÇÃO  
(REGISTRO DE PREÇOS)

MODALIDADE: Pregão Presencial Nº. 85/PMF/2015.

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de móveis sob medida para atendimento das diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Forquilha.

DATA DE ABERTURA: Dia 01 de junho de 2015 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00; 13:00 às 17:00 horas, ou por e-mail processos@forquilha.sc.gov.br ou licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 18 de maio de 2015.  
ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI  
Pregoeira

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 86/PMF/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 86/PMF/2015

OBJETIVO: A presente licitação tem como objetivo a contratação de empresa especializada para locação de máquinas impressoras, multifuncionais e digitalizadoras, com fornecimento de suprimentos, incluindo manutenção legal, corretiva e suporte técnico, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Forquilha.

DATA DE ABERTURA: Dia 29 de maio de 2015 às 14:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou por e-mail: licitacoes@forquilha.sc.gov.br e processos@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 18 de maio de 2015.  
ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI BACK  
Pregoeira

### NOTA DE REVOGAÇÃO Nº. 05/PMF/2015- PREGÃO PRESENCIAL Nº. 79/PMF/2015

NOTA DE REVOGAÇÃO Nº. 05/PMF/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 79/PMF/2015

OBJETO: A presente licitação tem como objetivo a contratação de empresa especializada para locação de máquinas impressoras, multifuncionais e digitalizadoras, com fornecimento de suprimentos, incluindo manutenção legal, corretiva e suporte técnico, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Forquilha.

MOTIVO: No dia dezoito do mês de maio de dois mil e quinze, reuniram-se a Pregoeira, sua equipe correspondente e assessorias para reavaliação do edital de Pregão Presencial nº. 79/2015 e seus anexos, em função de alguns equívocos no edital e publicação. A fim de realizar julgamento mais criterioso estes decidiram por revogar o processo licitatório em questão para posteriormente, lançar um novo processo adequado às necessidades da Prefeitura Municipal de Forquilha.

Forquilha/SC, 18 de maio de 2015.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 089/2015

DECRETO Nº 089, DE 18 DE MAIO DE 2015.  
Retifica e Ratifica o Decreto n.º 083/2015

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

#### RESOLVE:

Art. 1º Retificar o art. 1º do Decreto nº 083, de 12 de maio de 2015, que nomeou os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, alterando para FRANCINE DE SOUZA CORREIA, o representante titular do Poder Executivo, e alterando a vigência do mandato do Conselho para Maio 2015 até Maio 2017.

Art. 2º Fica ratificado as demais disposições do Decreto nº 083, de 12 de maio de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, SC, 18 DE MAIO DE 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### PORTARIA Nº 1143/2015

PORTARIA N.º 1143, DE 18 DE MAIO DE 2015.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 045/2015, da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de EDMILSON CAMARGO ROQUE, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 646.849.389-72, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de maio de 2015 até 31 de julho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de maio DE 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### PORTARIA Nº 1144/2015

PORTARIA Nº 1144, DE 18 DE MAIO DE 2015.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0010 de 13 de abril de 2015 e Contrato Administrativo; em conformidade com comunicação interna nº 034/2015, do Departamento de Cultura;

#### RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ARNALDO DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 081.376.569-28, na função de INSTRUTOR DE TRABALHOS CULTURAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 19 de maio de 2015 até 17 de julho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de maio DE 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**DECRETO Nº 090/2015****DECRETO Nº. 090, 18 DE MAIO DE 2015.****CONVOCA PARA PROVA PRÁTICA NOS TERMOS DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0007, DE 10 DE MARÇO DE 2015.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Ficam convocados os candidatos classificados até a 10ª posição, para realização da prova prática, de acordo com o estabelecido neste Decreto.

**Art. 2º.** Ficam convocados os candidatos classificados para realização do sorteio dos temas e prova prática, nos termos do Edital n. 0007/2015, nos seguintes dias, horários e local:

**I – CÓDIGO 1 – INSTRUTOR DE TRABALHOS MANUAIS:**

a) Os candidatos por ordem de classificação, do 1º ao 8º lugar deverão comparecer na data e local mencionado para o sorteio dos temas das provas práticas:

Data: 21 de maio de 2015 (quinta-feira).

Horário: 9:30 hs, devendo o candidato chegar ao local com 15 minutos de antecedência

Local:– Secretaria de Ação Social – Av Arnoldo Frey 179, Centro, Fraiburgo, SC.

**Art. 3º.** Após o sorteio dos temas, ficam os candidatos convocados para realizarem a prova prática, nas datas, horários e local a seguir determinados, devendo ser observadas todas as disposições do Edital:

**I – CÓDIGO 1 – INSTRUTOR DE TRABALHOS MANUAIS:**

PROVA PRÁTICA INSTRUTOR DE TRABALHOS MANUAIS Data: 22 de maio de 2015 (sexta-feira). Local:–Secretaria de Ação Social – Av Arnoldo Frey 179, Centro, Fraiburgo, SC.		
Inscrição	Nome	Horário
3	MARILDE MARCIA DOS SANTOS TONIAL	9:00
2	SOLANGE GRANEMANN PRESTES	9:45
1	MONICA DE OLIVEIRA MEIRELLES	10:30
4	FRANCIELE REGINA RODRIGUES	11:15
8	EVA APARECIDA DA SILVA	14:00
7	FRANCIELI FATIMA MACHADO HEFFEL	14:45
6	SONIA APARECIDA MARQUES ARAÚJO	15:30
5	LUCIANA ROSANA REGINATTO FROZZA	16:15

**Art. 4º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, SC, 18 DE MAIO DE 2015.

**IVO BIAZZOLO**  
Prefeito Municipal

**ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA**  
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0007 DE 10 DE MARÇO DE 2015

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: Instrutor de Trabalhos

Quadro: I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Código: 1

Área de Atuação: Geral

Disciplina: Instrutor de Trabalhos Manuais

Critérios de Desempate

	1º	2º	3º	4º	5º
Cursos Área	4	0	2	NÃO	20/09/1963
Tempo Serviço	0	0	1	NÃO	16/07/1979
Filhos	0	0	0	NÃO	21/09/1986
Portador Defic.	4	0	2	NÃO	30/07/1983
Data Nascimento	0	0	1	NÃO	11/09/1982
	0	0	1	NÃO	03/04/1986
	0	0	0	NÃO	06/07/1975
	0	0	2	NÃO	23/06/1978

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática
1	3	MARILDE MARCIA DOS SANTOS TONIAL	8	0
2	2	SOLANGE GRANEMANN PRESTES	8	0
3	1	MONICA DE OLIVEIRA MEIRELES	5	0
4	4	FRANCIELE REGINA RODRIGUES	4	0
5	8	EVA APARECIDA DA SILVA	4	0
6	7	FRANCIELLI FATIMA MACHADO HEFFEL	4	0
7	6	SONIA APARECIDA MARQUES ARAÚJO	4	0
8	5	LUCIANA ROSANA REGINATTO FROZZA	0	0



# Frei Rogério

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 714/2015 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ATRAVÉS DE RECURSO DE CONVÊNIO NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO

DECRETO Nº 714/2015, 15 DE MAIO DE 2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ATRAVÉS DE RECURSO DE CONVÊNIO NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V da lei orgânica do município de Frei Rogério e no art.13, parágrafo 4º, da lei nº 806/2014 de 27 de novembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 15.322,78 (Quinze mil trezentos e vinte e dois reais e setenta e oito centavos) com a seguinte classificação orçamentária no orçamento vigente:

Órgão:	02	CHEFIA DO EXECUTIVO	
Unidade:	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.	
Proj./Ativ.	2.025	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
	4.4.90.00.00.00.00.0.194	Aplicações Diretas	
	59	Aplicações Diretas	R\$ 15.322,78

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte para suplementação da dotação orçamentária especificada no artigo primeiro deste decreto, o Termo de Compromisso nº 201306538 no valor de R\$ 15.322,78 (Quinze mil trezentos e vinte e dois reais e setenta e oito centavos), celebrado com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e o Município de Frei Rogério objetivando a aquisição de Brinquedos, Material Didático e Pedagógico.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, SC, 15 de maio de 2015.

HIDEKI IWASAKI

Prefeito Municipal em Exercício

# Garopaba

## PREFEITURA

### AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o artigo 25 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 89/2015; IL nº. 008/2015; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: ANTONIO SERGIO FERNANDES - EPP; CNPJ nº: 80.429.160/0001-90; Objeto: AQUISIÇÃO DE PASSES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DO MUNICIPIO DE GAROPABA; Valor: R\$: 784.850,00 (setecentos e oitenta e quatro mil oitocentos e cinquenta reais); Data da Assinatura: 18/05/2015.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 087/2015

DECRETO N.º 087, DE 18 DE MAIO DE 2015.  
DISPÕE SOBRE HORÁRIO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado ponto facultativo no dia 05/06/2015 (sexta-feira) em virtude da realização da 17ª Quermesse de Garopaba.

Art. 2º. Aos dirigentes dos diversos órgãos da administração municipal, cabe fazer observar o funcionamento normal dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de competência.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de maio de 2015.  
PAULO SERGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 19/05/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

CLEIDE DE A. PEREIRA RIVOIRE  
Secretária de Administração interina

### EXTRATO DO CONTRATO Nº026/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

#### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 026/2015. Processo nº 089/2015; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADO: ANTONIO SERGIO FERNANDES - EPP CNPJ: 80.429.160/0001-90; Objeto: Aquisição De Passes Escolares Da Rede Municipal E Estadual Do Município De Garopaba/SC; Valor Total: R\$ 784.850,00 (setecentos e oitenta e quatro mil oitocentos e cinquenta reais); Data da Assinatura: 18/05/2015.

### PORTARIA N.º 370/2015.

PORTARIA N.º 370, DE 18 DE MAIO DE 2015.  
DESIGNA SERVIDOR PARA RESPONDER PELAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos da Lei Municipal n.º 1000/2005 e demais legislação vigente, a Servidora CLEIDE DE AGUIAR PEREIRA RIVOIRE, Datilógrafo, CPF n.º 711.647.909-00, para responder interinamente e com ônus pelas atribuições do cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Garopaba, de 18/05/2015 a 01/06/2015.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos a partir de 18/05/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 19/05/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO - 04/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

**CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO****MES DE ABRIL DE 2015**

<b>1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS</b>	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	4.286.462,71
1.2 - ITBI	745.798,96
1.3 - ISS	1.043.385,81
1.4 - FPM	4.275.367,22
1.5 - IRRF	273.978,91
1.6 - ICMS	2.044.152,30
1.7 - IPI	32.068,27
1.8 - IPVA	623.692,10
1.9 - ITR	522,86
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	8.308,44
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	336.328,75
1.12 - Multas e Juros de Mora	93.075,35
<b>TOTAL</b>	<b>13.763.141,68</b>

<b>2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO</b>	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 25% das Receitas Oriundas de Impostos	3.440.785,42
2.2 - Cota-Parte do FUNDEB	2.406.123,53
2.3 - Rendimento de Aplicação - FUNDEB	3.372,03
2.3 - Convênios	1.503.749,25
<b>TOTAL</b>	<b>7.354.030,23</b>

<b>3 - APLICAÇÃO</b>			
Especificação	Exigência Legal ( 1 )	Realizada ( 2 )	Diferença ( 3 )
3.1 - Contribuição ao FUNDEB	1.396.822,24	1.396.821,54	-0,70
3.2 - Professor em Efetivo Exercício - Fundeb 60%	1.445.697,34	2.255.281,93	809.584,59
3.3 - Manutenção do Ensino - Fundeb 40%	963.798,22	0,00	-963.798,22
3.4 - Manutenção do Ensino - 25% Constitucional	2.043.963,18	1.572.622,44	-471.340,74
3.5 - Convênios e Transferências	1.503.749,25	363.357,49	-1.140.391,76
<b>TOTAL</b>	<b>7.354.030,23</b>	<b>5.588.083,40</b>	<b>-1.765.946,83</b>

**OBS.: 1 - Este formulário deverá ser publicado bimestralmente. Art. 72 da Lei de Diretrizes e Bases.**

2 - O atendimento aos percentuais mínimos exigidos, deverão ser apurados trimestralmente;

Art. 69, § 4º da Lei de Diretrizes e Bases.

Garopaba, 18 de maio de 2015.

**% APLICADO : 21,58%**

Aplicado a menor : -471.341,44

PREFEITO MUNICIPAL

TEC. CONTABILIDADE

SECR. MUNIC. DA EDUCAÇÃO

**CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE - 04/2015****PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA****CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE****MÊS DE ABRIL DE 2015**

<b>1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS</b>	
<b>Receitas Oriundas de Impostos</b>	<b>Arrecadação Até o Mês</b>
1.1 - IPTU	4.286.462,71
1.2 - ITBI	745.798,96
1.3 - ISS	1.043.385,81
1.4 - FPM	4.275.367,22
1.5 - IRRF	273.978,91
1.6 - ICMS	2.044.152,30
1.7 - IPI	32.068,27
1.8 - IPVA	623.692,10
1.9 - ITR	522,86
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	8.308,44
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	336.328,75
1.12 - Multas e Juros de Mora	93.075,35
<b>TOTAL</b>	<b>13.763.141,68</b>

<b>2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE</b>	
<b>Especificação</b>	<b>Acumulado até o Mês</b>
2.1 - 15% das Receitas Oriundas de Impostos	2.064.471,25
2.2 - Rendimento de Aplicação	24.955,61
2.3 - Convênios PAB / PSF / PACS / etc.	1.991.311,34
<b>TOTAL</b>	<b>4.080.738,20</b>

<b>3 - APLICAÇÃO</b>			
<b>Especificação</b>	<b>Exigência Legal ( 1 )</b>	<b>Realizada ( 2 )</b>	<b>Diferença ( 3 )</b>
3.1 - Gastos com Saúde - 15% Constitucional	2.064.471,25	3.179.250,59	1.114.779,34
3.2 - Convênios e Transferências	2.016.266,95	1.162.956,36	-853.310,59
			0,00
			0,00
			0,00
<b>TOTAL</b>	<b>4.080.738,20</b>	<b>4.342.206,95</b>	<b>261.468,75</b>

% aplicado = 23,10%  
 Aplicado a maior = 1.114.779,34

Garopaba, 18 de maio de 2015.

**PREFEITO MUNICIPAL**

**TEC. CONTABILIDADE**

**SECR. MUNIC. DA SAÚDE**

**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - 04/2015**

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC - PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO/2014 A ABRIL/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	25.601.733,26	0,00
Pessoal Ativo	24.974.876,04	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	605.602,22	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	21.255,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.303.891,09	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	764.468,47	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	33.267,73	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	506.154,89	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>24.297.842,17</b>	<b>0,00</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>47.489.867,30</b>	<b>-</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)</b>	<b>24.297.842,17</b>	<b>51,16</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>	<b>25.644.528,34</b>	<b>54,00</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)</b>	<b>24.362.301,92</b>	<b>51,30</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)</b>	<b>23.080.075,51</b>	<b>48,60</b>
FONTE:		



**RREO - 2º BIMESTRE 2015 - ANEXO 01**

Município de GAROPABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
						R\$ 1,00
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>						
RECEITAS CORRENTES	44.893.988,00	44.893.988,00	7.316.721,50	16,30	20.107.003,89	24.786.984,11
RECEITA TRIBUTÁRIA	43.826.688,00	43.826.688,00	7.316.721,50	16,69	20.107.003,89	23.719.684,11
IMPOSTOS	11.586.000,00	11.586.000,00	1.712.868,55	14,78	8.159.002,19	3.426.997,81
TAXAS	9.440.000,00	9.440.000,00	1.512.353,98	16,02	6.349.626,19	3.090.373,81
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	2.145.000,00	2.145.000,00	200.514,57	9,35	1.809.376,00	335.624,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.500.000,00	1.500.000,00	213.929,17	14,26	581.779,67	918.220,33
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	550.000,00	550.000,00	103.529,42	18,82	162.587,15	387.412,85
RECEITA PATRIMONIAL	950.000,00	950.000,00	110.399,75	11,62	419.192,52	530.807,48
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	1.253.600,00	1.253.600,00	412.518,58	32,91	826.085,71	427.514,29
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	10.000,00	10.000,00	399,22	3,99	399,22	9.600,78
RECEITA DE SERVIÇOS	1.243.600,00	1.243.600,00	412.119,36	33,14	825.686,49	417.913,51
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	27.617.371,00	27.617.371,00	4.591.646,95	16,63	9.703.316,73	17.914.054,27
Transferências de Instituições Privadas	27.368.371,00	27.368.371,00	4.591.646,95	16,78	9.696.791,73	17.671.579,27
Transf. de Pessoas	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	3.425,00	6.575,00
Transf. de Conv.	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	3.100,00	16.900,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	219.000,00	219.000,00	0,00	0,00	0,00	219.000,00
Multas e Juros de Mora	1.868.717,00	1.868.717,00	385.758,25	20,64	836.819,59	1.031.897,41
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	382.117,00	382.117,00	76.151,13	19,93	195.465,37	186.651,63
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	80.100,00	80.100,00	76.569,11	95,59	83.112,66	-3.012,66
RECEITAS DIVERSAS	1.381.500,00	1.381.500,00	199.667,72	14,45	478.947,91	902.552,09
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	25.000,00	25.000,00	33.370,29	133,48	79.293,65	-54.293,65
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.067.300,00	1.067.300,00	0,00	0,00	0,00	1.067.300,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	31.000,00	31.000,00	0,00	0,00	0,00	31.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	31.000,00	31.000,00	0,00	0,00	0,00	31.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.006.300,00	1.006.300,00	0,00	0,00	0,00	1.006.300,00
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	1.006.300,00	1.006.300,00	0,00	0,00	0,00	1.006.300,00
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	1.280.000,00	1.280.000,00	243.197,43	19,00	395.897,04	884.102,96
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.280.000,00	1.280.000,00	243.197,43	19,00	395.897,04	884.102,96
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.100.000,00	1.100.000,00	207.020,28	18,82	324.484,39	775.515,61
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.100.000,00	1.100.000,00	207.020,28	18,82	324.484,39	775.515,61
	180.000,00	180.000,00	36.177,15	20,10	71.412,65	108.587,35

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de GAROPABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
						% (c/a)
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>1.280.000,00</b>	<b>1.280.000,00</b>	<b>243.197,43</b>	<b>19,00</b>	<b>395.897,04</b>	<b>30,93</b>
Rec. Dec. Aportes Periódicos Amort. Def. Atuarial	180.000,00	180.000,00	36.177,15	20,10	71.412,65	39,67
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>46.173.988,00</b>	<b>46.173.988,00</b>	<b>7.559.918,93</b>	<b>16,37</b>	<b>20.502.900,93</b>	<b>44,40</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>46.173.988,00</b>	<b>46.173.988,00</b>	<b>7.559.918,93</b>	<b>16,37</b>	<b>20.502.900,93</b>	<b>44,40</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>46.173.988,00</b>	<b>46.173.988,00</b>	<b>7.559.918,93</b>	<b>16,37</b>	<b>20.502.900,93</b>	<b>44,40</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	<b>—</b>	<b>904.794,62</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>280.979,26</b>	<b>—</b>
Superávit Financeiro	—	904.794,62	—	—	280.979,26	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>44.584.988,00</b>	<b>48.518.291,24</b>	<b>8.187.516,73</b>	<b>19.381.843,69</b>	<b>29.136.447,55</b>	<b>8.626.498,70</b>	<b>15.472.124,49</b>	<b>33.046.166,75</b>	<b>14.819.507,51</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>39.100.718,00</b>	<b>39.355.198,05</b>	<b>7.162.181,92</b>	<b>17.419.804,58</b>	<b>21.935.393,47</b>	<b>7.801.792,98</b>	<b>14.435.652,64</b>	<b>24.919.545,41</b>	<b>14.020.984,77</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	25.330.736,00	25.234.840,00	5.205.400,56	9.444.045,30	15.790.794,70	5.205.400,56	9.444.045,30	15.790.794,70	9.149.104,91
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	200.100,00	200.100,00	0,00	150.000,00	50.100,00	8.995,54	27.623,51	172.476,49	27.623,51
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.569.882,00	13.920.258,05	1.956.781,36	7.825.759,28	6.094.498,77	2.587.396,88	4.963.983,83	8.956.274,22	4.844.256,35
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>3.396.270,00</b>	<b>7.075.093,19</b>	<b>1.025.334,81</b>	<b>1.962.039,11</b>	<b>5.113.054,08</b>	<b>824.705,72</b>	<b>1.036.471,85</b>	<b>6.038.621,34</b>	<b>798.522,74</b>
INVESTIMENTOS	2.696.270,00	6.375.093,19	786.916,20	1.298.063,86	5.077.029,33	596.760,05	677.028,32	5.698.064,87	440.472,92
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	700.000,00	700.000,00	238.418,61	663.975,25	36.024,75	227.945,67	359.443,53	340.556,47	358.049,82

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de GAROPABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)	(f)	(f)	(g) = (e-f)	(h)	(h)	(i) = (e-h)	(i)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>44.584.988,00</b>	<b>48.518.291,24</b>	<b>8.187.516,73</b>	<b>19.381.843,69</b>	<b>29.136.447,55</b>	<b>8.626.498,70</b>	<b>15.472.124,49</b>	<b>33.046.166,75</b>	<b>14.819.507,51</b>
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.058.000,00	2.058.000,00	0,00	0,00	2.058.000,00	0,00	0,00	2.058.000,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>1.589.000,00</b>	<b>1.589.000,00</b>	<b>245.062,71</b>	<b>500.879,66</b>	<b>1.088.120,34</b>	<b>245.062,71</b>	<b>500.879,66</b>	<b>1.088.120,34</b>	<b>390.194,68</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.388.100,00	1.388.100,00	208.885,56	429.467,01	958.632,99	208.885,56	429.467,01	958.632,99	318.782,03
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	200.900,00	200.900,00	36.177,15	71.412,65	129.487,35	36.177,15	71.412,65	129.487,35	71.412,65
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>46.173.988,00</b>	<b>50.107.291,24</b>	<b>8.432.579,44</b>	<b>19.882.723,35</b>	<b>30.224.567,89</b>	<b>8.871.561,41</b>	<b>15.973.004,15</b>	<b>34.134.287,09</b>	<b>15.209.702,19</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>46.173.988,00</b>	<b>50.107.291,24</b>	<b>8.432.579,44</b>	<b>19.882.723,35</b>	<b>30.224.567,89</b>	<b>8.871.561,41</b>	<b>15.973.004,15</b>	<b>34.134.287,09</b>	<b>15.209.702,19</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>620.177,58</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>4.529.896,78</b>	<b>—</b>	<b>20.502.900,93</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>46.173.988,00</b>	<b>50.107.291,24</b>	<b>8.432.579,44</b>	<b>20.502.900,93</b>	<b>—</b>	<b>8.871.561,41</b>	<b>20.502.900,93</b>	<b>—</b>	<b>35.712.603,12</b>

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 639.150,64

FONTE:

GAROPABA, 18/05/2015

Paulo Sergio de Araujo  
Prefeito Municipal

Ronye Paes  
Secretário de Orc. e Contabilidade

Léia Cristina de Abreu Vieira  
Diretor Controle Interno

Edineia José Vieira  
Tec. Cont. - CRC 19288

## RREO - 2º BIMESTRE 2015 - ANEXO 02

Município de GAROPABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)										RS 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)		
			No Bimestre	% Até o Bimestre (b) (b/Total b)		No Bimestre	% Até o Bimestre (d) (d/Total d)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	44.584.988,00	48.518.291,24	8.187.516,73	19.381.843,69	29.136.447,55	8.626.498,70	15.472.124,49	96,86		
	1.895.000,00	1.895.000,00	368.926,76	817.153,63	1.077.846,37	349.936,67	626.626,49	3,92		
Ação Legislativa	1.895.000,00	1.895.000,00	368.926,76	817.153,63	1.077.846,37	349.936,67	626.626,49	3,92		
Judiciária	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00		
Ação Judiciária	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00		
Administração	3.885.862,00	3.885.862,00	668.203,30	1.726.805,86	2.159.056,14	751.184,70	1.394.716,28	8,73		
Administração Geral	3.040.762,00	3.040.762,00	549.220,64	1.317.720,06	1.723.041,94	595.258,77	1.071.906,43	6,71		
Administração Financeira	845.100,00	845.100,00	118.982,66	409.085,80	436.014,20	155.925,93	322.809,85	2,02		
Segurança Pública	121.300,00	121.300,00	19.171,26	33.613,15	87.686,85	8.170,38	16.506,09	0,10		
Defesa Civil	121.300,00	121.300,00	19.171,26	33.613,15	87.686,85	8.170,38	16.506,09	0,10		
Assistência Social	885.571,00	922.973,48	144.195,99	375.726,72	547.246,76	157.430,41	311.756,68	1,95		
Assistência Comunitária	885.571,00	922.973,48	144.195,99	375.726,72	547.246,76	157.430,41	311.756,68	1,95		
Saúde	11.506.809,00	11.923.594,44	2.334.130,72	5.142.326,54	6.781.267,90	2.309.345,00	4.251.586,56	26,62		
Atenção Básica	11.506.809,00	11.923.594,44	2.334.130,72	5.142.326,54	6.781.267,90	2.309.345,00	4.251.586,56	26,62		
Educação	11.901.033,00	12.480.079,70	2.311.426,33	4.763.271,49	7.716.808,21	2.651.053,63	4.151.692,58	25,99		
Alimentação e Nutrição	235.300,00	235.300,00	14.842,72	67.925,72	167.374,28	28.143,58	56.650,40	0,35		
Educação Fundamental	9.708.883,00	10.070.101,16	1.732.232,82	3.620.557,64	6.449.543,52	1.999.731,48	3.151.154,82	19,73		
Ensino Superior	305.000,00	305.000,00	26.027,30	68.637,49	236.362,51	41.836,06	59.446,25	0,37		
Educação Infantil	1.555.450,00	1.773.278,54	520.507,42	979.290,44	793.988,10	593.526,44	857.580,91	5,37		
Educação Especial	96.400,00	96.400,00	17.816,07	26.860,20	69.539,80	17.816,07	26.860,20	0,17		
Cultura	164.000,00	164.000,00	54.656,82	62.333,89	101.666,11	11.569,50	19.246,57	0,12		
Difusão Cultural	164.000,00	164.000,00	54.656,82	62.333,89	101.666,11	11.569,50	19.246,57	0,12		
Direitos da Cidadania	213.100,00	213.100,00	25.486,18	69.720,78	143.379,22	27.718,73	56.656,85	0,35		
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	213.100,00	213.100,00	25.486,18	69.720,78	143.379,22	27.718,73	56.656,85	0,35		
Urbanismo	6.154.913,00	6.190.163,00	1.213.221,48	3.570.172,27	2.619.990,73	1.438.859,34	2.753.759,68	17,24		
Infra-Estrutura Urbana	2.876.213,00	2.891.463,00	560.535,27	1.200.925,86	1.690.537,14	592.714,36	1.069.794,00	6,70		
Serviços Urbanos	3.278.700,00	3.298.700,00	652.686,21	2.369.246,41	929.453,59	846.144,98	1.683.965,68	10,54		
Habituação	36.300,00	36.300,00	0,00	0,00	36.300,00	0,00	0,00	0,00		
Habituação Urbana	36.300,00	36.300,00	0,00	0,00	36.300,00	0,00	0,00	0,00		
Saneamento	242.900,00	242.900,00	0,00	0,00	242.900,00	0,00	0,00	0,00		
Saneamento Básico Urbano	242.900,00	242.900,00	0,00	0,00	242.900,00	0,00	0,00	0,00		
Agricultura	982.700,00	982.700,00	180.052,36	344.553,77	638.146,23	170.746,24	265.085,12	1,66		
Extensão Rural	982.700,00	982.700,00	180.052,36	344.553,77	638.146,23	170.746,24	265.085,12	1,66		
Comércio e Serviços	1.576.000,00	1.516.000,00	83.875,28	571.353,69	944.646,31	155.967,78	550.289,36	3,45		
Turismo	1.576.000,00	1.516.000,00	83.875,28	571.353,69	944.646,31	155.967,78	550.289,36	3,45		

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de GAROPABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (d-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>										
Transporte	44.584.988,00	48.518.291,24	8.187.516,73	19.381.845,69	97,48	28.136.447,55	8.626.498,70	15.472.124,49	96,86	33.046.166,75
Transportes Coletivos Urbanos	408.300,00	3.333.118,62	239.812,55	255.699,60	1,29	3.077.419,02	44.544,86	44.723,20	0,28	3.288.395,42
Transporte Rodoviário	26.100,00	68.850,00	0,00	0,00	0,00	68.850,00	0,00	0,00	0,00	68.850,00
Desporto e Lazer	382.200,00	3.264.268,62	239.812,55	255.699,60	1,29	3.008.569,02	44.544,86	44.723,20	0,28	3.219.545,42
Desporto Comunitário	265.200,00	265.200,00	46.557,80	139.108,12	0,70	126.091,88	50.353,16	124.416,87	0,78	140.783,13
Encargos Especiais	265.200,00	265.200,00	46.557,80	139.108,12	0,70	126.091,88	50.353,16	124.416,87	0,78	140.783,13
Previdência do Regime Estatutário	4.315.000,00	4.315.000,00	497.799,90	1.510.004,18	7,59	2.804.995,82	499.618,30	905.062,16	5,67	3.409.937,84
Serviço da Dívida Interna	2.830.000,00	2.830.000,00	109.381,29	275.148,93	1,38	2.554.851,07	118.505,64	233.737,07	1,46	2.596.262,93
Outras Transferências	900.000,00	900.000,00	238.418,61	813.975,25	4,09	86.024,75	236.941,21	387.067,04	2,42	512.932,96
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	585.000,00	585.000,00	150.000,00	420.880,00	2,12	164.120,00	144.171,45	284.258,05	1,78	300.741,95
	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>										
Legislativa	1.589.000,00	1.589.000,00	245.062,71	500.879,66	2,52	1.088.120,34	245.062,71	500.879,66	3,14	1.088.120,34
Ação Legislativa	24.000,00	24.000,00	2.271,48	4.645,92	0,02	19.354,08	2.271,48	4.645,92	0,03	19.354,08
Administração	24.000,00	24.000,00	2.271,48	4.645,92	0,02	19.354,08	2.271,48	4.645,92	0,03	19.354,08
Administração Geral	216.200,00	216.200,00	34.049,35	68.495,62	0,34	147.704,38	34.049,35	68.495,62	0,43	147.704,38
Administração Financeira	156.200,00	156.200,00	27.842,01	56.054,72	0,28	100.145,28	27.842,01	56.054,72	0,35	100.145,28
Segurança Pública	60.000,00	60.000,00	6.207,34	12.440,90	0,06	47.599,10	6.207,34	12.440,90	0,08	47.599,10
Defesa Civil	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Assistência Social	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Assistência Comunitária	28.100,00	28.100,00	4.827,21	10.037,92	0,05	18.062,08	4.827,21	10.037,92	0,06	18.062,08
Saúde	28.100,00	28.100,00	4.827,21	10.037,92	0,05	18.062,08	4.827,21	10.037,92	0,06	18.062,08
Atenção Básica	310.100,00	310.100,00	45.235,02	90.688,49	0,46	219.411,51	45.235,02	90.688,49	0,57	219.411,51
Educação	310.100,00	310.100,00	45.235,02	90.688,49	0,46	219.411,51	45.235,02	90.688,49	0,57	219.411,51
Ensino Fundamental	680.500,00	680.500,00	103.696,82	218.264,78	1,10	462.235,22	103.696,82	218.264,78	1,37	462.235,22
Ensino Superior	534.400,00	534.400,00	84.616,37	175.713,74	0,88	358.686,26	84.616,37	175.713,74	1,10	358.686,26
Educação Infantil	7.000,00	7.000,00	1.733,82	3.309,50	0,02	3.690,50	1.733,82	3.309,50	0,02	3.690,50
Educação Especial	132.100,00	132.100,00	16.013,57	36.403,41	0,18	95.686,59	16.013,57	36.403,41	0,23	95.686,59
Cultura	7.000,00	7.000,00	1.333,06	2.838,13	0,01	4.161,87	1.333,06	2.838,13	0,02	4.161,87
Difusão Cultural	7.000,00	7.000,00	1.090,52	2.238,88	0,01	4.761,12	1.090,52	2.238,88	0,01	4.761,12
Urbanismo	7.000,00	7.000,00	1.090,52	2.238,88	0,01	4.761,12	1.090,52	2.238,88	0,01	4.761,12
Infra-Estrutura Urbana	86.100,00	86.100,00	13.946,81	27.549,60	0,14	58.550,40	13.946,81	27.549,60	0,17	58.550,40
Serviços Urbanos	70.100,00	70.100,00	11.330,22	22.352,12	0,11	47.747,88	11.330,22	22.352,12	0,14	47.747,88
Saneamento	16.000,00	16.000,00	2.616,59	5.197,48	0,03	10.802,52	2.616,59	5.197,48	0,03	10.802,52
Saneamento Básico Urbano	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00

Continua 2/3



Continuação 3/3

Município de GAROPABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	1.589.000,00	1.589.000,00	245.062,71	500.879,66	2,52	245.062,71	500.879,66	3,14
Agricultura	30.100,00	30.100,00	2.928,54	5.933,57	0,03	2.928,54	5.933,57	0,04
Extensão Rural	30.100,00	30.100,00	2.928,54	5.933,57	0,03	2.928,54	5.933,57	0,04
Comércio e Serviços	3.600,00	3.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	3.600,00	3.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto e Lazer	3.100,00	3.100,00	839,81	1.612,23	0,01	839,81	1.612,23	0,01
Desporto Comunitário	3.100,00	3.100,00	839,81	1.612,23	0,01	839,81	1.612,23	0,01
Encargos Especiais	200.000,00	200.000,00	36.177,15	71.412,65	0,36	36.177,15	71.412,65	0,45
Serviço da Dívida Interna	200.000,00	200.000,00	36.177,15	71.412,65	0,36	36.177,15	71.412,65	0,45
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	46.173.988,00	50.107.291,24	8.432.579,44	19.882.723,35	100,00	8.871.561,41	15.973.004,15	100,00

FONTE:

GAROPABA , 18/05/2015

Paulo Sérgio de Araujo  
Prefeito Municipal

Ronye Paes  
Secretário de Orc. e Contabilidade

Léia Cristina de Abreu Vieira  
Diretor Controle Interno

Edinal José Vieira  
Tec. Cont. - CRC 19288

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

**RREO - 2º BIMESTRE 2015 - ANEXO 08**

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

<b>RECEITAS DO ENSINO</b>				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	10.888.279,00	10.888.279,00	6.779.114,72	62,26
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	6.175.000,00	6.175.000,00	4.669.385,77	75,62
1.1.1- IPTU	5.800.000,00	5.800.000,00	5.505.820,18	94,93
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	15.000,00	15.000,00	34.412,50	229,42
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	1.200.000,00	1.200.000,00	317.634,31	26,47
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	606.000,00	606.000,00	64.414,01	10,63
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(1.446.000,00)	(1.446.000,00)	(1.252.895,23)	86,65
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	2.000.000,00	2.000.000,00	745.798,96	37,29
1.2.1- ITBI	2.000.000,00	2.000.000,00	745.798,96	37,29
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.063.279,00	2.063.279,00	1.089.951,08	52,83
1.3.1- ISS	1.950.000,00	1.950.000,00	1.044.329,60	53,56
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	15.000,00	15.000,00	13.760,27	91,74
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	80.000,00	80.000,00	31.496,66	39,37
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	35.300,00	35.300,00	2.368,53	6,71
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	(17.021,00)	(17.021,00)	(2.003,98)	11,77
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	650.000,00	650.000,00	273.978,91	42,15
1.4.1- IRRF	650.000,00	650.000,00	273.978,91	42,15
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	19.606.000,00	19.606.000,00	6.984.111,19	35,62
2.1- Cota-Parte FPM	11.968.000,00	11.968.000,00	4.275.367,22	35,72
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	11.968.000,00	11.968.000,00	4.275.367,22	35,72
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	5.800.000,00	5.800.000,00	2.044.152,30	35,24
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	23.000,00	23.000,00	8.308,44	36,12
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	85.000,00	85.000,00	32.068,27	37,73
2.5- Cota-Parte ITR	30.000,00	30.000,00	522,86	1,74
2.6- Cota-Parte IPVA	1.700.000,00	1.700.000,00	623.692,10	36,69
2.7- Cota-Parte IOF-Quero	-	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	30.494.279,00	30.494.279,00	13.763.225,91	45,13
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	-	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	-	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	-	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	-	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	1.623.900,00	1.623.900,00	513.220,52	31,60
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	1.713.900,00	1.713.900,00	513.220,52	29,94
<b>FUNDEB</b>				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	3.827.600,00	3.827.600,00	1.396.821,54	36,49
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	2.300.000,00	2.300.000,00	855.073,34	37,18
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.160.000,00	1.160.000,00	408.830,12	35,24
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	4.600,00	4.600,00	1.661,68	36,12
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	17.000,00	17.000,00	6.413,67	37,73
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	6.000,00	6.000,00	104,56	1,74
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	340.000,00	340.000,00	124.738,17	36,69
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	6.500.000,00	6.500.000,00	2.406.123,53	37,02
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	6.500.000,00	6.500.000,00	2.406.123,53	37,02
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)</b>	2.672.400,00	2.672.400,00	1.009.301,99	37,77
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	6.513.800,00	6.513.800,00	2.255.281,93	34,62	2.255.281,93	34,62
13.1- Com Educação Infantil	1.324.050,00	1.324.050,00	560.062,19	42,30	560.062,19	42,30
13.2- Com Ensino Fundamental	5.189.750,00	5.189.750,00	1.695.219,74	32,66	1.695.219,74	32,66
14- OUTRAS DESPESAS	1.200,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	300,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	900,00	900,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	6.515.000,00	6.515.000,00	2.255.281,93	34,62	2.255.281,93	34,62
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						2.255.281,93
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						93,73
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						6,27
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 <sup>2</sup>						0,00
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>a</sup>		7.623.569,75		7.623.569,75	3.440.806,48	45,13
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.617.450,00	1.657.450,00	852.521,48	51,44	766.631,36	46,25
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	8.573.683,00	8.573.683,00	3.285.386,99	38,32	3.061.273,01	35,71
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	5.190.650,00	5.190.650,00	1.695.219,74	32,66	1.695.219,74	32,66
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.383.033,00	3.383.033,00	1.590.167,25	47,00	1.366.053,27	40,38
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	10.191.133,00	10.231.133,00	4.137.908,47	40,44	3.827.904,37	37,41
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						1.009.301,99
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						-
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						1.009.301,99
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						2.818.602,38
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %						20,48
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE</b>						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	576.000,00	576.000,00	225.184,32	39,09	82.786,94	14,37
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.814.400,00	2.353.446,70	618.443,48	26,28	459.266,05	19,51
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.390.400,00	2.929.446,70	843.627,80	28,80	542.052,99	18,50
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	12.581.533,00	13.160.579,70	4.981.536,27	37,85	4.369.957,36	33,20

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		57.512,79	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		2.406.123,53	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		2.147.865,28	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		2.112.912,88	0,00
49.2 Restos a Pagar		34.952,40	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		315.771,04	0,00

GAROPABA, 18/05/2015

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

Ronye Paes  
Secretário de Orc. e Contabilidade

Léia Cristina de Abreu Vieira  
Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira  
Tec. Cont. - CRC 19288

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

## RREO - 2º BIMESTRE 2015 - ANEXO 12

Município de GAROPABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	10.876.932,00	10.876.932,00	6.779.030,29	62,32		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	4.840.000,00	4.840.000,00	4.286.462,71	88,56		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	2.000.000,00	2.000.000,00	745.798,96	37,29		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.950.000,00	1.950.000,00	1.043.385,61	53,51		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	650.000,00	650.000,00	273.978,91	42,15		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	30.000,00	30.000,00	41.301,77	137,67		
Dívida Ativa dos Impostos	1.280.000,00	1.280.000,00	336.328,75	26,28		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	126.932,00	126.932,00	51.773,58	40,79		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	19.138.000,00	19.138.000,00	6.984.111,19	36,49		
Cota-Parte FPM	11.500.000,00	11.500.000,00	4.275.367,22	37,18		
Cota-Parte ITR	30.000,00	30.000,00	522,86	1,74		
Cota-Parte IPVA	1.700.000,00	1.700.000,00	623.692,10	36,69		
Cota-Parte ICMS	5.800.000,00	5.800.000,00	2.044.152,30	35,24		
Cota-Parte IP-Exportação	85.000,00	85.000,00	32.068,27	37,73		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	23.000,00	23.000,00	8.308,44	36,12		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	23.000,00	23.000,00	8.308,44	36,12		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	30.014.932,00	30.014.932,00	13.763.141,48	45,85		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	10.978.789,00	11.173.519,00	4.873.693,59	43,62	4.081.225,41	36,53
Pessoal e Encargos Sociais	8.301.689,00	8.187.689,00	3.296.608,75	40,26	3.296.608,75	40,26
Outras Despesas Correntes	2.677.100,00	2.985.830,00	1.577.084,84	52,82	784.616,66	26,26
DESPESAS DE CAPITAL	837.820,00	1.059.875,44	359.321,44	33,90	261.049,64	24,63
Investimentos	837.820,00	1.059.875,44	359.321,44	33,90	261.049,64	24,63

Continua 1/4



Continuação 2/4

Município de GAROPABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	837.820,00	1.059.875,44	359.321,44	33,90	261.049,64	24,63
	837.820,00	1.059.875,44	359.321,44	33,90	261.049,64	24,63
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	11.816.609,00	12.233.394,44	5.233.015,03	42,78	4.342.275,05	35,50
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	3.738.000,00	4.083.445,44	1.639.239,81	31,32	1.162.956,36	26,78
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	3.727.600,00	4.073.045,44	1.639.239,81	31,32	1.162.956,36	26,78
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	10.400,00	10.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	3.738.000,00	4.083.445,44	1.639.239,81	31,32	1.162.956,36	26,78
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)</b>	8.078.609,00	8.149.949,00	3.593.775,22	68,68	3.179.318,99	73,22
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>						
<b>(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5</b>						
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶</b>						
						1.114.847,47

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de GAROPABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA				A PAGAR		PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS				
Inscritos em 2014	7.988,68	41.326,43		-41.326,43		0,00
TOTAL	7.988,68	41.326,43		-41.326,43		0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
			RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
SALDO INICIAL			DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			
7.988,68			0,00		7.988,68	
TOTAL (VIII)			0,00		7.988,68	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
SALDO INICIAL			LIMITE NÃO CUMPRIDO		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
-			-		-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
DOTAÇÃO INICIAL			DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)		Até Bimestre (m)	
			%		%	
			(l/Total l)*100		(m/Total m)*100	
11.816.909,00			5.233.015,03		4.342.275,05	
100,00			100,00		100,00	
TOTAL			5.233.015,03		4.342.275,05	
100,00			100,00		100,00	

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+l" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interseção com a coluna "j" ou com a coluna "h+j" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[V/(h+i)] - (15 \times IIIb)/100$ 

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de GAROPABA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

GAROPABA , 18/05/2015

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito MunicipalRonye Paes  
Secretário de Orc. e ContabilidadeLéia Cristina de Abreu Vieira  
Diretor Controle InternoEdinei José Vieira  
Tec. Cont. - CRC 19288

# Garuva

## PREFEITURA

### EDITAL DE TESTE SELETIVO Nº 005/2015

EDITAL DE TESTE SELETIVO Nº005/2015

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO

Considerando a necessidade inadiável de excepcional interesse público de contratação de profissional Médico Clínico Geral;

Considerando que não há mais candidatos aprovados no Concurso Público 001/2009;

A Prefeitura Municipal de Garuva, através do Presidente da Comissão instaurada pela Portaria nº 076/2015 no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Complementar n. 018/2002, Lei Complementar 046/2009 e Decreto 40/2009, torna pública as normas para realização do processo seletivo destinado a contratação temporária de Médico Clínico Geral para atuação na Estratégia Saúde da Família.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Para a vaga de médico o Processo Seletivo Simplificado consistirá de Análise de Títulos, tendo como objetivo o recrutamento e a seleção, para contratação de profissionais, conforme quadro abaixo:

Nomenclatura	Carga Horária	Vagas	Remuneração	Habilitação exigida para o cargo
Médico Clínico Geral	220	02	Salário Base R\$ 11.650,67 + *R\$ 488,00	Diploma de conclusão de Curso Superior em Medicina Registro no CRM/SC

\*auxílio alimentação

#### 2 - INSCRIÇÕES:

##### DAS INSCRIÇÕES

O candidato deverá conhecer os termos deste Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para o exercício da função, antes de efetuar a inscrição.

2.1. São requisitos básicos para ingresso no serviço público:

- 2.1.1 nacionalidade brasileira
- 2.1.2 idade mínima de dezoito anos
- 2.1.3 quitação com as obrigações eleitorais e militares
- 2.1.4 nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo
- 2.1.5 aptidão física e mental

2.2 O período para as inscrições será de 18 de maio a 20 de maio de 2015.

2.3. O local das inscrições: Secretaria Municipal de Saúde de Garuva, Rua Papa João XXIII, 363 – Centro, das 08:00 às 12:00h, das 13:30 às 16:30h.

2.4. Os documentos necessários para participação do processo de seleção deverão ser apresentados pelos interessados no ato da inscrição do presente edital, conforme abaixo relacionados:

- Fotocópia da Carteira de Identidade;
- 01 foto 3x4;
- Comprovante de votação nas 02 (duas) últimas eleições.

2.4. As inscrições poderão ser feitas pessoalmente ou por procuração individual, mediante entrega do respectivo mandato, acompanhado de cópia do Documento de Identidade do candidato e RG do procurador.

#### 3 – DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

3.1 – A homologação das inscrições será publicada no dia 21 de maio de 2015 no mural da Secretaria Municipal de Saúde, Prefeitura Municipal e no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br)

#### 4. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO, DESEMPATE E CLASSIFICAÇÃO

##### 4.1. ANÁLISE DE CURRÍCULO E CLASSIFICAÇÃO FINAL

4.1.2. Os candidatos deverão entregar, no momento da inscrição, currículo profissional com cópia da documentação que comprove a experiência mencionada no currículo e original para conferência, ou, apresentar cópia reprográfica autenticada.

4.1.3. Os pontos da análise de currículo serão contados para efeito de "classificação".

4.1.4. As comprovações consistem em apresentar os documentos que atestem as informações descritas no currículo (diplomas de graduação,

especialização, certificados de cursos na área, experiência profissional comprovada).

4.1.5. As comprovações deverão ser apresentadas: originais e fotocópia. As fotocópias ficarão anexadas junto ao currículo que ficará com a Comissão de Seleção do Processo Seletivo.

4.1.6. Não serão aceitos protocolos de documentos referentes a títulos.

4.1.7. A valoração da análise de currículo para o Emprego de médico clínico geral terá a seguinte definição:

TÍTULOS	ESQUEMA DE PONTUAÇÃO		
TÍTULOS	DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA (fotocópias autenticadas)	PONTOS UNITÁRIOS	PONTUAÇÃO MÁXIMA
a) Escolaridade/Graduação Superior em Medicina	Diploma de Graduação Superior em Medicina. (autenticados em Cartório Distribuidor de Protesto de Títulos e Documentos).	10 (dez) pontos. Máximo uma Graduação.	10 (dez) pontos.
b) Cursos de Pós Graduação/Especialização	Certificado de conclusão de cursos em Nível de Pós Graduação/Especialização em Saúde da Família, com carga horária mínima de 360h. (autenticados em Cartório Distribuidor de Protesto de Títulos e Documentos).	2 (dois) pontos por curso. Máximo de 2 (dois) cursos.	4 (quatro) pontos.
c) Experiência Profissional	Comprovante de Tempo de Serviço na área de saúde pública podendo ser: Certidão ou Declaração de Tempo de Serviço, Registro de Contrato de Trabalho na Carteira de Trabalho e Previdência Social; ou outro cuja Comissão de inscrição julgue ter validade para comprovação (todos os comprovantes deverão apresentar as datas de admissão e rescisão - esta última - se for o caso)	1 (um) ponto para cada 6 meses. Máximo de 24 (vinte e quatro) meses.	4 (quatro) pontos.
TOTAL GERAL	18 Pontos		

4.1.8. A classificação final será a somatória dos pontos da valoração da Análise de Currículo, na escala de 0 (zero) pontos à 18 (dezoito) pontos.

4.1.9. Na classificação final entre candidatos com igual número de pontos, serão fatores de desempate os seguintes critérios:

- a . maior idade;
- b . maior número de filhos menores de 18 anos ou incapazes;
- c . sorteio.

4.1.10. O resultado final com a respectiva classificação será publicado no dia 22 de maio de 2015 no mural da Secretaria Municipal de Garuva, Prefeitura Municipal e no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

## 6 –DA CONTRATAÇÃO

6.1 – No ato da contratação o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia da Carteira de Identidade;
- Fotocópia de CPF;
- Carteira de Trabalho;
- Fotocópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Fotocópia da carteira de vacinação do(s) filho(s) menores de 14 anos;
- Fotocópia do título de eleitor;
- Atestado Médico (físico e mental);
- Comprovante de residência;
- Certificado de Reservista (MAS);
- PIS/PASEP;
- 01 foto 3x4;
- Certidão de nascimento ou casamento;

- Declaração de Conta Corrente (BESC ou Banco do Brasil);
- Declaração de bens
- Declaração de Acumulação de Cargo Público
- Cópia autenticada do comprovante de habilitação exigida para o cargo.

6.2. A inexatidão das afirmativas, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificados posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade da declaração.

#### 7 – DA RESERVA

7.1 - Os candidatos aprovados e não admitidos constituirão cadastro de reserva mantido pelo prazo de 02 (dois) anos.

7.2. A convocação para admissão dos candidatos habilitados obedecerá rigorosamente a ordem de classificação, não gerando o fato de aprovação, direito à admissão. Apesar das vagas existentes, os aprovados serão chamados conforme as necessidades locais, a critério da Administração.

#### 8 – DOS RECURSOS

8.1 – Caberá recurso, através de requerimento escrito devidamente fundamentado, em qualquer ato do processo seletivo publicado, diretamente ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Garuva, em até 24 horas do resultado a ser impugnado.

#### 9 – DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 - A avaliação dos candidatos deste Teste Seletivo ficará sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Garuva que os conservará por um período de seis (06) meses, após a homologação do resultado.

9.2 - Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão examinadora, criada especificamente para este processo seletivo através da Portaria nº. 076/2015.

Garuva, 14 de maio de 2015.

Vanessa M. Backes Nagel

Presidente da Comissão

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 102/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 102/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GARUVA

CONTRATADO: JOSIANE SARAMENTO

OBJETO: NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA EXERCER AS FUNÇÕES ESPECÍFICAS DE PROFESSOR NIVEL I DO MUNICÍPIO DE GARUVA, JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

VIGÊNCIA: 27/04/2015 A 24/07/2015

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 1710,25 (Hum mil setecentos e dez reais e vinte e cinco centavos).

DATA DE ASSINATURA: 17/04/2015

JOSÉ CHAVES

PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA

ADRIANE BEATRIZ MOECKE GALANDO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

JOSIANE SARAMENTO

CONTRATADA

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 103/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 103/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GARUVA

CONTRATADO: MARCIA FERREIRA FRANCO FERMIANO

OBJETO: NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA EXERCER AS FUNÇÕES ESPECÍFICAS DE PROFESSOR NIVEL I DO MUNICÍPIO DE GARUVA, JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



VIGÊNCIA: 04/05/2015 A 18/12/2015  
REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 855,12 (Oitocentos e cinqüenta e cinco reais e doze centavos).  
DATA DE ASSINATURA: 17/04/2015

JOSÉ CHAVES  
PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA

ADRIANE BEATRIZ MOECKE GALANDO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MARCIA FERREIRA FRANCO FERMIANO  
CONTRATADO

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 104/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 104/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GARUVA  
CONTRATADO: ANDERSON GONÇALVES LEITE  
OBJETO: NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA EXERCER AS FUNÇÕES ESPECÍFICAS DE PROFESSOR NIVEL I DO MUNICÍPIO DE GARUVA, JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
VIGÊNCIA: 04/05/2015 A 30/06/2015  
REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 1710,25 (Hum mil setecentos e dez reais e vinte e cinco centavos).  
DATA DE ASSINATURA: 17/04/2015

JOSÉ CHAVES  
PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA

ADRIANE BEATRIZ MOECKE GALANDO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANDERSON GONÇALVES LEITE  
CONTRATADA

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 105/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 105/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GARUVA  
CONTRATADO: ALYNE CRISTHINE DE AVELAR  
OBJETO: NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA EXERCER AS FUNÇÕES ESPECÍFICAS DE PROFESSOR NIVEL I DO MUNICÍPIO DE GARUVA, JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
VIGÊNCIA: 04/05/2015 A 30/06/2015  
REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 1849,53 (Hum mil oitocentos e quarenta e nove reais e cinqüenta e três centavos)  
u

DATA DE ASSINATURA: 17/04/2015

JOSÉ CHAVES  
PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA

ADRIANE BEATRIZ MOECKE GALANDO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ALYNE CRISTHINE DE AVELAR  
CONTRATADA

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 106/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 106/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GARUVA

CONTRATADO: THAYNA DAYANE RAZINI

OBJETO: NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA EXERCER AS FUNÇÕES ESPECÍFICAS DE PROFESSOR NIVEL I DO MUNICÍPIO DE GARUVA, JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

VIGÊNCIA: 04/05/2015 A 18/12/2015

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 958,89 (Novecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e nove centavos).

DATA DE ASSINATURA: 27/04/2015

JOSÉ CHAVES

PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA

ADRIANE BEATRIZ MOECKE GALANDO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

THAYNA DAYANE RAZINI

CONTRATADO

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 107/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 107/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GARUVA

CONTRATADO: MARIA ANGELITA PEREIRA ALVES

OBJETO: NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA EXERCER AS FUNÇÕES ESPECÍFICAS DE PROFESSOR NIVEL I DO MUNICÍPIO DE GARUVA, JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

VIGÊNCIA: 06/05/2015 A 18/12/2015

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 958,89 (Novecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e nove centavos).

DATA DE ASSINATURA: 30/04/2015

JOSÉ CHAVES

PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA

ADRIANE BEATRIZ MOECKE GALANDO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MARIA ANGELITA PEREIRA ALVES

CONTRATADO

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 108/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 108/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GARUVA

CONTRATADO: HIULE DANIELLE DE LIZ NETO

OBJETO: NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA EXERCER AS FUNÇÕES ESPECÍFICAS DE PROFESSOR NIVEL I DO MUNICÍPIO DE GARUVA, JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

VIGÊNCIA: 13/05/2015 A 12/06/2015

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 1917,78 (Hum mil novecentos e dezessete reais e setenta e oito centavos)

u

DATA DE ASSINATURA: 07/05/2015

JOSÉ CHAVES  
PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA

ADRIANE BEATRIZ MOECKE GALANDO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

HIULE DANIELLE DE LIZ NETO  
CONTRATADA

**PORTARIA Nº 80/2015**

PORTARIA Nº. 080, de 14 de maio de 2015

"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, POR NÍVEL DE FORMAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO, Processo n.º 1512/2015;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009

RESOLVE:

ART. 10. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação, da servidora ELAINE CRISTINA ZIETZ.

PARAGRAFO ÚNICO - A servidora fica enquadrada na Carreira Técnico, Classe II, referência "A".

ART. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

ART. 30. - Esta Portaria entra em vigor a contar de 14 de maio de 2015.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

# Gaspar

## PREFEITURA

### AVISO DE ALTERAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 083/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DE ALTERAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 083/2015

OBJETO: Aquisição de um veículo automotor novo. O Município de Gaspar torna público que efetivou ALTERAÇÕES no Edital do Pregão Presencial supramencionado e seus Anexos. DISPONDO também de NOVA DATA E HORÁRIO para recebimento dos envelopes, dia 29/05/2015 às 9h, e abertura às 9h30min do mesmo dia. A íntegra do ADITIVO está disponível no Depto. de Compras da Prefeitura de Gaspar (Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435, Centro – Gaspar/SC), ou no site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br).

Gaspar (SC), 18 de maio de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

### DECRETO Nº 6.427, DE 15 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 6.427, DE 15 DE MAIO DE 2015.

SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam substituídos os membros abaixo indicados, para integrarem o Conselho Municipal de Saúde, conforme segue:

I – Representantes do Poder Executivo Municipal:

Entidade	Membro Substituído	Novo Membro
Poder Executivo Municipal	Titular: Márcia Adriana Cansian Prefeitura de Gaspar Secretaria de Saúde	Titular: Cleones Hostins CPF: 007.944.929-83 Prefeitura de Gaspar Secretaria de Saúde
	Titular: Aline Cadena dos Santos Prefeitura de Gaspar Secretaria de Saúde	Titular: Alba de Aguiar CPF: 488.765.509-68 Prefeitura de Gaspar Secretaria de Saúde
	Suplente: Flávio Rogério Rodrigues de Souza Prefeitura de Gaspar Secretaria de Saúde	Suplente: Luiz Carlos Venske CPF: 626.619.069-91 Prefeitura de Gaspar Secretaria de Saúde

II – Representantes dos Profissionais de Saúde:

Entidade	Membro Substituído	Novo Membro
Trabalhadores em Saúde	Titular: Alexandre Luciano Carvalho Médico Pediatra	Titular: Francielle Wernke CPF: 053.103.169-14 Enfermeira CAR Prefeitura de Gaspar
	Suplente: Jane Juçara Proença Lima Enfermeira	Suplente: Alcides Fernandes dos Santos CPF: 842.612.509-34 Técnico de Vigilância Sanitária Prefeitura de Gaspar

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Gaspar, 15 de Maio de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

### DECRETO Nº 6.428, DE 15 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 6.428, DE 15 DE MAIO DE 2015.

NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e artigo 10º e seguintes da Lei Municipal nº 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2014, aprovados para os cargos abaixo especificados, com carga horária e lotação conforme seguem:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
CLAUDIVANIA APARECIDA MARCELINO DE SOUZA	AGENTE SERV GERAIS PMG	40	30º	SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

EDSON RICARDO DIAS	AGENTE SERV GERAIS PMG	40	31º	SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
GILMAR FERNANDES SIQUEIRA	AGENTE SERV GERAIS PMG	40	32º	SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de maio de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

### **DECRETO Nº 6.429 DE 15 DE MAIO DE 2015.**

DECRETO Nº 6.429 DE 15 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA I CONFERÊNCIA REGIONAL DOS DIREITOS DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 72, inciso IV, Lei Orgânica do Município, e de acordo com o que prevê a Lei nº 2792, de 13 de setembro de 2006, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Gaspar (SC),

DECRETA:

Art. 1º. Fica convocada a I Conferência Municipal dos Direitos da Idoso, com o fim de avaliar os avanços na consolidação da política de atendimento ao idoso, na qualificação e gestão dos programas, projetos e ações.

§ 1º - A Conferência Municipal dos Direitos do Idoso será realizada no dia 22 de maio de 2015, no Auditório do Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC, com sede na Rua Adriano Kormann, nº 510, Bairro Bela Vista, na cidade de Gaspar (SC).

§ 2º - A Conferência Municipal dos Direitos do Idoso, terá como tema central: "O Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa – Por um Brasil de todas as Idades" e como eixos:

I – GESTÃO: PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES;

II – FINANCIAMENTO;

III – PARTICIPAÇÃO;

IV – SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS HUMANOS.

Art. 2º Fica instituída a Comissão Organizadora da Conferência Municipal, composta pelos membros abaixo:

- a) Carlos Eduardo Junke;
- b) Raquel Mafioletti;
- c) Ariberto Sassemann;
- d) Dayse Beatriz Brunken

Parágrafo Único. Apoiarão a Organização da Conferência, representantes de Unidades vinculadas à Secretaria de Desenvolvimento Social, Gabinete do Prefeito e Secretaria de Cultura.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta lei complementar correrão por conta de dotações consignadas no orçamento vigente da Administração Direta do Município de Gaspar.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 15/04/2015.

Gaspar, 15 de maio de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

**PORTARIA Nº 3.669, DE 12 DE MAIO DE 2015.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

PORTARIA Nº 3.669, DE 12 DE MAIO DE 2015.

HOMOLOGA CONCLUSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar a conclusão de estágio probatório dos servidores abaixo relacionados:

Nome	Cadastro	Cargo	Data de Posse	Término do Estágio Probatório
Adriano Ribeiro de Castilhos	9126	Agente de Serviços Especializados II	01/02/2012	06/02/2015
André Schindler	9595	Agente Municipal de Trânsito	26/03/2012	02/04/2015
Dayse Beatriz Brunken	9243	Educadora Social	22/02/2012	21/02/2015
Francisco Rosa de Paula	9596	Agente Municipal de Trânsito	26/03/2012	25/03/2015
Giselle Brito de Araújo	9111	Procuradora Municipal	06/02/2012	05/02/2015
Janeio Correia	9598	Fiscal	12/03/2012	26/03/2015
Juliana Muller Silveira	9090	Escriturária	01/12/2011	30/11/2014
Marcos Ludwig	9605	Agente de Serviços Especializados II	02/04/2012	01/04/2015
Marli Terezinha Rosa Santos	9135	Professora	03/02/2012	02/02/2015
Rosane Zuchi Adão	9060	Educadora Social	24/10/2011	26/10/2014
Sandro Alexandre Tillmann	9632	Agente de Serviços Especializados I	03/05/2012	07/05/2015
Silvia Raquel Schreiber Boniati	9603	Psicóloga	02/04/2012	01/04/2015
William Macedo Pinto	9609	Agente Municipal de Trânsito	09/04/2012	08/04/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

Art. 2º Os servidores que obtiveram aprovação ficam por este ato declarados ESTÁVEIS NO SERVIÇO PÚBLICO, nos termos do artigo 41, § 4º, da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 14 de maio de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

**CÂMARA MUNICIPAL****AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 001/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015**

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 001/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015

A CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público que fará realizar licitação, sob a modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO, forma de julgamento Menor Preço por Item, regime de execução: Indireta – Empreitada por Preço Unitário, tendo por objeto aquisição, através de compra, de aparelhos de ar condicionado, tipo SPLIT, novos, instalados, com fornecimento de materiais e equipamentos para a instalação e mão de obra, de plena responsabilidade da contratada, na forma e condições previstas no Edital de Licitação nº 001/2015, Pregão Presencial nº 001/2015: Título: aquisição, através de compra, de aparelhos de ar condicionado,

tipo SPLIT, novos, instalados, com fornecimento de materiais e equipamentos para a instalação e mão de obra, de plena responsabilidade da contratada. Interessado: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar. Modalidade: Pregão Presencial. Tipo: Menor Preço. Regência: Resolução nº 32, de 14 de maio de 2015, da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar; Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações; Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e demais normas aplicáveis. Acesso Eletrônico ao Edital e à Participação: [www.camaragaspar.sc.gov.br](http://www.camaragaspar.sc.gov.br) (link: Licitações e Contratos). Entrega dos Envelopes: na sessão pública a ser realizada no dia 29 de maio 2015, com início às 14h. Local de Recebimento dos Envelopes: Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Gaspar, situada na Avenida das Comunidades, nº 133, Bairro Centro, Gaspar-SC (imóvel conhecido por Prédio do GASCIC). Abertura dos Envelopes: na sessão pública a ser realizada no dia 29 de maio de 2015, às 14h. Local das Sessões Públicas: Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Gaspar, situada na Avenida das Comunidades, nº 133, Bairro Centro, Gaspar-SC (imóvel conhecido por Prédio do GASCIC). O Edital e anexos estão disponíveis no site da Câmara Municipal de Gaspar: [www.camaragaspar.sc.gov.br](http://www.camaragaspar.sc.gov.br), no



link "Licitações e Contratos".

Gaspar/SC, 18 de maio de 2015.

José Hilário Melato

Presidente da Câmara Municipal de Gaspar

### **HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO= PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2015 - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2015**

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2015

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2015

#### **HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

Vistos, etc.

Recebidos os autos do procedimento de inexigibilidade de licitação, registre-se que o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 001/2015, Edital de Credenciamento nº 001/2015, transcorreu segundo a legislação em vigor e as regras do Edital.

O procedimento foi amplamente divulgado, com publicação do Edital no Mural deste Poder (fls. 083) e no site da Edilidade (fls. 127 e 128), bem como com publicação do Aviso de Credenciamento no Diário Eletrônico Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (fls. 130) e no site da Câmara Municipal de Gaspar (fls. 133).

Até esta data, aderiram ao procedimento as empresas Rádio Ativa FM Ltda. ME, CNPJ nº 81.572.489/0001-78, e Rádio Sentinela do Vale Ltda. ME, CNPJ nº 83.747.949/0001-87, as quais fizeram juntar aos autos toda a documentação exigida, culminando com a decisão da Comissão de Licitação instituída pela Resolução nº

07/2015, que julgou as referidas empresas habilitadas e qualificadas a firmar o contrato de credenciamento com a Edilidade. Os representantes legais das empresas interessadas não estiveram presentes na sessão pública do dia 7-5-2015, bem por isso não foram intimados naquele ato da decisão da Comissão, oportunidade em que poderiam renunciar ao direito e ao prazo de recurso. Diante disso, foram notificados da decisão da Comissão Especial de Licitação via e-mail (fls 225/226). O prazo de cinco dias úteis decorreu sem apresentação de recurso.

Pelo exposto, havendo empresas habilitadas e qualificadas, afirmando-me que o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 001/2015, Edital de Credenciamento nº 001/2015, encontra-se regularmente desenvolvido e, restando, ainda, o interesse na contratação que deu ensejo à instauração do processo, nos termos do artigo 43, inciso VI, da Lei Federal 8.666/1993, HOMOLOGO a decisão da Comissão de Licitação de fls. 224, bem como o procedimento que se cogita, até esta fase.

Por conseguinte, ADJUDICO em favor das empresas Rádio Ativa FM Ltda. ME, CNPJ nº 81.572.489/0001-78, e Rádio Sentinela do Vale Ltda. ME, CNPJ nº 83.747.949/0001-87, o objeto do credenciamento (divulgação dos atos e ações do Legislativo local conforme Projeto Básico constante do Anexo I do respectivo Edital) pelo valor de R\$ 16,21 (dezesesseis reais e vinte e um centavos) por spot de 30" (trinta segundos) veiculado. Enquanto não credenciadas outras emissoras de radiodifusão, atribuir-se-á ao contrato de cada uma das empresas citadas a importância estimada de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Sigam-se os ulteriores termos. Publique-se.

Câmara Municipal de Gaspar, 15 de maio de 2015.

José Hilário Melato

Presidente da Câmara Municipal de Gaspar

## **SAMAE - GASPAR**

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 12/2015 - SAMAE**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

#### **• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2015**

=====

===== Número do contrato: 12/2015

Data vigência: 12/05/2015

Data vencimento: 31/12/2015

Número da Licitação: 14/2015 - Modalidade: Pregão Presencial

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: ELÉTRICA HAMILTON LTDA.

Objeto: Aquisição de materiais elétricos.

Valor R\$ 11.516,35 (onze mil quinhentos e dezesseis reais e trinta e cinco centavos).

=====

=====

Gaspar (SC), em 12 de maio de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 13/2015- SAMAE**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

#### **• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2015**

=====

===== Número do contrato: 13/2015

Data vigência: 14/05/2015

Data vencimento: 31/12/2015

Número da Licitação: 17/2015 - Modalidade: Pregão Presencial

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratada: KARINA SPENGLER SCHRAMM

Objeto: Criação e apresentação de peça teatral com a temática sustentabilidade e saneamento.

Valor R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais).

=====

=====

Gaspar (SC), em 14 de maio de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº048/2015

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2015

Ata de Registro de Preços nº 48/2015

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

PREGÃO PRESENCIAL nº 015/2015

PROCESSO nº

027/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

CONTRATADO: – AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO, INFORMÁTICA E PAPELARIA EIRELI

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Itens constantes da Ata:

ITEM	1ª CLASSIFICADA	QTDDE	VALOR UNITÁRIO	
	AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO, INFORMÁTICA E PAPELARIA EIRELI			TOTAL DO ITEM
01	Apontador com dois furos e depósito - Apontador: o coletor deverá ser confeccionado em plástico transparente colorido, com lâminas em aço, fixada por parafusos. O apontador deverá ser duplo, para uso de lápis simples e lápis jumbo. Com medidas aproximadas de: 5,4 cm de comprimento por 4,9 de largura e 2,7 cm de profundidade.	2.300	1,25	R\$ 2.845,00
02	Borracha Branca Escolar - Borracha branca macia e especial para apagar escrita a lápis. Composição: borracha natural e livre de PVC Medidas mínimas: 32 x 22 x 8 mm. Atóxica. Produto deverá estar certificado de acordo com ABNT NBR 15236.	2.300	0,17	R\$ 391,00
03	Caneta Esferográfica Azul – Caneta esferográfica, corpo hexagonal transparente, confeccionado em resina termoplástica. Tampa com respiro e tampão de carga em mesma cor da carga. Corpo com medida mínima de 155 mm de comprimento e 07 mm de diâmetro externo. Composição: resinas termoplásticas, tinta à base de corantes orgânicos e solventes, ponta de latão e esfera de tungstênio, ponta média 1.0mm. O produto deverá estar de acordo com NBR 15236 - segurança do artigo escolar	2.500	0,35	R\$ 875,00
04	Caneta Esferográfica Preta - Caneta esferográfica, corpo hexagonal transparente, confeccionado em resina termoplástica. Tampa com respiro e tampão de carga em mesma cor da carga. Corpo com medida mínima de 155 mm de comprimento e 07 mm de diâmetro externo. Composição: resinas termoplásticas, tinta à base de corantes orgânicos e solventes, ponta de latão e esfera de tungstênio, ponta média 1.0mm. O produto deverá estar de acordo com NBR 15236 - segurança do artigo escolar	2.500	0,35	R\$ 875,00

05	Caneta Hidrográfica fina com 12 cores - Jogo de caneta hidrográfica ponta fina– corpos injetados em resina termoplástica nas cores da tinta, 12 cores, com tampa de proteção superior anti-asfiante, ponta de 2 mm, tinta atóxica, lavável e a base de água. Composição: corantes e umectantes, acondicionada em estojo plástico transparente e de acordo com NBR 15.236 – segurança do artigo escolar.	2.300	2,23	R\$ 5.129,00
06	Cola Branca Escolar - Para colar papel, cartolina, cartão, etc., com no mínimo 90gr, plastificante, com alto poder de colagem, isento de cargas minerais e substâncias nocivas à saúde, atóxico e inócuo, que após a secagem apresente um filme transparente. Composição: resina de pva e água, produto atóxico, com selo INMETRO – NBR 15236 - segurança de artigos escolares.	2.300	0,60	R\$ 1.380,00
07	Esquadro 60º - em plástico poliestireno, sem deformidades ou rebarbas; escala de graduação em mm e cm, legível e sem falhas; dimensões mínimas: espessura maior 0,3cm, 21cm de comprimento (hipotenusa) e 2,5cm de largura, com selo INMETRO – NBR 15236 - segurança de artigos escolares.	1.470	0,85	R\$ 1.249,50
08	Gizão de Cera 12 cores - Giz de cera grosso com 12 cores variadas, medindo mínimas 95 mm de comprimento x 10 mm de diâmetro, acondicionado em caixa de papelão resistente, com visor na parte frontal da caixa. O produto deverá atender as seguintes especificações: composição: pigmentos orgânicos, cera e cargas minerais inertes, constando impresso em sua embalagem: composição do produto, instruções de uso, nome do químico responsável e número do seu CRQ indicativo de idade para utilização, marca, dados do fabricante, campo para inclusão do nome do aluno, telefone do sac., código de barras e validade. Conforme norma ABNT em vigor.	2.100	1,63	R\$ 3.423,00
09	Lápis de Cor Triangular com 12 cores - Lápis de cor longo, com 12 cores, formato triangular, confeccionado em madeira, apontados, com medidas aproximadas de: diâmetro 07 mm, ponta de 04 mm e 175 mm de comprimento, produzidas com matéria primas atóxicas, com selo INMETRO – NBR 15236 - segurança de artigos escolares.	2.500	5,56	R\$ 13.900,00
10	Lápis de Cor com 24 cores - Lápis de cor longo, com 24 cores, confeccionado em madeira, apontados, com medidas aproximadas de: diâmetro 07 mm, ponta de 04 mm e 175 mm de comprimento, produzidas com matéria primas atóxicas, com selo INMETRO – NBR 15236 - segurança de artigos escolares.	2.500	8,94	R\$ 22.350,00
11	Lápis Grafite preto Triangular - Lápis grafite preto, em formato triangular, com os vértices arredondados, tamanho jumbo, medindo aproximadamente 175 mm de comprimento. Corpo em plástico, isento de madeira, ecologicamente correto. Composição: resinas, pigmentos e ceras. Na embalagem deverá constar: validade indeterminada, produto não perecível, não tóxico, dados do fabricante, selo de atenção (quando utilizado por criança menores de 3 anos deverá haver a supervisão de um adulto, por apresentar partes pequenas que podem ser engolidas ou inaladas).	2.500	0,61	R\$ 1.525,00

12	Massa de Modelar com 6 cores - Massa para fazer modelagem e que possa ser pintada com tintas acrílicas, PVA e guache, estojo com 6 cores com peso mínimo de 90g, a base de carboidratos de cereais, água, glúten, cloreto de sódio, propil parabeno, aroma, aditivos e pigmentos. Massa com textura super macia, excelente consistência, cores vivas e miscíveis, que não esfalela produto atóxico, não mancha as mãos, pode ser reaproveitado, indicada para crianças a partir de 03 anos de idade com validade de 24 meses. De acordo com a NBR 15236 - segurança de artigos escolares.	2.000	1,00	R\$ 2.000,00
13	Pasta Plástica Escolar - Com aba, sem lombada, medindo no mínimo 235 x 345 mm.	2.500	0,97	R\$ 2.425,00
14	Régua de 30 cm - Régua plástica transparente 30 cm em plástico, sem deformidades ou rebarbas; escala de graduação em mm e cm, legível e sem falhas; impressa; dimensões mínimas: espessura 2,0 mm, 308 mm de comprimento total e 33 mm de largura. O produto deverá estar de acordo com NBR 15236 - segurança do artigo escolar.	2.500	0,79	R\$ 1.975,00
15	Tesoura sem Ponta - tesoura pequena com ponta arredondada escolar de 4" medindo no mínimo 105 mm de comprimento, com lâminas em aço inox. ponta redonda, cabos de polipropileno colorido, com a marca impressa em sua lâmina (tolerância de +/- 5%). o produto deverá estar de acordo com NBR 15.236 - segurança do artigo escolar.	2.500	0,92	R\$ 2.300,00
16	Tinta Guache com 06 cores - Tinta guache, com 06 cores vivas e miscíveis entre si, solúvel em água, tampa com rosca e bico econômico abre e fecha, com no mínimo 15 ml cada frasco, com descrição da cor e validade. Ótima cobertura, produto atóxico, para ser aplicada em papel, papel cartão, cartolina, produzida a base de resina, água, pigmentos, carga e conservantes, indicando para crianças a partir de 03 anos de idade em sua embalagem original. Produto deverá estar de acordo com a NBR 15.236 - segurança do artigo escolar.	2.100	2,91	R\$ 6.111,00
17	Compasso Escolar Plástico - Compasso tipo escolar com lapiseira, corpo em plástico, capa protetora na haste pontiaguda. Deve acompanhar refil de grafite. com selo INMETRO - NBR 15236 - segurança de artigos escolares.	550	3,03	R\$ 1.666,50

PRAZO: 12 MESES.

Governador Celso Ramos, 04 de maio de 2015.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº049/2015

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2015

Ata de Registro de Preços nº 49/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

PREGÃO PRESENCIAL nº 024/2015

PROCESSO nº

045/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

CONTRATADO: - ORLANDO COAN - ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRÁLICA, RETROESCAVADEIRA E CAMINHÃO

**BASCULANTE PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC**

Itens constantes da Ata:

ITEM	1ª CLASSIFICADA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	EMPRESA			
01	LOCAÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA DE, NO MÍNIMO, 12 TONELADAS, INCLUINDO OPERADOR E COMBUSTÍVEL.	240,00	R\$ 114,4907	R\$ 27.477,76
02	LOCAÇÃO DE RETROESCAVADEIRA TRAÇADA 4X4, INCLUINDO OPERADOR E COMBUSTÍVEL.	160,00	R\$ 63,2712	R\$ 10.123,39
03	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE COM CAPACIDADE DE CARGA DE, NO MÍNIMO, 10M <sup>2</sup> , INCLUINDO OPERADOR E COMBUSTÍVEL.	40,00	R\$ 57,2453	R\$ 2.289,81
04	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO (DESLOCAMENTO).	10,00	R\$ 210,9039	R\$ 2.109,04

PRAZO: 12 MESES.

Governador Celso Ramos, 13 de maio de 2015.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 037/2015**

Extrato de Contrato Nº 037/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 037/2015

CARTA CONVITE Nº 0172015

PROCESSO Nº48/2015

EMPRESA CONTRATADA: BRESCIANI E PEREIRA PROJETOS DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - ME

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA PARA A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC,

Valor do contrato: R\$ 147.336,20 (Cento e quarenta e sete mil trezentos e trinta e seis reais e vinte centavos).

Governador Celso Ramos, 13 de maio de 2015.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 038/2015**

Extrato de Contrato Nº 038/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 038/2015

CARTA CONVITE Nº 0162015

PROCESSO Nº41/2015

EMPRESA CONTRATADA: POWER ENGENHARIA LTDA-EPP

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DOS ESTUDOS E PROJETO DE OPERACIONALIZAÇÃO DA COBRANÇA DA TPA – TAXA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC,

Valor do contrato: R\$ 35.700,00 (trinta e cinco mil e setecentos reais)

Governador Celso Ramos, 13 de maio de 2015.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal.

**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº076-2013**

Extrato do Terceiro Termo Aditivo referente ao contrato nº 076/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 076/2013.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADO: IGUATEMI CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 076/2013 PELO PERÍODO DE 120 (cento e vinte) DIAS, a contar da data de 30/04/2015.

Governador Celso Ramos 30 de abril de 2015

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

# Guaraciaba

## PREFEITURA

### **MINUTA EDITAL DE PREGÃO 62.15 AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS CONSERTO ESCAVADEIRA HIDRAULICA EC 140 B**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº62/2015.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 78/15, Edital de Pregão Presencial Nº 62/15, Objeto: Aquisição de Peças e serviços para conserto do sistema hidráulico da escavadeira hidráulica VOLVO EC 140 B; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 29/05/15; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 29/05/15, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)

Guaraciaba em 18 de maio de 2015.

Roque Luiz Meneghini,  
Prefeito Municipal

### **RETIFICAÇÃO PROCESSO 74.2015 EDITAL PREGÃO 60.2015 REGISTRO DE PREÇOS ESTRUTURAS PARA EXPOSIÇÕES**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GUARACIABA

DEPTO. DE COMPRAS, CONTRATOS E LICITAÇÕES.

Edital de Retificação e Alteração de Prazo Processo 74/2015 Pregão Presencial 60/2015 do Município de Guaraciaba/SC.

Fica retificado o presente edital nos seguintes termos:

Na Relação de Preços Máximos Admitidos por item Anexo I e Modelo de Proposta Anexo V;  
item 02;

Onde se lê: "PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO". R\$ (35,00) trinta e cinco reais.

Leia-se: "PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO". R\$ (280,00) duzentos e oitenta reais.

No preâmbulo do edital onde se lê "O credenciamento será feito até as 09h00min do dia 25/05/2015 e a abertura da sessão a partir das 09h00min do mesmo dia".

Leia-se O credenciamento será feito até as 10h00min do dia 29/05/2015 e a abertura da sessão a partir das 10h00min do mesmo dia.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Guaraciaba 18 de maio de 2015.

ROQUE LUIZ MENEGHINI,  
Prefeito Municipal



# Guaramirim

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONCURSO Nº01/2015

EXTRATO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

O HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO, inscrito no CNPJ sob o nº 84.092.709/0001-54, com sede na Rua João Butschardt, nº 05, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, representado por sua gestora, a Senhora Márcia Adriana Pruesse, torna público que serão abertas as inscrições ao Concurso Público para ingresso no seu quadro permanente, aos cargos e respectivas vagas, constantes deste Edital, em cumprimento ao que determina a Constituição Federal de 1988, Art. 37, II, combinado com a Lei Complementar 008/2001 e de acordo com as seguintes disposições deste Edital.

Os cargos e valor da taxa de inscrição, estão especificados abaixo:

Nível Superior: Enfermeiro(a), Farmacêutico(a) / Bioquímico(a), Fisioterapeuta, Médico(a) Plantonista Anestesista, Médico(a) Plantonista Cirurgião Geral, Médico(a) Plantonista Permanente Pronto Atendimento, Médico(a) Plantonista Permanente Pediatria, Médico(a) Plantonista Sobreaviso Clínica Médica, Médico(a) Sobreaviso Pediatria e Nutricionista - Valor da Inscrição R\$ 100,00 (cem reais);

Nível Médio ou Técnico: Motorista de Ambulância, Recepcionista, Técnico(a) de Enfermagem e Técnico(a) de Raio X - Valor da Inscrição R\$ 60,00 (sessenta reais);

Nível Fundamental ou Alfabetizado: Agente de Serviços Gerais, Auxiliar de Cozinha e Copeiro(a) - Valor da Inscrição R\$ 40,00 (quarenta reais);

Inscrições de: 18/05/2015 a 16/06/2015.

Data prevista para PROVA OBJETIVA: 05/07/2015 (matutino)

Inscrições e informações através dos sites: [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) e [www.nubesconcursos.com.br](http://www.nubesconcursos.com.br).

Este Edital, em sua versão integral será publicado nos sites: [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) e [www.nubesconcursos.com.br](http://www.nubesconcursos.com.br) para que todos os interessados tomem conhecimento.

Guaramirim/SC, 14 de maio de 2015.

Márcia Adriana Pruesse

Gestora do HSA

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREF 33

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 33/2015 - Pregão Presencial Nº. 20/2015.

Objeto: Aquisição de material para melhoramento no Sistema de Internet do município de Guarujá do Sul, em execução ao Convenio nº. 2014TR003582 ( Processo nº. SDR30 00000948/2014 ), através do Estado de Santa Catarina, Secretaria de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira e o município de Guarujá do Sul. Propostas e Habilitação: 02/06/2015 ( 08:15 Documentação - 08:30 Abertura).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00 de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e no site [www.guarujadosul.sc.gov.br](http://www.guarujadosul.sc.gov.br).

Guarujá do Sul, SC, 18 de maio de 2015.

Jose Carlos Foiatto,  
Prefeito Municipal.

### DECRETO MUNICIPAL Nº 82\_2015

DECRETO Nº 082/2015, DE 18 DE MAIO DE 2015.

HOMOLOGA O DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES RELATIVAS AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em lei,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o deferimento e indeferimento das inscrições relativas ao Edital de Processo Seletivo Edital nº 002/2015 do Município de Guarujá do Sul – SC, conforme segue:

Médico - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
78817	Manoel Gomes de Souza Neto	DEFERIDA
78738	Francisco Falchetti	DEFERIDA
78989	Milena Vieira De Carvalho Silva Bordin	DEFERIDA
78908	Ricardo Brancher	DEFERIDA
78852	Romulo Augusto Pamplona Schramm	DEFERIDA
79179	Thales Luiz Brust Buzetto	DEFERIDA
Odon-tólogo - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
77587	Aline Barboza Salles	DEFERIDA
77582	Aline Luiza Marodin	DEFERIDA

78997	Anna Christina Balzan	DEFERIDA
77011	Camila Picini	DEFERIDA
79240	Heloisa Maria Basso	DEFERIDA
79255	Henrique Lavorato	DEFERIDA
79220	Janaina Do Carmo Fredo	DEFERIDA
79182	Leticia Sartori	DEFERIDA
78981	Marta Venancio Pereira	DEFERIDA
79213	Nathalia Rigoni	DEFERIDA
79249	Rafaela Backes	DEFERIDA
79087	Rosena Cristina Dondoefer	DEFERIDA
77320	Stephanie Daltoe	DEFERIDA
79155	Tiago Giacchini Antonietti	DEFERIDA
79250	Vanessa Fazolo	DEFERIDA

Art. 2º. Por este decreto ficam indeferidas, por não atenderem as instruções contidas no Edital de Processo Seletivo nº 002/2015, do Município de Guarujá do Sul – SC, as seguintes inscrições:

Médico - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
78873	Adriano Soares Rodrigues	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
79070	Cicero Pereira Batista	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
78988	Clewton Carvalho De Oliveira	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
79127	Cristine Bessa Gondim Maia	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
77833	Flavia Do Rego Barros	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
78919	Irondi Bittencourt Martins	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
79103	Janio Ferreira Muniz De Almeida	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
79131	Marcele Teixeira De Araujo	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
78474	Neidy Maria Araujo Levien	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital

79225	Richard Handerson Mendes Duarte	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
78844	Sergio Antonio De Sousa Sirotheau Correa	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
Odontólogo - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
78956	Dannylo De Almeida Machado	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
79104	Diogo Fukumoto Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
79102	Edimar Rafael De Oliveira	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
79038	Jackson Leonard De Coelho E Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
79112	Janaine Santos Barbosa	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
79196	Joao Dias Sobrinho Filho	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
79217	Joao Vicente Reichert	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
79235	Juliana Lopes Nunes Duarte	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
77591	Juliana Zilly	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
79086	Kaliane Dutra Leite	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
79236	Keith Vieira Da Conceicao	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
78963	Luciane Cavaleiro Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
79073	Lucilene Pantoja Cabral	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital

79117	Nancy Tatiane Mariani	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
79067	Olivia Teixeira Brandao	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
78360	Rafaela Cristiane Canavezi	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
79016	Tauana Petry	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
79145	Thais Nayra Machado	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
77724	Thiago Henrique Cavalcante Iemini	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital

Art. 3º. Os candidatos com as inscrições indeferidas terão os dias 19 e 20 de maio de 2015 para interpor recurso pelo site da AMEOSC <http://www.ameosc.org.br/>.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL - SC, em, 18 de maio de 2015 - Certifique-se. Registre-se. Publique-se.

JOSÉ CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO Nº 15 - MARISTELA DA SILVA MATOS CONVOCAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal: Resolve:

Art. 1º Convocar a Senhora MARISTELA DA SILVA MATOS, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 944.744.359-15, aprovada em 15º. Lugar no Processo Seletivo nº 001/2013/SMECE, homologado pelo Decreto Municipal nº 3248/2014, para o Cargo de Professor de Educação Infantil - Não Habilitado, para assumir 40hs no período Matutino /Vespertino No CMEI Criança Feliz em substituição a professora MARIZETE ANDOLPHATO com início a partir do dia 13 de maio, a qual se encontra de atestado médico até 12 de junho de 2015, ou enquanto perdurar seu afastamento.

. 2º A convocada terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da ciência do ato, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d'Oeste para manifestar-se sobre a vaga.

Art. 3º A posse do aprovado, ora convocado, realizar-se-á a medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste (SC) em 18 de maio de 2015.

Lourdes Ferreira Brandão

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Ciente em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
MARISTELA DA SILVA MATOS

### DECRETO Nº 3417/2015

DECRETO Nº 3.417/2015

"NOMEIA COMISSÃO TÉCNICA PARA CONJUNTAMENTE COM A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, ATUAREM NO PROCESSO LICITATÓRIO QUE ESPECIFICA".

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 54 da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º - Fica AUTORIZADA a Comissão Permanente de Licitações do Município de Herval d'Oeste a realizar o Processo Licitatório nº 002/2015 - Modalidade de Tomada de Preços nº 001/2015, do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Herval d'Oeste (SC) - IPREVI-HO e ficam NOMEADOS os servidores efetivos, Paulo César Dolejal Berté e Leila Bottega De Col – Membro e Presidente do Conselho Fiscal do IPREVI-HO, e Lúcia das Graças Vettori Guaragni – Diretora Financeira do IPREVI-HO; para conjuntamente com a Comissão Permanente de Licitações, atuarem no referido processo, cujo objeto é "a contratação de pessoa jurídica especializada, com a finalidade da prestação de serviços de assessoria e consultoria em relação ao mercado financeiro, capacitada a realizar diagnóstico da carteira de investimentos, assessorar na elaboração e aplicação da política de investimentos, realizar treinamento e capacitação aos gestores e conselheiros nos assuntos relacionados ao mercado financeiro, disponibilizar software para o preenchimento das APR's – Autorização de Aplicação e Resgate, disponibilizar software para simulações dos retornos financeiros ou percentuais com os fundos da carteira de renda variável, executar controles relacionados às aplicações e investimentos, executar avaliação de risco dos ativos, analisar a rentabilidade mensal das aplicações

financeiras, elaborar cenários macroeconômicos, realizar a análise e emitir parecer documentado de novos produtos financeiros, assessorar nas questões relacionadas ao enquadramento das aplicações em conformidades com as normas e princípios da Resolução do CMN nº 3.922/2010 e alterações da Resolução do CNN nº 4.392/2014, na Portaria MPS nº 519 de 24 de agosto de 2011, alterada pela Portaria MPS nº 170 de 25 de abril de 2012 e pela Portaria MPS nº 440 de 09 de outubro de 2013 e suas alterações durante a vigência do contrato. Disponibilizando todos os referidos documentos, relatório e ferramentas, em ambiente web privativo da entidade previdenciária que gere o RPPS municipal, acessado exclusivamente através de login e senha, em conformidade com o Anexo II – Termo de Referência"; que integra o pertinente edital de licitação .

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 18 de maio de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito

### PORTARIA Nº 632/2015

PORTARIA Nº 632/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Alterar os efeitos da Portaria Nº 436/2015, da Servidora JANETE RODRIGUES (Matr. 4113), sendo que a mesma passará a atuar junto a EBM Cruz e Sousa, 20 horas semanais, turno vespertino, Ensino Fundamental a partir de 18 de maio de 2015 até o término do ano letivo de 2015, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Maio de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 633/2015**

PORTARIA Nº 633/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora GRACIELLE DA COSTA SIGNORI (Matr. 4131), para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Imprensa, Nível – DAS-2, constante do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 18 de maio de 2015, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 280/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Maio de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 634/2015**

PORTARIA Nº 634/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, ao servidor JAIME MEDEIROS (Matr. 116), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Téc. de Edificações e Manutenção, Nível – 5, Referência "I", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2012 a 18 de agosto de 2013, para serem gozadas a contar de 18 de maio de 2015 a 29 de maio de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Maio de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 635/2015**

PORTARIA Nº 635/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora INEZITA ROSANA DEUERLING BRUNETTO (Matr. 486), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível – 6, Referência "D", Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2012, para serem gozadas a contar de 18 de maio de 2015 a 29 de maio de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Maio de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 636/2015**

PORTARIA Nº 636/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR OS EFEITOS da Portaria nº 604/2015, da Servidora SHEILA APARECIDA MARTINAZZO PAGLIOSA (Matr. 4115), a qual exerce a função de Professor, Nível – 1 – Referência "A", 40 horas semanais, anexo XI da LC nº 316/2013, turnos matutino e vespertino, Educação Infantil, sendo que a mesma passará a substituir à servidora Inezita Rosana Deuerling Brunetto, que se encontra em gozo de licença prêmio, a contar de 18 de maio de 2015 a 29 de maio de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Maio de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 637/2015**

PORTARIA Nº 637/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 28 (vinte e oito dias) de Licença Prêmio, à servidora ANA CLAUDETE SAGGIN (Matr. 820), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "E", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 79 da Lei Complementar Nº. 191/2005, corroborada pelo artigo 104, da Lei Complementar Nº 281/2011, referente ao período aquisitivo de 30 de dezembro de 2005 a 29 de dezembro de 2010, para serem gozadas a contar de 18 de maio de 2015 a 14 de junho de 2015.



Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Maio de 2015.  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2015**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2015

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL

TIPO: Menor Preço por Item

#### **OBJETO**

Registro de Preços para a eventual aquisição de frutas, verduras e legumes para as Secretarias Municipais de Assistência Social, Educação e de Saúde pelo período de 06 meses.

#### **ENTREGA DOS ENVELOPES**

Até às 14:00 horas do dia 1º/06/2015.

#### **LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA**

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

#### **LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:**

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

#### **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006,

#### **EDITAL NA ÍNTEGRA**

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 16,80 (dezesesseis reais e oitenta centavos), ou no site [www.hervaldoeste.sc.gov.br](http://www.hervaldoeste.sc.gov.br), sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 15 de maio de 2015  
NELSON GUINDANI  
Prefeito

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2015**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2015

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL

TIPO: Menor Preço por Item

#### **OBJETO**

Registro de Preços para a eventual aquisição de materiais e insumos de enfermagem para a Unidade de Pronto Atendimento Remi Alécio Mascarello - UPA 24hs pelo período de 06 meses

#### **ENTREGA DOS ENVELOPES**

Até às 13h00min do dia 08/06/2015.

#### **LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA**

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

#### **LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:**

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

#### **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006,

#### **EDITAL NA ÍNTEGRA**

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 16,80 (dezesesseis reais e oitenta centavos), ou no site [www.hervaldoeste.sc.gov.br](http://www.hervaldoeste.sc.gov.br), sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 15 de maio de 2015.  
Nelson Guindani  
Prefeito

### **TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMÓVEL PÚBLICO Nº 001/2015**

TERMO DE CESSÃO DE USO

DE IMÓVEL PÚBLICO N. 001/2015

#### **DAS PARTES**

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE SC, pessoa jurídica de direito privado interno, com sede administrativa sito na Rua Nereu Ramos, n. 389, Centro, na cidade de Herval d' Oeste, CNPJ sob nº 82939430/0001-38, representada neste ato pelo Prefeito Municipal NELSON GUINDANI, brasileiro, casado, residente na cidade de Herval d' Oeste (SC), CPF nº. 501.589.459-72, doravante denominado CEDENTE, e de outro lado a SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, pessoa jurídica de direito público, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n. 84.591890/0001-43, com sede no município de Joaçaba – SC, Rua Tiradentes, 123, Centro, neste ato devidamente representada por sua Diretora e Presidente, Sra. Elisabet Maria Zanela Sartori, brasileira, casada, residente na cidade de Joaçaba (SC), CPF nº. 386.948.169-20, de agora em diante denominada CESSIONÁRIA, resolvem celebrar o presente "TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMÓVEL PÚBLICO", na melhor forma do direito, de acordo com a Lei Municipal nr. 3085/2015 de 10 de março de 2015, que se regerá pelas Cláusulas seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O objeto do presente Termo é a cessão de uso de espaço público pertencente ao MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE – SC à CESSIONÁRIA para que faça uso de uma área de área de 847,43m² (oitocentos e quarenta e sete metros quadrados e quarenta e três centímetros), pertencente à área maior, inscrita sob a Matrícula nº 20.281 do Livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Joaçaba, com a área total de 24.802,10m² (vinte e quatro mil oitocentos e dois metros quadrados e dez centímetros).

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA UTILIZAÇÃO DE PATRIMÔNIO**

A CESSIONÁRIA utilizará este imóvel única e exclusivamente para



a construção de elevatório de esgoto.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS INVESTIMENTOS

Os investimentos, despesas ou gastos inerentes a qualquer ação para a viabilização da obra, correrão à conta exclusiva da CESSIONÁRIA.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

O presente Termo terá validade de 20 (vinte) anos a contar da data de sua publicação, podendo ser prorrogado por igual período.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Pela utilização do imóvel objeto deste Termo, a CESSIONÁRIA nada pagará ao MUNICÍPIO, devendo apesar zelar pela conservação do patrimônio.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Herval d'Oeste – SC, para dirimir questões decorrentes do presente Termo.

Assim, por estarem juntos e entre si acordados, assinam o presente termo, em 05 (cinco) vias de igual teor e em presença de duas testemunhas.

Herval d'Oeste, 15 de maio de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito

CEDENTE

SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto

Presidente

CESSIONÁRIA

#### TESTEMUNHAS:

NOME: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

#### **TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMÓVEL PÚBLICO Nº 002/2015**

TERMO DE CESSÃO DE USO

DE IMÓVEL PÚBLICO N. 002/2015

#### DAS PARTES

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE SC, pessoa jurídica de direito privado interno, com sede administrativa sito na Rua Nereu Ramos, n. 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste, CNPJ sob nº 82939430/0001-38, representada neste ato pelo Prefeito Municipal NELSON GUINDANI, brasileiro, casado, residente na cidade de Herval d'Oeste (SC), CPF nº. 501.589.459-72, doravante denominado CEDENTE, e de outro lado a SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, pessoa jurídica de direito público, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n. 84.591890/0001-43, com sede no município de Joaçaba – SC, Rua Tiradentes, 123, Centro, neste ato devidamente representada por sua Diretora e Presidente, Sr. Elisabet Maria Zanela Sartori, brasileira, casada, residente na cidade de Joaçaba (SC), CPF nº. 386.948.169-20, de agora em diante denominada CESSIONÁRIA, resolvem celebrar o presente "TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMÓVEL PÚBLICO", na melhor forma do direito, de acordo com a

Lei Municipal nr. 3091/2015 de 28 de abril de 2015, que se regerá pelas Cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Termo é a cessão de uso de espaço público pertencente ao MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE – SC à CESSIONÁRIA para que faça uso de uma área de área de 606,39m<sup>2</sup> (Seiscentos e seis metros quadrados e trinta e nove centímetros) sem benfeitorias, pertencente à área maior, inscrita sob a matrícula 1.047, livro n. 2, fl. 01, junto ao Registro de Imóveis da Comarca de Herval d'Oeste, com a área total de 4.333,65m<sup>2</sup> (quatro mil trezentos e trinta e três metros e sessenta e cinco centímetros).

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA UTILIZAÇÃO DE PATRIMÔNIO

A CESSIONÁRIA utilizará este imóvel única e exclusivamente para construção de sistema de reservação de água para abastecimento público.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS INVESTIMENTOS

Os investimentos, despesas ou gastos inerentes a qualquer ação para a viabilização da obra, correrão à conta exclusiva da CESSIONÁRIA.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

O presente Termo terá validade de 20 (vinte) anos a contar da data de sua publicação, podendo ser prorrogado por igual período.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Pela utilização do imóvel objeto deste Termo, a CESSIONÁRIA nada pagará ao MUNICÍPIO, devendo apesar zelar pela conservação do patrimônio.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Herval d'Oeste – SC, para dirimir questões decorrentes do presente Termo.

Assim, por estarem juntos e entre si acordados, assinam o presente termo, em 05 (cinco) vias de igual teor e em presença de duas testemunhas.

Herval d'Oeste, 15 de maio de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito

CEDENTE

SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto

Presidente

CESSIONÁRIA

#### TESTEMUNHAS:

NOME: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

**TERMO DE CONVÊNIO COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 001/2015**

TERMO DE CONVÊNIO  
COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 001/2015

**DAS PARTES**

Aos 13 dias do mês de maio de 2015, celebram entre si, TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, de um lado o MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE SC, pessoa jurídica de direito privado interno, com sede administrativa sito na Rua Nereu Ramos, n. 389, Centro, na cidade de Herval d' Oeste, CNPJ sob nº 82939430/0001-38, representada neste ato pelo Prefeito Municipal NELSON GUINDANI, brasileiro, casado, residente na cidade de Herval d' Oeste (SC), CPF nº. 501.589.459-72, e de outro lado, a ONG AMIGOS DOS ANIMAIS DE JOAÇABA, HERVAL D' OESTE E LUZERNA (SC), pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n. 09.181.147/0001-08, neste ato devidamente representada por sua Presidente, Sra. CAMILLA CAMPAGNOLLO, brasileira, solteira, residente na cidade de Joaçaba (SC), CPF nº 062.942.139-08, que ajustam-se mediante as seguintes Cláusulas e condições, conforme Lei Municipal nº 3092 de 12 de maio de 2015.

**CLÁUSULA PRIMEIRA  
DO OBJETO**

O objeto do presente Convênio de Cooperação Técnica entre ambos partícipes é a concessão de uso do Ginásio da Escola Cruz e Souza para a realização de castrações cirúrgicas de cães e gatos de rua e de famílias carentes do Bairro São Jorge no município de Herval d' Oeste, que acontecerá no dia 28 de junho de 2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA  
DA UTILIZAÇÃO DE PATRIMÔNIO**

A ONG AMIGOS DOS ANIMAIS DE JOAÇABA, HERVAL D' OESTE E LUZERNA (SC) utilizará o imóvel única e exclusivamente para a realização de castrações cirúrgicas, no dia 28 de junho de 2015.

**CLÁUSULA TERCEIRA  
DA CONCESSÃO DO IMÓVEL**

Restará gratuita a presente Concessão de Uso do imóvel objeto desta Convenio de Cooperação Técnica.

**CLÁUSULA QUARTA  
DO PRAZO**

O prazo de vigência do presente Convênio compreenderá o dia 28 de junho de 2015.

**CLÁUSULA QUINTA  
DAS OBRIGAÇÕES**

A coleta e destinação adequada dos dejetos e materiais hospitalares ficam a encargo do Município de Herval d' Oeste. Fica a ONG AMIGOS DOS ANIMAIS DE JOAÇABA, HERVAL D' OESTE E LUZERNA (SC) obrigada a adotar todas as medidas de higiene atendendo as determinações da vigilância sanitária e do CRMV.

**CLÁUSULA SEXTA  
DA RESPONSABILIDADE CIVIL E CRIMINAL**

A ONG AMIGOS DOS ANIMAIS DE JOAÇABA, HERVAL D' OESTE E LUZERNA (SC), será responsável pelo adequado tratamento aos animais e eventuais prejuízos decorrentes dos procedimentos, civil e criminalmente.

**CLÁUSULA SÉTIMA****DA RESCISÃO**

O presente Contrato poderá ser rescindido de comum acordo, ou unilateralmente, por inadimplência de quaisquer de suas cláusulas e condições.

**CLÁUSULA OITAVA  
DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Herval d' Oeste(SC) para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas na execução deste Convênio, esgotadas as vias administrativas.

**CLÁUSULA NONA  
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firmou-se o presente Termo de Convênio, em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas a tudo inteiradas.

Herval D' Oeste (SC), 15 de maio de 2015.  
Nelson Guindani  
Prefeito de Herval D' Oeste

CAMILLA CAMPAGNOLLO  
Presidente da ONG AMIGOS DOA ANIMAIS DE JOAÇABA, HERVAL D' OESTE E LUZERNA (SC).

**TESTEMUNHAS:**

NOME: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

**IPREVI/HO****EXTRATO DE LICITAÇÃO IPREVI-HO Nº 02/2015 - TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2015 - TIPO TÉCNICA E PREÇO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2015

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2015

UNIDADE GESTORA: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE HERVAL D' OESTE (SC) -IPREVI-HO

TIPO: Técnica e Preço

**OBJETO**

Contratação de pessoa jurídica especializada, com a finalidade da prestação de serviços de assessoria e consultoria em relação ao mercado financeiro, capacitada a realizar diagnóstico da carteira de investimentos, assessorar na elaboração e aplicação da política de investimentos, realizar treinamento e capacitação aos gestores e conselheiros nos assuntos relacionados ao mercado financeiro, disponibilizar software para o preenchimento das APR's – Autorização de Aplicação e Resgate, disponibilizar software para simulações dos retornos financeiros ou percentuais com os fundos da carteira de renda variável, executar controles relacionados às aplicações e investimentos, executar avaliação de risco dos ativos, analisar a rentabilidade mensal das aplicações financeiras, elaborar cenários macroeconômicos, realizar a análise e emitir parecer documentado de novos produtos financeiros, assessorar nas questões relacionadas ao enquadramento das aplicações em conformidades com as normas e princípios da Resolução do CMN nº 3.922/2010 e alterações da Resolução do CNN nº 4.392/2014, na Portaria MPS nº 519 de 24 de agosto de 2011, alterada pela Portaria MPS nº 170 de 25 de abril de 2012 e pela Portaria MPS nº 440 de 09 de outubro de 2013 e suas alterações durante a vigência do contrato. Disponibilizando todos os referidos documentos, relatório e ferramentas, em ambiente web privativo da entidade previdenciária que gere o RPPS municipal, acessado exclusivamente através de login e senha, em conformidade com o Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

**ENTREGA DOS ENVELOPES**

Até às 13:30 h do dia 24/06/2015.

**LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA**

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

**VALOR MÁXIMO ESTIMADO**

R\$ 27.600,00 ( vinte e sete mil e seiscentos reais).

**EDITAL NA ÍNTEGRA**

O Edital na íntegra e seus anexos estão disponíveis no site : [www.hervaldoeste.sc.gov.br](http://www.hervaldoeste.sc.gov.br), sem custo adicional, para aqueles que tiverem interesse o Edital está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 16,80 (cinquenta reais). Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 19 de maio de 2015.

SILVANA LAZZARINI BULLA  
Pres. Conselho de Adm.

NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

# Ibiam

## PREFEITURA

### RESOLUÇÃO Nº 021/2015-CODEMI

RESOLUÇÃO Nº021/2015

O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE IBIAM - CODEMI, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar Nº 025, de 24 de novembro de 2011.

CONSIDERANDO o Decreto n.º 2561, de 20 de novembro de 2013, o art. 2º, incisos I a VIII quanto às competências.

CONSIDERANDO a deliberação da reunião ordinária, visitação "in loco" e análise dos documentos do dia 12 de Março de 2015.

RESOLVE:

Art.1º - Aprovar a concessão de estímulos econômicos ao Senhor Cleumar A. Busatto constituído 15(quinze) horas de Escavadeira Hidráulica e 200(duzentos) Km de Caçamba.

Art.2º A prestação de contas será de acordo com o art. 6º do Decreto nº 2561/2013 e nº 2707/2014.

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e CUMPRA-SE.

Ibiam, 18 de Maio de 2015.

Secretário Municipal Infraestrutura Obras e Serviços Públicos  
Presidente do Conselho CODEMI

Homologada em: 18/05/2015.

Clóvis José Busatto  
Prefeito Municipal de Ibiam

### RESOLUÇÃO Nº 022 - CODEMI

RESOLUÇÃO Nº022/2015

O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE IBIAM - CODEMI, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar Nº 025, de 24 de novembro de 2011.

CONSIDERANDO o Decreto n.º 2561, de 20 de novembro de 2013, o art. 2º, incisos I a VIII quanto às competências.

CONSIDERANDO a deliberação da reunião ordinária, visitação "in loco" e análise dos documentos do dia 1º de Agosto de 2014.

RESOLVE:

Art.1º - Aprovar a concessão de estímulos econômicos ao Senhor Eroni Turella constituído 30(trinta) horas de Trator de Esteira, 30(trinta) horas de Retroescavadeira, 60 (sessenta) horas de Motoniveladora, 150(cento e cinquenta) km de Caçamba e 30(trinta) horas de Escavadeira Hidráulica.

Art.2º A prestação de contas será de acordo com o art. 6º do Decreto nº 2561/2013.

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e CUMPRA-SE.

Ibiam, 18 de Maio de 2015.

Secretário Municipal Infraestrutura Obras e Serviços Públicos  
Presidente do Conselho CODEMI

Homologada em: 18/05/2015.

Clóvis José Busatto  
Prefeito Municipal de Ibiam

# Ilhota

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 007 - TP 002 2015 - THOME - REFORMA CRECHE

Extrato de Contrato nº 007/2015

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Secretaria Municipal de Educação

Setor de Compras e Licitações

Processo: Tomada de Preço nº 002/2015

Objeto: Contratação de Empresa para realização da Reforma de Prédio e Ampliação para atender a Creche Municipal, conforme Edital e seus anexos.

Fornecedor: THOME EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

Valor: R\$ 99.913,18 (noventa e nove mil novecentos e treze reais e dezoito centavos)

Assinatura: 18/05/2015

Vigência: 18/05/2015 à 17/07/2015

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal

### RESOLUÇÃO N. 11/2015

RESOLUÇÃO N. 11/2015

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO: a Resolução N. 08/2015, a qual cria a Comissão Organizadora do processo de Eleição do Conselho Tutelar.

CONSIDERANDO: que a COMISSÃO ELEITORAL DO CONSELHO TUTELAR deverá ser composta por no mínimo 04 (quatro) Conselheiros Titulares, com representação paritária e com a definição de um Coordenador e um Secretário, as quais serão responsáveis pela sistematização de todos os atos do Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares sua apresentação à Coordenação do CMDCA e à Sessão Plenária, inclusive para deliberação de casos omissos ou que a ela remeta a necessidade.

RESOLVE: alterar os componentes da Comissão Organizadora do processo de Eleição do Conselho Tutelar, pelo motivo da troca dos membros do CMDCA na eleição que ocorreu no dia 07/05/2015, na qual os membros compõem de forma paritária, sendo eles:

- Jaqueline Aparecida Ferretti (Coordenadora), representante da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE (Setor Não Governamental);
- Ana Tereza Americano, representante da Secretaria Municipal de Saúde, (Setor Governamental);
- José Teixeira (Secretário), representante da Pastoral da Criança, (Setor Não Governamental);
- Alvarilda Aparecida de Souza, representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, (Setor Governamental).

Ilhota, 18 de maio de 2015.

Alex Luís Mengarda

Presidente do CMDCA

# Imarui

## PREFEITURA

### **AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO PMI Nº. 039/2015**

A Prefeitura Municipal de Imaruí, torna público para o conhecimento dos interessados que estará realizando processo de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico através do site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br). Menor preço global por lote para eventual aquisição de gasolina comum, filtros e lubrificantes, locação de veículo, lanche, boné personalizado, camiseta personalizada, saco para coleta de lixo, balde personalizado, caneta personalizada, caderno personalizado e contratação de Pessoa Jurídica para o fornecimento de técnicos de nível médio e superior, para a Secretaria de Desenvolvimento Rural e Pecuário. Cadastro das propostas por meio de sistema eletrônico até as 13h50min do dia 01/06/2015. Informações e entrega do Edital, no Setor de Licitação, na Prefeitura Municipal de Imaruí, ou pelo telefone (48) 3643-0161, pelo e-mail: [licitacao@imarui.sc.gov.br](mailto:licitacao@imarui.sc.gov.br).

Imaruí, 18 de Maio de 2015.

Manoel Viana de Sousa

Prefeito Municipal

### **AVISO DE REABERTURA DA CARTA CONVITE PMI 003/2015**

A Prefeitura Municipal de Imaruí, por intermédio do Prefeito Municipal, comunica aos interessados a abertura da licitação na Modalidade CARTA CONVITE Nº. 003/2015, no dia 27 de Maio de 2015 às 09h00min, no Setor de Licitação na sede da Prefeitura Municipal de Imaruí, localizada na Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro, Imaruí-SC. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DO TOYOTA COROLLA 2010, ficando o convite estendido aos demais cadastrados no ramo que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 horas daquela marcada para apresentação das propostas. Outras informações e edital completo poderão ser retiradas no Setor de Licitação da Prefeitura, com a Comissão Permanente de Licitação e pelo Telefone (48) 3643 – 0161.

Imaruí, 18 de Maio de 2015.

Manoel Viana de Sousa

Prefeito Municipal



# Imbituba

## PREFEITURA

### DECRETO PMI Nº 90, DE 15 DE MAIO DE 2015.

DECRETO PMI Nº 90, DE 15 DE MAIO DE 2015.

Nomeia os membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba – COMSEA e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO o cumprimento do dispositivo na da Lei Municipal Nº 4.447/2014 de 12 de Setembro de 2014, que institui o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba – COMSEA.

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os integrantes do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Imbituba – COMSEA, para um período de 02 (dois) anos, a contar da posse, os seguintes membros:

#### I – REPRESENTANTES DOS PODER PÚBLICO:

a) Representantes da Secretaria de Agricultura e Pesca - SEAPI:

Titular: José Carlos de Souza

Suplente: Evaldo de Souza

b) Representantes da Secretaria Municipal de Educação - SEDUCE:

Titular: Eliane Aparecida Moreira Silvério

Suplente: Olga Isabel De Luca

c) Representantes da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA:

Titular: Luiz Henrique Nascimento Michels

Suplente: Ana Paula do Nascimento Marques

d) Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social Trabalho e Renda - SEAST:

Titular: Rose Meri de Mendonça Beza

Suplente: Edenisi Maria Francisco

#### II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

a) Representantes da Cooperativa dos Produtores Familiares e Pescadores artesanais da Região dos Lagos Sul Catarinense – COOPERLAGOS:

Titular: Valmir de Souza Mendonça

Suplente: Maria Eli Costa da Rocha

b) Representantes da Pastoral da Criança:

Titular: Sonia de Souza Ávila Celestino

Suplente: Ana Maria Souza Silva da Rosa

c) Representantes da Câmara de Dirigentes Lojistas de Imbituba - CDL:

Titular: Custodio Juvenal Pacheco

Suplente: Joaquim Manoel Freitas

d) Representantes da Associação de Amigos de Orientação Alternativa - ORIALAN

Titular: Carla Lopes

Suplente: Daniela de Souza Correa

e) Representantes do Sindicato dos Pescadores de Santa Catarina – SINDPESCA

Titular: Paulo Cesar Julio

Suplente: Tiago Manoel Demétrio

f) Representantes da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI

Titular: Anderson Luiz Kangerski

Suplente: Otilia Salvador

g) Representantes da ACORDI

Titular: Marlene Borges

Suplente: Ademir Rosa da Costa

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 15 de maio de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

### DECRETO PMI Nº 91, DE 18 DE MAIO DE 2015.

DECRETO PMI Nº 91, DE 18 DE MAIO DE 2015.

Cria e delimita as Zonas Especiais de Interesse Social que especifica para fins de implementação de loteamentos de interesse social na forma da Lei complementar nº 2.623, de 19 de março de 2005 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Lei Complementar nº 2.623/2005, de 19 de março de 2005,

CONSIDERANDO, o Programa de Promoção de Urbanificação de Interesse Social; e

CONSIDERANDO, também, as diretrizes do Plano de Habitação de Interesse Social;

#### DECRETA:

Art. 1º Para fins de implementação de loteamentos de interesse social, fica identificada, instituída, delimitada e reconhecida em Zona Especial de Interesse Social 2 - ZEIS 2, a área de 79.496,30 m² (setenta e nove mil e quatrocentos e noventa e seis vírgula trinta metros quadrados), com limites e confrontações descritos na Certidão do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Imbituba, matriculadas sob os nº 9.004, 9.005 e 1.308.

Parágrafo único. A área elencada neste artigo possui a seguinte configuração: "Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 01, de coordenadas N 6.870.863,785 m. e E 725.053,019 m., situado no limite com Área de Marinha, deste, segue com azimute de 121°35'48" e distância de 261,88 m, confrontando neste trecho com Maria da Glória Fernandes, até o vértice 02, de coordenadas N 6.870.726,578 m e E 725.276,076 m; deste, segue com azimute de 120°16'51" e distância de 268,33 m, confrontando neste trecho com Maria da Glória Fernandes, até o vértice 03, de coordenadas N 6.870.591,275 m e E 725.507,797 m; deste, segue com azimute de 209°39'15" e distância de 54,70 m, confrontando neste trecho

com Congregação Cristã do Brasil, até o vértice 04, de coordenadas N 6.870.543,742 m e E 725.480,735 m; deste, segue com azimuth de 115°46'02" e distância de 59,74 m, confrontando neste trecho com Congregação Cristã do Brasil, até o vértice 05, de coordenadas N 6.870.517,774 m e E 725.534,531 m; deste, segue com azimuth de 171°17'40" e distância de 68,82 m, confrontando neste trecho com Rua Perso Groff, até o vértice 06, de coordenadas N 6.870.449,750 m e E 725.544,947 m; deste, segue com azimuth de 264°45'14" e distância de 18,21 m, confrontando neste trecho com Luiz Paulo, até o vértice 07, de coordenadas N 6.870.448,085 m e E 725.526,813 m; deste, segue com azimuth de 174°45'05" e distância de 11,22 m, confrontando neste trecho com Luiz Paulo, até o vértice 08, de coordenadas N 6.870.436,916 m e E 725.527,839 m; deste, segue com azimuth de 84°15'42" e distância de 18,61 m, confrontando neste trecho com Luiz Paulo, até o vértice 09, de coordenadas N 6.870.438,777 m e E 725.546,358 m; deste, segue com azimuth de 172°47'45" e distância de 54,37 m, confrontando neste trecho com Rua Perso Groff, até o vértice 10, de coordenadas N 6.870.384,838 m e E 725.553,176 m; deste, segue com azimuth de 300°16'51" e distância de 559,70 m, confrontando neste trecho com Carlos Angelo da Costa Filho até o vértice 11, de coordenadas N 6.870.667,060 m e E 725.069,842 m; deste, segue com azimuth de 58°57'24" e distância de 15,92 m, confrontando neste trecho com Área de Marinha, até o vértice 12, de coordenadas N 6.870.675,268 m e E 725.083,479 m; deste, segue com azimuth de 22°17'31" e distância de 70,79 m, confrontando neste trecho com Área de Marinha, até o vértice 13, de coordenadas N 6.870.740,771 m e E 725.110,333 m; deste, segue com azimuth de 335°01'07" e distância de 135,71 m, confrontando neste trecho com Área de Marinha, até o vértice 01, de coordenadas N 6.870.863,785 m e E 725.053,019 m; ponto inicial da descrição deste perímetro." Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas no Sistema UTM, tendo como o Datum o Sirgas 2000. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º A área descrita no art. 1º deste Decreto, definida como Zona Especial de Interesse Social - ZEIS, fica destinada exclusivamente à implementação de loteamentos de interesse social.

Art. 3º O órgão municipal responsável pelo desenvolvimento urbano, saneamento e habitação poderá estabelecer, por ato próprio, Plano de Urbanização da Zona Especial de Interesse Social - ZEIS, para a área delimitada no art. 1º deste Decreto, observadas as normas urbanísticas em vigor.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Imbituba, 18 de maio de 2015.  
Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.  
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

## **EDITAL SEAGP Nº 066/2015**

EDITAL SEAGP Nº 066/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2014, divulgado através do Edital nº 001/2014, de 10 de outubro de 2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014, de 05 de Janeiro de 2015, que homologou os resultados do referido Concurso.

### **RESOLVE:**

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2014, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 19 de Maio a 18 de Junho de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 19 de Maio de 2015.  
Andreza Barcelos Carvalho  
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 066/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Médico Veterinário  
Hilton Luiz Ouriques

**EDITAL SEAGP Nº 067/2015**

EDITAL SEAGP Nº 067/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2014.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2014, divulgado através do Edital nº 001/2014, de 10 de outubro de 2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014, de 05 de Janeiro de 2015, que homologou os resultados do referido Concurso.

**RESOLVE:**

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2014, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 19 de Maio a 18 de Junho de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 19 de maio de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 067/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Agente Comunitário de Saúde - área 01

Debora Mello Abreu

**EXTRATO: PMI SEAGP 2015/94 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAGP 2015/94 A00

Contratada: KAC LTDA

C.N.P.J: 04.492.199/0001-73

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA USO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA, PARA ORÇAMENTO DE 2015.

Valor: R\$79.182,58 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 05/2015 Pregão 01/2015

Imbituba, 13 de maio de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública  
Contratante

Kac Ltda

Representante Legal

Contratada

**EXTRATO: PMI SEAGP 2015/95 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAGP 2015/95 A00

Contratada: LUCIANE CONSTANTINO DA SILVA ME

C.N.P.J: 08.897.022/0001-08

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA USO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA, PARA ORÇAMENTO DE 2015.

Valor: R\$110.413,41 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 05/2015 Pregão 01/2015

Imbituba, 13 de maio de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública  
Contratante

Luciane Constantino da Silva Me

Representante Legal

Contratada

**EXTRATO: PMI SEAGP 2015/96 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAGP 2015/96 A00

Contratada: MARIA ROSANGELA ROCHADEL LUIZ ME

C.N.P.J: 06.324.279/0001-45

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA USO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA, PARA ORÇAMENTO DE 2015.

Valor: R\$1.423,98 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 05/2015 Pregão 01/2015

Imbituba, 13 de maio de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública  
Contratante

Maria Rosangela Rochadel Luiz Me

Representante Legal

Contratada

**EXTRATO: PMI SEAGP 2015/97 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEAGP 2015/97 A00  
Contratada: NAFI COMERCIO ATACADISTA LTDA ME  
C.N.P.J: 10.788.485/0001-83  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA USO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA, PARA ORÇAMENTO DE 2015.  
Valor: R\$110.682,12 Prazo: 31/12/2015  
Fundamento: Processo nº. 05/2015 Pregão 01/2015

Imbituba, 13 de maio de 2015.  
Nicolau Corsino Bento  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública  
Contratante

Nafi Comercio Atacadista Ltda Me  
Representante Legal  
Contratada

**EXTRATO: PMI SEAGP 2015/98 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEAGP 2015/98 A00  
Contratada: ORLEANS INFORMATICA LTDA  
C.N.P.J: 02.315.593/0001-00  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA USO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA, PARA ORÇAMENTO DE 2015.  
Valor: R\$28.395,61 Prazo: 31/12/2015  
Fundamento: Processo nº. 05/2015 Pregão 01/2015

Imbituba, 13 de maio de 2015.  
Nicolau Corsino Bento  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública  
Contratante

Orleans Informática Ltda  
Representante Legal  
Contratada

**EXTRATO: PMI SEAGP 2015/99 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEAGP 2015/99 A00  
Contratada: PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA EPP  
C.N.P.J: 03.790.887/0001-57  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA USO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA, PARA ORÇAMENTO DE 2015.  
Valor: R\$114.985,24 Prazo: 31/12/2015  
Fundamento: Processo nº. 05/2015 Pregão 01/2015

Imbituba, 13 de maio de 2015.  
Nicolau Corsino Bento  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública  
Contratante

Papelaria Espaço Escolar Ltda Epp  
Representante Legal  
Contratada

**EXTRATO: PMI SEDUCE 2010/83 A08**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEDUCE 2010/83 A08  
Contratada: JN CORRETORA DE SEGUROS  
C.N.P.J: 01.872.170/0001-29  
Objeto: INCLUSÃO DE VEÍCULO DA FROTA DO TRANSPORTE ESCOLAR: TIPO:ÔNIBUS, MARCA:IVECO, MODELO:CITYCLASS, ANO:2014, PLACA:QHE4665, CHASSIS:93ZL68C01E8456866, RENAVAM:1018672092.  
Valor: R\$424,80  
Fundamento: Processo nº. 80/2010 Dispensa 18/2010

Imbituba, 28 de abril de 2015.  
Michela da Silva Freitas  
Secretária Municipal de Educação  
Contratante

Jn Corretora de Seguros  
Representante Legal  
Contratada

**EXTRATO: PMI SEFAZ 2013/21 A03**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEFAZ 2013/21 A03  
Contratada: OMEGA ENGENHARIA DE SOFTWARE LTDA  
C.N.P.J: 68.852.870/0001-22  
Objeto: REEQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO DE 25,67%(VINTE E CINCO VIRGULA SESENTA E SETE POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.  
Valor: R\$3.800,00  
Fundamento: Processo nº. 20/2013 Pregão 17/2013

Imbituba, 12 de maio de 2015.  
Ivan Vítório  
Secretário Municipal da Fazenda  
Contratante

Omega Engenharia de Software Ltda  
Representante Legal  
Contratada

**EXTRATO: SEAST 2015/23 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: SEAST 2015/23 A00  
Contratada: GEBALCAR PNEUS LTDA  
C.N.P.J: 00.283.186/0001-33  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PNEUS NOVOS COM SERVIÇOS DE MONTAGEM, GEOMETRIA E BALANCEAMENTO VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SEASH, CRAS, BOLSA FAMÍLIA, CREAS E CONSELHO TUTELAR.  
Valor: R\$6.472,00 Prazo: 31/12/2015  
Fundamento: Processo nº. 19/2015 Pregão 17/2015

Imbituba, 06 de maio de 2015.  
Selma Elias Whestphal  
Secretária Municipal da Seast  
Contratante



Gebalcar Pneus Ltda  
Representante Legal  
Contratada

Papelaria Espaço Escolar Ltda Me  
Representante Legal  
Contratada

**EXTRATO: SEAST 2015/24 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: SEAST 2015/24 A00  
Contratada: COMERCIAL PREÇO BOM Z&C LTDA  
C.N.P.J: 04.660.943/0001-00  
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA PARA O PROGRAMA VEM SER.  
Valor: R\$5.500,00 Prazo: 31/12/2015  
Fundamento: Processo nº. 02/2015 Pregão 02/2015

Imbituba, 06 de maio de 2015.  
Selma Elias Whestphal  
Secretária Municipal da Seast  
Contratante

Comercial Preço Bom Z & C Ltda  
Representante Legal  
Contratada

**EXTRATO: SEAST 2015/27 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: SEAST 2015/27 A00  
Contratada: RENARUS COMERCIAL LTDA ME  
C.N.P.J: 04.188.337/0001-25  
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA O PROGRAMA VEM SER.  
Valor: R\$2.912,00 Prazo: 31/12/2015  
Fundamento: Processo nº. 07/2015 Pregão 06/2015

Imbituba, 06 de maio de 2015.  
Selma Elias Whestphal  
Secretária Municipal da Seast  
Contratante

Renarus Comercial Ltda Me  
Representante Legal  
Contratada

**EXTRATO: SEAST 2015/25 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: SEAST 2015/25 A00  
Contratada: EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME  
C.N.P.J: 05.937.672/0001-41  
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA PARA O PROGRAMA VEM SER.  
Valor: R\$4.790,00 Prazo: 31/12/2015  
Fundamento: Processo nº. 02/2015 Pregão 02/2015

Imbituba, 06 de maio de 2015.  
Selma Elias Whestphal  
Secretária Municipal da Seast  
Contratante

Eonix Suprimentos e Informatica Ltda Me  
Representante Legal  
Contratada

**EXTRATO: SEAST 2015/29 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: SEAST 2015/29 A00  
Contratada: COMERCIAL PREÇO BOM Z&C LTDA  
C.N.P.J: 04.660.943/0001-00  
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA PARA O PROGRAMA VEM SER.  
Valor: R\$2.405,00 Prazo: 31/12/2015  
Fundamento: Processo nº. 01/2015 Pregão 01/2015

Imbituba, 06 de maio de 2015.  
Selma Elias Whestphal  
Secretária Municipal da Seast  
Contratante

Comercial Preço Bom Z & C Ltda  
Representante Legal  
Contratada

**EXTRATO: SEAST 2015/26 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: SEAST 2015/26 A00  
Contratada: PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA ME  
C.N.P.J: 03.790.887/0001-57  
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA PARA O PROGRAMA VEM SER.  
Valor: R\$5.933,99 Prazo: 31/12/2015  
Fundamento: Processo nº. 02/2015 Pregão 02/2015

Imbituba, 06 de maio de 2015.  
Selma Elias Whestphal  
Secretária Municipal da Seast  
Contratante

**EXTRATO: SEAST 2015/31 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: SEAST 2015/31 A00  
Contratada: ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP  
C.N.P.J: 01.980.629/0001-08  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA SEASH, CRE-AS E CRAS.  
Valor: R\$9.117,90 Prazo: 31/12/2015  
Fundamento: Processo nº. 04/2015 Pregão 04/2015

Imbituba, 06 de maio de 2015.  
Selma Elias Whestphal  
Secretária Municipal da Seast  
Contratante

Ancs Distribuidora Ltda Epp  
Representante Legal  
Contratada

Antonio Nicolau de Abreu  
Representante Legal  
Contratada

**EXTRATO: SEAST 2015/32 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: SEAST 2015/32 A00  
Contratada: LUCIANE CONSTANTINO DA SILVA ME  
C.N.P.J: 08.897.022/0001-08  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA SEASH, CRE-  
AS E CRAS.  
Valor: R\$2.071,03 Prazo: 31/12/2015  
Fundamento: Processo nº. 04/2015 Pregão 04/2015

Imbituba, 06 de maio de 2015.  
Selma Elias Whestphal  
Secretária Municipal da Seast  
Contratante

Luciane Constantino da Silva Me  
Representante Legal  
Contratada

**EXTRATO: SEAST 2015/33 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: SEAST 2015/33 A00  
Contratada: REFRIMOTOR CLIMATIZAÇÃO LTDA  
C.N.P.J: 13.939.392/0001-46  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTENCIA TECNICA  
AUTORIZADA ELETROLUX PARA DESINSTALAÇÃO E INSTALAÇÃO  
DE 10(DEZ) CONDICIONADORES DE AR DA SEAST.  
Valor: R\$9.500,00 Prazo: 31/12/2015  
Fundamento: Processo nº. 17/2015 Pregão 15/2015

Imbituba, 07 de maio de 2015.  
Selma Elias Whestphal  
Secretária Municipal da Seast  
Contratante

Refrimotor Climatização Ltda  
Representante Legal  
Contratada

**EXTRATO: SEAST 2015/34 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: SEAST 2015/34 A00  
Contratada: ANTONIO NICOLAU DE ABREU  
C.N.P.J: 97.538.279/0001-01  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO PARA  
TODOS OS MPROGRAMAS E SERVIÇOS DA SEAST.  
Valor: R\$15.100,00 Prazo: 31/12/2015  
Fundamento: Processo nº. 18/2015 Pregão 16/2015

Imbituba, 07 de maio de 2015.  
Selma Elias Whestphal  
Secretária Municipal da Seast  
Contratante

**EXTRATO: SEMUSA 2015/25 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: SEMUSA 2015/25 A00  
Contratada: DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA  
C.N.P.J:02.477.571/0001-83  
Objeto: AQUISIÇÃO DE KITS ODONTOLÓGICOS PARA DISTRIBUI-  
ÇÃO NAS CAMPANHAS DP PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL E PRO-  
GRAMA DE SAÚDE NA ESCOLA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE  
SAÚDE.  
Valor: R\$23.720 Prazo: 31/12/2015  
Fundamento: Processo nº. 13/2015 Pregão 10/2015

Imbituba, 08 de maio de 2015.  
Maria Martins dos Passos Souza  
Secretária Municipal de saúde  
Contratante

Dental Med Sul Artigos Odontológicos Ltda  
Representante Legal  
Contratada

**EXTRATO: SEMUSA 2015/26 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: SEMUSA 2015/26 A00  
Contratada: ALTERMED MAT. HOSPITALAR LTDA  
C.N.P.J:00.802.002/0001-02  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO DE CONSUMO  
PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.  
Valor: R\$11.624,00 Prazo: 31/12/2015  
Fundamento: Processo nº. 12/2015 Pregão 09/2015

Imbituba, 08 de maio de 2015.  
Maria Martins dos Passos Souza  
Secretária Municipal de saúde  
Contratante

Altermed Mat. Hospitalar Ltda  
Representante Legal  
Contratada

**EXTRATO: SEMUSA 2015/27 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: SEMUSA 2015/27 A00  
Contratada: BIOMEDI MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA  
C.N.P.J:13.365.644/0001-25  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO DE CONSUMO  
PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.  
Valor: R\$24.606,40 Prazo: 31/12/2015  
Fundamento: Processo nº. 12/2015 Pregão 09/2015



Imbituba, 08 de maio de 2015.  
Maria Martins dos Passos Souza  
Secretária Municipal de saúde  
Contratante

Biomedi Material Medico Hospitalar Ltda  
Representante Legal  
Contratada

**EXTRATO: SEMUSA 2015/28 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: SEMUSA 2015/28 A00  
Contratada: CIRURGICA BELA VISTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALAR  
C.N.P.J:10.311.632/0001-20  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO DE CONSUMO PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.  
Valor: R\$36.483,00 Prazo: 31/12/2015  
Fundamento: Processo nº. 12/2015 Pregão 09/2015

Imbituba, 08 de maio de 2015.  
Maria Martins dos Passos Souza  
Secretária Municipal de saúde  
Contratante

Cirurgica Bela Vista Comercio de Produtos Hospitalar  
Representante Legal  
Contratada

**EXTRATO: SEMUSA 2015/29 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: SEMUSA 2015/29 A00  
Contratada: DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA  
C.N.P.J:02.477.571/0001-47  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO DE CONSUMO PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.  
Valor: R\$78.488,90 Prazo: 31/12/2015  
Fundamento: Processo nº. 12/2015 Pregão 09/2015

Imbituba, 08 de maio de 2015.  
Maria Martins dos Passos Souza  
Secretária Municipal de saúde  
Contratante

Dental Med Sul Artigos Odontologicos Ltda  
Representante Legal  
Contratada

**EXTRATO: SEMUSA 2015/30 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: SEMUSA 2015/30 A00  
Contratada: JACQUES BRIÃO MOREIRA ME  
C.N.P.J:18.941.818/0001-74  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO DE CONSUMO PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.  
Valor: R\$14.514,50 Prazo: 31/12/2015  
Fundamento: Processo nº. 12/2015 Pregão 09/2015

Imbituba, 08 de maio de 2015.  
Maria Martins dos Passos Souza  
Secretária Municipal de saúde  
Contratante

Jacques Brião Moreira Me  
Representante Legal  
Contratada

**EXTRATO: SEMUSA 2015/31 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: SEMUSA 2015/31 A00  
Contratada: SILMES COMERCIO DE PRODUTOS  
C.N.P.J: 04.989.294/0001-87  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO DE CONSUMO PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.  
Valor: R\$51.341,20 Prazo: 31/12/2015  
Fundamento: Processo nº. 12/2015 Pregão 09/2015

Imbituba, 08 de maio de 2015.  
Maria Martins dos Passos Souza  
Secretária Municipal de saúde  
Contratante

Silmes Comercio de Produtos  
Representante Legal  
Contratada

**PORTARIA PMI/GGP Nº 294/2015**

PORTARIA PMI/GGP Nº 294, de 18 de maio de 2015.

Dispõe sobre a nomeação de servidor de carreira em função gratificada de Gerente de Atos de Pessoal, do órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, ainda com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear o servidor de carreira abaixo descrito, na função gratificada de Gerente de Atos de Pessoal, para a atuação junto ao respectivo órgão superior.

GERENTE – LC nº 4.514/2015				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
Gerente de Atos de Pessoal	SEAGP	Rodrigo de Farias Rosa	033.843.869-65	01/06/2015

Art. 2º O servidor de carreira nomeado para a função gratificada de Gerente, perceberá a gratificação de 50% (cinquenta por cento) de seu salário base, nos termos do Art. 31, § 2º, III da LC nº 4.514/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de 1º de junho de 2015.

Imbituba, 18 de maio de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**PORTARIA PMI/GGP Nº 295/2015**

PORTARIA PMI/GGP Nº 295, de 18 de maio de 2015.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora CLEUSA GABRIEL DOS SANTOS, Professora III – 20h, inscrita no CPF sob o n.º 800.285.789-53, admitida em 13 de abril de 1998, contrato nº 100, referente ao quinquênio devido e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2008 a 2013	04.05.2015 a 01.08.2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de maio de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**PORTARIA PMI/GGP Nº 296/2015**

PORTARIA PMI/GGP Nº 296, de 18 de maio de 2015.

Dispõe sobre a nomeação de Assessora II, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear a Sra. DÉBORA RAMOS PACHECO SEARA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 050.679.409-13, para exercer o cargo de Assessora II junto a Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 18 de maio de 2015.

Imbituba, 18 de maio de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**PORTARIA PMI/GGP Nº 297/2015**

PORTARIA PMI/GGP Nº 297, de 18 de maio de 2015.

Dispõe sobre a nomeação de Assessora IV, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear a Sra. BRUNA BITENCOURT MARTINS, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 104.156.609-39, para exercer o cargo de Assessora IV junto a Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - SEAPI, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 18 de maio de 2015.

Imbituba, 18 de maio de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**PORTARIA PMI/GGP Nº 298/2015**

PORTARIA PMI/GGP Nº 298, de 18 de maio de 2015.

Dispõe sobre a admissão de Cuidadora/Educadora Residente, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei nº 3.330 de 30 de abril de 2008 e Lei Complementar nº 4.489 de 09 de dezembro de 2014,

**RESOLVE:**

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado – Edital nº 05/2015, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Cássia Iara Iranzo Leal D'Ávila	Cuidadora/Educadora Residente – 40h	709.546.900-87	14/05/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de maio de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

### **PORTARIA PMI/GGP Nº 299/2015**

PORTARIA PMI/GGP Nº 299, de 18 de maio de 2015.

Dispõe sobre a nomeação de servidor em cargo de provimento em comissão para atuação como Superintendente do órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor abaixo descrito, no cargo de provimento em comissão, para a atuação como Superintendente do respectivo órgão superior.

SUPERINTENDENTE – LC nº 4.514/2015				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
Superintendente de Esporte e Lazer	SETEC	Filipi Silveira Pacheco	044.540.839-16	18/05/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 18 de maio de 2015.

Imbituba, 18 de maio de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

# Indaial

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 089/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 089/2015

CONTRATADA: SVI REPRESENTAÇÕES E PROMOÇÕES DE EVENTOS LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente Termo, a contratação de apresentações artísticas musicais das seguintes bandas e grupos: "Multishow" e "Sol Nascente". Os shows serão realizados nos encontros festivos de grupos da 3ª Idade.

PRAZO: 23 de abril de 2015 a 30 de junho de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 23/04/2015.

### DECRETO Nº 1392/15

. DECRETO Nº 1392/15

. De 11 de maio de 2015

Retifica Decreto 213/13, Revoga Decreto 979/14 - Jussara Marli Thurow Conti.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base no Anexo II da Lei Complementar 83 de 22 de dezembro de 2008, DECRETA:

Art. 1º - Fica retificado no Decreto 213/13, alterado pelo Decreto 979/14, as atribuições da servidora JUSSARA MARLI THUROW CONTI, passando a responder pela coordenação dos serviços de tesouraria, responsável pela movimentação financeira das contas correntes do Município, Criança e Adolescente e Fundação Municipal de Esportes.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se os efeitos do Decreto 979/14.

Município de Indaial, em 11 de maio de 2015.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1393/15

. DECRETO Nº 1393/15

. De 11 de maio de 2015

Homologa Resolução nº 04/2015 - CMDCA

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e demais dispositivos legais em vigor, e considerando Lei Federal 8069/90, Lei Municipal 4.321/11, Decreto 1144/14 e Resolução Conanda nº 166/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 04/2015 exarada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, onde Deflagra a VI Conferência Municipal dos Direitos da

Criança e do Adolescente de Indaial e Institui a Comissão Organizadora.

Art. 2º - A Resolução ora homologada é parte integrante deste Decreto, para efeitos legais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 11 de maio de 2015.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

### RESOLUÇÃO Nº 04/2015

DEFLAGRA A VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE INDAIAL E INSTITUI A COMISSÃO ORGANIZADORA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Decreto nº 1144/14 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações e, das Plenárias ocorridas em 27 de Janeiro e 26 de Fevereiro de 2015.

CONSIDERANDO:

- O Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei Nº 8.069/90;
- A Lei Municipal 4.321/2011- que dispõe sobre o FIA, CMDCA e outros;
- O que dispõe no Manual do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina denominado "Orçamento Público e o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente/2010;
- A previsão orçamentária do Fundo para o exercício de 2015.
- Resolução nº 166, de 05 de Junho de 2014 CONANDA sobre as Conferências.
- Ofício CEDCA nº 061/2014 e
- o Guia Número 01 de Orientações para a Realização das Conferências Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Resolve:

Art. 1º - DEFLAGRA a VI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Indaial, com o tema "Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes – fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente".

Art. 2º - Institui a COMISSÃO ORGANIZADORA da VI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Indaial, composta pelas seguintes representações:

FIC (Luiz Cláudio S T M Altenburg)

Secretaria de Saúde : (Luciane Tomae Klug)

Secretaria de Educação (Denise Stollmeier de Aviz)

Secretaria de Assistência Social (Ivo Schnaider)

Fundação de Esportes (Marcelo Sabel)

Conselho Tutelar (Jair Gilmar Gozanga)

Gestão da SMAS (Mirian Terezinha Nunes)

SDR Timbó (Gerere) 3399-3000 (sem indicação)

CRAS Estrada das Areias (Gessiane Keila Ignatowicz Pasquali )  
 CRAS Nações (Gabriela Boemer Amaral)  
 CRAS Carijós (Cristiane Michalack Goulart Gonçalves)  
 CRAS Tapajós (Ivania Aparecida Luiz)  
 §1º - Na ausência do titular o representante suplente da mesma Entidade assume os trabalhos.  
 Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Assistência Social proporcionará o apoio administrativo necessário ao funcionamento da VI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Indaial.  
 Art. 3º - O Evento será realizado no dia 19 de maio de 2015, das 8:00hs às 17:00hs, nas dependências do Auditório Galileu Galilei da UNIASSELVI, sito na Rodovia BR-470, km 71, nº1040, Benedito – Indaial/SC.  
 Art. 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 28 de Janeiro de 2015.  
 Luiz Cláudio S T M Altenburg  
 Coordenador do CMDCA

### DECRETO Nº 1394/15

. DECRETO Nº 1394/15  
 . De 11 de maio de 2015  
 Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 no F.MUN.INF.E ADOLES.DE INDIAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.115, de 19 de dezembro de 2014,  
 DECRETA,  
 Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do F.MUN.INF.E ADOLES.DE INDIAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
32	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
32.001	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
32.001.0014	DIREITOS DA CIDADANIA
32.001.0014.0243	ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE
32.001.0014.0243.0032	AÇÕES QUE VISAM A GARANTIA DOS DIREITOS
32.001.0014.0243.0032.1551	ESTUDOS E DIAGNÓSTICOS
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03000000	Recursos Ordinários - E.A.
	Valor: ( 5.000,00 )

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2014.  
 Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de maio de 2015.  
 SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
 Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
 Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1395/15

. DECRETO Nº 1395/15  
 . De 12 de maio de 2015  
 Nomeia Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – COMDECON.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 5.148/15 e demais dispositivos legais em vigor, e considerando a Ata datada de 11/05/2015,

DECRETA,

Art. 1º - Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – COMDECON, conforme prevê o artigo 10 da Lei 5.148, as seguintes pessoas:

I. AETIUS TIMAR HENNINGS – Presidente  
 Coordenador Executivo do PROCON

II. ALTAIR SIMÃO - Membro  
 Representante da Secretaria de Administração e Finanças;

III. SILMARA FRUET - Relatora  
 Representante da Procuradoria do Município de Indaial;

IV. JEFFERSON MIRANDA - Secretário  
 Representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção de Indaial;

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 12 de maio de 2015.  
 SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
 Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
 Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1396/15

. DECRETO Nº 1396/15  
 . De 12 de maio de 2015  
 HOMOLOGA A RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 01 DE 11 DE MAIO DE 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e demais dispositivos legais em vigor, e,  
 Considerando o que dispõe o art. 9º, incs. VIII e artigo 20 da Lei nº 5148/2015, o qual dispõe que compete ao Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - COMDECON, elaborar o seu regimento interno;

Considerando que em 11 de maio de 2015 foi aprovada pelo Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - COMDECON, a Resolução nº 01/2015 que institui o regimento interno,  
 DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº 01, de 11 de maio de 2015 do Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, constante em anexo a este decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
 Município de Indaial, 12 de maio de 2015.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS



Prefeito de Indaial

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

MUNICÍPIO DE INDAIAL  
SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR  
CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR – COMDECON  
RESOLUÇÃO DO COMDECON Nº 01, de 11 de maio de 2015.

O Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON, no uso das atribuições e competências estabelecidas na Lei nº 5148 de 22 de abril de 2015.

RESOLVE:

Art.1º. Instituir o seu REGIMENTO INTERNO, nos seguintes termos:

#### TÍTULO I

##### DAS ATRIBUIÇÕES DO COMDECON

Art.2º. O Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON, instituído nos termos da Lei Municipal nº 5148, de 22 de abril de 2015, tem caráter deliberativo e consultivo e possui as seguintes atribuições:

- I - aprovar a política municipal de relações de consumo;
- II - atuar no controle e na formulação de estratégias e diretrizes da política municipal de defesa do consumidor;
- III - propor rotinas que visem à melhoria da qualidade e a integração de ações e serviços prestados pelos órgãos públicos e privados na defesa do consumidor;
- IV - estabelecer diretrizes a serem observadas na elaboração de projetos e programas de proteção e defesa do consumidor;
- V - aprovar o plano de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FMDC com vistas à consecução das metas e ações previstas na legislação específica;
- VI - aprovar e publicar a prestação de contas anual do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FMDC, dentro de 60 (sessenta) dias do início do ano subsequente;
- VII - apreciar os projetos que visem à reparação dos danos causados aos consumidores;
- VIII - prestar e solicitar a cooperação e a parceria de outros órgãos públicos e privados;
- IX - elaborar, revisar e atualizar as normas referidas no § 1º do art. 55 da Lei nº 8.078/90;
- X - editar, em colaboração com o PROCON, material informativo sobre a proteção e defesa do consumidor;
- XI - promover e divulgar atividades e eventos que contribuam para a formação de maior consciência sobre as relações de consumo junto aos consumidores e fornecedores;
- XII - elaborar seu Regimento Interno;
- XIII - elaborar o regulamento do processo administrativo para aplicação de sanções por infrações ao direito do consumidor;
- XIV - julgar como última instância administrativa, os recursos contra aplicação das penalidades por infrações aplicadas pelo Coordenador Executivo do PROCON;
- XV - desenvolver outras atividades compatíveis com suas finalidades.

#### TÍTULO II

##### DA COMPOSIÇÃO

Art.3º. O Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON será composto por membros nomeados por ato do Prefeito, indicados pelas entidades a seguir:

- I – o Coordenador Executivo do PROCON;
- II – um representante da Secretaria de Administração e Finanças;
- III – um representante da Procuradoria do Município de Indaial;
- IV – um representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção de Indaial;
- V – representante de associações que estejam constituídas nos

termos da lei civil e incluam, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao consumidor, desde que manifestem sua intenção de integrar o Conselho através de ofício devidamente protocolado perante o Conselho e sendo aprovado, tomará posse no início da gestão subsequente.

§ 1º - O Coordenador Executivo do PROCON será membro nato e presidente do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON.

§2º - O presidente do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON será automaticamente impedido de votar nos casos elencados no inciso XIV do artigo 2º;

§ 3º - As indicações para designações ou substituições de conselheiros serão feitas pelas entidades ou órgãos na forma de seus estatutos.

§ 4º - Para cada membro será indicado um suplente que substituirá, com direito a voto, nas ausências ou impedimento do titular.

§ 5º - Perderá a condição de membro do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON e deverá ser substituído o representante que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 6 (seis) alternadas, no período de 1 (um) ano.

§ 6º - Os órgãos e entidades relacionados neste artigo poderão, a qualquer tempo, propor a substituição de seus respectivos representantes, obedecendo ao disposto no § 3º deste artigo.

§7º - Em caso de omissão do órgão representado, em suprir a falta de seus representantes, após a devida comunicação, poderá ser proposto pela maioria dos membros do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON ao Chefe do Poder Executivo, a alteração da composição do Conselho, inclusive com a exclusão da entidade.

§ 8º - As funções dos membros do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON não serão remuneradas, sendo seu exercício considerado relevante serviço à promoção e preservação da ordem econômica e social local.

§ 9º - Os membros do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON e seus suplentes, à exceção do membro nato, terão mandato de dois anos, podendo ser reconduzido.

#### TÍTULO III

##### DAS REUNIÕES

Art. 4º. O COMDECON reunir-se-á ordinariamente 01 (uma) vez ao mês e extraordinariamente sempre que convocado pelo Presidente, pelo Relator da sessão ou por solicitação da maioria de seus membros.

Parágrafo único. As sessões plenárias do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON instalar-se-ão com a maioria de seus membros, que deliberarão pela maioria dos votos presentes.

Art. 5º. O Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON reunir-se-á para fins de julgamento de recursos de segunda instância, quando necessário, e convocado previamente, com antecedência mínima de 07 (sete) dias.

#### TÍTULO IV

##### DOS JULGAMENTOS DOS RECURSOS

##### CAPÍTULO I

##### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.6º. Da decisão de primeira instância proferida pelo Coordenador Executivo do PROCON caberá recurso para o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON, que proferirá decisão definitiva.

§1º. O recurso será interposto no prazo de 10 (dez) dias contados da data da intimação.

§2º. No caso de aplicação de multa, o recurso será recebido com efeito suspensivo.

Art.7º. Não será conhecido o recurso interposto fora do prazo mencionado.

Art.8º. O Coordenador Executivo do PROCON, membro nato e Presidente do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON poderá exercer todos os atos durante os procedimentos, salvo casos elencados no inciso XIV do art. 2º deste Regimento Interno;

§1º. Qualquer membro do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON poderá declarar suspeição ou impedimento, desde que fundamentado, para eximir-se de proferir decisão em recurso de processo originário de Auto de Infração.

§ 2º. Na hipótese deste artigo, a autoridade referida no parágrafo anterior deverá remeter o processo ao seu suplente.

## CAPÍTULO II

### DO PROCEDIMENTO

Art.9º. Em grau de recurso, o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON deverá adotar o seguinte procedimento:

I – Para cada pauta de julgamento será nomeado um Relator, pelo presidente do COMDECON, dentre os membros do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON, que deverá preparar o seu voto para apresentar no dia do julgamento;

II - Os membros do COMDECON podem ter vistas dos autos para elaborar o seu voto/entendimento individual antes do julgamento;

III – Aberta a sessão de julgamento, e apresentado cada caso pelo Relator, os membros deliberam e proferem a decisão final.

Parágrafo único. As sessões de julgamento instalar-se-ão com a maioria de seus membros, que deliberarão pela maioria dos votos presentes.

### SEÇÃO I

#### DO RELATOR

Art.10. Cabe ao presidente do COMDECON:

I – convocar os demais membros para a sessão de julgamento com antecedência mínima de 07 (sete) dias;

II - presidir a sessão;

III - manter a ordem da sessão;

IV - conceder a palavra aos Conselheiros;

V- suspender ou levantar a sessão quando necessário;

VI - decidir as questões de ordem;

VII - submeter à discussão e votação a matéria, assim como estabelecer o ponto da questão que será objeto da votação;

VIII - convocar as sessões extraordinárias para julgamento de recursos.

Art.11. O presidente do COMDECON deverá observar os seguintes critérios para a escolha e nomeação do Relator da sessão:

I - Será obedecida a seguinte ordem cronológica:

a) representante da Procuradoria do Município de Indaial;

b) representante da Secretaria de Administração e Finanças;

c) representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção de Indaial;

d) representante de associações que estejam constituídas nos termos da lei civil e incluam, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao consumidor, desde que manifestem sua intenção de integrar o Conselho através de ofício devidamente protocolado perante o Conselho e sendo aprovado, tomará posse no início da gestão subsequente.

II – Se o Relator nomeado, justificar de forma fundamentada a impossibilidade de comparecer à reunião, poderá enviar seu voto pelo seu suplente. No caso de impossibilidade de comparecimento deste, o Relator poderá se fazer representar por qualquer um dos demais membros, que na data da reunião proferirá a leitura do voto e a colocará em discussão e votação.

III – Em caso de suspeição ou impedimento, será chamado para ser Relator o próximo membro da lista, passando o suspeito/impedido a ser Relator na reunião subsequente.

§1º. Ao receber os recursos, o membro Relator deverá convocar os demais membros para a sessão de julgamento.

§2º. Ao final de cada sessão de julgamento, será eleito o Secretário da próxima reunião, pela maioria dos votos presentes, para auxiliar os trabalhos do Relator.

Art.12. Cabe ao Relator:

I – receber do Presidente do COMDECON os recursos;

II – convocar os demais membros para a sessão de julgamento com antecedência mínima de 07 (sete) dias;

III- anunciar a Ordem do Dia e o número de Conselheiros presentes em Plenário;

IV – apresentar o relatório e voto dos recursos;

V - anunciar o resultado da votação;

VII – redigir a decisão final.

Art.13. Em caso de empate nas votações, o Relator decidirá com voto de qualidade.

### SEÇÃO II

#### DO SECRETÁRIO

Art.14. Cabe ao Secretário:

I - assessorar o Presidente e o Relator durante as sessões;

II - redigir a ata da sessão;

III - substituir o Relator em suas faltas ou impedimentos, cumulativamente com suas funções.

### SEÇÃO III

#### DOS CONSELHEIROS

Art.15. Considera-se impedido para proferir julgamento aquele que:

I - for parte;

II - interveio como mandatário da parte, oficiou como perito ou prestou depoimento como testemunha;

III - tiver seu cônjuge ou qualquer parente, consanguíneo ou afim, em linha reta, ou na linha colateral até o segundo grau, postulando como advogado da parte;

IV - for cônjuge, parente, consanguíneo ou afim, de alguma das partes, em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau;

V - pertencer a órgão de direção ou de administração de pessoa jurídica, parte na causa.

Art.16. Caberá ao Conselheiro:

I - comparecer às sessões;

II - discutir e votar todas as matérias apresentadas;

III - receber as matérias a ele distribuídas para análise e respectiva manifestação.

§ 1º - No caso de impossibilidade de comparecer o titular e também o suplente, deverá ser apresentada justificativa por escrito ao Relator da sessão.

§2º - O membro que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a 3 (três) sessões de julgamento consecutivas ou a 6 (seis) alternadas, no período de 1 (um) ano será denunciado pelo Relator ao Presidente do COMDECON para que este tome as providências necessárias.

§ 3º - Cada membro terá direito a um voto, observadas as disposições deste Regimento.

§4º - O suplente apenas terá direito a voto quando o representante faltar a sessão de julgamento.

### TÍTULO V

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. De cada reunião ou sessão do COMDECON lavrar-se-á ata a ser aprovada na reunião subsequente e assinada pelos membros presentes.

Parágrafo único - A ata será lavrada, ainda que não haja reunião por falta de quorum e, nesse caso, nela serão mencionados os nomes dos membros presentes.

Art.18. Este Regimento vigorará imediatamente após sua aprovação que deverá ser por maioria absoluta dos integrantes.

Art.19. A qualquer tempo qualquer Conselheiro poderá propor mudanças, acréscimos ou supressões neste Regimento Interno, que pode ser mudado por no mínimo 3/4 (três quartos) do Conselho.

Art.20. Serão deliberados em reunião os casos omissos e as dúvidas que surgirem quanto à aplicação deste regimento.

Município de Indaial, em 11 de maio de 2015.

Aetius Timar Hennings Coordenador Executivo do PROCON	Altair Simão Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Silmara Fruet Procuradora Geral do Município e Indaial	Jefferson Miranda Ordem dos Advogados do Brasil OAB/ SC 33ª Subseção de Indaial SC

**DECRETO Nº 1397/15**

. DECRETO Nº 1397/15

. De 12 de maio de 2015

HOMOLOGA A RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 02 DE 11 de maio DE 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito de Indaial, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor, e,

Considerando que o Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - COMDECON é de caráter deliberativo e consultivo e, dentre as suas atribuições destaca-se a elaboração do regulamento do processo administrativo para aplicação das sanções por infrações ao direito do consumidor (art. 9º, incs. VIII e artigo 20 da Lei nº 5148/2015);

Considerando que em 11 de maio de 2015 foi aprovada pelo Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - COMDECON, a Resolução nº 02/2014 que institui o regulamento do processo administrativo para aplicação das sanções por infrações ao direito do consumidor, DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº 02, de 11 de maio de 2015 do Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, constante em anexo a este decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, 12 de maio de 2015.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito de Indaial

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

REGRAS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

MUNICÍPIO DE INDAIAL

SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - COMDECON

RESOLUÇÃO DO COMDECON Nº 02, DE 11/05/2015

O Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON, no uso das atribuições e competências estabelecidas na Lei nº 5148 de 22 de abril de 2015 que dispõe sobre a organização do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor - SMDC, institui a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON e o Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - FMDC e alterações, e

Considerando que a Lei nº 5148 de 22 de abril de 2015 que institui os órgãos do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor - SMDC em seu artigo 2º:

“Art. 2º - São órgãos do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor - SMDC:

I - A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON;

II - Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON.

III - Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - FMDC.

Parágrafo único. Integram o Sistema Municipal de Defesa do

Consumidor os órgãos e entidades da Administração Pública municipal que se dedicam à proteção e defesa do consumidor, sediadas no município, observando o disposto nos arts. 82 e 105 da Lei 8.078/90.”

Considerando que o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON é de caráter deliberativo e consultivo e dentre as suas atribuições destaca-se a elaboração do regulamento do processo administrativo para aplicação das sanções por infrações ao direito do consumidor (Lei 5148 de 22 de abril de 2015);

Considerando que é de competência da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, fiscalizar e aplicar, mediante regular processo administrativo, as sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor - Lei nº 8.078/90, regulamentado pelo Decreto nº 2.181/97, e em outras normas e leis federais, estaduais e municipais pertinentes à defesa do consumidor (Lei 5148 de 22 de abril de 2015);

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir o regulamento do processo administrativo para aplicação das sanções por infrações ao direito do consumidor (Lei Municipal 5148/2015 e alterações), a ser aplicado pelo PROCON, nos seguintes termos:

DA JURISDIÇÃO E DA AUTUAÇÃO  
DA JURISDIÇÃO

Art. 2º - A jurisdição administrativa inerente às matérias de que trata este Regulamento, é exercida pelo Coordenador Executivo do PROCON, no Município de Indaial/SC.

DA AUTUAÇÃO

Art. 3º - As infrações serão apuradas, processadas e julgadas mediante processo administrativo que terá por base o Auto de Infração ou a Reclamação devidamente protocolada.

DA COMPETENCIA

Art. 4º - Compete:

I - Ao Coordenador Executivo do PROCON:

- lavar Autos de Infração, de Constatação e de Apreensão;
- processar o auto de infração;
- prolatar a decisão de primeira instância no processo originário do Auto de Infração;
- emitir notificação.
- apreciar pedido de reconsideração;
- intimar para audiência.

§1º. - O Coordenador Executivo do PROCON poderá designar servidor para proceder aos casos elencados na alínea “a”, em especial Fiscal devidamente autorizado.

§ 2º. - O Coordenador e os Agentes do PROCON terão livre trânsito em qualquer dependência do estabelecimento fiscalizado, podendo examinar estoques, notas fiscais, papéis, livros e demais documentos que julgar conveniente ao desempenho de suas atribuições.

II - Compete ao Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor apreciar e julgar o recurso interposto em face da decisão de primeira instância.

DO AUTO DE INFRAÇÃO

Art. 5º - O Auto de Infração, com numeração sequencial impressa, em 03 (três) vias, rubricado pelo Coordenador Executivo do PROCON de Indaial/SC, ou por servidor devidamente designado, deverá ter todos os seus campos preenchidos, contendo descrição clara e objetiva das ações ou omissões caracterizadoras das infrações constatadas.

Parágrafo único. Em caso de recusa do autuado em assinar ou receber o Auto lavrado, o agente do PROCON certificará o fato no próprio Auto, remetendo ao autuado por via postal, com Aviso de Recebimento (AR), ou publicação em edital ou outro procedimento



equivalente.

#### DAS MODALIDADES DE AUTUAÇÃO

Art. 6º - As autuações serão:

I - comuns: quando decorrem de infrações constatadas no momento da fiscalização;

II - especiais: quando se fundamentarem em quaisquer dos instrumentos preliminares previstos neste Regulamento.

#### DOS INSTRUMENTOS PRELIMINARES

Art. 7º - Constituem instrumentos preliminares as seguintes autuações especiais:

I - Auto de Constatação;

II - Notificação;

III - Auto de Apreensão;

IV - Reclamações.

#### DO AUTO DE CONSTATAÇÃO

Art. 8º - O Auto de Constatação lavrado em modelo próprio, com numeração sequencial impressa, em 3 (três) vias, terá obrigatoriamente todos os seus campos preenchidos e objetiva descrever a ação ou omissão caracterizadora de infração, quando:

I - for constatada fora do estabelecimento ao qual a infração é imputável;

II - depender de documentos ou esclarecimentos ou outros meios complementares de prova necessários à lavratura do Auto de Infração;

III - estabelecer um prazo para adequação das irregularidades verificadas no ato da fiscalização, sob pena de lavratura do Auto de Infração.

Parágrafo Único - Se o fiscalizado recusar-se a assinar e/ou a receber a via do Auto de Constatação, o agente do PROCON, procederá na forma expressa no parágrafo único do art. 4º.

#### DA NOTIFICAÇÃO

Art. 9º - A Notificação objetiva exigir a exibição ou entrega de documentos, prestação de esclarecimento de matéria pertinente à fiscalização em curso, à instrução do próprio processo originário do Auto de Infração, devendo ser expedida sempre que dados não estiverem disponíveis no momento da diligência fiscalizadora.

Art. 10 - A Notificação, expedida em modelo próprio, em 3 (três) vias deverá conter:

I - descrição clara e objetiva do fato constatado que se relaciona com o documento a ser exibido ou com o esclarecimento a ser prestado;

II - finalidade da expedição deste documento;

III - local, data e horários para seu cumprimento.

Parágrafo Único - Se o fiscalizado recusar-se a receber a 2ª via da notificação, o agente do PROCON procederá na forma expressa no parágrafo único do artigo 4º.

Art. 11 - O prazo para o cumprimento da Notificação, independente da localização da empresa fiscalizada, será de 10 (dez) dias.

Parágrafo Único - O prazo inicialmente concedido poderá ser, excepcionalmente prorrogado pelo Coordenador Executivo do PROCON, por igual período, desde que justificado através de requerimento fundamentado e tal prorrogação não venha a prejudicar o andamento normal do processo.

Art. 12 - Se a empresa fiscalizada ou notificada não cumprir a Notificação, tal fato deve ser declarado imediatamente, no verso da primeira e terceira via, procedendo-se em ato contínuo, a consequente lavratura do Auto de Infração.

Parágrafo Único - Cumprida a Notificação no prazo fixado, não se constatando infração, o Coordenador Executivo do PROCON aporá declaração de cumprimento nas três vias do respectivo documento, arquivando a primeira e terceira via, e devolvendo a segunda ao notificado.

Art. 13 - Equipara-se à Notificação, para efeito de permitir a lavratura de Auto de Infração, ofício ou documento através do qual a autoridade competente requisiu, no prazo que instituir, o fornecimento de informações, dados periódicos ou especiais da empresa em geral ou comparecimento do representante legal da mesma na sede do PROCON.

#### DO AUTO DE APREENSÃO

Art. 14 - O Auto de Apreensão objetiva o recolhimento de amostra destinada à análise do conteúdo de mercadoria cujo tipo, especificação, peso ou composição possam ter transgredido determinações legais ou não correspondam à respectiva classificação oficial ou real, bem como, a apreensão e retirada das mercadorias impróprias ao consumo.

§1º - A quantidade suficiente de amostra da mercadoria apreendida e o invólucro em que ela será acondicionada obedecerão à legislação do órgão competente para realização do exame pericial;

§2º - Na falta de disposição constante da legislação do órgão competente, a amostra da mercadoria será acondicionada em invólucro adequado, fechado de modo inviolável, do qual constarão a assinatura do autuante e do responsável pelo estabelecimento;

§3º - No caso de recusa do responsável pelo estabelecimento em assinar o invólucro, o autuante certificará o fato no próprio invólucro;

§4º - Nos casos referentes a peso, não haverá apreensão quando a mercadoria for comercializada a granel ou sem embalagem própria da empresa fiscalizada, procedendo-se neste caso, à verificação de peso na balança do próprio estabelecimento;

§5º - No caso de apreensão de mercadorias impróprias para o consumo, estas ficarão a disposição dos órgãos competentes para análise e recolhimento, devendo ser acondicionadas e lacradas pelo agente do PROCON, devendo-se nomear um depositário.

Art. 15 - O Auto de Apreensão, lavrado em modelo próprio, com numeração sequencial impressa, em 3 (três) vias, terá obrigatoriamente todos os campos preenchidos e deverá conter:

I - descrição clara e precisa da mercadoria apreendida, bem como sua qualidade;

II - finalidade de apreensão.

Parágrafo Único - Se o fiscalizado recusar-se a assinar e/ou receber a segunda via do Auto de Apreensão, o Coordenador Executivo do PROCON procederá na forma expressa no Parágrafo Único do artigo 5º.

Art. 16 - O Coordenador Executivo do PROCON remeterá no prazo de 10 (dez) dias, cópia da primeira via do Auto de Apreensão e a mercadoria apreendida ao órgão competente mais próximo, para proceder à perícia técnica, solicitando-lhe o laudo pericial.

§1º - Se o laudo pericial comprovar o cometimento da infração, o Coordenador Executivo do PROCON autuará a empresa, juntando obrigatoriamente ao Auto de Infração, a primeira via do Auto de Apreensão e o referido laudo.

§2º - A terceira via do Auto de Apreensão ficará arquivada.

§3º - No caso de apreensão de mercadorias impróprias para o consumo, o Coordenador Executivo do PROCON lavrará o Auto de Apreensão e autuará a empresa, juntando obrigatoriamente ao Auto de Infração a primeira via do Auto de Apreensão, promovendo a destinação final dos produtos apreendidos com o devido preenchimento do Termo de Destinação dos mesmos.

#### DAS RECLAMAÇÕES

Art. 17 - A reclamação lavrada em modelo próprio, terá obrigatoriamente todos os seus campos preenchidos e deverá conter:

I - descrição clara e precisa dos fatos;

II - documentos apensados referente à reclamatória;

III - fundamentação legal.

§1º - A reclamação sempre que configurar prática infrativa procederá ao Auto de Infração, devendo fazer parte integrante do mesmo em forma de anexo.

§2º - Caso haja dúvidas quanto à caracterização da infração, poderá ser promovida a notificação para investigação preliminar.

§3º - Em se tratando de reclamação formulada na sede do PROCON, em decorrência de fato pretérito proveniente de relação de consumo, pode o Coordenador Executivo do PROCON intimar o Reclamante e o Reclamado para audiência de conciliação;

§4º - Quando exitosa a conciliação, esta será lavrada em ata e homologada pelo Coordenador Executivo do PROCON.

§5º - Havendo a Conciliação, será o processo administrativo suspenso, sendo arquivado quando cumpridas as condições do termo e em não havendo o cumprimento, será dado seguimento ao processo administrativo;

§6º - Se em decorrência da audiência ou de documentos juntados, houverem indícios de outras infrações à legislação de proteção ao consumidor, pode o Coordenador Executivo do PROCON determinar de ofício, abertura de novo processo administrativo para apurar a existência da infração;

§7º - Não havendo conciliação e sendo fundamentada a reclamação, seguirá o processo na forma estabelecida no Título II.

§8º - Poderá ser utilizado para o processamento a ferramenta eletrônica do SINDEC ou sistema equivalente.

#### DAS AUTUAÇÕES DECORRENTES DOS INSTRUMENTOS PRELIMINARES

Art. 18 - A empresa deverá ser autuada na próprio estabelecimento se deixar de cumprir a Notificação, devendo o Coordenador Executivo do PROCON, juntar obrigatoriamente ao Auto de Infração e a primeira via daquele instrumento preliminar com a declaração do seu não atendimento aposta no verso da folha.

Parágrafo Único - Os fornecedores que deixarem de prestar as informações e os dados requisitados por ofício serão autuados, devendo ser anexado obrigatoriamente ao Auto de Infração, uma cópia do documento que as requisitou com declaração do desatendimento, sem prejuízo de representação criminal, quando couber.

Art. 19 - O fornecedor será autuado na sede do órgão notificante quando o seu responsável comparecer para cumprir a notificação:

I - fora do prazo previsto no artigo 11;

II - no prazo estipulado no artigo 1 e ficar caracterizado o cometimento de qualquer infração.

§1º - Nas hipóteses dos incisos I e II deste artigo, o Coordenador Executivo do PROCON juntará ao Auto de Infração uma das vias da Notificação, e se for o caso, os documentos que comprovem o ilícito praticado pela empresa autuada.

§2º - Poderá ser utilizado para o processamento a ferramenta eletrônica do SINDEC ou sistema equivalente.

#### DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DA INFRAÇÃO

Art. 20 - São critérios de classificação de cada infração a infringência à Lei Federal nº 8.078/90 e suas Regulamentações posteriores, o momento da prática infrativa e a unidade ou a pluralidade de lesados, classificando-se em:

I - Leves: quando verificadas pelo menos uma das circunstâncias atenuantes;

II - Graves: quando verificadas somente circunstâncias agravantes.

#### DOS RESPONSÁVEIS POR INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 21 - Responderão por infrações ou penalidades previstas na Lei Federal nº 8.078/1990 as empresas em geral, por atos praticados por administradores, empregados ou prepostos e ainda por pessoas físicas quando for o caso.

Parágrafo Único - Para efeito deste Regulamento consideram-se:

I - Empresas em Geral: as sociedades empresariais, as sociedades simples, as firmas individuais registradas ou não, as cooperativas, fundações e as sociedades de fato, administradoras de consórcios, concessionárias de serviço público, empresas securitárias de serviços de bancos e financiamentos e outros;

II - Estabelecimento: a sede industrial, comercial ou administrativa da empresa suas filiais, sucursais, depósitos ou similares;

III - Responsável pelo Estabelecimento: diretores administradores, gerente, ou quem, de direito ou de fato pratique, em nome de outrem, ato de comércio;

IV - Pessoas Físicas: aquelas não inscritas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

V - Agente do PROCON: o Coordenador Executivo do PROCON ou o servidor por ele designado.

#### DO PROCESSO

##### DA DEFESA

Art. 22 - Do dia da entrega da segunda via do Auto de infração, ou da data do recebimento de Notificação ou da data única da publicação do Edital, correrá o prazo improrrogável de 10 (dez) dias para a apresentação de defesa escrita.

§1º - Não será recebida defesa via e-mail.

§2º - Para efeito de observação da tempestividade, as reclamadas que optarem pelo protocolo de defesa via AR (Aviso de Recebimento), dar-se-á como data de protocolo a data da postagem junto aos Correios.

Art. 23 - A qualquer momento, o representante da empresa autuada terá vista, na sede do PROCON do processo originário do Auto de Infração, podendo coletar os dados que julgar necessários a sua mais ampla defesa, mediante requerimento expresso.

Art. 24 - A empresa ou pessoa física autuada somente será permitida a produção ou indicação de prova documental ou pericial.

Parágrafo Único - A empresa ou pessoa física autuada poderá apresentar, na defesa, cópia de quaisquer documentos, sendo facultado ao Coordenador Executivo do PROCON exigir a sua conferência com o documento original.

Art. 25 - A empresa ou pessoa física autuada poderá anexar documentos e laudos, em prazo marcado pelo Coordenador Executivo do PROCON, quando informado na defesa e por motivo de força maior não puder juntá-los de plano.

§1º - A empresa ou pessoa física autuada especificará a prova indicada, sua natureza ou finalidade, podendo o Coordenador Executivo do PROCON negá-la, quando não for comprovada a força maior ou se a prova indicada for estranha à matéria em apreciação ou meramente protelatória.

§2º - O prazo marcado pelo Coordenador Executivo do PROCON para a produção da prova indicada na defesa, não poderá exceder de 10 (dez) dias da data da ciência do despacho que a determinar.

§3º - Não caberá recurso do despacho do Coordenador Executivo do PROCON, que denegar a produção posterior de prova não indicada na defesa.

#### DA DECISÃO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA

Art. 26 - Finalizada a fase de instrução, o Coordenador Executivo do PROCON, dentro de 30 (trinta) dias, proferirá decisão no sentido de:

I - homologar o Auto e/ou processo administrativo e arbitrar multa para cada infração nela caracterizada;

II - deixar de homologar o auto e, se for o caso arquivar ou extinguir o processo administrativo.

§1º - O Coordenador Executivo do PROCON fundamentará a sua decisão e declarará as infrações subsistentes e as insubsistentes fixando para cada infração que reconhecer, a multa adequada, observando o disposto na Lei Federal nº 8.078/90.

§2º - Se a decisão não atender ao disposto nesta regulamentação, a autoridade competente, antes de apreciar o recurso, determinará o retorno do processo ao Coordenador Executivo do PROCON para fundamentar seu despacho decisório e especificar o valor de multa atribuída para cada infração.

#### DAS PENALIDADES

Art. 27 - Declarada subsistente a infração, poderá se aplicar ao infrator as penalidades de:

I - multa;  
II - apreensão do produto;  
III - inutilização do produto;  
IV - cassação do registro do produto junto ao órgão competente;  
V - proibição de fabricação do produto;  
VI - suspensão de fornecimento de produtos ou serviços;  
VII - suspensão temporária de atividade;  
VIII - revogação da concessão ou permissão de uso;  
IX - cassação de licença do estabelecimento ou de atividade;  
X - interdição, total ou parcial, do estabelecimento, da obra ou de atividade;  
XI - intervenção administrativa;  
XII - imposição da contrapropaganda.

#### DA MULTA

Art. 28 - Para os fins da aplicação da multa levar-se-á em conta o porte da empresa e as circunstâncias em que a infração foi praticada.

Art. 29 - Na imposição de sanções serão consideradas a repercussão de ordem econômica e social da infração cometida, o valor da operação de locupletamento ilícito ou outras vantagens obtidas pelo infrator; seu grau de instrução, experiência, antecedentes fiscais e comerciais e condição econômica.

§1º. - A pena de multa, graduada de acordo com a gravidade da infração, a vantagem auferida e a condição econômica do fornecedor, será aplicada após o procedimento administrativo e revertida para o Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FMDC.

§ 2º. - A multa será em montante não inferior a 200 (duzentas) e não superior a 3.000.000 (três milhões de vezes) o valor da Unidade Fiscal Municipal (UFM), ou índice equivalente que venha a substituí-lo.

§ 3º. - Os valores da multa serão atualizados anualmente pela variação do índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado no exercício anterior, ou, no caso de sua extinção, por índice equivalente que venha a substituí-lo.

#### DAS DEMAIS PENALIDADES

Art. 30 - As penas de apreensão, de inutilização de produtos, de proibição de fabricação de produto ou serviço de cassação de registro do produto e revogação da concessão ou permissão de uso serão aplicadas pelo Coordenador Executivo do PROCON, mediante procedimento administrativo, assegurada a ampla defesa, quando forem constatados vícios de quantidade ou qualidade por inadequação ou insegurança de produto ou serviço.

Art. 31 - As penalidades de cassação de alvará de licença, de interdição e de suspensão temporária de atividade, bem como, as intervenções administrativas serão aplicadas mediante procedimento administrativo, assegurada a ampla defesa, quando o fornecedor reincidir na prática de infrações de maior gravidade previstas neste Regulamento e na legislação de defesa do consumidor.

§1º - A pena de cassação será aplicada à concessionária de serviço público, quando violar obrigação legal ou contratual.

§2º - A pena de intervenção administrativa será aplicada sempre que as circunstâncias do fato desaconselharem à cassação de licença, a interdição ou suspensão da atividade.

§3º - Estando em tramitação ação judicial na qual se discuta a imposição de penalidade administrativa, não haverá incidência até o trânsito em julgado da sentença.

Art. 32 - A imposição de contrapropaganda será cominada quando o fornecedor incorrer na prática de publicidade enganosa ou abusiva, nos termos da Lei Federal nº 8.078/90 e sempre às expensas do infrator.

Parágrafo Único - A contrapropaganda será divulgada pelo responsável da mesma forma, frequência e dimensão e preferencialmente no mesmo veículo, local e espaço e horário, de forma capaz de desfazer o malefício da publicidade enganosa e abusiva.

#### DAS NULIDADES

Art. 33 - A inobservância de forma não acarretará a nulidade do ato, se não houver prejuízo para a defesa.

Parágrafo Único - A nulidade dos procedimentos prejudica somente os atos posteriores ao ato declarado nulo e dele diretamente dependentes ou de que sejam consequência, cabendo à autoridade que a declarar indicar tais atos e determinar o adequado procedimento saneador, se for o caso.

#### DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Art. 34. - Da decisão caberá recurso para o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON, que proferirá decisão definitiva.

§1º. - O recurso será interposto no prazo de 10 (dez) dias contados da data da intimação.

§2º. - No caso de aplicação de multa, o recurso será recebido com efeito suspensivo.

Art. 35. - Não será conhecido o recurso interposto fora do prazo mencionado.

Art. 36. - O Coordenador Executivo do PROCON embora seja membro do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON fica automaticamente impedido de proferir decisão em recurso.

§1º. - Qualquer membro do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON, por despacho fundamentado, poderá declarar suspeição ou impedimento, desde que fundamentado, para eximir-se de proferir decisão em recurso de processo originário de Auto de Infração.

§ 2º. - Na hipótese deste artigo, a autoridade referida no parágrafo anterior deverá remeter o processo ao seu suplente.

Art.37. - Em grau de recurso, deverá ser adotado o seguinte procedimento:

I – Para cada pauta de julgamento será nomeado um Relator, pelo Presidente do COMDECON, dentre os membros do Conselho, que deverá preparar o seu voto para apresentar no dia do julgamento;  
II - Os membros do COMDECON podem ter vistas dos autos para elaborar o seu voto/entendimento individual antes do julgamento;  
III – Aberta a sessão de julgamento, e apresentado cada caso pelo Relator, os membros deliberam e proferem a decisão final.

§1º. - O Presidente do COMDECON ao nomear o Relator da sessão deverá observar aos critérios definidos no regimento interno.

§2º. - As sessões de julgamento instalar-se-ão com a maioria de seus membros, que deliberarão pela maioria dos votos presentes.

#### DO COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Art. 38 - O Coordenador Executivo do PROCON, nos procedimentos administrativos preliminares que tenha instaurado poderá formalizar, mediante termo nos autos, compromisso do responsável quanto ao cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, ou das obrigações necessárias à reparação do dano, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.

§ 1º - O compromisso de ajustamento conterà, entre outras, cláusulas que estipulem condições sobre:

I - obrigação do fornecedor de adequar sua conduta às exigências legais, no prazo ajustado

II - pena pecuniária, diária, pelo descumprimento do ajustado, levando-se em conta os seguintes critérios:

a) o valor global da operação investigada;

b) o valor do produto ou serviço em questão;

c) os antecedentes do infrator;

d) a situação econômica do infrator;

III - ressarcimento das despesas de investigação da infração e instrução do procedimento administrativo.

§ 2º - É vedada a dispensa, total ou parcial, das obrigações reclamadas para a efetiva satisfação de interesses indisponíveis, devendo a convenção com o interessado restringir-se às condições de cumprimento das obrigações, formalizando obrigação certa quanto



à sua existência e determinada quanto ao seu objeto.

§ 3º - Além das obrigações previstas no caput, o Coordenador Executivo do PROCON poderá inserir cláusula contendo medidas compensatórias, como forma subsidiária ou complementar de responsabilização pelo fato danoso, especialmente nas hipóteses em que a reparação não puder dar-se de modo integral.

§ 4º - As medidas compensatórias devem ser dirigidas preferencialmente ao bem jurídico violado ou, não sendo possível, expressar valor pecuniário a ser depositado em benefício do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FMDC.

§ 5º - Firmado o compromisso e diante da perda de objeto do procedimento administrativo preliminar, será promovido o arquivamento na forma do art. 41 e seguintes deste regulamento.

§ 6º - A celebração do compromisso de ajustamento suspenderá o curso do processo administrativo, se instaurado, que somente será arquivado após atendidas todas as condições estabelecidas no respectivo termo.

§ 7º - A qualquer tempo, o órgão subscritor poderá, diante de novas informações ou se assim as circunstâncias o exigirem, retificar ou complementar o acordo firmado, determinando outras providências que se fizerem necessárias, sob pena de invalidade imediata do ato, dando-se seguimento ao procedimento administrativo eventualmente arquivado.

#### DA INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA

Art. 39 - Não sendo recolhido o valor da multa em 30 (trinta) dias, será a mesma inscrita em dívida ativa em livro próprio, devendo ser emitida a Certidão de Dívida Ativa para a subsequente execução judicial nos termos da Lei Complementar n.º 79 de 18 de dezembro de 2007 e suas complementações ou outra que a substitua.

#### DO ARQUIVAMENTO

Art. 40 - Esgotadas todas as diligências, o Coordenador Executivo do PROCON, caso se convença da inexistência de fundamento para a propositura da ação, promoverá, fundamentadamente, o arquivamento.

Art. 41 - Esgotadas todas as diligências, e transitado em julgado o processo administrativo, o Coordenador Executivo do PROCON, promoverá, fundamentadamente, o arquivamento.

Art. 42 - O desarquivamento do procedimento administrativo preliminar, diante de novas provas, ou para investigar fato novo relevante, poderá ocorrer no prazo máximo de 6 (seis) meses após o arquivamento.

Parágrafo Único - Transcorrido o lapso mencionado no caput, será instaurado novo procedimento administrativo preliminar, sem prejuízo das provas já colhidas.

#### DO CADASTRO DE FORNECEDORES

Art. 43 - Os cadastros de reclamações fundamentadas contra fornecedores constituem instrumento essencial de defesa e orientação dos consumidores, devendo os órgãos públicos competentes assegurar sua publicidade, contabilidade e continuidade, nos termos do art. 57 e seguintes do Decreto nº 2.181 de 20 de março de 1997.

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 44 - A autuação somente poderá versar sobre fato pretérito ocorrido até 5 (cinco) anos antes de sua lavratura.

Art. 45 - A autuação que versar sobre fato pretérito basear-se-á no ato interventivo vigente à época do fato, mesmo que na data da lavratura esteja revogado.

Art. 46 - Quando o Auto de Infração ou Auto de Constatação se fundamentar em documentos, estes deverão ser comprovados mediante cópia anexa àquele.

Parágrafo Único - Na impossibilidade de tal fato ocorrer, o autuante

deverá:

- a) mencionar no auto a causa impeditiva da juntada e descrever minuciosamente o documento;
- b) notificar o autuado para apresentar cópia do documento respectivo.

Art. 47 - Todos os atos decorrentes de ação fiscalizadora serão lavrados ou expedidos no estabelecimento fiscalizado, exceto quando:

I - Não houver segurança para o Coordenador Executivo do PROCON exercer suas funções ou os agentes por estes designados;

II - da lavratura do Auto de Constatação, no caso do inciso I do artigo 8º;

III - da lavratura do Auto de Apreensão, a mercadoria se encontrar em local diverso daquele em que foi produzida, embalada ou comercializada;

IV - da lavratura do auto de Infração, nos casos previstos no artigo 5º;

V - da lavratura do Auto ou da expedição de Notificação para o comerciante ambulante, que ocorrerá no local onde este se encontrar.

§1º - Na hipótese do inciso I deste artigo, o Coordenador Executivo do PROCON iniciará ou concluirá sua missão em local que julgar seguro, previamente comunicando ao responsável pelo estabelecimento, podendo solicitar auxílio à autoridade policial, caso julgue necessário.

§2º - O Coordenador Executivo do PROCON deverá lavrar Auto de Constatação contra outras empresas infratoras que não a titular do estabelecimento fiscalizado, para posterior lavratura da Infração, desde que apure ou comprove infrações cometidas por àquelas.

§3º - Tratando-se de comerciante ambulante, o Fiscal do PROCON mencionará, no ato decorrente da ação fiscalizadora, a residência e os elementos dos documentos de identidade do fiscalizado.

Art. 48 - Após a entrega da primeira via do Auto da Infração pelo Fiscal autuante, à seção responsável pela protocolização do mesmo, deverá encaminhar o processo formado, juntamente com a primeira via do auto lavrado, à fiscalização para proceder a revisão do instrumento lavrado em formulário próprio, e de imediato:

I - Determinar a juntada dos documentos que não tenham sido anexados;

II - Sugerir ao Coordenador Executivo do PROCON, quando for o caso, a retificação do Auto, que não poderá alterar a descrição do fato caracterizador da infração ou suprir a falta de assinatura do autuante, do autuado ou da declaração da recusa deste, em assinar o documento.

§1º - A fiscalização, no caso de retificação, comunicará imediatamente o fato a empresa autuada e lhe abrirá o prazo de dez dias para defesa, a partir do dia do recebimento da retificação.

§2º - O Auto de Infração com vício que não possa ser retificado será protocolizado e o Coordenador Executivo do PROCON após decurso do prazo para apresentação da defesa, declara de plano, a nulidade e extinção do processo.

Art. 49 - Na inviabilidade da entrega da segunda via do Auto de Infração ou do instrumento preliminar ao responsável pelo estabelecimento fiscalizado, a remessa será feita à empresa por via postal com Aviso de Recebimento (AR) e na impossibilidade desta, a ciência será dada por edital.

Parágrafo Único - Da única publicação do edital, contendo o inteiro teor do Auto de Infração ou do instrumento preliminar, no órgão de imprensa local, correrá o prazo de dez dias para apresentação da defesa ou cumprimento da exigência.

#### DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 50 - Os prazos previstos nesta Resolução serão computados excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, sendo contínuos, sem interrupção em sábados, domingos e feriados, não iniciando e nem terminando nestes dias, sendo prorrogados,

até o primeiro dia útil subsequente.

Art. 51. - Transcorridos os prazos sem que se tenha sido cumprida as determinações, certificar-se-á o desatendimento em 24 horas, dando-se prosseguimento ao feito.

§ 1º. - O órgão processante deverá deixar de juntar ao processo qualquer petição, guia ou documento apresentado fora dos prazos mencionados nos artigos anteriores, devendo os mesmos serem arquivados.

§ 2º. - A restauração dos processos originários de Auto de Infração será iniciada com as respectivas terceiras vias arquivadas no órgão competente.

Art. 52. - Todos os formulários de fiscalização previsto nesta Resolução tem como base o Guia de Municipalização da Defesa do Consumidor no Brasil do Ministério da Justiça – Secretaria de Direitos Econômicos e serão aprovados pelo Coordenador Executivo do PROCON de Indaial/SC e encaminhados, quando necessário, ao Órgão responsável pela formatação, regulamentação e impressão.

Art. 53. - Aos procedimentos administrativos disciplinados por esta Resolução, aplicam-se subsidiariamente as normas do Código de Processo Civil, da Lei nº 6.830 de 23 de setembro de 1980 e demais normas vigentes no Direito Processual Brasileiro.

Art. 54. - Os casos omissos serão deliberados pelos membros do Conselho.

MUNICÍPIO DE INDAIAL, em 11 de maio de 2015.

Aetius Timar Hennings Coordenador Executivo do PROCON	Altair Simão Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Silmara Fruet Procuradora Geral do Município e Indaial	Jefferson Miranda Ordem dos Advogados do Brasil OAB/ SC 33ª Subseção de Indaial SC

## DECRETO Nº 1398/15

. DECRETO Nº 1398/15

. De 12 de maio de 2015

HOMOLOGA A RESOLUÇÃO Nº 03 DO conselho municipal de defesa do consumidor que REGULAMENTA o COMITÊ GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR DE 11 DE MAIO DE 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito de Indaial, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 92, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor, e,

Considerando o que dispõe o artigo da Lei nº 5148/2015, o qual dispõe que compete ao Comitê Gestor do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - FMDC, elaborar o seu regimento interno;

Considerando que em 11 de maio de 2015 foi aprovada pelo Conselho Municipal de defesa do Consumidor – COMDECON e que este regulamentará o Comitê Gestor do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - FMDC, através das Resolução nº 03/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº 03, de 11 de maio de 2015 do Conselho Municipal de defesa do Consumidor – COMDECON que regulamenta o Comitê Gestor do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FMDC, constante em anexo a este decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, 12 de maio de 2015.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito de Indaial

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

MUNICÍPIO DE INDAIAL

SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR

FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR – FMDC

RESOLUÇÃO DO COMDECON Nº 03, de 11 de maio de 2015.

Regulamenta o Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FMDC.

O Sistema Municipal de Defesa do Consumidor, através do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON, no uso das atribuições e competências estabelecidas na Lei nº 5148 de 22 de abril de 2015.

RESOLVE:

Instituir o Regulamento do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FMDC, nos seguintes termos:

Art. 1º - Fica organizado o Sistema Municipal de Defesa do Consumidor - SMDC e estabelecidas as normas gerais de aplicação das sanções administrativas, nos termos dos artigos 5º, inciso XXXII e 170, inciso V, da Constituição Federal; da Lei Federal nº 8.078/90 - Decreto nº 2181/97 e do art. 150 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

DO SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - SMDC

Art. 2º São órgãos do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – SMDC;

I – A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON;

II – Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – COMDECON.

III – Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FMDC.

Parágrafo único. Integram o Sistema Municipal de Defesa do Consumidor os órgãos e entidades da Administração Pública municipal que se dedicam à proteção e defesa do consumidor, sediadas no município, observando o disposto nos artigos 82 e 105 da Lei 8.078/90.

DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR – FMDC

Art. 3º - O Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FMDC, instituído pelo artigo 12 e seguintes da Lei nº 5148 de 22 de abril de 2015, será gerido pelo Conselho Gestor, vinculado ao COMDECON, com o objetivo de criar condições financeiras de gerenciamento dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações e serviços de proteção e defesa dos direitos dos consumidores.

Art. 4º - O Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FMDC de que trata o artigo anterior destina-se ao funcionamento de projetos relacionados à Política Nacional de Proteção ao Consumidor e das ações de desenvolvimento da Política Municipal de Defesa do Consumidor, compreendendo especificamente:

I - Financiamento total ou parcial de programas e projetos de conscientização, proteção e defesa do consumidor;

II - aquisição de material permanente ou de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas e atividades do PROCON;

III - realização e financiamento de eventos e atividades relativas à

educação, pesquisa e divulgação de informações, visando à orientação do consumidor;

IV – desenvolvimento e financiamento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos;

V - financiar a estruturação material do PROCON objetivando a melhoria dos serviços prestados aos usuários;

VI - custear a realização de pesquisas mercadológicas diversas voltadas a orientar os consumidores;

VII - custear a nomeação de peritos em ações judiciais e processos administrativos em que haja a atuação da Procuradoria do Município de Indaial;

VIII - custear a participação de representantes do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor - SMDC em reuniões, seminários, cursos, encontros e congressos relacionados à proteção e defesa do consumidor, e ainda investimentos em materiais educativos e de orientação ao consumidor;

IX - custear as despesas com as atividades do Conselho, e ainda, de quaisquer atividades voltadas ao atendimento ou melhoria de serviços de proteção e defesa dos consumidores.

#### DA ORGANIZAÇÃO DO COMITÊ GESTOR

Art. 5º - O Comitê Gestor do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FMDC é órgão colegiado, formado pelos membros do COMDECON que exercerão suas atividades a título gratuito.

§ 1º - O Comitê Gestor é formado por:

a) o Coordenador Executivo do PROCON é membro nato e seu Presidente;

b) um representante da Secretaria de Administração e Finanças;

c) um representante da Procuradoria do Município de Indaial;

d) um representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção de Indaial;

e) um representante de associações que estejam constituídas nos termos da lei civil e incluam, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao consumidor, desde que manifestem sua intenção de integrar o Conselho através de ofício devidamente protocolado perante o Conselho e sendo aprovado, tomará posse no início da gestão subsequente.

§ 2º - Os Conselheiros serão escolhidos pelo plenário, em sessão em que estejam presentes 2/3 (dois terços) dos conselheiros, através de voto secreto, para o mandato de 02 (dois) anos, podendo ocorrer recondução.

#### DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO GESTOR

Art. 6º - Compete ao Conselho Gestor do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FMDC:

I - aprovar o plano de aplicação de recursos do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FMDC;

II - aprovar o orçamento do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FMDC;

III - gerir o Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FMDC, destinando recursos para projetos e programas de educação, proteção e defesa do consumidor, além de recursos materiais e despesas operacionais do PROCON;

IV - receber os adiantamentos das dotações orçamentárias que forem destinadas ao Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FMDC;

V - administrar e fiscalizar a arrecadação da receita e o seu recolhimento quando destinada ao Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FMDC;

VI - autorizar despesas do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FMDC;

VII - opinar, quanto ao mérito, na aceitação de doações, legados, subvenções e contribuições de qualquer natureza, que tenham destinação especial ou condicional ao Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - CONDECON;

VIII - examinar e aprovar as prestações de contas do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FMDC;

IX - elaborar balancete anual, encaminhando-o à Secretaria Municipal de Administração e Finanças e à Procuradoria-Geral do

Município de Indaial e ao Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON;

#### DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO GESTOR

Art. 7º - O Conselho Gestor reunir-se-á 01 (uma) vez ao mês, e, extraordinariamente, por convocação do Presidente do COMDECON ou, sempre que necessário, pela votação da maioria simples do Conselho.

Parágrafo Único - O quórum de instalação das reuniões estará garantido com a presença de no mínimo 2/3 (dois terços) dos Conselheiros em primeira convocação, e, em segunda convocação, trinta minutos depois, com qualquer número.

Art. 8º - As deliberações do Conselho serão tomadas por maioria simples de votos dos Conselheiros presentes, não se computando os votos em branco e cabendo ao Conselheiro-Presidente o voto de qualidade.

#### DAS ATRIBUIÇÕES DOS CONSELHEIROS

Art. 9º - Ao Presidente incumbe dirigir, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades do Conselho, e, especificamente:

I - zelar pela observância desta Lei;

II - representar legalmente o Conselho;

III - convocar as sessões, determinando a organização da respectiva pauta;

IV - votar nas reuniões do Conselho como seu membro, dando o voto de qualidade quando houver empate;

V - aprovar previamente a pauta das reuniões e estabelecer a ordem do dia;

VI - assinar as atas das reuniões e as deliberações do Colegiado;

VII - expedir, "ad referendum" do Colegiado, normas complementares relativas ao seu funcionamento e à ordem dos trabalhos;

VIII - designar membros para compor comissões e câmaras técnicas;

IX - desempenhar outras atribuições que lhe forem conferidas em lei ou compatíveis com a função que ocupa.

Parágrafo Único - Compete ao Conselheiro Vice-Presidente substituir o Conselheiro-Presidente em seus impedimentos e ausências, assumindo as suas atribuições.

Art. 10 - Ao Conselheiro-Secretário incumbe:

I - após autorização do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FMDC, emitir cheques, instrumentos de pagamento e de transferência financeira para manutenção e o custeio das suas ações;

II - manter arquivo organizado das atas de reuniões;

III - controlar a movimentação financeira e contábil do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FMDC;

IV - desempenhar outras atribuições que lhe forem conferidas em lei.

Art. 11 - Aos Conselheiros incumbe:

I - participar das reuniões atendendo a convocação do Conselheiro -Presidente, apreciando as matérias submetidas ao Conselho;

II - apresentar sugestões do órgão que representa e expor assuntos que julgar pertinentes;

III - propor convocação de reuniões extraordinárias;

IV - realizar estudos, apresentar proposições, apreciar e relatar as matérias que lhes forem atribuídas;

V - propor e requerer esclarecimentos que lhes forem úteis à melhor apreciação dos assuntos em pauta;

VI - coordenar ou participar de comissões de estudos, de acordo com as determinações superiores, sobre matérias da área de atuação do Conselho;

VII - exercer outras atribuições inerentes à função.

DAS RECEITAS, DAS DESPESAS, DO ORÇAMENTO E DA CONTABILIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - FMDC



Art. 12 - Constituem receitas do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FMDC:

I - Cem por cento (100%) do valor das multas aplicadas pelo PROCON, na forma do art. 56, inciso I, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, art. 18, inciso I, e art. 24 do Decreto nº 2181, de 20 de março de 1997;

II - o produto das indenizações, multas e compensações financeiras oriundas de condenações judiciais em ações civis públicas e demais ações ajuizadas pela Procuradoria do Município de Indaial para a defesa dos interesses e direitos coletivos "lato sensu" e individuais homogêneos dos consumidores;

III - as parcelas dos valores arrecadados em decorrência da aplicação das multas administrativas pela Procuradoria do Município de Indaial, previstas no artigo 57 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990;

IV - o produto das indenizações e compensações financeiras oriundas de termos de ajustamento de conduta celebrados pela Procuradoria do Município de Indaial;

V - o produto de convênios firmado com órgãos e entidades de direito público e privado;

IV - as doações e transferências orçamentárias provenientes de outras entidades públicas e créditos adicionais que lhe sejam destinados;

VI - as transferências de fundos congêneres de âmbito nacional;

VII - os rendimentos decorrentes de depósitos bancários e aplicações financeiras, observadas as disposições legais pertinentes;

VIII - os saldos dos exercícios anteriores;

IX - os recursos originários de contribuições, donativos e legados de pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, nacionais, estrangeiras ou internacionais;

X - os recursos advindos da assinatura de convênios firmados com órgãos e entidades de direito público ou privado, nacionais, estrangeiras ou internacionais;

XI - os recursos providos de outras fontes que lhe venham a ser concedidos.

XII - outras receitas que vierem a ser destinadas ao Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FMDC.

XIII – os valores oriundos de taxas e certidões emitidas.

§ 1º - As receitas descritas neste artigo serão dispostas obrigatoriamente em conta especial, a ser aberta e mantida em estabelecimento oficial de crédito, destinados exclusivamente conforme determina o art. 30 do Decreto nº 2181, de 20 de março de 1997, à disposição do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FMDC do Município de Indaial.

§ 2º - Fica autorizada a aplicação financeira das disponibilidades do Fundo em operações ativas, de modo a preservá-las contra eventual perda de poder aquisitivo da moeda.

Art. 13 – A pena de multa, graduada de acordo com a gravidade da infração, a vantagem auferida e a condição econômica do fornecedor, será aplicada mediante procedimento administrativo e revertida para o Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FMDC, vinculada ao PROCON.

§ 1º – A multa será em montante não inferior a 200 (duzentas) e não superior a 3.000.000 (três milhões de vezes) o valor da Unidade Fiscal Municipal (UFM), ou índice equivalente que venha a substituí-lo.

§ 2º – Os valores da multa serão atualizados anualmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado no exercício anterior, ou, no caso de sua extinção, por outro equivalente que venha a substituí-lo.

§ 2º – O não pagamento da multa estabelecida no caput deste artigo serão inscritas em dívida ativa para competente cobrança judicial.

Art. 14 - A movimentação dos recursos do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FMDC, na conta específica referida no parágrafo anterior, somente deverá ser feita após apreciação e deliberação do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor.

§ 1º - É também requisito preliminar para que ocorram as

movimentações financeiras no Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FMDC que estas sejam realizadas através de documento próprio de pagamento ou de transferência de recursos, que contenha obrigatoriamente, em quaisquer casos, a assinatura do Conselheiro-Secretário, observadas as normas legais e regulamentares para o ato.

§ 2º - Fica autorizada a aplicação financeira das disponibilidades do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FMDC em operação ativa, de modo a preservá-las contra eventual perda de poder aquisitivo da moeda.

§ 3º - O saldo positivo do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FMDC apurado em balanço, em cada exercício financeiro, deve ser transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo Fundo.

§ 4º - Para os casos de insuficiência e omissões orçamentárias, poderão ser utilizados os créditos suplementares e especiais, autorizados por Lei e abertos por Decreto do Executivo.

Art. 15 - O orçamento do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FMDC integrará o orçamento do órgão central do município constituindo-se em unidade orçamentária em obediência ao princípio da unidade e observará, na sua elaboração e na sua execução, os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

Art. 19 - O Município de Indaial prestará apoio administrativo e contábil no que tange a administração dos recursos financeiros do PROCON, do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON e do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FMDC, através da Secretaria Municipal de Finanças ou a qual estiver vinculada.

Art. 17 - As demonstrações e os relatórios produzidos serão encaminhados para análise do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FMDC, que por sua vez, após aprovados, serão encaminhados à Secretaria de Administração e Finanças do Município de Indaial, à Procuradoria Geral do Município de Indaial e ao Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON.

Art.18. Este Regimento vigorará imediatamente após sua aprovação que deverá ser por maioria absoluta dos integrantes.

Art.19. A qualquer tempo qualquer Conselheiro poderá propor mudanças, acréscimos ou supressões neste Regimento Interno, que pode ser mudado por no mínimo 3/4 (três quartos) do Conselho.

Art.20. Serão deliberados em reunião os casos omissos e as dúvidas que surgirem quanto à aplicação deste regimento.

Município de Indaial, em 11 de maio de 2015.

Aetius Timar Hennings Coordenador Executivo do PROCON	Altair Simão Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Silmara Fruet Procuradora Geral do Município e Indaial	Jefferson Miranda Ordem dos Advogados do Brasil OAB/SC 33ª Subseção de Indaial SC

## DECRETO Nº 1399/15

. DECRETO Nº 1399/15

. De 12 de maio de 2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 no MUNICIPIO DE INDAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.115/14,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICIPIO DE

INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 265.000,00 (duzentos e sessenta e cinco mil reais) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
24.001.0006.0181.0024.2400.33390000000000	03000000	35.000,00
09.002.0015.0181.0009.2231.34490000000000	03100000	100.000,00
09.002.0015.0181.0009.2231.34490000000000	03000006	50.000,00
09.002.0015.0181.0009.2231.33390000000000	03000000	80.000,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 12 de maio de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

#### DECRETO Nº 1400/15

. DECRETO Nº 1400/15  
. De 13 de maio de 2015  
Delega atribuições  
Hercílio Cesário Reiter

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 92, incisos II, VIII, XI, XII e Parágrafo Único da Lei Orgânica do Município, artigo 28 da Lei Complementar 83/2008 e suas alterações e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando afastamento do Secretário Remir José de Fáveri para tratamento de saúde,

DECRETA,

Art. 1º - Fica delegado ao senhor Hercílio Cesário Reiter, ocupante do cargo de Diretor de Inspeção e Abastecimento, atribuições para assinar a documentação contábil/financeira pertinente a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, durante o afastamento para tratamento de saúde do Secretário Remir José de Fáveri.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaial, em 13 de maio de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

#### DECRETO Nº 1401/15

. DECRETO Nº 1401/15

. De 14 de maio de 2015

Retifica Decreto 348/13 que concede gratificação a Katiúscia Simone Harbs

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base no Anexo II da Lei Complementar 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica retificado no Decreto 348/13, que concede gratificação à servidora KATIUSCIA SIMONE HARBS, ocupante do cargo de Assistente Social do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições do cargo, ficará responsável pela gestão de Benefícios Sociais, Cadastro Único e Programa Bolsa Família.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a 01 de maio de 2015.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 14 de maio de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

#### DECRETO Nº 1402/15

. DECRETO Nº 1402/15  
. De 15 de maio de 2015  
Dispensa/  
Vanessa Monique Fava

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada, a pedido, VANESSA MONIQUE FAVA, contratada nos moldes do Decreto 1244/10 para exercer o cargo de Assistente Social do PAIF- Programa de Atenção Integral a Família,

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 27/04/2015.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 15 de maio de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1403/15**

. DECRETO Nº 1403/15

. De 15 de maio de 2015

Cancelamento de Restos a Pagar – Município

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor:

**DECRETA:**

Art. 1º - Ficam canceladas as despesas empenhadas pelo Município, não realizadas e/ou não pagas dentro do exercício de 2014, inscritas em restos a pagar, conforme segue:

Nº EMPENHO	CREDOR	VALOR EMPENHADO	VALOR A CANCELAR	Nº NOTA FISCAL	MOTIVO
9650/2014	ASTEKSUL ELETRO ELETRONICA LTDA ME	R\$ 1.016,00	R\$ 160,00	782	anulação parcial: item5 da ordem de compra Nº 7235/2014 não foi utilizado.

Art. 2º - Após o cancelamento da Inscrição em Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado poderá ser atendido através da sua re-inscrição como despesas de exercício anterior.

Art. 3º - Prescreve em cinco anos da sua inscrição, o direito de reclamar os Restos a Pagar cancelados, nos termos do Decreto Federal nº 20.910/32.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaial, em 15 de maio de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

**TERMO ADITIVO Nº 003 DO CONTRATO Nº 158/2014****TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 158/2014**

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.412.030/0001-21, com sede na Rua Samuel Morse, nº 333, bairro Fortaleza, CEP 89058-010, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Denilson Hoepers, brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 801.014.619/68 e Cédula de Identidade nº 6.214.208 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Timbó, nº 155, apto 501, bairro Victor Konder, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, o presente Termo Aditivo visa à alteração do nome empresarial da Contratada, qual seja, ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA, conforme a Segunda Alteração Contratual em anexo (ref. C.I. nº 183/2015); e, a cláusula quinta, item 5.1, do contrato original (ref. C.I. nº 192/2015), que tem como objeto a execução de terraplenagem, drenagem pluvial e pavimentação asfáltica da Avenida Brasil, compreendendo o Trecho 02 (início: estaca 152+8,00 PP – término: estaca 164+10,00 PF), em uma extensão total de 242,00 metros, conforme anexos VI, VII, VIII e IX do Termo de Dispensa nº 019/2014-10430, passa a vigorar da seguinte forma:

**CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DE EXECUÇÃO:**

5.1. O prazo de execução das obras é de 02 de maio de 2015 até 30 de julho de 2015, com a expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e



assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 30 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA Denilson Hoepers Contratada
SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNI- CÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF.: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF.: \_\_\_\_\_

#### **TERMO ADITIVO Nº 004 DO CONTRATO Nº 130/2014**

TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 130/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.412.030/0001-21, com sede na Rua Samuel Morse, nº 333, bairro Fortaleza, CEP 89058-010, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Denilson Hoepers, brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 801.014.619/68 e Cédula de Identidade nº 6.214.208 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Timbó, nº 155, apto 501, bairro Victor Konder, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, o presente Termo Aditivo visa à alteração do nome empresarial da Contratada, qual seja, ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA, conforme a Segunda Alteração Contratual (anexo).

#### **CLÁUSULA SEGUNDA:**

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma,

para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 08 de maio de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA Denilson Hoepers Contratada
SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNI- CÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF.: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF.: \_\_\_\_\_

#### **TERMO ADITIVO Nº 005 DO CONTRATO Nº 188/2014**

TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO Nº 188/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.412.030/0001-21, com sede na Rua Samuel Morse, nº 333, bairro Fortaleza, CEP 89058-010, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Denilson Hoepers, brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 801.014.619/68 e Cédula de Identidade nº 6.214.208 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Timbó, nº 155, apto 501, bairro Victor Konder, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, o presente Termo Aditivo visa à alteração do nome empresarial da Contratada, qual seja, ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA, conforme a Segunda Alteração Contratual (anexo).

#### **CLÁUSULA SEGUNDA:**

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e

assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 08 de maio de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA Denilson Hoepers Contratada
SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

#### **TERMO ADITIVO Nº 007 DO CONTRATO Nº 199/2012** TERMO ADITIVO Nº 007 AO CONTRATO Nº 199/2012

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE; e, PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.620.927/0001-12, com sede na Rua Anélio Nicocelli, nº 1.720, Figueirinha, CEP 89270-000, cx. Postal 71, na cidade de Guaramirim – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Maurício Vogelsanger, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob nº 638.924.309-00 e Cédula de Identidade nº 2/R-2.191.067-8, residente e domiciliado na rua Germano Marquardt, nº 187, bairro Lalau, na cidade de Jaraguá do Sul – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e justificativa em anexo, o presente Termo Aditivo tem como objeto a alteração das cláusulas terceira, item 3.1. e sétima, item 7.1., do contrato original, que tem como objeto a execução de terraplenagem, drenagem de águas pluviais, pavimentação asfáltica e sinalização do trecho 01 da Rua Ribeirão das Pedras, passam a vigorar da seguinte forma:

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO:**

3.1. Fica suprimido da planilha do contrato original os seguintes itens: 2; 2.2; 4; 4.12; 4.13; 4.14; 4.15; 5; 5.1; 5.2; 5.3; 5.4; 5.5; 5.6; 6; 6.1.4; 6.2.1.1; 6.2.1.2; 6.2.1.3; 6.2.2; 6.2.3; 6.3, conforme planilha anexa.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR DO CONTRATO:**

7.1. O valor total do presente contrato é de R\$ 1.168.302,95 (um milhão, cento e sessenta e oito mil, trezentos e dois reais e noventa e cinco centavos), conforme planilha de quantidade e preços unitários e totais, anexo ao presente Termo Aditivo de contrato.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA:**

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial (SC), 18 de maio de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Prefeito Municipal	PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA Maurício Vogelsanger Contratada
---	--

#### **PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

Silmara Fruet  
OAB/SC nº 13.215  
Procuradora Geral

#### **SECRETARIA DE OBRAS**

Carlos Henrique Nagel  
Secretário Municipal

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

#### **TERMO ADITIVO Nº 009 DO CONTRATO Nº 087/2013** TERMO ADITIVO Nº 009 AO CONTRATO Nº 087/2013

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.412.030/0001-21, com sede na Rua Samuel Morse, nº 333, bairro Fortaleza, CEP 89058-010, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina,

representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Denilson Hoepers, brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 801.014.619/68 e Cédula de Identidade nº 6.214.208 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Timbó, nº 155, apto 501, bairro Victor Konder, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, o presente Termo Aditivo visa à alteração do nome empresarial da Contratada, qual seja, ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA, conforme a Segunda Alteração Contratual (anexo).

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 08 de maio de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA Denilson Hoepers Contratada
SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

#### **TERMO ADITIVO Nº 015 DO CONTRATO Nº 193/2011**

TERMO ADITIVO Nº 015 AO CONTRATO Nº 193/2011

Pelo presente Termo Aditivo que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – ASSESSORIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.412.030/0001-21, com sede na rua Samuel Morse, nº 305, sala 06, bairro Fortaleza, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Denilson Hoepers, brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 801.014.619/68 e

Cédula de Identidade nº 6.214.208 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Timbó, nº 155, apto 501, bairro Victor Konder, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, o presente Termo Aditivo visa à alteração do nome empresarial da Contratada, qual seja, ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA, conforme a Segunda Alteração Contratual (anexo).

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 08 de maio de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA Denilson Hoepers Contratada
ASSESSORIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO Marcelo Lanznaster Assessor Técnico	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

# Irineópolis

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 2.814/2015

DECRETO Nº 2.814 DE 18 DE MAIO DE 2015

CONVOCA A IX CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a IX Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a ser realizada no município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no dia 27 de maio do ano de 2015.

Art. 2º - A IX Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, terá como lema "Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes Fortalecendo os Conselhos de Direitos da Criança e Adolescentes" e desenvolverá trabalhos com o objetivo principal de garantir a implementação da Política e do Plano Decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes, a partir do fortalecimento dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e terá os seguintes Eixos: Eixo I – Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Eixo 2 – Proteção e Defesa dos Direitos, Eixo 3 – Protagonismo e Participação de Crianças e Adolescentes, Eixo 4 – Controle Social e Eixo 5 – Efetivação dos Direitos e Gestão da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Irineópolis/SC, 18 de Maio de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal de Irineópolis/SC.

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 26/2015

CREDENCIAMENTO N.º 02/2015

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no período de 20/05/2015 a 20/05/2020, Processo Licitatório na Modalidade Credenciamento de acordo com a Lei n.º 8.666/93, visando a contratação de serviços do tipo hora/máquina, destinados ao atendimento de programas municipais dentre os quais o programa porteira adentro, manutenção e recuperação de estradas municipais, conforme especificações descritas no decreto nº 2.762, de 12 de fevereiro de 2015. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111 no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br).

Irineópolis, 18 de maio de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

### PORTARIA N.º 160/2015 - REPUBLICAÇÃO

PORTARIA N.º 160/2015.

"DESIGNA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001, consoante o anexo VI – Quadro de Funções Gratificadas, da Lei Complementar nº 057/2012, de 27/03/2012, com redação dada pela Lei Complementar nº 066/2013, de 19/04/2013,

R E S O L V E:

Art 1st - DESIGNAR CLÓVIS GONSALVES DOS SANTOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais (44h/sem), para exercer a Função Gratificada de Chefe dos Serviços de Coleta de Lixo, percebendo gratificação mensal equivalente a Chefia II do Quadro de Funções Gratificadas.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/05/2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 13 de Maio de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

### PORTARIA N.º 162/2015

PORTARIA Nº. 162/2015.

EXONERA SERVIDOR DE CARGO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os incisos VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Art 1st - Exonerar em data de 08/05/2015, o servidor JOÃO PAULO ANDREIEVSKI do cargo de Diretor do Departamento de Projetos do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal de Irineópolis, para o qual foi admitido através da Portaria nº 262/2013 de 01/08/2013.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08/05/2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 13 de Maio de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.



**PORTARIA N º 163/2015**

PORTARIA N º. 163/2015.

NOMEIA SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

**R E S O L V E:**

Art 1st - NOMEAR em data de 04/05/2015, sob o regime de trabalho Estatutário ELEANA SALLES BUCH, nascida em 04/11/1982, portadora do CPF n º 038.294.919-64, RG. n º 7.412.157-8 SSP/SC, para exercer o cargo de Assistente Técnica Pedagógica (40h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo do Magistério Público Municipal, conforme aprovação em Concurso Público nº 001/2014, homologado em 15/07/2014.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04/05/2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 13 de Maio de 2015.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA N º 164/2015**

PORTARIA N º. 164/2015.

NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

**R E S O L V E:**

Art 1st - NOMEAR em data de 11/05/2015, sob o regime de trabalho Estatutário LEANDRO DA SILVA, nascido em 06/06/1988, portador do CPF n º 065.559.909-61, RG. n º 4.287.444 SESP/SC, para exercer o cargo de Operador de Equipamentos (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público nº 001/2014, homologado em 15/07/2014.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11/05/2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 13 de Maio de 2015.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA N º 165/2015**

PORTARIA N º. 165/2015

"DESIGNA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º. 007/2001 de 15/10/2001, consoante o anexo VI, quadro III – Quadro de Gratificação de Funções Específicas, da Lei Complementar n º 057/2012, de 27/03/2012, com redação dada pela Lei Complementar nº 075/2013, de 20/11/2013,

**R E S O L V E:**

Art 1st - DESIGNAR LEANDRO DA SILVA, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal, para exercer a Função Específica de Operador de Retroescavadeira, percebendo gratificação mensal de acordo com os percentuais previstos em Lei.

Parágrafo único. A gratificação ora concedida será paga em estrita observância aos critérios e disposições contidas na Lei Complementar nº 075/2013, de 20/11/2013.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 13 de Maio de 2015.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

# Itá

## PREFEITURA

**EDITAL 036 - PROCESSO SELETIVO 017/2014**

EDITAL 036 - CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N° 017/2014 - 25° CHAMADA 19/05/2015

A PREFEITA MUNICIPAL DE ITÁ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e considerando o disposto no inciso IV do artigo 2° da Lei Complementar n° 031/2006, que "dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público e dá outras providências" convoca os abaixo relacionados classificados no Processo Seletivo 017/2014, homologado pelo Decreto 005/2015 de 12 de janeiro de 2015, para comparecerem no dia 19 de MAIO 2015, às 8h SÉRIES INICIAS DO ENSINO FUNDAMENTAL na Secretaria Municipal de Educação, cito a Rua Principal, n°16 – Vila Gerasul, Itá/SC.

Pedagogia (20h) – 1 vaga

Graduada

Colocação	N° da Inscrição	Nome	Assinatura
74°	087	Elisa Teresinha Sartoretto	

Itá – 18 de maio de 2015

Leide Mara Bender

Prefeita Municipal



# Itaiópolis

## PREFEITURA

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2015 – PR Nº 18/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2015 – OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços de torno e solda, para a frota municipal. PROPONENTE: EDENILSON BOSSE MEI. Item 1 (2.000 horas de serviços de torno, placa com 3 castanhas, até 400mm – R\$ 34,50 a hora). Item 2 (1.000 horas de serviços de solda mig – R\$ 49,50 a hora). VALOR TOTAL: R\$ 118.500,00. Prazo: 12 (doze) meses. Itaiópolis, 05 de maio de 2015. José Heraldo Schritke Prefeito Municipal.

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2015 – PR Nº 19/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2015 – OBJETO: contratação de empresas para prestação de serviços de lavagem de veículos, caminhões e máquinas. PROPONENTES: Auto Lavagem Itaiópolis Ltda. ME. ITENS: 1 (200 UN – serviço de lavagem microônibus - interno e externo – R\$ 59,00), 2 (120 UN – serviço de lavagem veículo utilitário médio, completa – interno e externo e furgão – R\$ 34,00), 3 (390 UN – serviço de lavagem veículos leves, completa – interno e externo – R\$ 29,00) e 4 (40 UN – serviço de lavagem de caminhões – R\$ 78,00). Andriele Schmedler MEI. Item 5 (40 UN - serviço de lavagem de máquinas: retroescavadeira, motoniveladora e escavadeira hidráulica – R\$ 108,00). VALOR TOTAL: R\$ 34.630,00. Prazo: 12 (doze) meses. Itaiópolis, 05 de maio de 2015. José Heraldo Schritke Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE CONTRATO – PR Nº 18/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2015 – OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços de torno e solda, para a frota municipal. Contrato nº 71/2015. Contratada: EDENILSON BOSSE MEI. Item 1 (600 horas de serviços de torno, placa com 3 castanhas, até 400mm – R\$ 34,50 a hora). Item 2 (300 horas de serviços de solda mig – R\$ 49,50 a hora). VALOR TOTAL: R\$ 35.550,00. Prazo: 31/12/2015. Itaiópolis, 05 de maio de 2015. José Heraldo Schritke Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE CONTRATO – PR Nº 19/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2015 – OBJETO: contratação de empresas para prestação de serviços de lavagem de veículos, caminhões e máquinas. CONTRATOS - CONTRATADAS – VALORES. Nº 72/2015 - Andriele Schmedler MEI. Item 5 (10 UN - serviço de lavagem de máquinas: retroescavadeira, motoniveladora e escavadeira hidráulica – R\$ 108,00). VALOR TOTAL: R\$ 1.080,00. Nº 73/2015 - Auto Lavagem Itaiópolis Ltda. ME. ITENS: 1 (115 UN – serviço de lavagem microônibus - interno e externo – R\$ 59,00), 2 (50 UN – serviço de lavagem veículo utilitário médio, completa – interno e externo e furgão – R\$ 34,00), 3 (115 UN – serviço de lavagem veículos leves, completa – interno e externo – R\$ 29,00) e 4 (20 UN – serviço de lavagem de caminhões – R\$ 78,00), Valor Total: R\$ 13.380,00. Prazo: 31-12-2015. Itaiópolis, 05 de maio de 2015.

José Heraldo Schritke  
Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE CONTRATO – PR Nº 21/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015 – OBJETO: contratação de empresa para prestar serviços de roçada e limpeza, às margens da Rodovia SC 114. Contrato nº 74/2015. Contratada: Carrão Limpeza e Conservação Ltda. ME. VALOR TOTAL: R\$ 9.990,00. Prazo: 31/12/2015. Itaiópolis, 15 de maio de 2015. José Heraldo Schritke Prefeito Municipal.

### EXTRATO DO EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 2/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2015 - LEILÃO PÚBLICO Nº 2/2015 – Objeto: alienação de bens móveis inservíveis: LOTE 01: 01 Veículo Fiat/Uno Mille Smart, ano/modelo 2001, gasolina, cor branca, placa MBD 4793, chassi 9BD15808814267305, Renavam 758881843 Lance Inicial R\$ 300,00. LOTE 02: 01 Veículo Fiat/Palio EL, ano/modelo 1998, gasolina, cor branca, placa LZV 8603 chassi 9BD178234W0653734REM, Renavam 698998910. Lance Inicial R\$ 600,00. LOTE 03: 01 Veículo VW/Gol Special, ano/modelo 2001, gasolina, cor branca, placa MBS 1452, chassi 9BWCA05Y01T143173, Renavam 755413652. Lance Inicial R\$ 3.700,00. LOTE 04: 01 Veículo VW/Santana 2.0, ano/modelo 2003, gasolina, cor prata, placa MCB 5933, chassi 9BWAE03X53P018753, Renavam 805258310. Lance Inicial R\$ 5.400,00. LOTE 05: 01 Veículo VW/Kombi, ano/modelo 2001, gasolina, cor branca, placa MBA 9005, chassi 9BWGB07X51P017760, Renavam 761767762. Lance Inicial R\$ 3.700,00. LOTE 06: 01 Veículo GM/Astra Sedan Confort, ano 2005, modelo 2006, álcool/gasolina, cor branca, placa MHQ 6660, chassi 9BGTS69W06B145453, Renavam 872527840. Lance Inicial R\$ 9.000,00. LOTE 07: 01 Veículo GM/Astra Sedan Elegance, ano 2007, modelo 2008, álcool/gasolina, cor branca, placa MER 5757, chassi 9BGU69W08B154878, Renavam 937002968. Lance Inicial R\$ 9.900,00. LOTE 08: 01 Veículo GM/Blazer Executive, ano/modelo 2002, gasolina, cor cinza, placa MCD 5781, chassi 9BG116EW02C411078, Renavam 775341533. Lance Inicial R\$ 12.600,00. LOTE 09: 01 Camioneta Toyota/Bandeirante BJ55LP BL3, ano/modelo 1994, diesel, cor cinza, placa MCW 0690, chassi 9BRB-J0080R1002376, Renavam 556654846, Lance Inicial R\$ 18.000,00. LOTE 10: 01 Camioneta Toyota/Bandeirante, ano/modelo 1991, diesel, cor branca, placa MCW 8290, chassi 9BR0J0080M1017262, Renavam 556653122. Lance Inicial R\$ 10.300,00. LOTE 11: 01 Patrula HWB 205 C DRESSER, ano 2005, com Escarificador Traseiro. Lance Inicial R\$ 30.000,00. LOTE 12: 01 Trator de Esteiras KOMATSU D50 A. Lance Inicial R\$ 60.000,00. LOTE 13: 01 Moto-bomba, motor WEG. Lance Inicial R\$ 50,00. LOTE 14: 01 Motor Estacionário Agrale, diesel. Lance Inicial R\$ 100,00. LOTE 15: 01 Torno Mecânico IMOR, 1,20m. Lance Inicial R\$ 100,00. LOTE 16: 01 Sucata de Caçamba e Tanque. Lance Inicial R\$ 100,00. LOTE 17: Sucatas diversas, contendo: Sucata ferrosa, armários, prateleiras, peças, cadeiras, carteiras, escrivaninha, freezer, bebedouros, macas, camas hospitalares, telhas galvanizadas, estrutura de ferro tubular. Lance Inicial R\$ 100,00. LOTE 18: 01 Sucata de Pneus. Lance Inicial R\$ 80,00. LOCAL/DATA E HORÁRIO: Centro de Serviço Sede (garagem), sita a Rua Engelberto Linzmeier, 505, Bairro Bom Jesus, Itaiópolis – SC, no dia 10 de junho de 2015, às 10:00 horas. O Edital estará à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal ou pelo Site [www.itaioptis.sc.gov.br](http://www.itaioptis.sc.gov.br) – licitações – leilão, fone 47 3652 2211. Itaiópolis, 15 de maio de 2015. José Heraldo Schritke Prefeito Municipal

# Itapiranga

## PREFEITURA

### DECRETO N. 82, DE 13 DE MAIO DE 2015

DECRETO N. 82, DE 13 DE MAIO DE 2015.

Anula o Processo Licitatório n. 86/2015, na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso V, do artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, artigo 49 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, ainda a Instrução Normativa n. TC-05/2008 do TCE/SC;

CONSIDERANDO, que a licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registros de Preços nº. 86/2015 tem como objeto aquisição de troféus e medalhas para premiação aos participantes das atividades esportivas e culturais desenvolvidas pelo departamento de esportes e cultura do Município de Itapiranga, conforme Lei Municipal nº 2.497/2008;

CONSIDERANDO, os princípios norteadores da Administração Pública e dos procedimentos licitatórios, que são os seguintes: legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, formalidade, entre outros;

CONSIDERANDO, que "O licitante que deixar de fornecer, no envelope de habilitação, quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-lo em desacordo com o estabelecido no ato convocatório ou com irregularidades será considerado inabilitado." ("Licitações & Contratos – Orientações Básica" – 3ª ed. Pág.169)

CONSIDERANDO, que os documentos de habilitação devem necessariamente constar do envelope "Documentos de habilitação", não podendo ser apresentados em momento posterior, conforme instruções contidas no Manual do Tribunal de Contas da União - TCU, "Licitações & Contratos – Orientações Básica", 3ª Edição – Atualizada (2006), onde é determinado na página 117: "O cumprimento das exigências de habilitação deve ser comprovado na data prevista para recebimento da documentação e da proposta, por meio dos documentos contidos no envelope "Documentação".

CONSIDERANDO, que o artigo 49 da Lei nº 8.666/93 dispõe que: "A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

CONSIDERANDO, que após o recebimento da documentação e ata de seção pública do Pregão, verificou-se a inexistência da Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial, documento indispensável, nos termos do item 3.8.2 do Edital;

Decreta:

Art. 1º Fica ANULADO o processo licitatório na modalidade de Pregão Presencial para Registros de Preços nº. 86/2015.

Art. 2º Proceda-se as correções e lance-se novo procedimento licitatório com o mesmo objeto do procedimento anulado.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Itapiranga - SC, 13 de maio de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

### DECRETO Nº 83 DE 13 DE MAIO DE 2015

DECRETO Nº 83 DE 13 DE MAIO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta da previsão de "Superavit Financeiro" verificado no exercício anterior e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.939 de 25 de novembro de 2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o credito adicional suplementar no orçamento vigente de 2015, por conta do "Superavit Financeiro", verificado no exercício anterior, nas seguintes fontes de recurso 151 - Rec. Tes. Exerc. Anterior – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais):

04.01 – Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento  
04.123.0018.2013- Manutenção das Atividades da Secretaria da Fazenda  
33.90.00.00.00.00.00.0151 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 300.000,00

Art. 2º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 13 de maio de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

**DISPENSA Nº 991/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Processo Licitatório nº 99/2015

Dispensa de Licitação nº 99/2015

Partes: Município de Itapiranga e Cooperativa da Agricultura Familiar de Itapiranga - COOAFI

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar destinados para o programa da merenda escolar, deste município.

Fundamento: Artigo 14 §1 e os pressupostos do artigo 24, da Lei nº8.666/93.

Valor: R\$ 57.327,50

Vigencia: 31/12/2015

Itapiranga - SC., 18 de maio de 2015

Milton Simon

Prefeito Municipal

**RREO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 2BIM2015**

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>42.601.905,00</b>	<b>42.601.905,00</b>	<b>8.840.260,08</b>	<b>20,75</b>	<b>16.137.212,03</b>	<b>26.464.692,97</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>42.422.765,00</b>	<b>42.422.765,00</b>	<b>8.047.193,82</b>	<b>18,97</b>	<b>15.336.683,03</b>	<b>27.086.081,97</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.543.700,00	4.543.700,00	1.680.696,41	36,99	2.304.725,89	2.238.974,11
IMPOSTOS	3.402.600,00	3.402.600,00	1.441.712,84	42,37	1.942.215,23	1.460.384,77
TAXAS	833.700,00	833.700,00	232.840,74	27,93	349.144,46	484.555,54
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	307.400,00	307.400,00	6.142,83	2,00	13.366,20	294.033,80
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	699.600,00	699.600,00	163.761,85	23,41	316.761,29	382.838,71
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	212.000,00	212.000,00	47.271,03	22,30	88.554,92	123.445,08
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	487.600,00	487.600,00	116.490,82	23,89	228.206,37	259.393,63
RECEITA PATRIMONIAL	196.884,00	196.884,00	88.763,42	45,08	162.358,88	34.525,12
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	44.520,00	44.520,00	4.935,00	11,08	12.793,15	31.726,85
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	152.364,00	152.364,00	83.828,42	55,02	149.565,73	2.798,27
RECEITA AGROPECUÁRIA	3.180,00	3.180,00	0,00	0,00	0,00	3.180,00
Receita da Produção Vegetal	3.180,00	3.180,00	0,00	0,00	0,00	3.180,00
RECEITA DE SERVIÇOS	2.714.000,00	2.714.000,00	412.390,66	15,19	862.340,26	1.851.659,74
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	33.926.201,00	33.926.201,00	5.596.820,79	16,50	11.499.441,86	22.426.759,14
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	30.672.001,00	30.672.001,00	5.070.054,18	16,53	10.478.546,99	20.193.454,01
Transf. de Conv.	3.254.200,00	3.254.200,00	526.766,61	16,19	1.020.894,87	2.233.305,13
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	339.200,00	339.200,00	104.760,69	30,88	191.054,85	148.145,15
Multas e Juros de Mora	152.640,00	152.640,00	30.587,72	20,04	62.461,66	90.178,34
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	24.380,00	24.380,00	47.569,27	195,12	76.919,40	-52.539,40
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	139.920,00	139.920,00	24.898,51	17,79	49.917,74	90.002,26
RECEITAS DIVERSAS	22.260,00	22.260,00	1.705,19	7,66	1.756,05	20.503,95
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>179.140,00</b>	<b>179.140,00</b>	<b>793.066,26</b>	<b>442,71</b>	<b>800.529,00</b>	<b>-621.389,00</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	9.540,00	9.540,00	718.529,69	7.531,76	718.529,69	-708.989,69
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	9.540,00	9.540,00	718.529,69	7.531,76	718.529,69	-708.989,69
ALIENAÇÃO DE BENS	19.080,00	19.080,00	4.877,22	25,56	9.754,44	9.325,56
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	16.960,00	16.960,00	0,00	0,00	0,00	16.960,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	2.120,00	2.120,00	4.877,22	230,06	9.754,44	-7.634,44
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	42.400,00	42.400,00	1.429,12	3,37	4.014,64	38.385,36
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	108.120,00	108.120,00	68.230,23	63,11	68.230,23	39.889,77
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	108.120,00	108.120,00	68.230,23	63,11	68.230,23	39.889,77
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>42.601.905,00</b>	<b>42.601.905,00</b>	<b>8.840.260,08</b>	<b>20,75</b>	<b>16.137.212,03</b>	<b>26.464.692,97</b>

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas						
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>42.601.905,00</b>	<b>8.840.260,08</b>	<b>20,75</b>	<b>16.137.212,03</b>	<b>26.464.692,97</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>42.601.905,00</b>	<b>42.601.905,00</b>	<b>8.840.260,08</b>	<b>20,75</b>	<b>16.137.212,03</b>	<b>26.464.692,97</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	<b>—</b>	<b>1.718.474,31</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>528.060,04</b>	<b>—</b>
Superávit Financeiro	—	1.718.474,31	—	—	528.060,04	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>42.601.905,00</b>	<b>48.877.993,89</b>	<b>9.432.332,22</b>	<b>17.108.719,79</b>	<b>31.769.274,10</b>	<b>9.110.880,96</b>	<b>14.322.503,13</b>	<b>34.555.490,76</b>	<b>14.009.556,13</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>39.423.007,31</b>	<b>40.173.932,16</b>	<b>7.052.653,74</b>	<b>14.574.029,55</b>	<b>25.599.902,61</b>	<b>7.066.054,35</b>	<b>12.142.428,16</b>	<b>28.031.504,00</b>	<b>11.829.481,16</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	23.042.714,42	23.532.444,41	3.586.633,04	7.278.594,89	16.253.849,52	3.595.176,51	7.278.594,89	16.253.849,52	6.973.656,92
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	227.900,00	227.900,00	30.876,79	42.102,07	185.797,93	30.876,79	42.102,07	185.797,93	42.102,07
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.152.392,89	16.413.587,75	3.435.143,91	7.253.332,59	9.160.255,16	3.440.001,05	4.821.731,20	11.591.856,55	4.813.722,17
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>3.048.897,69</b>	<b>8.574.061,73</b>	<b>2.379.678,48</b>	<b>2.534.690,24</b>	<b>6.039.371,49</b>	<b>2.044.826,61</b>	<b>2.180.074,97</b>	<b>6.393.986,76</b>	<b>2.180.074,97</b>
INVESTIMENTOS	1.741.160,49	7.266.324,53	2.255.329,53	2.371.168,99	4.895.155,54	1.920.477,66	2.016.553,72	5.249.770,81	2.016.553,72
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.307.737,20	1.307.737,20	124.348,95	163.521,25	1.144.215,95	124.348,95	163.521,25	1.144.215,95	163.521,25
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESERVA LEGAL DO RPPS</b>	<b>130.000,00</b>	<b>130.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>130.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>130.000,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DE CONTINGENCIA	130.000,00	130.000,00	0,00	0,00	130.000,00	0,00	0,00	130.000,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>42.601.905,00</b>	<b>48.877.993,89</b>	<b>9.432.332,22</b>	<b>17.108.719,79</b>	<b>31.769.274,10</b>	<b>9.110.880,96</b>	<b>14.322.503,13</b>	<b>34.555.490,76</b>	<b>14.009.556,13</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>42.601.905,00</b>	<b>48.877.993,89</b>	<b>9.432.332,22</b>	<b>17.108.719,79</b>	<b>31.769.274,10</b>	<b>9.110.880,96</b>	<b>14.322.503,13</b>	<b>34.555.490,76</b>	<b>14.009.556,13</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>1.814.708,90</b>	<b>—</b>	<b>16.137.212,03</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>42.601.905,00</b>	<b>48.877.993,89</b>	<b>9.432.332,22</b>	<b>17.108.719,79</b>	<b>—</b>	<b>9.110.880,96</b>	<b>16.137.212,03</b>	<b>—</b>	<b>30.146.768,16</b>

FONTE:



**RREO DEM. AÇÕES SERV. PUBL. SAÚDE 2BIM2015**

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS A SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	8.396.759,89	8.504.196,83	3.313.721,51	38,97	2.766.340,78	32,53
Pessoal e Encargos Sociais	5.384.890,00	5.426.938,34	1.742.090,98	32,10	1.742.090,98	32,10
Outras Despesas Correntes	3.011.869,89	3.077.258,49	1.571.630,53	51,07	1.024.249,80	33,28
DESPESAS DE CAPITAL	100.266,97	480.057,14	288.140,02	60,02	223.114,40	46,48
Investimentos	100.266,97	480.057,14	288.140,02	60,02	223.114,40	46,48

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	100.266,97	480.057,14	288.140,02	60,02	223.114,40	46,48
Investimentos	100.266,97	480.057,14	288.140,02	60,02	223.114,40	46,48
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	8.497.026,86	8.984.253,97	3.601.961,53	40,09	2.989.455,18	33,27
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.928.038,00	2.928.038,00	906.731,69	25,17	677.602,68	22,67
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	2.928.038,00	2.928.038,00	906.731,69	25,17	677.602,68	22,67
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	2.928.038,00	2.928.038,00	906.731,69	25,17	677.602,68	22,67
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	5.568.988,86	6.056.215,97	2.695.129,84	74,83	2.311.852,50	77,33
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>						
<b>(VI%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5</b>						
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶</b>						
2.311.852,50						

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de ITAPIRANGA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						
Inscritos em 2014	268.510,92	5.818,70	64.484,10	204.026,82		0,00
TOTAL	268.510,92	5.818,70	64.484,10	204.026,82		0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (i)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00			0,00	
TOTAL (VIII)	0,00	0,00			0,00	
LIMITE NÃO CUMPRIDO						
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (k)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
	-	-			-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	8.649.526,86	9.136.753,97	3.650.620,53	100,00	3.038.214,18	100,00
TOTAL	8.649.526,86	9.136.753,97	3.650.620,53	100,00	3.038.214,18	100,00

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[V/(h+i) - (15 \times Ilb)/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

## RREO DEM. EXEC. DESP. FUN-SUF. 2BIM2015

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)										R\$ 1,0
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/Total b)	No Bimestre		Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	42.601.905,00	48.877.993,89	9.432.332,22	17.108.719,79	100,00	9.110.880,96	14.322.503,13	100,00	34.555.490,76	
Legislativa	1.406.500,00	1.406.500,00	203.804,25	397.127,83	2,32	203.774,25	397.097,83	2,77	1.009.402,17	
Ação Legislativa	1.406.500,00	1.406.500,00	203.804,25	397.127,83	2,32	203.774,25	397.097,83	2,77	1.009.402,17	
Administração	6.506.727,06	6.542.896,24	1.054.708,67	2.111.893,48	12,34	1.044.771,62	1.789.343,95	12,49	4.753.552,29	
Administração Geral	4.423.055,24	4.424.748,71	699.235,02	1.356.005,01	7,93	682.814,32	1.168.267,27	8,16	3.256.481,44	
Administração Financeira	2.035.971,82	2.035.971,82	333.389,64	722.257,34	4,22	373.483,44	604.279,31	4,22	1.431.692,51	
Policimento	47.700,00	82.175,71	22.084,01	33.631,13	0,20	8.473,86	16.797,37	0,12	65.378,34	
Segurança Pública	307.400,00	321.343,65	95.770,22	104.430,29	0,61	16.808,39	22.047,34	0,15	299.296,31	
Defesa Civil	307.400,00	321.343,65	95.770,22	104.430,29	0,61	16.808,39	22.047,34	0,15	299.296,31	
Assistência Social	1.361.191,53	1.456.748,02	226.456,70	393.936,06	2,30	226.922,66	368.343,87	2,57	1.088.404,15	
Assistência à Criança e ao Adolescente	280.771,53	75.771,53	0,00	20.025,00	0,12	0,00	20.025,00	0,14	55.746,53	
Assistência Comunitária	1.080.420,00	1.380.976,49	226.456,70	373.911,06	2,19	226.922,66	348.318,87	2,43	1.032.657,62	
Saúde	8.649.526,86	9.136.753,97	1.759.555,22	3.650.620,53	21,34	1.749.926,38	3.038.214,18	21,21	6.098.539,79	
Atenção Básica	8.649.526,86	9.136.753,97	1.759.555,22	3.650.620,53	21,34	1.749.926,38	3.038.214,18	21,21	6.098.539,79	
Educação	10.878.796,72	11.999.467,46	2.368.277,12	4.017.971,25	23,48	2.282.246,12	3.703.430,76	25,86	8.296.036,70	
Alimentação e Nutrição	516.548,00	517.798,45	70.721,35	136.406,94	0,80	59.875,97	84.632,20	0,59	433.166,25	
Ensino Fundamental	6.842.131,62	7.981.550,43	1.663.836,35	2.607.329,81	15,24	1.622.083,88	2.422.790,57	16,92	5.558.759,86	
Ensino Médio	302.100,00	302.101,48	31.506,50	57.206,50	0,33	0,00	0,00	0,00	302.101,48	
Ensino Superior	21.200,00	21.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.200,00	
Educação Infantil	3.196.817,10	3.176.817,10	602.212,92	1.217.028,00	7,11	600.286,27	1.196.007,99	8,35	1.980.809,11	
Cultura	72.875,00	270.875,00	23.872,73	62.315,52	0,36	23.837,25	62.124,14	0,43	208.750,86	
Difusão Cultural	72.875,00	270.875,00	23.872,73	62.315,52	0,36	23.837,25	62.124,14	0,43	208.750,86	
Urbanismo	1.482.169,41	4.515.609,41	1.150.537,60	1.505.296,66	8,80	1.094.697,38	1.288.047,77	8,99	3.227.561,64	
Infra-Estrutura Urbana	68.900,00	3.102.340,00	888.405,04	888.405,04	5,19	761.620,15	761.620,15	5,32	2.340.719,85	
Serviços Urbanos	1.413.269,41	1.413.269,41	262.132,56	616.891,62	3,61	333.077,23	526.427,62	3,68	886.841,79	
Habitação	80.552,73	80.552,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.552,73	
Habitação Urbana	80.552,73	80.552,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.552,73	
Saneamento	3.870.060,00	4.391.198,75	1.083.480,35	1.833.495,03	10,72	1.052.444,03	1.474.248,20	10,29	2.916.950,55	
Saneamento Básico Rural	97.520,00	592.332,98	349.482,55	349.482,55	2,04	349.482,55	349.482,55	2,44	242.850,43	
Saneamento Básico Urbano	3.772.540,00	3.798.865,77	733.997,80	1.484.012,48	8,67	702.961,48	1.124.765,65	7,85	2.674.100,12	
Agricultura	2.244.295,17	2.534.295,17	389.310,98	955.489,00	5,58	411.136,43	565.647,97	3,95	1.968.647,20	
Extensão Rural	1.893.895,17	2.128.895,17	344.310,98	559.152,00	3,27	267.278,52	420.791,06	2,94	1.708.104,11	
Promoção da Produção Agropecuária	360.400,00	405.400,00	45.000,00	396.337,00	2,32	143.857,91	144.856,91	1,01	260.543,09	
Indústria	331.527,54	331.527,54	48.964,54	98.655,53	0,58	55.053,26	88.931,85	0,62	242.595,69	
Promoção Industrial	331.527,54	331.527,54	48.964,54	98.655,53	0,58	55.053,26	88.931,85	0,62	242.595,69	

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	42.601.905,00	48.877.993,89	9.432.332,22	17.108.719,79	31.769.274,10	9.110.880,96	14.322.503,13	34.555.490,76
Comércio e Serviços	51.898,32	51.898,32	0,00	0,00	51.898,32	0,00	0,00	51.898,32
Promoção Comercial	45.538,32	45.538,32	0,00	0,00	45.538,32	0,00	0,00	45.538,32
Turismo	6.360,00	6.360,00	0,00	0,00	6.360,00	0,00	0,00	6.360,00
Energia	487.600,00	517.262,79	91.442,38	164.630,26	352.632,53	91.613,04	161.656,10	355.606,69
Energia Elétrica	487.600,00	517.262,79	91.442,38	164.630,26	352.632,53	91.613,04	161.656,10	355.606,69
Transporte	2.700.207,59	2.610.121,34	556.864,37	1.213.580,80	1.396.540,54	516.556,48	815.449,92	1.794.671,42
Transporte Rodoviário	2.700.207,59	2.610.121,34	556.864,37	1.213.580,80	1.396.540,54	516.556,48	815.449,92	1.794.671,42
Desporto e Lazer	634.939,87	1.175.306,30	224.061,35	393.654,23	781.652,07	185.867,93	342.295,93	833.010,37
Desporto Comunitário	634.939,87	1.175.306,30	224.061,35	393.654,23	781.652,07	185.867,93	342.295,93	833.010,37
Encargos Especiais	1.535.637,20	1.535.637,20	155.225,74	205.623,32	1.330.013,88	155.225,74	205.623,32	1.330.013,88
Serviço da Dívida Interna	1.535.637,20	1.535.637,20	155.225,74	205.623,32	1.330.013,88	155.225,74	205.623,32	1.330.013,88
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	42.601.905,00	48.877.993,89	9.432.332,22	17.108.719,79	31.769.274,10	9.110.880,96	14.322.503,13	34.555.490,76

FONTE:

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.



**RREO DEM. MAN. DES. ENSINO 2BIM2015**

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

<b>RECEITAS DO ENSINO</b>				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	3.534.040,00	3.534.040,00	2.063.063,63	58,38
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	929.620,00	929.620,00	1.034.288,78	111,26
1.1.1- IPTU	869.200,00	869.200,00	1.008.407,61	116,02
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	3.180,00	3.180,00	232,75	7,32
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	42.400,00	42.400,00	19.684,26	46,43
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	14.840,00	14.840,00	5.964,16	40,19
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	254.400,00	254.400,00	78.291,49	30,77
1.2.1- ITBI	254.400,00	254.400,00	78.291,49	30,77
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.555.020,00	1.555.020,00	631.409,65	40,60
1.3.1- ISS	1.484.000,00	1.484.000,00	621.933,06	41,91
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	5.300,00	5.300,00	1.700,34	32,08
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	49.820,00	49.820,00	5.358,31	10,76
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	15.900,00	15.900,00	2.417,94	15,21
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	795.000,00	795.000,00	319.073,71	40,14
1.4.1- IRRF	795.000,00	795.000,00	319.073,71	40,14
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	29.046.120,00	29.046.120,00	9.876.747,49	34,00
2.1- Cota-Parte FPM	10.070.000,00	10.070.000,00	3.562.806,01	35,38
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	10.070.000,00	10.070.000,00	3.562.806,01	35,38
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	17.172.000,00	17.172.000,00	5.773.323,45	33,62
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	53.000,00	53.000,00	23.454,10	44,25
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	265.000,00	265.000,00	89.619,26	33,82
2.5- Cota-Parte ITR	2.120,00	2.120,00	297,15	14,02
2.6- Cota-Parte IPVA	1.484.000,00	1.484.000,00	427.247,52	28,79
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>32.580.160,00</b>	<b>32.580.160,00</b>	<b>11.939.811,12</b>	<b>36,65</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	—	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	495.020,00	495.020,00	303.031,60	61,22
5.1- Transferências do Salário-Educação	495.020,00	495.020,00	303.031,60	61,22
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	—	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	—	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	—	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	—	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	429.300,00	429.300,00	104.188,25	24,27
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>924.320,00</b>	<b>924.320,00</b>	<b>407.219,85</b>	<b>44,06</b>
<b>FUNDEB</b>				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	5.809.224,00	5.809.224,00	1.975.348,71	34,00
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.014.000,00	2.014.000,00	712.561,10	35,38
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	3.434.400,00	3.434.400,00	1.154.664,33	33,62
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	10.600,00	10.600,00	4.690,82	44,25
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	53.000,00	53.000,00	17.923,86	33,82
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	424,00	424,00	59,42	14,01
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	296.800,00	296.800,00	85.449,18	28,79
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	5.962.500,00	5.962.500,00	2.099.893,82	35,22
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	5.936.000,00	5.936.000,00	2.093.009,76	35,26
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	26.500,00	26.500,00	6.884,06	25,98
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>126.776,00</b>	<b>126.776,00</b>	<b>117.661,05</b>	<b>92,81</b>
<b>ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>				

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/4

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHASADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	%(f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	%(h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	5.352.170,42	5.352.174,28	1.934.065,32	36,14	1.934.065,32	36,14
13.1- Com Educação Infantil	1.974.600,00	1.974.600,00	896.457,79	45,40	896.457,79	45,40
13.2- Com Ensino Fundamental	3.377.570,42	3.377.574,28	1.037.607,53	30,72	1.037.607,53	30,72
14- OUTRAS DESPESAS	598.900,00	598.900,00	73.938,26	12,35	57.554,58	9,61
14.1- Com Educação Infantil	284.504,00	284.504,00	20.483,91	7,20	13.553,26	4,76
14.2- Com Ensino Fundamental	314.396,00	314.396,00	53.454,35	17,00	44.001,32	14,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	5.951.070,42	5.951.074,28	2.008.003,58	33,74	1.991.619,90	33,47
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						
16.1 - FUNDEB 60%					-	
16.2 - FUNDEB 40%						
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00	
17.1 - FUNDEB 60%					0,00	
17.2 - FUNDEB 40%					0,00	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00	
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.991.619,90	
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					92,10	
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					2,74	
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %					5,16	
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²					0,00	
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	%(c)=(b/a)x100		
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	8.145.040,00	8.145.040,00	2.984.952,78		36,65	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHASADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	%(f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	%(h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.259.104,00	2.259.104,00	916.941,70	40,59	910.011,05	40,28
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.691.966,42	3.691.970,28	1.091.061,88	29,55	1.081.608,85	29,30
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.691.966,42	3.691.970,28	1.091.061,88	29,55	1.081.608,85	29,30
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	5.951.070,42	5.951.074,28	2.008.003,58	33,74	1.991.619,90	33,47
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					117.661,05	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					=	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					6.884,06	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					=	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00	
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AC² ENSINO					=	
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)					-	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					124.545,11	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.867.074,79	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					15,64	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHASADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	%(f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	%(h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	498.200,00	499.583,86	194.087,09	38,85	148.829,93	29,79
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	717.726,00	717.727,48	144.137,16	20,08	32.371,64	4,51
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.215.926,00	1.217.311,34	338.224,25	27,78	181.201,57	14,89
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	7.166.996,42	7.168.385,62	2.346.227,83	32,73	2.172.821,47	30,31

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/4

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (j)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	3,86	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.093.009,76	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.867.100,87	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	1.867.100,87	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	6.884,06	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	232.796,81	0,00

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 4/4

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

**RREO DEM. OPERAÇÕES CREDITO DESP. CAP. 2BIM2014**

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)		9.540,00	718.529,69		-708.989,69
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	8.574.061,73	2.534.690,24	2.180.074,97	0,00	6.039.371,49
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	8.574.061,73	2.534.690,24	2.180.074,97	0,00	6.039.371,49
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-8.564.521,73	-1.816.160,55	-	-	-6.748.361,18

FONTE:

FONTE:

RREO DEM. PARC. PUBL. PRIVADAS 2BIM2015

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)				R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL  (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024

NADA A DECLARAR

FONTE:  
  
ITAPIRANGA, 18/05/2015

**RREO DEM. REC. ALIEN. ATIVOS 2BIM2015**

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

PREÇO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)								R\$ 1,00
RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)				SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)	
RECEITA DE CAPITAL								
ALIENAÇÃO DE ATIVOS		24.380,00				14.756,42	9.623,58	
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		2.120,00				9.754,44	-7.634,44	
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		16.960,00				0,00	16.960,00	
RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA		5.300,00				5.001,98	298,02	
TOTAL		24.380,00				14.756,42	9.623,58	
DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital		22.260,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.033.464,09	22.260,00
Investimentos		22.260,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.033.464,09	22.260,00
TOTAL		22.260,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.033.464,09	22.260,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)				SALDO ATUAL (j) = (h+i)	
		281.789,11					-1.018.707,67	
							-736.918,56	

FONTE:



## RREO DEM. REC. CORRENTE LIQUIDA 2BIM2015

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO/2014 A ABRIL/2015

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015
		Maio/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
	<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>4.103.079,63</b>	<b>3.669.255,62</b>	<b>3.425.984,94</b>	<b>4.227.736,15</b>	<b>3.689.616,96</b>	<b>3.606.065,96</b>	<b>4.323.749,78</b>	<b>4.710.165,62</b>	<b>3.842.986,37</b>	<b>4.474.905,56</b>	<b>3.684.370,45</b>	<b>5.401.357,82</b>	<b>49.558.529,56</b>
	RECEITA TRIBUTÁRIA	354.470,73	307.858,00	343.331,21	327.014,82	313.113,01	306.272,19	369.293,47	353.822,99	129.923,86	494.105,62	516.538,43	1.235.705,44	48.231.989,00
	IPTU	37.757,32	33.748,52	26.986,21	27.885,26	27.759,58	8.667,94	6.153,12	8.966,18	0,00	20.846,52	186.920,28	800.640,81	5.071.450,27
	I.R.R.F.	63.159,88	60.925,29	88.514,35	69.892,16	63.910,86	62.791,83	118.428,69	87.761,81	86.890,89	76.411,06	73.968,55	81.856,21	1.984.041,74
	I.S.S.	140.625,21	130.988,01	140.742,69	138.991,10	140.447,71	148.269,81	168.219,33	165.208,92	40.086,30	251.903,23	153.210,86	176.730,46	796.000,00
	I.T.B.I.	22.849,70	21.860,99	12.225,50	15.736,02	18.045,86	29.072,84	26.999,22	26.999,22	0,00	24.417,39	31.428,51	22.445,59	1.494.000,00
	Outras Receitas Tributárias	90.078,62	60.355,19	75.162,96	74.500,28	62.949,00	57.469,77	60.212,50	64.977,26	3.006,67	120.520,42	71.010,23	174.032,37	254.400,00
	<b>RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>14.155,60</b>	<b>86.867,85</b>	<b>47.954,47</b>	<b>45.619,46</b>	<b>45.678,73</b>	<b>52.110,11</b>	<b>52.171,47</b>	<b>54.244,93</b>	<b>57.353,13</b>	<b>95.645,31</b>	<b>76.699,36</b>	<b>87.062,49</b>	1.141.100,00
	RECEITA PATRIMONIAL	13.198,48	48.077,43	177.228,92	-32.281,65	25.540,87	34.406,42	21.539,70	63.761,14	32.628,34	40.967,12	52.898,64	35.864,78	696.600,00
	RECEITA AGROPECUÁRIA	591,30	337,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	196.894,00
	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.180,00
	RECEITA DE SERVIÇOS	242.246,13	190.943,54	222.482,48	192.925,19	219.201,78	194.967,66	203.790,05	227.044,09	16.407,00	433.902,60	227.486,46	184.904,20	2.714.000,00
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.422.098,61	3.016.711,06	2.603.469,31	3.720.657,68	3.241.711,09	3.196.088,53	3.601.262,93	3.961.346,56	3.604.802,72	3.326.225,07	2.731.748,81	3.812.013,97	38.736.425,00
	Cota-Parte do F.P.M.	955.148,85	716.299,98	615.211,05	747.376,76	655.138,22	619.173,08	819.554,76	1.318.176,79	998.892,78	1.019.675,99	458.603,64	1.087.633,80	10.070.000,00
	Cota-Parte do I.C.M.S.	1.383.990,00	1.371.048,05	1.180.874,11	1.509.322,63	1.484.301,51	1.513.276,78	1.669.552,64	1.608.148,62	1.541.822,16	1.372.115,50	1.347.162,09	1.511.624,09	17.172.000,00
	Cota-Parte do I.P.V.A.	147.565,67	130.946,08	97.735,40	195.365,78	154.186,31	145.966,41	87.822,43	38.275,72	64.868,61	93.352,36	120.568,91	148.457,64	1.484.000,00
	Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	0,00	16,05	1.573,95	3.559,89	693,16	53,31	74,42	0,00	58,80	163,93	2.120,00
	Outras Transferências Correntes	384.103,56	296.043,94	285.629,78	689.134,35	419.060,56	357.866,05	450.794,48	421.569,41	416.828,95	312.678,96	344.557,02	430.818,49	4.755.395,00
	Transferências da LC 611/1989	27.371,55	16.864,55	22.168,73	22.851,04	21.504,01	23.029,01	26.444,15	26.092,69	32.123,10	19.111,67	15.369,81	23.014,68	265.000,00
	Transferências da LC 877/1996	6.114,79	6.114,79	0,00	12.229,58	6.114,79	6.114,79	6.114,79	12.229,58	0,00	0,00	0,00	23.454,10	53.000,00
	Transferências do FUNDEB	517.804,19	478.383,67	401.850,24	544.361,49	498.831,74	517.512,52	540.286,52	536.800,44	550.192,70	509.091,69	446.877,93	586.847,44	6.129.850,57
	<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>56.320,78</b>	<b>19.460,73</b>	<b>31.538,05</b>	<b>33.800,65</b>	<b>44.571,18</b>	<b>31.942,07</b>	<b>75.662,16</b>	<b>49.965,91</b>	<b>2.231,32</b>	<b>64.062,84</b>	<b>78.996,75</b>	<b>25.806,94</b>	339.200,00
	<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>509.595,55</b>	<b>459.778,36</b>	<b>400.050,25</b>	<b>508.686,19</b>	<b>477.102,94</b>	<b>475.586,12</b>	<b>537.992,76</b>	<b>534.591,55</b>	<b>527.556,00</b>	<b>500.850,72</b>	<b>380.293,25</b>	<b>475.061,93</b>	<b>5.809.224,00</b>
	Dedução Contr. p/Pavimentação e Obras Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,01	-13,85	0,00
	Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	504.143,49	448.254,53	383.197,68	497.432,07	464.563,54	462.223,79	522.036,18	517.003,93	527.556,00	500.850,72	388.073,59	558.873,33	5.809.224,00
	Dedução de Multas/Juros de Mora Div. Alívia s/ IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,51	-0,99	-1,50
	Dedução de Multas/Juros de Mora Div. Alívia s/ ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Dedução de Multas/Juros de Mora s/ o ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,14	0,00
	Dedução de Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,30	0,00
	Dedução de Outras Multas e Juros de Mora - Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,76	-2,95	0,00
	Dedução de Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,04	0,00
	Dedução de Taxa de Funcionamento Estab. Comer/Indus/P	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,04	0,00
	Dedução Imp. Prop. Pred. e Ter. Urb. - 16,90%	-15,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-335,74	-570,03	-6.039,03
	Dedução Imp. Prop. Pred. e Ter. Urb. - 26,50%	-25,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.254,46	-13.193,02	-14.463,43
	Dedução Imp. Prop. Pred. e Ter. Urb. - 56,60%	-53,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.966,87	-20.686,99	-22.678,87
	Dedução IPTU e de Direitos Reais sobre Imóveis - 1	-38,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.200,99	-44.184,38	-48.438,80
	Dedução IPTU e de Direitos Reais sobre Imóveis - 2	-60,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-38,53
	Dedução IPTU e de Direitos Reais sobre Imóveis - 3	-129,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-60,42
	Dedução IPTU e de Direitos Reais sobre Imóveis - 4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-129,05
	Dedução IPTU e de Direitos Reais sobre Imóveis - 5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-129,05
	Dedução Rec. Div. Alívia do IPTU 16,90%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Dedução Rec. Div. Alívia do IPTU 56,60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Dedução Rec. Div. Alívia do ISS 16,90%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Dedução Rec. Div. Alívia do ISS 26,50%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Dedução Rec. Div. Alívia IPTU 26,50%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Dedução Rec. Div. Alívia Nilo Tributária de Outras R	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Dedução Taxa de Expediente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Dedução Taxa de Licença para Execução de Obras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Dedução Tx Func. Estab. Comer/Ind/P Serviços	-50,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-50,80
	Outras Indenizações	5.825,25	11.523,83	16.825,57	11.256,12	12.539,40	13.274,33	15.956,58	17.597,62	0,00	0,00	0,00	0,00	104.915,70
	<b>RECEITA CORRENTE LIQUIDA (III) = (I) - (II)</b>	<b>3.593.484,08</b>	<b>3.209.477,26</b>	<b>3.025.934,69</b>	<b>3.719.049,96</b>	<b>3.411.713,72</b>	<b>3.330.489,86</b>	<b>3.785.757,02</b>	<b>4.175.594,07</b>	<b>3.315.430,37</b>	<b>3.974.055,84</b>	<b>3.304.077,20</b>	<b>4.926.295,89</b>	<b>42.422.765,00</b>

FONTE:

Município de ITAPIRANGA - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 MAIO/2014 A ABRIL/2015

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015
		Maio/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)

R\$ 1,00

RREO DEM. REC. DESP. PREVID. 2BIM2015

Município de ITAPIRANGA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
				Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES						
Receita de Contribuições dos Segurados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS						
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)						
ADMINISTRAÇÃO						
Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
						Continua 1/4

Continua 1/4

Município de ITAPIRANGA - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR</b>						
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						
Plano Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
<b>RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS</b>						
Valor						0,00
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS</b>						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2015	2014		
Caixa			0,00		0,00	

Continua 2/4

Município de ITAPIRANGA - SC  
 Continuação 3/4  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL**

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
	2015		2014	
Bancos Conta Movimento			0,00	0,00
Investimentos			0,00	0,00
Outros Bens e Direitos			0,00	0,00
<b>RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS</b>	<b>PREVISÃO INICIAL</b>	<b>PREVISÃO ATUALIZADA</b>	<b>RECEITAS REALIZADAS</b>	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)</b>				
<b>RECEITAS CORRENTES (VIII)</b>				
Recetta de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL (IX)</b>				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>(XI) = (VIII + IX - X)</b>				

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:



**RREO DEM. RES. NOMINAL 2BIM2015**

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u><b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</b></u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 28 Feb 2015 (B)	Em 30 Abr 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.041.342,72	1.002.170,42	877.821,47
DEDUÇÕES (II)	3.946.367,69	5.537.410,84	4.856.654,77
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.373.460,05	6.954.981,72	6.217.585,37
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.427.092,36	1.417.570,88	1.360.930,60
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.905.024,97	-4.535.240,42	-3.978.833,30
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-2.905.024,97</b>	<b>-4.535.240,42</b>	<b>-3.978.833,30</b>

<u><b>RESULTADO NOMINAL</b></u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2015 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>556.407,12</b>	<b>-1.073.808,33</b>

<u><b>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</b></u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>

<u><b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b></u>			
<u><b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</b></u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 28 Feb 2015 (B)	Em 30 Abr 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

**RREO DEM. RES. PRIMÁRIO 2BIM2015**

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	42.270.401,00	15.187.117,30	14.638.581,40
Receita Tributária	4.543.700,00	2.304.725,89	2.164.225,62
I.P.T.U.	869.200,00	922.920,90	897.270,24
I.S.S.	1.484.000,00	621.929,13	526.311,30
I.T.B.I.	254.400,00	78.291,49	88.499,92
I.R.R.F.	795.000,00	319.073,71	267.976,84
Outras Receitas Tributárias	1.141.100,00	362.510,66	384.167,32
Receita de Contribuição	699.600,00	316.761,29	265.405,31
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	699.600,00	316.761,29	265.405,31
Receita Patrimonial Líquida	44.520,00	12.793,15	13.655,90
Receita Patrimonial	196.884,00	162.358,88	90.841,45
(-) Aplicações Financeiras	152.364,00	149.565,73	77.185,55
Transferências Correntes	33.926.201,00	11.499.441,86	11.201.573,86
F.P.M.	8.056.000,00	2.850.244,91	2.715.818,33
I.C.M.S.	13.737.600,00	4.618.659,12	4.466.235,54
Convênios	3.254.200,00	1.020.894,87	974.932,79
Outras Transferências Correntes	8.878.401,00	3.009.642,96	3.044.587,20
Demais Receitas Correntes	3.056.380,00	1.053.395,11	993.720,71
Dívida Ativa	139.920,00	49.917,74	41.164,08
Diversas Receitas Correntes	2.916.460,00	1.003.477,37	952.556,63
RECEITAS DE CAPITAL (II)	179.140,00	800.529,00	329.892,15
Operações de Crédito (III)	9.540,00	718.529,69	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	42.400,00	4.014,64	15.942,15
Alienação de Ativos (V)	19.080,00	9.754,44	64.450,00
Transferências de Capital	108.120,00	68.230,23	249.500,00
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	108.120,00	68.230,23	249.500,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	108.120,00	68.230,23	249.500,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	42.378.521,00	15.255.347,53	14.888.081,40

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	40.173.932,16	14.574.029,55	12.911.988,02	12.142.428,16	10.895.245,71
Pessoal e Encargos Sociais	23.532.444,41	7.278.594,89	6.749.258,56	7.278.594,89	6.454.172,94
Juros e Encargos da Dívida (IX)	227.900,00	42.102,07	70.477,27	42.102,07	70.477,27
Outras Despesas Correntes	16.413.587,75	7.253.332,59	6.092.252,19	4.821.731,20	4.370.595,50
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	39.946.032,16	14.531.927,48	12.841.510,75	12.100.326,09	10.824.768,44
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	8.574.061,73	2.534.690,24	811.184,63	2.180.074,97	740.158,63
Investimentos	7.266.324,53	2.371.168,99	530.954,65	2.016.553,72	459.928,65
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.307.737,20	163.521,25	280.229,98	163.521,25	280.229,98
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	7.266.324,53	2.371.168,99	530.954,65	2.016.553,72	459.928,65
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	130.000,00	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	-	-	-	-

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

<u>DESPESAS PRIMÁRIAS</u>	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
	0,00				
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>47.342.356,69</b>	<b>16.903.096,47</b>	<b>13.372.465,40</b>	<b>14.116.879,81</b>	<b>11.284.697,09</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-4.963.835,69</b>	<b>-1.647.748,94</b>	<b>1.515.616,00</b>	<b>1.138.467,72</b>	<b>3.603.384,31</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>					
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE	
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>0,00</b>	

FONTE:

RREO DEM. RESTOS A PAGAR 2BIM2015

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

PODER/ÓRGÃO		RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						RP NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (a+b)
		Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)		
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014						
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)		-	1.427.092,36	376.901,91	460,70	1.049.729,75	6.133,25	2.046.786,61	1.027.776,60	1.027.776,60	14.643,79	1.010.499,47	2.060.229,22	
EXECUTIVO														
ADMINISTRAÇÃO DIRETA		0,00	1.427.092,36	376.901,91	460,70	1.049.729,75	6.133,25	2.046.786,61	1.027.776,60	1.027.776,60	14.643,79	1.010.499,47	2.060.229,22	
FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE ITAPIR		0,00	1.060,00	1.060,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FUNDO MUN. REQ.DA OBM FUNERBOM DE ITAPI		0,00	257,07	257,07	0,00	0,00	0,00	742,77	742,77	0,00	0,00	0,00	0,00	
FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AME		0,00	12.956,39	12.956,39	0,00	0,00	0,00	63.056,02	63.054,99	1,03	0,00	0,00	0,00	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	1.107,48	1.107,48	0,00	0,00	0,00	1.526,42	1.526,42	0,00	0,00	0,00	0,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	7.035,61	7.035,61	0,00	0,00	0,00	268.510,92	203.658,73	10.105,70	0,00	54.746,49	54.746,49	
SECRET.MUNIC. ADMINISTRAÇÃO, OBRAS E SERV		0,00	144.011,17	143.550,47	460,70	0,00	6.133,25	1.370.842,43	532.952,91	4.537,06	839.485,71	839.485,71	839.485,71	
SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DE		0,00	1.104.805,43	55.330,51	0,00	1.049.474,92	0,00	132.830,81	71.343,80	0,00	61.487,01	1.110.961,93	1.110.961,93	
SECRETARIA MUNIC. DA FAZENDA E PLANEJAMEN		0,00	6.290,83	6.036,00	0,00	254,83	0,00	38.811,58	16.752,43	0,00	22.059,15	22.313,98	22.313,98	
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES		0,00	149.568,38	149.568,38	0,00	0,00	0,00	170.465,66	137.744,55	0,00	32.721,11	32.721,11	32.721,11	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)														
TOTAL (III) = (I + II):		0,00	1.427.092,36	376.901,91	460,70	1.049.729,75	6.133,25	2.046.786,61	1.027.776,60	1.027.776,60	14.643,79	1.010.499,47	2.060.229,22	

FONTE:

**RREO DEM. SIMPL. EXC. ORÇ. 2BIM2015**

Município de ITAPIRANGA - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		42.601.905,00		
Previsão Atualizada		42.601.905,00		
Receitas Realizadas		16.137.212,03		
Déficit Orçamentário		12.194.847,23		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		528.060,04		
DESPESAS				
Dotação Inicial		42.601.905,00		
Créditos Adicionais		6.276.088,89		
Dotação Atualizada		48.877.993,89		
Despesas Empenhadas		17.108.719,79		
Despesas Liquidadas		14.322.503,13		
Despesas pagas		14.009.556,13		
Superavit Orçamentário		1.814.708,90		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		17.108.719,79		
Despesas Liquidadas		14.322.503,13		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		43.771.369,96		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-1.073.808,33	0,00
Resultado Primário		0,00	1.138.467,72	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	2.052.919,86	14.643,79	1.027.776,60	1.010.499,47
EXECUTIVO	2.052.919,86	14.643,79	1.027.776,60	1.010.499,47
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.427.092,36	460,70	376.901,91	1.049.729,75
EXECUTIVO	1.427.092,36	460,70	376.901,91	1.049.729,75
TOTAL:	3.480.012,22	15.104,49	1.404.678,51	2.060.229,22
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		1.867.074,79	25%	15,64
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.934.065,32	60%	92,10
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		718.529,69	-708.989,69	
Despesa de Capital Líquida		2.180.074,97	6.393.986,76	

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de ITAPIRANGA - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14					R\$ 1,00
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos				9.754,44	9.325,56
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos				0,00	22.260,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		0,00	15,00		0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente			
Total das despesas/RCL (%)		0,00			

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.



# Itapoá

## PREFEITURA

### ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2015 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2015 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Ao décimo oitavo dia do mês de maio de 2015, a partir das 09:30 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ, SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros JULIANA CRISTINA SOARES SPECK, MARIZA APARECIDA FILLA, nomeados pelo(a) Decreto nº 2438/2015, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 28/2015, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS PARA EQUIPAR A SALA DE ESTABILIZAÇÃO DO PA 24 HORAS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETO DETALHADO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
TODT MOVEIS LTDA - EPP	BENICIO BALDUSSI
IRMAOS PACHECO COMERCIO E SERVICOS LTDA ME	PAULO LEANDRO LEVANDOSKI

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de documentação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital. Todas as empresas demonstraram atender as exigências editalícias, sendo habilitadas para este certame. Verificando vencedora(s) portanto, a(s) empresa(s) citada(s) abaixo:

Empresas Ganadoras	Valor Total
IRMAOS PACHECO COMERCIO E SERVICOS LTDA ME	R\$ 14.400,00

Finalizada a etapa competitiva e habilitadas a empresa ofertante do menor preço, a Pregoeira declarou a empresa supracitada vencedora deste Pregão. Os representante credenciado não manifestou interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s)

vencedora(s) deverá(o) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata. Itapoá, 18 de maio de 2015.

	FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeiro	
JULIANA CRISTINA SOARES SPECK Membro		MARIZA APARECIDA FILLA Membro
TODT MOVEIS LTDA - EPP BENICIO BALDUSSI		IRMAOS PACHECO COMERCIO E SERVICOS LTDA ME PAULO LEANDRO LEVANDOSKI
Presente na Sessão: Diretor do Pronto Atendimento Antônio Paulo Terceirany CNPJ/MF nº 721.685.280-04 CI.RG nº 1042352409 SESP/RS		

### EXTRATO DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2015  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2015  
PROCESSO Nº 51/2015

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Global, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº 877/2009, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Nº 123/06, Lei Complementar nº 147/2014, e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h:00min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h:30min do dia 08 de junho de 2015, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável à participação no certame para a Contratação de empresa para prestação de serviços de sucção de dejetos das fossas sépticas de diversos edifícios utilizados pela Secretaria de Educação, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos, e poderá ser retirado através do site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) no link "pregão", ou extrato no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), ou até mesmo na Secretaria de

Administração e Finanças – Licitações e Contratos das 08h00min às 14h00min.

Itapoá, 18 de maio de 2015.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
PREFEITO MUNICIPAL

TEREZINHA FÁVARO DA SILVEIRA  
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

**TERMO DE REABERTURA PREGÃO Nº 25-2015**  
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC  
TERMO DE REABERTURA DO EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA

DE ABERTURA DE ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS -  
DATA: 12 de maio de 2015 – Horário de entrega de envelopes até:  
09h:00min e abertura de sessão pública às 09h:30min.

LICITAÇÃO/MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2015  
- PROCESSO Nº 43/2015 - Contratação de empresa para fornecimento e transporte de 20.000m<sup>3</sup> de saibro de rocha britado, classificação peneira no máximo até 4" (polegadas), conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.  
AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO

O Município de Itapoá, torna público que a licitação que se faria realizar na data e horário acima citado, vem reabrir o prazo do edital de licitação suspenso na data de 08/05/2015 por ânimo do protocolo nº 2996/2015 na data de 07/05/2015 pela Empresa Empreiteira Fortunato Ltda, CNPJ/MF: 82.607.623/0001-91, fls. nº 61 a 62, tendo como resposta ao questionamento o Parecer Jurídico nº 77/2015, fls. 66 a 71. Portanto a DATA E HORÁRIO DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE ENVELOPES E PROPOSTAS fica convencionado o dia 29/05/2015, com horário de até 11h:00min para recebimento envelopes dos possíveis interessados em participar do certame em epigrafe, e às 11h:30min para Sessão Pública de abertura de envelopes e credenciamento.

Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas no Edital.

Itapoá, 18 de maio de 2015.  
Sérgio Ferreira de Aguiar  
Município de Itapoá  
Prefeito Municipal

Fernanda Cristina Rosa  
Pregoeira Oficial do Município

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE ITAPOÁ - IPESI**

**PORTARIA 878/2015 - APOSENTADORIA**

PORTARIA N.º 878/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Pensão por Morte ao Sr. JORGE MATTAR"

A Diretora Executiva do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de ITAPOÁ - IPESI, Estado de SC, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Artigo 6º, Inciso IV, § 4º, e inciso I do Art. 103 da Lei Complementar Municipal nº 041/2014, combinado com o artigo 40, § 7º, Inciso II da Constituição Federal de 1988, com redação dada pelo Artigo 1º da Emenda Constitucional de 41/2003, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de Pensão por Morte, em decorrência do falecimento no dia 07/02/2015 da servidora aposentada Srª. LEONI ANA KOLESKI, portadora do RG nº 325.257-4 SSP/PR, inscrita no CPF sob nº 004.934.309-20 matrícula nº 300734, APOSENTADORIA POR IDADE, lotada no IPESI, em favor do Sr. JORGE MATTAR, com proventos integrais no valor de R\$ 1.810,48 (Um mil oitocentos e dez reais e quarenta e oito centavos), a partir de 02 de março de 2015, conforme processo administrativo do IPESI nº 2015.07.01070P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 02 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

ITAPOA - SC, 27 de abril de 2015.  
Iara Cristine de Oliveira Hoepfner  
Diretora Executiva  
Decreto Municipal 2352/2015

Homologo:  
Sérgio Ferreira de Aguiar  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 879/2015 - APOSENTADORIA**

PORTARIA N.º 879/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Pensão por Morte a Srª. MARIA DA PENHA OLIVEIRA"

A Diretora Executiva do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de ITAPOÁ - IPESI, Estado de SC, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Artigo 6º, Inciso IV, § 4º, e inciso I do Art. 103 da Lei Complementar Municipal nº 041/2014, combinado com o artigo 40, § 7º, Inciso II da Constituição Federal de 1988, com redação dada pelo Artigo 1º da Emenda Constitucional de 41/2003, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de Pensão por Morte, em decorrência do falecimento na data de 28/02/2015 do servidor aposentado o Sr. LEVI DE SOUZA, portador do RG nº 2.C.1.770.704 SSP/SC, inscrito no CPF sob nº 222.845.249/15, matrícula nº 301075, APOSENTADO POR INVALIDEZ, lotado no IPESI, em favor da Srª. MARIA DA PENHA OLIVEIRA, com proventos integrais no valor de R\$ 1.454,56 (Um mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos), a partir de 16 de março de 2015, conforme processo administrativo do IPESI nº 2015.07.01069P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 16 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

ITAPOA - SC, 27 de abril de 2015.  
Iara Cristine de Oliveira Hoepfner  
Diretora Executiva  
Decreto Municipal 2352/2015

Homologo:  
Sérgio Ferreira de Aguiar  
Prefeito Municipal

# Joaçaba

## PREFEITURA

**EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 041/2015 - FME**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 041/2015

CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME  
BENEFICIÁRIO: DIEGO DA SILVEIRA PADILHA  
MODALIDADE: TÊNIS DE MESA  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 6.922,40 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000.

Joaçaba - SC, 18 de Maio de 2015  
RONY EDSON LENZ  
Diretor do FME

DIEGO DA SILVEIRA PADILHA  
Atleta de Tênis de Mesa

**EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 042/2015 - FME**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 042/2015

CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME  
BENEFICIÁRIO: LUIS EDUARDO CAMARÇO DOS ANJOS  
MODALIDADE: TÊNIS DE MESA  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 3.461,20 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000.

Joaçaba - SC, 18 de Maio de 2015  
RONY EDSON LENZ  
Diretor do FME

LUIS EDUARDO CAMARÇO DOS ANJOS  
Atleta de Tênis de Mesa

**EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 043/2015 - FME**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 043/2015

CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME  
BENEFICIÁRIO: GEZIEL PEREIRA DALLA COSTA  
MODALIDADE: TÊNIS DE MESA  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 6.922,40 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000.

Joaçaba - SC, 18 de Maio de 2015  
RONY EDSON LENZ  
Diretor do FME

GEZIEL PEREIRA DALLA COSTA  
Atleta de Tênis de Mesa

**EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 044/2015 - FME**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 044/2015

CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME  
BENEFICIÁRIO: ADELIR BERARDO  
MODALIDADE: TÊNIS DE MESA  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 5.474,20 A SER LIBERADO EM 7 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000.

Joaçaba - SC, 18 de Maio de 2015  
RONY EDSON LENZ  
Diretor do FME

DANIEL PINHEIRO CARVALHO  
Atleta de Tênis de Mesa

**EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 045/2015 - FME**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 045/2015

CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME  
BENEFICIÁRIO: DANIEL PINHEIRO CARVALHO  
MODALIDADE: TÊNIS DE MESA  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 6.922,40 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000.

Joaçaba - SC, 18 de Maio de 2015  
RONY EDSON LENZ  
Diretor do FME

DANIEL PINHEIRO CARVALHO  
Atleta de Tênis de Mesa

**EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 046/2015 - FME**

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 046/2015

CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME  
BENEFICIÁRIO: DENNIS PINHEIRO CARVALHO  
MODALIDADE: TÊNIS DE MESA  
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
VALOR: R\$ 6.922,40 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000.

Joaçaba - SC, 18 de Maio de 2015  
RONY EDSON LENZ  
Diretor do FME

DENNIS PINHEIRO CARVALHO  
Atleta de Tênis de Mesa

**EXTRATO DO TERMO DE ADESAO Nº 050/2015 - FME**  
 EXTRATO DO TERMO DE ADESAO Nº 050/2015

CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME  
 BENEFICIÁRIO: DANIEL PEREIRA  
 MODALIDADE: FUTEBOL  
 OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
 VALOR: R\$ 2.257,90 A SER LIBERADO EM 7 PARCELAS MENSALS.  
 Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000.

Joaçaba - SC, 18 de Maio de 2015  
 RONY EDSON LENZ  
 Diretor do FME

DANIEL PEREIRA  
 Atleta de Futebol

**EXTRATO DO TERMO DE ADESAO Nº 059/2015 - FME**  
 EXTRATO DO TERMO DE ADESAO Nº 059/2015

CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME  
 BENEFICIÁRIO: FELIPE DA COSTA  
 MODALIDADE: FUTEBOL  
 OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA  
 VALOR: R\$ 1.557,89 A SER LIBERADO EM 7 PARCELAS MENSALS.  
 Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000.

Joaçaba - SC, 18 de Maio de 2015  
 RONY EDSON LENZ  
 Diretor do FME

FELIPE DA COSTA  
 Atleta de Futebol

**HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015**

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JOAÇABA
--	--

HOMOLOGAÇÃO FINAL DAS INSCRIÇÕES REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015 de 13 de Abril de 2015.

Ficam HOMOLOGADAS as inscrições para o Concurso Público nº 002/2015 destinadas à contratação de Cuidador em conformidade com normas fixadas neste Edital e disposições da legislação vigente municipal.

Conforme Edital:

6.3. Os portões do local de prova serão fechados 10 (dez) minutos antes do horário de início da aplicação das provas – observando-se o horário oficial de Brasília/DF, ou seja, SERÁ FECHADO PONTUALMENTE AS 08h20, NÃO SENDO MAIS PERMITIDO O INGRESSO DE CANDIDATOS AO LOCAL DAS PROVAS APÓS ESTE HORÁRIO.

6.4. O local de aplicação da prova objetiva será no PRÉDIO DO CERT – Centro Educacional Roberto Trompowsky - Avenida Santa Terezinha, 49, Centro – Joaçaba – SC, na data de 24/05/2015, com início das provas as 08h30min.

CUIDADOR		
Inscrição	Candidato	Situação
1306	NEUSA DE FÁTIMA GERVASIO	DEFERIDO(A)
1308	CLAIR DO AMARAL	DEFERIDO(A)

1309	JÉSSICA ANTUNES MARTINS FERREIRA	DEFERIDO(A)
1310	NATALIA LUE KUZNIER MOREIRA	DEFERIDO(A)
1311	CLAUDIA MARA GHISLENI BELOTTO	DEFERIDO(A)
1315	HEKIMELI DE ALMEIDA	DEFERIDO(A)
1318	IVA LUIZA DA SILVA	DEFERIDO(A)
1319	VANIA PELIZZER	DEFERIDO(A)
1320	MARIZETE APARECIDA VARELA DA SILVA	DEFERIDO(A)
1329	FABIANE APARECIDA BENITES	DEFERIDO(A)
1344	CRISTIANO RODRIGO MOREIRA	DEFERIDO(A)
1347	MARIA CELITA ALTENHOFEN	DEFERIDO(A)
1349	LINDALVA BEVILACQUA BELOTTO	DEFERIDO(A)
1350	NATALIE CAROLINE SEIDENFUS	DEFERIDO(A)
1351	KARINE FERREIRA MARTINS DA ROSA	DEFERIDO(A)
1358	GRASIELE ZANELLA	DEFERIDO(A)
1364	ADRIANA POSPOR	DEFERIDO(A)
1366	CLAUDIA SCHULZ FERNANDES	DEFERIDO(A)
1380	DIONARA BRANDALISE	DEFERIDO(A)
1381	ROSINEI FATIMA DE LIMA LECHNER	DEFERIDO(A)
1397	PATRICIA BOTTEGA	DEFERIDO(A)
1404	JULIANA PAULA DOS SANTOS	DEFERIDO(A)

Publica-se e registra-se

Joaçaba(SC) – 18 de Maio de 2015.  
 RAFAEL LASKE  
 Prefeito Municipal de Joaçaba/SC

**PORTARIA N.º 4331**

PORTARIA Nº 4.331 DE 13 DE MAIO DE 2015  
 “CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ELIO DA SILVA, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Gestão Financeira, referente ao período de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias), por um período de 12 dias, a partir de 11 de maio de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 11 de maio de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 13 de maio de 2015.  
 RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
 Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
 www.diariomunicipal.sc.gov.br  
 Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4332**

PORTARIA Nº 4.332 DE 13 DE MAIO DE 2015  
 “CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:



Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) LUCIO SAAVEDRA TERAN, Medico, Classe "D-VII", para a Classe "D-VIII", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional, promoção referente ao ano de 2013 concedida em janeiro de 2014.

Art. 2º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) LUCIO SAAVEDRA TERAN, Medico, Classe "D-VIII", para a Classe "D-IX", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 13 de maio de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 4333**

PORTARIA Nº 4.333 DE 13 DE MAIO DE 2015  
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) SOELI SALETE GOMES, Técnico de Administração, Classe "D-II", para a Classe "D-III", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 13 de maio de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 4334**

PORTARIA Nº 4.334 DE 13 DE MAIO DE 2015  
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a)

VALDIR JOSÉ ROSA, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, Carpinteiro, Classe "B-IV", para a Classe "B-V", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 13 de maio de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 4335**

PORTARIA Nº 4.335 DE 13 DE MAIO DE 2015  
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) VALDIR NISSOLA, Motorista, Classe "F-VI", para a Classe "F-VII", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional, promoção referente ao ano de 2013 concedida em janeiro de 2014.

Art. 2º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) VALDIR NISSOLA, Motorista, Classe "F-VII", para a Classe "F-VIII", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 13 de maio de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 4336**

PORTARIA Nº 4.336 DE 18 DE MAIO DE 2015  
"PRORROGA PRAZO DE COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, resolve:

Art. 1º PRORROGAR o prazo em 30 (trinta) dias, conforme prevê o § 7º do art. 128 da Lei Complementar n.º 76/2003, para conclusão dos trabalhos do "Processo Administrativo Disciplinar", que

apura débito a ser inscrito em dívida ativa decorrente de acidente de trânsito ocorrido com o veículo GM/Astra Sedan, placas MCY 0501 conduzido pelo Sr. Carlos Zagonel conforme memorando da Procuradoria Jurídica.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de maio de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 4337**

PORTARIA Nº 4.337 DE 18 DE MAIO DE 2015  
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) SANDRA ANDREIA STEFANES, Telefonista/Recepcionista, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Saúde, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias), 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias), 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias), 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias) e 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (12 dias) por um período de 60 dias, nos períodos de 11 de fevereiro de 2015 a 28 de fevereiro de 2015 (18 dias), 01 de abril de 2015 a 06 de maio de 2015 (36 dias) e 06 de junho de 2015 a 11 de junho de 2015 (6 dias) intervalo entre os períodos de férias, de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 18 de maio de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### **SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**

#### **ORDEM DE SERVIÇO 0010/2015 - SIMAE**

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 0010/2015

Autorizo por meio desta, a empresa Empreiteira de Construção Civil Oliveira Ltda a iniciar os serviços referentes à Urbanização do Reservatório de Água Tratada – RAP 016, localizado no Acesso Adolfo Ziguelli, no município de Joaçaba - SC, de acordo com as especificações pertinentes ao Processo Licitatório JHL 0013/2015, TOMADA DE PREÇOS JHL 0003/2015, Protocolo JHL 0683/2015, formalizada pelo Termo de Contrato JHL 0030/2015 de 28 de abril de 2015.

O valor Global dos serviços e materiais contratados do respectivo processo é de R\$ 38.683,83 (Trinta e oito mil, seiscentos e oitenta e três reais e oitenta e três centavos), com prazo de execução de 60 (sessenta) dias, a partir do recebimento desta Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC), 18 de maio de 2015.

Contratante: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
Nome e cargo: Elisabet Maria Zanela Sartori  
Diretora Presidente

Contratado: EMPREITEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL OLIVEIRA LTDA  
Responsável: Engº Roberto de Carli  
CREA/SC 18.298-2  
Engenheiro Responsável

RECEBI EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

#### **ORDEM DE SERVIÇO 0011/2015 - SIMAE**

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 0011/2015

Autorizo por meio desta, a empresa EQUIBRASIL LTDA - EPP a iniciar os serviços referentes à aquisição e instalação de elevador convencional elétrico para uso geral, obedecendo as NBR NM 207 e NBR 13994, com 5 paradas e duas portas de abertura lateral automática de acesso em lados opostos, com alimentação trifásica de 380v, devendo sua instalação ser efetuada na Sede Administrativa do SIMAE, na Rua Tiradentes, 123, Centro em Joaçaba, pertinentes ao Processo Licitatório JHL 0016/2015, TOMADA DE PREÇOS JHL 0004/2015, Protocolo JHL 0869/2015, formalizada pelo Termo de Contrato JHL 0031/2015 de 08 de maio de 2015.

O valor Global dos serviços e materiais contratados do respectivo processo é de R\$ 172.958,82 (Cento e setenta e dois mil, novecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e dois centavos), com prazo de execução de 240 (duzentos e quarenta) dias, a partir do recebimento desta Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC), 18 de maio de 2015.

Contratante: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
Nome e cargo: Elisabet Maria Zanela Sartori  
Diretora Presidente

Contratado: EQUIBRASIL LTDA - EPP

Responsáveis: Elias Noriler João Rodrigues Veira  
Sócio Administrador CREA/SC 041082-3  
Engenheiro Responsável

RECEBI EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



**RESUMO CONTRATO JHL 0033/2015 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA-HERVAL D' OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0033/2015  
PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO JHL Nº0038/2014  
INEXIGIBILIDADE JHL 0002/2014  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0029/2014  
PROTOCOLO Nº 1228/2014

Data: 13/05/2015

Objeto: RENOVAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE DE VALOR REFERENTE AO CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA RECEBIMENTO DE FATURAS DO SIMAE.

Contratado: BANCO DO BRASIL S.A.

Valor Contratado: R\$ 1,58 (um real e cinquenta e oito centavos) para recebimento de documento nos guichês de caixas e de autoatendimento nas agências do contratado, recebimento de documento nas casas lotéricas e/ou correspondentes bancários com código de barras padrão FEBRABAN e prestação de contas através de meio magnético;

R\$ 0,86 (oitenta e seis centavos) por recebimento efetuado através do sistema de débito automático e de autoatendimento pela internet no Home/Office Banking NO padrão FEBRABAN e prestação de contas através de meio magnético.

Programa: 14.01.2060

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.81

Prazo de vigência: 01/06/2015 a 31/05/2016.

Elisabet Maria Zanela Sartori – Diretora Presidente do SIMAE

**RESUMO CONTRATO JHL 0034/2015 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA-HERVAL D' OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0034/2015  
PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO JHL Nº0039/2014  
INEXIGIBILIDADE JHL 0002/2014  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0029/2014  
PROTOCOLO Nº 1228/2014

Data: 13/05/2015

Objeto: RENOVAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE DE VALOR REFERENTE AO CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA RECEBIMENTO DE FATURAS DO SIMAE.

Contratado: BANCO BRADESCO S.A.

Valor Contratado: R\$ 1,58 (um real e cinquenta e oito centavos) para recebimento de documento nos guichês de caixas e de autoatendimento nas agências do contratado, recebimento de documento nas casas lotéricas e/ou correspondentes bancários com código de barras padrão FEBRABAN e prestação de contas através de meio magnético;

R\$ 0,86 (oitenta e seis centavos) por recebimento efetuado através do sistema de débito automático e de autoatendimento pela internet no Home/Office Banking NO padrão FEBRABAN e prestação de contas através de meio magnético.

Programa: 14.01.2060

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.81

Prazo de vigência: 01/06/2015 a 31/05/2016.

Elisabet Maria Zanela Sartori – Diretora Presidente do SIMAE

**RESUMO CONTRATO JHL 0035/2015 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA-HERVAL D' OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0035/2015  
PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO JHL Nº0040/2014  
INEXIGIBILIDADE JHL 0002/2014  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0029/2014  
PROTOCOLO Nº 1228/2014

Data: 13/05/2015

Objeto: RENOVAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE DE VALOR REFERENTE

AO CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA RECEBIMENTO DE FATURAS DO SIMAE.

Contratado: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - AGÊNCIA DE JOAÇABA  
Valor Contratado: R\$ 1,58 (um real e cinquenta e oito centavos) para recebimento de documento nos guichês de caixas e de autoatendimento nas agências do contratado, recebimento de documento nas casas lotéricas e/ou correspondentes bancários com código de barras padrão FEBRABAN e prestação de contas através de meio magnético;

R\$ 0,86 (oitenta e seis centavos) por recebimento efetuado através do sistema de débito automático e de autoatendimento pela internet no Home/Office Banking NO padrão FEBRABAN e prestação de contas através de meio magnético.

Programa: 14.01.2060

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.81

Prazo de vigência: 01/06/2015 a 31/05/2016.

Elisabet Maria Zanela Sartori – Diretora Presidente do SIMAE

**RESUMO CONTRATO JHL 0036/2015 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA-HERVAL D' OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0036/2015  
PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO JHL Nº0041/2014  
INEXIGIBILIDADE JHL 0002/2014  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0029/2014  
PROTOCOLO Nº 1228/2014

Data: 13/05/2015

Objeto: RENOVAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE DE VALOR REFERENTE AO CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA RECEBIMENTO DE FATURAS DO SIMAE.

Contratado: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Valor Contratado: R\$ 1,58 (um real e cinquenta e oito centavos) para recebimento de documento nos guichês de caixas e de autoatendimento nas agências do contratado, recebimento de documento nas casas lotéricas e/ou correspondentes bancários com código de barras padrão FEBRABAN e prestação de contas através de meio magnético;

R\$ 0,86 (oitenta e seis centavos) por recebimento efetuado através do sistema de débito automático e de autoatendimento pela internet no Home/Office Banking NO padrão FEBRABAN e prestação de contas através de meio magnético.

Programa: 14.01.2060

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.81

Prazo de vigência: 01/06/2015 a 31/05/2016.

Elisabet Maria Zanela Sartori – Diretora Presidente do SIMAE

**RESUMO CONTRATO JHL 0037/2015 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA-HERVAL D' OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0037/2015  
PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO JHL Nº0042/2014  
INEXIGIBILIDADE JHL 0002/2014  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0029/2014  
PROTOCOLO Nº 1228/2014

Data: 13/05/2015

Objeto: RENOVAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE DE VALOR REFERENTE AO CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA RECEBIMENTO DE FATURAS DO SIMAE.

Contratado: COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS VALE DO RIO DO PEIXE SICOOB CREDIRIO SC

Valor Contratado: R\$ 1,58 (um real e cinquenta e oito centavos) para recebimento de documento nos guichês de caixas e de autoatendimento nas agências do contratado, recebimento de documento nas casas lotéricas e/ou correspondentes bancários com código de barras padrão FEBRABAN e prestação de contas através de meio magnético;

R\$ 0,86 (oitenta e seis centavos) por recebimento efetuado através

do sistema de débito automático e de autoatendimento pela internet no Home/Office Banking NO padrão FEBRABAN e prestação de contas através de meio magnético.

Programa: 14.01.2060

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.81

Prazo de vigência: 01/06/2015 a 31/05/2016.

Elisabet Maria Zanela Sartori – Diretora Presidente do SIMAE

#### **RESUMO CONTRATO JHL 0038/2015 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0038/2015

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO JHL Nº0043/2014

INEXIGIBILIDADE JHL 0002/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0029/2014

PROTOCOLO Nº 1228/2014

Data: 13/05/2015

Objeto: RENOVAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE DE VALOR REFERENTE AO CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA RECEBIMENTO DE FATURAS DO SIMAE.

Contratado: BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A.

Valor Contratado: R\$ 1,58 (um real e cinquenta e oito centavos) para recebimento de documento nos guichês de caixas e de autoatendimento nas agências do contratado, recebimento de documento nas casas lotéricas e/ou correspondentes bancários com código de barras padrão FEBRABAN e prestação de contas através de meio magnético;

R\$ 0,86 (oitenta e seis centavos) por recebimento efetuado através do sistema de débito automático e de autoatendimento pela internet no Home/Office Banking NO padrão FEBRABAN e prestação de contas através de meio magnético.

Programa: 14.01.2060

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.81

Prazo de vigência: 01/06/2015 a 31/05/2016.

Elisabet Maria Zanela Sartori – Diretora Presidente do SIMAE

#### **RESUMO CONTRATO JHL 0039/2015 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0039/2015

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO JHL Nº0044/2014

INEXIGIBILIDADE JHL 0002/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0029/2014

PROTOCOLO Nº 1228/2014

Data: 13/05/2015

Objeto: RENOVAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE DE VALOR REFERENTE AO CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA RECEBIMENTO DE FATURAS DO SIMAE.

Contratado: COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE OURO – SULCREDI/OURO

Valor Contratado: R\$ 1,58 (um real e cinquenta e oito centavos) para recebimento de documento nos guichês de caixas e de autoatendimento nas agências do contratado, recebimento de documento nas casas lotéricas e/ou correspondentes bancários com código de barras padrão FEBRABAN e prestação de contas através de meio magnético;

R\$ 0,86 (oitenta e seis centavos) por recebimento efetuado através do sistema de débito automático e de autoatendimento pela internet no Home/Office Banking NO padrão FEBRABAN e prestação de contas através de meio magnético.

Programa: 14.01.2060

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.81

Prazo de vigência: 01/06/2015 a 31/05/2016.

Elisabet Maria Zanela Sartori – Diretora Presidente do SIMAE

#### **RESUMO CONTRATO JHL 0040/2015 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0040/2015

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO JHL Nº0045/2014

INEXIGIBILIDADE JHL 0002/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0029/2014

PROTOCOLO Nº 1228/2014

Data: 13/05/2015

Objeto: RENOVAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE DE VALOR REFERENTE AO CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA RECEBIMENTO DE FATURAS DO SIMAE.

Contratado: ITAÚ UNIBANCO S.A.

Valor Contratado: R\$ 1,58 (um real e cinquenta e oito centavos) para recebimento de documento nos guichês de caixas e de autoatendimento nas agências do contratado, recebimento de documento nas casas lotéricas e/ou correspondentes bancários com código de barras padrão FEBRABAN e prestação de contas através de meio magnético;

R\$ 0,86 (oitenta e seis centavos) por recebimento efetuado através do sistema de débito automático e de autoatendimento pela internet no Home/Office Banking NO padrão FEBRABAN e prestação de contas através de meio magnético.

Programa: 14.01.2060

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.81

Prazo de vigência: 01/06/2015 a 31/05/2016.

Elisabet Maria Zanela Sartori – Diretora Presidente do SIMAE

#### **RESUMO CONTRATO JHL 0041/2015 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0041/2015

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO JHL Nº0047/2014

INEXIGIBILIDADE JHL 0002/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0029/2014

PROTOCOLO Nº 1228/2014

Data: 13/05/2015

Objeto: RENOVAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE DE VALOR REFERENTE AO CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA RECEBIMENTO DE FATURAS DO SIMAE.

Contratado: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

Valor Contratado: R\$ 1,58 (um real e cinquenta e oito centavos) para recebimento de documento nos guichês de caixas e de autoatendimento nas agências do contratado, recebimento de documento nas casas lotéricas e/ou correspondentes bancários com código de barras padrão FEBRABAN e prestação de contas através de meio magnético;

R\$ 0,86 (oitenta e seis centavos) por recebimento efetuado através do sistema de débito automático e de autoatendimento pela internet no Home/Office Banking NO padrão FEBRABAN e prestação de contas através de meio magnético.

Programa: 14.01.2060

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.81

Prazo de vigência: 01/06/2015 a 31/05/2016.

Elisabet Maria Zanela Sartori – Diretora Presidente do SIMAE

**RESUMO CONTRATO JHL 0042/2015 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0042/2015

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO JHL Nº0062/2014

INEXIGIBILIDADE JHL 0002/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0029/2014

PROTOCOLO Nº 1228/2014

Data: 13/05/2015

Objeto: RENOVAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE DE VALOR REFERENTE AO CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA RECEBIMENTO DE FATURAS DO SIMAE.

Contratado: BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S.A.

Valor Contratado: R\$ 1,58 (um real e cinquenta e oito centavos) para recebimento de documento nos guichês de caixas e de autoatendimento nas agências do contratado, recebimento de documento nas casas lotéricas e/ou correspondentes bancários com código de barras padrão FEBRABAN e prestação de contas através de meio magnético;

R\$ 0,86 (oitenta e seis centavos) por recebimento efetuado através do sistema de débito automático e de autoatendimento pela internet no Home/Office Banking NO padrão FEBRABAN e prestação de contas através de meio magnético.

Programa: 14.01.2060

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.81

Prazo de vigência: 01/06/2015 a 31/05/2016.

Elisabet Maria Zanela Sartori – Diretora Presidente do SIMAE

# Lages

## PREFEITURA

**PP 09 E 10-2015 FMAS; PP 69-2015 PML; PP 51-2015 PML RERRATIFICADO****AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: PP 51/2015 PML RERRATIFICADO

Objeto: Aquisição de Terminais de Autoatendimento

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 09/06/2015 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 30.116,00

Modalidade: PP 09/2015 FMAS

Objeto: Aquisição de Equipamentos

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 09/06/2015 às 14:30

Valor Estimado: R\$ 23.628,17

Modalidade: PP 10/2015 FMAS

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios, Materiais de Consumo, Higiene e Limpeza.

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 10/06/2015 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 258.838,24

Modalidade: PP 69/2015 PML

Objeto: Aquisição de Mobiliário Escolar

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 11/06/2015 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 127.224,24

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br), sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 18 de maio de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

# Laguna

## PREFEITURA

**CONTRATO Nº 019/2015 - FMS**

CONTRATO Nº 019/2015 - FMS  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGUNA  
CONTRATADA: EMPRESA ISAMED – MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA. ME  
OBJETO: FORNECIMENTO DE FRALDAS  
VIGÊNCIA: início em 09/05/2015 e término em 31/12/2015  
VALOR TOTAL: R\$ 129.666,00 (cento e vinte e nove mil e seiscientos e sessenta e seis reais)  
DATA: 09/05/2015

**CONTRATO Nº 020/2015 - FMS**

CONTRATO Nº 020/2015 - FMS  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGUNA  
CONTRATADA: EMPRESA ISAMED – MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA. ME  
OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR  
VIGÊNCIA: início em 11/05/2015 e término em 31/12/2015  
VALOR TOTAL: R\$ 106.667,03 (cento e seis mil, seiscientos e sessenta e sete reais e três centavos)  
DATA: 11/05/2015

**CONTRATO Nº 021/2015 - FMS**

CONTRATO Nº 021/2015 - FMS  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGUNA  
CONTRATADA: EMPRESA METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.  
OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR  
VIGÊNCIA: início em 11/05/2015 e término em 31/12/2015  
VALOR TOTAL: R\$ 12.772,40 (doze mil, setecentos e setenta e dois reais e quarenta centavos)  
DATA: 11/05/2015

**CONTRATO Nº 022/2015 - FMS**

CONTRATO Nº 022/2015 - FMS  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGUNA  
CONTRATADA: EMPRESA PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.  
OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR  
VIGÊNCIA: início em 11/05/2015 e término em 31/12/2015  
VALOR TOTAL: R\$ 82.841,25 (oitenta e dois mil, oitocentos e quarenta e um reais e vinte e cinco centavos)  
DATA: 11/05/2015

**CONTRATO Nº 024/2015 - PML**

CONTRATO Nº 024/2015 - PML  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGUNA  
CONTRATADA: EMPRESA CORDOVA LAUREANO E CIA LTDA. ME  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL  
VIGÊNCIA: início em 08/05/2015 e término em 31/12/2015  
VALOR TOTAL: R\$ 35.400,00 (trinta e cinco mil e quatrocentos reais).  
DATA: 08/05/2015

**CONTRATO Nº 025/2015 - PML**

CONTRATO Nº 025/2015 - PML  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGUNA  
CONTRATADA: EMPRESA OLIVEIRA E VALERIO LTDA. ME  
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO EM AMBIENTE ESCOLAR  
VIGÊNCIA: início em 08/05/2015 e término em 06/11/2015  
VALOR TOTAL: R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais).  
DATA: 08/05/2015

**RESCISÃO DE CONTRATO Nº 009/2014**

Laguna, 04 de Maio de 2015

PARA: PAULO UHLMANN ME CONTRATO Nº 009/2014 - PML

**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO**

Termo de rescisão de contrato, que entre si celebram o Município de Laguna, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 82.928.706/0001-82, sediada na Rua Voluntário Carpes, nº 155, Bairro: Centro Histórico, na cidade de Laguna / SC, neste ato representado pelo Sr. Everaldo dos Santos na qualidade de Prefeito Municipal, na qualidade de CONTRATANTE, e do outro lado a Empresa Paulo Uhlmann Me, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 15.076.587/0001-90, sediada na Rua Prefeito Bertoldo Jacobsen, nº 470, Bairro: Centro, na cidade de Taió / SC, na qualidade de CONTRATADA, sob o nº de contrato nº 009/2014 – PML, têm justo e firmado entre si este Termo de Rescisão Contratual de uma (Moto - Niveladora) contratada no ultimo aditivo, em conformidade com decreto Municipal Nº 4.339 de 22 de Abril de 2015, Contrato de Prestação de Serviços resolvendo rescindir apenas uma única - moto niveladora do referido Contrato a partir do dia 1 de Maio de 2015.

Atenciosamente,

RENATO DE OLIVEIRA  
SECRETARIO DE OBRAS E  
SANEAMENTO

**RESCISÃO DE CONTRATO Nº 010/2014**

Laguna, 30 de Abril de 2015

PARA: ECOOBRA CONSTRUÇÕES LTDA CONTRATO Nº 010/2014 - PML

**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO**

Termo de rescisão de contrato, que entre si celebram o Município de Laguna, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 82.928.706/0001-82, sediada na Rua Voluntário Carpes, nº 155, Bairro: Centro Histórico, na cidade de Laguna / SC, neste ato representado pelo Sr. Everaldo dos Santos na qualidade de Prefeito Municipal, na qualidade de CONTRATANTE, e do outro lado a Empresa Ecoobra Construções LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 14.785.759/0001-31, sediada na Avenida Marcolino Martins Cabral, nº 926, Bairro: Centro, na cidade de Tubarão / SC, na qualidade de CONTRATADA, sob o nº de contrato nº 010/2014 têm justo e firmado entre si este Termo de Rescisão Contratual do (Trator Esteira), em conformidade com decreto Municipal Nº 4.339 de 22 de Abril de 2015, Contrato de Prestação de Serviços resolvendo rescindir o referido Contrato a partir do dia 1 de Maio de 2015.

Atenciosamente,

RENATO DE OLIVEIRA  
SECRETARIO DE OBRAS E  
SANEAMENTO

**RESCISÃO DE CONTRATO Nº 011/2014**

Laguna, 01 de Maio de 2015

PARA: OTTO RAMPINELLI - ME CONTRATO Nº 011/2014 - PML

**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO**

Termo de rescisão de contrato, que entre si celebram o Município de Laguna, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 82.928.706/0001-82, sediada na Rua Voluntário Carpes, nº 155, Bairro: Centro Histórico, na cidade de Laguna / SC, neste ato representado pelo Sr. Everaldo dos Santos na qualidade de Prefeito Municipal, na qualidade de CONTRATANTE, e do outro lado a Empresa Otto Rampinelli - Me, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 79.651.394/0001-06, sediada na Rua Toledo Pizza, nº 1143, Bairro: Mar Grosso, na cidade de Laguna / SC, na qualidade de CONTRATADA, sob o nº de contrato nº 011/2014 – PML, têm justo e firmado entre si este Termo de Rescisão Contratual de uma (Retro - Escavadeira), em conformidade com decreto Municipal Nº 4.339 de 22 de Abril de 2015, Contrato de Prestação de Serviços resolvendo rescindir o referido Contrato a partir do dia 1 de Maio de 2015.

Atenciosamente,

RENATO DE OLIVEIRA  
SECRETARIO DE OBRAS E  
SANEAMENTO



# Lauro Muller

## PREFEITURA

### DISPENSA DE LICITAÇÃO N 21/2015 HMHL

DISPENSA DE LICITAÇÃO N 21/2015 HMHL  
PROCESSO 21/2015

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER através do Hospital Municipal Henrique Lage, com sede na rua Walter Vertteli, Centro, Lauro Muller/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº82.558.487/0001-97, por intermédio da Comissão Municipal de Licitação, comunica que estará realizando dispensa, em conformidade com a Lei 8666/93, art. 24, IV OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO DEVIDO A AUSÊNCIA DE COTAÇÃO DOS ITENS NOS PREGÕES 47/2014 ( COM VIGÊNCIA PARA 2015), 12/2015 E 15/2015 PARA O HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE.

CONTRATADO: TC TECNICA CIRURGICA COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS LTDA

Valor Global: R\$ 3.930,00 ( tres mil novecentos e trinta reais).

VIGÊNCIA: 13/04/2015 a 31/12/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

### SUSPENSÃO EDITAL DE PREGÃO N°53/2015 PMLM

SUSPENSÃO EDITAL DE PREGÃO N°53/2015 PMLM  
PROCESSO N°53/2015

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que o certame com data para dia 26 de maio de 2015 às 09:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão para Contratação de empresas do ramo pertinente, para prestação de serviços de forma parcelada, com máquinas, incluindo operadores/motoristas, na área de pavimentação, drenagem e terraplenagem; conservação, manutenção e limpeza de estradas, ruas, avenidas, rios, valas e córregos no Município de Lauro Muller/SC, para o exercício de 2015 esta suspenso por tempo indeterminado para reelaboração de seu termo de referencia, a nova data do processo será divulgada posteriormente maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 18 de maio de 2015.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

Termos de Compromissos números 783893 / 2013 e contrato de repasse 808669 / 2014 , mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 8.666/93 e alterações posteriores. O edital na íntegra está disponível no site oficial do municipio [www.lauromuller.sc.gov.br](http://www.lauromuller.sc.gov.br) .

Lauro Muller, 18 de maio de 2015

Jair F Madeira

Presidente da Comissão de Licitação

### TOMADA DE PREÇO N°56/2015 - PMLM

TOMADA DE PREÇO N°56/2015 - PMLM  
PROCESSO N°56/2015

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Presidente da comissão de licitação comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 2 de junho de 2015 às 11:30 hs (RELOGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório TOMADA DE PREÇO para contratação de empresa para prestação de serviço de terraplanagem, pavimentação, drenagem, obras de arte corrente e obras complementares, na rua JOÃO ELPIDIO ARAUJO com extensão de 156,96 m Lauro Muller /SC, de acordo com o Convênio com a Caixa Econômica Federal, através do Ministério das Cidades conforme Termo de Compromisso número 800526/2013, mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 8.666/93 e alterações posteriores. O edital na íntegra está disponível no site oficial do municipio [www.lauromuller.sc.gov.br](http://www.lauromuller.sc.gov.br).

Lauro Muller, 18 de maio de 2015

Jair F Madeira

Presidente da Comissão de Licitação

### TOMADA DE PREÇO N°55/2015 - PMLM

TOMADA DE PREÇO N°55/2015 - PMLM  
PROCESSO N°55/2015

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Presidente da comissão de licitação comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 2 de junho de 2015 às 10:30 hs (RELOGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório TOMADA DE PREÇO para contratação através de empresas do ramo pertinente, para execução das Obras de Construção da edificação industrial para instalação de usina de beneficiamento de leite para fomento ao setor agropecuario etapas 1 e 2 no Município de Lauro Muller/SC, de acordo com o Convênio a Caixa Econômica Federal, através do Ministerio da Agricultura, Pecuaria e Abastecimento conforme

# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015 - FMS**

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015

TIPO: "Menor Preço por Item". OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de equipamentos para a Sala de Emergência e Estabilização de Pacientes em situação de risco de morte, pertencente ao Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, conforme Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 010/2015. LEGISLAÇÃO: Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Decreto Municipal 23/2007, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 01 de junho de 2015. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado ou no site [www.leobertoleal.sc.gov.br](http://www.leobertoleal.sc.gov.br). Informações fone: (48) 32681212. Em 18/05/2015. ROBERTA OTTO – Secretária Municipal da Saúde.

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2015 - PMLL**

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 031/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2015

TIPO: Menor Preço por Item. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais prestações de serviços medido em horas técnicas para manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos de informática da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, em conformidade com o Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 021/2015. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Leoberto Leal/SC, às 15:30 (quinze horas e trinta minutos), do dia 02 de junho de 2015. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 18/05/2015. TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA - Prefeita Municipal.

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2015 - FMS**

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2015

TIPO: "Menor Preço por Item". OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais prestações de serviços medido em horas técnicas para manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos de informática do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, em conformidade com o Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 011/2015. LEGISLAÇÃO: Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Decreto Municipal 23/2007, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 02 de junho de 2015. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado ou no site [www.leobertoleal.sc.gov.br](http://www.leobertoleal.sc.gov.br). Informações fone: (48) 32681212. Em 18/05/2015. ROBERTA OTTO – Secretária Municipal da Saúde.

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

**EDITAL TP 06/2015**

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N° 06/2015

PEDRO ARI PARIZOTTO – Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para contratação de empresa do ramo de engenharia sanitária para a prestação dos serviços de coleta no reservatório, transporte, tratamento e destinação final de esgoto sanitários, no dia 10 de junho de 2015, às 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br), poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 18 de maio de 2015.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

# Luzerna

## PREFEITURA

### 1º TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS.010.2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 010/2015

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 134/2014

PREGÃO PRESENCIAL nº081/2014

Primeiro Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços FMS nº 010.2015, oriunda do Processo Licitatório nº 134.2014, Pregão Presencial nº 081.2014, que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA – FMS e ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, com o fito de majorar em 25% (vinte e cinco por cento) o quantitativo do item “49” da ata susomencionada.

Presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Gestor, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER; e de outro ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Estrada Boa Esperança, 2320, Bairro Fundo Canoas, na cidade de Rio do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 00.802.002/0001-02, neste ato representada por seu gerente administrativo MAICON CORDOVA PEREIRA, brasileiro, casado, gerente, portador da cédula de identidade nº 3.242.195 e inscrito no CPF/MF sob o nº 015.886.939-70, residente e domiciliado na Rua Henrique Munzfeld, nº 130, Bairro Fundo Canoas, Município de Rio do Sul/SC, doravante denominado FORNECEDOR 3, RESOLVEM, com supedâneo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo Aditivo à Ata de Registro em epígrafe, nos termos que segue:

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: DO ACRÉSCIMO:

1.1. O presente instrumento tem por objeto majorar em 25% (vinte e cinco por cento) o quantitativo do item “49” da Ata susomencionada, e abaixo especificado:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Quantidade	Quantidade a aditar
49	300,00	FR	Benzilpenicilina procaína potássica - frasco 400.000	2,26	2,825

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA RETIFICAÇÃO:

2.1. As partes, neste ato, ratificam, no que couber, todas as demais cláusulas estipuladas na Ata de Registro de Preço original e constantes do Edital do aludido Pregão, como se aqui transcritas literalmente, para todos os fins e efeitos jurídicos.

#### 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO:

3.1. É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da Ata de Registro de Preços e/ou deste Aditivo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, segunda-feira, 18 de maio de 2015.  
WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS  
CONTRATANTE

MAICON CORDOVA PEREIRA  
ALTERMED MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA  
FORNECEDOR

TESTEMUNHAS:

1ª TESTEMUNHA

2ª TESTEMUNHA

**CONTRATO PML Nº 080.15**

CONTRATO PML Nº 080/2015

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 041/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO PML Nº 009/2015

CONTRATAÇÃO DE ASSINATURAS ANUAIS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES COM ALINE ANDRES ME JORNAL PAUTA DA SEMANA TOTALIZANDO 08 (OITO) ASSINATURAS ANUAIS.

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de fevereiro, 151, em Luzerna/SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3. 427.769, residente e domiciliado na Rua Limeira, 125, aptº 202, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna/SC, de ora em diante denominado CONTRATANTE; e ALINE ANDRES ME – JORNAL PAUTA DA SEMANA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Travessa Pinheiro Machado, nº 81, sala 100, 1º andar, Centro, no município de Herval D'Oeste/SC, CEP 89610-000, inscrita no CNPJ sob nº 10.530.295/0001-61, representada por sua editora, ALINE ANDRES, brasileira, maior, jornalista, portadora da cédula de identidade nº 2.633.748 e inscrita no CPF sob o nº 942.206.389-20, denominada simplesmente CONTRATADA; têm entre si justo e contratado o que segue:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA:  
DO OBJETO**

1.1. O objeto deste Contrato, nos termos do Processo Licitatório PML nº 041/2015, dispensa de Licitação PML nº 009/2015, é a contratação 08 (oito) assinaturas anuais, pelo período de 12 (doze) meses do jornal Pauta da Semana, conforme descrito abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	Assinatura do jornal Pauta da Semana	UN	8,00	120,00	960,00

**1.2.**

A execução do objeto do presente contrato se dará de forma parcelada, de acordo com a necessidade do setor solicitante;

1.3. A CONTRATADA fica obrigada aos acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA:  
DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO**

2.1. Pela execução total do contrato a CONTRATADA receberá o importe de R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais);

2.2. O pagamento será efetuado mensalmente, em doze parcelas mensais e sucessivas, até o 20º (vigésimo) dia subsequente ao da apresentação do respectivo documento fiscal, devidamente recebido por Servidor Municipal competente;

2.3. No que tange ao preço das assinaturas, observa-se que a contratação apresenta-se mais vantajosa a Administração, tendo em vista, que a assinatura apresenta somatória inferior ao preço de banca, como comprova-se nas declarações anexas ao processo.

2.4. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade Requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;

2.5. A CONTRATADA deverá enviar FAX do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (49) 3551-4700) | email: compras@luzerna.sc.gov.br

2.6. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA:  
DAS DOTAÇÕES**

3.1. As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Modalidade de aplicação: Aplicações diretas – outras despesas correntes 3.3.90.39.01 – Assinatura de periódicos e anuidades

PREFEITURA DE LUZERNA

02. GABINETE DO PREFEITO

Atividade: 02.01.2.002.3.3.90.00.00.00.00.00 – manutenção do gabinete do prefeito

Reduzido: 003

Fonte: 00 – recursos ordinários

**4. CLÁUSULA QUARTA:****DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

4.1. Executar o objeto de acordo com o disposto na Cláusula Primeira deste contrato;

4.2. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

4.3. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;

4.4. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos serviços solicitados, a fim de comprovar a sua execução.

**5. CLÁUSULA QUINTA:  
DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão da proponente CONTRATADA, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 8.666/1993, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à proponente CONTRATADA juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da proponente CONTRATADA.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé da proponente CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada.

5.5. A Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.6. Na ocorrência de atraso injustificado para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.6.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.6.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato;

5.6.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pela CONTRATADA da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à proponente CONTRATADA:

5.8.1. Se o valor a ser pago à proponente CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela proponente CONTRATADA ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

## 6. CLÁUSULA SEXTA: DAS ALTERAÇÕES

6.1. O presente Contrato somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, alínea b e inciso II, alíneas c e d, observado o que dispõem os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato poderá ser rescindo nos seguintes casos:

7.1.1. Por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII do art.78 da Lei 8.666/93;

7.1.2. Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

7.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente;

7.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

7.3. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

7.4. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.66/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA direito algum de reclamações ou indenização.

## 8. CLÁUSULA OITAVA: DA VIGÊNCIA

8.1. O presente contrato terá vigência até 12 meses, podendo ser prorrogada até o limite de 60 (sessenta) meses, havendo interesse de ambas as partes, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores art. 57, § 1º, incisos II, III, IV e VI.

## 9. CLÁUSULA NONA: DO FORO

9.1. Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de



tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 11 de maio de 2015.

MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

ALINE ANDRES  
JORNAL PAUTA DA SEMANA  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome Legível:  
RG:  
CPF:

Nome Legível:  
RG:  
CPF:

### CONTRATO PML Nº 081.15

CONTRATO PML Nº 081/2015

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 041/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO PML Nº 009/2015

CONTRATAÇÃO DE ASSINATURAS ANUAIS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES COM JORNAL FOLHA DA MANHÃ LTDA ME COM 08 (OITO) ASSINATURAS ANUAIS.

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de fevereiro, 151, em Luzerna/SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3. 427.769, residente e domiciliado na Rua Limeira, 125, aptº 202, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna/SC, de ora em diante denominado CONTRATANTE; e JORNAL FOLHA DA MANHÃ LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Duque de Caxias, nº 665, Ed. Bianchi, sala 03, Centro, no município de Joaçaba/SC, CEP 89600-000, inscrita no CNPJ sob nº 13.523.227/0001-63, representada por seu sócio administrador CLEMIR SCHMITT, doravante denominada simplesmente CONTRATADA; têm entre si justo e contratado o que segue:

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O objeto deste Contrato, nos termos do Processo Licitatório PML nº 041/2015, Dispensa de Licitação PML nº 009/2015, é a contratação de 08 (oito) assinaturas anuais, pelo período de 12 (doze) meses, do jornal Folha da Manhã, conforme descrito abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	Assinatura do jornal Folha da Manhã	UN	8,00	100,00	800,00

#### 1.2.

A execução do objeto do presente contrato se dará de forma parcelada, de acordo com a necessidade do setor solicitante;

1.3. A CONTRATADA fica obrigada aos acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

2.1. Pela execução total do contrato a CONTRATADA receberá o importe de R\$ 800,00 (oitocentos reais);

2.2. O pagamento será efetuado mensalmente, em doze parcelas mensais e sucessivas, até o 20º (vigésimo) dia subsequente ao da apresentação do respectivo documento fiscal, devidamente recebido por Servidor Municipal competente;

2.3. No que tange ao preço das assinaturas, observa-se que a contratação apresenta-se mais vantajosa a Administração, tendo em vista, que a assinatura apresenta somatória inferior ao preço de banca, como comprova-se nas declarações anexas ao processo.

2.4. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade Requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;

2.5. A CONTRATADA deverá enviar FAX do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/ Fax: (49) 3551-4700) | email: compras@luzerna.sc.gov.br

2.6. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA.

#### 3. CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DOTAÇÕES

3.1. As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Modalidade de aplicação: Aplicações diretas – outras despesas correntes 3.3.90.39.01 – Assinatura de periódicos e anuidades

PREFEITURA DE LUZERNA

02. GABINETE DO PREFEITO

Atividade: 02.01.2.002.3.3.90.00.00.00.00 – manutenção do gabinete do prefeito

Reduzido: 003

Fonte: 00 – recursos ordinários 4. CLÁUSULA QUARTA:

#### DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 4.1. Executar o objeto de acordo com o disposto na Cláusula Primeira deste contrato;
- 4.2. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- 4.3. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;
- 4.4. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos serviços solicitados, a fim de comprovar a sua execução.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA:

##### DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão da proponente CONTRATADA, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 8.666/1993, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à proponente CONTRATADA juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da proponente CONTRATADA.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé da proponente CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada.

5.5. A Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.6. Na ocorrência de atraso injustificado para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.6.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.6.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato;

5.6.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pela CONTRATADA da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à proponente CONTRATADA:

5.8.1. Se o valor a ser pago à proponente CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela proponente CONTRATADA ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### 6. CLÁUSULA SEXTA:

##### DAS ALTERAÇÕES

6.1. O presente Contrato somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, alínea b e inciso II, alíneas c e d, observado o que dispõem os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

#### 7. CLÁUSULA SÉTIMA:

##### DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato poderá ser rescindo nos seguintes casos:

7.1.1. Por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII do art.78 da Lei 8.666/93;

7.1.2. Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização

a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

7.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente;

7.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

7.3. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

7.4. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.66/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA direito algum de reclamações ou indenização.

#### 8. CLÁUSULA OITAVA:

##### DA VIGÊNCIA

8.1. O presente contrato terá vigência até 12 meses, podendo ser prorrogada até o limite de 60 (sessenta) meses, havendo interesse de ambas as partes, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores art. 57, § 1º, incisos II, III, IV e VI.

#### 9. CLÁUSULA NONA:

##### DO FORO

9.1. Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 04( quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 11 de maio de 2015.

MOISÉS DIERSMANN Prefeito Municipal CONTRATANTE	CLEMIR SCHMITT JORNAL FOLHA DA MANHÃ LTDA ME CONTRATADA
---	--

#### TESTEMUNHAS:

Nome Legível: RG: CPF:	
Nome Legível: RG: CPF:	

#### CONTRATO PML Nº 082.15

CONTRATO PML Nº 082/2015

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 041/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO PML Nº 009/2015

CONTRATAÇÃO DE ASSINATURAS ANUAIS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES COM JORNAL O NASCENTE UNIVERSITÁRIO COM 08 (OITO) ASSINATURAS.

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de fevereiro, 151, em Luzerna/SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3. 427.769, residente e domiciliado na Rua Limeira, 125, aptº 202, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna/SC, de ora em diante denominado CONTRATANTE; e JORNAL O NASCENTE UNIVERSITÁRIO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO LTDA ME pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Barão do Rio Branco, nº13, sala 17, Centro, no município de Joaçaba/SC, CEP 89600-000, inscrita no CNPJ sob nº 02.909.045/0001-09, representada por sua sócia administradora, FERNANDA MARCA, brasileira, maior, empresária, portadora da cédula de identidade nº 11/R 2.146.601 SSP/SC e inscrita no CPF sob o nº 892.249.909-59, denominada simplesmente CONTRATADA; têm entre si justo e contratado o que segue:

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA:

##### DO OBJETO

1.1. O objeto deste Contrato, nos termos do Processo Licitatório PML nº 041/2015, Dispensa de Licitação PML nº 009/2015, pelo período de 12 (doze) meses do jornal O Nascente Universitário, com entrega semanal nas sexta feiras, conforme descrito abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	Assinatura do jornal O Nascente Universitário	UN	8,00	110,00	880,00

1.2.

A execução do objeto do presente contrato se dará de forma parcelada, de acordo com a necessidade do setor solicitante;

1.3. A CONTRATADA fica obrigada aos acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA:

### DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

2.1. Pela execução total do contrato a CONTRATADA receberá o importe de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais);

2.2. O pagamento será efetuado mensalmente, em doze parcelas mensais e sucessivas, até o 20º (vigésimo) dia subsequente ao da apresentação do respectivo documento fiscal, devidamente recebido por Servidor Municipal competente;

2.3. No que tange ao preço das assinaturas, observa-se que a contratação apresenta-se mais vantajosa a Administração, tendo em vista, que a assinatura apresenta somatória inferior ao preço de banca, como comprova-se nas declarações anexas ao processo.

2.4. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade Requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;

2.5. A CONTRATADA deverá enviar FAX do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (49) 3551-4700) | email: compras@luzerna.sc.gov.br ;

2.6. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA:

### DAS DOTAÇÕES

3.1. As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Modalidade de aplicação: Aplicações diretas – outras despesas correntes 3.3.90.39.01 – Assinatura de periódicos e anuidades

PREFEITURA DE LUZERNA

02. GABINETE DO PREFEITO

Atividade: 02.01.2.002.3.3.90.00.00.00.00 – manutenção do gabinete do prefeito

Reduzido: 003

Fonte: 00 – recursos ordinários

### 4. CLÁUSULA QUARTA:

#### DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Executar o objeto de acordo com o disposto na Cláusula Primeira deste contrato;

4.2. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

4.3. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;

4.4. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos serviços solicitados, a fim de comprovar a sua execução.

## 5. CLÁUSULA QUINTA:

### DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão da proponente CONTRATADA, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 8.666/1993, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à proponente CONTRATADA juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da proponente CONTRATADA.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé da proponente CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada.

5.5. A Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.6. Na ocorrência de atraso injustificado para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.6.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.6.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato;

5.6.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pela CONTRATADA da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à proponente CONTRATADA:

5.8.1. Se o valor a ser pago à proponente CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela proponente CONTRATADA ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### 6. CLÁUSULA SEXTA: DAS ALTERAÇÕES

6.1. O presente Contrato somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, alínea b e inciso II, alíneas c e d, observado o que dispõem os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

#### 7. CLÁUSULA SÉTIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato poderá ser rescindo nos seguintes casos:

7.1.1. Por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII do art.78 da Lei 8.666/93;

7.1.2. Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

7.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente;

7.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

7.3. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

7.4. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.66/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA direito algum de reclamações ou indenização.

#### 8. CLÁUSULA OITAVA: DA VIGÊNCIA

8.1. O presente contrato terá vigência até 12 meses, podendo ser prorrogada até o limite de 60 (sessenta) meses, havendo interesse de ambas as partes, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores art. 57, § 1º, incisos II, III, IV e VI.

#### 9. CLÁUSULA NONA: DO FORO

9.1. Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 04( quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 11 de maio de 2015.

MOISÉS DIERSMANN Prefeito Municipal CONTRATANTE	FERNANDA MARCA JORNAL O NASCENTE UNIVERSITÁRIO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO LTDA ME CONTRATADA
---	--

#### TESTEMUNHAS:

Nome Legível: RG: CPF:	
Nome Legível: RG: CPF:	



**CONTRATO PML Nº 083.15**

CONTRATO PML Nº 083/2015

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 041/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO PML Nº 009/2015

CONTRATAÇÃO DE ASSINATURAS ANUAIS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES COM LUCIANO JUSTI ME JORNAL EXPRESSO COM 04 (QUATRO) ASSINATURAS ANUAIS.

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de fevereiro, 151, em Luzerna/SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3. 427.769, residente e domiciliado na Rua Limeira, 125, aptº 202, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna/SC, de ora em diante denominado CONTRATANTE; e LUCIANO JUSTI ME – JORNAL EXPRESSO, pessoa jurídica de direito privado, com sede a Rua Nereu Ramos, nº 388 2º andar, sala 03, Centro, no município de Herval D' Oeste/SC, CEP 89610-000, inscrita no CNPJ sob nº 13.523.227/0001-63, representada por seu sócio administrador LUCIANO JUSTI, doravante denominada simplesmente CONTRATADA; têm entre si justo e contratado o que segue:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA:**  
**DO OBJETO**

1.1. O objeto deste Contrato, nos termos do Processo Licitatório PML nº 041/2015, Dispensa de Licitação PML nº 009/2015, é a contratação de 08 (oito) assinaturas anuais, pelo período de 12 (doze) meses, do jornal Folha da Manhã, conforme descrito abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	Assinatura do jornal EXPRESSO	UN	4,00	120,00	480,00

1.2.

A execução do objeto do presente contrato se dará de forma parcelada, de acordo com a necessidade do setor solicitante;

1.3. A CONTRATADA fica obrigada aos acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA:**  
**DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO**

2.1. Pela execução total do contrato a CONTRATADA receberá o importe de R\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais);

2.2. O pagamento será efetuado mensalmente, em doze parcelas mensais e sucessivas, até o 20º (vigésimo) dia subsequente ao da apresentação do respectivo documento fiscal, devidamente recebido por Servidor Municipal competente;

2.3. No que tange ao preço das assinaturas, observa-se que a contratação apresenta-se mais vantajosa a Administração, tendo em vista, que a assinatura apresenta somatória inferior ao preço de banca, como comprova-se nas declarações anexas ao processo.

2.4. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade Requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;

2.5. A CONTRATADA deverá enviar FAX do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (49) 3551-4700) | email: compras@luzerna.sc.gov.br

2.6. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA:**  
**DAS DOTAÇÕES**

3.1. As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Modalidade de aplicação: Aplicações diretas – outras despesas correntes 3.3.90.39.01 – Assinatura de periódicos e anuidades

PREFEITURA DE LUZERNA

02. GABINETE DO PREFEITO

Atividade: 02.01.2.002.3.3.90.00.00.00.00 – manutenção do gabinete do prefeito

Reduzido: 003

Fonte: 00 – recursos ordinários

4. CLÁUSULA QUARTA:

**DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

4.1. Executar o objeto de acordo com o disposto na Cláusula Primeira deste contrato;

4.2. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

4.3. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;

4.4. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos serviços solicitados, a fim de comprovar a sua execução.

**5. CLÁUSULA QUINTA:**  
**DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**



5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão da proponente CONTRATADA, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 8.666/1993, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à proponente CONTRATADA juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da proponente CONTRATADA.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé da proponente CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada.

5.5. A Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.6. Na ocorrência de atraso injustificado para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.6.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.6.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato;

5.6.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pela CONTRATADA da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à proponente CONTRATADA:

5.8.1. Se o valor a ser pago à proponente CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela proponente CONTRATADA ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

## 6. CLÁUSULA SEXTA: DAS ALTERAÇÕES

6.1. O presente Contrato somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, alínea b e inciso II, alíneas c e d, observado o que dispõem os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato poderá ser rescindo nos seguintes casos:

7.1.1. Por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII do art.78 da Lei 8.666/93;

7.1.2. Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

7.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente;

7.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

7.3. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

7.4. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.66/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA direito algum de reclamações ou indenização.

## 8. CLÁUSULA OITAVA: DA VIGÊNCIA

8.1. O presente contrato terá vigência até 12 meses, podendo ser prorrogada até o limite de 60 (sessenta) meses, havendo interesse de ambas as partes, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores art. 57, § 1º, incisos II, III, IV e VI.

## 9. CLÁUSULA NONA: DO FORO

9.1. Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo,

de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 11 de maio de 2015.

MOISÉS DIERSMANN Prefeito Municipal CONTRATANTE	LUCIANO JUSTI LUCIANO JUSTI ME – JORNAL EXPRESSO CONTRATADA
---	---

TESTEMUNHAS:

Nome Legível: RG: CPF:	
------------------------------	--

Nome Legível: RG: CPF:	
------------------------------	--

### CONTRATO PML Nº 084.15

CONTRATO PML Nº 084/2015

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 041/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO PML Nº 009/2015

CONTRATAÇÃO DE ASSINATURAS ANUAIS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES. RAÍZES DIÁRIO, JORNA, GRÁFICA E EDITORA LTDA ME 04 (QUATRO) ASSINATURAS.

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de fevereiro, 151, em Luzerna/SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3. 427.769, residente e domiciliado a Rua Beno Dresch, s/n, Bairro Vila Alemã, neste Município de Luzerna/SC, de ora em diante denominado CONTRATANTE; e RAÍZES DIÁRIO, JORNAL, GRÁFICA E EDITORA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Egidio Vencato, nº 18, sala 1, Bairro Boa Vista, no município de Joaçaba/SC, CEP 89600-000, inscrita no CNPJ sob nº 01.125.240/0001-85, representada por seu diretor VITACIR FAVERO, doravante denominada simplesmente CONTRATADA; têm entre si justo e contratado o presente o que segue:

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA:

##### DO OBJETO

1.1. O objeto deste Contrato, de acordo com o Processo Licitatório PML nº 041/2015, Dispensa de Licitação PML nº 009/2015, é a contratação de 04 (quatro) assinaturas anuais, pelo período de 12 (doze) meses do jornal Raízes Diário, conforme descrito abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	Assinatura do jornal Raízes Diário	UN	4,00	650,00	2.600,00

1.2. A execução do objeto do presente contrato se dará de forma parcelada, de acordo com a necessidade do setor solicitante;

1.3. A CONTRATADA fica obrigada aos acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA:

##### DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

2.1. Pela execução total do contrato a CONTRATADA receberá o importe de R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais);

2.2. O pagamento será efetuado mensalmente, em doze parcelas mensais e sucessivas, até o 20º (vigésimo) dia subsequente ao da apresentação do respectivo documento fiscal, devidamente recebido por Servidor Municipal competente;

2.3. No que tange ao preço das assinaturas, observa-se que a contratação apresenta-se mais vantajosa a Administração, tendo em vista, que a assinatura apresenta somatória inferior ao preço de banca, como comprova-se nas declarações anexas ao processo.

2.4. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade Requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;

2.5. A CONTRATADA deverá enviar FAX do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/ Fax: (49) 3551-4700) | email: compras@luzerna.sc.gov.br ;

2.6. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA.

#### 3. CLÁUSULA TERCEIRA:

##### DAS DOTAÇÕES

3.1. As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Modalidade de aplicação: Aplicações diretas – outras despesas correntes 3.3.90.39.01 – Assinatura de periódicos e anuidades

## PREFEITURA DE LUZERNA

## 02. GABINETE DO PREFEITO

Atividade: 02.01.2.002.3.3.90.00.00.00.00 – manutenção do gabinete do prefeito

Reduzido: 003

Fonte: 00 – recursos ordinários 4. CLÁUSULA QUARTA:  
DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 4.1. Executar o objeto de acordo com o disposto na Cláusula Primeira deste contrato;
- 4.2. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- 4.3. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;
- 4.4. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos serviços solicitados, a fim de comprovar a sua execução.

5. CLÁUSULA QUINTA:  
DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão da proponente CONTRATADA, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 8.666/1993, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à proponente CONTRATADA juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da proponente CONTRATADA.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé da proponente CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada.

5.5. A Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.6. Na ocorrência de atraso injustificado para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.6.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.6.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato;

5.6.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pela CONTRATADA da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à proponente CONTRATADA:

5.8.1. Se o valor a ser pago à proponente CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela proponente CONTRATADA ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

6. CLÁUSULA SEXTA:  
DAS ALTERAÇÕES

6.1. O presente Contrato somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, alínea b e inciso II, alíneas c e d, observado o que dispõem os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

7. CLÁUSULA SÉTIMA:  
DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato poderá ser rescindo nos seguintes casos:

7.1.1. Por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII do art.78 da Lei 8.666/93;

7.1.2. Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

7.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente;

7.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

7.3. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

7.4. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.66/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA direito algum de reclamações ou indenização.

#### 8. CLÁUSULA OITAVA: DA VIGÊNCIA

8.1. O presente contrato terá vigência até 12 meses, podendo ser prorrogada até o limite de 60 (sessenta) meses, havendo interesse de ambas as partes, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores art. 57, § 1º, incisos II, III, IV e VI.

#### 9. CLÁUSULA NONA: DO FORO

9.1. Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 11 de maio de 2015.

MOISÉS DIERSMANN Prefeito Municipal CONTRATANTE	VITACIR FAVERO RAÍZES DIÁRIO, JORNAL, GRÁFICA E EDITORA LTDA ME CONTRATADA
---	--

#### TESTEMUNHAS:

Nome Legível: RG: CPF:	
------------------------------	--

Nome Legível: RG: CPF:	
------------------------------	--

# Macieira

## PREFEITURA

### PUBLICAÇÃO RESUMIDA - CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 0003/2015 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA  
PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório n° 0003/2015.

Pregão Presencial n° 0002/2015.

Contrato Administrativo n° 0003/2015.

Objeto: contratação de empresa especializada para realização de serviços de exames laboratoriais, visando o atendimento da população do município de Macieira, conforme quantitativos, descrições e condições constantes no edital e seus anexos.

Contratada: LABORATÓRIO TREZE TÍLIAS LTDA ME.

Vigência do Contrato: Até 31 de dezembro de 2015.

Valor Global: R\$ 92.000,00 (noventa e dois mil reais), sendo que somente serão pagos os serviços prestados e autorizados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Pagamento: Até o 10º dia útil subsequente após a prestação dos serviços e emissão da Nota Fiscal.

Macieira, 15 de maio de 2015.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

### PUBLICAÇÃO RESUMIDA\_ ATAS DE RP N° 06 E 07/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA  
PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório n° 0021/2015.

Pregão Presencial n° 0013/2015.

Registro de Preços n° 0005/2015.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais contratações futuras, com pedidos parcelados, para os serviços de recauchutagem e recapagem de pneus destinados à manutenção dos veículos e máquinas pertencentes à frota municipal do Município de Macieira, conforme especificações do Edital.

Vigência: A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 meses.

Pagamento: Até o 10º dia útil do mês subsequente, após a entrega do produto e emissão de Nota Fiscal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 06/2015

Contratada: F.M PNEUS LTDA.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UN	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO (R\$)
03	RECAUCHUTAGEM 18.4/34	01	SERVIÇO	1.724,00
04	RECAUCHUTAGEM 14.9/24	01	SERVIÇO	1.030,00
08	RECAPAGEM PNEU 275/80 R 22.5	01	SERVIÇO	519,00
09	RECAPAGEM PNEU 1100R 22 BORRACHUDO	01	SERVIÇO	580,00
10	RECAUCHUTAGEM 1400/24 BORRACHUDO	01	SERVIÇO	1.339,00
11	RECAPAGEM 900 R 20 BORRACHUDO 14 LONAS	01	SERVIÇO	479,00
13	VULCANIZAÇÃO 900 R 20 14 LONAS	01	SERVIÇO	108,00
15	VULCANIZAÇÃO 18.4/34	01	SERVIÇO	371,00
17	VULCANIZAÇÃO 14,9/24	01	SERVIÇO	497,00
20	VULCANIZAÇÃO 275/80 R 22,5	01	SERVIÇO	117,00
21	VULCANIZAÇÃO 1100 R 22	01	SERVIÇO	124,00
22	VULCANIZAÇÃO 1400X24	01	SERVIÇO	397,00
24	RECAUCHUTAGEM 12.5/80-18, 10 LONAS	01	SERVIÇO	1.025,00
26	VULCANIZAÇÃO 12.5/80-18	01	SERVIÇO	361,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 02/2015

Contratada: RECAUCHUTADORA RODA LTDA EPP

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UN	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO (R\$)
01	RECAPAGEM PNEU 215/75 R 17,5 BORRACHUDO	01	SERVIÇO	330,00
02	RECAUCHUTAGEM 18.4/30	01	SERVIÇO	1.078,00
05	RECAUCHUTAGEM 12.4/24	01	SERVIÇO	850,00
06	RECAUCHUTAGEM 19.5/24	01	SERVIÇO	1.868,00
07	RECAPAGEM PNEU 1000R20 BORRACHUDO	01	SERVIÇO	531,00
12	VULCANIZAÇÃO 215/75 R 17,5	01	SERVIÇO	85,00
14	VULCANIZAÇÃO 1000 R 20	01	SERVIÇO	116,00
16	VULCANIZAÇÃO 18.4/30	01	SERVIÇO	259,00
18	VULCANIZAÇÃO 12.4/24	01	SERVIÇO	280,00
19	VULCANIZAÇÃO 19.5/24	01	SERVIÇO	410,00
23	RECAUCHUTAGEM 12-16.5, 12 LONAS	01	SERVIÇO	730,00
25	VULCANIZAÇÃO 12-16.5	01	SERVIÇO	355,00
27	RECAPAGEM 295/80X22,5	01	SERVIÇO	408,00

Macieira, 15 de maio de 2015.  
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO  
Pregoeira



# Mafra

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - Nº 043/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2015

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para Aquisição e instalação de aparelho de Ar condicionado destinado a capela mortuária de Mafra, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 14h00min do dia 02/06/2015, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 18 de maio de 2015.

Roberto Agenor Scholze  
Prefeito Municipal

Fabiano Mauricio Kalil  
Pregoeiro Municipal

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2015

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de veículo automotor novo, zero km, ano/modelo 2015, tipo MICRO-ÔNIBUS com rodado simples na dianteira e dupla na traseira, transformado em unidade médica/ ginecológica, através do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 09/06/2015, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061. Mafra (SC), 18 de maio de 2015.

Roberto Agenor Scholze  
Prefeito Municipal

Fabiano Maurício Kalil  
Pregoeiro Municipal

### EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

#### TOMADA DE PREÇO Nº 003/2015.

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que realizará no dia 08/06/2015, às 09h05min, na sede da Prefeitura do Município de Mafra, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, licitação na modalidade de Tomada de Preço para contratação de empresa especializada para realizar a execução das rotatórias da UNC, Herkon e Futuragro, arcando com fornecimento de material e mão de obra conforme projetos e memorial descritivo, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. Processo será regido pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, em especial pelo contido neste Edital. Poderão participar da licitação, empresas devidamente cadastradas na Prefeitura e que comprovem a circunstância mediante apresentação do respectivo certificado de Registro Cadas-tral, o qual deverá ser obtido até o terceiro dia anterior à data do recebimento dos envelopes. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, conforme endereço acima descrito. Último prazo para protocolo dos envelopes é dia 08/06/2015, até às 09:00 horas, no departamento de licitações. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas. Fones: (47) 3641-4003 e 4061.

Mafra, 18 de maio de 2015

Roberto Agenor Scholze  
Prefeito Municipal

### NOVA DATA DE ABERTURA - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2015 (NOVA DATA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de veículos 0 km, destinados a Programas da Atenção Básica da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal da Saúde, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 02/06/2015, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 18 de maio de 2015.

Roberto Agenor Scholze  
Prefeito Municipal

Diego Ricardo Krachinski  
Pregoeiro Municipal

**NOVA DATA DE ABERTURA - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2015**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2015  
(NOVA DATA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para Contratação de empresa para instalação e prestação de Internet via radio destinado a Estratégia Saúde da Família, através do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 29/05/2015, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 18 de maio de 2015.

Roberto Agenor Scholze  
Prefeito Municipal

Fabiano Maurício Kalil  
Pregoeiro Municipal

**NOVA DATA DE ABERTURA - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2015**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2015  
(NOVA DATA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para contratação de clinica de psiquiatria destinado ao internamento e tratamento de paciente com transtornos psiquiátricos, através do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 14h00min do dia 29/05/2015, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 18 de maio de 2015.

Roberto Agenor Scholze  
Prefeito Municipal

Diego Ricardo Krachinski  
Pregoeiro Municipal

**NOVA DATA DE ABERTURA - TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

TOMADA DE PREÇO Nº 001/2015.  
(NOVA DATA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que realizará no dia 03/06/2015, às 09h05min horas, na sede da Prefeitura do Município de Mafra, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, licitação na modalidade de Tomada de Preço para contratação de empresa especializada para implantação de ciclofaixa na Rua José Boiteux arcando com fornecimento de material e mão de obra com recursos do contrato nº789831/2013/MCIDADES/CAIXA, conforme projetos e memorial descritivo, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Processo será regido pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, em especial pelo contido neste Edital. Poderão participar da licitação, empresas devidamente cadastradas na Prefeitura e que comprovem a circunstância mediante apresentação do respectivo certificado de Registro Cadas-tral, o qual deverá ser obtido até o terceiro dia anterior à data do recebimento dos envelopes. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, conforme endereço acima descrito. Último prazo para protocolo dos envelopes é dia 03/06/2015, até às 09:00 horas, no departamento de licitações. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas. Fones: (47) 3641-4003 e 4061.

Mafra, 18 de maio de 2015

Roberto Agenor Scholze  
Prefeito Municipal

# Maravilha

## PREFEITURA

### HOMOLOGAÇÃO DOS INSCRITOS CONSELHO TUTELAR

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

EDITAL Nº 002/2012

“Homologa a relação dos inscritos no processo seletivo - fase preliminar, referente ao edital CMDCA nº 001/2015”.

Beatriz M. Beduschi, Presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Maravilha/SC – COMDCA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3.755/14, HOMOLOGA, para conhecimento dos interessados, a relação de candidatos inscritos deferidos e indeferidos para concorrer à eleição para Conselheiro Tutelar Municipal:

Deferidos:

Número da Inscrição	Nome do Candidato
1	Rita F. Signor
2	Ezequiel F. Pavi
3	Eliane Fernandes dos S. Lermen
4	Vera Lúcia R. Tulim
5	Márcia Roseli B. Spier
6	Rosiméri Sausen
7	Rosilene Radaelli
8	Vanilde Jona Guarnieri
9	Silvana Mariza Weber
11	Marçal P. Hoffmann
12	Jane Cira Dettoni

Indeferidos:

Número da Inscrição	Nome do Candidato
10	Daniela Bagnara
13	Patrícia D. Da Cunha

Fica aberto o período de 18/05/2015 à 22/05/15 para impugnação das candidaturas deferidas, de acordo com o edital número 01/2015. Bem como para o questionamento da impugnações.

Maravilha (SC), 18 de maio de 2015.

Beatriz M. Beduschi  
Presidente CMDCA

### Lei nº 3.856/2015

LEI Nº 3.856, DE 18 DE MAIO DE 2015

Revoga lei municipal e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica pela presente Lei, revogada a Lei Municipal nº 2.186, de 4 de junho de 1996, a qual dispõe sobre isenção de tributos municipais e dá outras providências.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 18 de maio de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

# Massaranduba

## PREFEITURA

### **LICITAÇÃO 32.2015 PP 24.2015 - AQUISIÇÃO DE MAT. PONTE**

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 32/2015  
PREGÃO PRESENCIAL – R.P. – Nº. 24/2015

O Município de Massaranduba, torna público que de acordo com o Decreto Municipal nº. 2.051, de 11 de Outubro de 2010, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, com adjudicação por item, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA PONTE NA LOCALIDADE DE BRAÇO DIREITO.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:00h do dia 29/05/2015

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:30h do dia 29/05/2015. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

Massaranduba, 18 de Maio de 2015.  
MARIO FERNANDO REINKE  
Prefeito

# Meleiro

## PREFEITURA

**PORTARIA N.º 204/2015**

PORTARIA n.º 204/2015

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei n.º 1414/2010, de 26 de março de 2010 e suas alterações, resolve:

**EXONERAR**

Art. 1.º A pedido, a Senhora SUZANA TRAMONTIN FELISBERTO, ocupante da função de Agente Comunitária de Saúde – E.S.F, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos a partir de 18/05/2015.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 389/2014.

Meleiro, 18 de Maio de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

# Modelo

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº278/2015

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 278/2015 – Modalidade Pregão Presencial n. 029/2015

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Pregão Presencial n. 029/2015, para AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PARA DAR CONTINUIDADE AS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93, Lei 10.520/02 e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 08:00 horas do dia 02/06/2015, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br)

Modelo (SC), 15 de Maio de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal



# Navegantes

## PREFEITURA

**ATA REGISTRO DE PREÇO FMS Nº016/2015.**

EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº016/2015.  
O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços FMS 16/2015, relativa ao Pregão Presencial 16/2015, contendo os preços registrados pelas empresas abaixo:  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS INFANTIS PARA ATENDIMENTO AOS PACIENTES DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC (ITENS FRA-CASSADOS PP 55/2014).  
Fornecedor: 11523 – ICOFA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FRALDAS E ABSORVENTE.  
Valor Total: R\$ 50.112,00  
Vigência: 13/05/2016.  
A ata está disponível no Departamento de Licitações.  
Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 13 de maio de 2015.

**ATA REGISTRO DE PREÇO Nº011/2015.**

EXTRATO \* ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PMN 11/2015 – R;  
O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 011/2015, relativa ao Pregão Presencial nº 011/2015 - contendo os preços registrados pelas empresas/fornecedores abaixo:  
FORNECEDOR: VENCOLI BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA ME  
VALOR TOTAL: R\$ 31.484,00 (trinta e um mil quatrocentos e oitenta e quatro reais)  
FORNECEDOR: FORNECEDORA COMÉRCIO TEXTIL LTDA - ME  
VALOR TOTAL: R\$ 18.137,10 (dezoito mil cento e trinta e sete reais e dez centavos)  
FORNECEDOR: DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA - EPP  
VALOR TOTAL: R\$ 19.533,50 (dezenove mil quinhentos e trinta e três reais e cinquenta centavos)  
FORNECEDOR: RARIDADE INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA - ME  
VALOR TOTAL: R\$ 62.205,00 (sessenta e dois mil duzentos e cinco reais)  
FORNECEDOR: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA  
VALOR TOTAL: R\$ 8.144,00 (oito mil cento e quarenta e quatro reais)  
FORNECEDOR: TAYU QUÍMICA LTDA  
VALOR TOTAL: R\$ 26.880,00 (vinte e seis mil oitocentos e oitenta reais)  
FORNECEDOR: JP DE LIMA COMÉRCIO DE PROD. DE LIMPEZA LTDA - EPP  
VALOR TOTAL: R\$ 1.408,00 (um mil quatrocentos e oito reais)  
FORNECEDOR: BLUNAC DISTRIBUIDORA LTDA - ME  
VALOR TOTAL: R\$ 219,00 (duzentos e dezenove reais)  
FORNECEDOR: LUIZ MINIOLI NETTO - EPP  
VALOR TOTAL: R\$ 1.740,00 (um mil setecentos e quarenta reais)  
FORNECEDOR: PKB PRODUTOS QUÍMICOS LTDA EPP  
VALOR TOTAL: R\$ 16.350,00 (dezesseis mil trezentos e cinquenta reais)  
FORNECEDOR: MAYCON WILL - ME  
VALOR TOTAL: R\$ 1.108,80 (um mil cento e oito reais e oitenta centavos)  
Vigência: 3003.2016  
A ata está disponível no Departamento de Licitações.  
Informações: tel.: (47) 3342-9500.

**ATA REGISTRO DE PREÇO Nº017/2015.**

EXTRATO \* ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PMN 017/2015  
O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 017/2015, relativa ao Pregão Presencial nº 017/2015 - contendo os preços registrados pelas empresas/fornecedores abaixo:  
Fornecedor: ARTEFATOS DE CIMENTO RAIMONDI LTDA ME.  
Valor: R\$ 93.250,00.  
Fornecedor: ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA - EPP  
Valor: R\$ 1.331.930,00  
Fornecedor: ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAR LTDA - ME  
Valor: R\$ 1.042.000,00.  
Vigência: 27.03.2016  
A ata está disponível no Departamento de Licitações.  
Informações: tel.: (47) 3342-9500.

**ATA REGISTRO DE PREÇO Nº026/2015.**

EXTRATO \* ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PMN 026/2015  
O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 026/2015, relativa ao Pregão Presencial nº 026/2015 - contendo os preços registrados pelas empresas/fornecedores abaixo:  
Fornecedor: BARKI INDÚSTRIA E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP  
Valor: R\$ 75.507,30  
Fornecedor: FORNECEDORA COMÉRCIO TEXTIL LTDA - ME  
Valor: R\$ 3.893,40  
Fornecedor: PJ SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELI - ME  
Valor: R\$ R\$ 149.259,20  
Fornecedor: ECO COMÉRCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS EIRELI - ME -  
Valor: R\$ R\$ 10.786,80  
Vigência: 3003.2016  
A ata está disponível no Departamento de Licitações.  
Informações: tel.: (47) 3342-9500.

**ATA REGISTRO DE PREÇO Nº042/2015.**

EXTRATO \* ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PMN 042/2015.  
O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 042/2015, relativa ao Pregão Presencial nº 042/2015 - contendo os preços registrados pela empresa/fornecedor abaixo:  
Fornecedor: MAURICEIA ARAGÃO FERREIRA DIAS  
Valor: R\$ 176.880,00 (cento e setenta e seis mil oitocentos e oitenta reais)  
Vigência: 25.03.2016  
A ata está disponível no Departamento de Licitações.  
Informações: tel.: (47) 3342-9500.

**DECISÃO PEDIDO DE REEQUILIBRIO**

Decisão Pedido de Reequilíbrio 006/2015

Catarina Comercio de Combustíveis Ltda.

A empresa, Catarina Comercio de Combustíveis Ltda, CNPJ 19.512.778/0001-08, restou vencedora do item 01 – Gasolina Comum – Petrobras no processo licitatório Pregão Presencial – Registro de Preços nº 06/2015 PMN, em data de 28/01/2015 a empresa protocolou no departamento de Compras e Licitações solicitação de Reequilíbrio financeiro junto com cópia de notas fiscais 194046 serie 01 de 27/01/2015 e 197647 serie 01 de 25/03/2015 cotação da Petrobras Distribuidora, comunicando que por motivos de aumento de preços dos combustíveis não poderia entregar o item sem que fossem feitos um reequilíbrio no valor do mesmo, solicitando o realinhamento de 12,703 %

( doze virgula setecentos e três por cento ) sobre o valor unitário do item.

**Decisão**

Com base no item 14.1 do processo licitatório 006/2015 salvo situações excepcionais os preços registrados serão irrevogáveis; 14.1 Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas, nas situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

Complementando verifica-se no art. 65 da Lei 8.666/93;

Os contratos regidos por esta lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos: II – por acordo das partes. Por fim, a revisão ocorrerá quando a equação econômico-financeira do contrato é afetada por posteriores e imprevisíveis eventos que alteram substancialmente o conteúdo ou a extensão das prestações impostas ao contratante. Uma vez comprovado que houve o aumento valorativo na aquisição da marca cotada, acolho parcialmente o pedido de Revisão de Preços aumentando o valor do item 001 – Gasolina Comum, em 5,108%, (cinco virgula cento e oito por cento) não havendo alteração na marca inicialmente licitada . Uma vez que a Empresa solicitou um reequilíbrio de 12,703%, não sendo atendido/aceito neste percentual haja vista que o Município constatou que a Empresa está dentro de uma tabela fornecida pelo PROCON no qual aquela vende a gasolina no valor de 3,299 o litro para o consumidor final.

Sendo assim o Item que era no valor de R\$ 3,1387 o litro passa a ser 3,2990 o litro.

Valor este que vigorará retroativamente a partir do pedido em 25/03/2015.

Navegantes, 28 de abril de 2015.

Benilde Perão.

Secretária de Administração e Logística

**Comissão**

Pregoeiro : Douglas Lemos .....

Pregoeiro Substituta : Maria Benedita Correa .....  
.....

Equipe de Apoio : Carla Claudino .....

Pedro Paulo da Costa .....

Franciele Justino .....

Josezite dos Santos .....

**DECRETO 283 REVOGA DECRETO 55-2005 USO DO GINÁSIO DE ESPORTES**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 – Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 283 DE 18 DE MAIO DE 2015

REVOGA, NA ÍNTEGRA, DECRETO QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, III,

**DECRETA:**

Art. 1.º Fica revogado, na íntegra, o Decreto n.º 55 de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a administração e a utilização do Ginásio de Esportes Domingos Angelino Régis.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de maio de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**EXTRATO CONTRATUAL PMN Nº 105/2015.**

Extrato Contratual PMN Nº 105/2015

Contrato Nº.: 105/2015.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: Sona Construtora Ltda.

CNPJ: 18.205.110/0001-55.

Valor: R\$ 3.386,68. (três mil trezentos e oitenta e seis reais e sessenta e oito centavos).

Vigência ..... : Início: 11/05/2015 Término: 25/05/2015.

Licitação ..... : Tomada de Preços nº 079/2014.

Recursos ..... : Dotação: 1.019.4490.00.00.00.00

Objeto ..... : Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 144/2014, referente à Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia (com fornecimento de material) para execução da obra de construção da cobertura da quadra de esportes da Escola Municipal Professora Badia de Faria, localizada no Bairro Hugo de Almeida, através da Tomada de Preço nº 079/2014.

Navegantes, 11 de maio de 2015.

**EXTRATO CONTRATUAL Nº 099/2015.**

Extrato Contratual.

Contrato Nº.: 099/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: Execução Gestão e Consultoria em Informática Ltda., CNPJ: 02.908.992/0001-85.

Vigência ..... : Início: 02/05/2015 Término: 16/08/2015.

Licitação ..... : PP106/2011.

Recursos ..... : Dotação: 2.136 3.3.90.00.00.

Objeto ..... : Sexto termo aditivo ao contrato 179/2011 de prestação de serviços, que entre si celebram o município de Navegantes e a empresa Execução Gestão e Consultoria em Informática Ltda.

### EXTRATO CONTRATUAL Nº 106/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: FME 106/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES / FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES.

Contratada...: NG QUADRATEC COSNTRUÇÕES ESPORTIVAS LTDA  
CNPJ: 09.286.748/0001-77.

Valor: R\$ 7.800,00

Vigência.: Início: 13/05/2015 Término: 13/06/2015.

Licitação: DL02/2015 FME.

Recursos: Dotação.: 4.4.90.00.00.00.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ENGENHARIA, DE MÃO DE OBRA PARA RECUPERAÇÃO DO PISO DA QUADRA DO GINÁSIO DE ESPORTES "DOMINGOS ANGELINO RÉGIS" COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA A REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS NO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC, CONFORME DISPENSA DE LICITAÇÃO FME Nº 02/2015.

Navegantes, 13 de maio de 2015.

### LEI 2992 ERRATA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--

LEI N.º 2992 DE 13 DE MAIO DE 2015

### CELEBRA CONVÊNIO COM ENTIDADE QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica, o chefe do Poder Executivo municipal, autorizado a celebrar Convênio com a Associação Atlética Volta Grande de Navegantes, inscrita no CNPJ sob o nº 17.136.040/0001-68, com sede na Rua Prefeito Manoel Evaldo Müller, 3550 – Bairro Volta Grande – em Navegantes.

Art. 2.º O Convênio em questão consiste no repasse, à entidade beneficiada, do valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), divididos em 2 parcelas de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) cada uma.

Parágrafo Único: As parcelas serão concedidas mensalmente, de forma subsequente.

Art. 3.º A quantia a ser repassada será utilizada para a realização de melhorias na sede social e esportiva da entidade beneficiada.

Art. 4.º A entidade beneficiada apresentará a prestação de contas do valor repassado à Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 5.º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de maio de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### LEI 2994 ALTERA DISPOSITIVO LEI 2227

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500 CEP 88370-446 – Navegantes - SC CNPJ 83.102.855/0001-50 www.navegantes.sc.gov.br
--

LEI N.º 2294 DE 18 DE MAIO DE 2015

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 2227 DE 23 DE OUTUBRO DE 2009

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º O inciso VIII do art.1º da lei nº 2227 de 23 de outubro de 2009 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica, o Chefe do Poder Executivo, autorizado a doar à União os seguintes imóveis remanescentes do Termo de Convênio nº 022/96/0034, firmado entre a Prefeitura de Navegantes e a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO: (...)

VIII - Um TERRENO representado pelo lote nº 02 da quadra "5" do loteamento "Vila Paraná", situado no lugar Balneário Navegantes, zona urbana desta cidade e Comarca de Navegantes - SC., com área de 390,00 metros quadrados e as seguintes medidas e confrontações: FRENTE a OESTE com a 1ª Avenida Radial Norte Sul, sem denominação oficial, 13,00 metros; FUNDOS ao LESTE com terras de Empreendimentos Narciso Ltda. (lote nº 05), mede 30,00 metros, EXTREMA ao SUL e ao NORTE com terras de Empreendimentos Narciso Ltda. (lote nº 1 e 3) respectivamente, terreno este que dista ao sul 12,00 metros da Rua Comandante Pedro Floriano dos Santos. Imóvel registrado sob número de matrícula 7.277, no "LIVRO 02 - REGISTRO GERAL", do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Navegantes – SC e desapropriado em favor do Município de Navegantes - pessoa jurídica de direito público, CNPJ 83.102.855/0001-50 - com sede em Navegantes - SC na Rua João Emílio nº 100, Centro.

(...)"

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, permanecendo inalteradas as demais disposições da lei nº 2227 de 23 de outubro de 2009.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de maio de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**NOTIFICAÇÃO - J.S.G CONSTRUÇÕES E REVITALIZAÇÕES LTDA.**

NOTIFICAÇÃO - J.S.G Construções e Revitalizações Ltda.

Após tentativas fracassadas de notificação da empresa J.S.G Construções e Revitalizações Ltda. (SEDEX DJ27365917 e DJ436888181), informamos do término do Contrato nº 098/2013 FMS, CC nº1/2013 – Construção da Unidade de Pronto Atendimento UPA 24 horas – parte I, conforme o conhecimento da Secretaria de Saúde e Secretaria de Governo do Município.

Departamento de Compras e Licitações./ Secretaria de Administração e Logística.

# Nova Trento

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 077, DE 18 DE MAIO DE 2015

DECRETO nº 077, de 18 de maio de 2015.

Dispõe sobre a suspensão do concurso público do Município de Nova Trento, relativo ao edital nº 003/2015, de 09 de abril de 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Josemar guilherme franzói, Prefeito Municipal de Nova Trento em exercício, no uso das atribuições legais e em conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 94, VIII e XI, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e;

CONSIDERANDO o teor da decisão liminar exarada nos autos do Mandado de Segurança nº 50011828-55.2015.4.04.7215, em trâmite na 1ª Vara Federal de Brusque/SC, proposto pelo Conselho Regional de Economia da 7ª Região - CORECON/SC, que determinou a suspensão do certame até a decisão final do processo;

CONSIDERANDO a necessidade de alteração legislativa dos Anexos II e V, da Lei Complementar Municipal nº 631, de 04 de março de 2015, para o fim de incluir a profissão de economista (graduados em Ciências Econômicas - Economia) dentre aquelas que poderão exercer os cargos de "Auditor Fiscal" e "Fiscal de Tributos";

CONSIDERANDO que, assim que promovidas as alterações legislativas e, posteriormente, do edital do certame, deverão ser retomados os procedimentos com vistas ao prosseguimento do concurso público regido pelo Edital nº 003/2015, de 09 de abril de 2015, estabelecendo-se um novo cronograma, o que não deverá trazer prejuízos aos candidatos já inscritos até a presente data;

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam SUSPENSOS os prazos e procedimentos do Concurso Público regido pelo Edital nº 003/2015, de 09 de abril de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, em 18 de maio de 2015.

Josemar guilherme franzói

Prefeito Municipal em exercício

### PORTARIA Nº 428/2015

PORTARIA Nº 428/ 2015

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o artigo 75, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

#### RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de férias convertidas em dinheiro, no mês de Abril/2015, ao Servidor Público Municipal APRIGIO JOSÉ BOTAMELI, matrícula nº 209, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Serviços de Compras, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Servidores Comissionados desta Prefeitura, Município de Nova Trento, relativo ao período aquisitivo de 01/03/2014 a 28/02/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 27 de abril de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 27 de abril de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 476/2015

PORTARIA Nº 476/ 2015

Exonera Servidor

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 63, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

#### RESOLVE:

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal VALMA TEIXEIRA LIBARDO, matrícula nº 6694, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Creche Municipal Ciranda Cirandinha Trinta Réis, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 11 de maio de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 13 de maio de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 13 de maio de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 477/2015

PORTARIA Nº 477/ 2015

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 102, da Lei nº 1.668/99, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

#### RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 362/2015, que Concedeu Licença Para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal MICHELLE KETRIN DE MELO, matrícula nº 270, concursada, ocupante do cargo de Psicopedagogo Nível IV, Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Educação, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar de 11 de abril de 2015 a 09 de junho de 2015, conforme resultado pericial datado de 06/05/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 13 de maio de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação



Registrada e Publicada a presente Portaria em 13 de maio de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 478/2015**

PORTARIA Nº 478/ 2015

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 353/2015, que Prorrogou a Concessão de Licença Para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal IVONE SDRIGOTTI CECCATO, matrícula nº 31, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura, Município de Nova Trento, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 21 de maio de 2015 a 19 de junho de 2015, conforme resultado pericial datado de 14/05/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 14 de maio de 2015.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrada e Publicada a presente Portaria em 14 de maio de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças



# Orleans

## PREFEITURA

### AVISO DE ANULAÇÃO Nº 27/2015/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS

#### AVISO DE ANULAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2015

O Fundo Municipal de Saúde de Orleans, através da Comissão Permanente de Licitação torna Público para conhecimento dos interessados a REVOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2015.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ORLEANS CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXO.

Motivo: O PROCESSO NÃO POSSUI O PARECER JURIDICO, REQUISITO LEGAL EXIGIDO PELA LEI Nº 8666, CONFORME ARTIGO 38, XI PARAGRAFO ÚNICO.

ORLEANS, 18 de Maio de 2015.

ANA REGINA ZOMER

Secretaria de Saúde

### EDITAL CHAMAMENTO CONCURSO PÚBLICO Nº001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA EFETIVAÇÃO DE ACORDO COM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015, mediante o qual ficam CONVOCADOS, para nomeação, os candidatos aprovados no Concurso Público nº 001/2015, para comparecerem na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans, SC, no horário das 12h30min às 18h00min, no prazo de 30 dias, munidos de todos os documentos constantes do Edital do Concurso Público nº 001/2015 (disponível no sitio eletrônico: [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br), cientes de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Concurso Público nº 001/2015, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas, pelo fone (48) 3886-0128, com o servidor Ariel Alberton.

NOME	CARGO	CH
ROBERTO LUIZ CARDOZO	MOTORISTA	40 h
VALDEMIR FERMIANO DA SILVA	MOTORISTA	40 h
LAÉRCIO OSMAR CARDOZO	MOTORISTA	40 h

Orleans, 18 de maio de 2015.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

# Ouro Verde

## PREFEITURA

### EXTRATO ADITIVO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE ADITIVO IV DE PRAZO AO CONTRATO Nº. 0057/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE.

CONTRATADO: REMOVE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA.

Objeto: Contratação de empreiteira para execução de serviços de construção, pelo sistema de empreitada global, com fornecimento de materiais necessários e mão de obra, destinado a Conclusão de Unidade Básica de Saúde, na Rua João Maria Conrado nº414, Centro, na Cidade de Ouro Verde/SC. Vigência: 30/04/2015 á 29/07/2015. Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 20 de abril de 2015. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

# Palhoça

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO N.º014/2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
CONTRATO N.º014/2015 – DL n.º 017/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa jurídica CAIO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. OBJETO: locação de imóvel para funcionamento do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO. VALOR: R\$ 224.400,00 (duzentos e vinte e quatro mil e quatrocentos reais). DATA: 14/05/2015.

### PREGÃO PRESENCIAL 67/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 067/2015

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 29 de maio de 2015, às 9:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na Contratação de assessoria técnica com monitoramento e avaliação do projeto Janelas (OSCs), para o conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA) Palhoça, conforme discriminado nos anexos, partes integrantes deste instrumento convocatório. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br). Palhoça, 18 de maio de 2015. PREGOEIRA.

### PREGÃO PRESENCIAL 68/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 068/2015

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 02 de junho de 2015, às 9:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na aquisição de tanque e equipamento Hidrojateador combinado com Vácuo, a ser montado e instalado em caminhão próprio da SAMAE PALHOÇA, conforme discriminado nos anexos deste edital. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br). Palhoça, 18 de maio de 2015. PREGOEIRA.

### TOMADA DE PREÇOS 66-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 66/2015

O Município de Palhoça torna público que fará realizar a Tomada de Preços nº 66/2015, no dia 10 de Junho de 2015, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. A TOMADA DE PREÇOS nº 66/2015 tem como objeto a contratação de empresa especializada na área de Engenharia e Arquitetura para realização de estudo Geotécnico e Elaboração de projetos executivos para reforma e ampliação da Escola Básica Adriana Weingartner, situada à Rua Germano Spricigo, bairro Caminho Novo, neste Município. O Edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min ou pelo site: [palhoca.atende.net](http://palhoca.atende.net). Palhoça, 15 de Maio de 2015. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

### TP 065/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº065/2015

O Município de Palhoça torna público que fará realizar a Tomada de Preços nº065/2015, no dia 03 de junho de 2015, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC. A TOMADA DE PREÇOS nº065/2015 tem como objeto a contratação de empresa especializada para execução de passarela de pedestres na Avenida Bom Jesus de Nazaré, bairro Aririú e reforma da Unidade de Ensino do bairro Brejarú, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material. O edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min horas ou pelo site: [palhoca.atende.net](http://palhoca.atende.net). Palhoça, 15 de maio de 2015. COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

**CÂMARA MUNICIPAL****REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2015**

TERMO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO  
Tomada de Preços nº 002/2015

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Senhor Otávio Marcelino Martins Filho, no uso de suas atribuições, e tendo como prerrogativas os regramentos estatuídos pela Lei Federal nº 8.666/93 e; com base nos documentos juntados nos autos, resolve REVOGAR a licitação em epígrafe, que tem por objeto a "contratação

de empresa para captação, gravação em vídeo e transmissão via internet das sessões ao vivo, ordinárias, solenes, ordinárias com solenidade, extraordinárias, audiências públicas realizadas pela Câmara de Palhoça", com fundamento no art. 49, da Lei 8.666/93.

Palhoça, 18 de maio de 2015.  
Otávio Marcelino Martins Filho  
Presidente

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA****PORTARIA Nº 022/2015**

PORTARIA Nº 022/2015

Concede pensão por morte, em caráter integral a NILA MARIA COELHO, dependente presumida do servidor inativo falecido, DANIEL IRENO COELHO, nos termos do art. 40, §7º, inciso I da Constituição Federal e dá outras providências.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Art.1º Conceder, pensão por morte, conforme dispõe o art. 40, §7º, inciso I da Constituição Federal a senhora NILA MARIA COELHO, inscrita no CPF nº 656.434.029-04 e portadora do RG nº 2.063.653, dependente presumida do servidor inativo DANIEL IRENO COELHO, falecido em 14/04/2015.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de pensão por morte, em caráter integral, nos termos do parágrafo único do art. 41 da Lei Municipal nº 1.320/2001, correspondente a 100% (cem por cento) do valor do provento percebido na data do óbito, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

§ 2º A revisão dos proventos de pensão por morte obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, não havendo paridade com os servidores ativos, eis que o falecimento ocorreu após publicação desta Emenda (31/12/2003).

Art. 3º Declarar extinta a aposentadoria por Tempo de Contribuição em caráter Integral concedida ao servidor falecido, nos termos da Portaria nº 008/2009.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 14/04/2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça SC, em 04 de maio de 2015

Camilo Nazareno Pagani Martins      Milton Luiz Espíndola  
Prefeito Municipal                      Presidente do IPPA

Andréa Mara Harger Luckmann Pléticos  
Assistente Administrativo  
Matrícula 300010-01

**PORTARIA Nº 024/2015**

PORTARIA Nº 024/2015

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e declara a vacância do cargo público da servidora Margarete Aparecida Rachadel.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, a servidora Margarete Aparecida Rachadel, detentora da matrícula funcional nº 211055-01, inscrita no CPF sob o nº 675.111.049-91e no PIS/PASEP sob o nº 120.471.755-28, lotada na Secretaria da Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo Auxiliar, do Quadro de Pessoal desta prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 47/2005, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar nº 096/2010 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/05/2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 11 de maio de 2015.

Camilo Nazareno Pagani Martins      Milton Luiz Espindola  
Prefeito Municipal                      Presidente da Autarquia

Maria Terezinha Broering Fernandes  
Assistente Administrativo  
Matrícula 300054-1

**PORTARIA Nº 025/2015**

PORTARIA Nº 025/2015

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e declara a vacância do cargo público da servidora Ceniria Bueno da Silva.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

,  
Resolve:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, a servidora Ceniria Bueno da Silva, detentora da matrícula funcional nº 400019-01, inscrita no CPF sob o nº 303.522.159-68 e no PIS/PASEP sob o nº 121.381.270-38, lotada na Secretaria da Saúde, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Saúde Pública, do Quadro de Pessoal desta prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 47/2005, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar nº 096/2010 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/05/2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 11 de maio de 2015.

Camilo Nazareno Pagani Martins      Milton Luiz Espindola  
Prefeito Municipal                      Presidente da Autarquia

Andréa Mara Harger Luckmann Pléticos  
Assistente Administrativo  
Matrícula 300010-01

**PORTARIA Nº 026/2015**

PORTARIA Nº 026/2015

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e declara a vacância do cargo público da servidora Tania Mara Portella Keller.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

,  
Resolve:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora Tania Mara Portella Keller, detentora da matrícula funcional nº 123010-02, inscrita no CPF sob o nº 234.314.230-00 e no PIS/PASEP sob o nº 1.088.412.426-3, lotada na Secretaria de Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Série/Anos Iniciais, do Quadro de Pessoal desta prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a

100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 109 da Lei Complementar nº 097/2010 – Estatuto do Magistério Público Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/05/2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 11 de maio de 2015.

Camilo Nazareno Pagani Martins      Milton Luiz Espindola  
Prefeito Municipal                      Presidente do IPPA

Ariana Vera da Rosa Tavares  
Técnico Previdenciário  
Matrícula 900048

**PORTARIA Nº 027/2015**

PORTARIA Nº 027/2015

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e declara a vacância do cargo público da servidora Ilka Deffrein de Farias.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

,  
Resolve:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, a servidora Ilka Deffrein de Farias, detentora da matrícula funcional nº 800004-01, inscrita no CPF sob o nº 534.612.909-04 e no PIS/PASEP sob o nº 1.701.828.948-1, lotada na Secretaria da Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal desta prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 47/2005, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar nº 096/2010 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/05/2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 11 de maio de 2015.

Camilo Nazareno Pagani Martins      Milton Luiz Espindola  
Prefeito Municipal                      Presidente da Autarquia

Maria Terezinha Broering Fernandes  
Assistente Administrativo  
Matrícula 300054-1

**PORTARIA Nº 028/2015**

PORTARIA Nº 028/2015

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e declara a vacância do cargo público da servidora Alaene Terezinha Vital da Silva Barbosa.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

,  
Resolve:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora Alaene Terezinha Vital da Silva Barbosa, detentora da matrícula funcional nº 124294-01, inscrita no CPF sob o 682.510.929-49 e no PIS/PASEP sob o nº 123.290.120-65, lotada na Secretaria de Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora da Educação Infantil, do Quadro de Pessoal desta prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá o contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 109 da Lei Complementar nº 097/2010 – Estatuto do Magistério Público Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/05/2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 11 de maio de 2015.

Camilo Nazareno Pagani Martins  
Prefeito Municipal

Milton Luiz Espindola  
Presidente do IPPA

Ariana Vera da Rosa Tavares  
Técnico Previdenciário  
Matrícula 900048

**PORTARIA Nº 029/2015**

PORTARIA Nº 029/2015

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e declara a vacância do cargo público do servidor José Francisco Vieira da Rosa.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, o servidor José Francisco Vieira da Rosa, detentor da matrícula funcional nº 500088-01, inscrito no CPF sob o 528.067.409-59 e no PIS/PASEP sob o nº 106.411.998-88, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Públicos, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a

100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 47/2005, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar nº 096/2010 – Estatuto dos Servidores Público Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/05/2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 11 de maio de 2015.

Camilo Nazareno Pagani Martins  
Prefeito Municipal

Milton Luiz Espindola  
Presidente

Andréa Mara Harger Luckmann Pléticos  
Assistente Administrativo  
Matrícula 300010-01

**PORTARIA Nº 030/2015**

PORTARIA Nº 030/2015

Concede aposentadoria por Invalidez em caráter Integral, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e declara a vacância do cargo público da servidora Eliane Izaura Martins de Abreu.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Aposentar, por invalidez, em caráter Integral, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1320/01, a servidora Eliane Izaura Martins de Abreu, detentora da matrícula funcional nº 120056-03, inscrita no CPF sob o Nº 632.623.479-49 e no PIS/PASEP sob o nº 1.706.177.309-8, lotada na Secretaria Municipal da Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Série/Anos Iniciais, do Quadro de Pessoal desta prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por Invalidez em caráter integral, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1320/2001, correspondente a 100,00% (cem por cento) da remuneração-de-contribuição, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 70/2012, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 109 da Lei Complementar nº 097/2010 – Estatuto do Magistério Público Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/05/2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça (SC), em 11 de maio de 2015.

Camilo Nazareno Pagani Martins  
Prefeito Municipal

Milton Luiz Espíndola  
Presidente do IPPA

Ariana Vera da Rosa Tavares  
Técnico Previdenciário  
Matrícula 900048



# Passo de Torres

## PREFEITURA

### RESOLUÇÃO Nº 003/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES  
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
PASSO DE TORRES - SC

RESOLUÇÃO Nº 03, DE 12 DE MAIO DE 2015.

Dispõe sobre a convocação da XI Conferência Municipal dos Direitos de Crianças e Adolescentes, definindo a Coordenação Geral.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Municipal nº 028/2014, de 25 de junho de 2014, e nos termos da reunião ordinária realizada em 12/05/2015.

#### RESOLVE:

Art. 1º- Convocar a XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com o objetivo de avaliar a Política Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e o Plano Decenal Municipal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, propondo diretrizes para o aprimoramento na perspectiva do fortalecimento do Conselho de Direito, conforme estabelece a Lei 8069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA.

Art. 2º - A XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar-se-á, no Centro de Convivência da Terceira Idade, no dia 27 de maio de 2015, das 9h às 11h30min e das 13h30min às 17h.

Art. 3º - A XI Conferência terá como tema: "A POLÍTICA E O PLANO DECENAL DE DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES- FORTALECENDO A REDE DE CONSELHOS."

Art. 4º - A XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, terá uma Comissão Coordenadora com os seguintes representantes:

- I- Elizandra da Silva Martins – Secretaria de Assistência Social
- II- Elisângela Coelho Rodrigues - Secretaria de Saúde
- III- Marli de Matos Cândido – APAE Passo de Torres
- IV- Maira da Silva Pacheco – APP – Escola Manoel Rodrigues da Silva
- V- João Vitor Martins Kjillin – representante adolescente
- VI – Samira Cândido Caetano – representante adolescente

Art. 5º- Compete à Comissão Organizadora:

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

- a) Propor e submeter ao Plenário da Conferência, regimento, instrumentos normativos e legais para a realização da Conferência;
- b) Decidir em primeira instância sobre as ocorrências das Conferências Livres de Criança e Adolescentes e Conferência Municipal;
- c) Orientar sobre o funcionamento e procedimento para a realização das Conferências Livres e Conferência Municipal;
- d) Promover diligências necessárias à participação dos Delegados para participarem das Conferências Regionais;
- e) Registrar e sistematizar as propostas de trabalho da Comissão

submetendo ao Plenário da Conferência;  
f) Exercer outras atividades correlatas.

Art. 6º - A Comissão Organizadora da XI Conferência deverá promover todas as atividades necessárias ao cumprimento desta Resolução especialmente nos aspectos técnicos, administrativos e financeiros, além de elaborar a sua programação.

Art. 7º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Passo de Torres, 12 de maio, 2015  
Elizandra Martins  
Presidente do CMDCA

# Passos Maia

## PREFEITURA

**DECRETO N.º 355, DE 8 DE MAIO DE 2015.**

DECRETO N.º 355, de 8 de maio de 2015

“NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA AVALIAÇÃO DE PROGRESSÃO FUNCIONAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE PASSOS MAIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o art. 24 da Lei Complementar nº 005, de 31 de outubro de 1999, e do artigo 62, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, Considerando os requerimentos de progressão funcional por avanço horizontal de diversos servidores; Considerando que a concessão da progressão funcional prescinde de uma análise minuciosa dos documentos probatórios, da produtividade e dedicação profissional; Considerando o disposto nas Leis Complementares ns. 002/98 e 005/99,

**DECRETA:**

Art. 1º. Ficam NOMEADOS para compor a Comissão Especial para avaliação de Progressão Funcional, os seguintes servidores municipais, sob a presidência do primeiro:

I – Cleverson Luiz Alves De Santi;

II – Giovana Votcoski;

III – Jair Bosetti.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Passos Maia-SC, 8 de maio de 2015.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que o decreto foi publicado.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração,

Fazenda e Planejamento.

**Paulo Lopes****PREFEITURA****EXTRATO DO CONTRATO N° 15/2015**

Extrato do contrato n° 15/2015 conforme Processo Licitatório n° 034/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES. Contratada: LABORE SOLUÇÕES PARA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LTDA, inscrita no CNPJ 01.943.630/0001-62. Objeto: Contratação de serviços técnico de gerenciamento de projetos e convênios, especializados em elaboração de propostas para captação de recursos junto aos diversos Ministérios da Republica bem como as demais instancias do governo federal, com ênfase na capacitação dos servidores municipais na operacionalização do SICONV, na articulação entre os setores da municipalidade e monitoramento das propostas, contratos, convênios, execução e prestação de contas final, compreendendo apoio operacional. Valor do Contrato: O valor total deste contrato é de R\$ 36.320,00 (cinquenta e sete mil reais). Vigência: 31/12/2015.

# Penha

## PREFEITURA

### 2º TERMO ADITIVO Nº 51/2015-FMS

2º Termo Aditivo nº 51/2015 FMS

Ao Contrato nº 62/2014 FMS

Licitação: Processo Licitatório nº 15/14 – FMS, modalidade Tomada de Preços nº 01/14 – FMS

Objeto: Prestação de Serviço de obras e serviços de engenharia, com fornecimento de material e mão de obra para Construção da Nova Unidade Básica de Saúde COAHB, com área 257,91m², na Rua Antônio Carlos Rangheti, Penha – SC.

Pelo presente instrumento de 2º Termo Aditivo nº 51/2015 ao Contrato Administrativo 62/2014 a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, Brasileiro, Divorciado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa TUBLOCOS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME, com sede na cidade de Penha/SC, Rua Osório Domingos Correa, nº 62, bairro Nossa Senhora de Fátima, Cep 88385-000, inscrita no CNPJ sob o nº 10.594.845/0001-06, neste ato representada pelo Sr. Claudio Daniel Moser, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada a Construção da Nova Unidade Básica de Saúde COAHB, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na clausula terceira do contrato administrativo nº 62/2014 PMP fica prorrogada até o dia 15.08.2015, a contar de 15.05.2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 15 de Maio de 2015.

CONTRATADA

PREFEITURA

TESTEMUNHAS: \_\_\_\_\_

NOME: GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

\_\_\_\_\_  
DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

### CONFERÊNCIA PÚBLICA 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

O Senhor Prefeito Municipal de Penha e o Senhor Presidente do Conselho Municipal da cidade de Penha - Concidade, no uso de suas atribuições de acordo com a Lei municipal nº 2201/08, Lei municipal nº 2244/08 e artigo 259 parágrafo único, Lei Complementar municipal nº 02/07 e do Estatuto das cidades, CONVOCAM a população em geral para a CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE PENHA que acontecerá no dia 23 de junho de 2015 às 19h no Plenário da Câmara de Vereadores de Penha, localizada na Av Antônio Joaquim Tavares nº 101, centro, na cidade de Penha/SC. Pauta da Conferência Municipal da Cidade:

1-Apresentação do R.I.V. ( Relatório de Impacto de Vizinhança) do

Empreendimento Residencial Itacolomi Home Club de propriedade Da Empresa Rogga S.A. Construtora e Incorporadora;  
2-Alterações no Plano Diretor Municipal Lei Complementar nº 02/2007 e Código de Obras Municipal Lei Complementar nº 03/2007.

Penha, 18 de maio de 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

REGINALDO WALTRICK

Presidente Concidade

### PROCESSO SELETIVO 02/2015 - LOCAL DE PROVA

PROCESSO SELETIVO Nº 02/2015

LOCAIS DE PROVAS

PROVA OBJETIVA - TODOS OS CARGOS

1. A prova objetiva será realizada no dia 24 de maio de 2015 na EBM RUBENS JOÃO DE SOUZA, localizada na rua Calixto Luiz Onório nº 325- Centro de Penha – SC , com início às 9h00min e término às 12h00min, sendo recomendada a chegada dos candidatos com 30 (trinta) minutos de antecedência, munidos de documento de identificação oficial com foto, levando em consideração que o acesso ao local da prova será fechado às 8h55min.

2. Será vedado o acesso ao local de prova objetiva para todos os candidatos que se apresentarem após as 8 h e 55 minutos, sob qualquer alegação.

PROVA PRÁTICA - CARGO DE MOTORISTA

1. A prova prática será realizada no dia 24 de maio de 2015 no PÁTIO DA GARAGEM DA PREFEITURA, localizada na Av. Nereu Ramos 190 - Centro de Penha – SC, com início às 13h00min, sendo recomendada a chegada dos candidatos com 30 (trinta) minutos de antecedência, munidos de documento de identificação oficial com foto.

2. Será vedado o acesso ao local de prova objetiva para todos os candidatos que se apresentarem após as 13h e 00minutos, sob qualquer alegação.

3. Não terão direito a fazer a prova prática os candidatos que não apresentarem a Carteira Nacional de Habilitação exigida no quadro do anexo I do edital.

As demais informações encontram-se dispostos no edital de Processo Seletivo nº 02/2015

Penha, 18 de maio de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

**PROCESSO SELETIVO 02/2015 - ROL DOS INSCRITOS**

PROCESSO SELETIVO Nº 02/2015

**ROL DE INSCRITOS**

<b>AGENTE ENDÊMICO</b>		
Inscrição	Candidato	Situação
9	CARLA IHOANA BAIROS MARIN	DEFERIDO(A)
24	EDSON LUIZ VASCONCELOS	DEFERIDO(A)
5	JAINARA CATARINA DE OLIVEIRA	DEFERIDO(A)
11	JEAN CARLOS NILSEN	DEFERIDO(A)
10	MARGARETE MAXIMILIANO CORDOVA	DEFERIDO(A)
25	VANDERSON DE SOUZA	DEFERIDO(A)
<b>AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL</b>		
Inscrição	Candidato	Situação
15	ANA PAULA WINZEWSKI	DEFERIDO(A)
21	FERNANDA CRISTINA DA SILVA	DEFERIDO(A)
18	SILVANA NASCIMENTO DIAS	DEFERIDO(A)
<b>MOTORISTA CATEGORIA D</b>		
Inscrição	Candidato	Situação
6	ALESSANDRO JANKOVSKI	DEFERIDO(A)
23	GIZELI DE SOUZA	DEFERIDO(A)
3	IZAIAS IOLANDO VIEIRA	DEFERIDO(A)
4	JHEFFERSON CARLOS COSTA DE AZEVEDO	DEFERIDO(A)
17	MARCIO DE BULHOES GOMES	DEFERIDO(A)
19	MAYCO HERIKE GOMES	DEFERIDO(A)
14	OSCAR ANDRÉ FILHO	DEFERIDO(A)

As demais inscrições foram indeferidas.

Fica aberto prazo de recurso no dia 19 de maio de 2015 no site [www.infinityprovas.com.br](http://www.infinityprovas.com.br), conforme item 8 do edital.

Penha, 18 de maio de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

# Petrolândia

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 29/2015 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2015 – REGISTRO DE PREÇOS, tendo por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVENTE DE PEDREIRO, PARA MANUTENÇÃO DE TODOS OS SETORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal as 09:00h no dia 29/05/2015, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo fone 47-3536-1151.

Petrolândia, 19 de maio de 2015.

JOEL LONGEN

Prefeito Municipal



# Pomerode

## CÂMARA DE VEREADORES DE POMERODE

### RESOLUÇÃO Nº 48/2015 - ALTERAÇÃO PARCIAL DA REALIZAÇÃO DAS SESSÕES LEGISLATIVAS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE POMERODE

RESOLUÇÃO Nº 48/2015

ALTERA PARCIALMENTE A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 16 E 18 DO REGIMENTO INTERNO QUE DEFINEM O PERÍODO ANUAL DE REALIZAÇÃO DAS SESSÕES E A DATA DA SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA.

JOSÉ AMARILDO DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Pomerode, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º - O Artigo 16 do Regimento Interno da Câmara Municipal passará a ter a seguinte redação:

Art. 16 – As Sessões Ordinárias e Solenes acontecem no período de

21 de janeiro a 20 de dezembro de cada ano, independentemente de convocação.

Art. 2º - O Artigo 18 do Regimento Interno da Câmara Municipal passará a ter a seguinte redação:

Art. 18 – Na primeira terça-feira útil a partir do dia 21 de janeiro de cada ano, no horário regimental, a Câmara Municipal reunir-se-á em Sessão Solene de Instalação da Sessão Legislativa.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13 de Maio de 2015.

José Amarildo da Silva  
Presidente

## SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE

### PORTARIA 30/2015

PORTARIA Nº 030/2015 DE 04 DE MAIO DE 2015

O Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Pomerode, MÁRCIO SCHEIDEMANTEL, nomeado pela Portaria Nº 17.768, de 28 de março de 2014, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 3º da lei ordinária 116/1966,

RESOLVE:

CESSAR os efeitos da Portaria nº 009/2014 de 05 de fevereiro de 2015 que alterava a Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho Funcional e de Estágio Probatório dos servidores do SAMAE nomeada pela Portaria nº 059/2014 de 21 de julho de 2014, como previsto na legislação vigente e de acordo com as normas em vigor.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, e produz seus efeitos a partir de 01 de maio de 2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Pomerode, 04 de maio de 2015.

MÁRCIO SCHEIDEMANTEL  
Presidente do SAMAE

### PORTARIA 31/2015

PORTARIA Nº 031/2015 DE 11 DE MAIO DE 2015

NOMEAÇÃO DE LEILOEIRO PARA ATUAR NO LEILÃO DE MATERIAL RECICLÁVEL PROCEDENTE DE PROCESSO DE COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES, CLASSIFICADOS PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 2.922 DE 27 DE ABRIL DE 2015.

O Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Pomerode, MÁRCIO SCHEIDEMANTEL, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 3º da lei ordinária 116/1966,

RESOLVE:

Art 1º Designar o SERVIDOR EFETIVO ADILSON REITER CPF 973.615.779-20 para atuar como leiloeiro em nas licitações na modalidade de leilão conforme art 53 da lei 8666/93.

MÁRCIO SCHEIDEMANTEL  
Presidente do SAMAE

### PREGÃO 011/2015

SAMAE POMERODE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO N.º 11/2015 TIPO PRESENCIAL SERVIÇO CONTINUADO DE LIMPEZA DO SISTEMA DE FILTROS DA ETA I CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ANEXO I DO EDITAL.

LOCAL: NA SEDE DO SAMAE POMERODE ANEXO AO REFEITÓRIO

Entrega das propostas: Até as 09:00 horas do dia 29/05/2015  
Início da sessão de disputa de Preços : 09:00 do dia 29/05/2015

O Edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos nos seguintes endereços: Na página eletrônica [WWW.pomerode.sc.gov.br](http://WWW.pomerode.sc.gov.br) ou [www.samaepomerode.com.br](http://www.samaepomerode.com.br) Departamento de Licitações e Compras do SAMAE POMERODE Av. 21 de Janeiro Nº 2233 [samae@samaepomerode.com.br](mailto:samae@samaepomerode.com.br) ou pelo fone (47) 3387 2550

Pomerode SC, 11 de MAIO de 2015.

MÁRCIO SCHEIDEMANTEL  
Presidente do SAMAE

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 07/2015**

MUNICÍPIO DE POMERODE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO (SAMAE)

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório nº 007/2015 - SAMAE

Pregão Eletrônico nº 007/2015 – SAMAE

O Presidente do SAMAE, MARCIO SCHEIDEMANTEL, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 007/2015, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preço

- Objeto: REGISTRO DE PREÇOS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÁLISES LABORATORIAIS PARA OS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO DO MUNICÍPIO DE POMERODE

- Proponente(s) Vencedora(s):

LABORATORIO BECKHAUSER E BARROS LTDA - EPP

- Valor total: R\$ R\$ 87.980,0000

POMERODE (SC), 18 de maio de 2015.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE.

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 08/2015**

MUNICÍPIO DE POMERODE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO (SAMAE)

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório nº 008/2015 - SAMAE

Pregão Presencial nº 008/2015 – SAMAE

O Presidente do SAMAE, MARCIO SCHEIDEMANTEL, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 008/2015, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço

- Objeto: LOCAÇÃO CAMINHÃO ANO DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 2015 EQUIPADO COM BAÚ BASCULANTE DE CAPACIDADE VOLUMÉTRICA MÍNIMA 30M³ PARA ATUAR NA COLETA SELETIVA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

- Proponente(s) Vencedora(s):

VERDE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA AMBIENTAL LTDA

- Valor total: R\$ 88.200,00

POMERODE (SC), 11 de maio de 2015.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE.

# Porto Belo

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 019/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2015

CONTRATO Nº 019/2015 – PMPB

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza urbana, compreendendo: remoção de resíduos orgânicos, capinação, roçada manual e mecanizada, limpeza de lixeiras de ruas, pinturas de bancos, rótulas, meio fios, pontes, postes e demais locais determinados pela Secretaria de Obras do Município de Porto Belo, conforme Termo de Referência (Anexo I) e demais especificações do Edital.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

CONTRATADA: D&Z CONSTRUÇÃO CIVIL E LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA EPP.

VALOR GLOBAL: R\$ 936.420,00 (Novecentos e trinta e seis mil quatrocentos e vinte reais).

PRAZO: 12 (doze) meses

DATA DA ASSINATURA: 18/05/2015

Porto Belo, 18 de Maio de 2015.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

### RESOLUÇÃO Nº 012-2015 - CMDCA

RESOLUÇÃO 012 /2015

Dispõe sobre o uso de recursos do FIA para pagamento de material gráfico referente ao Estatuto da Criança e Adolescente

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, Porto Belo - SC. No uso de suas atribuições previstas na Lei Federal 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Lei Municipal 1482/06, no exercício de sua função deliberativa e controladora das ações da Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município de Porto Belo - SC, conforme deliberação da reunião extraordinária do dia 05 de maio de 2015.

#### CONSIDERANDO

Considerando a necessidade e relevância de disseminar informações sobre os direitos da Criança e Adolescente de forma didática;

#### RESOLVE

Art. 1º - Autorizar o uso de recurso do FIA – Fundo da Infância e Adolescência, no valor de R\$6.100,00 (seis mil e cem reais) para pagamento da impressão de material gráfico referente ao Estatuto da criança e Adolescente.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo, 15 de maio de 2015.

Lilian Mazurek Meyer

Coordenadora Geral do CMDCA

# Porto União

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 715/2015

DECRETO Nº 715, de 18 de maio de 2015.  
Dispõe sobre nomeação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.307, de 11 de março de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º NOMEIA SEBASTIÃO DANIEL, para o cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Obras do Interior, Símbolo CO, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.307, de 11 de março de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 18 de maio de 2015.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 035/2015 - CARONA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 060/2015- CARONA

Extrato de Edital de Pregão Presencial 035/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de material para Iluminação Pública e manutenção dos Ginásios de Esportes das Escolas da Rede Municipal de Ensino. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 01 de junho de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [liciteportouniao@yahoo.com.br](mailto:liciteportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 18 de maio de 2015.

Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

### PORTARIA N.º 417/2015 - RH

PORTARIA Nº 417, de 30 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 07 a 13 de abril de 2015, a carga horária da professora contratada Marina Antunes dos Santos (Professor Docente Educação Infantil), para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "A", referência "001", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar no Núcleo de Educação Infantil Moranguinho, em substituição à servidora efetiva Emanuella Maciel Schwartz, que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 07 de abril de 2015.

Porto União, SC em 30 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### PORTARIA N.º 418/2015 - RH

PORTARIA Nº 418, de 04 de maio de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

#### RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, no período de 04 de maio de 2015 a 03 de maio de 2016, ou até a realização de concurso público municipal, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Emerson Augusto Miguel Padilha Vaz, para exercer as funções do cargo de Psicólogo, com vencimentos na Classe "11", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de haver expirado o prazo de validade do concurso público para o cargo.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 04 de maio de 2015.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA N.º 419/2015 - RH**

PORTARIA Nº 419, de 04 de maio de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 04 de maio de 2015 a 03 de maio de 2016 ou até a realização de concurso público municipal, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Natália Saty Klie-mann, para exercer as funções do cargo de Médico - Plantonista, previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de haver esgotado a lista de candidatos aprovados em concurso público para o cargo.

Art. 2º A servidora contratada acima mencionada, exercerá suas atividades junto a Unidade de Saúde Centro, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 04 de maio de 2015.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito MunicipalPAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte**PORTARIA N.º 420/2015 - RH**

PORTARIA Nº 420, de 04 de maio de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 04 de maio de 2015 a 03 de maio de 2016 ou até a realização de concurso público municipal, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Dércio Luis Klie-mann, para exercer as funções do cargo de Médico - Plantonista, previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de haver esgotado a lista de candidatos aprovados em concurso público para o cargo.

Art. 2º O servidor contratado acima mencionado, exercerá suas atividades junto a Unidade de Saúde Centro, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 04 de maio de 2015.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito MunicipalPAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte**PORTARIA N.º 421/2015 - RH**

PORTARIA Nº 421, de 04 de maio de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO Denise Angélica Busch, do cargo de provimento efetivo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Ciências), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 04 de maio de 2015.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito MunicipalPAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte**PORTARIA N.º 422/2015 - RH**

PORTARIA Nº 422, de 05 de maio de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 05 de maio a 17 de dezembro de 2015 ou até a realização de concurso público municipal, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Kater Francis Ossowski, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição ao servidor efetivo Mauricio Ivaz que solicitou exoneração do cargo e por haver esgotado a lista de candidatos aprovados em concurso público para o cargo.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto ao Distrito de Santa Cruz do Timbó, vinculado à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 05 de maio de 2015.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito MunicipalPAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA N.º 423/2015 - RH**

PORTARIA Nº 423, de 05 de maio de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 04 de maio de 2015, referente ao período aquisitivo de outubro de 2009 a outubro de 2014, de 90 (noventa) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora Lindarci Kobroski Wolf, ocupante dos cargos de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais e Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Geografia), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 04 de maio de 2015.

Porto União - SC, em 05 de maio de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA N.º 424/2015 - RH**

PORTARIA Nº 424, de 06 de maio de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 06 de maio de 2015, referente ao período aquisitivo de maio de 2010 a maio de 2015, de 90 (noventa) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora Isabela de Fátima Machado, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 06 de maio de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA N.º 425/2015 - RH**

PORTARIA Nº 425, de 06 de maio de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o contido no Ofício nº 0005170-94.2013.8.24.0052-0001 de 25 de março de 2015, expedido pelo Juiz Criminal da Comarca de Porto União - SC;

CONSIDERANDO o despacho da Assessoria Jurídica do Município no Ofício SRH 089/2015 em data de 14 de abril de 2015;

**RESOLVE:**

Art. 1º AFASTAR do exercício do cargo, por tempo indeterminado, a partir de 16 de janeiro de 2015 o servidor efetivo Fernando Cardoso André, ocupante do cargo de provimento efetivo do Agente de Serviços Públicos Nível 02, com fulcro no Artigo 29 da Lei Municipal 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único aos servidores públicos do município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 16 de janeiro de 2015.

Porto União - SC, em 06 de maio de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA N.º 426/2015 - RH**

PORTARIA Nº 426, de 06 de maio de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, de 30 de abril a 09 de outubro de 2015, a carga horária da professora efetiva Fernanda Regina Caldas, para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "001", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar junto Núcleo de Educação Infantil Comecinho da Vida, em substituição à servidora efetiva Emanuella Maciel Schwartz que se encontra em Licença Maternidade.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 30 de abril de 2015.

Porto União, SC em 06 de maio de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte



**PORTARIA N.º 427/2015 - RH**

PORTARIA Nº 427, de 06 de maio de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º REVOGAR, a Portaria nº 208 de 25 de fevereiro de 2015, que altera a carga horária da servidora efetiva Fernanda Conceição Martins, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal dessa Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 30 de abril de 2015.

Porto União, SC em 06 de maio de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA N.º 428/2015 - RH**

PORTARIA Nº 428, de 06 de maio de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, de 30 de abril a 21 de agosto de 2015, a carga horária da professora efetiva Patrícia de Fátima Reisdorfer, para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "001", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar junto Núcleo de Educação Infantil Sonho de Criança, em substituição à servidora efetiva Andréia Aparecida Claus Kostek que se encontra em Licença Maternidade.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 30 de abril de 2015.

Porto União, SC em 06 de maio de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA N.º 429/2015 - RH**

PORTARIA Nº 429, de 06 de maio de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, de 30 de abril a 18 de dezembro de 2015, a carga horária da servidora efetiva Fernanda Conceição Martins (Professor Docente Educação Infantil), para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "001", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em substituição à servidora efetiva Monica Langa que desistiu da alteração de carga horária e que estava em vaga vinculada de Janemar Aparecida Dalfovo que está exercendo a função de diretora de Núcleo de Educação Infantil.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 30 de abril de 2015.

Porto União, SC em 06 de maio de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA N.º 430/2015 - RH**

PORTARIA Nº 430, de 06 de maio de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, de 30 de abril a 18 de dezembro de 2015, a carga horária da servidora efetiva Sandra Cruz Rodrigues (Professor Docente Educação Infantil), para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "001", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar no Núcleo de Educação Infantil Moranguinho, em substituição à servidora efetiva Eliane Hoff Trentin que passou a atuar junto ao recém inaugurado Núcleo de Educação Infantil Favo de Mel.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 30 de abril de 2015.

Porto União, SC em 06 de maio de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA N.º 431/2015 - RH**

PORTARIA Nº 431, de 06 de maio de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 04 de maio a 31 de julho de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Sérgio de Alencar Nobre, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Geografia), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em substituição à servidora efetiva Lindarci Kobroski Wolf que se encontra em Licença Prêmio.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades, junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral, vinculado à Secretaria Municipal de Educação do município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 04 de maio de 2015.

Porto União - SC, em 06 de maio de 2015.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA N.º 432/2015 - RH**

PORTARIA Nº 432, de 06 de maio de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 04 de maio a 17 de julho de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Rosiane Aparecida Nascimento, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em substituição à servidora efetiva Eliane Hoff Trentin que passou a atuar junto ao recém inaugurado Núcleo de Educação Infantil Favo de Mel.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, junto ao Núcleo de Educação Infantil Moranguinho, vinculada à Secretaria Municipal de Educação do município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 04 de maio de 2015.

Porto União - SC, em 06 de maio de 2015.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA N.º 433/2015 - RH**

PORTARIA Nº 433, de 07 de maio de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, Márcio Roberto Marczynski, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 07 de maio de 2015.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA N.º 434/2015 - RH**

PORTARIA Nº 434, de 07 de maio de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, Sianara Cheili Saade, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Biblioteca, pertencente ao Grupo Ocupacional Isolado em Extinção, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 07 de maio de 2015.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA N.º 435/2015 - RH**

PORTARIA Nº 435, de 07 de maio de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 07 de maio a 18 de dezembro de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Crislaine Vanessa da Cruz, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para compor a equipe multiprofissional de saúde mental atuando junto às oficinas terapêuticas do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS I.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 07 de maio de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

# Presidente Castello Branco

## PREFEITURA

### **PROCESSO LICITATÓRIO N° 33/2015**

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO N° 33/2015

PREGÃO PRESENCIAL N° 19/2015

#### **E X T R A T O**

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 09:30 (nove horas e trinta minutos), do dia 29 (vinte e nove) de maio de 2015, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a locação mensal, suporte e manutenção de software de gestão comercial e operacional de saneamento, com quantidade ilimitada de pontos de leitura, conforme especificações constantes no Anexo I do presente Edital. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: [www.castellobranco.sc.gov.br](http://www.castellobranco.sc.gov.br).

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 18 DE MAIO DE 2015.

Claudio Sartori

Prefeito Municipal

# Presidente Nereu

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO DE RECUPERAÇÃO DE MOTOR DE CARREGADOR Nº 28/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

Departamento de Licitações e Compras

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº28/2015

A Prefeitura Municipal de Presidente Nereu torna público que fará realizar no dia 29/05/2015 às 09:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor preço por item, visando a RECUPERAÇÃO PARCIAL DO MOTOR DO CARREGADOR ZL 30H. O Edital que está amparado na Lei de Licitações encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Praça Leão Dehon, 50, Centro de Presidente Nereu/SC, de segunda a sexta-feira das 08:00 hs 11:30 horas e das 13:30 às 17:00 horas. Maiores Informações: pelo fone/fax (0xx47) 3362-1108, com Departamento de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal, e no DOM (Diário Oficial dos Municípios).

Presidente Nereu, 18 de maio de 2015.

Antonio Francisco Comandoli, Prefeito Municipal

EDITAL Pregão Nº28/2015 de Participação EXCLUSIVA de Micro Pequenas e EPPs  
CONFORME LEI COMPLEMENTAR 147/2014

A pregoeira da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela Portaria nº 05/2015 de 01/02/2015 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Pregão nº 28/2015, do tipo menor preço por LOTE, sob a forma de fornecimento parcelado, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº 3.784 de 06/04/01, Lei nº 8.666 de 21/06/93, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e Lei Complementar 147/2014 de 07 de agosto de 2014 e demais exigências deste Edital.

#### 1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente certame a aquisição de RECUPERAÇÃO PARCIAL DO MOTOR DO CARREGADOR ZL 30H. destinados a PREFEITURA MUNICIPAL de Presidente Nereu , conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

#### 2. DO PRAZO DE ENTREGA

2.1. A CONTRATANTE, a cada pedido de fornecimento, especificará formalmente a quantidade necessária do objeto contratado. Os quantitativos indicados na relação anexa deverão ser entregues pelo licitante adjudicado na PREFEITURA MUNICIPAL de Presidente Nereu, mediante requisição prévia do setor competente.

#### 3. DO VALOR

3.1 A proposta a ser apresentada para cada lote cotado, não poderá ultrapassar os valores previamente orçados e relacionados no termo de referência, Anexo I do presente edital, sob pena de desclassificação do proponente para o referido lote.

#### 4. DA ABERTURA, DIA, HORA E LOCAL

4.1. A Abertura do certame ocorrerá no dia 29/05/2015 às 09:15 horas, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, Praça Leão Dehon, 50, Centro, Presidente Nereu / SC.

4.2. Não havendo expediente na data marcada, a reunião será no primeiro dia útil subsequente, a mesma hora e local, salvo por motivo de força maior , ou qualquer outro fator ou fato imprevisível.

4.3. O recebimento e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e documentos de habilitação, deverão ser entregues em envelopes separados e fechados.

#### 5 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 Poderão participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital.

5.1.1 A empresa interessada sendo considerada vencedora deverá arcar com todas as despesas de frete para levar o equipamento até sua sede e retornar ao município de Presidente Nereu e deverá colocar o motor já consertado no Equipamento (Carregador) que se encontra na garagem municipal de Presidente Nereu.

5.2 Não poderão participar, direta e indiretamente, da presente licitação as empresas que:

5.2.1 Se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionam no país;

5.2.2 Forem declaradas suspensas de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública;

5.2.3 Forem declaradas inidôneas para licitar junto a qualquer órgão da administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal;

5.2.4 O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

5.2.5 Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

5.3 O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

5.4 Se a empresa não se enquadrar na categoria de Micro empresa, Pequena Empresa de Pequeno Porte.

Parágrafo Único: Não será aplicado os benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06) (lei complementar 147/2014).

OBSERVAÇÃO: O CARREGADOR ZL 30H ENCONTRA-SE A DISPOSIÇÃO PARA ANÁLISE DOS INTERESSADOS NO CERTAME NA GARAGEM MUNICIPAL EM PRESIDENTE NEREU - SC E O MOTOR DO CARREGADOR ZL 30H ENCONTRA-SE A DISPOSIÇÃO PARA ANÁLISE NA MECÂNICA DIESEL RODO BREIKE, CITO SC 429 670, KM 2, CENTRO, LONTRAS - SC.

## 5.5 DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

5.5.1 Se a participante do certame for empresa de pequeno porte ou microempresa, devidamente comprovada, deverá apresentar declaração conforme Anexo - Declaração de Porte Empresarial, para ser beneficiado pelo que estabelece a Lei Complementar nº. 123/2006, no seu art. 43.

5.5.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, deverá a empresa apresentar declaração conforme Anexo – Declaração de Comprometimento será assegurado, as mesmas, o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

5.5.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

5.5.4 Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

5.5.5 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%(cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

5.5.6 Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar acima mencionada, em caso de empate, haverá adjudicação do item a empresa qualificada como ME ou EPP:

5.5.6.1 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da referida Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

5.5.6.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº. 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.5.6.3 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

5.5.6.4 O disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº. 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

Lei Complementar nº 147/2014, ao alterar a Lei Complementar nº 126/2006, e as seguintes novas regras quanto à participação das pequenas empresas, compreendidas aquelas enquadradas no Estatuto, nos termos de seu art. 3º:

1) Ampliação do prazo para regularização fiscal da empresa vencedora da licitação, sendo agora de 5 dias úteis, prorrogável por igual período (art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06);

2) Participação exclusiva de pequenas empresas na disputa de itens cujo valor seja inferior a R\$ 80 mil, inclusive nas compras por dispensa em razão do valor do contrato, nos termos do art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93 (art. 47 c/c 48, I, e 49, IV, da Lei Complementar nº 123/06);

3) Nas licitações de itens com valor superior a R\$ 80 mil, desde que o objeto corresponda a bem divisível (não se aplica a serviços), é obrigatória a reserva de até 25% da aquisição desses bens para disputa exclusiva entre pequenas empresas (art. 47 c/c 48, III, da Lei Complementar nº 123/06);

4) Faculdade de a Administração exigir que parte do objeto contratado com empresas não albergadas pelo Estatuto seja obrigatoriamente subcontratado com pequenas empresas, caso em que os empenhos e pagamentos a estas poderão ser realizados diretamente pela Administração Pública (art. 47 c/c 48, II, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06);

5) Faculdade de aplicar margem de preferência de até 10% sobre o melhor preço, priorizando-se, justificadamente, a contratação de pequenas empresas sediadas local ou regionalmente (art. 47 c/c 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/06);

6) Não aplicação dos benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06).

## 6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. O credenciamento se dará com a entrega:

a) do envelope, fechado, contendo a proposta de preços;

b) do envelope, contendo a documentação de habilitação, juntamente com as declarações dos anexos II e IV;

c) de Instrumento público de Procuração ou Instrumento Particular com firma reconhecida, indicando um único representante legal a manifestar-se em qualquer fase desta licitação, em nome da empresa, devendo para tanto, juntar fotocópia da cédula de identidade do mesmo, e exibir o original para conferência, ficando a licitante obrigada a acatar as declarações de seu preposto. (Anexo III)

d) Em sendo sócio, proprietário ou dirigente da empresa proponente, deverá ser apresentada cópia do respectivo Estatuto ou Contrato



Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, juntamente com fotocópias da célula da identidade do mesmo.

#### 7. NÃO PODERÃO CONCORRER, DIRETAS OU INDIRETAMENTE, NESTA LICITAÇÃO.

- 7.1. Empresas em estado de falência, de concurso de credores, de dissolução ou liquidação;
- 7.2. Empresas que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Publicitária direta ou indireta, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;
- 7.3. Servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao órgão promotor da licitação, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

#### 8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DA PREÇOS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1. A proposta de Preços e a Documentação de Habilitação deverão ser apresentadas no local, dia e hora, determinados no Edital, em envelopes separados, devidamente fechados e rubricados no fecho, assim denominados:

- a) Envelopes nº 1 : Proposta de Preços ; e
- b) Envelope nº 2 : Documentos de habilitação

8.1.1. Os envelopes deverão conter, em suas partes externas, os seguintes dizeres:

Envelope nº 1 – Proposta de Preços

Entidade de Licitação

Edital do Pregão nº 28 / 2015

Razão Social do Proponente:

CNPJ nº: .....

Lote(s) nº: (informar o(s) lote(s) para os quais a empresa está concorrendo) Envelope nº 2 – Documento de Habilitação

Entidade de Licitação

Edital de Pregão nº 28 / 2015

Razão Social do Proponente :

CNPJ nº: ..... 8.2. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em 01 (uma) via, de documento próprio, escrito em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, redigida com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricada todas as folhas pelo representante legal da licitante proponente, contendo:

- a) Termo de Proposta relacionando itens cotados para cada lote proposto, conforme descrito no termo de Referência, Anexo I, do presente Edital;
- b) Endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver para contato, o nome e o número do Banco, Agência, Localidade e Conta Corrente em que deverá ser efetivado o crédito;
- c) Especificações do material de forma clara, descrevendo detalhadamente as características, técnicas e marca dos produtos ofertados;
- d) Preço unitário e total, conforme TERMO DE REFERENCIA - ANEXO I, para o item ofertado, em real, expressos em algarismo, de forma clara e precisa, limitado rigorosamente ao objeto dessa licitação, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;
- e) Em caso de Divergências entre o preço unitário e total, será considerado o primeiro;
- f) Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os materiais ser entregues sem ônus adicionais;
- g) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;
- h) Garantia de que os materiais serão substituídos, sem ônus para a Entidade de Licitação, caso não estejam de acordo com as especificações exigidas e padrões de qualidade exigidos;
- i) Serão desclassificados as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e, ainda, proposta que apresente valores unitários simbólicos, irrisórios, de valor zero, excessivos ou manifestamente inexequíveis.

#### 9. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

9.1. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços, Documentos de Habilitação, será publicada e dirigida pela Pregoeira, na data, horário e local e, nos termos determinados neste Edital, devendo os envelopes ser entregues lacrados da seguinte forma:

- 9.2. O envelope nº 01 (Proposta de Preços) juntamente com o credenciamento onde comprove que o interessado ou o seu representante legal possui poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como praticar todos os demais atos inerentes ao certame.
- 9.3. O envelope nº 2 (Documentos de Habilitação) com a declaração de que atende os requisitos (conforme Anexo II).
- 9.4. Declarada a abertura da sessão pela Pregoeira, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes, juntamente com declarações dos interessados ou de seus representantes, dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, em conformidade com a Artigo 4º, inciso VII da Lei nº 10.520.
- 9.5. Serão abertos os envelopes contendo as Propostas de Preços, cujos documentos serão lidos, conferidos e rubricados pela Pregoeira e pelos participantes que o desejarem.

#### 10. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E DA ADJUDIÇÃO

- 10.1. Para julgamento das propostas será adotado o critério de menor lance ofertado para os lotes.
- 10.2. As propostas que estiverem acima do valor máximo estipulado no Anexo I – Termo de referência serão Desclassificadas.
- 10.3. Após a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, a Pregoeira e sua equipe de apoio classificará o licitante autor da

proposta de menor do lote, e aqueles que tenham apresentados proposta em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, conforme disposto no inciso VI do artigo nº 11 do Decreto nº 3.555/2000.

10.4. Quando não forem verificadas, no mínimo, 03 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem acima, a Pregoeira classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de 03 (três), para que seus proponentes participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas suas propostas escritas, conforme disposto no inciso VII, do artigo 11, do mesmo decreto.

10.5. O empate entre dois ou mais licitantes somente ocorrerá quando houver igualdade de preços entre as propostas escritas e quando não houver lances para definir o desempate. Neste caso o desempate ocorrerá por meio de sorteio a ser realizado durante a sessão do presente Pregão.

10.6. Aos licitantes classificados será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, iniciando-se pelo último classificado e prosseguindo-se com os demais licitantes em ordem decrescente de classificação.

10.7. Os lances verbais destinam-se a cobrir o lance do primeiro classificado, ou seja, tem de ser, obrigatoriamente, inferior a este, não sendo aceitos lances para igualar valores, nem cujo resultado aferido seja dízima, caso em que o mesmo será arredondado para menor.

10.8. A desistência do licitante em apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, implicará na sua exclusão da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

10.9. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço do lote e o respectivo valor do preço máximo para a aquisição dos materiais.

10.10. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenada às propostas exclusivamente pelo critério de menor preço por lance, a Pregoeira examinará a aceitabilidade da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito.

10.11. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital e seus Anexos, será declarado pela Pregoeira o licitante vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto.

10.12. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável ou seu autor não atender aos requisitos de habilitação, a Pregoeira examinará a oferta subseqüente, na ordem de classificação, até a apuração do licitante que atenda a todas as exigências do Edital, inclusive quanto à documentação de habilitação, o qual será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto.

10.13. Nas situações previstas nos subitem acima, a Pregoeira poderá negociar diretamente com o proponente para tentar obter preço melhor.

10.14. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.

10.15. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que no final, deverá ser assinada pela Pregoeira e licitantes presentes.

10.16. Não será motivo de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta, que não venham causar prejuízo para a Administração e nem firam os direitos dos demais licitantes.

## 11. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 2)

11.1. Os PROPONENTES deverão apresentar no Envelope nº 2 – “Documentos de Habilitação” que demonstrem atendimento às exigências que são indicadas a seguir:

11.2. Para fins de habilitação, as licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

### 11.2.1 RELATIVAMENTE À SITUAÇÃO JURÍDICA:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratado de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;

c) Decreto de autorização devidamente publicado, em se tratado de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de investidura ou nomeação da diretoria em exercício.

e) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ-MF);

### 11.2.2. RELATIVAMENTE À REGULARIDADE FISCAL:

a) Certidão de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço -CRS, EMITIDA PELA Caixa Econômica Federal – CEF;

b) Certidão Negativa de Débitos – CND, junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS;

c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, por meio da apresentação da Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, comprovando sua regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio fiscal da Filial, em caso de empresas de outros Estados, e da Matriz em caso de empresas locais ou de empresas de outros Estados sem filial no local da licitação.

d) Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio de apresentação da certidão Negativa ou Positiva, com efeito, de Negativa.

e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal por meio da apresentação da Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, comprovando sua regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio fiscal.

f) Prova de Regularidade junto a Justiça do Trabalho;

h) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não superior a 90 (noventa) dias, contados da data de apresentação da Proposta.

### 11.2.3 AS LICITANTES DEVERÃO AINDA OBSERVAR:

11.3. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

11.4. Os documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por membro da equipe de apoio do Pregão ou, ainda, por publicação em órgão de imprensa oficial.

11.5. As empresas estrangeiras não estabelecidas no Brasil terão que anexar:

11.5.1 Comprovação, pelos meios usuais no país de origem da Licitante, de sua regularidade jurídico / fiscal;

11.5.2 Demonstrativos financeiros e contábeis, a fim de comprovar que a Licitante tem capacidade financeira necessária para executar o contrato;

11.5.3 A Entidade de Licitação reserva-se o direito de cópias dos documentos constitutivos da licitante a fim de confirmar a sua nacionalidade.

11.6 Os documentos apresentados com a validade expirada, acarretarão a inabilitação do proponente. Os documentos que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitos com data não excedente a 90 (noventa) dias, da data de sua emissão.

11.7 A licitante que for isenta do cumprimento de alguma das exigências habilitatórias, deverá apresentar cópia autenticada do ato ou Decreto ou publicação em imprensa oficial, concedendo a isenção.

11.8 Os documentos emitidos pela Internet somente terão validade se forem em Original ou Autenticados por Cartório competente.

11.9 Caso não compareça ao ato de abertura o representante legal da empresa, somente o preposto, devidamente credenciado, poderá manifestar-se na licitação.

## 12. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

12.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa, poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

12.2 Caberá a Pregoeira decidir sobre o pedido de impugnação do Edital no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, conforme estabelecido no 1º Artigo 12 do Decreto n.º 3.555/2000.

12.3. Acolhido o pedido de impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

## 13. DOS RECURSOS

13.1. Depois de declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, motivadamente, sua intenção de interpor recurso, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar as contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e conseqüentemente haverá a adjudicação do objeto da licitação pela Pregoeira ao vencedor.

13.3. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.4. A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento e, se oral, será reduzida a termo em ata.

13.5. Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedidos, a autoridade competente homologará a adjudicação do objeto a licitante vencedora.

## 14. DAS PENALIDADES

14.1. As licitantes, participantes deste certame, que cometerem os delitos mencionados no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e art. 14 do decreto nº 3.555, de 08/08/2000, estão sujeitadas às penalidades neles previstas.

14.2. As multas serão calculadas em 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da fatura, por dia em que, sem justa causa, a licitante vencedora não cumprir as obrigações assumidas ou cumpri-las em desacordo com o estabelecido neste Pregão, até o máximo de 10 (dez) dias, quando então incidirá em outras comissões legais.

## 15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O descumprimento das obrigações e demais condições do Edital sujeitará a Licitante às seguintes sanções, quando for o caso:

I. Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com o Poder Público;

II. Multa de 1% (um por cento) ao dia e até 10% (dez por cento) do valor da nota de empenho, pelo atraso da entrega do material;

III. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Poder Público por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

15.2. Fica facultada a defesa prévia da licitante, em qualquer caso de aplicação de penalidades, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

## 16. DO PAGAMENTO

16.1. Os pagamentos serão efetuados até 10 (dez) dias após a entrega de cada fragmento do objeto, na quantidade solicitada pela Contratante e mediante a apresentação da Nota Fiscal.

## 17. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob nº

08	DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E SERV. URBANOS
001	DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E SERV. URBANOS
0026	TRANSPORTE
0782	TRANSPORTE RODOVIARIO
1801	ESTRADAS VICINAIS
2016	Manutenção do Departamento M. de Estradas e Rodage
33903039000000	MATERIAL PARA MANUTENCAO DE VEICULOS
01000000	Recursos Ordinários
08	DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E SERV. URBANOS
001	DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E SERV. URBANOS

0026	TRANSPORTE
0782	TRANSPORTE RODOVIARIO
1801	ESTRADAS VICINAIS
2016	Manutenção do Departamento M. de Estradas e Rodage
33903919000000	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE VEICULOS
01000000	Recursos Ordinários

## 18. REAJUSTE DE PREÇO

18.1. Os preços apresentados pelos licitantes serão fixos e irrevogáveis.

## 19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 As Licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução deste, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira. Aqueles que agirem de má-fé estarão sujeitos às penalidades previstas em Lei.

19.2 O material deverá ser entregue rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa, com a aplicação das penalidades.

19.3 Caso a licitante se recuse a executar o objeto contratual ou venha a fazê-lo fora das especificações estabelecidas, a Entidade de licitação poderá, independentemente de qualquer aviso ou notificação, rescindir o contrato e optar pela convocação dos demais Licitantes na ordem de classificação.

19.4 Fica assegurado à entidade de Licitação o Direito de:

19.5 Adiar a data de abertura da presente Licitação, dando conhecimento aos interessados, através de publicação no Mural Público Municipal, com a antecedência de pelo menos 24(vinte e quatro) horas, antes da data inicialmente marcada;

19.6 Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente pregão, a qualquer tempo, desde que ocorrentes as hipóteses de ilegalidade ou interesse público, dando ciência aos interessados.

19.7 Alterar as condições deste Edital ou qualquer documento pertinente a este Pregão, fixando novo prazo, não inferior a 08 (oito) dias úteis, para a abertura das propostas, a contar da publicação das alterações.

19.8 A participação neste Pregão implicará aceitação integral e irrevogável das normas do Edital e do Termo de Referência, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnação e recurso.

19.9 É facultada a Pregoeira ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar no ato sessão pública.

19.10 A(s) licitante(s) vencedora(s) ficará(ao) responsável(eis) por quaisquer danos que venha a causar a terceiros ou ao patrimônio da Entidade de licitação, durante a entrega dos materiais, reparando, às suas custas, os mesmos, sem que lhe caiba nenhuma indenização por parte da Entidade de Licitação.

19.11 A Licitante que pretender obter esclarecimento sobre este Edital e seus anexos deverá solicitá-los por escrito, por meio da carta, telegrama ou fac-símile, enviados ao endereço abaixo, até 02 dias úteis antes da data estabelecida para a apresentação das propostas, e serão atendidos, dentro do menor prazo, pela Entidade de Licitação que comunicará por escrito aos demais interessados que tenham retirado os Editais. No caso de ausência da solicitação pressupõe-se que os elementos constantes deste ato convocatório são suficientes, claros e precisos, não cabendo, portanto, posteriormente, qualquer reclamação. Solicitar consultas para o seguinte endereço:

Prefeitura Municipal de Presidente Nereu – Santa Catarina  
Praça Leão Dehon – 50 – Centro - 88.184-000 Fone / Fax (47) 3362-1108

## 20. DO FORO

20.1. O foro para solucionar os litígios decorrentes deste Edital é o da Justiça Comum da Comarca de Rio do Sul.

Presidente Nereu, 15 de maio de 2015.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

## ANEXO I

### ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO

Que entre si fazem o Município de PRESIDENTE NEREU -SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83.102.699/0001-28, com sede na PRACA LEAO DEHON, em PRESIDENTE NEREU -SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na Estrada Geral, s/n - PRESIDENTE NEREU -SC, inscrita no CPF 311.191.829-72 de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa, .....  
.....pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º ..... com sede .....  
Neste ato representado pelo Sr. .... residente e domiciliado em .....  
..... inscrita no CPF sob N.º ..... de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, RECUPERAÇÃO PARCIAL DO MOTOR DO CARREGADOR ZL 30H.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do orçamentário:

08
001
0026
0782
1801
2016
33903039000000
01000000
08
001
0026
0782
1801
2016
33903919000000
01000000

**CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS**

I - O valor global do presente instrumento contratual é R\$ de

II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até

**CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE**

Os valores contratados não serão reajustados.

**CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA**

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 31/12/2015, ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

**CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA**

- A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.
- Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

**CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

**CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS**

- Executar os objetos licitados, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu., localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 13:00 às 18:00, devendo ser expedida a nota fiscal.



**CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO**

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES**

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- a) advertência;
- b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
- c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

\*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO**

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão nº 28/2015, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS**

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO**

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

PRESIDENTE NEREU-SC, de de 0000

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

Assessor Jurídico  
OAB/SC

ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20...

**DECLARAÇÃO**

(Razão Social da Empresa) -----, inscrita no CNPJ nº. -----, por intermédio de seu representante legal Sr. (a): -----, portador (a) da Carteira de Identidade nº. ----- CPF nº. ----- DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )  
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

.....  
DATA

.....  
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA  
CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20...

**CREDENCIAMENTO**

Através da presente, credenciamos o(a) Sr. (a) -----, portador (a) da Cédula de Identidade nº. -----,



e CPF sob nº. -----, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de ..... (SC), na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. .../20..., na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa -----, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20 .....

Carimbo da Empresa e Assinatura do Credenciante

#### ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20...

#### DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL Nº. ..../20..., que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida na Cláusula V, do edital convocatório.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ  
e Assinatura do Representante Legal.

#### ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20....

#### DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Presencial nº. .../20..., instaurado pela Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

-----, ---- de ----- de 20 .....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.  
e Assinatura do Representante Legal.

#### ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20....

#### DECLARAÇÃO DE PORTE EMPRESARIAL

A empresa ..... (Colocar razão social conforme cartão CNPJ), CNPJ nº. ...., declara, sob as penas da lei, para fins de obtenção do tratamento simplificado e diferenciado de que trata a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, que se enquadra nas condições estabelecidas em seu art. 43º, e que não apresenta nenhum dos impedimentos previstos no §4º desse mesmo artigo.

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 20 .....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.  
e Assinatura do Representante Legal.

#### ANEXO VII

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20 .....

#### DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO

A empresa ..... , CNPJ nº. ...., declara, sob as penas da lei, possuir restrição nos documentos de comprovação da regularidade fiscal, conforme faculdade prevista na Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e se compromete a adotar todas as medidas necessárias, em razão do prazo concedido para este fim, para tentar promover sua regularização fiscal, caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação para o Pregão Presencial nº. .../20....

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 20 .....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ  
e Assinatura do Representante Legal.

#### ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....

#### TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20...

#### PROPOSTA COMERCIAL

(de preferência em papel timbrado da Proponente)

NOME DE EMPRESA: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_ INSCRIÇÃO ESTADUAL \_\_\_\_\_

ENDEREÇO COMPLETO: \_\_\_\_\_

RUA: \_\_\_\_\_ Nº. \_\_\_\_\_ BAIRRO: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ CIDADE: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ FONE: ( \_\_\_\_\_ ) \_\_\_\_\_

Apresentamos nossa proposta para visando REGISTRO DE PREÇO para RECUPERAÇÃO PARCIAL DO MOTOR DO CARREGADOR ZL 30H. da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), em conformidade com o estabelecido no Edital de Pregão Registro de Preço nº. ..../20 ..... , acatando todas as estipulações consignadas no Edital.

#### ITEM QTDE UNID DESCRIÇÃO DO ITEM COT. MÁX

01	01	LOTE	AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA CONserto DO MOTOR DO CARREGADOR ZL 30			
1	1,00	UN	CORREIA ALTERNADOR	42,0000		
2	1,00	UN	TURBINA MOTOR MASTER POWER	2.580,0000		
3	1,00	UN	EIXO COMANDO	915,3000		
4	1,00	UN	BOMBA OLEO	616,0000		
5	1,00	UN	FILTRO OLEO	41,0000		
6	1,00	UN	FILTRO DIESEL	81,0000		
7	2,00	UN	COLA SILICONE	40,0000		
8	1,00	UN	TAXA PARAFUSO	60,0000		
9	1,00	UN	SERVICO DE PINTURA MOTOR	100,0000		
10	1,00	UN	CORREIA BOMBA AGUA	75,0000		
11	5,00	LT	ADITIVO SINTETICO RADIADOR (VERDE)	100,0000		
12	1,00	UN	VALVULA TERMOSTATICA	71,0000		
13	6,00	UN	TUCHO DE VALVULA	204,0000		
14	1,00	UN	SERVICO DE LIMPEZA RADIADOR	550,0000		
15	1,00	UN	SERVICO DE CONserto BOMBA E BICOS	2.120,0000		
16	1,00	HORAS	MAO DE OBRA DE DESMONTAR E MONTAR MOTOR	2.350,0000		

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: \_\_\_\_\_

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado.

data: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_

ASSINATURA E CARIMBO

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4701, DE 13 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 4701, de 13 de maio de 2015

"HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015."

O Prefeito de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e ainda, de acordo a Lei n. 3796, de 26 de junho de 2002 e alterações posteriores, e ainda, de acordo com relatório encaminhado pela Empresa Click Soluções Técnicas, Administrativas e Pedagógicas Ltda.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo nº 002/2015, de acordo com o que dispunha o respectivo Edital.

Art. 2º - O Anexo Único é parte integrante deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

#### GABINETE DO PREFEITO.

13 de maio de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO Prefeito do Município de Rio do Sul.

#### ANEXO ÚNICO

##### AGENTE ADMINISTRATIVO

Clas	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG
1	905	LISIANE ANDERSON FRANCA	3607608	4,50	1,75	1,75
2	701	FELIPE ANDERSON FRANCA	3607609	4,50	1,75	1,75
3	487	ADRIANO HEITOR ROSENBROCK	4528270	4,75	1,75	1,50
4	754	LORENZO MARTINS BONICONTRO	76897450	4,25	2,00	1,50
5	377	LARISSA REGINA JUTTEL THIESEN	4932232	4,25	2,00	1,50
6	668	ELIZABET CRISTINA WEBER SCHLICHTING	4932741	4,50	1,75	1,25
7	64	FILIPE CHRISTIAN PIKART	4234465	4,50	1,50	1,50
8	294	EMANUELA DOLZAN	4475831	4,25	1,75	1,50
9	820	ROBSON MAESTRI RUOFF	4403289	4,25	1,75	1,50
10	358	WILLIAN MATEUS LEHMANN LEDRA	5379477	4,25	1,75	1,50
11	33	LILIANE SILVA DOS SANTOS	9077810423	4,25	1,75	1,25
12	66	MORGANA MILAN	5194198	4,25	1,75	1,25
13	870	GABRIEL MAURICIO BECKER	5670426	4,25	1,75	1,25
14	41	TAINA LAURINDO	5872644	4,25	1,75	1,25
15	748	SCHEILA DE ANDRADE	3980135	4,00	1,75	1,75
16	321	NIRLANDIA HIANSDT COELHO	4.432.142	4,00	1,75	1,75
17	864	PEDRO ALEX PORTES FERREIRA	6133896	4,00	1,50	1,75
18	860	TIAGO REIF	4431485	4,75	1,25	1,25
19	388	ANA CAROLINA SOUZA MENDES	4149467	4,50	1,75	1,25
20	75	IGOR LIMA DA CRUZ	293999728	4,00	2,00	1,25
21	622	GABRIEL KRACHESKI	5088475	4,00	1,50	1,50
22	176	JADE MILANY HILLESHEIM	5578188	4,00	1,50	1,50
23	645	DIEGO DE LIRA ROEDEL	4037711	3,75	1,75	1,75
24	584	DANIEL LUIS PEGORARO	6072232	3,75	1,75	1,50
25	720	CAROLINE TESTONI WEHMUTH	5578174	4,75	1,50	1,25
26	900	SCHEILA RESENDES	4431069	4,50	1,50	1,00
27	726	CAROLINE GABRIELA ROSSETTI	4486887	4,50	1,50	1,00
28	443	SANDRO GROSCH	6338613	4,50	1,25	1,25
29	919	RUAN BOAVENTURA BITENCOURT	55781322	4,25	1,50	1,00
30	282	RAFAEL BRASIL	4475170	4,25	1,25	1,50
31	338	SIMONE FILANDIANI	6292774	4,00	1,75	1,25
32	709	LUCAS BUTZKE ZANELLA	53797817	4,00	1,75	1,00

Clas	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG
33	449	GISELE SAITZ	4691902	4,00	1,50	1,50
34	310	JESSICA STOCK	5088421	4,00	1,50	1,25
35	833	JACKSON EGER	3164533	4,00	1,25	1,50
36	148	TITUS GUILHERME COSTA PORATH	2919000	3,75	1,75	1,25
37	515	CASSANDRA RAFAELA CORBANI	5379734	3,75	1,75	1,25
38	506	BRUNA KRUGER	4486158	4,75	1,50	1,00
39	866	LIONETE APARECIDA PRATES	216041879	4,50	1,50	1,00
40	772	WILLIAN SCHNEIDER DOS SANTOS	4890605	4,50	1,50	1,00
41	90	MARCELO VILIAM ZEMKE	2624757	4,50	1,25	1,50
42	463	CAROLINE WEISE	4691720	4,50	1,25	1,25
43	806	GLAUCIA ELAINE PEDROZO	4347993	4,25	1,75	0,75
44	747	DEBORA SILVA DE FIGUEIREDO	5379204	4,25	1,50	1,50
45	281	JANICE BALBINOTTI	3199747	4,25	1,50	1,25
46	386	EDUARDO FELIPE ALVES	4431296	4,25	1,50	1,25
47	667	GUSTAVO VINICIUS HOEGEN	4724436	4,25	1,50	1,25
48	416	DANIELA PARMA SILVEIRA	3993001	4,25	1,50	1,00
49	376	TAINA RODRIGUES DAROLT	6132261	4,25	1,50	1,00
50	57	MAIKSON DAVID DE OLIVEIRA	3273209	4,25	1,25	1,75
51	430	PATRICIA DOLZAN	5772927	4,00	2,00	0,75
52	881	ELISANDRA MARLUCE DE BRITO FARIAS	1048093189	4,00	1,75	1,00
53	389	LUIZ MARCOS RESENDE JUNIOR	553645560	4,00	1,75	0,75
54	659	ELOI MARCONI	1619638	4,00	1,25	1,75
55	583	FABRICIO ZICK	4457485	3,75	1,50	1,25
56	437	VINICIUS FERNANDES BIFF	4719954	3,75	1,50	1,25
57	596	CARLOS KLOHN	4691556	3,50	1,75	1,75
58	891	VANESSA CORREA MARCOLINO	5446776	3,50	1,75	1,50
59	407	ANA STRICKSTRACK	4011450-3	3,50	1,50	1,75
60	840	JORGE ALBERTO AGUIAR	6005383	3,50	1,50	1,50
61	500	JOICE KREUSCH KUSTER	47443464	4,50	1,00	1,00
62	413	RAFAELA DALCANALE ARAUJO	5261606	4,25	1,75	0,75
63	421	JAQUELINE SAWICKI	7060462129	4,25	1,50	1,25
64	193	ISIS VERONICA EMILIA SCHARF	4.011.362	4,25	1,25	1,25
65	477	MARCOS EDUARDO AMORIM	6620725	4,25	1,25	1,25
66	653	MARCOS ANTONIO HILLESHEIM JUNIOR	4719357	4,25	1,00	1,75
67	918	LIGIA KARINE MACHADO	6050661	4,00	1,75	1,00
68	271	TATIANA REGINA FELACIO	4719758	3,75	1,75	1,50
69	52	SUSANA MIRANDA	4085793	3,75	1,75	1,25
70	341	ALINE CRISTINA MARTINS	3833916	3,75	1,75	1,25
71	724	DAIANA BRIDI	4403182	3,75	1,75	1,00
72	275	DANIELA FERREIRA MARQUES RIBAS	1061560601	3,75	1,50	1,50
73	233	ALINE CAPRESTANO FERREIRA	5750613	3,75	1,25	1,25
74	31	SANDRA PIRES DE MORAES	49347349	3,50	1,75	1,75
75	49	LIANDRA BONACOLSI PEREIRA	5088392	3,50	1,75	1,50
76	819	WILLIAM VIEBRANTZ	5088452	3,50	1,75	1,50
77	243	BRUNO STAROSKY DE SOUZA	6230199	3,50	1,50	1,50
78	670	ALINE EISMANN	5548973	3,50	1,50	1,25
79	912	MARCESIO PEREIRA DE ABREU	3243803	3,25	1,75	1,75
80	81	JULIANA SEBOLD	4011231	3,25	1,50	1,75
81	781	JAIRO LOPES DA CUNHA FILHO	201921285	3,25	1,50	1,50
82	314	TAIANE CRISTINA CLAUDIANO	4431245	4,50	1,50	0,75
83	466	LUCAS VIGNOLLI SILVA	5815470	4,25	1,25	1,50
84	181	SANDRA CASTANHA	5872612	4,25	1,25	1,25

Clas	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG
85	915	THAMIRENS SENS	53541537	4,25	1,25	1,00
86	590	STEFANI CAROLINA CORREA HARBS	6072293	4,25	1,00	1,25
87	520	SUELLEN ROSANGELA VICENTE	4969629	4,00	1,75	0,25
88	82	DANIELLE HADLICH	5654678	4,00	1,50	1,75
89	337	JOAO PAULO PEINERT	40855147	4,00	1,50	1,25
90	128	GRAZIELE CAROLINE MACIESKI	48339580	4,00	1,50	1,25
91	795	GRAZIELE DOS SANTOS	4068537	4,00	1,50	1,00
92	207	RAISSA PAOLA ARRUDA VERDI	5815143	4,00	1,50	1,00
93	70	CLAUDETE VAVASSORI	4154092	4,00	1,25	1,00
94	908	SOL MAURENTE KUHLE	5261048	3,75	1,75	1,00
95	471	LARISSA MARZZANI WEISS	5888505	3,75	1,75	1,00
96	663	GABRIEL RICARDO DE ALMEIDA	6638750	3,75	1,75	0,75
97	755	NOELI FABIANE NUNES DOS SANTOS	53684508	3,75	1,50	1,25
98	145	ROSANA HENCKEL	5087733	3,75	1,50	1,00
99	198	EVANDRO SCHWINDEN	4691621	3,75	1,50	1,00
100	212	MATHEUS WIGGERS MEURER	4724474	3,75	1,50	1,00
101	183	JEAN MOREIRA MARTINS	6005333	3,75	1,50	1,00
102	432	ALAN IAGO KISTNER	5815499	3,75	1,25	1,50
103	765	DEBORA ERTAL	5923894	3,50	2,00	1,25
104	315	EDER PERFOLL MARCELINO	5379559	3,50	2,00	0,75
105	729	ARIEL ALAN MEES	5232063	3,50	1,50	1,25
106	680	KAUANA REGINA PEIXE	53797612	3,25	2,00	1,50
107	540	CRISTINA EDLA DE ALMEIDA	53794311	4,50	1,50	0,50
108	252	NAVANA GEMBALLA BUZZI	4056738	4,25	1,00	1,00
109	62	MAINARA KISSNER	5087541	4,00	1,50	1,00
110	664	WANIA MENGARDA BACH	2624070	4,00	1,50	0,75
111	524	VIVIANE LETICIA PADILHA	4431867	4,00	1,25	1,50
112	898	MARIANNA BERTOCHI	41643585	4,00	1,25	1,25
113	925	ARIANE APARECIDA DE CAMPOS	6072316	3,75	1,75	1,25
114	134	JOSE MARIO DE FARIAS	3160437	3,75	1,50	1,25
115	637	ALEXANDRA RAFAELA BOHN LOHMANN	6083294295	3,75	1,50	1,25
116	719	JOAO LUIS GOETTEN	6307170	3,75	1,50	1,25
117	79	DAIANE MARA BONI GUTJAHR	4475470	3,75	1,50	1,00
118	826	EVANDIR PROBST	3.741.739	3,75	1,50	1,00
119	801	CARLA ELISA DALASTRA	9109283111	3,75	1,25	1,25
120	276	LUCIMERI DE FATIMA KOPP SANDRI	4118833	3,75	1,25	1,00
121	733	DANIELLE PRAZERES LEME	5123728	3,75	1,25	1,00
122	493	MATHEUS DO LIVRAMENTO	5261366	3,75	1,25	1,00
123	440	CAMILA LAURINDO	5872168	3,75	1,25	0,75
124	334	LETICIA CATTONI ZUCATELLI	4068426	3,50	2,00	0,50
125	626	ALEXANDRA SCHROEDER	3853081	3,50	1,75	1,25
126	393	JOANA MARILIA MACHADO	4321861	3,50	1,75	1,00
127	104	SARA CRISTINA STACHESKI MARTINS	6072941	3,50	1,75	0,50
128	867	MARCIA DA SILVA	35333880	3,50	1,50	1,75
129	681	CHARLES RUDNIK PESSOA	4338043	3,50	1,50	1,50
130	549	VIVIAN MARILDA MAYER	4233960	3,50	1,50	1,50
131	892	VANESSA BIANCHI RODRIGUES	5040128	3,50	1,50	1,00
132	11	JEAN CARLOS BACK	5279364	3,50	1,50	1,00
133	482	GRACIELE APARECIDA ANDRADE	43479928	3,50	1,25	1,50
134	533	JESSICA CAMARGO	52324664	3,50	1,25	1,50
135	658	ANDREZA IOLANDA DOLZAN	5815272	3,50	1,25	1,25
136	114	GRACIELA BATTISTI	6072708	3,50	1,25	1,25

Clas	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG
137	83	MARIANE MARTINS DE OLIVEIRA	6307425	3,25	2,00	1,00
138	459	JOSE MIR ISIDORO KUSZKOWSKI	629673	3,25	1,50	1,75
139	923	MELQUISEDEQUE DE SOUZA	47194669	3,25	1,50	1,50
140	687	NATALIA NEVES MARTINELLI	4740599	3,25	1,50	1,50
141	113	MARA LUCIA PROBST	1031747	3,25	1,25	1,75
142	828	JEANE CRISTIE PEIXE GUNTHER	47456361	3,00	1,75	1,50
143	50	TIAGO BONACOLSI PEREIRA	5088393	2,75	1,75	1,50
144	94	SIMONI SOARES	4234407	4,25	1,25	1,00
145	215	CRISTIANE DA LUZ	46910816	4,00	1,75	0,50
146	541	ANGELA KUROSKI	4024652	4,00	1,50	1,00
147	613	FABIANO NERE	4216772	4,00	1,50	0,25
148	343	ROMULO DA ROSA OURIQUES	5578761	4,00	1,00	1,00
149	345	GABRIELA LUCIA MIGUEL	5379000	3,75	1,75	1,00
150	256	DEYVIANA MELLO PAULA	53798317	3,75	1,50	1,25
151	187	ANA KRIS BUNN DE LIZ	36469084	3,75	1,50	1,00
152	846	LUCIANA STOCKCHNEIDER PIRHARDT	5670545	3,75	1,50	0,75
153	296	BEATRIZ ROCHA	5670894	3,75	1,50	0,75
154	3	SANDY CAETANO BACK	53792483	3,75	1,25	1,00
155	495	JOAO VICTOR CONTEZINI	4833340	3,75	1,25	1,00
156	7	JESSICA RIBEIRO ADAMI	40682668	3,75	1,25	0,75
157	390	MURILO LUIS TAVARES	4280947	3,75	1,00	1,00
158	792	GESLIANE ANDREIS	49357409	3,50	1,75	1,00
159	177	FERNANDA IARA KOLM	53798147	3,50	1,50	1,50
160	917	THAIS NUNES DA SILVA	4101802	3,50	1,50	1,25
161	344	JAKSON MORAES	47408219	3,50	1,25	1,50
162	839	DILMA ADRIAN SILVEIRA	4.833.297-6	3,50	1,25	1,25
163	339	CASSIANO BARCELOS	7323233	3,50	1,25	1,00
164	143	LEONARDO MINATTI	4833713	3,50	1,25	0,75
165	823	WILLON DUARTE	5307970	3,50	1,00	1,00
166	203	RENATA MARIA EGER	5670416	3,25	1,75	1,25
167	234	GABRIELA ALESSANDRA GAZETI	52617793	3,25	1,75	1,00
168	711	SOPHIA PASSOS BIASOLO	442880881	3,25	1,75	0,75
169	545	DANIELE BRANG PRADA	4024187	3,25	1,50	1,50
170	72	LUCIANA VIEIRA KUHNEN	3674106	3,25	1,50	1,50
171	512	DAIANA FLORIANO DE SOUZA	45962367	3,25	1,50	1,50
172	409	RAQUEL NAZARI	4203794	3,25	1,25	1,25
173	347	NEIVA FATIMA SACON	6005758	3,25	1,25	1,25
174	618	DEISI CRISTINA BECKER	4691907	3,25	1,25	1,00
175	603	ISADORA DOS ANJOS PANDINI	50880284	3,75	1,50	1,00
176	857	BRUNA VENINA BIANCHI	5815593	3,75	1,25	1,00
177	746	LANA MARA COLOMBO	4090412422	3,75	1,25	1,00
178	739	GUSTAVO DE MORAES MACHADO	5.379.075	3,75	1,25	1,00
179	292	VICTOR BENINCA FIAMONCINI	5812740	3,75	1,25	0,75
180	361	BRUNA CAROLINA STAHNKE	5815659	3,50	1,75	0,75
181	182	FLAVIA CRISTINA HORST	4833254	3,50	1,50	1,00
182	171	SOLANGE RASSWEILER	3607726	3,50	1,25	1,25
183	758	INDIANARA APARECIDA DA SILVA	48337200	3,50	1,25	1,25
184	368	RAFAEL CARLOS PARMA	40885720	3,50	1,25	0,75
185	73	PABLO VALDEMAR ERNESTO DA SILVA	4691166	3,50	1,00	1,75
186	166	TAIARA ESPINDOLA PIRES	50889947	3,50	1,00	1,25
187	117	DEIVID WILLIAN FASOLIN	93701089	3,50	1,00	1,25
188	665	MARCIONEI GUSTMANN	5.261.682	3,50	1,00	1,25



Clas	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG
189	467	LUMARA SANTOS WILLEMANN	5442711	3,25	1,75	1,25
190	95	JULIANA DA ROSA	3786512	3,25	1,50	1,25
191	313	BIANCA QUIPERS ROSENDO SABINO	6072229	3,25	1,50	1,25
192	219	DIENIFER NAIARA DA SILVA	5578442	3,25	1,50	1,00
193	808	PAULO MIQUEIAS NASCIMENTO BELUSSO	7062772	3,25	1,25	1,25
194	544	JEFERSON MICHEL ESSER DA SILVA	4486864	3,25	1,25	1,25
195	884	CAMILA DIETERICH	4540267	3,25	1,25	1,25
196	382	RICARDO MATHEUS DA SILVA	5578590	3,25	1,25	1,25
197	518	DAIANE MORAES	5279950	3,25	1,25	1,00
198	890	CATIANE APARECIDA CARDOSO	4403936	3,00	1,50	1,00
199	425	MARCO AURELIO SCHLEMPER	4085852	2,75	1,50	1,25
200	779	JEAN JORGE CORREA	5654244	2,75	1,25	1,25
201	725	NATALIA MACANEIRO	5. 654.061	2,50	1,75	1,25
202	446	GISELE STOLL SCHULZ	4024576	2,50	1,50	1,50
203	67	PRISCILA BALDO	4403785	3,75	1,50	1,00
204	46	BRUNA DEORACKI	5844891	3,75	1,25	0,75
205	809	FRANCIELI COSTA SILVA	5087816	3,75	0,75	1,00
206	678	VANESSA ARIANY MOIK	6.005.392	3,50	1,50	1,00
207	10	SUSANA DE SOUSA CUNHA	4236345	3,50	1,25	1,25
208	424	DANIELA DE OLIVEIRA	46913114	3,50	1,25	1,25
209	472	ZELIA APARECIDA PORFIRIO	1676150	3,50	1,25	1,00
210	249	GRAZIELI BIZ	5613143	3,50	1,25	1,00
211	331	OSMAR HENSCHL	7R-625783	3,50	1,25	0,75
212	408	RAQUEL FEIBER FRANZ	6058558	3,50	1,00	1,75
213	196	VANESSA HOFFMANN	4475686	3,50	1,00	1,00
214	845	RAFAEL FURTADO	4397311	3,50	1,00	0,50
215	496	KEILA FAUSTINO ARTISMO	5903089	3,25	1,50	1,25
216	916	GLORIA BEATRIZ BORGES MATUCHESKI	60727335	3,25	1,50	1,00
217	854	PETRUCIA VILELA AMORIM	34171819	3,25	1,50	1,00
218	348	FRANCIELLE VOLTOLINI	4934491	3,25	1,25	1,25
219	225	BRUNA FLAUSINO	6033565	3,25	1,25	1,25
220	189	VANESSA CORREA PEREIRA	12485342-7	3,00	1,50	1,25
221	869	TADIENE MAIRA MULLER VAVASSORI	24928992	3,00	1,50	1,00
222	855	AMANDA LETICIA LOPES	5.456.733	3,00	1,50	0,75
223	698	EVANILDA BORGES	4403693	3,00	1,25	1,50
224	489	ANDREIA FABIOLA SANTOS MOREIRA	4431909	3,00	1,25	1,25
225	129	MEIRIELLI KOVALSKI	6307174	3,00	1,25	1,00
226	54	JENIFFER RUDOLF FIGUEIREDO	54872022	2,75	1,75	1,00
227	811	ADRIANA DEPINE	4706229	2,75	1,50	1,25
228	108	ISABELA FINARDI LUCHTENBERG	6072905	2,75	1,50	1,00
229	43	PAULO HENRIQUE BECKER	6005774	2,75	1,50	0,75
230	814	MARCIO DOS REIS	2126024	2,75	1,25	1,50
231	716	DANIEL BROETO CARDOSO	3105788	2,50	1,50	1,50
232	491	VANESSA JEREMIAS	4203638	2,50	1,50	1,50
233	751	GREICE SCHWARTZ	4342918	2,50	1,50	1,25
234	910	KATIA SCHNEIDER DE CORDOVA	5497411	3,75	1,25	1,00
235	312	SIMONE FANTON	4056946	3,50	1,50	0,75
236	74	TAMIRIS FORSTER	5088929	3,50	1,25	0,75
237	721	PATRICIA APARECIDA DO PRADO	4087488	3,50	1,00	0,75
238	601	THAIS CRISTINE DA LUZ	6230780	3,50	1,00	0,75
239	697	GRETCHEN MERI BECKER	3607350	3,25	1,50	0,75
240	427	NATALIA ANDRADE	4.833.286	3,25	1,50	0,75

Clas	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG
241	374	ELIANA SOARES VOSS	2628360	3,25	1,25	1,00
242	4	CRISTIANE VARGAS	4475823	3,25	1,25	1,00
243	223	BRUNA EGER VIEIRA	4271697	3,25	1,25	1,00
244	878	ALINE ELISA NUNES	5379453	3,25	1,25	1,00
245	262	RODRIGO CATARINA	5799486	3,25	1,25	1,00
246	110	SONIA KUHNEN	47448342	3,25	0,75	1,25
247	662	DENISE ROSANA VOLTOLINI	2125097	3,00	1,75	0,75
248	452	CAMILA WALTER	6050610	3,00	1,50	1,50
249	34	JESSICA ZEFERINO COSTA DOS SANTOS	4712518	3,00	1,50	1,25
250	474	CARLA RIBEIRO DE CARVALHO	7033684	3,00	1,50	0,75
251	728	JUAREZ DE SOUZA	4088119	3,00	1,50	0,50
252	624	ABEL SANTOS FILHO	6230327	3,00	1,25	1,25
253	775	FABIANA SCHENKEL WILDE	2914089	3,00	1,25	1,25
254	742	LETICIA CRISTINA NEIMAN	5379982	3,00	1,25	1,25
255	782	NADINE MAFRA THIVES	5815412	3,00	1,25	1,25
256	353	SONIA APARECIDA MARTINS VONBEMMEL	2912890	3,00	1,00	1,25
257	499	LUCAS AGOSTINHO	47404710	2,75	1,50	1,50
258	492	IDALICIO FRANCISCO ZUCATELLI	3406763	2,75	1,50	1,25
259	502	JESSICA KREUSCH KUSTER	4744327	2,75	1,50	1,25
260	706	TAMIRES MUELLER	5368349	2,25	1,75	1,50
261	794	GABRIELA FERNANDA ZESCHAU	4744840	3,75	1,00	0,75
262	893	RUBIA APARECIDA VARELLA	5529595	3,25	1,25	0,75
263	757	CAIO FIGUEIREDO DA MOTA	5.827.407	3,25	1,00	1,25
264	642	MARISE DE FATIMA MOREIRA	4.347.105	3,00	1,50	1,25
265	793	JANAINA ROSA PEREIRA	4773962	3,00	1,50	1,00
266	398	JOSE MOACIR DE LUCCA	3993747	3,00	1,50	0,75
267	157	BRUNO HEUSSER CHAVES	4028726	3,00	1,25	1,00
268	384	REJANE ROSA DA SILVA	198314	3,00	1,25	0,75
269	600	SANDRA ROSA TAMBANI	50122100	3,00	1,25	0,75
270	195	APARECIDA GISELE POLICARPO	4317236	3,00	1,00	1,75
271	153	GISELE APARECIDA BACH	4966971	3,00	1,00	1,00
272	764	MARISTELA MARCOLINO FARIAS SILVEIRA	8296430	3,00	0,75	1,25
273	856	NADIA VENTURI	5087229	2,75	1,50	1,50
274	220	KARINA BONA DA SILVA	6133496	2,75	1,50	1,25
275	236	MICHELI RADAVELLI	6292014	2,75	1,50	1,00
276	853	LIDIA MARA HENCKMAIER	4124027	2,75	1,50	1,00
277	675	JAQUELINE VANESSA MIRANDA	4719344	2,75	1,50	1,00
278	60	RAQUEL KAPPEL	4691731	2,75	1,50	0,75
279	202	MAICON WILIAM HEIBER	5578213	2,75	1,25	1,00
280	647	DANIEL FRANCISCO DAS NEVES	2.125.126	2,75	1,25	1,00
281	763	JEFERSON PASSING	5923527	2,75	1,25	1,00
282	441	ROSELI SCHNEIDER	5088341	2,75	1,25	0,75
283	124	LUCAS MURILO DEITOS	52328180	2,50	1,25	0,75
284	705	RODRIGO ERHARDT	2.311.175	2,50	1,00	1,50
285	625	OVIDIO SEBOLD NETO	6479359	2,25	1,50	1,25
286	200	JECICA ALINE MEES MEDEIROS	5888183	3,50	1,00	1,00
287	563	NARA CAROLINE CAPISTRANO	4573650	3,50	0,75	0,75
288	735	RAQUEL STREY	5412493	3,25	1,25	0,75
289	428	ROMULO MUTSCHLER	5088184	3,25	1,25	0,75
290	277	DAIANE NUNES MELO DE JESUS BARROS	7414014	3,00	1,50	0,50
291	259	JOICE NEUBER	5307007	3,00	1,50	0,50
292	551	EVERTON MACHADO SANTANA	4171115	3,00	1,25	0,75

Clas	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG
293	807	JOAO PAULO ZELINDRO NETO	48332828	3,00	0,75	1,25
294	591	JANARA CAROLINE VIEIRA	4719972	2,75	1,50	1,25
295	342	MARA RAQUEL PIRES DE LIMA	4347876	2,75	1,25	1,00
296	92	ALVARO MADELA	54100194	2,75	1,25	0,75
297	309	JESSICA CAROLINA CEOLA	6133824	2,75	1,25	0,75
298	827	ALAN PERAZZOLI TORCATTO	5828486	2,75	1,25	0,75
299	783	CRISTIANI ZUNINO RODRIGUES	2626235	2,75	1,00	1,25
300	848	IGOR ANTONIO TOBIA	7008037	2,75	1,00	1,25
301	399	RICARDO LUIS NECKEL	4719040	2,75	1,00	1,00
302	140	MARIANI SALAZAR DA SILVA	5880692	2,75	1,00	1,00
303	111	JOICE DA SILVA PRIM	3833438	2,50	1,50	0,75
304	535	ISADORA LUISA CAVILHA RAMOS	5578767	2,50	1,25	1,25
305	760	DIANDRA MOMM SCHMIDT	5009560	2,50	1,00	1,50
306	730	HELOYSE CORDOVA LOTTIN	4233747	2,25	1,75	1,25
307	412	ALINE SILVA DE FIGUEIREDO	53795512	2,25	1,50	1,50
308	106	TAINA LUANA VALLE	5654383	2,25	1,50	1,00
309	577	GABRIEL MORAES FELIPE	6190002	2,00	1,50	1,50
310	734	NADIA NAJARA FURLANI	3980467	3,25	1,00	0,75
311	895	CRISTIANO DE OLIVEIRA THIEL	4403121	3,00	1,50	0,50
312	170	MARCIA RODRIGUES DE OLIVEIRA	699667	3,00	1,50	0,50
313	817	MILENE ADRIANA SOARES	1109966919	3,00	1,25	1,00
314	743	EDUARDO MENSLIN	4486469	3,00	1,00	1,00
315	444	MAIKELI TESSARO DERESCH	5408440	2,75	1,75	0,50
316	278	FRANCIENE MARQUES VIEIRA	3607437	2,75	1,25	1,00
317	77	EUNICE MARA MORAES WOLFF	1960553	2,75	1,25	1,00
318	156	ELISANGELA POLETO DOS SANTOS	5088964	2,75	1,25	1,00
319	592	CAROLINE FACHINI	4431334	2,75	1,25	0,75
320	320	KARINA LETICIA MACHADO	2230448	2,50	1,50	0,75
321	612	LUIS CARLOS BONEZZI	1676610	2,50	1,25	1,50
322	179	LUCIANE DE SOUZA DA SILVA DE OLIVEIRA	5088731	2,50	1,25	1,00
323	381	NATALIA MARA KNEIDL	4691753	2,50	1,25	0,50
324	403	ANA BEATRIZ GUIMARAES	6257712	2,50	1,00	1,25
325	635	HELOISA MAY FERMINO	6712452	2,50	1,00	1,00
326	58	LUCAS FACHINI	5815206	2,25	1,25	0,50
327	401	MAIARA DE SOUSA KLETTENBERG	5261130	2,25	1,00	1,25
328	498	MOACYR MERICO PINHEIRO JUNIOR	4347751	2,00	1,50	1,50
329	247	CINTIA ESSER	4740260	3,25	0,75	0,75
330	902	RODRIGO PRESOTTO	5238081	3,00	1,00	0,25
331	818	LUCILEIDE MEURER	5142425	2,75	1,25	0,75
332	468	SERGIO CASSIMIRO DE OLIVEIRA	625010	2,75	1,25	0,50
333	628	THIAGO GOIS	10216452	2,50	1,25	1,25
334	483	EVERTON WERNER ROCHA	4267006	2,50	1,25	1,25
335	907	PAOLA FERNANDA BORBA	5888282	2,50	1,25	0,75
336	883	WILLIAM PHELIPE VIEIRA	4751514	2,50	1,25	0,75
337	160	TANIA BOELL	4.431.788	2,50	0,75	1,25
338	684	ISABELA KUHL	5088359	2,25	1,25	1,00
339	366	TACIANE LIPPEL	5261355	2,00	1,50	1,00
340	784	ESTEFANI RAQUEL JOCHEM	6072483	2,00	1,25	1,25
Rep.	45	STHEFANIE REGINA BRAATZ	5.815.464	3,00	1,00	0,25
Rep.	731	MARJORIE SANTOS DO NASCIMENTO	1098241464	2,75	1,25	0,50
Rep.	704	JULIA VONBEMMEL	5379002	2,50	1,25	1,00
Rep.	661	ROBERLANDIA FERREIRA DE ANDRADE	7023678	2,50	1,25	0,75

Clas	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG
Rep.	835	PAULO ROBERTO SANTOS RIBEIRO	1029449269	2,50	1,25	0,75
Rep.	485	DEBORA FUCK	4719973	2,50	1,25	0,50
Rep.	180	MAISA FERNANDA MARCIANO	50888781	2,50	1,00	1,00
Rep.	560	MICHAEL DOS REIS	5.261.782	2,50	1,00	0,75
Rep.	410	MIDIA FRANZ	6058559	2,25	1,25	1,00
Rep.	825	LARISSA MAEBERG PADILHA	49329405	2,25	1,25	1,00
Rep.	598	TATIANE TAIS ANDRADE	52619443	2,00	1,25	1,00
Rep.	852	DAIANE RUOFF	4088720	2,00	1,25	1,00
Rep.	316	ALEXANDRE LUIZ COELHO	5379695	2,00	1,00	1,25
Rep.	246	ELUANA PEDROSO KRUGER	4431931	1,50	1,75	1,00
Rep.	298	ALAN APARECIDO DE ALMEIDA	337642102	3,00	1,25	0,00
Rep.	786	BRUNA CESTONARO DO NASCIMENTO	4745484	2,75	0,75	0,75
Rep.	102	LIZIANE FERREIRA DA SILVA	9179055	2,50	0,75	0,50
Rep.	436	VITOR EMANOEL FELIPONI SILVA	4.833.485	2,25	1,75	0,00
Rep.	360	GUSTAVO DA SILVA	5869469	2,25	1,50	0,50
Rep.	565	SIMONE FERNANDES SANTOS GASPARINI	4722300	2,25	1,25	0,75
Rep.	627	CILENE STREY	4342568	2,25	0,75	1,00
Rep.	373	CRISTIANE CONCEICAO ROSA	441481991	2,25	1,00	0,75
Rep.	175	GEZIANE VITORINO DOS SANTOS	4705944	2,25	0,75	1,00
Rep.	71	MARCIA EGIDIO	2339657	2,00	1,00	1,00
Rep.	12	EVANDINA TOASSI ZANIZ	2.621.611	2,00	0,75	1,00
Rep.	534	ANDERSON EZEQUIEL DA LUZ	4403468	1,25	0,75	1,50
Rep.	708	CHALANA RODRIGUES	5.888.034	1,75	1,25	0,50
Rep.	542	CRISTIANE ALEXANDRE	5.368.710-8	1,25	1,00	0,50
Rep.	18	GABRIEL MATHIAS HARDT	50882155	-	-	-
Rep.	21	MARCOS ANDRINO MAFRA	4932070	-	-	-
Rep.	42	VANESSA EYERKAUFER	5175418	-	-	-
Rep.	47	ALESANDRA FRANZEN	5456839	-	-	-
Rep.	65	PATRICIA CRISTINA ZANCANARIO GILZ	4171081	-	-	-
Rep.	87	LUCIMAR FABIANE SCHNEIDER	4097445	-	-	-
Rep.	89	ALLAN RODRIGO CAETANO	5453893	-	-	-
Rep.	97	GEICE CAROLINE LAURETH ANDRADE	5142882	-	-	-
Rep.	99	ALAN CARLOS ANDRADE	4691204	-	-	-
Rep.	101	FABIO SADLOWSKI	6132621	-	-	-
Rep.	133	ALEX JEREMIAS	50097717	-	-	-
Rep.	141	GABRIELA TAYSE LONGO	5.888.825	-	-	-
Rep.	168	DAGMARA HOEPERS	4725873	-	-	-
Rep.	191	JOSEANE DUMES	44042019	-	-	-
Rep.	192	GISELE DOS SANTOS	4347157	-	-	-
Rep.	194	JAISON ROSSA	3980685	-	-	-
Rep.	199	ANDYARA FORMONTE VIGNOLA	47283009	-	-	-
Rep.	204	ELISANDRA SCHMITZ	5815271	-	-	-
Rep.	205	RAQUEL FRONZA	4691248	-	-	-
Rep.	206	ELISA GABRIELA ROUSSENQ	2912912	-	-	-
Rep.	208	CAMILA BECTOLD	5012520	-	-	-
Rep.	211	CRISTIAN FRANC WESSNER	4719472	-	-	-
Rep.	222	ANA CAROLINA THIESEN	5012920	-	-	-
Rep.	226	JEFERSON OTAVIO LIMA BENTO	4475265	-	-	-
Rep.	258	VINICIUS MAY	6338465	-	-	-
Rep.	272	JULIA LARISSA ROCHA SANTOS	33861935	-	-	-
Rep.	274	SCHAIRA SERPA	4740899	-	-	-
Rep.	279	ELANE SUELEN DA SILVA HOLANDA	6237959	-	-	-

Clas	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG
Rep.	307	LARISSA DORING	6564529	-	-	-
Rep.	336	ISIS CAROLINE SOUZA HOFFMANN	53540620	-	-	-
Rep.	351	FRANCIANE MAIRA DOS SANTOS	4833735	-	-	-
Rep.	352	CRISTIANI HANG STOLL	4833144	-	-	-
Rep.	357	VIVIANI SIPRIANI WILLEMANN	43904610	-	-	-
Rep.	371	RODRIGO ROBERTO COELHO	4475404	-	-	-
Rep.	380	LAIZA KETLHYN ZACARIAS PIEDADE	6276826	-	-	-
Rep.	383	EDUARDO FRANSCISCO SCHWAMBACH KAMMERS	4691600	-	-	-
Rep.	394	ERNANI AUGUSTO BONFANTE	54509599	-	-	-
Rep.	396	SUELI MARIA ALVES	10333207	-	-	-
Rep.	431	JANAINA TAMARA PEREIRA	5061631	-	-	-
Rep.	490	DEBORA DE OLIVEIRA	6082759	-	-	-
Rep.	494	ALEXANDRE BADZIAK	47458070	-	-	-
Rep.	497	JEAN MAESTRI RUOFF	4024822	-	-	-
Rep.	509	LUCIANA GAUCHE LOPES	18915418	-	-	-
Rep.	514	ISABEL CRISTINE ARNDT	48336033	-	-	-
Rep.	543	DIEGO DA SILVA	4834999	-	-	-
Rep.	557	UESLEI JOSE MACHADO	1281267	-	-	-
Rep.	572	KELLI CRISTINA DALMOLIN	48331686	-	-	-
Rep.	582	CLARICE SCHNEIDER ANGELO	4280961	-	-	-
Rep.	587	RAFAELA HAMMES DEPINE	5412138	-	-	-
Rep.	593	VANESSA MARANGONI GALISA	4394271	-	-	-
Rep.	594	JOCIANA MARCHI	4251680	-	-	-
Rep.	629	MARISA MARTINS	35120495	-	-	-
Rep.	632	MICAEL MIRANDA	6906175	-	-	-
Rep.	641	KIMBERLY BACHMANN	6453051	-	-	-
Rep.	652	ARON AIRTON DOS SANTOS	5578175	-	-	-
Rep.	660	VIVIANE VIEIRA	4833056	-	-	-
Rep.	666	LUCIANA BACCA ECKELI	24760978	-	-	-
Rep.	676	NAIARA BROCKVELD DOS SANTOS	6232375	-	-	-
Rep.	683	VANESSA VOELKEL	5578982	-	-	-
Rep.	685	MARCIO ANDRE DA ROSA	4154564	-	-	-
Rep.	686	ARIANE BONA	4.935.329	-	-	-
Rep.	689	DANIELA LATRONICO	3028009	-	-	-
Rep.	696	ANDIARA PISETTA MOTA	4475113	-	-	-
Rep.	710	EDMEA MARIA JULIO	10594560	-	-	-
Rep.	717	REGINA TIBA BASTOS	3.459.592	-	-	-
Rep.	750	TATIANA DE SALLES	6812423	-	-	-
Rep.	759	VALMIR DE CAMPOS ROCHA	4204157	-	-	-
Rep.	766	MARINA PANDINI	5.012.905	-	-	-
Rep.	768	ANGELICA BRESCIANI POLEZO	4784018	-	-	-
Rep.	774	EDUARDO PEREIRA DOS SANTOS	4341092	-	-	-
Rep.	776	CAROLINA ROPKE DE ARAUJO	3732299	-	-	-
Rep.	777	ALEXANDRE CESAR ROPKE	1893287	-	-	-
Rep.	789	JOAO ANTONIO LAURINDO	5379188	-	-	-
Rep.	797	LIAN DEMARCHI	4347883	-	-	-
Rep.	802	JAQUELINE XAVIER	6.479.532	-	-	-
Rep.	822	FLAVIA CAROLINE BUSANA	3395301	-	-	-
Rep.	824	RAQUEL LINZMEYER	5588939	-	-	-
Rep.	830	CRISTINA MIGUEL	4423788	-	-	-
Rep.	851	JONEI CARVALHO DA SILVA	4486034	-	-	-
Rep.	879	STEPHANY CLASEN ESTEVES RADEL	6646722	-	-	-

Clas	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG
Rep.	886	DALTON LUIS D ACAMPORA MARTINI	4068997	-	-	-
Rep.	887	JULIANA MARIA LOPES	4475541	-	-	-
Rep.	889	EDSON STOFELA	42036755	-	-	-
Rep.	904	MAIARA GESSNER	4403450	-	-	-
Rep.	911	JONAS GALS	44039450	-	-	-
Rep.	921	ROSEANE WEIRICH	5670627	-	-	-
Rep.	924	MORGANA DE SOUZA	5.872.537	-	-	-

## ASSISTENTE SOCIAL

Clas	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG
1	752	ISOLETE VENTURI CUNHA	1226699	4,50	1,25	1,50
2	13	ARIANE VIEIRA MUNIZ CHUPEL	44964676	4,50	1,50	1,25
3	5	SANDRA MARLI BUTTEI	1.486.349	4,00	1,50	1,50
4	197	IZALENE THEISS DA ROSA	866840	4,50	0,75	1,25
5	657	ELISABETE ITAJIBA	826424	4,00	1,50	1,25
6	6	SHANNA WOLFF SIEVES	4068819	4,25	1,25	1,25
7	480	RAFAELA CAROLINA FERREIRA	4691399	3,75	1,75	1,00
8	693	MACILDA REICH BONI	2629760	4,25	1,00	1,50
9	863	PATRICIA ISABEL DOS SANTOS	5589775	4,25	1,50	0,75
10	378	PAMELA DA ROSA OURIQUES DEMARCHI	6230936	4,00	1,00	1,25
11	433	ADELIA DE SOUZA	2709137	4,00	1,00	1,00
12	799	DEBORA DE OLIVEIRA MARCELINO BARBOSA	4475058	3,50	1,25	1,25
13	588	ROSELI MARINHEIRO DELINO	3394073	3,50	1,25	1,00
14	335	NATALIA CERETTA BARP	4.611.319	3,75	1,25	1,00
15	224	ANDREIA STEGEMANN	39303314	4,25	1,00	0,75
16	287	STHEFANYE MACHADO NORONHA TRAJANO SCHMIDT	5578649	3,75	1,00	1,25
17	346	SONIA APARECIDA BATISTA RIBEIRO MARCONI	11055197	3,25	0,75	1,25
18	395	ROSEMERI WEINRICH	29686172	3,00	1,25	1,00
19	834	TAYTA CRISTINA GOETTEN	4.431.999	3,00	0,75	0,75
Rep.	753	ROSIELE DO ROCIO MATOS	6.190.698	3,25	0,25	0,75
Rep.	539	FERNANDA LEAL	4603805	2,75	0,75	0,75
Rep.	150	CLEUSA SCHMUELLER	2627961	2,50	0,50	1,00
Rep.	19	JULIANA BATISTI	3254226	2,50	0,25	0,50
Rep.	37	JONES ANDERSON STAHNKE	4431778	1,50	0,50	1,00
Rep.	868	DAIANA TENFEN ANGELO	4234299	-	-	-

## ENFERMEIRO

Clas	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG
1	308	FLORISVALDO KNEIDL	2123258-0	4,50	1,75	1,50
2	17	SANDRA APARECIDA SEBOLD	2739109	4,50	1,25	1,25
3	280	WALQUIRIA KARSTEN	2625129	4,75	1,00	1,25
4	507	DAIANNY CARVALHO VAZ	524178811	4,75	1,00	1,25
5	286	GEOVANA TELES MICHIELIN	3479365	4,75	1,00	1,00
6	712	SILVANA FRANCELINA DOS SANTOS AUGENSTEIN	2474770	4,25	1,00	1,25
7	217	BRUNA VALLE	52618293	4,75	0,50	1,25
8	418	MORGANA CRISTINA NETO	4342064	4,50	1,00	1,00
9	105	ALEX CESAR FRANCESCHI	3607538	4,25	1,00	1,50
10	470	CRISTILANE TUON	3453599	4,50	0,75	1,25
11	126	BRUNA CORREA VAZ	1549581	4,00	1,25	0,75
12	555	DEISE CRISTINA TONET	5772999	4,75	1,25	0,75
13	607	SULIANE NOVAIS CHARNESKI MENDES	94403758	3,75	1,00	1,00
14	354	CAMILA VENDRAMIN	5412288	3,75	1,00	1,00
15	302	VIVIAN FRANCESCHET	4216846	4,25	0,50	0,75



Clas	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG
16	804	ANDREIA FERNANDA MORAES SERRA	59632965	4,25	0,50	0,50
17	713	KETLYN ANTUNES BATISTA	5866787	4,00	1,00	1,00
18	841	ANNA CLARA BUCCO OLIVEIRA	5085206323	4,00	0,50	1,00
19	462	DANIELA FERNANDES GOEDE	4642565	3,50	0,75	1,25
20	158	MARIANE PANDINI	4403883	4,25	1,00	0,50
21	894	PAOLA MARITSSA DACOL	5654384	3,75	1,00	0,50
22	469	PATRICIA MACHADO DOS SANTOS	5673674	3,25	0,75	0,75
23	630	JULIA SEBOLD	4573539	3,75	1,25	0,25
24	35	JANICE DA CUNHA	4374293	3,75	0,75	0,75
25	61	FABIANA TINTI	36745278	3,50	1,00	0,75
26	749	ANE MARI DE MARAFIGO LUCRECIO	30432073	3,25	0,75	0,75
Rep.	22	DAIANA PEZENTI	5071262-4	-	-	-
Rep.	59	TRAUDI SCHAFFER SANTANA	2.046.595	-	-	-
Rep.	122	KARINA DAROLT NASCIMENTO DA CUNHA	4745440	-	-	-
Rep.	261	MARIANA KROMBAUER	8092765828	-	-	-
Rep.	606	CAMILA BECKER	4690186	-	-	-
Rep.	816	GISELE MOREIRA KRUGER	4127138586	-	-	-
Rep.	862	GEANE PAULA MOMM SENEM	2475280	-	-	-
Rep.	865	MARCIA DETE SEBOLD MEES	1678795	-	-	--

## FARMACÊUTICO

Clas	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG
1	24	SIMONE KOBE DE OLIVEIRA	4070662962	3,50	1,75	1,50
2	926	RODOLFO OLIVEIRA MAZIERO	3086686965	3,50	1,25	1,25
3	568	JACKELINE FERNANDA CEOLA SCHWAMBACH	5654127	3,25	1,00	1,50
4	503	MIRELLA UNEIDA COLLODETTI	3021877	3,00	1,25	1,25
5	186	LUALIS EDI DE DAVID	4163879	3,00	1,25	1,25
6	810	DAYANE FRANCA	5895518	2,75	1,25	1,50
7	899	JESSICA CRISTINA FELDHAUS	5670080	2,75	1,50	1,00
8	139	JANINE BARCELOS GONZATTO	8089939436	2,50	1,25	1,50
9	690	PRISCILA DIANE SCHMITT NASCIMENTO	79905666	2,50	1,00	1,50
10	55	EDUARDO HEINEN	4347164	2,50	1,00	1,50
11	745	ALINE DA SILVA	454785586	2,00	1,50	0,75
12	107	LETICIA MARA PISETTA	4394474	2,25	0,75	1,50
13	508	ANA PAULA BEBER	4740104	3,00	0,75	1,00
14	365	FERNANDA REGINA KUHLE	44031017	2,50	1,00	0,75
Rep.	100	VANDERLEIA DE MORAES	5393807	2,00	0,75	1,25
Rep.	15	IDILAINE CUSTODIO DOS SANTOS	4404382	1,50	1,00	0,75
Rep.	831	MORGANA TURAZZI BUSSOLO	5725649	1,50	0,50	1,25
Rep.	788	JULIANA MACHADO SEBOLD	4.011.661	1,50	0,75	0,50
Rep.	695	WESLEY HENDRIK MACEDO	7201315			

## MÉDICO PSIQUIATRA

Clas	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG
1	847	CAROLINA SILVA SCHIEFFELBEIN	1086743497	3,25	1,75	1,25

## TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Clas	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG
1	116	MAYARA JULIANA DE SOUZA	4833423	4,50	2,00	0,75
2	402	SIGMAR SCHULTZ	4.234.019	4,25	1,50	1,25
3	736	MERE ELLEN BELLO	3745454	4,00	1,50	1,25
4	172	ANTONIO OLMIRO AVILLA CARPES	50887718	4,00	1,25	1,25

Clas	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG
5	26	SANDRA REGINA VIEIRA	2499583	3,50	1,75	1,50
6	38	FLAVIA TATIANE COSTA	3675670	4,00	1,75	0,75
7	737	CRISTIANE CIRICO DOS ANJOS	3273693	4,00	1,25	1,50
8	790	MICHAEL JOSE PACHECO CALIXTRO	4093646	4,00	1,25	1,50
9	798	JANI GRACIELI HOFFMANN BRUDER	5307051	4,00	1,25	1,25
10	80	MILENA SEHNEM	4691251	3,75	1,00	1,50
11	137	GISELE ELOA NEVES	3732707	3,50	1,50	1,25
12	569	MARI CRISTIANE RAMOS	3820142	3,50	1,50	1,00
13	550	JULIANA KAMMERS	3741001	3,25	1,75	1,50
14	447	JACKSON SCHNEIDER	4097016	3,25	1,50	1,50
15	519	ELIANE FERNANDES SANTOS	4364694	4,25	1,25	0,75
16	328	VILMA APARECIDA DE LIMA	3718929	4,00	1,25	1,00
17	329	ADEMAR ALVES DE LIMA	26687682	3,50	1,25	1,50
18	214	RUBIA DE FATIMA ROBRIGUES HOFFER	3717314	3,25	1,50	1,50
19	771	RUTI STEINICK	37188194	3,25	1,50	1,50
20	671	FRANCIELE DOLZAN	5088090	4,00	1,00	1,00
21	1	CHEILA CACIANA FEDER	4317063	4,00	0,75	1,00
22	36	DEIZIANE DE SOUZA DA SILVA	8081997838	3,75	1,25	1,00
23	580	GISELE NITZ	3993482	3,50	1,50	1,25
24	326	CAMILA BORBA	5.844.949	3,50	1,00	1,50
25	405	DIVA PERTUZZATTI	2322127	3,50	1,00	1,25
26	604	MARIA LUIZA KNISS	4390476	3,25	1,25	1,00
27	702	MAURILIA APARECIDA MACHADO	2267939	3,50	1,75	0,75
28	30	MARIA LUCIMAR VAZ	1919014	3,50	1,25	1,00
29	578	ADRIANA FERNANDES DOS SANTOS	4364487	3,00	1,25	1,50
30	562	MICHELE APARECIDA PREIS SCHOTTEN	4486960	3,00	1,25	1,25
31	585	SIMONI KLAUMANN	49323938	2,75	1,25	1,50
32	767	VALESCA BOEING	5412443	3,50	1,25	1,00
33	699	LUCIA HELENA GARCIA	7R/2.627126	3,50	1,00	1,25
34	761	BRUNA LARISSA MULLER PAULITISKY	5196393	3,50	1,00	1,00
35	800	REJANE SCHOULTEN MULLER	3572723	3,25	1,25	1,25
36	299	SANDRA REGINA SANGIOVO MASSOCO	6005806	3,25	1,25	1,00
37	237	ADELCHI DUFFECH	5.244.417	3,25	1,00	1,50
38	813	FERNANDA KRAUS	4399397	3,25	1,00	1,25
39	14	IARA SIQUEIRA GIRARDI	1679100	2,75	1,50	1,00
40	161	NOELLY PEREIRA	4691605	2,75	1,25	1,00
41	44	ODAIR JOSE CONSTANTINO	3161780	3,50	1,25	0,50
42	458	ODETE PAWLAK	4.706.061	3,25	1,25	1,25
43	876	ANA CLAUDIA SILVESTRIN	5195199	3,25	1,25	1,00
44	614	MARCIANE WOLF	3068677751	3,25	1,25	0,75
45	317	JANETE SEVERINO LUZ TOBIA	26251984	3,25	1,00	1,25
46	451	MARIA APARECIDA DE PAULA	7758491	3,25	0,75	1,00
47	227	GLAUCI HELENA TEODORO	3598707	3,00	1,25	1,25
48	691	ANELIA SHMIDT	7/c3243376	3,00	1,25	1,00
49	51	ANGELA BURATO SEIDE	26232197	2,75	1,25	0,75
50	185	CINTIA MORGANA DA ROCHA	42031117	2,75	1,00	1,25
51	821	CLEBER ROBERTO RODRIGUES	4.280.265	2,50	1,50	1,50
52	450	RITA DE CASSIA SOUZA COSTA	3241745	3,50	1,25	0,75
53	475	ELISABETE DA LUZ DAMAS	4178521	3,25	1,25	0,75
54	184	NOELIA APARECIDA WOLF	1034177	3,25	0,75	1,00
55	210	ANDREIA ROGERIA DE JESUS	3195981	3,00	0,75	1,25
56	842	RAQUEL CRISTINA MESSERSCHMIDT ESCOBAR	4016807051	2,75	1,50	1,00

Clas	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG
57	123	FABIANA BLEMER	3.211.599	2,50	1,50	0,75
58	770	MARLI TERESINHA ANDRADE	21R2254850	2,50	1,00	1,25
59	397	SILVIA TEREZINHA DE QUADROS	5037321981	3,25	1,25	0,25
60	85	JOCELIR BARBOSA COELHO	6072599	3,25	1,00	0,75
61	897	MARLIZETE PANDINI VOIGT	7203219	3,00	0,75	1,00
62	109	SUELI SHANE PEREIRA DOS SANTOS	50818813	2,75	1,75	0,50
63	640	MAYARA DOS SANTOS NOVAES DA SILVA	5427196	2,25	1,25	1,00
64	581	MAITE REGINA KRIEGER	4.233.855	2,25	1,25	1,25
Rep.	476	ELIZETI DA LUZ DAMAS	4300785	2,75	1,25	0,75
Rep.	461	KALINCA ALEXSSANDRA VOCKES	4666669	2,50	1,25	0,50
Rep.	692	MARCIA RODRIGUES	54516196	2,25	1,00	1,00
Rep.	484	ROVENI APARECIDA WERNER	3349344	2,25	0,75	1,25
Rep.	241	MONIQUE FERREIRA GONSAGA	4404336	2,00	1,50	1,00
Rep.	333	CLARICE CARVALHO DOS ANJOS	4097891	2,50	1,25	0,75
Rep.	419	GEISLE DOS ASNTOS	3163122	2,50	1,00	1,00
Rep.	769	CIRLENE SCHETZ	3.890.521	2,50	1,00	0,75
Rep.	429	TAMIREZ MATHEUS	4200382	2,25	1,00	1,00
Rep.	169	ELIANE ARNDT	3766300	2,25	0,75	1,00
Rep.	638	DORACI TERESINHA DE MOURA	2917636	1,75	1,00	0,50
Rep.	264	VERONICA DE FATIMA ALVES DOS SANTOS	4481259	-	-	-
Rep.	284	TANIA REGINA COELHO	3732485	-	-	-
Rep.	323	KEYLA CASSIANY FERREIRA	52596095	-	-	-
Rep.	522	IVANIR PEREIRA	2126253	-	-	-
Rep.	597	ZELIR FRANCISCA BEZERRA KREUSCH	1899442	-	-	-
Rep.	605	JANE APARECIDA DALLEPIANE HEUSSER	6133113	-	-	-
Rep.	762	CARLA DIAHYR DE OLIVEIRA	2442932	-	-	-

\*Class = Classificação Final;

\*Insc = Número de Inscrição;

\*ESP = Nota correspondente às questões Específicas para o Cargo;

\*LP = Nota corresponde às questões de Língua Portuguesa;

\*CG = Nota corresponde às questões de Conhecimentos Gerais/Atualidades;

\*MAT = Nota corresponde às questões de Matemática/Raciocínio Lógico;

\*Nota = Nota correspondente à soma de todas as questões da Prova Escrita;

\*Rep. = Reprovado.

## DECRETO Nº 4702, DE 13 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 4702, de 13 de maio de 2015

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2015."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 10.520/02.

### DECRETA

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado do Pregão Presencial nº 043/2015, de 23.03.2015, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- CELIA REGINA W. SANI - ME

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

13 de maio de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul.

REGINA GARCIA FERREIRA  
Secretária Municipal de Educação

ANEXO AO DECRETO Nº 4702/2015

Pregão Presencial nº 043/2015, de 23.04.2015.

Objeto da licitação: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA PARA OS C.E.I. AUGUSTO BOSCO E ROMÃO TRAUSCINSKY. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Participantes:

- IND. E COM. DE MÓVEIS LUNELLI LTDA - ME;
- CÉLIA REGINA W. SANI – ME;
- TODT COMERCIAL LTDA – ME;
- ITECC CONSULTORIA E GESTÃO DO CONHECIMENTO;
- MD MÓVEIS SOB MEDIDA – MARIO MARIAN ME;
- ALA COMERCIO LTDA ME;
- GISIANE MATILDE VIEIRA ME;
- COMERCIAL MENELLI LTDA EPP.

Decisão: Pelo critério menor preço global, a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor os licitante:

- CELIA REGINA W. SANI – ME.

### **DECRETO Nº 4703, DE 13 DE MAIO DE 2015.**

DECRETO Nº 4703, de 13 de maio de 2015

“HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE Nº 052/2015”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso VI, artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º-	Fica homologado de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado da Carta Convite nº 052/2015, de 30.04.15, cujo resumo está representado no Anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:  - CONSTRUTORA GUTJAHR LTDA.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

13 de maio de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

REGINA GARCIA FERREIRA  
Secretária Municipal de Educação

ANEXO AO DECRETO Nº 4703/2015

CARTA CONVITE Nº 052/2015, de 30.04.15.

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DA RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL DO IMÓVEL ONDE FUNCIONAVA O CENTRO EDUCACIONAL SEBASTIÃO BACK, TRAVESSA HENRIQUE CONICK, 40 – JARDIM AMÉRICA. SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO.

Empresas Convocações:

- VILSON VANSUITEN ME;
- CONSTRUTORA GUTJAHR LTDA;
- ORBIS ENGENHARIA EIRELI ME;
- CONSTRULACER COM. E CONSTR. LACERDÓPOLIS LTDA;
- CONSTRURIO EMPREITEIRA DXE MÃO DE OBRAS LTDA;
- DALCIR CATAFESTA ME.

Decisão: Pelo critério de menor preço a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

- CONSTRUTORA GUTJAHR LTDA.

### **DECRETO Nº 4704, DE 14 DE MAIO DE 2015.**

DECRETO Nº 4704, de 14 de maio de 2015

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE Nº 050/2015".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso VI, artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º-	Fica homologado de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado da Carta Convite nº 050/2015, de 27.04.15, cujo resumo está representado no Anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:  - DALCIR CATAFESTA ME.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

14 de abril de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

NICANOR GABRIEL ALEGRI

Secretário de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente.

ANEXO AO DECRETO Nº 4704/2015

CARTA CONVITE Nº 050/2015 de 27.04.2015

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COM EQUIPAMENTOS PARA EXECUÇÃO DE DEMOLIÇÃO COMPLETA E REMOÇÃO DOS MATERIAIS E COBERTURAS EXISTENTES NOS LOTES DE MATRÍCULAS 39078, 8265, 8263 E 8262, SITUADA NA RUA RUY BARBOSA, 1051, BAIRRO SUMARÉ.

Empresas Convidadas:

- CONSTRURIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRAS LTDA;
- WALTER REICHERT & CIA LTDA ME;
- CONSTRUTORA GUTJAHR LTDA;
- KSB TRANSPORTE E OBRAS LTDA ME;
- TERRAPLENAGEM CORREA LTDA ME;
- DALCIR CATAFESTA ME.

Decisão: Pelo critério de menor preço a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

- DALCIR CATAFESTA ME.

### **DECRETO Nº 4705, DE 15 DE MAIO DE 2015.**

DECRETO Nº 4705, de 15 de maio de 2015

"CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE CONCURSO INTERNO DE REMOÇÃO – MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 075 de 20/11/2001 e suas alterações posteriores e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

DECRETA:

Art. 1º- Fica constituída a Comissão Especial de Concurso Interno de Remoção – Magistério Público Municipal, integrada pelas Srs. Givanildo Silva, Maristela Regina Balbinot, Débora Roiwas, Marli Kanitz Munzfeld e Sandra Aparecida Dela Justina para, sob a Presidência do primeiro, coordenar todas as etapas do Concurso Interno de Remoção – Edital nº 001/2015, inclusive realizar o julgamento de quaisquer recursos referentes ao Concurso Interno.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

15 de maio de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO Prefeito do Município de Rio do Sul.

### **DIANDRA ROCHA ZUCATELLI - 2º TERMO ADITIVO**

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 245/2015, firmado em 24/02/2015, com término previsto para 28/05/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DIANDRA ROCHA ZUCATELLI, portador(a) do CPF nº 078.104.379-41, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 245/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 245/2015, iniciando-se a prorrogação em 29/05/2015 e encerrando-se em 27/07/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 28/05/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

DIANDRA ROCHA ZUCATELLI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

### **EDITAL DE ALTERAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 054/2015**

EDITAL DE ALTERAÇÃO

O Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, comunicam aos interessados que fica alterado a redação dos itens 7.1.1- DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA e 1.2 – ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS e – CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES, que passam a ter a redação abaixo, permanecendo inalteradas os demais itens:

#### **7.1.1- DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

Passa a ter as alíneas "f" e "g"

"f - O licitante que cotar os itens denominados nesta alínea deverá apresentar prova de inscrição da empresa junto ao CREA e um laudo do ensaio de resistência a compressão diametral (ensaio dos três cutelos) expedido por um laboratório e assinado por um profissional habilitado. O laudo deve estar em nome do licitante fornecedor. (itens 26 ao 43 – Tubos de Concreto)."

"g - Apresentar um laudo técnico de resistência das lajotas, (item 11) fornecido por órgão competente, obedecendo a NBR 9781 – peças de concreto para pavimentação."

1.2 – ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 01/06/2015, às 08:30.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 08:30h do dia 02/06/2015

Rio do Sul, 18 de maio de 2015

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul



**ELIZA HELENA AREIAS GOMES - 1º TERMO ADITIVO**

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 271/2015, firmado em 09/04/2015, com término previsto para 12/05/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELIZA HELENA AREIAS GOMES, portador(a) do CPF nº 042.801.589-16, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 271/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 271/2015, iniciando-se a prorrogação em 13/05/2015 e encerrando-se em 10/07/2015."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 11/05/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ELIZA HELENA AREIAS GOMES

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**GISELE PEREIRA - 1º TERMO ADITIVO**

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 273/2015, firmado em 17/04/2015, com término previsto para 19/05/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) GISELE PEREIRA, portador(a) do CPF nº 412.315.658-45, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 273/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 273/2015, iniciando-se a prorrogação em 20/05/2015 e encerrando-se em 07/08/2015."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18/05/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

GISELE PEREIRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**INES FORNARA DALL OGLIO - 2º TERMO ADITIVO**

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 218/2015, firmado em 04/02/2015, com término previsto para 04/05/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) INES FORNARA DALL OGLIO, portador(a) do CPF nº 824.284.099-72, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 218/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 218/2015, iniciando-se a prorrogação em 05/05/2015 e encerrando-se em 03/07/2015."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 01/05/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

INES FORNARA DALL OGLIO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**JANAINA SENS EICHHOLZ - 2º TERMO ADITIVO**

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 184/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 22/05/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JANAINA SENS EICHHOLZ, portador(a) do CPF nº 059.354.359-93, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 184/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 184/2015, iniciando-se a prorrogação em 23/05/2015 e encerrando-se em 24/06/2015."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 21/05/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

JANAINA SENS EICHHOLZ

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**JAQUELINE DA LUZ DEMETRIO - 3º TERMO**

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 230/2015, firmado em 06/02/2015, com término previsto para 06/05/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JAQUELINE DA LUZ DEMETRIO, portador(a) do CPF nº 082.962.939-43, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 230/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 230/2015, iniciando-se a prorrogação em 07/05/2015 e encerrando-se em 03/06/2015."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/05/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

JAQUELINE DA LUZ DEMETRIO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**JOICE MARA SCHMITZ - 1º TERMO ADITIVO**

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 272/2015, firmado em 13/04/2015, com término previsto para 13/05/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JOICE MARA SCHMITZ, portador(a) do CPF nº 066.080.189-24, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 272/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 272/2015, iniciando-se a prorrogação em 14/05/2015 e encerrando-se em 22/07/2015."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 11/05/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

JOICE MARA SCHMITZ

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**MARAISA BARBARA FAGUNDES LEAL - 1º TERMO ADITIVO**

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 268/2015, firmado em 07/04/2015, com término previsto para 07/05/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARAISA BARBARA FAGUNDES LEAL, portador(a) do CPF nº 009.713.519-45, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 268/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 268/2015, iniciando-se a prorrogação em 08/05/2015 e encerrando-se em 17/07/2015."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/05/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

MARAISA BARBARA FAGUNDES LEAL

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**MARCIA APARECIDA RIZZO - 1º TERMO ADITIVO**

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 270/2015, firmado em 08/04/2015, com término previsto para 08/05/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARCIA APARECIDA RIZZO, portador(a) do CPF nº 023.206.729-58, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 270/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 270/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/05/2015 e encerrando-se em 26/06/2015."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/05/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

MARCIA APARECIDA RIZZO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**MARIA ROSANE DA SILVA FIGUEIREDO - 2º TERMO ADITIVO**

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 251/2015, firmado em 04/03/2015, com término previsto para 04/05/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARIA ROSANE DA SILVA FIGUEIREDO, portador(a) do CPF nº 907.126.760-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 251/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 251/2015, iniciando-se a prorrogação em 05/05/2015 e encerrando-se em 03/06/2015."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 01/05/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

MARIA ROSANE DA SILVA FIGUEIREDO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**PORTARIA 0319/2015**

PORTARIA N. 0319/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonera a pedido, a partir de 13/05/2015, a servidora ADRIANA MARA SCHNEIDER, ocupante do cargo de provimento efetivo AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO, nos termos do Art. 39, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de maio de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Vmw

**PORTARIA Nº 0305/RH**

PORTARIA Nº 0305/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Alterar o Art. 1º da Portaria n. 0154/RH de 04/03/2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Determinar o ARQUIVAMENTO da Sindicância Administrativa n. 016/2014, instaurada para apuração dos fatos relatados no memorando SMA/GAB n. 081/2014, onde a servidora Valdete Maria Muniz do Amaral, em tese, teria transgredido o Art. 158, inciso I, da Lei Complementar n. 2017/2010, tendo em vista a regularização da situação junto ao INSS por meio do Procedimento Comum do Juizado Especial Cível anexado aos autos da referida Sindicância fls. 74 a 76."

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 11 de maio de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

**PREGÃO PRESENCIAL 056/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2015

OBJETO: Registro de preço para prestação de serviços através de locação de equipamentos diversos para atender a secretaria de obras.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 29/05/2015, às 09:00h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 11:00h do dia 29/05/2015, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 18 de maio de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

**ROSENEIDE APARECIDA DE MOURA - 2º TERMO ADITIVO**

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 252/2015, firmado em 05/03/2015, com término previsto para 04/05/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSENEIDE APARECIDA DE MOURA, portador(a) do CPF nº 970.102.279-34, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 252/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 252/2015, iniciando-se a prorrogação em 05/05/2015 e encerrando-se em 19/06/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 01/05/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ROSENEIDE APARECIDA DE MOURA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:



**SANDRA REGINA DOS SANTOS - 2º TERMO ADITIVO**

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 177/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 05/05/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SANDRA REGINA DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 792.087.899-34, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 177/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 177/2015, iniciando-se a prorrogação em 06/05/2015 e encerrando-se em 03/08/2015."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 04/05/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

SANDRA REGINA DOS SANTOS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**SCHEILA MARA BRESSAN - 1º TERMO ADITIVO**

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 269/2015, firmado em 08/04/2015, com término previsto para 08/05/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SCHEILA MARA BRESSAN, portador(a) do CPF nº 083.954.379-43, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 269/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 269/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/05/2015 e encerrando-se em 17/07/2015."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/05/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

SCHEILA MARA BRESSAN

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**TAINA DE SOUZA LOPES - 2º TERMO ADITIVO**

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 354/2014, firmado em 21/10/2014, com término previsto para 21/05/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) TAINA DE SOUZA LOPES, portador(a) do CPF nº 065.904.229-07, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 354/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 354/2014, iniciando-se a prorrogação em 22/05/2015 e encerrando-se em 20/07/2015."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 20/05/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

TAINA DE SOUZA LOPES

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**TAINARA CRISTINA VIEIRA KARSTEN - 1º TERMO ADITIVO**

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 267/2015, firmado em 07/04/2015, com término previsto para 06/05/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) TAINARA CRISTINA VIEIRA KARSTEN, portador(a) do CPF nº 075.470.149-25, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 267/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 267/2015, iniciando-se a prorrogação em 07/05/2015 e encerrando-se em 17/07/2015."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 05/05/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

TAINARA CRISTINA VIEIRA KARSTEN

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**TAYTA CRISTINA GOETTEN - 4º TERMO ADITIVO**

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 31/2015, firmado em 27/01/2015, com término previsto para 18/05/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) TAYTA CRISTINA GOETTEN, portador(a) do CPF nº 041.388.519-41, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 31/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 31/2015, iniciando-se a prorrogação em 19/05/2015 e encerrando-se em 17/05/2015."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 15/05/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

TAYTA CRISTINA GOETTEN

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**LEI Nº 5.595, DE 11 DE MAIO DE 2015**

LEI Nº 5.595, DE 11 DE MAIO DE 2015.

Dispõe sobre a fiscalização de todas as fases externas de licitação e execução de obras e serviços de engenharia do município de Rio do Sul.

PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL. Faço saber, nos termos do § 7º do artigo 26 da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal obrigado a encaminhar à Câmara Municipal todos os editais de licitação de obras e de serviços de engenharia cujos valores sejam iguais ou superiores a 50% do valor estipulado na alínea b, do inciso I, do art. 23 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

Parágrafo único. Os editais de licitação serão encaminhados à Câmara Municipal concomitantemente com a sua publicação oficial.

Art. 2º Caberá à Comissão Permanente de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal o acompanhamento de todas as fases externas da licitação para a verificação do cumprimento da lei 8.666 de 1993, bem como de todo o processo de execução de obra ou serviço de engenharia licitado.

Parágrafo único. A fiscalização buscará, de forma eficiente, a lisura e adequação legal, financeira e técnica de todo o processo da licitação até a entrega da obra.

Art. 3º Recebidos os editais de licitação, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento designará o vereador responsável pelo acompanhamento de todo o processo licitatório e executório da obra ou serviço de engenharia.

§1º Ao encontrar indícios de irregularidades, o vereador poderá solicitar à Comissão, através de requerimento escrito, o auxílio de profissional especializado para suporte técnico na elaboração do relatório final.

§2º O requerimento será inserido na Ordem do Dia da reunião de Comissão de Finanças e Orçamento subsequente à apresentação.



§3º Caso aprovado, por maioria absoluta, o requerimento será encaminhado à Mesa Diretora.

Art. 4º A Mesa Diretora apreciará o requerimento e decidirá pela sua contratação ou não, dentro de 10 (dez) dias.

Parágrafo único. Caso a Mesa Diretora decida pela não contratação, dará ciência justificada de sua decisão ao plenário, na primeira Sessão Ordinária subsequente ao indeferimento, cabendo ao plenário, por maioria absoluta, decidir sob o pedido.

Art. 5º Caberá ao vereador designado pela comissão e ao profissional especializado contratado, quando for o caso, fiscalizar a obra ou serviço de engenharia in loco, sempre que possível.

Art. 6º O vereador designado pela comissão, ao final dos estudos, deverá apresentar relatório detalhado da fiscalização, atentando-se para possíveis irregularidades, em especial:

I – orçamento básico com quantitativos superiores aos reais dos valores apurados no projeto;

II – orçamento básico não prevendo todos os serviços necessários à execução da obra ou contendo serviços não necessários;

III – valores de serviços estimados de forma global;

IV – sobrepreço dos itens do orçamento;

V – ausência de anotação de responsabilidade técnica (ART) para os orçamentos e projetos básicos;

VI – medição de serviços não executados;

VII – medição de serviços em percentual superior ao efetivamente executado;

VIII – incompatibilidade entre os serviços executados e o memorial descritivo e/ou projetos, face à verificação in loco de serviços executados com irregularidades, defeitos ou com materiais de qualidade inferior ao estatuído naqueles documentos técnicos;

IX – descumprimento de especificações técnicas pela alteração de

serviços sem a devida justificativa ou sem regularização por meio de Termo Aditivo;

X - inclusão de serviço mediante termo aditivo sem justificativa do quantitativo e/ou valor;

XI – atuação de Fiscal designado insuficiente para que a obra fosse executada com a perfeição técnica exigida no Contrato e Memorial Descritivo Fiscalização, configurando descumprimento ao Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

XII - falta de anotações da fiscalização no diário de obras;

XIII – descumprimento do cronograma constante no Edital;

§1º. As irregularidades observadas durante a fiscalização deverão constar no relatório final que, sendo aprovado por maioria simples na comissão, será encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado e à Controladoria Interna do Município para as medidas administrativas e penais cabíveis.

§2º O vereador deverá apresentar relatório parcial referente ao período acompanhado, no caso de desligamento da Comissão de Finanças e Orçamento antes do término do procedimento licitatório e executório da obra ou serviço de engenharia.

§3º Ocorrendo a hipótese descrita no §2º deste artigo, o Presidente da Comissão designará novo vereador para dar seguimento aos trabalhos.

Art. 7º Os custos decorrentes da contratação de profissional especializado correrão por conta de dotação própria da Câmara Municipal.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 11 de maio de 2015.

JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

### CONTRATO Nº.26/2015 FMS

CONTRATO Nº.26/2015, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, E DE OUTRO LADO, O (A) DAVI DOUGLAS HECKMANN VISANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM CONSULTAS/ATENDIMENTOS MÉDICOS EM CONSULTA ESPECIALIZADA EM ANGIOLOGIA, CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 32/2013, publicado no DOM/SC nº. 1287, de 24/07/2013, pgs. 285.

O município de Rio do Sul, pessoa jurídica de direito público, representado neste ato pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde, Dr. Luiz Carlos Zanis, com sede nesta cidade, na Rua Tuiuti, nº 154, Centro, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO e, Davi Douglas Heckmann inscrito (a) no CPF / CNPJ sob nº 040.695.509-33, residente / localizado no município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, doravante denominado CONTRATADO, celebram este TERMO DE CONTRATO, que reger-se-á sob as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objetivo a execução, pelo CONTRATADO, de serviços médicos em CONSULTAS/ATENDIMENTOS, para prestar atendimento ambulatorial aos usuários do SUS, conforme valor unitário e detalhamento abaixo:

Código	Descrição do Procedimento	Valor
0301010072	Consulta Médica em Atenção Especializada	30,00

Parágrafo Único – O serviço do CONTRATADO está referido a uma base populacional conforme Plano de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde/FMS, e será ofertado com base nas indicações técnicas do planejamento da saúde, mediante compatibilização das necessidades da demanda e a disponibilidade de recursos financeiros.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O serviço técnico referido na Cláusula Primeira será executado pelo (a) profissional médico (a) Davi Douglas Heckmann inscrito (a) no CPF

sob nº 040.695.509-33 com registro no conselho CRM-SC sob o nº. 16815, e deverá ser executado nas dependências físicas da Policlínica de Referência Regional

#### CLÁUSULA TERCEIRA – NORMAS GERAIS

Parágrafo Primeiro – O CONTRATADO não poderá cobrar dos pacientes, seus acompanhantes, seus responsáveis ou seus prepostos, qualquer valor ou complementação do valor pago pelo serviço técnico profissional prestado nos termos deste contrato.

Parágrafo Segundo – O CONTRATADO é responsável por qualquer cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante, por pessoa sua empregada ou por seu preposto, pela execução neste paciente do serviço técnico profissional objeto deste contrato.

Parágrafo Terceiro – Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercida pela Secretaria Municipal de Saúde/FMS sobre a execução do objeto deste contrato, os contraentes reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do Sistema Único de Saúde – SUS, decorrente da Lei Orgânica da Saúde.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Para o cumprimento do objeto deste contrato o CONTRATADO se obriga a oferecer ao paciente todo o recurso técnico profissional necessário ao seu atendimento.

Parágrafo Único – O CONTRATADO se obriga, ainda, a:

I – Manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes;

II – Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;

III – Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;

IV – Justificar ao paciente, ou ao seu responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato previsto no contrato;

#### CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONTRATADO

O CONTRATADO é responsável pela indenização de danos causados aos pacientes, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticados por ele, seus empregados ou seus prepostos, ficando-lhe assegurado o total acesso a todas as formas de defesa.

Parágrafo Primeiro – A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do SUS, não inclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo – A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por efeitos relativos a prestação de serviços nos estritos termos do art. 14 da Lei nº.8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

#### CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

A Secretaria Municipal de Saúde/FMS pagará mensalmente ao CONTRATADO, pelo valor total dos serviços efetivamente realizados durante o mês, multiplicando-se ao valor unitário de R\$ 30,00 (trinta reais) de acordo com a cláusula primeira.

Parágrafo Único – A alteração do limite financeiro poderá ser efetuado, em apenas e tão somente por comum acordo entre as partes, desde que haja demanda que as justifiquem.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas dos serviços realizados por força deste contrato correrão, no presente exercício, à conta de dotação consignada no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 40 Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.095 - BLATB – PAB FIXO – ATENÇÃO BÁSICA

Parágrafo Primeiro – O Ministério da Saúde, de acordo com as Portarias Ministerial nº. 2.801/98, Portaria/GM nº. 1.286, de 26/10/1993 e Portaria/MS/GM nº. 204, de 29/01/2007, é o órgão responsável pelo envio de recursos ao MUNICÍPIO, para o pagamento dos serviços objeto deste contrato.

Parágrafo Segundo – nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão à conta das dotações próprias que forem aprovadas para os mesmos.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço estipulado neste contrato será pago da seguinte forma:

I – O CONTRATADO encaminhará mensalmente os comprovantes dos atendimentos realizados ao setor competente da Secretaria/Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria até o (25º) dia útil do mês da prestação do serviço. Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle e Avaliação, o CONTRATADO receberá, 100% (cem por cento) do valor total do serviço produzido;

II – Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento nas contas, por culpa da SECRETARIA/FMS, esta garantirá o CONTRATADO o pagamento, no prazo avançado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior ao do processamento com problemas, acertando-se as diferenças que eventualmente ocorrerem no pagamento seguinte, mas ficando exonerado do pagamento de multas e sanções financeiras obrigando-se, entretanto, a corrigir monetariamente os créditos de outros acréscimos porventura incidentes nas diferenças apuradas em favor do CONTRATADO;

III – As contas rejeitadas, quanto ao mérito, serão objeto de análise pelo órgão de Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e passíveis de ressarcimento ao cofre público, respeitando-se o total acesso a todas as formas de defesa ao CONTRATADO.

IV – O pagamento será feito mediante a apresentação da Nota Fiscal eletrônica, onde será informado ao Contratado o valor correspondente ao faturamento do mês em conta corrente do contratado.

#### CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE DO PREÇO

Os valores estabelecidos na Cláusula Sexta poderão ser reajustados, desde que haja entendimento entre as partes, e independem de termo aditivo, sendo, necessário anotar no processo administrativo da SECRETARIA/FMS a origem e autorização do reajuste.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR

Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria, o CONTRATADO receberá da Secretaria Municipal de Saúde, 100% (cem por cento) do valor total dos serviços/atendimentos realizados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, AUDITORIA, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO.

A execução do presente contrato será inicialmente avaliada pela Divisão de Controle e Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

Parágrafo Primeiro – Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa do CONTRATADO poderá ensejar a não prorrogação deste contrato ou a revisão das condições ora estipuladas.

Parágrafo Segundo – A fiscalização exercida pela SECRETARIA/FMS sobre os serviços ora contratados não eximirá o CONTRATADO da sua plena responsabilidade perante a SECRETARIA/FMS ou para com os pacientes e terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução do contrato.

Parágrafo Terceiro – O CONTRATADO facilitará a SECRETARIA/FMS o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores da SECRETARIA/FMS, designados para tal fim.

Parágrafo Quarto – Em qualquer hipótese é assegurado ao CONTRATADO amplo direito de defesa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

Fica o CONTRATADO sujeito a multa de 30 (trinta por cento) sobre o valor mensal do contrato, por infração de qualquer cláusula ou condição deste contrato sem prejuízo das demais penalidades previstas na Legislação referente a licitações e contratos administrativos, assegurado o direito a defesa.

Parágrafo Primeiro – O valor da multa será descontado dos pagamentos devidos pela SECRETARIA/FMS ao CONTRATADO.

Parágrafo Segundo – Para obtenção do valor anual do contrato, SECRETARIA/FMS, utilizará a média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, referente aos 12 (doze) últimos meses pagos.

Parágrafo Terceiro – Caso o contrato possua menos de 12 (doze) meses de vigência, o valor anual do contrato será obtido pela média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, desde o início da vigência do contrato multiplicado por 12 (doze).

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

Constituem motivos para rescisão do presente contrato, o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das multas previstas na Cláusula Décima Segunda.

Parágrafo Primeiro – O CONTRATADO reconhece desde já os direitos da SECRETARIA/FMS em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo – Em caso de rescisão do contrato, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias para ocorrer a rescisão. Se neste prazo o CONTRATADO negligenciar a prestação dos serviços ora

contratados a multa cabível poderá ser duplicada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS RECURSOS PROCESSUAIS

Dos atos de aplicação de penalidade prevista neste contrato, ou de sua rescisão, praticados pela SECRETARIA/FMS, cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Primeiro – Da decisão do Secretário Municipal de Saúde em rescindir o presente contrato cabe, inicialmente, pedido de reconsideração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Segundo - Sobre o pedido de reconsideração formulado nos termos do parágrafo primeiro, o Secretário Municipal de Saúde deverá manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias e poderá, ao recebê-lo, atribuir-lhe eficácia suspensiva, desde que o faça motivadamente diante de razões de interesse público.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DURAÇÃO

O prazo de vigência deste contrato é desde a sua assinatura até 31/12/2015, com renovação anual, de comum acordo entre as partes, observando-se o artigo 57 da lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

Qualquer das alterações do presente contrato será objeto de termo aditivo, na forma da legislação referente a licitações e contratos administrativos, excetuando-se o disposto na Cláusula Nona.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

O presente contrato será publicado, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina/DOM/SC no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados de sua assinatura.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Rio do Sul, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes e pelo Conselho Municipal de Saúde.

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 3 (tres) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio do Sul/SC, 07 de abril de 2015.

Ivanir Schlemper Neves Secretário Municipal de Saúde – Em Exercício	Davi Douglas Heckmann
--	-----------------------

Testemunhas:

1) Adalgisa Vendrami da Silva Feijo  
Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria  
CPF 023.029.869-97

2) Fabíola kreusch  
Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria  
CPF 037.134.899-47

# Rio dos Cedros

## PREFEITURA

### **EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 37/2015 - AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO EM INOX PARA COZINHA - CEI CRIANÇA FELIZ**

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

Extrato do Edital de Pregão Nº 37/2015

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: por itens

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro – Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando a aquisição de AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO EM INOX PARA COZINHA - CEI CRIANÇA FELIZ, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 25/05/2015 - Hora: 08:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 25/05/2015 - Hora: 09:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site [www.riodoscedros.sc.gov.br](http://www.riodoscedros.sc.gov.br) no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros – SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: [licitacao@riodoscedros.sc.gov.br](mailto:licitacao@riodoscedros.sc.gov.br).

Rio dos Cedros, 12/05/2015.

Fernando Tomaselli

Prefeito Municipal

### **EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 38/2015 - AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (TONER E C ARTUCHOS DE TINTA)**

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

Extrato do Edital de Pregão Nº 38/2015

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: por itens

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro – Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando a aquisição de AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (TONER E C ARTUCHOS DE TINTA), conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 26/05/2015 - Hora: 08:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 26/05/2015 - Hora: 09:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site [www.riodoscedros.sc.gov.br](http://www.riodoscedros.sc.gov.br) no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros – SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: [licitacao@riodoscedros.sc.gov.br](mailto:licitacao@riodoscedros.sc.gov.br).

Rio dos Cedros, 13/05/2015.

Fernando Tomaselli

Prefeito Municipal

# Salto Veloso

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL N. 028/2015

Decreto n. 028/2015, de 15 de maio de 2015.

ATUALIZA O VALOR DO VALE ALIMENTAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e artigo 8º, da Lei Municipal 1.335/2009, DECRETA:

Art. 1º. Fica reajustado o valor do vale alimentação, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor, no período de 01/09/2009 até 01/09/2014, passando a tabela assim vigorar:

Período de reajuste	Porcentagem aplicada	Valor reajustado
30/09/2009 a 30/09/2010	4,75	52,38
30/09/2010 a 30/09/2011	7,07	56,08
30/09/2011 a 30/09/2012	5,44	59,13
30/09/2012 a 30/09/2013	5,55	62,41
30/09/2013 a 30/09/2014	6,40	66,41

Art. 2º. Em anos anteriores o valor foi reajustado sem decreto, utilizando-se de forma incorreta como índice o valor de reposição da remuneração dos servidores, sendo que eventuais diferenças recebidas a mais, não serão descontadas, por se tratar de verba alimentar, recebidas de boa fé pelos servidores municipais.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso (SC), 15 de maio de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

### DECRETO MUNICIPAL N. 029/2015

DECRETO Nº 029/2015 - DE 15 DE MAIO DE 2015.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.526/2014 de 19/12/2014;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2022 – MANUT. DAS ATIV. ADM E FINANCEIRAS

Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 50.000,00

Fonte: 1136.00000

RED: 11

Art. 2º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 15 de Maio de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal



# Santa Cecilia

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 025/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

PREGÃO Nº 025/2015

O Prefeito Municipal de Santa Cecília, DOMINGOS SCARIOT JUNIOR, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, no dia 02 de Junho de 2015 às 13h30min, com objetivo de receber proposta de pessoa jurídica, para a contratação de empresa especializada em locação e transporte de caçambas para coleta e transporte de entulhos municipais. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 13h00min às 18h00min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032. OBS: A cópia do Edital deverá ser retirada pessoalmente, pelo interessado junto à prefeitura municipal.

Santa Cecília, 18 de Maio de 2015.

DOMINGOS SCARIOT JUNIOR

Prefeito Municipal

## Santa Rosa do Sul

## PREFEITURA

## NOTIFICAÇÃO AMOSTRA EDITAL Nº 048/2015

NOTIFICAÇÃO	
DE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL ESTADO DE SANTA CATARINA Setor de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.	DATA: 18/05/2015
PARA: SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES	
ASSUNTO: RELATÓRIO DE AMOSTRAS	

As empresas abaixo relacionados enviaram amostras para a Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul/SC, Setor de compras e Licitações, sito à Rua Fermínio Pedro Raupp, nº 400 – Bairro Centro, Santa Rosa do Sul/SC, conforme prazo para apresentação estabelecido, de acordo com o instrumento convocatório.

Relação de Empresas que enviaram amostras para participar do Processo Licitatório Pregão Presencial nº 048/2015, com marcas de produtos a serem aprovadas conforme anexo I do Edital.

Item	Especificação	Empresa	Marca ofertada	Resultado	Motivo
01	Caminhas Empilháveis, estrutura formada por duas cabeceiras produzidas em Polipropileno Homopolímero de Baixo Índice de Fluidez virgem(pp não reciclado)nas dimensões de 60cm largurax13cm, profundidade x 15cm altura, com suporte para acondicionar chupeta e acabamento sem rebarbas, com 4 ponteiros de borracha antiderrapante. Tubos em alumínio, espessura de 2mm, que garanta precisão dimensional para encaixe em seu gabarito.Tela vazada confeccionada em tecido 100% poliéster, anti fungo, anti UV, e antioxidante, com alta resistência, antitranspirante, lavável. Sistema click de fixação que garanta segurança ao conjunto, sem parafusos e sem velcro. Sistema de encaixe empilhável, com espaço de 4cm entre uma tela e outra, permitindo constante ventilação entre os leitos. Faixa etária: 16 meses a 05 anos, com capacidade de peso que seja proporcional a faixa etária ou até 50Kg. Dimensões de 1,35m comprimento x 0,60m largura x 0,15m altura. É composta por módulos, permitindo que todos os seus componentes sejam repostos, se necessário, nas cores azul royal e amarelo.	VERÔNICA MARIA FERREIRA DE ALBUQUERQUE - ME	Parma	Reprovado	Não atende Objeto Edital. Obs. Descrição em negrito.

Item	Especificação	Empresa	Marca ofertada	Resultado	Motivo
01	Caminhas Empilháveis, estrutura formada por duas cabeceiras produzidas em Polipropileno Homopolímero de Baixo Índice de Fluidez virgem(pp não reciclado)nas dimensões de 60cm largurax13cm, profundidade x 15cm altura, com suporte para acondicionar chupeta e acabamento sem rebarbas, com 4 ponteiros de borracha antiderrapante. Tubos em alumínio, espessura de 2mm, que garanta precisão dimensional para encaixe em seu gabarito.Tela vazada confeccionada em tecido 100% poliéster, anti fungo, anti UV, e antioxidante, com alta resistência, antitranspirante, lavável. Sistema click de fixação que garanta segurança ao conjunto, sem parafusos e sem velcro. Sistema de encaixe empilhável, com espaço de 4cm entre uma tela e outra, permitindo constante ventilação entre os leitos. Faixa etária: 16 meses a 05 anos, com capacidade de peso que seja proporcional a faixa etária ou até 50Kg. Dimensões de 1,35m comprimento x 0,60m largura x 0,15m altura. É composta por módulos, permitindo que todos os seus componentes sejam repostos, se necessário, nas cores azul royal e amarelo.	CD MICROS LTDA	CRESCER	Aprovado	Adequado Apresentou amostra conforme o solicitado.

Durante a realização da análise técnica do material, foram avaliados todos os requisitos obrigatórios, conforme especificações editalícias,

bem como a qualidade dos materiais.

Deste modo, a equipe técnica, no uso das atribuições que lhe conferem, posicionou-se pela aprovação ou reprovação das amostras, vez que atenderam ou não o objeto solicitado no instrumento convocatório.

Atenciosamente,

Santa Rosa do Sul, 18 de maio de 2015.

Joelson Farias Pereira

Diretor de Compras

Gerusa Rodrigues Claudino

Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 120/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 120/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Lanches/Congêneres que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PANIFÍCIO PIMPÃO DE ALOÍSIO GASDA & CIA LTDA.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na aquisição lanches e congêneres para eventos nos CRAS, PRONATEC, CREAS e Famílias de Apoio, conforme descritivo em anexo ao Edital de Pregão Presencial nº 87/2015, constante de 89 itens.

DO VALOR: 48.339,90 – Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar desta data.

São Bento do Sul, 10 de abril de 2015.

ASS: RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

PANIFÍCIO PIMPÃO DE ALOÍSIO GASDA & CIA LTDA, como Contratada.

conforme compra direta nº 7/2015.

Considerando o objeto do Contrato nº 001/2015, que consiste na aquisição de combustível, sendo 2.200 (dois mil e duzentos) litros de gasolina comum para os veículos da frota da EMHAB – Empresa Municipal de Habitação de São Bento do Sul, sendo Automóvel Ford Courier Placas MCY 8903 e Automóvel Gm Corsa Placas MBD 3494;

Considerando que a Contratada ingressou com pedido de redução no preço da gasolina comum, em função de negociação junto ao seu distribuidor e visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de que trata o Art. 65, inciso II, alínea d, da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94;

Considerando que o pedido feito pela Contratada foi deferido pela EMHAB, faz necessário reduzir o valor do litro de gasolina comum de R\$ 3,350 (três reais e trinta e cinco centavos) para R\$ 3,29 (três reais e vinte e nove centavos), ficando o saldo de 1.634,081 (um mil, seiscentos e trinta e quatro) litros de gasolina comum.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 13 de janeiro de 2015, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 27 de abril de 2015.

ASS: LUIZ CARLOS PEDROZO, pela Empresa Municipal de Habitação – EMHAB

BAVÁRIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, como contratada

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 012/2015 EMHAB

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 012/2015

Da espécie: Segundo Termo Aditivo ao contrato de fornecimento de combustível de nº 001/2015 firmado entre a Empresa Municipal de Habitação de São Bento do Sul – EMHAB e a empresa Bavária Empreendimentos e Participações Ltda, em 13 de janeiro de 2015,

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 011, DE 15 DE MAIO DE 2015.

PORTARIA Nº 011, DE 15 DE MAIO DE 2015

“Designa Comissão Julgadora para a Licitação nº 001/2015.”

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Designar para constituírem a Comissão Julgadora da Licitação na modalidade Concurso, nº 001/2015 os seguintes membros:

ANTÔNIO RAMOS DA SILVA

IVANILDE KIEM DRANKA

MAURÉLIO MACHADO

Parágrafo Único – A Comissão Julgadora de que trata esta Portaria será responsável pela análise e julgamento de todos os resumos expandidos apresentados para participação no Concurso nº 001/2015 da Câmara, que tem por objeto a escolha de um projeto – Resumo Expandido - para a publicação um livro (obra literária) sobre a história do Poder Legislativo de São Bento do Sul, com o intuito de promover a cultura política local.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de maio de 2015.

EDIMAR GERALDO SALOMON

Presidente

**RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 08, 13 DE MAIO DE 2015**

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 08, 13 DE MAIO DE 2015

"AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE SESSÃO SOLENE EM COMEMORAÇÃO AOS 10 ANOS DE EXISTÊNCIA DA JCI – JUNIOR CHAMBER INTERNATIONAL EM SÃO BENTO DO SUL".

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

**R E S O L V E:**

Artigo 1º - Fica a Câmara Municipal de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, autorizada a realizar a Sessão Solene em comemoração aos 10 anos de existência da JCI – Junior Chamber International em São Bento do Sul, no dia 22 de Junho de 2015 às 20h00min, em atenção ao Requerimento nº 152/2015.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da presente Resolução, correrão por conta de dotação prevista no orçamento vigente.

Artigo 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, Sala das Sessões, 13 de Maio de 2015.

EDIMAR GERALDO SALOMON Presidente	TIRSO GLADIMIR HUMMELGEN Vice-Presidente
CLAUDIOMAR WOTROBA 1º Secretário	PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER 2º Secretário

**SAMAE - SÃO BENTO DO SUL****AVISO DE LICITAÇÃO N 35/2015**

Pregão Presencial nº 35/2015

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 35/2015

MENOR PREÇO GLOBAL

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 02 de junho de 2015, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Contratação de serviços de locação de equipamento para scanner de documentos.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

(14) 3.3.90.39.00.00.00 – Setor Administrativo – Exercício Vigente

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: [www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao](http://www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao)

São Bento do Sul, 18 de maio de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 42/2015**

Pregão Eletrônico nº 42/2015

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 42/2015

MENOR PREÇO POR ITEM

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que se encontra aberto o Processo Licitatório 42/2015, e o envio das propostas será das 18:00hrs do dia 19/05/2015 até as 08:00hrs do dia 01/06/2015 pelo site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br). Início da sessão pública virtual será às 09:30hrs do dia 01/06/2015 (Horário de Brasília).

DO OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de materiais de estoque para ligações, manutenção e consertos do Setor de Abastecimento de Água, cuja especificação e quantitativo encontram-se descritos no Termo de Referência (ANEXO I) do edital, para atender as necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo no site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) e também no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, na Rua Marechal Floriano, nº 214, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: [www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao](http://www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao)

São Bento do Sul, 18 de maio de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

# São Carlos

## PREFEITURA

### EXT ATA DE REG DE PREÇOS N.16-17-18-2015

Estado de Santa Catarina  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS  
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO  
T.Comp. Nº.:016/2015  
Contratante.:FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS  
Contratada...:MERCADO IDEAL LTDA  
Objeto ..... :AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO  
DAS ATIVIDADES - CAPS  
Valor ..... :R\$2.258,00(dois mil duzentos e cinquenta e oito reais)  
PROCESSOPREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 13/2015  
Vigência ..... : 12 MESES  
SAO CARLOS, 18 de maio de 2015  
CLEOMAR WEBER KUHN  
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Estado de Santa Catarina  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS  
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO  
T.Comp. Nº.:017/2015  
Contratante.:FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS  
Contratada...:ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA  
Objeto ..... :AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DAS  
ATIVIDADES - CAPS  
Valor ..... :R\$2.069,64(dois mil sessenta e nove reais e sessenta e quatro centavos)  
PROCESSOPREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 13/2015  
Vigência ..... : 12 MESES  
SAO CARLOS, 18 de maio de 2015  
CLEOMAR WEBER KUHN  
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS  
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO  
T.Comp. Nº.:018/2015  
Contratante.:FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS  
Contratada...:CARMEN M RIGOTTI COM ALIM EIRELE  
Objeto ..... :AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DAS  
ATIVIDADES - CAPS  
Valor ..... :R\$4.360,40(quatro mil trezentos e sessenta reais e quarenta centavos)  
PROCESSOPREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 13/2015  
Vigência ..... : 12 MESES  
SAO CARLOS, 18 de maio de 2015  
CLEOMAR WEBER KUHN  
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

### EXTRATOS ATAS DE REG PREÇOS 08 A 15 - FMS

Estado de Santa Catarina  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS  
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
T.Comp. Nº.:15/2015  
Contratante.:FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS  
Contratada...:VANUSA DIAS EIRELE APP  
Objeto ..... :AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO  
Valor ..... :R\$6.938,68(seis mil novecentos e trinta e oito reais e sessenta e oito centavos)  
PROCESSOPREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 12/2015  
Vigência ..... : 12 MESES  
SAO CARLOS, 18 de maio de 2015  
CLEOMAR WEBER KUHN  
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Estado de Santa Catarina  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS  
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
T.Comp. Nº.:08/2015  
Contratante.:FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS  
Contratada...:CASA CIRURGICA CHAPECO LTDA  
Objeto ..... :AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO  
Valor ..... :R\$586,00(quinhetos e oitenta e seis reais)  
PROCESSOPREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 12/2015  
Vigência ..... : 12 MESES  
SAO CARLOS, 18 de maio de 2015  
CLEOMAR WEBER KUHN  
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Estado de Santa Catarina  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS  
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
T.Comp. Nº.:09/2015  
Contratante.:FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS  
Contratada...:DENTAL OESTE EIRELE  
Objeto ..... :AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO  
Valor ..... :R\$7.318,64(sete mil trezentos e dezoito reais e sessenta e quatro centavos)  
PROCESSOPREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 12/2015  
Vigência ..... : 12 MESES  
SAO CARLOS, 18 de maio de 2015  
CLEOMAR WEBER KUHN  
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Estado de Santa Catarina  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS  
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
T.Comp. Nº.:10/2015  
Contratante.:FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS  
Contratada...:DENTAX COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA  
Objeto ..... :AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO  
Valor ..... :R\$852,80(oitocentos e cinquenta e dois centavos e oitenta centavos)



PROCESSOPREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 12/2015  
Vigência ..... : 12 MESES  
SAO CARLOS, 18 de maio de 2015  
CLEOMAR WEBER KUHN  
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

12/2015  
Vigência ..... : 12 MESES  
SAO CARLOS, 18 de maio de 2015  
CLEOMAR WEBER KUHN  
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Estado de Santa Catarina  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS  
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
T.Comp. Nº.:11/2015  
Contratante.:FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS  
Contratada...:MEDIANE COMERCIO DE PRODUTOS EIRELE ME  
Objeto ..... :AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO  
Valor ..... :R\$10.978,10(dez mil novecentos e setenta e oito reais e dez centavos)  
PROCESSOPREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 12/2015  
Vigência ..... : 12 MESES  
SAO CARLOS, 18 de maio de 2015  
CLEOMAR WEBER KUHN  
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

#### **TA -LEANDRO PAGLIARI - CONT 41-2014**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS  
EXTRATO TERMO ADITIVO  
Contrato Nº.:041/2014 – PRIMEIRO TERMO ADITIVO  
Contratante.:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS  
Contratada...:LEANDRO PAGLIARI ME  
Objeto ..... :CONSTRUÇÃO DO PORTICO MUNICIPAL  
Prazo ..... :120 dias  
PROCESSO:Tomada de Preços n.88/2014  
Vigência ..... : 11.09.2015  
SAO CARLOS, 15 de maio de 2015  
CLEOMAR WEBER KUHN  
PREFEITO MUNICIPAL

Estado de Santa Catarina  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS  
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
T.Comp. Nº.:12/2015  
Contratante.:FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS  
Contratada...:MEGHA EQUIPAMENTOS MATERIAI S MEDICOS LTDA  
Objeto ..... :AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO  
Valor ..... :R\$2.384,94(dois mil trezentos e oitenta e quatro reais e noventa e quatro centavos)  
PROCESSOPREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 12/2015  
Vigência ..... : 12 MESES  
SAO CARLOS, 18 de maio de 2015  
CLEOMAR WEBER KUHN  
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Estado de Santa Catarina  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS  
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
T.Comp. Nº.:13/2015  
Contratante.:FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS  
Contratada...:ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES  
Objeto ..... :AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO  
Valor ..... :R\$7.723,52(sete mil setecentos e vinte e três reais e cinquenta e dois centavos)  
PROCESSOPREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 12/2015  
Vigência ..... : 12 MESES  
SAO CARLOS, 18 de maio de 2015  
CLEOMAR WEBER KUHN  
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Estado de Santa Catarina  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS  
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
T.Comp. Nº.:14/2015  
Contratante.:FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS  
Contratada...:SANTA LUCIA PRODUTOS PRA SAÚDE  
Objeto ..... :AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO  
Valor ..... :R\$171,00(cento e setenta e um reais)  
PROCESSOPREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N.

# São João do Oeste

## PREFEITURA

### 1633/2015 - AUTORIZA ABRIR CREDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO

LEI Nº 1.633/15, DE 12/05/2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal votou e aprovou e que ele sanciona e promulga a presente Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal devidamente autorizado a abrir Crédito Suplementar no orçamento vigente, até o valor de R\$ 163.000,00 (cento e sessenta e três mil reais) segundo classificações abaixo discriminadas:

Órgão: 03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Unid. Orçam.: 03.01 – Depto de Administração, Finanças e Planejamento

Proj./Ativ.: 2.007 – Gerência de Administração Geral

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas ..... (21) R\$ 35.000,00

Proj./Ativ.: 2.009 – Contribuições a Entidades Municipalistas

Elemento: 3.3.50.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas ..... (26) R\$ 5.000,00

Órgão: 07.00 – SEC. TRANSPORTES E OBRAS, URB/HAB E SANEAMENTO

Unid. Orçam.: 07.04 – Setor de Abastecimento de Água

Proj./Ativ.: 2.039 – Manutenção Sistemas de Abastecimento de Água

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas ..... (152) R\$ 28.000,00

Órgão: 08.00 – SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Unid. Orçam.: 08.01 – Setor de Indústria e Comércio

Proj./Ativ.: 2.043 – Promoção da Política de Incentivos a Indústria e Comércio

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas ..... (162) R\$ 35.000,00

Órgão: 11.00 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Unid. Orçam.: 11.01 – Fundo Municipal de Saúde

Proj./Ativ.: 1.002 – Aquisição de Veículos para o Fundo Municipal de Saúde

Elemento: 4.4.90.00.00.00.0003 – Aplicações Diretas ..... (02) R\$ 60.000,00

Art. 2º Os recursos para atender os Créditos Suplementares acima especificados, decorrerão da redução, segundo classificações abaixo discriminadas:

Órgão: 03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Unid. Orçam.: 03.01 – Depto de Administração, Finanças e Planejamento

Proj./Ativ.: 1.003 – Aquisição de Veículo para a Secretaria de Administração

Elemento: 4.4.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas ..... (19) R\$ 40.000,00

Órgão: 05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unid. Orçam.: 05.06 – Setor de Esportes

Proj./Ativ.: 1.010 – Construção/Adaptação de Quadras/Praças/Ginásios Esportivos

Elemento: 4.4.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas ..... (108) R\$ 40.000,00

Órgão: 07.00 – SEC. TRANSPORTES E OBRAS, URB/HAB E SANEAMENTO

Unidade Orçamentária: 07.02 – Setor de Obras, Urbanismo e Saneamento

Proj./Ativ.: 2.037 – Manutenção da Recolha de Lixo Domiciliar Urbano

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas ..... (139) R\$ 8.000,00

Unid. Orçam.: 07.04 – Setor de Abastecimento de Água

Proj./Ativ.: 1.019 – Construção de Hidráulicas para Tratamento de Água

Elemento: 4.4.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas ..... (150) R\$ 20.000,00

Órgão: 09.00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Unid. Orçam.: 09.01 – Encargos Gerais do Município

Proj./Ativ.: 0.001 – Amortização do Principal e Encargos da Dívida

Elemento: 4.4.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas ..... (165) R\$ 35.000,00

Órgão: 11.00 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Unid. Orçam.: 11.01 – Fundo Municipal de Saúde

Proj./Ativ.: 1.021 – Construção/Adaptação de Unidades de Saúde

Elemento: 4.4.90.00.00.00.0003 – Aplicações Diretas ..... (01) R\$ 20.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste, 13 de maio de 2015.

SÉRGIO LUÍS THEISEN

Prefeito Municipal

### CONCORRÊNCIA 01/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 077/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2015

OBJETO: O Município de São João do Oeste, torna público para o conhecimento dos interessados que se encontra aberta licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA do tipo Maior Percentual de Desconto, para outorga em regime de CONCESSÃO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE REMOÇÃO, GUARDA E DEPÓSITO DOS VEÍCULOS APREENDIDOS POR INFRAÇÃO DE TRANSITO, CONTRAVENÇÃO PENAL E QUALQUER OUTRA PRÁTICA DE INFRAÇÃO PENAL QUE IMPLIQUE EM REMOÇÃO, GUARDA E DEPÓSITO DE VEÍCULOS, RECOLHIDOS EM ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO DAS POLÍCIAS CIVIS E MILITAR. Regendo-se o procedimento licitatório pelo que dispõe a Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, atualizada. Recebimento da documentação e das propostas para o dia 22.06.2015 às 14:00 horas e julgamento no mesmo horário, dia e local. Maiores informações e cópia do edital se encontram a disposição junto ao

setor de licitações e Compras da Prefeitura Municipal sito à rua Encantado, 66 – centro – São João do Oeste, e ou pelo fone (49) 3636.1122. São João do Oeste, SC, 15 de maio de 2.015. SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

## **DECRETO 028/2015 - ALTERA COMPOSIÇÃO MEMBROS DO CMDR**

DECRETO Nº 028/15, DE 13/05/2015.

ALTERA A COMPOSIÇÃO DE MEMBROS NOMEADOS ATRAVÉS DO DECRETO 018/2014 QUE NOMEIA OS REPRESENTANTES DE ENTIDADES QUE COMPÕEM O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sérgio Luís Theisen, Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 743/2003, DECRETA:

Art. 1º - Fica alterada a composição dos membros nomeados através do decreto 018/2014 que compõem o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural do Município de São João do Oeste para o biênio 2014/2015, das entidades representativas abaixo relacionadas e que passam a ser representadas pelos seus respectivos representantes:

- Secretaria Municipal de Transportes e Obras: Valmor Anschau – Ernani Miguel Hoff;
- Epagri: Jorge Schroeder - Paulo G. Hofstetter
- CAMICRO: Genésio Anton – Rogério Lottermann;

Art. 2º - Os demais dispositivos do Decreto 018/2014 ficam inalterados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste – SC, 13 de maio de 2015.

SÉRGIO LUÍS THEISEN
---------------------

Prefeito Municipal
--------------------

## **LEI Nº 1631/2015 - ALTERA A REDAÇÃO DA LEI 1214/2009**

LEI Nº. 1.631/15, DE 13/05/2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROMOVER ALTERAÇÃO NA REDAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 1.214 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2009, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal votou e aprovou e que ele sanciona e promulga a presente Lei:

Art. 1º O artigo 1º da Lei Municipal nº. 3.214, de 10 de novembro de 2009, passará a vigorar com a seguinte disposição:

Art. 1º Fica o Município de SÃO JOÃO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, devidamente autorizado a filiar-se e a contribuir mensalmente com a FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS – FECAM, entidade legalmente constituída, inscrita no CNPJ sob nº. 75.303.982/0001-90, com sede na Praça XV de Novembro, 270, Centro, cidade de Florianópolis - SC, visando o repasse em forma de Contribuição Financeira no valor de até R\$ 2.000,00 (dois mil

reais) em parcelas mensais e sucessivas, visando o fortalecimento do associativismo municipal, à representação institucional do Município de São João do Oeste nas diversas esferas administrativas do Estado e da União, junto aos Governos Estadual e Federal e os diversos Ministérios, Congresso Nacional, Autarquias, Fundações, Assembleias Legislativas, Secretarias de Estado e demais órgãos normativos da Administração direta e indireta, e para: – (NR).

Art. 2º Ficam ratificados os atos de delegação e contribuições realizados para esta finalidade até a data de publicação da presente lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste, 13 de maio de 2015.

SÉRGIO LUÍS THEISEN

Prefeito Municipal

## **LEI Nº 1632/2015 - AUTORIZA EFETUAR ABERTURA DE CREDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO**

LEI Nº. 1.632/15, DE 13/05/2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal votou e aprovou e que ele sanciona e promulga a presente Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal devidamente autorizado a realizar a abertura de crédito especial no orçamento vigente, até o valor de R\$ 121.500,00 (cento e vinte e um mil e quinhentos reais), segundo classificações abaixo discriminadas:

Órgão: 05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade Orçamentária: 05.06 – Setor de Esportes

Função: 27 – Desporto e Lazer

Sub-função: 812 – Desporto Comunitário

Programa: 1110 – Esporte é Vida

Fonte de Recursos: 0001 – Recursos Ordinários

Fonte de Recursos: 0200 – Convênios sem vínculos específicos – União

Projeto/Atividade: 1.024 – Aquisição de Equipamentos para o Setor de Esportes

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas R\$ 24.000,00

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.0200 – Aplicações Diretas R\$ 97.500,00

Art. 2º Os recursos no valor de até R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) para atender o Crédito Especial acima especificado decorrerão da redução, segundo classificações abaixo discriminadas: Órgão: 05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unid. Orçam.: 05.06 – Setor de Esportes

Proj./Ativ.: 1.010 – Construção/Adaptação de Quadras/Praças/Ginásios Esportivos

Elemento: 4.4.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas (108) R\$ 24.000,00

Art. 3º Os recursos no valor de até R\$ 97.500,00 (noventa e sete mil e quinhentos reais) para atender o Crédito Especial acima especificado decorrerão da redução do excesso de arrecadação apurado no exercício segundo as fontes de recursos abaixo indicadas.

I. 200 – Convênios sem vínculos específicos – União R\$ 97.500,00.

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal devidamente autorizado a realizar a abertura de crédito especial no orçamento vigente, até o valor de R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais), segundo

classificações abaixo discriminadas:

Órgão: 11.00 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Unidade Orçamentária: 11.01 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub-função: 304 – Vigilância Sanitária

Sub-função: 305 – Vigilância Epidemiológica

Programa: 1120 – Saúde Para Todos

Fonte de Recursos: 0066 – Vigilância em Saúde

Fonte de Recursos: 0366 – Vigilância em Saúde – Superávit

Projeto/Atividade: 1.025 – Aquisição de Veículo para Vigilância em Saúde

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.0366 – Aplicações Diretas R\$ 38.000,00

Projeto/Atividade: 1.026 – Aquisição de Veículo para Vigilância em Saúde

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.0066 – Aplicações Diretas R\$ 13.000,00

Art. 5º Os recursos para atender parte do Crédito Especial acima especificado, tem como origem o superávit financeiro apurado na seguinte fonte de recurso:

I. 366 – Vigilância em Saúde R\$ 51.000,00

Art. 6º Decreto do Poder Executivo regulamentará a presente matéria na forma da Lei Federal nº. 4.320/64.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste, 13 de maio de 2015.

SÉRGIO LUÍS THEISEN

Prefeito Municipal

### PP 37/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 82/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2015

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de Sistema Eletrônico de placar poliesportivo para ser instalado no Ginásio Municipal Valmei Ertel do Município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

Entrega dos envelopes até as 08:30 horas do dia 22 de maio de 2015 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente ou pelo e-mail [compras@saojoao.sc.gov.br](mailto:compras@saojoao.sc.gov.br). São João do Oeste, SC, 18 de maio de 2.015. SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

### TP 01/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

CÂMARA DE VEREADORES

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2015

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 01/2015

OBJETO: O Município de São João do Oeste, torna público para o conhecimento dos interessados, que está aberta a licitação na modalidade de Tomada de Preços: para a contratação de empresa por regime de empreitada global, para a conclusão da edificação de um pavimento com área de 469,08m², do projeto da Câmara de Vereadores do Município de São João do Oeste. Tipo de Licitação:

Menor Preço global.

Regendo-se os procedimentos licitatórios pelo que dispõe a lei nº 8.666/93 consolidada. Recebimento dos envelopes da documentação e da proposta até as 08:30 horas do dia 10 de junho de 2015, e abertura e julgamento no dia 10 de junho de 2015 as 08:30 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de São João do Oeste. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, e-mail [compras@saojoao.sc.gov.br](mailto:compras@saojoao.sc.gov.br) e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 18 de maio de 2.015. SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

### TP 04/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/2015

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 04/2015

OBJETO: O Município de São João do Oeste, torna público para o conhecimento dos interessados, que está aberta a licitação na modalidade de Tomada de Preços: para a contratação de empresa para a reforma e ampliação dos sanitários do Ginásio Municipal de Esportes Valmei Ertel, situado na cidade do Município de São João do Oeste. Tipo de Licitação: Menor Preço Global.

Regendo-se os procedimentos licitatórios pelo que dispõe a lei nº 8.666/93 consolidada. Recebimento dos envelopes da documentação e da proposta até as 08:30 horas do dia 08 de junho de 2015, e abertura e julgamento no dia 08 de junho de 2015 as 08:30 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de São João do Oeste. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo e-mail [compras@saojoao.sc.gov.br](mailto:compras@saojoao.sc.gov.br) e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 18 de maio de 2.015. SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.



# São Joaquim

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 142/2015

DECRETO Nº 142/2015

“CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO A FUNCIONÁRIA REGINA MARIA BARBOSA BORGES, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA, PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o Requerimento protocolado sob o Nº 253/2015, em data de 28/04/2015, e em conformidade com a Lei Municipal Nº 4.183/2013, artigo 41, Item VI, Fica concedido Licença sem Remuneração para tratar de assuntos particulares, pelo período de 02 (dois) anos a funcionária REGINA MARIA BARBOSA BORGES, ocupante do Cargo de Professora Municipal, a referida Licença é a contar do dia 04/05/2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 04 de Maio de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 143/2015

DECRET O Nº 143/2015

“QUE DISCIPLINA A CONTRATAÇÃO PARA O TRANSPORTE ESCOLAR DE LICITANTES EXCLUÍDOS, INABILITADOS OU NÃO CONTRATADOS EM VIRTUDE DE INSATISFAÇÃO DE EXIGÊNCIAS EDITÁCIAS, POSTERIORMENTE DISPENSADAS POR FORÇA DE LEI.”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando que a Lei Municipal Nº 4.309/2015, de 31 de março de 2015 autorizou a contratação direta do transporte escolar para as linhas em que houve deserção no Processo Licitatório Nº 03/2015;

Considerando que a mesma Lei Nº 4.309/2015, dispensou parte das exigências legais do Edital de Licitação Nº 03/2015, mais precisamente tacógrafo, faixa de identificação do transporte escolar, curso do transporte escolar, exclusão do seguro de automóvel e CNH categoria “D”, podendo para tanto contratar pessoa física; Considerando que em algumas linhas, muito embora houvessem interessados que cotaram preços, mas inobstante, não tiveram seus contratos levados a termo por insatisfação das exigências editalícias posteriormente dispensadas por força da Lei Nº 4.309/2015; Considerando que nos casos acima, houve efetiva cotação de preços e que estes são compatíveis com os praticados no mercado local, não trazendo, por isso, prejuízos ao erário público; Considerando que não há preterição no interesse de outros concorrentes interessados e que finalmente não há como ser interrompida a prestação desses serviços e em face das enormes dificuldades que o processo de contratações enfrentou,

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação para as linhas do transporte Escolar, nas quais, muito embora tenham ocorrido interessados, estes não tiveram seus contratos levados a termo por falta de preenchimento das exigências posteriormente dispensadas por força da Lei Nº 4.309/2015.

Art. 2º - As contratações deverão ser feitas estritamente pelos valores cotados na licitação, pela ordem da menor proposta em favor da municipalidade.

Art. 3º - As contratações não poderão ser feitas se em desacordo com as exigências dispensadas pela Lei Nº 4.309/2015.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 27 de Fevereiro de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 06 de Maio de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 144/2015

DECRET O Nº 144/2015

“QUE EXONERA A CONSELHEIRA TUTELAR DANIELA CRISTINA MEDEIROS”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica EXONERADA a Conselheira Tutelar: - DANIELA CRISTINA MEDEIROS, ocupante do Cargo Eletivo de Conselheira Tutelar, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 120/2015 de 06/04/2015, a referida exoneração dá-se por a Titular do Cargo retornar das férias.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 06 de Maio de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 145/2015

DECRET O Nº 145/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado Luto Oficial de 03 (três) dias, pelo falecimento do Ex-Governador, Senador e Amigo da Cidade Senhor Luiz Henrique da Silveira.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 11 de Maio de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### **DECRETO Nº 146/2015**

DECRETO Nº 146/2015

"QUE NOMEIA NOVO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º- De acordo com a Resolução FNDE nº38, Art. 26 e § 3º que dispõe sobre a constituição dos CAE's; Fica nomeado o Novo Conselho de Alimentação Escolar do Município de São Joaquim-SC, que será constituído assim:

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO

MARIA BERNARDETE BARBOSA PEREIRA – Titular,

CLAUDIA ARRUDA DE SOUZA – Suplente.

REPRESENTANTES DOS PROFESSORES

ROBERTA KARINE AMARANTE ARRUDA TOMAZ – Titular,

ALESSANDRA GOULART ROSA – Titular,

JOSÉ DA SILVA PADILHA – Suplente.

SELONI APARECIDA JENTING – Suplente.

REPRESENTANTES DE PAIS E ALUNOS APP

GLAUGISLAINE RIBEIRO – Titular,

ELIANE NUNES DE OLIVEIRA – Titular,

LUCIA SERAFIM DE SOUZA – Suplente.

CLEUMARA DA ROSA – Suplente.

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

EDITE RAMOS – Titular,

ILTON CARVALHO – Suplente.

JOSIANE ZANELLA FERNANDES – Titular,

LUCIANE DOS SANTOS VELHO – Suplente.

Art. 2º- Os representantes das entidades mencionadas no artigo 1ºdeste Decreto terão mandato de 02 anos podendo ser reconduzidos por mais 02 anos.

Parágrafo Primeiro - Sendo eleitas a Senhora Edite Ramos como Presidente e a Senhora Josiane Zanella Fernandes como Vice-Presidente do CAE.

Parágrafo Segundo - O exercício do mandato de Conselheiro do CAE é considerado serviço público relevante e não é remunerado.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições do Decreto Nº 319/2014, de 16/12/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 11 de Maio de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### **DECRETO Nº 147/2015**

DECRET O Nº 147/2015

"QUE EXONERA O SERVIDOR FABIANO DE JESUS ARTISMO, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica EXONERADO por abandono de serviço o senhor FABIANO DE JESUS ARTISMO, ocupante do Cargo de Motorista, na Secretaria Municipal de Assistência Social, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 138/2014, de 10/06/2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 11 de Maio de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### **DECRETO Nº 148/2015**

DECRETO Nº 148/2015

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – SUPERAVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DO EXERCÍCIO DE 2015 DO TIPO ALTERAÇÃO SUPLEMENTAR"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO

03.05 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

(70)3.3.90.00.00.00.00.00.2.050-0210 – Aplicações Diretas  
73.896,04

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .....  
..... 73.896,04

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da utilização parcial do Superavit Financeiro verificado no exercício anterior.

TOTAL DA UTILIZAÇÃO .....  
..... 73.986,04

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 11 de Maio de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.



**DECRETO Nº 149/2015**

DECRETO Nº 149/2015

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – SUPERAVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DO EXERCÍCIO DE 2015 DO TIPO ALTERAÇÃO SUPLEMENTAR"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO

03.14 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

(43)3.3.90.00.00.00.00.2.020-0654 - Aplicações Diretas 5.488,67

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... 5.488,67

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da utilização do Superavit Financeiro verificado no exercício anterior.

TOTAL DA UTILIZAÇÃO ..... 5.488,67

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 11 de Maio de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**DECRETO Nº 150/2015**

DECRETO Nº 150/2015

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO CONFERIDAS, ART 5º DA LEI MUNICIPAL Nº 4.280/2014."

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO

03.09 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

(58)3.1.90.00.00.00.00.2.013-0160 - Aplicações Diretas 150.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... 150.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo serão utilizados recursos provenientes da utilização parcial do excesso de arrecadação verificado até esta data.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 12 de Maio de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**DECRETO Nº 151/2015**

DECRETO Nº 151/2015

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO CONFERIDAS, ART 5º DA LEI MUNICIPAL Nº 4.280/2014."

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO

03.04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

(11)3.1.90.00.00.00.00.2.005-0015 - Aplicações Diretas 850.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... 850.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo serão utilizados recursos provenientes da utilização parcial do excesso de arrecadação verificado até esta data.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 12 de Maio de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**DECRETO Nº 152/2015**

DECRETO Nº 152/2015

"DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DO DECRETO Nº 138/2015, DE 27/04/2015"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica retificado o Decreto nº 138/2015 de 27/04/2015, que trata da

"Abertura de Crédito Suplementar-Superavit Financeiro no Orçamento Programa do Exercício de 2015 do Tipo Alteração Suplementar" onde se lê:

(46)4.4.90.00.00.00.00.2.010-0160- Aplicações Diretas; leia-se (72)4.4.90.00.00.00.00.2.010-0210- Aplicações Diretas; e onde se lê

(45)3.3.90.00.00.00.00.2.010-0160- Aplicações Diretas; leia-se (71)3.3.90.00.00.00.00.2.010-0210- Aplicações Diretas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 12 de Maio de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

## **DECRETO Nº 153/2015**

DECRET O Nº 153/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que  
lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Cancelado o Contrato nº 147/2015, de prestação de  
serviço do senhor YOUSEF ALI HUSEIN, por abandono de serviço e  
AF nº 194/2015, devido ao não cumprimento de algumas cláusulas  
do Processo, conforme relatórios das UEs.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,  
ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 14 de Maio de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

## **LEI Nº 4.319/2015**

LEI Nº 4.319/2015

"QUE REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 4.245/2014, DE 29/07/2014"

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joa-  
quim – SC., faço saber a todos os habitantes deste Município que  
a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU" e eu sanciono e  
promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam revogados os efeitos da Lei Municipal Nº 4.245/2014,  
de 29/07/2014, Que autorizava o Poder Executivo a Repassar Sub-  
venção à Associação Beneficente Bento Cavalheiro.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando  
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 08 de Maio de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

## **LEI Nº 4.320/2015**

LEI Nº 4.320/2015

"QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM  
A COOPERATIVA ESCOLA DOS ALUNOS DO CEDUP CAETANO COS-  
TA"

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joa-  
quim – SC., faço saber a todos os habitantes deste Município que  
a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU" e eu sanciono e  
promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar

convênio com a Cooperativa Escola dos Alunos do CEDUP Caetano  
Costa, nos termos da minuta anexa, parte integrante desta Lei.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei dar-se-ão por conta  
da dotação orçamentária (24) 03.04.2.049.3.3.90.00.00.00.00  
– Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, e os  
seus efeitos retroagem ao dia 01 de Fevereiro de 2015, ficando  
revogados os efeitos da Lei Nº 1.889/1994 de 28/03/1994.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 08 de Maio de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI FIRMAM A COOPERATIVA  
ESCOLA DOS ALUNOS DO CEDUP CAETANO COSTA E O MUNICI-  
PIO DE SÃO JOAQUIM SC.

Aos 08 (oito) dias do mês de Maio de 2015, na sede da Cooperativa  
Escola dos Alunos do CEDUP "Caetano Costa" pessoa jurídica de  
direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 78.269.180/0001-07, do-  
ravante denominada COOPERCOSTA, representada pelo seu Presi-  
dente HUIOGUI DE LIMA FACHIN com a interveniência do CEDUP  
"Caetano Costa", pessoa jurídica de direito público interno, inscrito  
no CNPJ sob nº. 05.582.717/0001-07, ambos com endereço na BR  
282 em Itararé, São José do Cerrito (SC), neste ato representado  
pelo seu diretor Senhor. JOSÉ MUNIZ DE SOUZA e o Município  
de São Joaquim (SC), pessoa jurídica de direito público interno,  
inscrito no CNPJ do Fundo Municipal de Educação FME sob nº  
19.620.562/0001-66 doravante denominado MUNICÍPIO de: São  
Joaquim representado pelo Prefeito Municipal Senhor: Humberto  
Luiz Brighenti que amparado pela Lei Municipal Nº 4.320/2015 ce-  
lebram entre si o presente convênio regido pelas cláusulas seguin-  
tes:

### **I – DO OBJETIVO**

Cláusula 1ª - O presente convênio tem por objeto o pagamento,  
pelo MUNICÍPIO de São Joaquim, 50 % do valor necessário para a  
manutenção, moradia e alimentação de: 15 alunos, por ele indica-  
dos, regularmente matriculados no Curso Técnico em Agropecuária  
em concomitância com o ensino médio, ministrado pelo CEDUP CA-  
ETANO COSTA durante o ano de 2015, que traz para o ano corrente  
11 (onze) parcelas no valor de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta  
reais) R\$ 2.640,00 (dois mil seiscentos e quarenta reais).

Parágrafo único – Somente poderão ser beneficiado pelo presente  
convênio os alunos que satisfaçam os requisitos legais de aces-  
so ao curso e/ou as suas respectivas fases, a critério do CEDUP  
CAETANO COSTA, reservado o direito de também recusar aqueles  
alunos que não satisfaçam os requisitos legais e/ou possuam res-  
trições de qualquer natureza, inclusive disciplinares e pedagógicas  
para frequentar o curso.

### **II - DO PREÇO**

Cláusula 2ª - As partes do presente convênio ajustam que o valor  
relativo à manutenção, moradia e alimentação de cada aluno be-  
neficiado pelo presente convênio é de R\$:1.320,00 mês em (Onze)  
parcelas mensais e de R\$:120,00 (cento e vinte por aluno) mês  
totalizando 15 alunos.

### **III – DAS OBRIGAÇÕES DA COOPERCOSTA**

Cláusula 3ª - É da responsabilidade da COOPERCOSTA a manu-  
tenção, aqui compreendidos todos os insumos necessários para o  
regular desenvolvimento do Curso Técnico em Agropecuária, em

concomitância com o ensino médio, especialmente os empregados nas Unidades Didáticas de Produção, assim como o fornecimento de alojamento em quartos com capacidade para 6 (seis) alunos e as refeições necessárias (café, almoço e janta) durante o ano letivo contratado.

Parágrafo 1º - Não constitui obrigação da COOPERCOSTA e nem do CEDUP CAETANO COSTA o fornecimento de colchão e roupas de cama, competindo a cada aluno providenciar o seu próprio enxoval.

Parágrafo 2º - A COOPERCOSTA fornecerá as refeições de acordo com cardápio a ser aprovado pela Assembléia de seus associados, tendo por pratos básicos aqueles tradicionalmente consumidos na região, para as três refeições diárias.

Cláusula 4ª - A COOPERCOSTA remeterá bimestralmente para o MUNICÍPIO um relatório do aproveitamento de cada aluno no Curso de Técnico em Agropecuária em concomitância com o ensino médio.

#### IV – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Cláusula 5ª - É da responsabilidade do MUNICÍPIO indicar como beneficiário do presente convênio apenas alunos que reúnam as condições legais de frequentar o curso ministrado pelo CEDUP CAETANO COSTA e desde que não possua nenhuma das restrições previstas no parágrafo único da cláusula primeira.

Cláusula 6ª - Cumpre ao MUNICÍPIO o pagamento do valor total de R\$ 19.800,00 (Dezenove Mil e Oitocentos Reais) que correspondem as vagas contratadas, o que será realizado em parcelas mensais e iguais, vencendo-se a primeira em: 01/02/2015 e as demais em igual dia dos meses subsequentes conforme acordado entre contratado e contratante, ou no primeiro dia útil seguinte, se o vencimento ocorrer em feriado bancário.

Parágrafo único – Compromete-se o MUNICÍPIO a alocar os recursos necessários em item próprio de seu orçamento, através de proposta de Lei que será enviada para a Câmara Municipal no prazo de 15 (quinze) dias a contar da assinatura do presente convênio, se inexistente, ou se já existente, determinar, que o pagamento correspondente se dê por débito automático e crédito a conta corrente da COOPERCOSTA (Sicoob/SC Credicarú Agência 3081 conta nº. 608-4). Ou Banco do Brasil Agência 5284-1 Conta Corrente 22247-X

#### V – DOS ENCARGOS DE MORA

Cláusula 7ª - Ocorrendo atraso no pagamento de qualquer das parcelas avançadas, incorrerá o MUNICÍPIO no pagamento de juros de mora a taxa prevista no art. 406 do Código Civil, além do pagamento de multa de 10%.

Parágrafo único – O recebimento de parcelas em atraso não constitui mais do que mera liberalidade da COOPERCOSTA, posto que possa considerar rescindido o presente convênio sem que se faça necessária qualquer interpelação judicial ou extrajudicial.

#### VI – DA EXTINÇÃO DO PRESENTE CONVÊNIO

Cláusula 8ª - O presente convênio extinguir-se-á, relativamente a cada aluno com a conclusão do ano letivo e conseqüente liberação dos alunos, ou, com o encerramento do ano letivo.

Parágrafo 1º - Não constitui razão de extinção do presente convênio o fato de um ou mais alunos abandonarem o curso ou forem excluídos dele após o encerramento do primeiro bimestre letivo, pois nesta hipótese, ainda que o aluno conveniado já não usufrua da manutenção, moradia e alimentação, será o MUNICÍPIO responsável pelo pagamento do preço avançado.

Parágrafo 2º - Ocorrendo a hipótese do parágrafo primeiro, o MUNICÍPIO terá a redução no envio do recibo no mês subsequente referente ao tempo em que o aluno esteve matriculado, com o preço ajustado, que corresponde a alimentação e moradia.

Cláusula 9ª - Qualquer das partes poderá rescindir o presente contrato, desde que manifestem expressamente à vontade de fazê-lo com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ressalvando-se a COOPERCOSTA receber o preço ajustado, reduzido do percentual correspondente a alojamento e alimentação, até o termo previsto para o seu término.

Cláusula 10ª - Também constitui razão para que o presente convênio seja rescindido, o descumprimento por qualquer das partes, do que aqui se convencionou e, particularmente, se o MUNICÍPIO deixar de proceder ao pagamento sucessivo de duas parcelas aqui contratadas, isto sem que seja necessária qualquer interpelação judicial ou extrajudicial.

#### VII – FORO

Cláusula 11ª - As partes do presente convênio elegem o foro da Comarca de Lages, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir qualquer dúvida do presente contrato.

E por estarem certos e ajustados assinam o presente convênio na presença das testemunhas que a tudo assistiram, em três vias de igual teor e forma.

São Joaquim SC, 08 de Maio de 2015.

Humberto Luiz Brighenti      José Muniz de Souza  
Prefeito Municipal              Diretor do CEDUP C COSTA

Breno Colombelli  
Tesoureiro da Cooperativa

Testemunhas  
CPF                                      CPF

#### LEI Nº 4.321/2015

LEI Nº 4.321/2015

“QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REPASSAR VALOR FINANCEIRO A TÍTULO DE AUXÍLIO AO CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS – CTG MINUANO CATARINENSE, PARA REALIZAÇÃO DE RODEIO”

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim – SC., faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a repassar, a título de auxílio ao CTG Minuano Catarinense, a importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para contribuição com as despesas da realização do Rodeio de encerramento da temporada de Laço.

Art. 2º - A despesa prevista nesta Lei será alocada por conta da dotação orçamentária nº (55) 03.07.2.011.3.3.50.00.00.00.00, da Secretaria Municipal de Turismo.

Art. 3º - Para o cumprimento desta Lei, deverá a entidade apresentar prestação de contas à Fazenda Municipal.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 08 de Maio de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### **LEI Nº 4.322/2015**

LEI Nº 4.322/2015

“QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REPASSAR VALOR FINANCEIRO A TÍTULO DE AUXÍLIO AO CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS CTG – MINUANO CATARINENSE”

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim – SC., faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a repassar valor financeiro, a título de auxílio ao CTG Minuano Catarinense, a importância de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), para contribuição com o desenvolvimento de atividades artísticas e culturais.

Art. 2º - A despesa prevista nesta Lei será alocada por conta da dotação orçamentária nº (55) 03.07.2.011.3.3.50.00.00.00.00, da Secretaria Municipal de Turismo.

Art. 3º - Para o cumprimento desta Lei, deverá a entidade apresentar relatório do desenvolvimento das atividades artísticas e culturais.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 08 de Maio de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### **LEI Nº 4.323/2015**

LEI COMPLEMENTAR Nº 4.323/2015

“DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

SÃO JOAQUIM, 15 DE MAIO/2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº 4.323/2015

“DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim – SC., faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

#### **TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - Esta Lei regulamenta o Regime Jurídico entre os Servidores e o Município, suas Autarquias e Fundações.

Art. 2º - Para efeito deste Estatuto:

I – Servidor Público é a pessoa legalmente investida em cargo público;

II – Cargo Público é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um servidor, criado por lei, em número certo, com denominação própria e pago pelos cofres públicos para provimento em caráter efetivo ou em comissão;

III – Quadro é o conjunto de cargos em comissão e efetivos de cada poder, autarquia ou fundação instituída e mantida pelo município;

IV – Cargo em comissão é o que, com funções de direção, chefia, assessoramento ou assistência, se destina ao provimento provisório, fundado no critério de confiança da autoridade competente;

V – Cargo Efetivo é o que, com funções permanentes inerentes ao serviço público municipal, se destina a provimento em caráter definitivo e organizado em classes de carreira;

VI – Classe é o conjunto de cargos efetivos da mesma denominação, profissão ou atividade;

VII – Carreira é o conjunto de classes da mesma natureza dispostas verticalmente para o efeito de promoção do servidor, podendo a lei estabelecer que as atribuições mais complexas do cargo sejam atribuídas às classes de grau mais elevado.

Parágrafo Único – Em substituição aos cargos em comissão, a lei poderá criar funções de confiança, cujas atribuições serão cometidas a servidores estáveis ou efetivos.

Art. 3º - É vedada a prestação de serviços gratuitos, salvo os casos previstos em Lei.

#### **TÍTULO II DO INGRESSO**

##### **CAPÍTULO I DOS REQUISITOS DE INGRESSO**

Art. 4º - São requisitos para o ingresso nos quadros de pessoal a que se refere este Estatuto:

I. A nacionalidade Brasileira;

II. O gozo dos direitos políticos;

III. Quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV. O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;

V. A idade mínima de dezoito anos;

VI. Aptidão física e mental;

VII. A aprovação em concurso público, quando se tratar de nomeação para cargo efetivo.

Parágrafo Único – A Lei ou a Resolução da Câmara podem estabelecer outros requisitos para o ingresso, em face da natureza das atribuições do cargo.

##### **CAPÍTULO II DO CONCURSO**

Art. 5º – O concurso público será de provas ou de provas e títulos.

Parágrafo Único – O concurso será de provas e títulos:

I – Para ingresso na carreira do magistério;

II – Nos casos previstos em Lei ou Resolução da Câmara;

III – Quando o edital do concurso o exigir.

Art. 6º - O prazo de validade do concurso público será fixado no edital do concurso, não podendo ser superior a dois anos.

§ 1º - O prazo de validade do concurso, fixado no edital poderá ser prorrogado por uma vez em igual período, se houver interesse do órgão ou entidade que o promover.

§ 2º - Se o edital for omissivo, o prazo de validade será de dois anos, vedada a sua prorrogação.

Art. 7º - O concurso público credencia o aprovado à nomeação durante o prazo de sua validade ou eventual prorrogação, obedecida



à ordem de classificação, computadas as vagas existentes na data do edital, as que decorrerem de vacância do cargo e as que vierem a ser criadas.

Parágrafo Único – Enquanto não se esgotar o prazo de validade do concurso, ou de sua eventual prorrogação, os aprovados serão concursados para assumir o cargo.

Art. 8º - O edital de concurso público, do qual se dará ampla divulgação, conterá os seguintes requisitos mínimos:

- I. Prazo para inscrição não inferior a 10 (dez) dias, contado de sua publicação oficial;
- II. Requisitos para a inscrição e condições para o provimento do cargo;
- III. Tipo e conteúdo das provas e, se for o caso, a categoria dos títulos;
- IV. Forma de julgamento das provas e, se for o caso, dos títulos;
- V. Critérios de aprovação e classificação;
- VI. Valor da taxa de inscrição, quando indispensável ao seu custeio.

§ 1º - As alterações no edital implicam na reabertura do prazo de inscrição.

§ 2º - O prazo para inscrição no concurso, se ainda não encerrado, pode ser prorrogado uma vez por igual período.

Art. 9º- O concurso público será organizado, executado e julgado por uma comissão, nomeada pelo Chefe do Poder Executivo, com a participação de 05 (cinco) servidores estáveis, e do responsável pelo Setor de Pessoal.

Parágrafo Único – A critério do Chefe de cada Poder, o Concurso poderá ser organizado, executado e julgado por empresa especializada na área.

Art. 10 – O concurso será homologado pela autoridade competente do órgão que o promover e publicado o seu resultado.

Parágrafo Único – Homologado o concurso, será expedido o certificado de habilitação que conterá:

- I. O nome do concorrente;
- II. A denominação do cargo, posto em concurso;
- III. Classificação do concorrente e a nota de aprovação.

### TÍTULO III DO PROVIMENTO, DO EXERCÍCIO, E DA PROMOÇÃO

#### CAPÍTULO I DO PROVIMENTO

##### SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11 – O provimento dos cargos públicos far-se-á por ato da autoridade competente de cada poder, autarquia ou fundação, instituída e mantida pelo município.

Art. 12 – São formas de provimento de cargo público:

- I. A Nomeação;
- II. A Progressão Funcional;
- III. O Aproveitamento;
- IV. A Reintegração;
- V. A Recondução;
- VI. A Reversão.

Parágrafo Único – A investidura do servidor em função de confiança far-se-á mediante designação pela autoridade competente.

##### SEÇÃO II DA NOMEAÇÃO E DA POSSE

Art. 13 – Nomeação é o ato pelo qual o cargo efetivo de classe inicial de carreira ou cargo em comissão, é atribuído a uma pessoa.

Art. 14 – Posse é a aceitação expressa do cargo identificado no ato de nomeação, com o compromisso de bem servir, formalizada com a assinatura do termo pela autoridade competente e pelo empossado.

§ 1º - O prazo para a posse é de trinta dias, contado:

- I – Da data de publicação do ato de nomeação;
- II – Do término da licença ou afastamento, tratando-se de servidor municipal sujeito ao regime deste Estatuto, licenciado ou legalmente afastado.

§ 2º- Se a posse não se der no prazo legal, o ato de nomeação será tornado sem efeito e, sendo o caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 15 – A posse depende da apresentação pelo empossado de:

- I. Prova de aptidão física e mental para o exercício do cargo, constante de atestado médico oficial;
- II. Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- III. Declaração que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública;
- IV. Outros documentos necessários ao ingresso no serviço público municipal.

##### SEÇÃO III DA PROGRESSÃO FUNCIONAL

Art. 16 – Progressão Funcional é a elevação do servidor da classe a que pertence para a imediatamente superior na carreira, obedecidos os critérios determinados em Lei.

Art. 17 – A Progressão Funcional será regulamentada em Lei específica que implantar o Plano de Carreira e/ou Quadro de Pessoal de cada segmento de Servidores.

Parágrafo Único - O teto máximo para a Progressão Funcional é de 80% (oitenta por cento) do vencimento inicial do Cargo, não podendo ultrapassar o teto do Chefe do Poder Executivo, respeitados os direitos adquiridos até a data da publicação desta Lei Complementar.

Art. 18 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder incentivo salarial a servidores efetivos que depois de adquirida a estabilidade, e cujo cargo não exija formação acadêmica e nem sejam integrantes do quadro de pessoal do magistério, possuírem ou vierem a concluir a graduação; pós-graduação; mestrado e doutorado, conforme tabela abaixo:

- § 1º – Graduação: – 20% de seus vencimentos base, se o curso for usado nas atribuições do cargo,
- 8% de seus vencimentos base: se o curso for fora das atribuições do cargo;
- Pós Graduação: - 8% de seus vencimentos base; se usado nas atribuições do cargo;
- Mestrado: - 8% de seus vencimentos base; se usado nas atribuições do cargo;
- Doutorado: – 8% de seus vencimentos base; se usado nas atribuições do cargo.

§ 2º - O incentivo concedido será em número único para cada grau de formação, não sendo permitida a cumulação para o mesmo grau de formação.

## SEÇÃO IV DO APROVEITAMENTO

Art. 19 – Aproveitamento é o retorno a cargo público do servidor colocado em disponibilidade, observadas as seguintes normas:

- I – Ocorrendo vaga no quadro de pessoal, o aproveitamento terá precedência sobre as demais formas de provimento;
- II – Havendo mais de um concorrente à mesma vaga, terá preferência o de maior tempo de disponibilidade e, em caso de empate, o mais velho;
- III – O aproveitamento far-se-á a pedido ou de ofício, respeitada a habilitação profissional;
- IV – É vedado o aproveitamento em cargo de remuneração superior à do cargo anteriormente ocupado;
- V – No caso de aproveitamento de ofício, em cargo de remuneração inferior à do anteriormente ocupado, o servidor terá direito à diferença;
- VI – O aproveitamento dependerá da prova de capacidade, mediante inspeção médica oficial;
- VII – Comprovada pela inspeção médica oficial a incapacidade definitiva do servidor convocado para o aproveitamento, será ele aposentado;
- VIII – Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o servidor convocado não entrar em exercício no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da convocação, salvo caso de doença comprovada de inspeção médica oficial.

## SEÇÃO V DA REINTEGRAÇÃO

Art. 20 – Reintegração é o reingresso do servidor no quadro a que pertencia, com ressarcimento dos prejuízos, quando invalidada sua demissão por decisão administrativa ou judicial.

§ 1º - A reintegração dar-se-á no cargo anteriormente ocupado ou resultante de sua transformação.

§ 2º - A reintegração implica na abertura automática de vaga suplementar na classe que deva ser integrado o servidor, a qual será extinta quando ocorrer a primeira vaga na classe final da carreira.

§ 3º - Se o cargo tiver sido extinto, o servidor será colocado em disponibilidade, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, se não for possível o seu aproveitamento imediato.

§ 4º - O servidor reintegrado será submetido a exame médico e aposentado se incapaz.

## SEÇÃO VI DA RECONDUÇÃO

Art. 21– Recondução é o retorno do funcionário estável ao cargo anteriormente ocupado, quando inabilitado em estágio probatório relativo a outro cargo dos quadros do Município.

Parágrafo Único – Na recondução observar-se-á o disposto nos § 2º e 3º do artigo anterior.

## SEÇÃO VII DA REVERSÃO

Art. 22– Reversão é o retorno à atividade, se houver vaga a ser provida, do servidor aposentado por invalidez quando comprovada por inspeção médica oficial a insubsistência dos motivos determinantes da aposentadoria.

Parágrafo Único - A reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação.

## CAPÍTULO II DO EXERCÍCIO

Art. 23– Exercício é o desempenho das atribuições do cargo.

Parágrafo Único – O início, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados nos assentamentos funcionais do servidor.

Art. 24 – É de 30 (trinta) dias o prazo para o servidor entrar em exercício, contados da data da posse ou do ato administrativo de provimento, quando dispensada aquela.

Parágrafo Único – Será exonerado o servidor que não entrar em exercício nesse prazo.

Art. 25 – A promoção não interrompe o exercício, que é contado, no novo posicionamento da carreira, a partir da data de publicação do respectivo ato.

Art. 26 – São considerados como de efetivo exercício os afastamentos em virtude de:

- I. Concessão de ausência ou abono de faltas, nos termos deste Estatuto;
- II. Exercício de cargo em comissão ou equivalente, ou prestação de assessoramento, em órgãos ou entidades do Município ou de cuja administração o Município participe;
- III. Cedência a órgão ou entidade da estrutura organizacional de outro Município, do Estado ou da União;
- IV. Participação, como instrutor ou treinando, em programa de treinamento regularmente instituído;
- V. Desempenho de mandato eletivo Municipal, Estadual, ou Federal;
- VI. Convocação para o Serviço Militar;
- VII. Júri e outros serviços obrigatórios por Lei;
- VIII. Missão ou estudo fora do Município, quando autorizada;
- IX. Licença:

- 1. À gestante, à adotante e paternidade;
- 1. Para tratamento da própria saúde, até 02 (dois) anos;
- 1. Para atividade política;
- 1. Para desempenho de mandato classista;
- 1. Por motivo de acidente de serviço, ou doença profissional.

Parágrafo Único - O Presidente do Sindicato Municipal dos Servidores, poderá faltar ao Trabalho quando estiver em atividade judicial defendendo interesse do sindicato sem perca de dias.

Art. 27 – O ocupante de cargo de provimento efetivo fica sujeito ao cumprimento da jornada de trabalho explicitada no Quadro de Pessoal e/ou Plano de Carreira de sua Categoria Funcional, salvo quando ato do poder Executivo estabelecer duração diversa.

§ 1º - Além do cumprimento desse horário, o servidor pode ser convocado sempre que houver interesse da administração.

§ 2º - A pedido do servidor, e se houver conveniência para a administração, a carga horária fixada por lei poderá ser reduzida com redução proporcional da remuneração.

## CAPÍTULO III DA REDISTRIBUIÇÃO

### SEÇÃO ÚNICA

Art. 28 – Redistribuição é a movimentação do servidor com o respectivo cargo, para quadro de pessoal de outro órgão ou entidade, observado o interesse da administração e nos termos de lei específica.

## TÍTULO IV DA VACÂNCIA E DA DISPONIBILIDADE



## CAPÍTULO I DAS FORMAS DE VACÂNCIA

Art. 29– São formas de vacância de cargo público:

- I – Exoneração;
- II – Demissão;
- III – Recondução;
- IV – Aposentadoria;
- V – Falecimento.

Parágrafo Único – A vacância de função de confiança decorrerá de dispensa, a pedido ou de ofício, aposentadoria ou falecimento.

## CAPÍTULO II DA EXONERAÇÃO

Art. 30– Dá-se a exoneração:

- I – A pedido do servidor;
- II – Por iniciativa da autoridade competente, quando:

- a) Não forem satisfeitas as condições do estágio probatório e não couber recondução;
- b) O servidor não entrar em exercício no prazo legal;
- c) O servidor tomar posse em outro cargo, emprego ou função pública e não for permitida a acumulação;
- d) Tratar-se de servidor investido em cargo em comissão ou função de confiança;
- e) Para adequar os dispêndios com pessoal, de acordo com a Legislação Federal vigente.

Art. 31 – A demissão será aplicada como penalidade, nos casos definidos neste Estatuto ou Lei Complementar.

## CAPÍTULO III DA APOSENTADORIA

Art. 32 – O servidor será aposentado de acordo com Lei Federal:

- I – Por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrente de acidente de serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável e proporcionais nos demais casos;
- II – Compulsoriamente, aos 70 (setenta) anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;
- III – Voluntária: De acordo com o que dispuser a Constituição Federal.

Parágrafo Único - Para os efeitos do inciso I, consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis a tuberculose ativa, a alienação mental, neoplasia maligna incapacitante, cegueira posterior ao ingresso no serviço público, hanseníase, cardiopatia grave, doença de parkinson, paralisia irreversível e incapacitante, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados do mal de paget, síndrome de imunodeficiência adquirida, e outras que a lei indicar.

Art. 33– A aposentadoria compulsória será automática, declarada pela autoridade competente e com vigência a partir do dia imediato àquele em que o servidor atingir a idade limite de permanência no serviço ativo.

Art. 34 – As demais aposentadorias vigorarão a partir da data de publicação do respectivo ato.

§ 1º - A aposentadoria por invalidez será precedida de licença para tratamento de saúde, por período não excedente a 24 (vinte e quatro) meses, ou de acordo com o que dispuser o regulamento do órgão previdenciário a que estiver subordinado o servidor.

§ 2º- Expirado o período de licença e não estando o servidor em

condições de reassumir o cargo, o servidor será aposentado.

§ 3º - O lapso de tempo compreendido entre o término da licença e a publicação do ato de aposentadoria será considerado como de prorrogação da licença.

## CAPÍTULO IV DA DISPONIBILIDADE

Art. 35 – Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço prestado ao Município.

## TÍTULO V

### DOS DIREITOS CAPÍTULO I

#### DA EFETIVIDADE

Art. 36 – Efetividade é o direito do servidor permanecer no cargo de carreira no qual foi investido nos termos deste Estatuto.

Parágrafo Único – A efetividade não impede que sejam alteradas, por Lei ou Resolução da Câmara, as atribuições do cargo, desde que a alteração não resulte:

- I. Redução da dignidade das atribuições inerentes ao cargo;
- II. Diminuição de ordem patrimonial;
- III. Mudança da natureza das atribuições que foram conferidas originalmente ao servidor e para as quais teve que se submeter a concurso público que demonstrasse capacidade profissional ou habilitação para seu desempenho.

### CAPÍTULO II DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E DA ESTABILIDADE

Art. 37– São estáveis, após 03 (três) anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

Parágrafo Único – O servidor público estável só perderá o cargo:

- I. Em virtude de sentença judicial transitada em julgado;
- II. Mediante processo administrativo em que lhe seja assegurado ampla defesa;
- III. Mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma da Lei Complementar Federal, assegurada ampla defesa.

Art. 38 – Estágio probatório é o período de 03 (três) anos, durante o qual serão apurados os seguintes fatores necessários à confirmação do servidor no cargo:

- I. Comportamentais e Estratégicos;
- II. Operacionais.

§ 1º - Como condição para aquisição da estabilidade é obrigatória a avaliação de desempenho por comissão constituída para esta finalidade.

§ 2º - O Estágio Probatório obedecerá a procedimento compatível com a natureza do cargo, definido em regulamento aprovado pela autoridade competente.

§ 3º - O órgão responsável pelo procedimento de estágio, dentro de até 30 (trinta) meses da entrada do exercício do servidor, deverá oferecer relatório circunstanciado sobre o seu desempenho e concluir por sua confirmação ou não no cargo.

§ 4º - Recebida a defesa, o órgão responsável pelo procedimento de estágio submeterá a matéria, instruída com parecer final, a autoridade competente para decidir.

§ 5º - Aos servidores nomeados, mediante Concurso Público até a

data de 05.06.1998, é assegurado o prazo de dois anos de efetivo exercício para a aquisição da estabilidade, sem prejuízo da Avaliação de Desempenho a que se refere o § 1º deste Artigo.

§ 6º - O servidor, em seu estágio probatório, será submetido a, no mínimo, três avaliações de desempenho.

### CAPÍTULO III

#### DO TEMPO DE SERVIÇO

Art. 39- É contado para todos os efeitos o tempo de serviço público prestado ao Município.

Art. 40 - É contado apenas para efeito de aposentadoria:

I - O tempo de serviço público prestado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e a outros Municípios;

II - O tempo correspondente ao desempenho de mandato eletivo Federal, Estadual ou Municipal, anterior ao ingresso no serviço público municipal;

III - O tempo de serviço em atividade privada, vinculada a previdência social, com a devida contribuição.

§ 1º - O tempo de serviço a que se refere o inciso I não poderá ser contado com quaisquer acréscimos, ou em dobro, salvo se houver disposição correspondente neste Estatuto.

§ 2º - É vedada a contagem cumulativa de tempo de serviço prestado concomitantemente em mais de um cargo, emprego ou função de órgãos ou entidades da administração direta, indireta ou fundacional pública Federal, Estadual ou Municipal ou atividade privada vinculada à Previdência Social Nacional.

Art. 41- A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerando-se o ano como de trezentos e sessenta e cinco dias.

### CAPÍTULO IV

#### DA REMUNERAÇÃO

Art. 42- Remuneração é a retribuição pecuniária devida mensalmente ao servidor pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao vencimento, acrescido de vantagens financeiras permanentes ou temporárias, previstas neste Estatuto.

§ 1º - Nenhum servidor, ativo ou inativo, poderá perceber, mensalmente, vencimento superior aos subsídios do Prefeito.

§ 2º - A revisão geral da remuneração dos servidores públicos, será feita sempre no mês de março de cada ano entre o Sindicato e o Prefeito.

§ 3º - O vencimento é irredutível.

Art. 43- São vantagens financeiras:

I. O décimo terceiro vencimento;

II. A gratificação de função;

III. A gratificação por exercício de cargo em Comissão ou Função de Confiança;

IV. Adicional de férias;

V. O adicional pelo exercício de atividades em condições penosas, insalubres ou perigosas;

VI. O adicional pela prestação de serviço extraordinário;

VII. O adicional pela prestação de trabalho noturno;

VIII. O salário família, definido em lei.

Art. 44- O décimo terceiro vencimento corresponde a um doze avos da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício, no respectivo ano.

§ 1º - A fração igual ou superior a quinze dias será paga como mês integral.

§ 2º - O décimo terceiro vencimento será pago até o dia vinte do

mês de dezembro de cada ano.

§ 3º - O décimo terceiro vencimento não será considerado para cálculo de qualquer outra vantagem financeira.

§ 4º - O servidor exonerado perceberá o décimo terceiro vencimento proporcional aos meses de efetivo exercício, calculada sobre a remuneração do mês de exoneração.

Art. 45- As Gratificações de Funções, a critério do Chefe do Poder Executivo, ou Chefe do Poder Legislativo, serão concedidas a servidores do quadro permanente e/ou a servidores cedidos ou colocados à disposição por outros órgãos públicos, regidos pelo critério de confiança, a que sejam inerentes as atividades de execução e controle.

Art. 46 - O servidor efetivo nomeado para exercer cargo em comissão ou função de confiança, terá o direito à gratificação nos seguintes termos:

§ Único - Se for nomeado para o cargo em Comissão, poderá optar pelo salário do referido cargo comissionado ou perceber a gratificação no percentual de 33,33% do salário do mesmo cargo.

Art. 47 - Independentemente de solicitação, será pago ao servidor por ocasião de férias, adicional de um terço da remuneração correspondente ao período de férias.

Art. 48- O adicional pela prestação de serviço extraordinário será pago por hora de trabalho que exceda o período normal de expediente, acrescido de 100% (cem por cento) da hora normal de trabalho.

§ 1º - O valor da hora normal de trabalho será determinado com base na remuneração do servidor.

§ 2º - Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporais, conforme dispuser o regulamento.

§ 3º - Fica estabelecido que os servidores poderão ter jornada de trabalho especial de prorrogação e/ou compensação de horas de trabalho, desde que observado o máximo de 02 (duas) horas diárias de acréscimo, a folga dominical e o limite de horas mensais.

§ 4º - As horas trabalhadas em regime de compensação não serão consideradas como extraordinárias.

Art. 49- O adicional de trabalho noturno, assim entendido o que for prestado no período de 22 (vinte e duas) e 06 (seis) horas, será de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o vencimento do cargo.

Art. 50- O servidor perderá:

I - A remuneração dos dias que faltar ao serviço, salvo justificativa, até o limite de uma falta por mês;

II - A parcela da remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências e saídas antecipadas, iguais ou superiores à 10 (dez) minutos, salvo justificativa aceita pela chefia imediata.

III - A remuneração do cargo efetivo se nomeado para cargo em comissão, ressalvado o direito de opção e o de acumulação permitida.

Art. 51 - Salvo por imposição legal ou ordem judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento, exceto os descontos legais.

Parágrafo Único - Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, a critério da administração e com reposição dos custos, quando significativamente onerosos.

Art. 52- As reposições e indenizações ao Município poderão ser fracionadas em parcelas mensais, nunca inferiores a 20% (vinte por cento) da remuneração.

Parágrafo Único – A não quitação do débito no prazo previsto implicará sua inscrição em dívida ativa.

Art. 53 – O vencimento, a remuneração e o provento não serão objeto de arresto, seqüestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos resultantes de decisão judicial.

Art. 54 – Incorpora-se ao patrimônio do servidor, passando a integrar a sua remuneração, a expressão monetária da Progressão Funcional, até o limite máximo de 80% (oitenta por cento) do vencimento inicial do Cargo, ressalvados os direitos adquiridos até a data da publicação desta Lei.

Parágrafo Único – Nenhuma outra gratificação será incorporada ao vencimento do servidor.

Art. 55 - Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.

Art. 56 - O Ministério do Trabalho aprovará o quadro das atividades e operações insalubres e adotará normas sobre os critérios de caracterização da insalubridade, os limites de tolerância aos agentes agressivos, meios de proteção e o tempo máximo de exposição do empregado a esses agentes.

Parágrafo Único - As normas referidas neste artigo incluirão medidas de proteção do organismo do trabalhador nas operações que produzem aerodispersóides tóxicos, irritantes, alérgicos ou incômodos.

Art. 57 - A eliminação ou a neutralização da insalubridade ocorrerá:

- I - com a adoção de medidas que conservem o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância;
- II - com a utilização de equipamentos de proteção individual ao trabalhador, que diminuam a intensidade do agente agressivo a limites de tolerância.

Art. 58 - O exercício de trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, assegura a percepção de adicional respectivamente de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) do salário-mínimo da região, segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo.

Art. 59 - São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a:

- I - inflamáveis, explosivos ou energia elétrica;
- II - roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial.

§ 1º - O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.

§ 2º - O empregado poderá optar pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido.

§ 3º - Serão descontados ou compensados do adicional outros da mesma natureza eventualmente já concedidos ao vigilante por meio de acordo coletivo.

Art. 60 - O direito do empregado ao adicional de insalubridade ou

de periculosidade cessará com a eliminação do risco à sua saúde ou integridade física, nos termos desta Seção e das normas expedidas pelo Ministério do Trabalho.

Art. 61 - A caracterização e a classificação da insalubridade e da periculosidade, segundo as normas do Ministério do Trabalho, far-se-ão através de perícia a cargo de Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho, registrados no Ministério do Trabalho.

§ 1º - É facultado às empresas e aos sindicatos das categorias profissionais interessadas requererem ao Ministério do Trabalho a realização de perícia em estabelecimento ou setor deste, com o objetivo de caracterizar e classificar ou delimitar as atividades insalubres ou perigosas.

§ 2º - Argüida em juízo insalubridade ou periculosidade, seja por empregado, seja por Sindicato em favor de grupo de associado, o juiz designará perito habilitado na forma deste artigo, e, onde não houver, requisitará perícia ao órgão competente do Ministério do Trabalho.

§ 3º - O disposto nos parágrafos anteriores não prejudica a ação fiscalizadora do Ministério do Trabalho, nem a realização ex officio da perícia.

Art. 62 - Os efeitos pecuniários decorrentes do trabalho em condições de insalubridade ou periculosidade serão devidos a contar da data da inclusão da respectiva atividade nos quadros aprovados pelo Ministro do Trabalho, respeitadas as normas do artigo 11.

Art. 63 - Os materiais e substâncias empregados, manipulados ou transportados nos locais de trabalho, quando perigosos ou nocivos à saúde, devem conter, no rótulo, sua composição, recomendações de socorro imediato e o símbolo de perigo correspondente, segundo a padronização internacional.

Parágrafo Único - Os estabelecimentos que mantenham as atividades previstas neste artigo afixarão, nos setores de trabalho atingidas, avisos ou cartazes, com advertência quanto aos materiais e substâncias perigosos ou nocivos à saúde.

## CAPÍTULO V DAS INDENIZAÇÕES, DOS AUXÍLIOS E DOS PRÊMIOS

### SEÇÃO I DAS INDENIZAÇÕES

Art. 64 – O servidor que, por determinação da respectiva chefia, se deslocar da sede de trabalho, no interesse do serviço, fará jus a:

- I – Transporte gratuito;
- II – Diária, a título de indenização das despesas de alimentação e pousada, cujo valor e critério de concessão serão fixados por ato do chefe de cada poder;
- III – Indenização das despesas com ligações telefônicas e locomoção na cidade de destino, mediante comprovação.

§ 1º - Não cabe a concessão de diária quando:

- I – O deslocamento do servidor, no território do município constituir exigência inerente as atribuições do cargo;
- II – O deslocamento for por período inferior a 04 (quatro) horas.

§ 2º - Pagar-se-á meia diária quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede do trabalho.

Art. 65 – Em substituição ao regime de diárias, poderá ser adotado o regime de indenização, sempre que convier aos interesses da administração, em razão das despesas com alimentação e pernoite, mediante apresentação dos respectivos comprovantes, até o limite fixado em ato do chefe de cada poder.

Art. 66 – Tanto no regime de diárias como no de indenização, o servidor tem direito ao adiantamento do numerário antes de iniciado o deslocamento conforme arbitramento feito pela respectiva chefia promovendo-se a tomada de contas, para restituição ou pagamento de eventuais diferenças, até cinco dias após o retorno.

Parágrafo Único – Se o deslocamento não se realizar, por qualquer motivo, o numerário correspondente ao adiantamento será restituído dentro de setenta e duas horas.

Art. 67 – Nos casos em que a remoção de ofício implicar em mudança de residência, correrão por conta do Município as despesas com o transporte do servidor, de sua família e dos seus respectivos bens.

Art. 68 – As despesas do servidor convocado para participar de cursos de treinamento serão suportadas pelo Município, podendo ser adotado o regime de diárias, o de indenização ou de concessão de ajuda de custo, arbitrada pelo chefe de cada poder, quando a alimentação e a hospedagem não forem proporcionadas diretamente pelo poder público.

## SEÇÃO II DOS AUXÍLIOS

Art. 69 – Ao servidor que tiver a atribuição de pagar e receber em moeda corrente será concedido, enquanto exercê-la, auxílio no valor de 5% (cinco por cento) do seu vencimento, a título de compensação por diferença de caixa.

## SEÇÃO III DOS PRÊMIOS

Art. 70 – Ao servidor que elaborar trabalho técnico, científico ou considerado de especial relevância, que venha a ser aproveitado pelo Município e que seja resultado do exercício do cargo, e facultada a concessão de prêmio, arbitrado pela autoridade competente, cujo valor não será superior uma vez o vencimento do cargo.

## CAPÍTULO VI DAS LICENÇAS

### SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 71 – São modalidades de licença:

- I – Para tratamento de saúde, de doença profissional, ou por acidente de serviço;
- II – Por motivo de doença em pessoa da família;
- III – Para repouso à gestante, à adotante e paternidade;
- IV – Para serviço militar obrigatório;
- V – Para atividade política e desempenho de atividades classistas;
- VI – Licença para tratar de assuntos particulares;
- VII – Licença Prêmio.

§ 1º - São competentes para a concessão de licença a autoridade superior de cada poder, Autarquia ou Fundação, admitida a delegação de competência.

§ 2º- As licenças previstas nos incisos IV e V não se aplicam ao servidor cujo vínculo com o Município decorrer apenas do exercício de cargo em comissão.

§ 3º- Para as licenças previstas nos incisos I e II serão respeitadas as normas do Órgão Previdenciário a que o Servidor estiver vinculado e Legislação Federal vigente.

### SEÇÃO II POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

Art. 72 - Para a licença prevista no inciso II, o requerimento deverá estar acompanhado de atestado médico, e será concedida pelo

prazo de até 30 (trinta) dias contínuos ou intercalados, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias. Excedendo este período será sem remuneração por 90 (noventa) dias.

§ 1º- A licença de que trata o artigo 72, incluídas as prorrogações, poderá ser concedida a cada período de 12 (doze) meses nas seguintes condições:

I - por até 60 (sessenta) dias por ano, mantida a remuneração do servidor; e

II - por até 90 (noventa) dias, consecutivos ou não, sem remuneração.

§ 2º - O início do interstício de 12 (doze) meses será contado a partir da data do deferimento da primeira licença concedida.

§ 3º A Licença poderá ser concedida ao servidor por motivo de doença em cônjuge ou companheiro, pais, filhos, padrasto ou madrasta, enteado ou dependente, mediante avaliação pela Junta Médica e Assistente Social.

I – Para comprovação de dependente do servidor: cópia da declaração do imposto de renda onde conste a dependência econômica, ou documento expedido pelo setor de recursos humanos informando que o dependente consta nos assentamentos funcionais do servidor e ou ordem judicial.

### DA LICENÇA À GESTANTE, ADOTANTE E PATERNIDADE

Art. 73 – Será concedida licença à servidora gestante, por 180 (cento e vinte) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.

§ 1º - A licença poderá ter início a partir do oitavo mês de gestação, salvo antecipação por prescrição médica.

§ 2º - No caso de natimorto ou aborto criminoso, dar-se-á licença para tratamento de saúde.

Art. 74 – Para amamentar o próprio filho, com até 06 (seis) meses de idade, a servidora lactante terá direito a 01 (uma) hora de descanso, para cada 04 (quatro) horas de trabalho, que poderá ser parcelada em 02 (dois) períodos de meia hora.

Art. 75 – À servidora que adotar ou obtiver a guarda judicial de criança até 01 (um) ano de idade, serão considerados 90 (noventa) dias de licença remuneradas, o caso de adoção ou guarda judicial de criança com mais de 01 (um) ano de idade o prazo de que trata este artigo será de 30 (trinta) dias remunerados.

Art. 76 – É assegurada ao servidor licença de 03 (três) dias, sem perda da remuneração, a contar do dia do nascimento do seu filho.

### SEÇÃO III DA LICENÇA PARA O SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO

Art. 77 – Ao servidor que for convocado para o serviço militar obrigatório será concedida licença sem remuneração.

§ 1º- A licença será concedida a vista de documento oficial que prove a incorporação.

§ 2º - O servidor desincorporado reassumirá o cargo no prazo de 10 (dez) dias.

### SEÇÃO IV DA LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA OU CLASSISTA

Art. 78 – O servidor terá direito a licença, sem remuneração, durante o período que mediar entre a desincompatibilização do cargo, determinada por lei, para concorrer a cargo eletivo ao dia do registro de sua candidatura perante a justiça eleitoral.

§ Único – A partir do registro da candidatura e até o quinto dia seguinte ao da eleição, o servidor efetivo fará jus a licença com remuneração integral, como se em efetivo exercício estivesse.

Art. 79 – É assegurada licença, sem remuneração, ao servidor eleito presidente de entidade de classe, ou sindicato representativo da categoria dos servidores municipais.



**DA LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES**

Art. 80 -A critério da Administração, poderá ser concedida, ao servidor estável, Licença para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de até 02 (dois) anos consecutivos, sem remuneração.

§ 1º - O Requerimento deve definir o tempo que o servidor pretende afastar-se e, caso concedida a licença, só poderá retornar antes do prazo previsto se houver interesse de ambas as partes.

§2º - Não se concederá nova licença antes de decorridos 02 (dois) anos do término da anterior.

§ 3º- Finda a licença e o servidor não retornando, os dias não trabalhados serão considerados como falta ao serviço.

**DA LICENÇA PRÊMIO**

Art. 81 - Após cada quinquênio de efetivo exercício, ao funcionário que a requerer conceder-se-á licença-prêmio de 45 (quarenta e cinco dias), com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo.

§ - 1º - Perceberá o funcionário no período de licença prêmio, o vencimento ou remuneração do seu cargo.

§ - 2º - Considera-se de efetivo exercício o tempo de serviço prestado pelo servidor na Administração Pública, assegurado o recebimento integral das gratificações percebidas ininterruptamente, há mais de seis meses, salvo as relativas ao exercício de cargo em comissão ou função de confiança.

§ - 3º - A perda do direito da licença prêmio pelo servidor que no período aquisitivo:

I) sofrer penalidade disciplinar de suspensão;

II) afastar-se do cargo em virtude de: 1) licença para tratar de interesse particular; 2) condenação a pena privativa de liberdade, por sentença definitiva;

III) faltar injustificadamente ao serviço por mais de 08 (oito) dias por ano ou 40 (quarenta) dias por quinquênio.

§ - 4 O direito de requerer a licença prêmio não prescreve, nem está sujeito a caducidade.

O direito à licença-prêmio não tem prazo para ser usufruído. A competência para a sua concessão é do órgão de origem do servidor.

§ - 5 O SERVIDOR EM REGIME DE ACUMULAÇÃO: Terá direito a licença-prêmio correspondente a ambos os cargos, contando-se, porém, separadamente, o tempo de serviço em relação a cada um deles. Será independente o cômputo do quinquênio em relação a cada um dos cargos acumuláveis. A licença poderá ser gozada integralmente, em períodos de 01 (um) a 02 (dois) meses.

**CAPÍTULO VII  
DAS CONCESSÕES**

Art. 82 – Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço:

I – Por até 01 (um) dia para:

- a) doação de sangue;
- b) falecimento de avós.

II – Até 03 (três) dias por falecimento de irmãos, madrasta e padrasto.

III – Até 07 (sete) dias por motivo de:

- a) Seu casamento;
- b) Falecimento do cônjuge, companheiro, pais, filhos, enteados ou adotado.

Art. 83 – O servidor poderá ser cedido mediante requisição para ter exercício em outro órgão ou entidade dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas seguintes hipóteses.

- I – Para exercício de cargo em comissão ou função de confiança;
- II – Em casos previstos em Leis específicas.

§ Único – Na hipótese do Inciso I deste Artigo, o ônus da remuneração será do órgão ou entidade requisitante.

Art. 84 – O servidor estável poderá ausentar-se do município para estudo, sem remuneração, desde que autorizado pela maior autoridade a que tiver subordinado.

§ Único – A ausência de que trata este artigo não excederá o período de duração do estudo, objeto da licença. Cessando o motivo da licença, o servidor terá prazo de 30 (trinta) dias para reassumir as funções de origem no município, sob pena de serem consideradas injustificadas suas faltas a partir desta data.

**CAPÍTULO VIII  
DO DIREITO DE PETIÇÃO**

Art. 85 – Em defesa de direito ou de interesse legítimo é assegurado ao servidor requerer, pedir reconsideração e recorrer na esfera administrativa, observadas as seguintes normas:

I. A petição, dirigida à autoridade competente para decidir, será encaminhada por intermédio do superior hierárquico imediato, se for o caso, o qual a despachará no prazo de cinco dias.

II. O prazo para decisão, qualquer que seja a instância, é de trinta dias, ressalvada a necessidade de diligência ou parecer especializado, caso em que o prazo será de noventa dias.

III. Só cabe pedido de reconsideração à autoridade que deva decidir em última instância.

IV. Cabe recurso para a autoridade imediatamente superior a que se expediu o ato que decidiu em primeira instância.

V. Nenhum recurso ou pedido de reconsideração pode ser dirigido a mesma autoridade por mais de uma vez.

VI. Os requerimentos, recursos ou pedidos de reconsideração não têm efeito suspensivo.

a) O direito de requerer prescreve:

b) Em cinco anos, quanto aos atos de demissão, cassação de aposentadoria e de disponibilidade ou que afetem o interesse patrimonial em créditos resultantes da relação de trabalho.

c) Um ano nos demais casos.

VII – O prazo para recorrer ou pedir reconsideração é de trinta dias, contados da data da publicação ou da em que o servidor for cientificado pessoalmente.

VIII – O pedido de reconsideração e o recurso interrompem o prazo de prescrição.

§ 1º - Para o exercício do direito de petição, assegurada vista do processo ou do documento, na repartição, ao servidor ou ao procurador por ele constituído, bem como cópia das peças que tenha interesse à sua defesa.

§ 2º - A administração deve rever seus atos, a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidades ou inconstitucionalidade.

**CAPÍTULO IX  
DAS FÉRIAS**

Art. 86 – O servidor tem direito, anualmente, a 30 (trinta) dias de férias, exceto os professores em efetivo exercício em sala de aula, aos quais serão concedidos 30 (trinta) dias de férias, acrescidos de 15 (quinze) dias de recesso, a serem gozados nos recessos escolares.

§ 1º - Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos doze meses de exercício.

§ 2º - É vedado levar a conta de férias qualquer falta ao serviço.

§ 3º - É facultado ao servidor converter um terço das férias em

abono pecuniário, desde que o requeira pelo menos trinta dias antes do seu início, observados o interesse e a disponibilidade financeira do município.

§ 4º - As férias só poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, convocação para serviço oficial obrigatório ou por motivo de superior interesse público, caso em que os dias restantes serão gozados em dobro, tão logo cessado o período de convocação.

## TÍTULO VI DO REGIME DISCIPLINAR

### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 87- São deveres do servidor:

- I. Exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;
- II. Ser leal às instituições a que servir;
- III. Observar as normas legais e regulamento;
- IV. Cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;
- V. Atender com presteza:

- a) Ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo
- b) A expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal.
- c) As requisições para defesa da Fazenda Pública.

- VI - Levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;
- VII - Zelar pela economia do material e a do patrimônio público;
- VIII - Guardar sigilo sobre segredos da repartição;
- IX - Manter conduta compatível com a moralidade administrativa;
- X - Ser assíduo e pontual ao serviço;
- XI - Tratar com urbanidade as pessoas;
- XII - Representar contra a ilegalidade ou abuso de poder;
- XIII - Participar das comissões para as quais for nomeado.

§ Único - A representação de que trata o inciso XII será encaminhada pela via hierárquica e obrigatoriamente apreciada pela autoridade superior aquela contra a qual é formulada.

### CAPÍTULO II DAS PROIBIÇÕES

Art. 88- Ao servidor é proibido:

- I - Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;
- II - Retirar sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objetos da repartição;
- III - Recusar fé a documentos públicos;
- IV - Opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;
- V - Promover manifestações de apreço ou desapreço no recinto da repartição;
- VI - Referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso as autoridades públicas ou aos atos do poder público, mediante manifestação escrita ou oral;
- VII - Cometer a pessoal estranho à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que seja de sua competência ou de seu subordinado;
- VIII - Compelir ou aliciar outro servidor no sentido de filiação a associação profissional ou sindical, ou partido político;
- IX - Valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;
- X - Participar de gerência ou administração de empresa privada e de sociedade civil;

- XI - Exercer comércio, e nesta qualidade, transacionar com o município;
- XII - Atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau;
- XIII - Receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
- XIV - Aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro, sem licença da autoridade competente;
- XV - Praticar usura sob qualquer de suas formas;
- XVI - Proceder de forma decidiosa;
- XVII - Cometer a outro servidor atribuições estranhas às do cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;
- XVIII - Utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;
- XIX - Exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo e com o horário de trabalho.

§ Único - É lícito ao servidor criticar atos do poder público do ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço, em trabalho assinado.

### CAPÍTULO III DA ACUMULAÇÃO

Art. 89 - É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários:

- a) A de 02 (dois) cargos de professor;
- b) A de 01 (um) cargo de professor com outro, técnico ou científico;
- c) A de 02 (dois) cargos privativos de profissionais da saúde. (com profissões regulamentadas).

### CAPÍTULO IV DAS RESPONSABILIDADES

Art. 90 - O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

§ 1º - A responsabilidade civil decorre do ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, de que resulte prejuízo ao erário ou a terceiros, observando o seguinte:

- I - A indenização de prejuízo causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva;
- II - A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor de herança recebida, decorrente do ilícito.

§ 2º - A responsabilidade penal abrange os crimes e convenções imputados ao servidor, nesta qualidade.

§ 3º - A responsabilidade administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo no desempenho do cargo ou função.

§ 4º - As sanções cíveis, penais e administrativas poderão acumular-se sendo independentes entre si.

§ 5º - A responsabilidade civil ou administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição que negue a existência do fato ou a sua autoria.

### CAPÍTULO V DAS PENALIDADES

Art. 91 - São penalidades disciplinares:

- I - A advertência;
- II - Suspensão;
- III - Demissão;
- IV - Cassação da aposentadoria ou disponibilidade.



§ Único – O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Art. 92 – Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e gravidade da infração, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias atenuantes ou agravantes e os antecedentes funcionais.

§ 1º - São circunstâncias agravantes da pena:

- I – A premeditação;
- II – A reincidência;
- III – O conluio;
- IV – A continuação;
- V – O cometimento do ilícito;

- a) mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte o processo disciplinar;
- b) com abuso de autoridade;
- c) durante o cumprimento da pena;
- d) em público.

§ 2º- São circunstâncias atenuantes da pena:

- I – Haver sido mínima a cooperação do servidor no cometimento da infração.
- II – Ter o agente:

- a) procurado, espontaneamente e com eficiência, logo após o cometimento da infração, evitar-lhe ou minorar-lhe os efeitos;
- b) cometido a infração sob coação de superior hierárquico a que não podia resistir, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto de terceiro.
- c) Confessado espontaneamente a autoria da infração ignorada, ou imputada a outrem.

Art. 93 – A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do Art. 88, inciso I e VIII, e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamento ou norma interna.

Art. 94 – A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e violação das demais proibições tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder de noventa dias.

§ Único – Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa na base de cinquenta por cento por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.

Art. 95– As penalidades serão anotadas nos registros funcionais.

Art. 96 – A demissão será aplicada nos seguintes casos:

- I – Crime contra a administração pública;
- II – Abandono de cargo;
- III – Inassiduidade habitual;
- IV – Improbidade administrativa;
- V – Incontinência pública e conduta escandalosa;
- VI – Insubordinação grave em serviço;
- VII – Ofensa física, em serviço a servidor ou particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;
- VIII – Aplicação irregular de dinheiro público;
- IX – Revelação de segredo apropriado em razão do cargo;
- X – Lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal;
- XI – Corrupção;
- XII – Acumulação proibida de cargos, empregos, ou funções públicas;

XIII – Transgressão do Art. 88, incisos IX a XVI.

§ 1º - Configura abandono de cargo, a ausência intencional do servidor ao serviço, por mais de trinta dias consecutivos.

§ 2º - Configura inassiduidade habitual a falta do servidor, sem causa justificada, por 10 (dez) dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.

§ 3º - A acumulação proibida:

I – Se comprovada boa-fé, acarreta a demissão de um dos cargos, emprego ou função, dando-se ao servidor prazo de quinze dias para optar por um deles.

II – Se comprovada má-fé, acarreta a demissão de ambos os cargos.

§ 4º - A pena de demissão implica:

I – Automaticamente, na vacância do cargo efetivo, quando decorrente de cargo em comissão ou função de confiança.

II – Na impossibilidade do reingresso do serviço público municipal:

a) nos 15 (quinze) anos seguintes ao de sua aplicação, nos casos dos incisos I, IV, VIII, X, e XI

b) nos 05 (cinco) anos seguintes ao de sua aplicação, nos demais casos.

III – Na indisponibilidade dos bens do servidor e o ressarcimento ao erário público, sem prejuízo da ação penal cabível, nos casos dos incisos IV, VIII, e X.

Art. 97 – Será cassada a aposentadoria ou disponibilidade do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com demissão.

Art. 98 – São competentes para a aplicação de penalidades:

I – Quaisquer que sejam elas, o Prefeito, o Presidente da Câmara ou autoridade superior de autarquia ou fundação.

II – As de advertência e suspensão de até trinta dias, a autoridade indicada nos regimentos de cada poder, autarquia ou fundação.

Art. 99 – A ação disciplinar prescreverá:

I – Em 05 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de disponibilidade ou aposentadoria;

II – Em 02 (dois) anos, quanto a suspensão;

III – Em 180 (cento e oitenta) dias, quanto a advertência.

§ 1º - O prazo de prescrição começa a correr da data em que o ilícito foi praticado.

§ 2º - Os prazos de prescrição previstos em lei penal, aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.

§ 3º - A abertura de sindicância ou a instrução de processo disciplinar interrompe a prescrição.

§ 4º- Interrompido o curso da prescrição, este recomeçará a correr, pelo prazo restante, a partir do dia em que cessar a interrupção.

## TÍTULO VII DA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 100 – A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, asseguradas ao acusado contraditório e a ampla defesa.

Art. 101– As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração desde que tenham a identificação e o endereço do denunciante

e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.

§ 1º - Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada por falta de objeto.

§ 2º - Sendo conhecido a autoria da infração apontada, dispensa-se a realização de sindicância, sendo iniciado os procedimentos para instalação do Processo Administrativo Disciplinar Competente.

Art. 102- Da sindicância instaurada pela autoridade poderá resultar:

I – O arquivamento do processo;

II – A abertura de processo administrativo disciplinar.

Art. 103 – Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de trinta dias, de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade ou demissão de cargos em comissão ou função de confiança será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

## CAPÍTULO II

### DO AFASTAMENTO PREVENTIVO

Art. 104 – Como medida cautelar e afim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do inquérito, sempre que julgar necessário, poderá ordenar o seu afastamento do cargo, pelo prazo de até sessenta dias, sem prejuízo da remuneração.

§ Único – O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

## CAPÍTULO III

### DO PROCESSO DISCIPLINAR

Art. 105 – O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar a responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições ou que tenha relação imediata com as atribuições do cargo em que se encontre o investimento.

Art. 106 – O processo disciplinar será conduzido por uma comissão de inquérito, composta de três servidores estáveis, designados pela autoridade competente, que indicará dentre eles, o seu presidente.

§ 1º - A comissão terá como secretário, servidor designado pelo seu presidente, podendo a designação recair em um dos seus membros.

§ 2º - Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

Art. 107 – A comissão de inquérito exercerá suas atividades com independência e imparcialidade assegurado o sigilo necessário a elucidação do fato ou exigido ao interesse da administração e do servidor julgado.

Art. 108- O processo disciplinar inicia-se com a publicação do ato que constituir a comissão e compreenderá:

I – Inquérito administrativo;

II – Julgamento do feito.

## SEÇÃO I

### DO INQUÉRITO

Art. 109 – O inquérito administrativo será contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Art. 110 – O relatório da sindicância, quando realizado integrará

o inquérito administrativo, como peça informativa da instrução do processo.

§ Único – Na hipótese de o relatório da sindicância concluir pela prática de crime, a autoridade competente oficiará à autoridade policial, para a abertura do inquérito, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.

Art. 111- O prazo para a conclusão do inquérito não excederá a sessenta dias, contados na data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida sua prorrogação por igual prazo quando as circunstâncias o exigirem.

§ 1º- Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral a seus trabalhos, ficando seus membros dispensados, até a entrega do relatório final.

§ 2º- As reuniões da comissão serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

Art. 112 – Na fase do inquérito, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a obter a completa elucidação dos fatos.

Art. 113 – É assegurado ao servidor acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e inquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

§ 1º - O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes protelatórios ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

§ 2º - Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação dos fatos depender de conhecimento especial de perito.

Art. 114 – As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com a ciência do interessado, ser anexada aos autos.

§ Único – Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com indicação do dia e hora marcados para a inquirição.

Art. 115 – O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

§ 1º - As testemunhas serão inquiridas separadamente.

§ 2º - Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se afirmem, proceder-se-á a acareação entre os depoentes.

Art. 116 – Concluída a inquirição das testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do acusado, observados os procedimentos previstos nos artigos 114 e 115.

§ 1º - No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e sempre que divergirem em suas declarações sobre os fatos ou circunstâncias, será promovido a acareação entre eles.

§ 2º - O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como a inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-se-lhe, porém reinquiri-las, por intermédio da comissão.

Art. 117 – Quando houver dúvidas sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá a autoridade competente que ele seja submetido a inspeção médica oficial, do qual participe pelo menos um psiquiatra.

§ Único – O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após expedição de laudo pericial.

Art. 118 – Tipificada a infração disciplinar, será elaborada a peça de instrução do processo, com a indicição do servidor.

§ 1º - O indiciado será citado por mandato expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de dez dias, assegurando-se-lhe vista do processo na repartição.

§ 2º - Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de 20 ( vinte) dias.

§ 3º - O prazo de defesa poderá ser prorrogado pelo dobro, para diligências reputadas indispensáveis.

§ 4º - No caso de recusa do indiciado em opor o ciente na cópia de citação, o prazo para a defesa contar-se-á da data declarada em termo próprio, pelo membro da comissão que fez a citação.

§ 5º - O indiciado que mudar de residência fica obrigado a comunicar a comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

Art. 119 – Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, de conformidade com a lei, publicado em jornal de circulação regional, para apresentar defesa.

§ Único – Na hipótese deste artigo, o prazo de defesa é de quinze dias, contados da publicação do edital.

Art. 120 – Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

§ 1º - A revelia será declarada por termos nos autos do processo e devolverá o prazo para defesa.

§ 2º - Para defender o indiciado revel, a autoridade instauradora do processo designará um defensor dativo.

Art. 121 – Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

§ 1º - O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor.

§ 2º - Reconhecida a responsabilidade do servidor, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

Art. 122 – O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração para julgamento.

## SEÇÃO II DO JULGAMENTO

Art. 123 – No prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá sua decisão.

§ 1º - Se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada do autor, de instauradora do processo, este será encaminhado a autoridade competente, que decidirá em igual prazo.

§ 2º - Havendo mais de um indicado e diversidade das sanções, o julgamento caberá a autoridade competente para a imposição da pena grave.

Art. 124 – O julgamento acatará o relatório da comissão de inquérito, salvo quando contrárias as provas dos autos.

§ Único – Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la, ou isentar o servidor de responsabilidade.

Art. 125 – Verificada a existência de vício insanável, a autoridade julgadora declarará a nulidade total ou parcial do processo e ordenará a constituição de outra comissão, para instauração de novo processo.

§ Único – O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo.

Art. 126 – Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor.

Art. 127 – Quando a infração estiver capitulada como crime, o processo disciplinar será remetido ao ministério público para instauração da ação penal, ficando translado na repartição.

Art. 128 – O servidor que responde a processo disciplinar só poderá ser exonerado, a pedido, do cargo ou função, ou aposentado após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, caso aplicada.

## SEÇÃO III DA REVISÃO DO PROCESSO

Art. 129 – O processo disciplinar poderá ser revisto, em até 05 (cinco) anos após o julgamento definitivo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstanciais suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

§ 1º - Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

§ 2º - No caso de incapacidade mental do servidor, a revisão será requerida pelo respectivo curador.

Art. 130 – No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

Art. 131 – A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão que requer elementos novos, ainda não apreciados no processo originário.

Art. 132 – O requerimento de revisão do processo será dirigido ao Prefeito, Presidente da Câmara ou autoridade superior da autarquia ou fundação.

§ Único – Recebida a petição, o dirigente do órgão ou entidade providenciará a constituição de comissão, na forma prevista no artigo 105 deste estatuto.

Art. 133 – A revisão correrá em apenso ao processo originário.

§ Único – Na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora para a produção de provas e inquirição das testemunhas que arrolar.

Art. 134 – A comissão revisora terá sessenta dias para a conclusão dos trabalhos, prorrogáveis por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 135 – Aplicam-se aos trabalhos da comissão revisora, no que couber, as normas e procedimentos próprios da comissão de inquérito.

Art. 136 – O julgamento cabe ao Prefeito, Presidente da Câmara ou autoridade superior de autarquia ou fundação.

§ 1º - O prazo para julgamento será de até sessenta dias, contados do recebimento do processo, no curso do qual a comissão

juizadora poderá determinar diligências.

§ 2º - Concluídas as diligências, será renovado o prazo para o julgamento.

Art. 137 – Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos atingidos, exceto em relação a demissão de cargo em comissão, ocupado por servidor não estável, ou efetivo, hipótese em que ocorrerá apenas a conversão da penalidade em exoneração.

§ Único – Da revisão do processo não poderá resultar agravamento de penalidade.

## TÍTULO VIII DO SISTEMA DE PREVIDÊNCIA

Art. 138 – O Município, adota, de acordo com a Lei Federal Nº 9.717 de 27.11.98, o Sistema de Previdência Social.

## TÍTULO VIII DA LOTAÇÃO E REMOÇÃO SEÇÃO I DA LOTAÇÃO

Art. 139 – O Servidor será lotado no Município e designado para ter exercício nas Secretarias e/ou Unidades de Serviço Público.

§ Único: Os servidores já estáveis na data da publicação desta Lei Complementar, terão assegurada sua lotação nas atuais Unidades de Serviço, ressalvados os casos de extinção das mesmas.

## SEÇÃO II DA REMOÇÃO

Art. 140 - Remoção é o deslocamento do membro de sua lotação para outra.

Art. 141- A remoção se faz a pedido, por concurso e por permuta.

§ Único - O concurso de remoção precederá os concursos de acesso e de ingresso.

Art. 142 - A remoção por permuta se processa a pedido de ambos os interessados.

§ Único - Os permutadores devem ter a mesma categoria funcional, o mesmo regime de trabalho e a mesma habilitação profissional.

Art.143 - A remoção independerá de concurso:

I - Para o membro que apresentar problema de saúde que impeça o exercício em seu local de lotação, comprovado por órgão oficial;  
II - quando do acompanhamento do cônjuge em caso de seu casamento ou convívio marital comprovado; comprovada existência de vaga.

## TÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 144 – Os prazos fixados neste Estatuto ou na legislação pertinente ao regime jurídico dos servidores serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia de início e incluindo-se o de vencimento.

§ Único – Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal da repartição em que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

Art. 145 – Os servidores não integrantes do Quadro de cargos de Provimento efetivo, no exercício de cargos de livre nomeação e demissão do Serviço Público, são assegurados todos os direitos e

vantagens deste Estatuto, exceto:

I – A Efetividade;  
II – A Estabilidade;  
III – A Progressão Funcional;  
IV – A Aposentadoria;  
V – A Licença para atividade Política ou desempenho classista.

Art. 146 - São isentos de taxas, emolumentos, custas os requerimentos, certidões e outros papéis que, na esfera administrativa, interessem ao servidor municipal, ativo ou inativo, nesta qualidade.

Art. 147 - Todo e qualquer tempo de serviço prestado ao Município por servidor, ininterruptamente ou não, sob qualquer forma de regime de trabalho, no período anterior a sua nomeação para cargo de provimento efetivo por Concurso Público, e passível de averbação na sua ficha funcional, com direito a todas as vantagens previstas neste Estatuto.

§ Único – O tempo de serviço retribuído mediante simples recibo, não é contado para nenhum efeito.

Art. 148 – O não preenchimento de vagas, através da realização de Concurso Público, implica na contratação por tempo determinado na forma da Lei.

Art. 149 – A inspeção médica, quando exigida por este Estatuto será disciplinada por ato específico de cada Poder, que deverá definir os casos de validade de atestados médicos particulares.

Art. 150 – Para todos os efeitos previstos nesta Lei, os exames de sanidade física e mental serão obrigatoriamente realizados por junta médica municipal.

§ 1º- Em casos especiais, atendendo a natureza da enfermidade o chefe do Poder ou o dirigente das Autarquias e Fundações instituídas e mantidas pelo Município, poderão designar uma junta médica para proceder ao exame, dela fazendo parte obrigatoriamente, um médico do Município.

§ 2º - Os atestados médicos concedidos aos servidores municipais, quando em tratamento terão sua validade condicionada a retificação posterior por Junta médica do Município, conforme Decreto nº 036/96 e Portaria nº 438/2010.

Art. 151 – Ficam submetidos ao regime deste Estatuto todos os servidores públicos municipais da Prefeitura, da Câmara de Vereadores, das Autarquias e Fundações.

Art. 152 – Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Lei, serão utilizados recursos orçamentários próprios, em cada exercício.

Art. 153 – O dia do servidor público municipal será comemorado a 28 de outubro.

Art. 154 - O Chefe do Poder Executivo regulamentará as disposições desta Lei Complementar.

Art. 155 – Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei Complementar Nº 2.300/1999, de 24/09/1999 e Lei Nº 2.747/2006, de 10/08/2006.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 15 de Maio de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.



**LEI N° 4.324/2015**

LEI COMPLEMENTAR N° 4.324/2015

**"DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

SÃO JOAQUIM, 15 DE MAIO/2015.

LEI COMPLEMENTAR N°4.324/2015.

**"DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim – SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU" e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES****Art. 1º** - Fica instituído o Plano de Carreira dos servidores da Prefeitura Municipal de São Joaquim, integrado por Cargos Permanentes, classificados na forma desta Lei.**§ Único** - Os Profissionais em Educação serão regidos por Plano de Carreira próprio, excetuando-se desta Lei.**Art. 2º** - O Regime Jurídico aplicado aos Servidores regidos por esta Lei é o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de São Joaquim.**CAPÍTULO II****DOS CONCEITOS****Art. 3º** - Para efeito da aplicação desta lei, considera-se:**I – PLANO DE CARREIRA** – Conjunto de diretrizes e normas que estabeleçam a estrutura e procedimentos de cargos, remuneração e desenvolvimento dos profissionais.**II – CARREIRA** – É o agrupamento de cargos integrantes do plano de carreira e remuneração, observadas a natureza e complexidade das atribuições e habilitação profissional.**III – CARGO** – Conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometidas ao profissional, previstas no plano de carreira e remuneração, de acordo com a área de atuação e formação profissional.**IV – CATEGORIA FUNCIONAL** – Conjunto de cargos reunidos em segmentos distintos, de acordo com a área de atuação e habilitação profissional.**V – VENCIMENTO** – Retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.**VI– REMUNERAÇÃO** – Vencimento do cargo de carreira, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas em lei.**VII – GRUPO OCUPACIONAL** – Conjunto de cargos reunidos segundo formação, qualificação, atribuições, grau de complexidade e responsabilidade.**VIII – REFERÊNCIA** – Graduação horizontal ascendente, existente em cada nível.**IX – PROGRESSÃO FUNCIONAL** – Deslocamento do servidor nos níveis e referências contidas no seu cargo.**X– QUADRO DE PESSOAL** – Conjunto de cargos de provimento efetivo e comissionado.**CAPÍTULO III****DO QUADRO DE PESSOAL****SEÇÃO I****DOS CARGOS PERMANENTES****Art. 4º** - O Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de São Joaquim compõe-se de Cargos Permanentes e Comissionados, constantes dos anexos I, II E IV, distribuídos nos seguintes Grupos Ocupacionais:**I– Grupo I** – Atividades de Nível Superior – ANS;**II– Grupo II** – Atividades Técnicas de Nível Médio – ATM;**III– Grupo III** – Atividades Auxiliares de Nível Médio – AAM**IV– Grupo IV** – Transportes, Obras e Serviços Gerais – TSG;**V - Grupo V** – Direção e Assessoramento Superior – DAS –**Art. 5º** - Cada Grupo Ocupacional, abrangendo várias atividades, compreende:**I – Atividades de Nível Superior – ANS:** Os cargos a que sejam inerentes às atividades compreendidas nas áreas de Ciências e Tecnologia e de Ciências Humanas e Sociais, indispensáveis ao pleno funcionamento dos órgãos que integram a Estrutura Organizacional da Prefeitura;**II – Atividades Técnicas de Nível Médio – ATM:** Cargos da Administração Geral – para cujo desempenho é exigido diploma Técnico de Nível Médio;**III – Atividades Auxiliares de Nível médio – AAM** – Cargos da Administração Geral – para cujo desempenho é exigido diploma de Nível Médio;

IV – Transportes, Obras e Serviços Gerais – TSG: Os cargos inerentes às atividades operacionais, conservação de instalações, estradas e bens, manutenção e transportes.

V - Direção e Assessoramento Superior – DAS – Cargos de Provimento em Comissão.

## SEÇÃO II

### DOS CARGOS COMISSIONADOS

Art. 6º - Ficam criados os Cargos de Provimento em Comissão, de livre nomeação e exoneração, de acordo com o artigo 37 da Constituição Federal, de acordo com os anexos IV, e V, partes integrantes desta Lei Complementar.

Art. 7º - Ao servidor efetivo, quando nomeado para Cargo de provimento em Comissão, será permitida a opção pela maior remuneração, ou seja, poderá optar pelo salário do referido cargo em comissão ou perceber a gratificação no percentual de 33,33% do salário do mesmo cargo ao que foi nomeado.

## CAPÍTULO IV

### DO INGRESSO E DO ENQUADRAMENTO

Art. 8º - A investidura em Cargo Público far-se-á mediante aprovação em Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos.

§ Único – A habilitação exigida para ingresso de cada cargo está descrita no Anexo II, parte integrante desta Lei.

Art. 9º- Os servidores têm lotação na Administração Central, e exercício nos locais para onde forem designados pela chefia imediata, observado o interesse Público.

### DO ENQUADRAMENTO

Art. 10 – Os atuais servidores efetivos serão enquadrados nas respectivas categorias funcionais ou assemelhados, e amplitude de referência desta Lei, ou na amplitude imediatamente superior, quando os vencimentos não coincidirem.

## CAPÍTULO V

### DA REMUNERAÇÃO, DAS GRATIFICAÇÕES E DO TETO

Art. 11 – Remuneração é a retribuição pecuniária devida mensalmente ao servidor pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao vencimento, acrescido de vantagens financeiras permanentes ou temporárias, previstas nesta Lei.

§ 1º - Nenhum servidor, ativo ou inativo, poderá perceber, mensalmente, remuneração superior ao subsídio do Prefeito Municipal.

§ 2º - No caso de impedimento legal de cumprimento destes tetos, a remuneração dos servidores beneficiários, fica estagnada, até o enquadramento nos parâmetros estabelecidos.

§ 3º - A revisão geral da remuneração dos servidores públicos será feita sempre no mês de março de cada ano, entre Prefeito e Sindicato.

§ 4º - O vencimento é irredutível.

Art. 12 – As Gratificações de Funções, a critério do Chefe do Poder Executivo, ou Chefe do Poder Legislativo, serão concedidas aos servidores do quadro permanente e/ou a servidores cedidos ou colocados à disposição por outros órgãos públicos, regidos pelo critério de confiança, a que sejam inerentes às atividades de execução e controle, de acordo com o anexo VI, parte integrante desta Lei Complementar.

Art. 13 - A gratificação de Função pelo efetivo exercício de função a membros integrantes da Comissão de Licitação será no valor de R\$ 403,56 (quatrocentos e três reais e cinquenta e seis centavos).

§ 1º – O integrante da Comissão de licitação receberá o valor da gratificação proporcional ao seu comparecimento e efetiva participação nas licitações do mês, assim também o suplente.

§ 2º - O valor da gratificação de função de licitação será reajustado anualmente na mesma data e na mesma forma que a revisão geral anual dos servidores públicos do Município.

Art. 14 - As gratificações previstas nesta Lei não poderão ser acumuladas com outras eventualmente percebidas pelo mesmo servidor, podendo optar por uma ou por outra.

Art. 15 – O servidor perderá:

I – A remuneração dos dias que faltar ao serviço, salvo justificativa aceita pela chefia imediata, até o limite de uma falta por mês.

II – A parcela da remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências e saídas antecipadas, iguais ou superiores a dez minutos, salvo justificativa aceita pela chefia imediata.

III – A remuneração do cargo efetivo se nomeado para cargo em comissão, ressalvado o direito de opção e o de acumulação permitida.

Art. 16 – Salvo por imposição legal ou ordem judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento, exceto os descontos legais.

§ Único – Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, a critério da administração e com reposição dos custos, quando significativamente onerosos.

Art. 17 – O vencimento, a remuneração e o provento não serão objeto de arresto, seqüestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de



alimentos resultantes de decisão judicial.

Art. 18 – Incorpora-se ao patrimônio do servidor, passando a integrar a sua remuneração, a expressão monetária da Progressão Funcional, até o limite máximo de 80% (oitenta por cento), do vencimento inicial do Cargo, não podendo ultrapassar o teto do Chefe do Poder Executivo ressalvados os direitos adquiridos até a publicação desta Lei Complementar.

Art. 19 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder incentivo salarial a servidores efetivos que depois de adquirida a estabilidade, e cujo cargo não exija formação acadêmica e nem sejam integrantes do quadro de pessoal do magistério, possuírem ou vierem a concluir a graduação; pós-graduação; mestrado e doutorado, conforme tabela abaixo;

§ 1º – Graduação: - 20% de seus vencimentos base, se o curso for usado nas atribuições do cargo,

- 8% de seus vencimentos base: se o curso for fora das atribuições do cargo;

– Pós Graduação: - 8% de seus vencimentos base; se usado nas atribuições do cargo;

– Mestrado: - 8% de seus vencimentos base; se usado nas atribuições do cargo;

– Doutorado: – 8% de seus vencimentos base; se usado nas atribuições do cargo.

§ 2º - O incentivo concedido será em número único para cada grau de formação, não sendo permitida a cumulação para o mesmo grau de formação;

§ Único – Nenhuma outra gratificação será incorporada ao vencimento do servidor.

## CAPÍTULO VI

### DA PROGRESSÃO FUNCIONAL

Art. 20 - A Progressão Funcional consiste na movimentação do cargo, da referência onde está situado, para a referência imediatamente superior, dentro da amplitude do vencimento do respectivo cargo, de acordo com os Anexos VII, IX e X, partes integrantes desta Lei Complementar.

Art. 21 - A Progressão Funcional dar-se-á tendo em vista os seguintes critérios:

I – Tempo de Serviço prestado ao município;

§ 1º – A Progressão Funcional por Tempo de Serviço, ocorrerá a cada 03 (três) anos, sendo a primeira após o Estágio Probatório.

§ 2º - Os servidores que já tiverem cumprido o Estágio probatório, terão direito a Primeira Progressão por Tempo de Serviço até 36 (trinta e seis) meses após a publicação desta Lei.

§ 3º - A Progressão por tempo de serviço será automática, independentemente de requerimento, e será concedida no mês subsequente ao que o servidor adquirir o direito à mesma.

## CAPÍTULO VII

### DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 22 – O servidor incluído no Plano de Carreira de que trata esta Lei, fica sujeito ao máximo de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho e o servidor burocrático terá uma jornada de 30(trinta) horas semanais.

§ 1º- O Servidor poderá ser admitido para ter jornada semanal de trabalho de 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) horas ou correspondente às atividades desenvolvidas, de acordo com a necessidade do serviço público, percebendo vencimentos proporcionais às horas trabalhadas.

§ 2º - O Edital convocatório para preenchimento de cargos explicitará a carga horária dos Cargos postos em Concurso Público ou Processo Seletivo, para Admissão em Caráter Temporário.

§ 3º - O expediente da Prefeitura Municipal de São Joaquim poderá ser reduzido a menos número de horas de trabalho semanal, por Decreto do Chefe do Poder Executivo, sem redução salarial.

Art. 23– O adicional pela prestação de serviço extraordinário será pago por hora de trabalho que exceda o período normal de expediente, acrescido de 100% (cem por cento) da hora normal de trabalho.

§ 1º - O valor da hora normal de trabalho será determinado com base na remuneração do servidor.

§ 2º - Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporais, conforme dispuser o regulamento.

§ 3º - Fica estabelecido que os servidores poderão ter jornada de trabalho especial de prorrogação e/ou compensação de horas de trabalho, desde que observado o máximo de 10 (dez) horas diárias de trabalho, a folga dominical e o limite de horas mensais.

§ 4º - As horas trabalhadas em regime de compensação não serão consideradas como extraordinárias.

## CAPÍTULO VIII

### DA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Art. 24 – Fica autorizada a contratação de servidores em caráter temporário, atendendo vencimentos e quadro de vagas desta Lei, no caso de extrema necessidade e de interesse relevante, nos seguintes casos:

I – Substituição de servidor licenciado ou em férias;

II – Preenchimento de cargos de classe inicial de carreira até a realização de Concurso Público;

III – Execução de serviço por profissional especializado que não exija a criação de cargo;

IV – Situação de Calamidade Pública e combate a surtos epidêmicos que exijam suplementação da mão-de-obra;

V – Outros casos autorizados pela Lei.

§ 1º- O prazo de contratação não será superior

I – Ao da licença ou das férias, no caso do inciso I;

II – A seis meses, nos casos dos incisos II, III, e IV.

§ 2º- O recrutamento será feito mediante processo seletivo simplificado.

§ 3º- Nas contratações por prazo determinado, serão observados os níveis de vencimento constantes da escala do anexo VII, para atividades assemelhadas.

## CAPÍTULO IX

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 25 – Aos servidores não integrantes do quadro de cargos de provimento efetivo, admitidos em caráter temporário e Cargos Comissionados, são assegurados todos os direitos dos servidores efetivos, exceto:

I. Efetividade;

II. Estabilidade;

III. Progressão Funcional.

Art. 26 – Fica concedida ao servidor municipal estável ou efetivo, com no mínimo de 10 (dez) anos de serviços prestados ao Município, por despedida voluntária, aposentadoria ou falecimento, a razão do Menor Piso de vencimento mensal pago pelo ente público municipal na data da rescisão, por ano de efetivo exercício na Prefeitura Municipal de São Joaquim.

§ 1º – Aos Servidores estáveis e em exercício na data de publicação desta Lei Complementar, para definição do tempo de serviço, será considerado na contagem todo o tempo de serviço efetivo e estável prestado ao Município.

§ 2º – A fração igual ou superior a 6 (seis) meses será computada como 1 (um) ano.

Art. 27 – Os valores constantes da Escala de referência de Nível de Vencimentos Anexos VII e X, serão modificados na mesma proporção e na mesma data, sempre que forem reajustados, os vencimentos dos servidores, incluídos os tetos.

Art. 28 – Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a realizar Concursos Públicos para o preenchimento dos cargos constantes dos anexos desta Lei.

Art. 29 – O Chefe do Poder Executivo expedirá atos administrativos complementares necessários à plena execução desta lei, inclusive atribuições dos cargos e/ou funções.

Art. 30 – Os Cargos extintos de Advogado e Odontólogo, partes integrantes do anexo VIII, que ainda possuem funcionários, serão assegurados todos os direitos deste estatuto até que sejam suprimidos automaticamente a medida que vagarem.

Art. 31 – Os cargos de Orientador de Artesanato, Orientador de Música, Agente de Serviços de Esportes, Merendeira, Assistente Téc. Pedagógico, Professor de Musica e Museólogo, partes integrantes do anexo VIII, ficam transpostos para a Lei Complementar Nº 4.183/2013, de 20/12/2013

Art. 32– Aplicam-se aos inativos e pensionistas os benefícios desta Lei.

Art. 33 – São Partes integrantes desta Lei os Anexos de I a X.

Art. 34 – As despesas decorrentes desta Lei correrão a conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Município.

Art. 35 – Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei Complementar Nº 2.301/1999, de 24/09/1999, Lei Nº 2.429/2001, de 09/08/2001, Lei Nº 2.690/2005, de 03/11/2005, Lei Nº 2.713/2006, de 07/04/2006, Lei Nº 4.066/2012, de 28/06/2012, Lei Nº 4.121/2013, de 24/01/2013, Lei Nº 4.141/2013, de 03/07/2013, Lei Nº 4.157/2013, de 03/10/2013, Lei Nº 4.169/2013, de 19/11/2013, Lei Nº 4.237/2014, de 15/07/2014, Lei Nº 4.198/2014, de 13/03/2014, Lei Nº 4.237/2014, de 15/07/2014, Lei Nº 4.248/2014, de 01/08/2014, Lei Nº 4.269/2014, de 11/11/2014 e Lei Nº 4.310/2015, de 09/04/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 15 de Maio de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

## ANEXO I

## GRUPO I – ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR – ANS

Coordenador jurídico
Arquiteto
Assistente Social
Contador
Enfermeiro
Engenheiro Agrimensor
Engenheiro Agrônomo
Engenheiro Civil
Farmacêutico/Bioquímico
Fisioterapeuta
Médico
Médico Veterinário
Nutricionista
Cirurgião Dentista
Psicólogo
Fonoaudiólogo

## GRUPO II – ATIVIDADES TÉCNICAS DE NÍVEL MÉDIO - ATM

Técnico Administrativo
Técnico em Atividades Agropecuárias
Técnico em Contabilidade
Técnico em Enfermagem
Técnico em Segurança do Trabalho
Topógrafo
Técnico de informática

## GRUPO III – ATIVIDADES AUXILIARES DE NÍVEL MÉDIO - AAM

Agente Administrativo
Auxiliar de Enfermagem
Fiscal de Obras e Serviços Públicos
Fiscal de Tributos
Telefonista
Auxiliar de Saúde Bucal
Atendente de Farmácia

## GRUPO IV – TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS – TSG.

Agente Administrativo Auxiliar
Agente de Serviços Gerais
Auxiliar de Operador de Máq. e Equip.
Borracheiro
Carpinteiro
Chapeador
Eletricista
Encanador
Mecânico
Motorista
Operador de Máquinas e Equipamentos
Pedreiro
Pintor
Vigia
Agente de Combate a Endemias
Calceteiro
Torneiro Mecânico

## ANEXO II

## HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

## GRUPO I – ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR – ANS

Categorias Funcionais	Habilitação Profissional
Coordenador Jurídico	Portador de Certificado de Conclusão de Curso Superior com Registro no respectivo Órgão Fiscalizador da Profissão.
Arquiteto	
Assistente Social	
Contador	
Enfermeiro	
Engenheiro Agrimensor	
Engenheiro Agrônomo	
Engenheiro Civil	
Farmacêutico/Bioquímico	
Fisioterapeuta	
Médico	
Médico Veterinário	
Nutricionista	
Cirurgião Dentista	
Psicólogo	
Fonoaudiólogo	

## GRUPO II – ATIVIDADES TÉCNICAS DE NÍVEL MÉDIO - ATM

Categorias Funcionais	Habilitação Profissional
Técnico Administrativo	Portador de Certificado de Conclusão de curso de 2º Grau Técnico, com registro no Órgão Fiscalizador da Profissão, se houver, e experiência comprovada na área de atuação.
Técnico em Atividades Agropecuárias	
Técnico em Contabilidade	
Técnico em Enfermagem	
Técnico em Segurança do Trabalho	
Topógrafo	
Técnico em Informática	

## GRUPO III – ATIVIDADES AUXILIARES DE NÍVEL MÉDIO - AAM

Categorias Funcionais	Habilitação Profissional
	Portador de Certificado de Conclusão de curso de 2º Grau, e experiência comprovada na área de atuação.
Agente Administrativo	
Auxiliar de Enfermagem	
Fiscal de Obras e Serviços Públicos	
Fiscal de Tributos	
Telefonista	
Auxiliar de saúde Bucal	
Atendente de Farmácia	

## GRUPO IV – TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS – TSG.

Categorias Funcionais	Habilitação Profissional
	Portador de Certificado de Conclusão de 1º Grau e experiência comprovada na área de atuação.
Agente Administrativo Auxiliar	
Agente de Serviços Gerais	
Auxiliar de Operador de Máq. e Equip.	
Borracheiro	
Carpinteiro	
Chapeador	
Eletricista	
Encanador	
Pedreiro	
Pintor	
Vigia	
Calceteiro	
Torneiro Mecânico	
Mecânico	Portador de Certificado de Conclusão de 1º Grau e experiência comprovada na área de atuação, Carteira Nacional de Habilitação de acordo com o Edital de Concurso.
Motorista	
Operador de Máquinas e Equipamentos	
Agente de Combate a Endemias	Ensino Fundamental Completo, residir na área de atuação e ser aprovado em curso inicial para ACE.

## ANEXO III

## ATIVIDADES ESPECÍFICAS

## GRUPO I – ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR – ANS

Nome do Cargo	Atividades Específicas
Coordenador Jurídico	Coordenar as atividades da área, de acordo com as determinações da administração. Acompanha processos, elabora notificações judiciais e extrajudiciais. Negocia e analisa contratos para diversas áreas, elabora cartas, notificações, contratos e recursos administrativos em geral. Suporte em editais de licitação, elaboração, análise e controle de procurações, recursos administrativos. Faz pesquisas em legislação, doutrina e jurisprudência. Elaborar e acompanhar ações judiciais contra terceiros, defendendo os interesses da empresa.
Arquiteto	Elabora, executa e dirige atividades referentes a edificações, conjuntos arquitetônicos, monumentos, arquitetura paisagística e de interiores, planejamento físico, local, urbano, regional e outras atividades correlatas.
Assistente Social	Planeja e executa atividades que visam a assegurar o processo de melhoria da qualidade de vida, bem como busca garantir o atendimento das necessidades básicas das classes populares e dos Segmentos sociais mais vulneráveis às crises sócio-econômicas, e outras atividades correlatas.

Contador	Atividade de execução qualificada, abrangendo serviços relativos a contabilidade financeira e patrimonial, compreendendo a elaboração de balanços, registros e demonstrações contábeis, e outras atividades correlatas.
Enfermeiro	Compreende ações educativas, preventivas e curativas, na área da saúde pública, e outras atividades correlatas.
Engenheiro Agromensor	Corresponde execução de ações relacionadas à área de agrimensura em geral e outras atividades correlatas.
Engenheiro Agrônomo	Corresponde a execução das ações relacionadas à prevenção, erradicação e combate às doenças bem como acompanhamento técnico na área agrícola, e outras atividades correlatas.
Engenheiro Civil	Efetuar atividades de assistência técnica, supervisão, controle e fiscalização de obras e/ou serviços de engenharia da Prefeitura Municipal. Orientar procedimentos em processos de licitação, no que tange a atividades de sua área de competência, elaborar projetos, assim como executar e dirigir obras civis, próprias ou realizada por empreiteiras, relacionadas à construção, ampliação, manutenção e reparos de pontes, estradas, edificações e outras obras públicas ou particulares, estudando características e especificações do projeto, preparando plantas, orçamento de custos, técnica da execução e outras obras, a fim de assegurar o cumprimento dos padrões de finalidade exigidos, e outras atividades correlatas.
Farmacêutico/Bioquímico	Fazer análise clínica de sangue, urina, fezes e outros, valendo técnicas específicas; Interpretar, avaliar e liberar os resultados dos exames para fins de diagnóstico clínico; Prestar assistência ao técnico supervisionando as atividades deste; Proceder a análise legal de amostras suspeitas de estarem altamente infectadas, mantendo sigilo; 5. Elaborar relatórios e laudos técnicos; Verificar sistematicamente os aparelhos a serem utilizados nas análises, ajustando-os e calibrando-os, quando necessário, a fim de garantir seu perfeito funcionamento e a qualidade dos resultados; Proceder à manipulação dos insumos farmacêuticos, como medição, pesagem e mistura, utilizando instrumentos especiais e fórmulas químicas, para atender à produção de remédios e outros preparados; Executar tarefas relacionadas com a composição e fornecimento de medicamentos e outros preparos semelhantes, a análise de toxinas, de substâncias de origem animal e vegetal, de matérias-primas e do produto acabado, valendo-se de técnicas e aparelhos especiais e baseando-se em fórmulas estabelecidas, para atender a receitas médicas, odontológicas e veterinárias, a dispositivos legais, a finalidades industriais e a outros propósitos; outras atividades inerentes ao cargo.
Fisioterapeuta	Emprega agentes físicos, químicos e orgânicos para reabilitar portadores de lesão temporária e permanente, e outras atividades correlatas.
Médico	Atividade de natureza especializada, envolvendo supervisão, planejamento, coordenação, programação e execução de atividades pertinentes a defesa e proteção da saúde individual e coletiva, e outras atividades correlatas.

Médico Veterinário	Compreende a execução de ações relacionadas a prevenção, erradicação e combate as doenças que afetam a produção pecuária, e outras atividades correlatas.
Nutricionista	Planeja, coordena e supervisiona programas de nutrição, analisando carências alimentares e o conveniente aproveitamento dos recursos dietéticos controlando a estocagem, preparação, conservação e distribuição dos alimentos, a fim de contribuir para a melhoria protéica, racionalidade e economicidade dos regimes alimentares da população ou de grupos dela, e outras atividades correlatas.
Cirurgião Dentista	Diagnosticar e tratar infecções da boca, dentes e região maxilofacial, utilizando processos clínicos ou cirúrgicos, para promover e recuperar a saúde bucal e geral: examinar os dentes e a cavidade bucal, utilizando aparelhos ou por via direta, para verificar a presença de cáries e outras infecções. Realizar os procedimentos de cirurgias na região bucal, prestar atendimento endodôntico aos pacientes, elaborar orçamentos, acompanhar e aplicar todos os procedimentos odontológicos.
Psicólogo	Realizar estudos e apresentar diagnóstico em pacientes com distúrbios psicológicos, procurando ajustá-los ao meio, bem como assessorar o Setor de Pessoal no processo de avaliação de desempenho dos servidores públicos, com palestras motivacionais, e outras atividades correlatas
Fonoaudiólogo	Atividades de natureza especializada, envolvendo atividades fonoaudiológicas de voz, áudio, terapia, adaptação, triagem, seleção de aparelhos auditivos, atendimento preventivo com orientações e palestras para mães e gestantes, além de outras atividades correlatas.

## GRUPO II – ATIVIDADES TÉCNICAS DE NÍVEL MÉDIO – ATNM

Nome do Cargo	Atividades Específicas
Técnico Administrativo	Atividade técnica, compreendendo as atribuições que se destinam a executar, sob supervisão imediata, trabalhos administrativos de rotina.
Técnico em Atividades Agropecuárias	Desenvolver atividades de assistência técnica junto aos agricultores, dentro da área de sua competência, e outras atividades correlatas.
Técnico em Contabilidade	Atividade de execução qualificada, abrangendo serviços relativos a contabilidade financeira e patrimonial, compreendendo a elaboração de balanços, registros e demonstrações contábeis, e outras atividades correlatas.
Técnico em Enfermagem	Atividade técnica, na área de enfermagem, desenvolvidas junto ao indivíduo, família a comunidade visando a prevenção de doenças, promoção e recuperação da saúde, e outras atividades correlatas.
Técnico em Segurança do Trabalho	Orienta e coordena o sistema de segurança do trabalho, investigando riscos e causas de acidentes e analisando esquemas de prevenção para garantir a integridade do pessoal e dos bens da prefeitura, e outras atividades correlatas.

Topógrafo	Atividade referente a execução de levantamentos topográficos, cálculos, nivelamentos e contra-nivelamento, locação de projetos urbanos e rurais e de obras públicas em geral, execução de demarcação de áreas e outras atividades correlatas.
Técnico em informática	Executar serviços de programação de computadores, processamento de dados, dando suporte técnico. Orientar os usuários para utilização dos softwares e hardwares, instalar e configurar softwares e hardwares, organizar e controlar os materiais necessários para a execução das tarefas de operação, executar o suporte técnico necessário para garantir o bom funcionamento dos equipamentos e executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.

## GRUPO III – ATIVIDADES AUXILIARES DE NÍVEL MÉDIO - AANM

Nome do Cargo	Atividades Específicas
Agente Administrativo	Atividade auxiliar, compreendendo as atribuições que se destinam a executar, sob a supervisão imediata, trabalhos administrativos de rotina.
Auxiliar de Enfermagem	Atividade auxiliar, na área de enfermagem, desenvolvidas junto ao indivíduo, família a comunidade visando a prevenção de doenças, promoção e recuperação da saúde, e outras atividades correlatas.
Fiscal de Obras e Serviços Públicos	Fiscalizar obras públicas em todas as suas etapas, bem como obras privadas de acordo com a legislação municipal do Código de Postura e outras, além de atividades correlatas
Fiscal de Tributos	Atividade relacionada ao cumprimento do Código tributário Municipal e legislação e posturas municipais, inclusive fiscalização, e outras atividades correlatas.
Telefonista	Atividade de natureza repetitiva, envolvendo orientação e execução qualificada de trabalhos referentes a ligação telefônica, transmissão e recebimento de mensagens, e outras atividades correlatas.
Auxiliar de Saúde Bucal	Agendar consultas, agilizar o atendimento odontológico, organizar arquivo e fichário, ensinar técnicas de higiene bucal, preparar modelos em gesso, selecionar as moldeiras, manipular materiais de uso odontológico, instrumentar o odontólogo, revelar radiografias intra-orais e outras tarefas afins.
Atendente de Farmácia	Entrega de produtos e medicamentos, atendimento ao cliente, recebimento de mercadorias, organização, controle de validade e outras atividades correlatas.

## GRUPO IV – TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS – TSG.

Nome do Cargo	Atividades Específicas
Agente Administrativo Auxiliar	Atividade auxiliar, compreendendo as atribuições que se destinam a executar, sob a supervisão imediata, trabalhos administrativos de rotina.
Agente de Serviços Gerais	Abrange trabalhos braçais em geral, serviços de zeladoria e copa, e outras atividades correlatas.
Auxiliar de Operador de Máq. e Equip.	Auxiliar na operação de máquinas e equipamentos quando são executados serviços de terraplanagem, escavação, compressão, carregamento e outras atividades correlatas.

Borracheiro	Atividade de execução específica, de natureza operacional, abrangendo serviços de borracharia em geral, nos veículos de qualquer porte e marca de fabricação, pertencentes a Prefeitura Municipal, e outras atividades correlatas.
Carpinteiro	Atividade de execução específica de natureza operacional, abrangendo trabalhos de carpintaria em geral, e outras atividades correlatas.
Chapeador	Atividade de execução específica, de natureza operacional, abrangendo serviços de chapeação e pintura em geral, nos veículos de qualquer porte e marca de fabricação, pertencentes à Prefeitura Municipal, e outras atividades correlatas.
Eletricista	Atividade de execução específica de natureza operacional, abrangendo trabalhos de eletrificação em geral, e outras atividades correlatas.
Encanador	Atividade de execução específica de natureza operacional, abrangendo trabalhos hidráulicos em geral, e outras atividades correlatas.
Mecânico	Atividade de execução específica, de natureza operacional, abrangendo serviços de mecânica geral, nos veículos de qualquer porte e marca de fabricação, pertencentes a Prefeitura Municipal, e outras atividades correlatas.
Motorista	Atividade de execução específica, de natureza operacional, abrangendo condução e conservação de veículos motorizados no transporte oficial de passageiros e carga, e outras atividades correlatas.

Operador de Máquinas e Equipamentos	Atividade qualificada de menor grau de complexidade, de natureza repetitiva, abrangendo operação e manutenção de máquinas e equipamentos, e outras atividades correlatas.
Pedreiro	Atividade de execução específica de natureza operacional, abrangendo trabalhos de construção civil em geral, e outras atividades correlatas.
Pintor	Atividade de execução específica de natureza operacional, abrangendo trabalhos de pintura em geral, e outras atividades correlatas.
Vigia	Atividade de nível auxiliar, de natureza operacional e de menor grau de complexidade, abrangendo trabalhos de vigilância e outras atividades correlatas.
Calceteiro	Empedramento de praças, jardins, pátios e vias públicas, assentamento de paralelepípedos e outros serviços similares.
Torneiro Mecânico	Preparar, regular e operar máquinas e ferramentas para usinar peças metálicas e similares, executar serviços de soldas em geral, interpretar desenhos, esboços, modelos, especificações e outras informações para planejamento de execução de tarefas.
Agente de Combate a Endemias	Atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão da Secretaria da Saúde.

## ANEXO IV

NOMINATA DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO  
GRUPO: DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIOR  
CÓDIGO: DAS

Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	NÍVEL
GABINETE DO PREFEITO		
01	Secretário Municipal Chefe de Gabinete	
01	Diretor do Gabinete do Prefeito	
01	Consultor Jurídico	
01	Assessor	CC – 1
01	Chefe da Secretaria Particular	CC – 2
03	Assessores	CC – 3
01	Chefe de Assessoria de Comunicação Social	CC – 2
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
01	Secretário Municipal de Assistência Social	
01	Diretor de Assistência Social	
01	Diretor de Habitação e Ação Comunitária	
01	Assessor	CC -1
SECRETARIA DA FAZENDA		
01	Secretário Municipal da Fazenda	
01	Diretor de Administração Financeira e Contabilidade Geral	
01	Diretor de Arrecadação, Fiscalização e Tributação	
01	Diretor de Orçamento e Finanças	
01	Diretor de Desenvolvimento Econômico	
01	Assessor	CC – 1
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO		
01	Secretário Municipal da Administração	
01	Diretor de Administração de Pessoal	
01	Diretor de Organização e Modernização Administrativa	
01	Assessor	CC – 3
01	Diretor de Patrimônio, Serviços Gerais e Materiais	



01	Diretor de Compras	
01	Assessor	CC – 1
SECRETARIA DE OBRAS E VIAÇÃO		
01	Secretário Municipal de Obras e Viação	
01	Diretor de Serviços Urbanos e Obras Públicas	
01	Chefe de Oficina	CC – 2
01	Chefe da Fábrica de Tubos	CC – 2
01	Chefe do Britador	CC – 2
01	Assessores	CC – 1
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO		
01	Secretário Municipal da Educação, Cultura e Desporto	
01	Assessor do Secretário	CC – 4
01	Diretor de Ensino Fundamental	
01	Diretor de Educação Infantil	
01	Diretor de Administração do CAIC	
01	Diretor de Esporte	
01	Diretor de Cultura	
01	Administrador de Creche	CC – 3
01	Assessor	CC – 1
SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO		
01	Secretário Municipal da Agricultura e do Abastecimento	
01	Assessor do Secretário	CC – 4
01	Diretor do Desenvolvimento Agropecuário	
01	Diretor de Meio-Ambiente	
01	Assessor	CC – 1
SECRETARIA DE TURISMO		
01	Secretário Municipal de Turismo	
01	Assessor do Secretário	CC – 4
01	Diretor de Promoções e Eventos	
01	Assessor	CC – 1
SECRETARIA DA SAÚDE		
01	Secretário Municipal da Saúde	
01	Assessor do Secretário	CC – 4
01	Diretor da Saúde	
01	Chefe de Ambulatório	CC – 3
01	Diretor de Vigilância Sanitária	
01	Assessor	CC – 1
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO		
01	Secretário Municipal Chefe Gab. do Planejamento	
01	Diretor Técnico e de Projetos Especiais	
01	Assessor	CC – 1
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO		
01	Secretário Municipal de Controle Interno	
01	Diretor de Ouvidoria	

## ANEXO V

## TABELA DE SUBSÍDIOS/VENCIMENTOS DOS CARGOS COMISSIONADOS

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	SUBSÍDIO / REMUNERAÇÃO
11	Secretário Municipal		3.853,35
24	Diretor		2.721,59
01	Consultor Jurídico		2.721,59
10	Assessor	CC - 1	1.782,60
05	Chefe	CC - 2	1.197,34
01	Administrador de Creche	CC - 3	852,72
01	Chefe de Ambulatório	CC - 3	852,72
04	Assessor	CC - 3	852,72
04	Assessor de Secretaria	CC - 4	788,00

## ANEXO VI

## TABELA DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS ADICIONAIS POR FUNÇÃO

## ARTIGO 12 - DESTA LEI COMPLEMENTAR

DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR
FG	12	60% do Menor Piso de vencimento da Prefeitura
FG	06	40% do Menor Piso de vencimento da Prefeitura
FG	04	20% do Menor Piso de vencimento da Prefeitura

## ANEXO VII

## GRUPOS OCUPACIONAIS, HABILITAÇÃO PROFISSIONAL, FUNÇÕES, E NÍVEL DE VENCIMENTOS

## GRUPO I – ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR – ANS

Quantidade	Cargo	Código	Vencimentos
03	Coordenador Jurídico	1.1.01	6.886,00
01	Arquiteto	1.1.02	3.443,77
06	Assistente Social	1.1.03	2.943,80
03	Contador	1.1.04	3.443,77
01	Enfermeiro	1.1.05	2.943,80
01	Engenheiro Agrimensor	1.1.06	3.443,77
01	Engenheiro Agrônomo	1.1.07	3.443,77
02	Engenheiro Civil	1.1.08	3.443,77
02	Farmacêutico/Bioquímico	1.1.09	3.443,77
01	Fisioterapeuta	1.1.10	2.943,80
04	Médico	1.1.11	10.704,98
01	Médico Veterinário	1.1.12	3.443,77
01	Nutricionista	1.1.13	2.943,80
04	Cirurgião Dentista	1.1.14	6.886,00
04	Psicólogo	1.1.15	2.943,80
02	Fonoaudiólogo	1.1.16	3.443,77

## GRUPO II – ATIVIDADES TÉCNICAS DE NÍVEL MÉDIO - ATM

Quantidade	Cargo	Código	Vencimentos
18	Técnico Administrativo	2.2.01	1.859,93
02	Técnico em Atividades Agropecuárias	2.2.02	1.859,93
02	Técnico em Contabilidade	2.2.03	1.859,93
08	Técnico em Enfermagem	2.2.04	1.859,93
01	Técnico em Segurança do Trabalho	2.2.05	1.859,93
02	Técnico em Informática	2.2.06	1.859,93
01	Topógrafo	2.2.07	1.859,93
02	Técnico em informática	2.2.08	1.859,93

## GRUPO III – ATIVIDADES AUXILIARES DE NÍVEL MÉDIO - AAM

Quantidade	Cargo	Código	Vencimentos
35	Agente Administrativo	3.3.01	1.329,17
05	Auxiliar de Enfermagem	3.3.02	895,00
06	Fiscal de Obras e Serviços Públicos	3.3.03	1.859,93
03	Fiscal de Tributos	3.3.04	1.859,93
05	Telefonista	3.3.05	895,00
02	Atendente de Farmácia	3.3.06	1.206,04
02	Auxiliar de Saúde Bucal	3.3.07	895,00

## GRUPO IV – TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS – TSG.

Quantidade	Cargo	Código	Vencimentos
15	Agente Administrativo Auxiliar	4.4.01	895,00
200	Agente de Serviços Gerais	4.4.02	788,00
12	Auxiliar de Operador de Máq. e Equip.	4.4.03	895,00
01	Borracheiro	4.4.04	1.147,51
08	Carpinteiro	4.4.05	1.147,51
01	Chapeador	4.4.06	1.316,82
04	Eletricista	4.4.07	1.147,51
02	Encanador	4.4.08	1.147,51
08	Mecânico	4.4.09	1.316,82
44	Motorista	4.4.10	1.316,82
30	Operador de Máquinas e Equipamentos	4.4.11	1.593,90
12	Pedreiro	4.4.12	1.147,51
02	Pintor	4.4.13	1.147,51
16	Vigia	4.4.14	992,50
01	Torneiro mecânico	4.4.15	2.177,20
06	Calceteiro	4.4.16	1.593,90
01	Agente de Combate a Endemias	4.4.17	1.014,00

## ANEXO VIII

## CARGOS ISOLADOS – EXTINTOS OU TRANSPOSTOS PARA PLANO DA EDUCAÇÃO LEI Nº 4.183/2013

Quantidade	Cargo	Código	Vencimentos
03	Advogado	1.1.01 da Lei2301/99	10.704,98
04	Odontólogo	1.1.14 da Lei2301/99	10.704,98
02	Desenhista	2.2.01 da Lei2301/99	1.117,18
01	Orientador de Artesanato	2.2.02 da Lei2301/99	849,17
01	Orientador de Música	2.2.03 da Lei2301/99	849,17
02	Agente de Serviços de Esportes	3.3.02 da Lei2301/99	849,17
07	Merendeira	Da Lei 4.198/2014	788,00
03	Assistente Téc Pedagógico	Da Lei 4.198/2014	2.177,20
01	Professor de Musica	Da Lei 4.198/2014	2.177,20
01	Museólogo	Da Lei 4.198/2014	2.676,19
01	Operador de Bluster	4.4.11 da Lei 2301/99	1.161,82

ANEXO IX  
PROGRESSÃO FUNCIONAL

Nível	Tempo em Anos	Percentual
I (Inicial)	Admissão	0 %
II	03	6 %
III	06	12 %
IV	09	18 %
V	12	24%
VI	15	30 %
VII	18	36 %
VIII	21	42%
IX	24	48 %
X	27	54 %
XI	30	60 %
XII	33	66%
XIII	36	72%
XIV	39	78%
XV	42	80%

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 15 de Maio de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**LEI Nº 4318/2015**

LEI Nº 4.318/2015

**"REGULAMENTA A EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS - TÁXI"**

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim – SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU" com emendas Modificativas, Aditivas e Supressivas, e eu sanciono e promulgo a presente Lei, que passa a ter a seguinte Redação:

**CAPITULO I  
DOS SERVIÇOS DE TÁXI**

Art. 1º - O transporte individual de passageiros em veículos automotores – Táxi no Município de São Joaquim, constitui serviço de utilidade pública, de caráter permanente e ininterrupto e reger-se-á segundo as disposições desta Lei e demais atos regulamentares expedidos pelo Poder Executivo.

Parágrafo Único – O transporte individual de passageiros - Táxi é constituído das modalidades Convencionais e Executivo.

**Seção I  
Do Serviço De Táxi Convencional**

Art. 2º - O serviço de Táxi convencional será explorado somente por pessoa física, motorista profissional autônomo, residente no Município e será executado sob o regime de permissão.

Art. 3º - Para fins desta Lei entende-se por:

I – Permissão: Alvará de estacionamento outorgado pela Prefeitura autorizando que o motorista autônomo efetue o serviço de transporte – táxi. O alvará deverá conter os dados do veículo e do proprietário, bem como do motorista auxiliar, se houver;  
II – Cadastro de Condutor: Documentos dos permissionários e dos motoristas auxiliares.

Parágrafo Único – Para a execução do serviço de táxi o condutor do veículo deverá portar a permissão (alvará de estacionamento) e o cadastro de condutor.

Art. 4º - Nenhum permissionário de táxi poderá entregar seu veículo para outro executar o serviço, salvo na hipótese seguinte:

Parágrafo único – O permissionário poderá ter 01 (um) motorista auxiliar para substituí-lo em seus horários de descanso ou afastamento temporário das atividades.

I – Para trabalhar como motorista auxiliar do permissionário é necessário ter o cadastro de condutor e atender às mesmas exigências do motorista permissionário.  
II – O permissionário poderá indicar no Máximo 3 motoristas auxiliares no período de 12 meses.  
III – O motorista auxiliar poderá trabalhar para, no máximo, três permissionários no período de 12 meses.

**Seção II  
Do Serviço de Táxi Executivo**

Art. 5º- Fica instituído o serviço de Táxi Executivo no Município de São Joaquim, a ser explorado por pessoa jurídica e limitada 02 (duas) outorga; sendo de uma permissão por empresa.

§ 1º - O tipo de veículo a ser utilizado, bem como todas as condições do serviço de táxi executivo, serão definidos em decreto do Poder Executivo.

§ 2º - A tarifa do serviço de Táxi Executivo será estabelecida pelo

Poder Público, e poderá ser diferenciada tanto no valor como na forma de cobrança.

**CAPÍTULO II  
DA PERMISSÃO**

Art. 6º - A permissão para exploração de serviço de transporte de passageiros por táxi será outorgada a título precário, por meio de licitação, nos termos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993, nas condições estabelecidas por esta Lei e demais atos normativos expedidos pelo Executivo.

Art. 7º - O edital de licitação conterá as condições impostas pela Administração para a exploração do serviço de táxi.

Art. 8º - A exploração do serviço de táxi convencional será exercida por profissional autônomo, sem vínculo empregatício, e proprietário, alienatário, fiduciário ou promitente comprador de um só veículo.

Art. 9º - Será outorgada apenas uma permissão a cada interessado, sendo pessoal e intransferível.

§ 1º - Fica vedada à outorga de permissão:

I – A servidor público da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive de entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do Poder Público, e das Fundações por ele instituídas ou mantidas;  
II – A quem já possua outra permissão pública, seja ela qual for.

§ 2º - A vedação prevista no § 1º deste artigo se estende às pessoas contratadas ou membros da diretoria de organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIPs e de Organizações Sociais – OS, que mantenham contratos de gestão, convênios ou parcerias com o Município e que sejam pagos com recursos públicos.

Art. 10 – Para obtenção da permissão serão exigidos os documentos do motorista (Cadastro de Condutor) e do veículo, conforme critérios a serem definidos em Decreto regulamentador.

Parágrafo Único – A permissão do serviço deverá conter os dados do veículo e do proprietário, bem como do motorista auxiliar, quando houver.

Art. 11 – A permissão deverá ser renovada anualmente.

Art. 12 - A falta de renovação da permissão enseja a caducidade, que será declarada pelo Poder Executivo nos termos do regulamento a ser expedido por Decreto, após a instauração de processo administrativo e assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

§ 1º - Declarada a caducidade, não resultará para o Poder Executivo qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros.

§ 2º - Ocorrendo caducidade o interessado, sem direito a qualquer condição ou privilégio, só poderá pleitear a obtenção de outra permissão, em caráter inicial, após dois anos, e nos termos do Art. 6º desta Lei.

Art. 13 – No caso de falecimento do permissionário, o cônjuge ou companheiro sobrevivente poderá, mediante autorização da Administração, explorar o serviço de táxi, desde que:

I – Comunique o óbito à Administração Municipal, no prazo de 90 (noventa) dias;  
II – Atenda todas as exigências previstas nesta Lei e demais atos

vinculados para a obtenção da permissão;  
III – Faça prova de que o sustento da família depende exclusivamente da atividade explorada através da permissão;

§ 1º - A permissão para exploração do serviço de táxi, será transferida do nome do falecido para o cônjuge sobrevivente, sem nenhuma outra alteração, sendo que na desistência ou falecimento do cônjuge sobrevivente, a permissão retorna ao Poder Público.

§ 2º - Aplica-se o disposto neste artigo no caso do permissionário deixar de gozar de condição laboral permanente para a exploração do serviço, devidamente comprovado em laudo médico.

Art. 14 – Para o preenchimento das vagas em virtude de aumento, desistência ou falecimento do permissionário serão adotadas as mesmas regras descritas no artigo 6º e seguintes desta Lei, e conforme decreto próprio a ser editado, na ocasião da ocorrência.

Art. 15 – É vedada qualquer modalidade de transferência de direitos da permissão para exploração do serviço de táxi.

Parágrafo Único - No caso de transferência clandestina, cessão, doação, comodato, aluguel, arrendamento ou comercialização total ou parcial, a permissão será sumariamente cassada, assegurada ao permissionário ampla defesa e contraditório.

#### Seção I Do Cadastro de Condutor

Art. 16 – Para conduzir os veículos de transporte individual de passageiros (táxis) no Município de São Joaquim é obrigatória a inscrição no Cadastro Municipal de Condutores.

Parágrafo Único – Para obtenção do registro e a identificação do condutor de táxi cadastrado, o permissionário ou auxiliar deverá atender os requisitos estabelecidos em decreto regulamentador.

Art. 17 – O cadastro de condutor deverá ser renovado periodicamente, de acordo com a data de seu vencimento.

§ 1º - Não sendo renovado no prazo estipulado, será declarada a caducidade do registro no cadastro de condutor, conforme regulamento a ser expedido via decreto;

§ 2º - Ocorrendo caducidade, o interessado, sem direito a qualquer condição ou privilégio, só poderá pleitear a obtenção de outro registro em caráter inicial após 02 (dois) anos, nos termos do art. 6º desta Lei.

§ 3º - A caducidade do registro do cadastro de condutor do motorista permissionário ensejará a declaração de caducidade da permissão, nos termos do artigo 12 desta Lei.

#### CAPÍTULO III DOS VEÍCULOS

Art. 18 – A permissão, requerida em caráter inicial somente poderá ser expedida para veículo que tenha, no máximo, 05 (cinco) anos de fabricação e após ter o requerente comprovado o preenchimento das exigências legais para a exploração do serviço de táxi.

§ 1º - Para efeitos de aferição, o ano de fabricação do veículo é aquele constante no chassi.

§ 2º - Somente será expedida permissão para veículos que estejam em perfeito estado de segurança, funcionamento, conservação e higiene, comprovados nas vistorias anuais realizadas pela Diretoria de Trânsito.

Art. 19 - O portador da permissão poderá substituir o veículo de sua propriedade por outro com, no máximo 05 (cinco) anos de fabricação e idade inferior ao veículo substituído.

§ 1º - Quando o veículo referido no caput deste artigo exceder os 08 (oito) anos de fabricação, será obrigatória sua substituição.

§ 2º - Não se concederá permissão para veículo com capacidade superior a 05 (cinco) ou inferior a 04 (quatro) lugares.

§ 3º - Os modelos dos veículos autorizados para a prestação do serviço de táxi serão regulamentados por Ato da Administração.

Art. 20 – Além de outras condições a serem estabelecidas em decreto, os veículos deverão ser dotados de:

I – Taxímetro ou aparelho registrador, devidamente lacrado e aferido pelo órgão competente.

Parágrafo Único – Caixa luminosa com a palavra “TÁXI” fixada no teto, de forma a assegurar melhor visibilidade, sendo permitido o sistema imantado.

Art. 21 – A Administração poderá, a qualquer tempo, exigir que os veículos sejam submetidos à vistoria, a fim de verificar se os mesmos satisfazem as condições para a execução do serviço de táxi.

Art. 22 – Os permissionários do serviço de táxi, no caso de sinistro, roubo ou furto de seu veículo, poderão utilizar-se de veículo reserva, por prazo determinado, e conforme requisitos e especificações estabelecidas em decreto regulamentador.

#### CAPÍTULO IV DOS PONTOS DE TÁXI

Art. 23 – Os pontos de estacionamentos dos veículos do serviço de táxi serão fixados pelo Poder Público, tendo em vista o interesse público, com especificação da localização, designação do número de ordem, nomenclatura, a área utilizável e a quantidade de veículos que neste deverão estacionar.

Art. 24 – Os pontos de táxi serão fixos, destinados exclusivamente ao estacionamento dos veículos dos permissionários designados, com frequência obrigatória e terão suas instalações padronizadas pela Administração Municipal, contendo obrigatoriamente:

- I – Placas Sinalizadoras;
- II – Telefone;
- III – Abrigo de espera para os usuários;
- IV – Demarcação de solo.

Parágrafo Único – Todas as despesas com as instalações pontos de estacionamento serão de responsabilidade Administração Municipal; e suas manutenções fica sob a responsabilidade dos permissionários designados para aquele ponto.

Art. 25 – Poderão ser criados pontos de apoio, denominados “pontos livres”, devidamente regulamentados pelo Poder Executivo, de acordo com as necessidades locais.

Art. 26 – Nenhum veículo poderá se estacionar nos pontos de táxi sem que o seu respectivo condutor esteja de posse da permissão para exercício da atividade e do cadastro de condutor.

Art. 27 – A permuta do ponto de estacionamento entre permissionários poderá ocorrer a qualquer tempo, mediante mútua anuência das partes e solicitação expressa junto à Diretoria de trânsito.

Art. 28 – Todo ponto de táxi poderá, a qualquer tempo e por motivo de interesse técnico ou público, ser transferido, extinto, ampliado ou diminuído na sua extensão ou número de veículo, sem qualquer tipo de indenização aos permissionários.

Parágrafo Único – Advindo a necessidade de extinção ou diminuição do ponto de táxi, os permissionários serão transferidos para

outros pontos, mediante critérios a serem definidos pelo Executivo.

Art. 29 – Os permissionários do serviço de taxi deverão indicar um coordenador em cada ponto de estacionamento, sem ônus para a Administração, cujos nomes, informados à Diretoria de Trânsito através de carta comercial, serão aprovados ou não, levando em conta seus antecedentes de prontuário.

Parágrafo Único - Será conferida identificação própria aos coordenadores, com validade de 02 (dois) anos, desde que permaneçam no efetivo exercício da profissão e no ponto em que foram eleitos.

Art. 30 – Caberá ao coordenador, dentre outras funções:

- I – Zelar pelo bom funcionamento do ponto e sua manutenção;
- II - Verificar a frequência dos motoristas;
- III – Mediar conflitos entre os permissionários
- IV– Organizar o atendimento de telefone;
- V – Organizar a fila dos Táxis;
- VI – Comunicar à Diretoria de Trânsito qualquer irregularidade ou infração à presente Lei, com relatório objetivo e claro, citando pelo menos uma testemunha;
- VII– Levar à Diretoria de Trânsito as queixas, sugestões ou reivindicações dos permissionários, relacionados com o serviço de taxi.

## CAPÍTULO V DAS TARIFAS

Art. 31 – O Executivo Municipal fixará tarifa a ser cobrada pelos permissionários na execução do serviço de táxi, mediante estudos efetuados pelo órgão competente.

Art. 32 – O pagamento das corridas realizadas serão pagas diretamente ao motorista, sendo permitido o uso de qualquer meio de pagamento usualmente aceito pelo comércio em geral, inclusive cartões de crédito ou débito.

Parágrafo Único – A cobrança da corrida do táxi começa no instante do embarque do passageiro no veículo.

## CAPÍTULO VI DOS PREÇOS PÚBLICOS

Art. 33 – Os permissionários estão sujeitos ao pagamento dos seguintes tributos

- I – Inscrição para obtenção de permissão;
- II – Renovação da permissão;
- III – Inscrição no cadastro de condutor;
- IV – Inscrição de condutor auxiliar;
- V – Renovação do cadastro de condutor (permissionário ou condutor auxiliar);
- VI – Substituição de veículo;
- VII – Segunda via de documentos; e,
- VIII – Vistoria.

§ 1º - Os valores dos tributos serão definidos por Decreto do Executivo.

§ 2º - Poderão ser acrescentados ou isentados tributos de acordo com os serviços públicos prestados.

## CAPÍTULO VII DAS INFRAÇÕES E PENALIDADE

Art. 34 – As infrações a dispositivos desta Lei e regulamentos serão punidas conforme sua gravidade, classificadas em leves, médias, graves e gravíssimas.

§ 1º - Como infrações leves serão consideradas aquelas que

atentem contra o respeito e decoro dos motoristas e permissionários entre si, contra o público em geral ou contra o município, sem causar risco de dano.

§ 2º - Serão consideradas infrações médias aquelas que atentem contra as regras administrativas de cadastro de permissionários, motoristas e veículos, ou atitudes de desrespeito aos pontos de estacionamentos, que visem prejudicar aos permissionários ou agir com deslealdade de concorrência.

§ 3º - Serão graves as infrações quando causarem dano ou risco de dano à saúde ou ao patrimônio, cometidas contra qualquer pessoa ou Poder Público.

§ 4º - Serão consideradas infrações gravíssimas as eventuais situações em que o condutor transportar produtos considerado ilícitos e que seja o mesmo penalmente enquadrado nessas circunstâncias, após sentença judicial transitada em julgado.

Art. 35 – As infrações acima descritas serão aplicadas conforme os critérios:

I – Infrações leves serão punidas com advertência, acumulável com multa no valor de 10 (dez) URM;

II – Infrações médias serão punidas com suspensão da permissão ou do motorista por até 30 (trinta) dias, acumulável com multa no valor de até 100 (cem) URM.

III – Infrações graves serão punidas com o cancelamento do cadastro do motorista, sendo autorizado novo cadastramento somente com a apresentação de curso de reciclagem, cancelamento da concessão da permissão, além de multa de até 50 (quinhentos) URM.

IV – Infrações gravíssimas implicarão no cancelamento da permissão, ensejando abertura de novo certame licitatório para exploração da mesma além de multa de 1.000 (mil) URM.

§ 1º - As penalidades previstas para cada categoria de infração poderão ser aplicadas individualmente ou de forma cumulativa.

§ 2º - Havendo reincidência, definida como o cometimento da mesma infração em período inferior a 01 (um) ano, esta será considerada como infração de categoria mais grave, para fins de aplicação da punição.

Art. 36 – Sempre que houver o cometimento de uma infração, o Município designará uma comissão especial, composta por cinco membros, sendo permissionários, um representante da Diretoria de trânsito e um assessor jurídico do município, que instruirão processo administrativo para apurar os fatos e definir a punição a ser aplicada.

§ 1º - O processo para apuração de infração seguirá o rito dos processos administrativos em geral e, subsidiariamente, as regras de direito processual civil, sendo assegurado ao infrator o direito a ampla defesa.

§ 2º - A comissão que instruir o processo formulará relatório conclusivo, inclusive com a cominação da punição prevista, devendo ser encaminhada à Diretoria de Trânsito para aplicação da punição.

§ 3º - Havendo discordância com a decisão da comissão, o infrator poderá encaminhar recurso à própria comissão, que reavaliará sua decisão e, entendendo por mantê-la, encaminhará o processo para a Diretoria de Trânsito.

Art. 37 – Caso a infração cometida represente crime de interesse público, o Município deverá encaminhar cópia do processo que apurou a infração para a autoridade policial ou judiciária competente.

## CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 38 – A fiscalização dos serviços será executada por agente da Diretoria de Trânsito.



Art. 39 – Caso haja proprietários de veículos trabalhando com a prestação de serviços de táxi no Município, no ato de entrada em vigor desta Lei, os mesmos terão o prazo de 30 (trinta) dias para procurar a Diretoria de Trânsito e providenciar o cadastro, sob pena de ter sua atividade considerada como ilegal, sendo cassada qualquer licença ou alvará que lhe tenha sido concedido.

Art. 40 - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria de Trânsito e regulamentados por ato do Poder Executivo.

Art. 41 – Os atuais permissionários e condutores auxiliares já cadastrados para o serviço de táxi permanecerão com seus alvarás de estacionamento em vigor até o término de suas validades, sujeitando-se desde, já seus titulares às normas previstas nesta Lei.

Parágrafo Único – A autorização e o prazo para substituição dos veículos para adequação da cor e demais exigências serão definidas por Decreto.

Art. 42 – O permissionário que atualmente executar o serviço com dois motoristas auxiliares poderá mantê-los até a regularização mencionada no Art. 43.

Art. 43 – Fica estabelecido o prazo de até 90 (noventa) dias, contados da data de publicação desta Lei, para a regularização dos permissionários e auxiliares do serviço de táxi, condicionado à apresentação de requerimento por escrito e análise pelos setores competentes.

Parágrafo Único – No mesmo prazo previsto no caput deste artigo, a Administração providenciará o recadastramento de todos os permissionários e seus auxiliares.

Art. 44 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias após sua publicação.

Art. 45 – Compete à Diretoria de Obras a edição de normas complementares para a regulamentação e operacionalização do serviço de táxi.

Art. 46 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições da Lei Municipal Nº 1.633/1991, Lei Nº 1.673/1991, Lei Nº 2.047/1996, Lei Nº 2.904/2009.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 08 de Maio de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

#### **PORTARIA Nº 192/2015**

P O R T A R I A Nº 192/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

R E S O L V E:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários:  
- ANGELA PADILHA DE SOUZA PEREIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 04/05/2015 à 02/06/2015. – ELSO CAVALHEIRO NUNES, ocupante do Cargo de Operador de Máquina, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/05/2015 à 02/06/2015. – RAFAELA SAMARA FARIAS SILVA, ocupante da Função de Técnica em Enfermagem (PSF), referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 04/05/2015 à 02/06/2015. – RICARTE COSTA

NUNES, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 04/05/2015 à 02/06/2015. – RODRIGO ISRAEL DE CARVALHO, ocupante da Função de Técnico em Enfermagem, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 04/05/2015 à 02/06/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 04 de Maio de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

#### **PORTARIA Nº 193/2015**

P O R T A R I A Nº 193/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedido EXONERAÇÃO a pedido a senhora BEATRIZ CRISTINA GODOI GOULART YAMAGUCHI, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, Bairro São José, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 091/2015, de 02/03/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 05 de Maio de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

#### **PORTARIA Nº 194/2015**

P O R T A R I A Nº 194/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

R E S O L V E:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2015, realizado em data de 15/03/15; Fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora DEIZIANE PADILHA, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Paulo Carvalho, Localidade de Luizinho, na área de Anos Iniciais, Profª. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 01/04/2015.

Parágrafo Único – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de Abril de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 05 de Maio de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 195/2015**

P O R T A R I A Nº 195/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS a seguinte funcionária MARIA APA-RECIDA DA LUZ, ocupante do Cargo Comissionado de Assessora da Secretaria Municipal de Turismo CC-4, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 06/05/2015 à 04/06/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 06 de Maio de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 196/2015**

P O R T A R I A Nº 196/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**R E S O L V E:**

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Nº 002/2014, realizado em data de 18/01/15; Fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora EDNA SOLOI DA ROSA AZI, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, na área de Anos Iniciais, Prof. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 06/05/2015, em substituição a professora Thaiz Cordova de Liz que encontra-se em licença pelo INSS.

Parágrafo Único – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 06 de Maio de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 197/2015**

P O R T A R I A Nº 197/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Fica REMOVIDO por interesse da administração o servidor LUIZ FELIPE SOUZA DA SILVA, nomeado para o Cargo de Eletricista pelo Decreto Nº 185/2014, na Secretaria Municipal de Obras e Viação, para a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 08 de Maio de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 198/2015**

P O R T A R I A Nº 198/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Fica EXONERADO por motivos administrativos e/ou ordem técnica o senhor NILTON JOSÉ BARBOSA PEREIRA, ocupante da Função de Pedreiro, na Secretaria Municipal de Obras e Viação, para a qual havia sido Designado através da Portaria Nº 388/2014, de 26/08/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 11 de Maio de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 199/2015**

P O R T A R I A Nº 199/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**R E S O L V E:**

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2015, realizado em data de 15/03/15; Fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora TAIANE GARCIA DOS SANTOS, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais (Servente/Faxineira), na Secretaria Municipal de Administração, Bairro Centro – Prédio Prefeitura, com 40 horas semanais, a contar do dia 12/05/2015, em substituição a agente Margarida Alcidia Silverio Velho que encontra-se em licença pelo INSS.

Parágrafo Único – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 12 de Maio de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 200/2015**

P O R T A R I A Nº 200/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Fica concedida Licença para Gestação, conforme apresentação de atestado médico à funcionária – IVANA DE FATIMA ROSA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 30/04/2015 até 26/10/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 30 de Abril de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 12 de Maio de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 201/2015**

P O R T A R I A Nº 201/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Fica EXONERADA por motivos administrativos e/ou ordem técnica a senhora INGRID ARRUDA DA ROSA, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema Hugem Palma, Bairro Santa Paulina, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 156/2015, de 01/04/2015. A referida exoneração é a contar do dia 16/04/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 16 de Abril de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 12 de Maio de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 202/2015**

P O R T A R I A Nº 202/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Fica concedida Licença para Gestação, conforme apresentação de atestado médico à funcionária – ALINE RODRIGUES, ocupante do Cargo de Professora Municipal, por 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 11/05/2015 até 06/11/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 11 de Maio de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 12 de Maio de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 203/2015**

P O R T A R I A Nº 203/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Fica concedida Licença para Gestação, conforme apresentação de atestado médico à funcionária – ANDREIA CRISTIANE BIOLO, ocupante do Cargo Comissionado de Assessora do Gabinete do Prefeito – CC-1, por 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 04/05/2015 até 30/10/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 04 de Maio de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 12 de Maio de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 204/2015**

P O R T A R I A Nº 204/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários: - SAMY BECHTOLD BETT, ocupante da Função de Odontóloga (PSF), referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 11/05/2015 à 09/06/2015. – LUIZ JACI MATOS, ocupante do Cargo de Técnico Administrativo, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 11/05/2015 à 09/06/2015. – VOLNI PEREIRA DE LIMA, ocupante do Cargo de Eletricista, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 11/05/2015 à 09/06/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 11 de Maio de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 12 de Maio de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 205/2015**

P O R T A R I A Nº 205/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**R E S O L V E:**

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2015, realizado em data de 15/03/15; Ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - ARMANDA NATALINO MELO, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. José Saturnino de Souza Oliveira, Localidade de Pericó, na área de Inglês, Prof. 2º Grau, com 20 horas semanais, a contar do dia 12/05/2015. - SILVIA RIBEIRO DE LIZ DA SILVA, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Inácio de Melo, Localidade de Santa Isabel, na área de Anos Iniciais, Prof. Normalista, com 20 horas semanais, a contar do dia 12/05/2015.

Parágrafo Único - As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 12 de Maio de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 206/2015**

P O R T A R I A Nº 206/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS a senhora: - ALICEMAR DE OLIVEIRA CARVALHO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 13/05/2015 à 11/06/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 13 de Maio de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 207/2015**

P O R T A R I A Nº 207/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde,

conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: - MARILEI APARECIDA MACIEL DOMINGOS, ocupante do Cargo de Professora, por 06 (seis) dias, a contar do dia 05/05/2015. - JANIRA SEBASTIANA LOPES VELHO, ocupante do Cargo de Professora, por 03 (três) dias, a contar do dia 04/05/2015. - MARISA NUNES OLIVEIRA, ocupante da Função de Psicóloga, por 01 (um) dia, no dia 05/05/2015. - CLEBISON JOSÉ CARDOSO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 06/05/2015. - VIRGILIO CARLOS LIRA DE BRITO, ocupante do Cargo de Técnico Administrativo, por 03 (três) dias, a contar do dia 06/05/2015. - GISLAINE ROCHA ANDRADE, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 03 (três) dias, a contar do dia 06/05/2015. - FRANCIANI NUNES SILVEIRA, ocupante da Função de Agente de Saúde, por 01 (um) dia, no dia 08/05/2015. - RITA MARIA MATOS PEREIRA, ocupante do Cargo de Professora, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 08/05/2015. - LILIAN PAULA NUNES, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 11/05/2015. - JUÇARA DUTRA RODRIGUES, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 12/05/2015. - CLEBER ANTONIO DA ROSA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 13/05/2015. - TERESINHA APARECIDA MATOS BORGES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 13/05/2015 e o retorno de acordo com o INSS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 13 de Maio de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 208/2015**

P O R T A R I A Nº 208/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Em conformidade com a Lei Complementar Nº 4.183/2013, de 20/12/2013; Fica ALTERADA durante o ano letivo de 2015, a carga horária do professor: - RICARDO COSTA CANDIDO DA SILVA, de 20 horas semanais, para 40 horas semanais, pois o mesmo irá substituir a Professora Aline Rodrigues, que encontra-se em licença gestação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 14 de Maio de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 209/2015**

P O R T A R I A Nº 209/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS a senhora: - SILVIA HELENA SILVA LEMOS, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 14/05/2015 à 12/06/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 14 de Maio de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 210/2015**

P O R T A R I A Nº 210/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS a senhora: - DEIZE DOMINGOS DA ROSA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Oficina – CC-2, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 15/05/2015 à 13/06/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 15 de Maio de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 211/2015**

P O R T A R I A Nº 211/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**R E S O L V E:**

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Nº 002/2014, realizado em data de 18/01/15; Fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora GRAZIELA RAIZER DA CRUZ, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, na área de AEE, Prof. Normalista, com 10 horas semanais, a contar do dia 15/05/2015, em substituição a professora Ingrid Arruda da Rosa, que foi exonerada.

Parágrafo Único – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 15 de Maio de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.



# São José

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2015 – PR 026/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2015 – PR 026/2015 – Processo 075/2015 – Fornecedor: DUSOM SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO LTDA - ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EVENTUAL LOCAÇÃO DE SERVIÇOS DE SISTEMA DE SOM E ILUMINAÇÃO, DE PEQUENO, MÉDIO E GRANDE PORTE, PARA ATENDER OS EVENTOS PROMOVIDOS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 361.000.00 - trezentos e sessenta e um mil reais. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 24 de abril de 2015. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

### CONTRATO/CT: Nº 084/2015 – TP 004/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 084/2015 – TP 004/2015 – Processo 118/2015 - Contratado: DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA E PISTA DE SKATE - NA PRAÇA FLORESTA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Prazo: O prazo de execução dos serviços é de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de assinatura da Autorização de Execução de Serviços e o prazo de vigência contratual é de 120 (cento e vinte) dias, com efeitos a partir da data de assinatura deste termo. Valor: R\$ 250.476,36 - duzentos e cinquenta mil, quatrocentos e setenta e seis reais e trinta e seis centavos. Data da Assinatura do Contrato: 08 de maio de 2015.

### DECRETO Nº 4464/2015

DECRETO Nº 4464/2015

APROVA OS CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA DE SAÚDE, INSTITUÍDA PELA LEI Nº 4.738/09, AOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - A assistência médico-hospitalar aos servidores ativos e inativos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Município de São José, prevista na Lei nº 4.738/09, será prestada e reger-se-á observando-se os critérios e o disposto neste Decreto. Parágrafo Único - Compete às Secretarias Municipais de Administração e Saúde, a normatização e o gerenciamento das ações reguladas por este Decreto.

Art. 2º - Os Serviços do Plano de Assistência à Saúde do Servidor Municipal, serão desenvolvidos mediante aplicação do programa de assistência ambulatorial e hospitalar, por meio de entidades,

profissionais ou hospitais credenciados por intermédio de operadora.

Art. 3º - A adesão ao Plano de Assistência à Saúde do Servidor Municipal será facultativa, e observará os seguintes procedimentos:

- a) apresentação de cópia do RG; CPF; comprovante de residência do segurado titular;
- b) apresentação de cópia do RG e CPF dos dependentes, caso estes não o possuam deverão apresentar certidão de nascimento;
- c) cópia do último contracheque;
- d) possuir margem consignável igual e/ou superior ao valor da mensalidade da assistência médica devida.

Parágrafo Único – Ficam excetuados da análise quanto a margem consignável, no tocante a adesão, os servidores ao qual já possuíam adesão ao plano de assistência à saúde regulamentado pelo Decreto n.º 29.776/09/03, contudo necessitando-se de apresentação dos documentos requeridos na alínea “a” a “c” deste artigo, bem como dos elencados no art. 8º deste decreto.

Art. 4º - São segurados titulares, com inscrição opcional ao Plano de Assistência à Saúde, os servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de São José, pertencentes aos seguintes regimes de contratação:

- a) os ocupantes de cargo efetivo estatutário e celetistas;
- b) os agentes políticos;
- c) as pessoas investidas em cargo de provimento em comissão, declarado em lei, de livre nomeação e exoneração;
- d) vereadores;
- e) inativos e pensionistas.

§ 1º - Para todos os servidores comissionados a vigência do Plano de Assistência à Saúde cessará seus efeitos 120 (cento e vinte) dias antes do término previsto no mandato do Chefe do Executivo Municipal.

§ 2º - Os servidores em caráter temporário (ACT), em razão da natureza de seu vínculo, não são segurados do Plano de Assistência à Saúde.

Art. 5º - Deixarão de ser segurados titulares:

- a) aqueles que perderem as condições de servidores, nas formas previstas no art. 4º deste Decreto;
- b) aqueles que deixarem de efetuar o pagamento da contribuição mensal ao Plano de Assistência à Saúde do Servidor Municipal pelo prazo superior a 30 (trinta) dias;
- c) aqueles que manifestarem, por escrito, a sua intenção.

Art. 6º - É vedado ao segurado titular - quando em gozo de licença não remunerada ou à disposição de outras entidades, sem ônus para o Município - permanecer como segurado.

§ 1º - Os titulares que estiverem de gozo de licença por motivo de doença em pessoa da família permanecerão no Plano de Assistência até o prazo de licença por 12 (doze) meses, com fulcro no art. 112, II, da Lei 2248/91.

§ 2º - Os titulares que estiverem de gozo de licença para acompanhar o cônjuge ou companheiro terão o Plano de Assistência suspenso pelo prazo que durar a licença.

Art. 7º - A perda da qualidade de segurado titular importa na caducidade dos direitos a ela inerentes.

Art. 8º - Para os efeitos deste Decreto são considerados dependentes do segurado titular:

- I - Cônjuge ou companheiro (a);
- II - Filho não emancipado menor de 21 (vinte e um) anos;
- III - Filho inválido;
- IV - Filho menor de 24 (vinte e quatro) anos, desde que demonstre estar regularmente matriculado e frequentando curso de nível



superior, através de comprovante original.

§1º. O enteado e o menor tutelado equiparam-se aos filhos, em idênticas condições, desde que não possuam recursos próprios e comprovem formalmente a sua dependência econômica do segurado titular.

§2º. É assegurada a inscrição do recém-nascido, filho natural ou adotivo do titular, isento do cumprimento dos períodos de carências e alegação de doença ou lesão preexistente, mediante apresentação da Certidão de Nascimento, desde que:

I - A inscrição seja feita em até 30 dias após o nascimento ou adoção;

II - A mãe tenha direito à cobertura do parto pela Contratada e tenha cumprido carência;

III - seja paga a inscrição e a mensalidade no vencimento.

§ 3º - Também é assegurada a inscrição de filhos adotivos menores de 12 (doze) anos, nas mesmas condições de cobertura do adotante, inclusive com o aproveitamento dos períodos de carência já cumpridos, exceto para doenças preexistentes, desde que inscrito até 30 dias após a formalização da adoção e apresentado o respectivo termo.

Art. 9º - Para os efeitos deste Decreto considera-se:

a) companheiro ou companheira: a pessoa que mantenha união estável com o segurado titular, desde que comprovado por contrato de união estável com firma reconhecida em Cartório;

b) invalidez: condição declarada e estabelecida em manual de normas técnicas, e, comprovada por exame e laudo médico. No relatório médico, deverá constar a data de início da mesma.

Art. 10 - Para os fins de comprovação de dependência do segurado titular aplicar-se-á, supletivamente, o Cadastro de Dependentes do Sistema de Recursos Humanos da Secretaria Municipal da Administração.

Art. 11 - A condição de segurado dependente está vinculada à manutenção da condição do segurado titular.

Art. 12 - O parentesco, a idade, o óbito, o nascimento, o casamento, e os atos judiciais, extrajudiciais ou administrativos, para fins de inscrição ou exclusão de dependentes, serão sempre comprovados por documentos registrados em cartório.

Art. 13 - Para complementar a prova de condições que - por sua natureza - não possam ser totalmente comprovadas por documentos, admitir-se-á, a declaração do interessado, ratificada por dois outros segurados titulares, que assinarão termo de responsabilidade, ou justificação administrativa.

Art. 14 - A Secretaria Municipal da Administração, por intermédio do órgão responsável pela gestão do Plano da Assistência à Saúde do Servidor Municipal, poderá a qualquer tempo determinar a verificação das condições alegadas.

§ 1º - A falta de comprovação da qualidade de dependente, quando solicitada pelo Gestor do Plano de Saúde, implicará na suspensão imediata de seus direitos;

§ 2º - Comprovada a irregularidade da condição de segurado dependente, o segurado titular arcará com as despesas efetuadas, e ficará sujeito a perda dos seus direitos junto ao Plano de Assistência à Saúde do Servidor.

Art. 15 - O Gestor do Plano da Saúde adotará padrões, formulários e outros procedimentos específicos com o objetivo de simplificar e acelerar a tramitação interna dos processos.

Art. 16 - A Perda da condição de dependente ocorrerá:

a) automaticamente, pela perda da condição de segurado titular de quem depender;

b) para os cônjuges, pela anulação do casamento, pela separação judicial ou pelo divórcio;

c) para os companheiros, pela rescisão do contrato de união estável registrado em cartório;

d) para os dependentes, ao completar 21 (vinte e um) anos, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 8º, inciso IV deste Decreto;

e) para os inválidos em geral, pela cessação da condição de invalidez;

f) para qualquer beneficiário pela emancipação, pelo casamento e pelo falecimento;

g) por solicitação escrita do segurado titular;

Art. 17 - O Gestor do Plano fornecerá aos segurados, inscritos no Plano de Assistência à Saúde do Servidor Municipal, carteira de identificação necessária para a utilização dos serviços assegurados por este Regulamento.

Art. 18 - A inscrição indevidamente feita ou irregularmente mantida será considerada insubsistente, sem prejuízo das responsabilidades administrativa, civil e penal, a quem deu causa.

Art. 19 - É vedada a inscrição de qualquer novo segurado dependente, enquanto o segurado titular estiver em débito com o Plano de Assistência à Saúde.

Parágrafo único. Entende-se por débito, para o caput deste artigo, os casos em que o parcelamento de seus gastos excederem o valor da margem consignável para pagamento de nova adesão de dependente.

Art. 20 - O Plano de Assistência à Saúde compreende todas as coberturas e demais procedimentos contidos no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, estabelecida pela Resolução Normativa RN nº 349 de 2014 da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e respectivas atualizações, contemplados os atendimentos realizados em consultório ou em ambulatório, os atendimentos realizados em todas as modalidades de internação hospitalar e os atendimentos caracterizados como de urgência e emergência, observadas as seguintes exigências:

I. Assistência à saúde, com cobertura médico-hospitalar, das doenças listadas na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, da Organização Mundial de Saúde, realizada exclusivamente no Brasil, respeitada a abrangência geográfica do plano e as exigências mínimas estabelecidas em Lei;

II. Consultas médicas, em número ilimitado, em clínicas médicas básicas e especializadas, inclusive obstétricas para pré-natal, reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina;

III. Cobertura de serviços de apoio diagnóstico, tratamentos e demais procedimentos ambulatoriais, incluindo procedimentos cirúrgicos ambulatoriais, solicitados pelo médico assistente, mesmo quando realizados em ambiente hospitalar, desde que não se caracterize como internação, listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento;

IV. Cobertura de serviços de apoio diagnóstico, incluindo procedimentos cirúrgicos ambulatoriais previstos no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento, para segmentação ambulatorial, solicitados pelo cirurgião-dentista assistente com a finalidade de auxiliar e complementar o diagnóstico odontológico, executados na rede própria ou credenciada da CONTRATADA;

V. Cobertura de medicamentos registrados e regularizados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária ANVISA, desde que utilizados durante a execução dos procedimentos diagnósticos e terapêuticos em regime ambulatorial e previstos no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento;

VI. Cobertura de consultas/sessões com fonoaudiólogo, terapia ocupacional, psicólogo e nutricionista, solicitados pelo médico assistente e realizada pelo profissional devidamente habilitado e integrante da rede prestadora de serviços da CONTRATADA, de acordo com o previsto no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento, e respeitadas as Diretrizes de Utilização estabelecidas pela ANS;

VII. Sessões de psicoterapia solicitada pelo médico assistente e realizada pelo profissional devidamente habilitado e integrante da rede prestadora de serviços da CONTRATADA, de acordo com o número de sessões previstas no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento, e respeitadas as Diretrizes de Utilização estabelecidas pela ANS;

VIII. Cobertura dos procedimentos de reeducação e reabilitação física (Fisioterapia), conforme solicitação do médico assistente em número ilimitado de sessões por ano e executados na rede própria ou credenciada da CONTRATADA;

IX. Ações de Planejamento Familiar, conforme Rol de Procedimentos

e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento, que envolvem as atividades de educação, aconselhamento e atendimento clínico, observando as seguintes definições:

- a) Planejamento familiar: conjunto de ações de regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal;
- b) Concepção: fusão de um espermatozoide com um óvulo, resultando na formação de um zigoto;
- c) Anticoncepção: prevenção da concepção por bloqueio temporário ou permanente da fertilidade;
- d) Atividades educacionais: são aquelas executadas por profissional de saúde habilitado mediante a utilização de linguagem acessível, simples e precisa, com o objetivo de oferecer aos beneficiários os conhecimentos necessários para a escolha e posterior utilização do método mais adequado e propiciar a reflexão sobre temas relacionados à concepção e à anticoncepção, inclusive à sexualidade, podendo ser realizadas em grupo ou individualmente e permitindo a troca de informações e experiências baseadas na vivência de cada indivíduo do grupo;
- e) Aconselhamento: processo de escuta ativa que pressupõe a identificação e acolhimento das demandas do indivíduo ou casal relacionadas às questões de planejamento familiar, prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - DST/AIDS e outras patologias que possam interferir na concepção/parto; e
- f) Atendimento clínico: realizado após as atividades educativas, incluindo anamnese, exame físico geral e ginecológico para subsidiar a escolha e prescrição do método mais adequado para concepção ou anticoncepção.

X. Cobertura ambulatorial obrigatória para os seguintes procedimentos, conforme Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento:

- a) Hemodiálise e diálise peritoneal – CAPD;
- b) Quimioterapia oncológica ambulatorial, entendida como aquela baseada na administração de medicamentos para tratamento do câncer, incluindo medicamentos para o controle de efeitos adversos relacionados ao tratamento e adjuvantes que, independentemente da via de administração e da classe terapêutica, necessitem ser administrados sob intervenção ou supervisão direta de profissionais de saúde dentro de estabelecimento de Saúde, conforme prescrição do médico assistente;
- c) Radioterapia: listadas no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento, para segmentação ambulatorial;
- d) Procedimentos de hemodinâmica ambulatoriais: listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento, com segmentação ambulatorial e que não necessitem de internação e de apoio de estrutura hospitalar por período superior a 12 (doze) horas ou unidade de terapia intensiva e unidades similares;
- e) Hemoterapia ambulatorial;
- f) Cirurgias oftalmológicas ambulatoriais listadas no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento;

XI. Participação do médico anestesiológico, quando houver indicação clínica, nos procedimentos listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento;

XII. Atendimento psiquiátrico, de acordo com as diretrizes seguintes:

- a) a atenção prestada aos portadores de transtornos mentais deverá priorizar o atendimento ambulatorial e em consultórios, utilizando a internação psiquiátrica apenas como último recurso terapêutico e sempre que houver indicação do médico assistente;
- b) internação psiquiátrica: custeio integral de até 30 (trinta) dias por ano de contrato, não cumulativos, em regime de internação hospitalar ou hospital-dia, em hospital integrante da rede própria ou credenciada da Contratada;
- b.1) ultrapassado o prazo de 30 (trinta) dias acima previsto, os atendimentos serão realizados mediante pagamento de coparticipação estabelecida na cláusula Mecanismos de Regulação;

b.2) estão cobertos os procedimentos clínicos ou cirúrgicos decorrentes de transtornos mentais, inclusive aqueles necessários ao atendimento das lesões auto infligidas;

c) Hospital-dia para transtornos mentais é o recurso intermediário entre a internação e o ambulatório, que deve desenvolver programas de atenção e cuidados intensivos por equipe multiprofissional, visando substituir a internação convencional, e proporcionar ao beneficiário a mesma amplitude de cobertura oferecida em regime de internação hospitalar;

d) A cobertura em hospital-dia para transtornos mentais, será prestada de acordo com o previsto no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento, e respeitadas as Diretrizes de Utilização estabelecidas pela ANS.

XIII. Todas as modalidades de internação hospitalar em número ilimitado de dias (que necessitem de cuidados médicos em ambiente hospitalar), incluindo centro de terapia intensiva ou similar, hospital dia e clínicas básicas e especializadas integrantes da rede própria ou credenciada da Contratada, sendo vedada à limitação de prazo, valor máximo e quantidade de internações, a critério do médico assistente;

XIV. Despesas relativas a honorários médicos, serviços gerais de enfermagem e alimentação do paciente durante o período de internação;

XV. Toda e qualquer taxa, incluindo materiais utilizados;

XVI. Cobertura do atendimento por outros profissionais de saúde, de forma ilimitada durante o período de internação hospitalar, quando indicado pelo médico assistente;

XVII. Exames complementares indispensáveis ao controle da evolução da doença e elucidação diagnóstica, fornecimento de medicamentos, anestésicos, gases medicinais, transfusões e sessões de quimioterapia e radioterapia, conforme prescrição do médico assistente, realizados ou ministrados durante o período de internação hospitalar e listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS vigente à época do evento;

XVIII. Órteses e próteses ligados aos atos cirúrgicos listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS vigente à época do evento:

a) A classificação dos diversos materiais utilizados pela medicina no país como órteses ou próteses deverá seguir lista a ser disponibilizada e atualizada periodicamente no endereço eletrônico da ANS na Internet ([www.ans.gov.br](http://www.ans.gov.br));

b) É de responsabilidade do médico ou cirurgião dentista assistente a prerrogativa de determinar as características (tipo, matéria-prima e dimensões) das órteses, próteses e materiais especiais – OPME necessários à execução dos procedimentos listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS vigente à época do evento;

c) O profissional requisitante deve, quando assim solicitado pela operadora de plano de saúde, justificar clinicamente a sua indicação e oferecer pelo menos 03 (três) marcas de produtos de fabricantes diferentes, quando disponíveis, dentre aquelas regularizadas junto à ANVISA, que atendam às características especificadas; e

d) em caso de divergência entre o profissional requisitante e a operadora, a decisão caberá a um profissional escolhido de comum acordo entre as partes, através do mecanismo de junta médica, com as despesas arcadas pela operadora.

XIX. Tratamento das complicações clínicas e cirúrgicas decorrentes de procedimentos não cobertos, tais como, procedimentos estéticos, inseminação artificial, transplantes não cobertos, entre outros, respeitada a segmentação do plano, os prazos de carência, a Cobertura Parcial Temporária – CPT e desde que o procedimento solicitado conste do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento:

a) entendem-se como complicação os eventos não previstos na realização do tratamento ou os previstos que não acontecem de maneira sistemática;

b) Procedimentos necessários ao seguimento de eventos excluídos da cobertura (como internação em leito de terapia intensiva após transplante não coberto) não são considerados tratamento de

complicações, mas parte integrante do procedimento inicial, não havendo obrigatoriedade de sua cobertura por parte das operadoras de planos de assistência à saúde.

XX. Estão cobertos os exames pré e pós-operatórios constantes no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento, relacionados às cirurgias cobertas ou não;

XXI. Cobertura de atendimentos caracterizados como de urgência e emergência conforme disposto na cláusula de Atendimento de Urgência e Emergência e Remoção;

XXII. Quando se tratar de criança ou adolescente menor de 18 (dezoito) anos, é assegurada ao acompanhante a cobertura de acomodação e alimentação conforme dieta geral do hospital, exceto na internação em UTI ou similar, onde não é permitido o acompanhante;

XXIII. Conforme indicação do médico ou cirurgião dentista assistente, quando se tratar de idosos a partir dos 60 anos de idade e pessoas portadoras de deficiências, é assegurada ao acompanhante a cobertura de acomodação e alimentação conforme dieta geral do hospital, exceto na internação em UTI ou similar, onde não é permitido o acompanhante;

XXIV. As cirurgias odontológicas buco-maxilo-faciais constantes no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento, para segmentação hospitalar, realizadas por profissional habilitado pelo seu Conselho de Classe e devidamente credenciado e integrante da rede prestadora de serviços da CONTRATADA, incluindo a cobertura de exames complementares e fornecimento de medicamentos, anestésicos, gases medicinais, transfusões, assistência de enfermagem, alimentação, órteses, próteses e demais materiais, ligados ao ato cirúrgico, utilizados durante o período de internação hospitalar;

XXV. Cobertura da estrutura hospitalar necessária à realização dos procedimentos odontológicos listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento, para segmentação odontológica, passíveis de realização em regime ambulatorial, mas que por imperativo clínico necessitem de internação hospitalar:

a) inclui a cobertura de exames complementares solicitados pelo cirurgião-dentista assistente habilitado pelo respectivo conselho de classe, desde que restritos à finalidade de natureza odontológica, o fornecimento de medicamentos, anestésicos, gases medicinais, transfusões, assistência de enfermagem e alimentação, utilizados durante o período de internação hospitalar. Os honorários e materiais utilizados pelo cirurgião-dentista não estão incluídos na cobertura do plano de saúde;

b) A necessidade da internação por imperativo clínico que se impõem em função das necessidades do beneficiário, com vistas à diminuição dos riscos decorrentes de uma intervenção, é determinada pelo cirurgião-dentista, que irá avaliar e justificar a necessidade do suporte hospitalar para a realização do procedimento odontológico, assegurando as condições adequadas para a execução dos procedimentos, assumindo as responsabilidades técnicas e legais pelos atos praticados.

XXVI. Cobertura para remoção do paciente, comprovadamente necessária e indicada pelo médico assistente, para outro estabelecimento hospitalar, dentro dos limites de abrangência geográfica previstos neste contrato;

XXVII. Procedimentos abaixo relacionados, considerados especiais, cuja necessidade esteja relacionada à continuidade da assistência prestada em nível de internação hospitalar e listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento:

a) Hemodiálise e diálise peritoneal (CAPD);

b) Quimioterapia oncológica ambulatorial, entendida como aquela baseada na administração de medicamentos para tratamento do câncer, incluindo medicamentos para o controle de efeitos adversos relacionados ao tratamento e adjuvantes que, independentemente da via de administração e da classe terapêutica necessitem, conforme prescrição do médico assistente, ser administrados sob intervenção ou supervisão direta de profissionais de saúde dentro

de estabelecimento de Saúde;

c) Radioterapia: listadas no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento, para segmentação ambulatorial e hospitalar;

d) Hemoterapia;

e) Nutrição parenteral ou enteral;

f) Procedimentos diagnósticos e terapêuticos em hemodinâmica listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento;

g) Embolizações listadas no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento;

h) Radiologia intervencionista;

i) Exames pré-anestésicos ou pré-cirúrgicos;

j) Procedimentos de reeducação e reabilitação física, listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento;

k) Acompanhamento clínico no pós-operatório imediato e tardio dos pacientes submetidos a transplante listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS vigente à época do evento, exceto o fornecimento de medicação de manutenção;

XXVIII. Cirurgia plástica reconstrutiva de mama para o tratamento de mutilação decorrente de utilização de técnicas de tratamento de câncer, incluindo cirurgia da mama contralateral;

XXIX. Cirurgia plástica reparadora de órgãos e funções, listadas no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento;

XXX. Atendimento obstétrico acrescido dos procedimentos relativos ao pré-natal, assistência ao parto e puerpério, observadas as especificações abaixo:

a) Cobertura assistencial ao recém-nascido, filho natural ou adotivo e sob guarda ou tutela do titular ou de seu dependente inscrito no plano, durante os primeiros 30 (trinta) dias após o parto ou 30 (trinta dias) da guarda ou tutela, desde que o pai ou a mãe do recém-nascido tenham cumprido a o prazo de carência máxima de 180, vedada alegação de doença ou lesão preexistente. Ultrapassado o prazo estabelecido, cessa a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao atendimento, salvo se o dependente estiver inscrito no plano, conforme prevê a Cláusula Condições de Admissão;

b) Cobertura das despesas de um acompanhante indicado pela mulher durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato (paramentação, acomodação e alimentação de acordo com a dieta geral do hospital, exceto na internação em UTI ou similar, onde não é permitido o acompanhante), conforme indicação do médico assistente e legislações vigentes.

b.1) entende-se como pós-parto imediato as primeiras 48 (quarenta e oito) horas após o parto, salvo contraindicação do médico assistente ou até 10 dias, quando indicado pelo médico assistente.

XXXI. Transplante de córnea e rim, observadas as especificações abaixo:

a) nos transplantes de córnea e rim, as despesas de procedimentos vinculados — entendidos estes como os necessários à realização do transplante —, incluindo:

a.1) Despesas assistenciais com doadores vivos;

a.2) Medicamentos utilizados durante a internação;

a.3) Acompanhamento clínico no pós-operatório imediato e tardio, exceto medicamentos de manutenção;

a.4) Despesas de captação, transporte e preservação dos órgãos na forma de ressarcimento ao SUS (Sistema Único de Saúde).

b) os transplantes de córnea e rim provenientes de doador cadáver, conforme Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento, desde que o beneficiário esteja cadastrado em uma das Centrais de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos integrantes do Sistema Nacional de Transplantes.

XXXII. Transplantes autólogos listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento.

XXXIII. Transplante de medula óssea: alogênico e autólogo, de acordo com o previsto no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, vigente à época do evento, e respeitadas as Diretrizes de Utilização estabelecidas pela ANS.



§ 1º - Os procedimentos e coberturas elencadas no caput deste artigo e no Contrato acima citado devem observar os limites de carência estabelecidos no artigo 28 deste Decreto.

§ 3º - A área de abrangência é regional, compreendendo a região da Grande Florianópolis, que para fins deste decreto, considera-se os seguintes municípios: Águas Mornas, Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Canelinha, Florianópolis, Garopaba, Governador Celso Ramos, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Palhoça, Paulo Lopes, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São João Batista, São José, São Pedro de Alcântara e Tijucas.

Art. 21 - O segurado titular participará sempre do custeio dos serviços oferecidos pelo Plano de Assistência à Saúde do Servidor Municipal, utilizados por ele próprio ou por seus dependentes.

Parágrafo único - O valor da coparticipação nos serviços de assistência ambulatorial, corresponderá a um percentual de 50% (cinquenta por cento) do valor das consultas médicas (eletivas, emergência e urgência), exames, procedimentos de diagnose, fisioterapias e acupuntura, calculado sobre o custo efetivo dos serviços, não ultrapassando, por procedimento, a um valor máximo limitado a R\$ 80,00 (oitenta reais), conforme estipulado no contrato do Plano de Assistência à Saúde.

Art. 22 - Nas internações psiquiátricas, caso sejam ultrapassados os prazos de internação definidos na Cláusula de Coberturas e Procedimentos Garantidos, haverá controle mediante coparticipação, equivalente a R\$ 24,00 (vinte e quatro reais) por diária efetivamente realizada.

Art. 23 - O percentual e o valor da coparticipação do segurado titular poderão ser revistos, sempre que necessários ao equilíbrio econômico-financeiro das fontes de receita e despesa do Plano de Assistência à Saúde do Servidor Municipal.

Art. 24 - O limite máximo para parcelamento dos débitos adquiridos pelos beneficiários do Plano de Assistência à Saúde do Servidor Municipal será o valor da margem consignável expresso no Recibo de Pagamento do segurado titular.

§ 1º - Estipula-se como limite mínimo para parcelamento o valor de R\$ 100,00 (cem reais) mensais e o limite máximo o valor da margem consignável do segurado titular.

I - O gestor do plano de assistência a saúde poderá, mediante solicitação do segurado titular, analisar em consonância com a disponibilidade dos cofres públicos a procedência de parcelamento dos débitos, observando os valores estipulados no § 1º deste artigo.

II - No tocante aos pedidos de parcelamento pelo segurado titular, este tem o prazo de até o 10º (décimo) dia do mês para requerê-lo.

§ 2º - Dar-se-á preferência ao ressarcimento dos valores pagos pela Prefeitura ao Plano de Assistência à Saúde do Servidor Municipal frente a qualquer outro tipo de desconto, excetuado os compulsórios.

§ 3º - A falta de regularidade no pagamento das prestações mensais definidas no caput deste artigo, por período superior a 30 (trinta) dias, permitirá à Administração da Assistência à Saúde do Servidor Municipal suspender o atendimento dos serviços ao segurado titular e seus dependentes.

§ 4º - Os parcelamentos já existentes anteriormente a este Decreto não sofrerão alteração de desconto até a quitação do débito.

Art. 25 - O recebimento ou uso dos serviços do Plano de Assistência à Saúde do Servidor Municipal quando decorrentes de fraude, dolo ou má-fé, serão cobrados integralmente do segurado titular, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Art. 26 - O Gestor do Plano de Assistência à Saúde do Servidor Municipal, fixará, mediante estudos e planificação dos seus órgãos técnicos, as condições para prestação da assistência prevista neste Decreto, levando em consideração:

- a) as regras e os limites previstos e permitidos no contrato da prestação dos serviços de assistência à saúde;
- b) as normas para a concessão dos serviços da assistência à saúde.

Art. 27 - A carência é o número mínimo de contribuições mensais indispensável para que os segurados titulares e dependentes possam fazer jus à utilização dos serviços prestados pela Assistência à

Saúde do Servidor Municipal de que trata este Decreto.

Art. 28 - Os períodos de carência serão fixados de acordo com as seguintes disposições:

- a) Atendimento de Urgência e Emergência - carência de 24 (vinte e quatro) horas;
- b) Consultas médicas, análises clínicas, exames anatomopatológicos e citológicos, raios-X simples e contrastados eletroencefalogramas, acupuntura e ultrassonografias - carência de 30 (trinta) dias;
- c) Fisioterapias - carência de 90 (noventa) dias;
- d) Parto a termo - carência de 300 (trezentos) dias;
- e) Todas as demais coberturas - carência de 180 (cento e oitenta) dias.

§ 1º - Inicia-se a contagem do prazo de carência imediatamente após a adesão do segurado ao plano. Não poderá haver antecipação das contribuições mensais com intuito de abreviar este prazo.

I - Ficarão isentos de carência:

- a) os usuários titulares e seus dependentes vinculados ao Plano de Assistência regidos pelo Decreto nº 29.776/2009 ficarão isentos de carência desde que assinem o termo de adesão no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de vigência deste plano de saúde;

Art. 29 - A receita da Assistência à Saúde do Servidor Municipal será assim composta:

I - Contribuição mensal dos segurados titulares, na ordem de 3,0 (três pontos percentuais), por beneficiário, sobre o total das remunerações do titular, descontadas em folha de pagamento, observando-se o teto máximo de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);

II - Contribuição mensal dos órgãos da Administração Direta, Autarquias e Fundações dos Poderes Executivo e Legislativo Municipais, contribuirão, mensalmente, com 3,0 (três pontos percentuais), do somatório da remuneração dos participantes sob suas responsabilidades.

Parágrafo Único - Quando os recursos existentes na conta a que se refere o art. 32 forem insuficientes para fazer face às despesas, serão alocados recursos conforme créditos orçamentários consignados no orçamento municipal.

Art. 30 - O segurado titular que, por motivos de: exoneração de cargo em provimento em comissão, faltas injustificadas por 30 dias consecutivos, demissão e exoneração de servidores efetivos e empregados públicos, deixar de perceber a remuneração mensal, por intermédio do sistema de folhas de pagamento do Poder Municipal, recolherá suas contribuições através de depósito identificável, até o quinto dia útil do mês subsequente da competência, e comunicar o pagamento ao Gestor do Plano para a manutenção da regular quitação.

Parágrafo único - No caso de exoneração ou demissão dos servidores efetivos ou empregados públicos, estes ficam vinculados ao pagamento de dívidas pendentes, caracterizadas após a sua demissão ou exoneração, que não foram quitadas à época de sua rescisão.

Art. 31 - Entende-se como salário de contribuição, para fins deste Decreto, a soma mensal paga ou devida ao segurado titular, em caráter continuado, como vencimento, remuneração, salário, subsídios, adicionais, percentagens, abono provisório, gratificações, proventos de aposentadoria, disponibilidade ou reforma e quaisquer outros estipêndios.

§ 1º - Excluem-se do salário de contribuição as gratificações eventuais e os pagamentos que tenham caráter de indenização, como diárias de viagem, ajudas de custo e representações de qualquer natureza.

§ 2º - Excluem-se, igualmente, do salário de contribuição as quotas de salário-família e as importâncias percebidas pelo segurado titular e não consideradas, segundo a Consolidação das Leis do Trabalho, como integrantes da remuneração.

§ 3º - O salário de contribuição é a importância correspondente ao mês normal de trabalho, não se levando em conta as deduções ou partes não pagas por falta de frequência integral.

§ 4º - A contribuição, no caso de acumulação de cargos permitida em Lei, incidirá sobre a soma da remuneração e/ou proventos

percebidos pelo segurado.

§ 5º - O salário de contribuição dos segurados titulares previstos no § 1º do art. 6º deste Decreto, guardará perfeita correspondência com o do último salário contribuição percebido, aplicando-se sobre ele os percentuais de aumento dos servidores do Município havidos durante o ano.

§ 6º - Havendo segurado titular e segurado dependente com vínculos na Administração Municipal, considerar-se-á a maior remuneração para os efeitos de contribuição.

Art. 32 - O plano de Assistência à Saúde do Servidor Municipal terá na estrutura contábil da sua Administração, conta específica para movimentação dos recursos, vedada a transferência dos mesmos para outra finalidade.

§ 1º - As adaptações necessárias do plano de contas e do processo de escrituração às peculiaridades da Assistência à Saúde do Servidor Municipal serão estabelecidas pelo Gestor do Plano;

§ 2º - Além do plano de contas geral, na forma deste artigo, o Gestor do Plano de Assistência à Saúde do Servidor Municipal poderá adotar outros, para controle interno, em casos específicos.

Art. 33 - Sem prejuízo de verificações eventuais será feita anualmente a revisão atuarial e a situação econômico-financeira do Plano de Assistência à Saúde do Servidor Municipal, a fim de ser indicada qualquer providência necessária à utilização das fontes de receita.

Art. 34 - O Gestor do Plano de Assistência à Saúde do Servidor Municipal fixará em manual de normas técnicas e procedimentos as formas para o credenciamento e contratos de prestação dos serviços.

Parágrafo Único - O Gestor do Plano de Assistência à Saúde do Servidor Municipal poderá manter uma equipe própria e permanente de servidores para as funções técnicas e administrativas de avaliação da capacidade técnica dos prestadores de serviços quando do credenciamento, contratação e o acompanhamento na execução do atendimento aos segurados.

Art. 35 - O pedido de cancelamento do Plano de Assistência à Saúde do Servidor Municipal não implica a quitação da dívida existente.

Art. 36 - Os serviços concedidos aos segurados e a seus dependentes são inalienáveis, sendo nulas de pleno direito a venda, a cessão ou a constituição de quaisquer ônus, bem como a outorga de poderes irrevogáveis ou em causa própria para a respectiva percepção.

Art. 37 - Os casos omissos desse Decreto serão disciplinados e regulados pelo Contrato 008/2015 do Processo Administrativo nº 294/2014 e por ato administrativo da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 38 - Não haverá restituição de contribuições, excetuada a hipótese de recolhimento indevido.

Art. 39 - O desconto das contribuições para o Plano de Assistência à Saúde do Servidor terá prioridade sobre quaisquer outros descontos operados na folha de pagamento, respeitada a prioridade legalmente estabelecida.

Art. 40 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação; ficando revogadas as disposições em contrário, especialmente as dispostas no decreto 29.776/2009.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de maio de 2015.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

SINARA REGINA SIMIONI  
Secretária de Administração

CLÓVIS RENATO SQUIO  
Procurador-Geral do Município

WALDEMAR BORNHAUSEN NETO  
Secretário de Governo

## DECRETO Nº 4479/2015

DECRETO Nº 4479/2015

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NO BAIRRO CENTRO, NESTE MUNICÍPIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, artigo 2º e no Decreto-Lei 3.365/1941,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, uma área de terra, de forma irregular, situada no lado ímpar da Rua Getúlio Vargas, neste Município, contendo 1.970,36 m<sup>2</sup> (um mil, novecentos e setenta metros e trinta e seis decímetros quadrados), confrontando na frente, em três lances, o primeiro medindo 19,50 metros; o segundo medindo 13,10 metros e o terceiro medindo 22,90 metros, todos confrontando com a Rua Getúlio Vargas, a Leste; Fundos a oeste, em três lances, o primeiro partindo da lateral direita mede 18,00 metros e confronta com a Rua nº 02; o segundo lance em linha quebrada mede 21,40 metros e o terceiro lance mede 33,50 metros, ambos confrontando com terras de Osni Dias de Oliveira; Lateral direita medindo 50,70 metros; ao Sul, confronta com propriedade de Walter Gerlach e Valdo Gerlach; e Lateral esquerda, ao Norte, em dois lances, o primeiro medindo 04,55 metros confronta com Ana Maria Silveira, e o segundo lance, medindo 22,00 metros, confronta com José Carlos de Melo; e uma casa de moradia, em alvenaria, edificada no imóvel, com área de 290,00 m<sup>2</sup>, sob o nº 2.870, pertencente à matrícula 35.356, registrada às folhas 0108, do Livro 2-GK, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José. Cadastros imobiliários nos 01.02.019.0265.1.001 e 01.02.019.0265.2.001, respectivamente.

Art. 2º. A presente declaração de utilidade pública tem como finalidade a desapropriação para preservação do patrimônio histórico-cultural tombado.

Art. 3º. A indenização decorrente do procedimento de desapropriação do imóvel descrito no caput do artigo 1º dar-se-á pelo preço certo e ajustado, conforme laudo de avaliação constante do Processo Administrativo nº 3.705/2013 e negociação com os DESAPROPRIADOS (fls.108), compensando-se o montante referente aos débitos a título de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU eventualmente existentes.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de maio de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 4480/2015**

DECRETO Nº 4480/2015

EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, o servidor ANDERSON RENÊ FREITAS LOPES do cargo de Assessor I Escolar – CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de maio de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**PORTARIA N. 001/2015/SDECT**

PORTARIA N. 001/2015/SDECT

DEFINE CRITÉRIO DE ATENDIMENTO PELA UMC EM FUNCIONAMENTO NA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, no uso das competências que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município, em seu art. 66 e de acordo com o disciplinado no Anexo III da Lei Complementar Municipal n. 014 de 06 de dezembro de 2004 e;

Considerando o termo de cooperação técnica entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e o Município de São José para a manutenção da Unidade Municipal de Cadastramento – UMC;

Considerando que a servidora Rosamonia Garcia, mat. 11882, foi designada por meio do Termo de Responsabilidade e Uso ao Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR à trabalhar como UMC de São José, mais precisamente nesta secretaria;

Considerando que o Termo de Cooperação Técnica é pertinente apenas ao atendimento no Município de São José;

RESOLVE:

Art. 1º O atendimento ao público, com prestação de informações e preenchimento de formulários, sobre quaisquer questões relacionadas ao cadastramento de imóveis rurais e emissão de Certificado de Cadastramento de Imóvel Rural – CCIR – será prestado apenas aos proprietários de imóveis localizados neste município.

São José, 12 de maio de 2015.

BERNARDO MEYER

Secretário de Desenvolvimento Econômico,  
Ciência e Tecnologia.**RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ	Data: 18/05/2015 Processo: 136/2015
--	--

Resultado Tomada de Preços Nº 006/2015 REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 136/2015 - Tomada de Preços Nº 006/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DRENAGEM URBANA E EXECUÇÃO DE PRAÇA COM INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS URBANOS E PAISAGISMO NA RUA EDMUNDO OTACÍLIO – LOTEAMENTO LUAR BAIRRO SERRARIA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, NECESSÁRIOS A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, CONFORME SE ENCONTRA DESCRITO DE FORMA CLARA E PRECISA NO PROJETO BÁSICO, E DEMAIS ANEXOS.

1 - A Comissão Permanente de Licitação, com os poderes que lhe confere o Decreto nº 3764/2015 de 09 de janeiro de 2015, após examinar todas as peças que integram o presente processo licitatório, conclui pela sua regularidade, observados os preceitos da Lei nº 8.666/1993.

2 - Após a abertura da proposta fica classificada pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL a empresa abaixo:

Fornecedor	Lote	Item	Qtde	Valor Unitário	Valor Total do Item
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	1	1	182,5	R\$ 18,10	R\$ 3.303,43
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	1	2	2.035,6	3,95	8.040,42
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	1	3	8,0	447,51	3.580,08
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	1	4	18,0	99,74	1.795,32
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	2	1	1.850,0	0,46	851,00



EMPREITEIRA PAVICON LTDA	2	2	320,0	2,16	691,20
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	2	3	30,0	6,46	193,80
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	3	1	340,0	3,19	1.084,60
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	3	2	340,0	4,05	1.377,00
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	3	3	12.566,4	0,65	8.168,16
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	3	4	598,4	0,79	472,74
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	4	1	20,0	137,13	2.742,60
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	4	2	428,4	0,65	278,46
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	4	3	520,0	4,01	2.085,20
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	4	4	20,0	7,84	156,80
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	5	1	2,0	137,87	275,74
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	5	2	37,5	0,65	24,38
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	5	3	21,0	8,88	186,48
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	5	4	4,0	138,56	554,24
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	5	5	223,6	0,65	145,34
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	5	6	22,1	0,79	17,46
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	5	7	11,0	534,20	5.876,20
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	5	8	235,6	0,65	153,14
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	5	9	203,1	0,65	132,02
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	5	10	20,1	0,79	15,88
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	5	11	2,0	12,60	25,20
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	5	12	12,0	123,54	1.482,48
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	6	1	1,0	137,87	137,87
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	6	2	18,7	0,65	12,16
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	6	3	16,0	8,88	142,08
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	6	4	3,0	138,56	415,68
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	6	5	167,7	0,65	109,01
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	6	6	16,6	0,79	13,11
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	6	7	7,0	534,20	3.739,40
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	6	8	149,9	0,65	97,44
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	6	9	129,3	0,65	84,05
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	6	10	12,8	0,79	10,11
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	6	11	1,5	12,60	18,90
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	6	12	10,0	123,54	1.235,40
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	7	1	8,2	4,42	36,24
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	7	2	7,3	95,73	698,83
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	7	3	427,8	0,65	278,07
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	7	4	40,4	0,79	31,92
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	7	5	4,0	24,82	99,28
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	7	6	4,0	64,16	256,64
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	7	7	1,6	30,36	48,58
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	7	8	0,6	137,13	82,28
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	7	9	0,3	137,87	41,36
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	7	10	50,0	213,10	10.655,00
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	7	11	1,0	755,84	755,84
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	8	1	2,2	442,99	979,01
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	9	1	1,0	449,92	449,92
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	10	1	41,0	62,93	2.580,13
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	10	2	41,7	20,60	857,99
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	10	3	41,7	6,86	285,72
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	10	4	41,0	5,15	211,15
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	10	5	249,9	6,16	1.539,38
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	11	1	30,4	138,56	4.205,30
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	11	2	41,7	31,08	1.294,48
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	12	1	1,0	2.334,71	2.334,71
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	12	2	1,0	1.630,59	1.630,59
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	12	3	1,0	1.630,59	1.630,59
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	12	4	2,0	2.594,13	5.188,26
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	12	5	1,0	1.050,00	1.050,00
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	12	6	1,0	1.358,83	1.358,83
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	12	7	1,0	1.111,77	1.111,77
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	12	8	1,0	2.470,60	2.470,60
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	12	9	2,0	975,88	1.951,76
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	13	1	144,0	141,72	20.407,68

EMPREITEIRA PAVICON LTDA	13	2	48,0	31,08	1.491,84
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	14	1	1,0	7.741,20	7.741,20
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	14	2	1,0	6.884,78	6.884,78
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	14	3	1,0	3.403,03	3.403,03
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	14	4	1,0	3.542,06	3.542,06
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	14	5	1,0	5.143,69	5.143,69
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	14	6	1,0	7.107,22	7.107,22
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	14	7	1,0	7.641,10	7.641,10
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	14	8	1,0	3.842,36	3.842,36
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	14	9	1,0	3.336,29	3.336,29
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	14	10	1,0	3.430,84	3.430,84
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	15	1	10,4	442,99	4.615,96
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	15	2	41,9	29,17	1.223,39
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	15	3	1,0	137,87	130,98
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	15	4	155,4	9,06	1.407,83
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	15	5	109,4	9,36	1.023,70
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	15	6	189,8	9,36	1.776,43
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	15	7	175,4	9,36	1.641,56
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	15	8	148,2	53,68	7.953,23
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	16	1	244,6	13,05	3.192,03
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	16	2	122,3	137,87	16.861,50
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	16	3	73,4	442,99	32.506,61
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	16	4	697,2	7,63	5.319,71
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	16	5	611,5	4,78	2.922,92
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	16	6	21,0	13,35	280,22
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	17	1	1,0	95.118,10	95.118,10
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	18	1	627,0	36,98	23.186,46
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	19	1	1,0	3.038,83	3.038,83
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	19	2	1,0	1.124,12	1.124,12
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	19	3	1,0	12.229,47	12.229,47
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	20	1	79,1	51,06	4.038,85
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	21	1	17,8	42,75	759,24
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	21	2	1,5	453,93	689,97
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	21	3	11,6	488,40	5.665,44
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	21	4	145,0	53,68	7.783,60
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	21	5	178,4	9,06	1.615,85
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	21	6	358,2	9,36	3.352,28
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	21	7	2,5	137,87	348,81
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	22	1	103,7	92,94	9.636,02
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	22	2	1,2	2.083,81	2.500,57
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	22	3	95,9	9,06	868,58
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	22	4	192,5	9,36	1.802,08
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	23	1	27,1	59,72	1.616,62
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	23	2	5,2	30,85	160,42
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	23	3	163,4	4,27	697,72
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	23	4	36,2	506,74	18.343,99
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	24	1	50,5	4,22	213,28
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	24	2	50,5	17,13	865,75
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	24	3	38,2	29,54	1.129,31
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	25	1	31,1	23,92	742,72
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	25	2	50,5	10,14	512,48
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	25	3	174,9	40,09	7.010,54
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	26	1	8,7	137,87	1.204,98
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	26	2	8,9	48,49	433,02
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	26	3	5,2	453,93	2.378,59
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	26	4	383,9	9,06	3.477,68
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	26	5	23,6	4,85	114,36
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	26	6	48,0	4,13	198,24
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	26	7	174,9	6,73	1.176,88
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	26	8	17,5	442,99	7.743,47
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	27	1	117,1	81,57	9.548,58
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	28	1	14,0	2.357,39	33.003,46
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	28	2	3,0	891,88	2.675,64
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	28	3	8,0	2.132,82	17.062,56

EMPREITEIRA PAVICON LTDA	28	4	12,0	701,65	8.419,80
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	29	1	557,2	56,61	31.541,39
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	29	2	591,0	172,65	102.036,15
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	29	3	193,0	172,65	33.321,45
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	29	4	418,7	31,08	13.011,64
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	29	5	11,2	1.953,51	21.918,38
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	30	1	6,0	1.521,35	9.128,10
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	30	2	24,0	216,96	5.207,04
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	30	3	2,0	844,94	1.689,88
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	30	4	6,0	103,64	621,84
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	30	5	12,0	147,13	1.765,56
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	30	6	6,0	13,41	80,46
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	30	7	12,0	15,46	185,52
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	30	8	12,0	310,45	3.725,40
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	30	9	6,0	145,49	872,94
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	30	10	6,0	722,65	4.335,90
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	31	1	8,0	153,99	1.231,92
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	31	2	2,0	353,90	707,80
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	31	3	4,0	250,77	1.003,08
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	31	4	24,0	47,38	1.137,12
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	31	5	2,0	674,53	1.349,06
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	31	6	9,0	53,99	485,91
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	32	1	95,0	6,72	638,40
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	32	2	55,0	9,07	498,85
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	32	3	130,0	5,31	690,30
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	32	4	1,0	157,95	157,95
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	32	5	1,0	1.139,05	1.139,05
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	32	6	6,0	40,64	243,84
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	33	1	3,0	134,03	402,09
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	33	2	2,0	145,25	290,50
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	33	3	1,0	13,83	13,83
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	33	4	1,0	13,83	13,83
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	33	5	1,0	21,51	21,51
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	33	6	2,0	21,51	43,02
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	33	7	8,0	5,44	43,52
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	34	1	175,0	8,27	1.447,25
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	34	2	450,0	6,01	2.704,50
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	34	3	160,0	5,00	800,00
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	34	4	600,0	3,45	2.070,00
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	34	5	100,0	6,10	610,00
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	35	1	104,0	4,94	513,76
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	35	2	52,0	19,76	1.027,52
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	35	3	69,0	13,58	937,02
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	35	4	146,1	11,11	1.623,06
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	35	5	268,0	4,94	1.323,92
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	35	6	10,0	74,11	741,10
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	35	7	5,0	98,82	494,10
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	35	8	312,0	1,85	577,20
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	35	9	19,0	27,17	516,23
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	35	10	31,0	19,76	612,56
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	35	11	94,0	42,00	3.948,00
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	35	12	17,0	111,17	1.889,89
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	35	13	38,0	14,82	563,16
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	35	14	53,0	19,76	1.047,28
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	35	15	9,0	43,23	389,07
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	35	16	3,0	98,82	296,46
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	35	17	2,0	98,82	197,64
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	36	1	1,0	148,23	148,23
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	36	2	14,0	12,35	172,90
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	36	3	4,0	12,35	49,40
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	36	4	120,7	3,70	446,41
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	36	5	95,0	17,29	1.642,55
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	36	6	8,0	49,41	395,28
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	36	7	10,0	160,58	1.605,80

EMPREITEIRA PAVICON LTDA	37	1	2.035,6	2,26	4.600,34
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	38	1	1,0	39.869,08	39.869,08
Valor Total			Valor Total Extenso		
R\$ 853.968,25			oitocentos e cinquenta e três mil novecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos.		

São José, 18 de maio de 2015.

CARLOS ALFREDO SCHMIDT Presidente CPL		PAULO DUTRA Membro	
KETY SILVA TRIERVEILER Membro	RAMON S. CAMPOS MARTINS Membro		REJANE MAGALI S. MEDEIROS Membro

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA N.115/2015

PORTARIA Nº 115/2015

NOMEIA INTEGRANTES DA COMISSÃO QUE ESTABELECE NORMAS PARA ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições gerais,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeados os integrantes da Comissão que estabelece normas para Alienação de Bens Móveis Inservíveis da Câmara Municipal de São José.

I – Para tanto nomeia:

- a) Cristiane Pereira - Presidente
- b) Tânia Regina Kremer - Membro
- c) Marcos Nunes -Membro

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III – Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 15 de maio de 2015.

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

### RESOLUÇÃO N.436/2015

RESOLUÇÃO Nº. 436, DE 14 DE MAIO DE 2015.

CONCEDE A REVISÃO ANUAL REMUNERATÓRIA AOS SERVIDORES MUNICIPAIS ATIVOS, INATIVOS E AOS AGENTES POLÍTICOS DO PODER LEGISLATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. art. 74, II, "a", 3, do Regimento Interno instituído pela Resolução nº. 164, de 20 de dezembro de 2005, e no artigo 1º, §3º, da Lei nº. 5.484, de 11 de maio de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida a Revisão Anual Remuneratória aos servidores ativos, inativos, estagiários e agentes políticos do Poder Legislativo, em 8.34% (oito, vírgula trinta e quatro por cento), a partir de 1º de maio de 2015, tendo como base de cálculo a remuneração percebida, o mesmo título, no mês de abril de 2015, conforme a autorização prevista no artigo 1º da Lei nº. 5.484, de 11 de maio de 2015.

Parágrafo único Aplica-se o mesmo índice de Revisão Anual mencionado no caput deste artigo aos valores pecuniários previstos no art. 49 c/c parágrafo único do art. 51da Lei nº. 4696, de 15 de setembro de 2008, alterado pela Lei nº. 5.372, de 18 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São José, 14 de Maio de 2015.  
ORVINO COELHO DE ÁVILA  
Presidente

# São José do Cedro

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.52/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº52/2015

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº 52/2015, Edital de Pregão Nº 52/2015, Objeto: contratação de seguro para veículos do município, visando assegurar os usuários, o patrimônio do município, bem como terceiros envolvidos em eventuais acidentes e outros danos. Recebimento das propostas até às 14:00 horas do dia 29/05/2015. Abertura dos envelopes às 14:00 horas do dia 29/05/2015, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br), ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC.

Antonio Plinio de Castro Silva  
Prefeito Municipal.

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### **PARALISAÇÃO DE OBRA DO CONTRATO Nº 089/2015, DE 16 DE ABRIL DE 2015.**

Ofício nº 079/2015/GP/SLO São Lourenço do Oeste, SC, 15 de maio de 2015.

Excelentíssimo Senhor  
Ailton Pandini  
Pandini Construções e Incorporações Ltda.  
São Lourenço do Oeste - SC.

Assunto: Paralisação De Obra do Contrato nº 089/2015, de 16 de abril de 2015.

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito que a empresa PANDINI CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 03.210.836/0001-09, vencedora do Processo Licitatório nº 040/2015, Modalidade Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 005/2015, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE REFORMAS NOS GINÁSIOS MUNICIPAIS; PREFEITO ZENO GERMANO ETGES, BAIRRO SANTA CATARINA, COM ÁREA TOTAL DE 1.204,28 M², E GINÁSIO MUNICIPAL SÃO FRANCISCO NO BAIRRO SÃO FRANCISCO, COM ÁREA TOTAL DE 1.204,35 M², CONFORME PROJETOS ANEXOS E CONTRATO DE REPASSE Nº 1.004.907-47/2013 MINISTÉRIO DOS ESPORTES/CAIXA, CONVÊNIO Nº 784350/2013, em virtude do que assinou o Contrato nº 089/2015, de 16 de abril de 2015, INTERROMPA DE IMEDIATO a execução do mesmo.

Tal solicitação se faz necessária em razão de que o objeto contratado é proveniente do Contrato de Repasse nº. 1.004.907-47/2013, assinado com o Ministério das Cidades, com intermediação da Caixa Econômica Federal, sendo que as normas estabelecidas para os Convênios Federais, em especial a Portaria Interministerial nº 507/2011, prevê em seu art. 78 que "o concedente somente poderá autorizar o início de execução do objeto contratado após a liberação dos recursos referentes à primeira parcela de repasse da União". Portanto, sabendo-se que até o presente momento a União não liberou nenhuma parcela do Convênio, não restam ações à Prefeitura Municipal senão paralisar a obra do Contrato nº 089/2015, de 16 de abril de 2015, garantindo-se a permanência dos períodos de vigência e execução, bem como a obediência às regulamentações do Governo Federal e o bom andamento das atividades dos Convênios que esta Prefeitura celebra com os órgãos da União.

Destaca-se, por oportuno, que é prerrogativa da Administração alterar o contrato, na forma do § 5º, do artigo 79, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, onde ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo.

Certo de contar com vosso imediato atendimento deste, ao ensejo, apresento-lhe minhas considerações de elevado respeito.

Respeitosamente,

GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

### **SOLENIDADE DE POSSE DOS NOVOS CONSELHEIROS DO CONCISLO**

O Presidente do CONCISLO, Sr. Ilvo Gabriel Ioris, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar no 146, de 12 de dezembro de 2012, Plano Diretor Participativo, convida toda a população lourenciana e demais interessados para participar de SOLENIDADE DE POSSE DOS NOVOS CONSELHEIROS DO CONCISLO – Conselho da Cidade de São Lourenço do Oeste-SC, que acontecerá no dia 29 de Junho de 2015, às 19h30min, no Teatro Professor Arno Ignácio Etges, Centro de Eventos de São Lourenço do Oeste-SC.



# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO N. 71/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2015

TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2015

O Município de São Miguel do Oeste – SC, a partir do Sr. Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na Modalidade de TOMADA DE PREÇOS, Tipo Menor Preço Por Item.

OBJETO: Contratação de Empresa para prestação de serviços de Assessoria e Consultoria a Secretaria Municipal da Fazenda, envolvendo orientações e Treinamentos aos Servidores Municipais nos Setores de Tributação e Fiscalização sobre o novo Sistema Tributário do Município de São Miguel do Oeste – SC, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 16 de junho de 2015.

Abertura: às 09 hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações

Poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio

Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site:

[www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 18 de maio de 2015

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal.

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 54.2015

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA Avisa da abertura do Processo nº 54/2015 MODALIDADE: Pregão Presencial - Registro de Preços.

1. Objeto: A aquisição parcelada e estimada de Material Permanente, eletrodomésticos e eletroeletrônicos para a Prefeitura Municipal e o Fundo Municipal de Saúde, conforme especificação e quantitativos do ANEXO I do Edital.

Data e hora de abertura da sessão: dia 03/06/2015 às 09h

Credenciamento e entrega dos envelopes: até 08h45min do dia 03/06/2015.

TIPO: Menor Preço por Item.

RETIRADA DO EDITAL: Sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, das 08h às 11h30min e das 13h às 17h, ou através dos emails: [compras@pmspa.sc.gov.br](mailto:compras@pmspa.sc.gov.br) e [licitacoes@pmspa.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pmspa.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone (48) 3277-0122 R: 202/203.

São Pedro de Alcântara, 18/05/2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

# Schroeder

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 43/2015-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000  
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO  
Nº. 43/2015-PMS

PROCESSO Nº. 91/2015-PMS  
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de manutenção em motores elétricos e motobombas da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 01 de junho de 2015 às 08h45min.  
Abertura do Processo: 01 de junho de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.  
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 19 de maio de 2015.  
Osvaldo Jurck  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 3.320/2015, DE 18 DE MAIO DE 2015.** DECRETO Nº 3.320/2015, DE 18 DE MAIO DE 2015.

PRORROGA A VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO HOMOLOGADO PELO DECRETO Nº 3.172/2014 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

#### D E C R E T A:

Art. 1º Fica prorrogado pelo prazo de 06 (seis) meses, nos termos da Lei Municipal nº 1.690/2008, o Processo Seletivo (ACT) nº 004/2014 – SECEL/PMS, homologado pelo Decreto nº 3.172/2014 de 24 de novembro de 2014, publicado em 28 de novembro de 2014, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), Edição 1625, p. 1079.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 18 de maio de 2015.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicado por:  
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº. 124/2015-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, 3201  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500  
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC  
e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 124/2015-PMS  
Dispensa de Licitação nº. 41/2015-PMS - Processo nº. 96/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: LOCAWEB SERVIÇOS DE INTERNET S.A, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.351.877/0001-52, estabelecida na Rua Itapaiuna, nº 2434, Vila Andrade, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 05.707-001.

Objeto: Constitui o presente contrato a Hospedagem de 100 contas de emails com 7,5GB cada do Município de Schroeder (@schroeder.sc.gov.br) pelo período de 6 meses para a Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Hospedagem de +100 contas de emails com 7,5GB cada do Município de Schroeder (@schroeder.sc.gov.br) pelo período de 6 meses. Expansão da contratação de 200 contas já realizada na dispensa 30/2015-PMS.	01	UNIDADE	539,77	539,77
TOTAL R\$					539,77

Valor do contrato: R\$ 539,77 (Quinhentos e trinta e sete reais e setenta e sete centavos).

Data da Assinatura: 18/05/2015 – Vigência: 6 MESES

Oswaldo Jurck

Prefeito Municipal

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº. 42/2015 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 42/2015 - FMS

Processo de licitação nº. 24/2015–FMS – Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 12/2015–FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 65.817.900/0001-71, estabelecida na Avenida Visconde de Nova Granada, nº 105, Vila Grossklauss, na cidade de Leme, Estado de São Paulo, CEP: 13617-400.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
36	LEVODOPA 200+BENSERAZIDA 50MG	6000	COMP	0,63	3.780,00
TOTAL R\$					3.780,00

Valor do contrato: R\$ 3.780,00 (três mil setecentos e oitenta reais)

Data da Assinatura: 18/05/2015 – Vigência: 18/05/2016

Oswaldo Jurck

Prefeito Municipal

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº. 43/2015 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 43/2015 - FMS

Processo de licitação nº. 24/2015–FMS – Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 12/2015–FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 00.802.002/0001-02, estabelecida na Estrada Boa Esperança nº. 2320, Bairro Fundo Canoas, no Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.160-000.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
03	ALOPURINOL 100MG	3000	COMP	0,057	171,00
09	ACIDO FOLICO 5MG	1500	COMP	0,027	40,50
13	CARVEDILOL 6,25MG	6000	COMP	0,08	480,00
14	CARVEDILOL 12,5MG	6000	COMP	0,095	570,00
17	DIPIRONA SODICA 500MG	6000	COMP	0,065	390,00
20	DOXAZOSINA (MESILATO) 2MG	2500	COMP	0,15	375,00
28	HEPARINA SODICA 5000UI/0,25ML INJETAVEL	50	AMPOLA	4,536	226,80
29	HALOPERIDOL 5MG/1ML INJETAVEL	50	AMPOLA	0,687	34,35
30	HALOPERIDOL DECANOATO 50MG/ML AMPOLA 1ML	150	AMPOLA	10,02	1.503,00
31	IMIPRAMINA (CLORIDRATO) 25MG	3000	COMP	0,247	741,00
33	IBUPROFENO 50MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS 30ML	200	FRASCO	0,97	194,00
41	NORTRIPTILINA (CLORIDRATO) 25MG	6000	COMP	0,26	1.560,00
55	SULFAMETOXAZOL 200MG/5ML+TRIMETROPINA 8MG/5ML SUSPENSÃO ORAL 50ML	300	FRASCO	0,95	285,00
60	VALPROATO DE SODIO 500MG	3000	COMP	0,55	1.650,00
61	MEBENDAZOL 20MG/ML SUSPENSÃO ORAL 30ML	200	FRASCO	0,715	143,00
63	MIDAZOLAM 15MG/3ML INJETAVEL	50	AMPOLA	1,237	61,85
TOTAL R\$					8.425,50

Valor do contrato: R\$ 8.425,50 (oito mil quatrocentos e vinte e cinco reais e cinquenta centavos)

Data da Assinatura: 18/05/2015 – Vigência: 18/05/2016

Oswaldo Jurck

Prefeito Municipal

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº. 44/2015 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 43/2015 - FMS

Processo de licitação nº. 24/2015–FMS – Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 12/2015–FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 00.802.002/0001-02, estabelecida na Estrada Boa Esperança nº. 2320, Bairro Fundo Canoas, no Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.160-000.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
03	ALOPURINOL 100MG	3000	COMP	0,057	171,00
09	ACIDO FOLICO 5MG	1500	COMP	0,027	40,50
13	CARVEDILOL 6,25MG	6000	COMP	0,08	480,00
14	CARVEDILOL 12,5MG	6000	COMP	0,095	570,00
17	DIPIRONA SODICA 500MG	6000	COMP	0,065	390,00
20	DOXAZOSINA (MESILATO) 2MG	2500	COMP	0,15	375,00
28	HEPARINA SODICA 5000UI/0,25ML INJETAVEL	50	AMPOLA	4,536	226,80
29	HALOPERIDOL 5MG/1ML INJETAVEL	50	AMPOLA	0,687	34,35
30	HALOPERIDOL DECANOATO 50MG/ML AMPOLA 1ML	150	AMPOLA	10,02	1.503,00
31	IMIPRAMINA (CLORIDRATO) 25MG	3000	COMP	0,247	741,00
33	IBUPROFENO 50MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS 30ML	200	FRASCO	0,97	194,00
41	NORTRIPTILINA (CLORIDRATO) 25MG	6000	COMP	0,26	1.560,00
55	SULFAMETOXAZOL 200MG/5ML+TRIMETROPINA 8MG/5ML SUSPENSÃO ORAL 50ML	300	FRASCO	0,95	285,00
60	VALPROATO DE SODIO 500MG	3000	COMP	0,55	1.650,00
61	MEBENDAZOL 20MG/ML SUSPENSÃO ORAL 30ML	200	FRASCO	0,715	143,00
63	MIDAZOLAM 15MG/3ML INJETAVEL	50	AMPOLA	1,237	61,85
TOTAL R\$					8.425,50

Valor do contrato: R\$ 8.425,50 (oito mil quatrocentos e vinte e cinco reais e cinquenta centavos)

Data da Assinatura: 18/05/2015 – Vigência: 18/05/2016

Oswaldo Jurck

Prefeito Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO Nº. 45/2015 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 44/2015 - FMS

Processo de licitação nº. 24/2015–FMS – Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 12/2015–FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.568.558/0001-10, estabelecida na Av. Nereu Ramos nº. 1675D, salas 01 e 02, Bloco A, Bairro Universitário, no Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.812-111.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
47	PARACETAMOL 200MG/ML GOTAS SOLUÇÃO ORAL 10ML	250	FRASCO	0,507	126,75
TOTAL R\$					126,75

Valor do contrato: R\$ 126,75 (cento e vinte e seis reais e setenta e cinco centavos)

Data da Assinatura: 18/05/2015 – Vigência: 18/05/2016

Oswaldo Jurck

Prefeito Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO Nº. 46/2015 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 45/2015 - FMS

Processo de licitação nº. 24/2015–FMS – Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 12/2015–FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 94.516.671/0001-53, estabelecida na Rua Coronel Oscar Rafael Jost, nº 1955, Centro, na cidade de Santa Cruz, Estado do Rio Grande do Sul, CEP: 96.815-010.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
34	LEVOTIROXINA SODICA 50MG	7000	COMP	0,12	840,00
TOTAL R\$					840,00

Valor do contrato: R\$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais)

Data da Assinatura: 18/05/2015 – Vigência: 18/05/2016



Oswaldo Jurck  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº. 47/2015 - FMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 47/2015 - FMS

Processo de licitação nº. 24/2015–FMS – Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 12/2015–FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 02.520.829/0001-40, estabelecida na Rodovia BR 480, nº 180, Centro, na cidade de Barão de Cotegipe, Estado do Rio Grande do Sul, CEP: 99.740-000.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
10	CLARITROMICINA 500MG	1500	COMP	0,85	1.275,00
18	DESCLORFENIRAMINA (MALEATO) 2MG	4000	COMP	0,067	268,00
26	FENORBARBITAL 100MG	6000	COMP	0,129	774,00
43	OXCARBAMAZEPINA 600MG	3000	COMP	0,69	2.070,00
58	VALPROATO DE SODIO 250MG	3000	COMP	0,228	684,00
62	METRONIDAZOL 250MG	4000	COMP	0,085	340,00
TOTAL R\$					5.411,00

Valor do contrato: R\$ 5.411,00 (cinco mil quatrocentos e onze reais)

Data da Assinatura: 18/05/2015 – Vigência: 18/05/2016

Oswaldo Jurck  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº. 48/2015 - FMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 48/2015 - FMS

Processo de licitação nº. 24/2015–FMS – Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 12/2015–FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 94.894.169/0001-86, estabelecida Rua Samuel Kruchim, nº. 200, Bairro Patronato, na cidade de Santa Maria, Estado de Rio Grande do Sul, CEP: 97.020-670.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
04	ALOPURINOL 300MG	3000	COMP	0,117	351,00
05	ALBENDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 10ML	200	FRASCO	0,989	197,80
06	AMITRIPTILINA (CLORIDRATO) 25MG	6000	COMP	0,04	240,00
07	ACICLOVIR 50MG CREME, BISNAGA COM 10G	100	BISNAGA	1,78	178,00
12	CINARIZINA 75MG	1000	COMP	0,088	88,00
15	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) XAROPE 25MG/5ML FRASCO COM 100ML	200	FRASCO	0,87	174,00
19	DEXAMETASONA (FOSFATO DISSODICO) 4MG/ML AMPOLA 2,5ML	200	AMPOLA	0,878	175,60
24	FINASTERIDA 5MG	5000	COMP	0,24	1.200,00
37	METOCLOPRAMINA 5MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL 2ML	500	AMPOLA	0,25	125,00
38	METOCLOPRAMIDA 10MG	6000	COMP	0,059	354,00
40	NISTATINA 100.000UI/ML SUSPENSÃO ORAL 50ML	150	FRASCO	1,86	279,00
51	SULFAMETOXAZOL 400MG+TRIMETROPINA 80MG	4000	COMP	0,064	256,00
54	SERTRALINA (CLORIDRATO) 50MG COM 30 CP	7000	COMP	0,144	1.008,00
59	CELECOXIBE 200MG (ORDEM JUDICIAL)	1000	COMP	1,78	1.780,00
65	CLONAZEPAM 2MG	5000	COMP	0,084	420,00
TOTAL R\$					6.826,40

Valor do contrato: R\$ 6.826,40 (seis mil oitocentos e vinte e seis reais e quarenta centavos)

Data da Assinatura: 18/05/2015 – Vigência: 18/05/2016

Oswaldo Jurck

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 6.056/2015, DE 18 DE MAIO DE 2015.**

PORTARIA Nº 6.056/2015, DE 18 DE MAIO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a sanção da Lei Municipal nº 1.805/2010, de 09 de julho de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a Licença Maternidade por 60 (sessenta) dias para a servidora, Sra. Priscila Gravina Cirio Ferrão, com efeitos retroativos a partir de 15 de maio de 2015, conforme art.1º da Lei Municipal nº 1.805/2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 18 de maio de 2015.

OSVALDO JURCK

MAYKEL ROBERTO LAUBE

Prefeito Municipal

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

### **PORTARIA Nº 6.057/2015, DE 18 DE MAIO DE 2015**

PORTARIA Nº 6.057/2015, de 18 de maio de 2015

DESIGNA SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS DE SCHROEDER.

Oswaldo Jurck, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar a servidora Débora Patrícia Grando Borges, Coordenadora do CREAS, como Secretária Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Schroeder.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Schroeder, 18 de maio de 2015.  
OSVALDO JURCK                      DAIANE REGINA AZEVEDO WOLF  
Prefeito Municipal                      Diretora de Assistência Social

Publicada por:  
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

### **TERMO ADITIVO Nº. A30/2015 – PMS**

TERMO ADITIVO Nº. A30/2015 – PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº.  
03/2015- PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: W.L.A. ASSESSORIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 12.153.370/0001-48, estabelecida na Rua Elma Lenzi nº 275, bloco A, Sala 402, Canta Galo, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.163-035, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pela Senhora Lígia Kammer Martins, inscrita no CPF sob o nº. 026.629.339-50.

Considerando o Contrato nº. 03/2015-PMS, celebrado em 15 de janeiro de 2015, Modalidade Tomada de Preços nº. 15/2014-PMS, Processo nº. 226/2014-PMS, para contratação de empresa ou pessoa física especializada na prestação de serviço de Atualização do Patrimônio do Município de acordo com as Normas Brasileiras da Contabilidade Pública, na sede do Município de Schroeder/SC para o exercício de 2015, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando a solicitação feita pela empresa W.L.A. ASSESSORIA LTDA e pela Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, para prorrogação do prazo para entrega/execução do objeto licitado em mais 70 (setenta dias), conforme pedidos em anexo ao processo.

Enquadra-se nos termos do artigo 57, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica alterada a partir deste a Cláusula Segunda “do prazo de entrega e do local” no item 2.1 e Cláusula Décima “das obrigações da empresa vencedora” no item 10.1.11 do contrato nº 03/2015-PMS, prorrogando-se o prazo para entrega/execução do objeto licitado em mais 70 (setenta dias).

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 03/2015-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 15 de maio de 2015.  
CONTRATADA:  
W.L.A. ASSESSORIA LTDA.  
Lígia Kammer Martins  
CPF nº. 026.629.339-50

CONTRATANTE:  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER  
Osvaldo Jurck  
Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª \_\_\_\_\_  
Nome: Daniela Samulescki  
CPF nº. 053.350.739-18

2ª \_\_\_\_\_  
Nome: Ivandra de Souza  
CPF nº. 047.563.299-00

**ATA PREGÃO PRESENCIAL 12/2015-FMS (SEQUÊNCIA 03)**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 12/2015 - PR</b>	
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: Data do Processo:	24/2015 02/04/2015
		Folha: 1/4

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 23/2015 (Sequência: 3)**

Ao(s) 18 de Maio de 2015, às 09:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 603/2015, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 24/2015, Licitação nº 12/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 12/2015 - PR</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 24/2015 <b>Data do Processo:</b> 02/04/2015
	Folha: 2/4

**Parecer da Comissão:** A pregoeira e a equipe de apoio reuniram-se para etapa de lances conforme determinado em ata anteriormente. Os documentos serão analisados com data de 08 de maio de 2015, data da abertura do processo. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultaram vencedoras as empresas conforme segue ata de lances. Constatando vencedora empresa DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA. para o item 01, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA. apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. O item 02 será cancelado, devido o valor ofertado estar acima do valor de referência do edital. Constatando vencedora empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA. para o item 03, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA. apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Constatando vencedora empresa MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA para o item 04, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. O item 06 será sorteado entre as empresas ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA. e MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA as quais cotaram o mesmo valor. Constatando sorteada e vencedora a empresa MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. para o item 06 da qual já foi aberta a documentação e a mesma está habilitada. Constatando vencedora empresa PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. para o item 10, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. apresentou Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da proponente, vencido em 07/05/2015, documento este exigido no item 7.1.4, sendo assim a empresa PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. Sendo passado o item 10 para a segunda colocada a empresa DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. sendo aberto o envelope de habilitação, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. O item 21 será cancelado, devido o valor ofertado estar acima do valor de referência do edital. O item 22 será cancelado, devido o valor ofertado estar acima do valor de referência do edital. O item 25 será cancelado, devido o valor ofertado estar acima do valor de referência do edital. O item 32 será cancelado, devido o valor ofertado estar acima do valor de referência do edital. Constatando vencedora empresa CIRURGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA para o item 34, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa CIRURGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. O item 35 será cancelado, devido o valor ofertado estar acima do valor de referência do edital. Constatando vencedora empresa AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. para o item 36, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. O item 44 será cancelado, devido o valor ofertado estar acima do valor de referência do edital. Constatando vencedora empresa CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. para o item 47, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA apresentou Certidão Simplificada com data superior a exigida no edital sendo esta de 07/04/2015, documento este exigido no edital no item 7.1.12, sendo que este também foi apresentado com data superior no credenciamento, sendo assim a empresa CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. Sendo assim será passado o item 47 para a segunda colocada a empresa ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - EPP, sendo aberto o envelope de habilitação, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - EPP apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. O item 48 será cancelado, devido o valor ofertado estar acima do valor de referência do edital. O item 49 será cancelado, devido o valor ofertado estar acima do valor de referência do edital. O item 52 será cancelado, devido o valor ofertado estar acima do valor de referência do edital. O item 53 será cancelado, devido o valor ofertado estar acima do valor de referência do edital. O item 66 será cancelado, devido o valor ofertado estar acima do valor de referência do edital. As empresas acima habilitadas estão habilitadas aos itens vencidos pelas mesmas. As empresas participantes declinam do direito de recurso ao resultado deste pregão nos termos do artigo 4, xx da Lei Federal nº 10.520/02, adjudicando na forma da lei os objetos aos licitantes vencedores. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja enviada cópia da ata as empresas participantes.

**Participante: 6517 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Prego Unitário	Prego Total
3	ALOPURIMOL 100MG	COMP	3.000,00		0,0000	0,057	171,00
9	ACIDO FÓLICO 5MG	COMP	1.500,00		0,0000	0,027	40,50
13	CARVEDILOL 6,25MG	COMP	6.000,00		0,0000	0,08	480,00
14	CARVEDILOL 12,5MG	COMP	6.000,00		0,0000	0,095	570,00
17	DIPIRONA SODICA 500MG	COMP	6.000,00		0,0000	0,065	390,00
20	DOXAZOSINA (MESILATO) 2MG	COMP	2.500,00		0,0000	0,15	375,00
28	HEPARINA SODICA 5000UI/0,25ML INJETAVEL	APM	50,00		0,0000	4,536	226,80
29	HALOPERIDOL 5MG/1ML INJETAVEL	APM	50,00		0,0000	0,687	34,35
30	HALOPERIDOL DECANATO 50MG/ML AMPOLA 1ML	APM	150,00		0,0000	10,02	1.503,00

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 12/2015 - PR</b>
	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 24/2015 <b>Data do Processo:</b> 02/04/2015

Folha: 3/4

**Participante: 6517 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
31	IMIPRAMINA (CLORIDRATO) 25MG	COMP	3.000,00		0,0000	0,247	741,00
33	IBUPROFENO 50MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS 30ML	FR	200,00		0,0000	0,97	194,00
41	NORTRIPTILINA (CLORIDRATO) 25MG	COMP	6.000,00		0,0000	0,26	1.560,00
55	SULFAMETOXAZOL 200MG/5ML+TRIMETROPINA 8MG/5ML SUSPENSÃO ORAL 50ML	FR	300,00		0,0000	0,95	285,00
60	VALPROATO DE SODIO 500MG	COMP	3.000,00		0,0000	0,55	1.650,00
61	MEBENDAZOL 20MG/ML SUSPENSÃO ORAL 30ML	FR	200,00		0,0000	0,715	143,00
63	MIDAZOLAM 15MG/3ML INJETAVEL	APM	50,00		0,0000	1,237	61,85

**Total do Participante —> 8.425,50****Participante: 7014 - DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
10	CLARITROMICINA 500MG	COMP	1.500,00	PHARLAB	0,0000	0,85	1.275,00
18	DESCLOFENIRAMINA (MALEATO) 2MG	COMP	4.000,00	GEOLAB	0,0000	0,067	268,00
26	FENORBARBITAL 100MG	COMP	6.000,00	U.QUIMICA	0,0000	0,129	774,00
43	OXCARBAMAZEPINA 600MG	COMP	3.000,00	U.QUIMICA	0,0000	0,69	2.070,00
58	Valproato de sódio 250mg	COMP	3.000,00	BIOLAB	0,0000	0,228	684,00
62	METRONIDAZOL 250MG	COMP	4.000,00	PRATI	0,0000	0,085	340,00

**Total do Participante —> 5.411,00****Participante: 7244 - MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
4	ALOPURINOL 300MG	COMP	3.000,00	PRATI	0,0000	0,117	351,00
5	ALBENDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 10ML	FR	200,00	PRATI	0,0000	0,989	197,80
6	AMITRIPTILINA (CLORIDRATO) 25MG	COMP	6.000,00	BRAINFARMA	0,0000	0,04	240,00
7	ACICLOVIR 50MG CREME, BISNAGA COM 10G	BISN	100,00	PRATI	0,0000	1,78	178,00
12	CINARIZINA 75MG	COMP	1.000,00	BRAINFARMA	0,0000	0,088	88,00
15	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) XAROPE 25MG/5ML FRASCO COM 100ML	FR	200,00	NATULAB	0,0000	0,87	174,00
19	DEXAMETASONA (FOSFATO DISSODICO) 4MG/ML AMPOLA 2,5ML	APM	200,00	HYPOFARMA	0,0000	0,878	175,60
24	FINASTERIDA 5MG	COMP	5.000,00	AUROBINDO	0,0000	0,24	1.200,00
37	METOCLOPRAMINA 5MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL 2ML	APM	500,00	ISOFARMA	0,0000	0,25	125,00
38	METOCLOPRAMIDA 10MG	COMP	6.000,00	BELFAR	0,0000	0,059	354,00
40	NISTATINA 100.000UI/ML SUSPENSÃO ORAL 50ML	FR	150,00	NATULAB	0,0000	1,86	279,00
51	SULFAMETOXAZOL 400MG+TRIMETROPINA 80MG	COMP	4.000,00	PRATI	0,0000	0,064	256,00
54	SERTRALINA (CLORIDRATO) 50MG COM 30 CP	COMP	7.000,00	AUROBINDO	0,0000	0,144	1.008,00
59	CELECOXIBE 200MG (ORDEM JUDICIAL)	COMP	1.000,00	TEUTO	0,0000	1,78	1.780,00
65	CLONAZEPAM 2MG	COMP	5.000,00	E.M.S/GERME	0,0000	0,084	420,00

**Total do Participante —> 6.826,40****Participante: 7471 - DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	AMIODARONA (CLORIDRATO) 200MG	COMP	3.000,00		0,0000	0,24	720,00
8	AZITROMICINA 500MG, BLISTER COM 3 CP	COMP	3.000,00		0,0000	0,36	1.080,00
11	CLOPIDOGREL 75MG	COMP	6.000,00		0,0000	0,37	2.220,00
16	DIPIRONA SODICA 500MG/ML GOTAS FRASCO 10ML	FR	300,00		0,0000	0,50	150,00
23	CEFALEXINA 250MG/5ML PÓ SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 60ML	FR	1.500,00		0,0000	2,60	3.900,00
27	FLUCONAZOL 150MG BLISTER COM 1 CP	COMP	3.000,00		0,0000	0,20	600,00
39	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML GOTAS SOLUÇÃO ORAL 10ML	FR	500,00		0,0000	0,40	200,00
45	PRENISOLONA (FOSFATO SODICO) 3MG/ML SUSPENSÃO ORAL 60ML	FR	200,00		0,0000	2,36	472,00
46	PREDNISONA 20MG	COMP	3.000,00		0,0000	0,114	342,00
50	RANITIDINA (CLORIDRATO) 150MG	COMP	4.000,00		0,0000	0,07	280,00
56	TRAMADOL (CLORIDRATO) 50MG	COMP	2.000,00		0,0000	0,104	208,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 12/2015 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 24/2015  
 Data do Processo: 02/04/2015

Folha: 4/4

**Participante: 7471 - DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
67	ESPIRONOLACTONA 25MG	COMP	6.000,00		0,0000	0,11	660,00
<b>Total do Participante —&gt;</b>							<b>10.832,00</b>

**Participante: 7478 - AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
36	LEVODOPA 200+BENSERAZIDA 50MG	COMP	6.000,00	PROLOPA-RO	0,0000	0,63	3.780,00
<b>Total do Participante —&gt;</b>							<b>3.780,00</b>

**Participante: 12288 - CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
34	LEVOTIROXINA SÓDICA 50MG	COMP	7.000,00	MERCK	0,0000	0,12	840,00
<b>Total do Participante —&gt;</b>							<b>840,00</b>

**Participante: 12467 - ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
47	PARACETAMOL 200MG/ML GOTAS SOLUÇÃO ORAL 10ML	FR	250,00	SOBRAL	0,0000	0,507	126,75
<b>Total do Participante —&gt;</b>							<b>126,75</b>
<b>Total Geral —&gt;</b>							<b>36.241,65</b>

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 18 de Maio de 2015

**COMISSÃO:**

Daniela Samulescki - ..... - Pregoeiro(a)  
 Ivandra de Souza - ..... - Equipe de Apoio  
 Gelson Stein - ..... - Equipe de Apoio  
 Valderi Rocha de Camargo - ..... - Equipe de Apoio  
 Cheila Adriane Klitzke - ..... - Equipe de Apoio

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

Roseane Finta (Duda) - ..... - Setor Solicitante  
 CRISTIANO GARCIA DE FREITAS - ..... - Representante Legal

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</b>		<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 12/2015 - PR</b>	
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC		Processo Administrativo: Processo de Licitação: Data do Processo:	24/2015 02/04/2015
		Folha: 1/4	

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 23/2015 (Sequência: 3)**

Ao(s) 18 de Maio de 2015, às 09:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 60312015, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 24/2015, Licitação nº 12/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 12/2015 - PR</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 24/2015 <b>Data do Processo:</b> 02/04/2015
	Folha: 2/4

**Parecer da Comissão:** A pregoeira e a equipe de apoio reuniram-se para etapa de lances conforme determinado em ata anteriormente. Os documentos serão analisados com data de 08 de maio de 2015, data da abertura do processo. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultaram vencedoras as empresas conforme segue ata de lances. Constatando vencedora empresa DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA. para o item 01, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA. apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. O item 02 será cancelado, devido o valor ofertado estar acima do valor de referência do edital. Constatando vencedora empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA. para o item 03, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA. apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Constatando vencedora empresa MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA para o item 04, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. O item 06 será sorteado entre as empresas ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA. e MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA as quais cotaram o mesmo valor. Constatando sorteada e vencedora a empresa MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. para o item 06 da qual já foi aberta a documentação e a mesma está habilitada. Constatando vencedora empresa PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. para o item 10, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. apresentou Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da proponente, vencido em 07/05/2015, documento este exigido no item 7.1.4, sendo assim a empresa PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. Sendo passado o item 10 para a segunda colocada a empresa DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. sendo aberto o envelope de habilitação, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. O item 21 será cancelado, devido o valor ofertado estar acima do valor de referência do edital. O item 22 será cancelado, devido o valor ofertado estar acima do valor de referência do edital. O item 25 será cancelado, devido o valor ofertado estar acima do valor de referência do edital. O item 32 será cancelado, devido o valor ofertado estar acima do valor de referência do edital. Constatando vencedora empresa CIRURGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA para o item 34, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa CIRURGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. O item 35 será cancelado, devido o valor ofertado estar acima do valor de referência do edital. Constatando vencedora empresa AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. para o item 36, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. O item 44 será cancelado, devido o valor ofertado estar acima do valor de referência do edital. Constatando vencedora empresa CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. para o item 47, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA apresentou Certidão Simplificada com data superior a exigida no edital sendo esta de 07/04/2015, documento este exigido no edital no item 7.1.12, sendo que este também foi apresentado com data superior no credenciamento, sendo assim a empresa CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. Sendo assim será passado o item 47 para a segunda colocada a empresa ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - EPP, sendo aberto o envelope de habilitação, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - EPP apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. O item 48 será cancelado, devido o valor ofertado estar acima do valor de referência do edital. O item 49 será cancelado, devido o valor ofertado estar acima do valor de referência do edital. O item 52 será cancelado, devido o valor ofertado estar acima do valor de referência do edital. O item 53 será cancelado, devido o valor ofertado estar acima do valor de referência do edital. O item 66 será cancelado, devido o valor ofertado estar acima do valor de referência do edital. As empresas acima habilitadas estão habilitadas aos itens vencidos pelas mesmas. As empresas participantes declinam do direito de recurso ao resultado deste pregão nos termos do artigo 4, xx da Lei Federal nº 10.520/02, adjudicando na forma da lei os objetos aos licitantes vencedores. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja enviada cópia da ata as empresas participantes.

**Participante: 6517 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Prego Unitário	Prego Total
3	ALOPURIMOL 100MG	COMP	3.000,00		0,0000	0,057	171,00
9	ACIDO FÓLICO 5MG	COMP	1.500,00		0,0000	0,027	40,50
13	CARVEDILOL 6,25MG	COMP	6.000,00		0,0000	0,08	480,00
14	CARVEDILOL 12,5MG	COMP	6.000,00		0,0000	0,095	570,00
17	DIPIRONA SODICA 500MG	COMP	6.000,00		0,0000	0,065	390,00
20	DOXAZOSINA (MESILATO) 2MG	COMP	2.500,00		0,0000	0,15	375,00
28	HEPARINA SODICA 5000UI/0,25ML INJETAVEL	APM	50,00		0,0000	4,536	226,80
29	HALOPERIDOL 5MG/1ML INJETAVEL	APM	50,00		0,0000	0,687	34,35
30	HALOPERIDOL DECANATO 50MG/ML AMPOLA 1ML	APM	150,00		0,0000	10,02	1.503,00

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 12/2015 - PR</b>
	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 24/2015 <b>Data do Processo:</b> 02/04/2015

Folha: 3/4

**Participante: 6517 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
31	IMIPRAMINA (CLORIDRATO) 25MG	COMP	3.000,00		0,0000	0,247	741,00
33	IBUPROFENO 50MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS 30ML	FR	200,00		0,0000	0,97	194,00
41	NORTRIPTILINA (CLORIDRATO) 25MG	COMP	6.000,00		0,0000	0,26	1.560,00
55	SULFAMETOXAZOL 200MG/5ML+TRIMETROPINA 8MG/5ML SUSPENSÃO ORAL 50ML	FR	300,00		0,0000	0,95	285,00
60	VALPROATO DE SODIO 500MG	COMP	3.000,00		0,0000	0,55	1.650,00
61	MEBENDAZOL 20MG/ML SUSPENSÃO ORAL 30ML	FR	200,00		0,0000	0,715	143,00
63	MIDAZOLAM 15MG/3ML INJETAVEL	APM	50,00		0,0000	1,237	61,85

**Total do Participante —> 8.425,50****Participante: 7014 - DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
10	CLARITROMICINA 500MG	COMP	1.500,00	PHARLAB	0,0000	0,85	1.275,00
18	DESCLOFENIRAMINA (MALEATO) 2MG	COMP	4.000,00	GEOLAB	0,0000	0,067	268,00
26	FENORBARBITAL 100MG	COMP	6.000,00	U.QUIMICA	0,0000	0,129	774,00
43	OXCARBAMAZEPINA 600MG	COMP	3.000,00	U.QUIMICA	0,0000	0,69	2.070,00
58	Valproato de sódio 250mg	COMP	3.000,00	BIOLAB	0,0000	0,228	684,00
62	METRONIDAZOL 250MG	COMP	4.000,00	PRATI	0,0000	0,085	340,00

**Total do Participante —> 5.411,00****Participante: 7244 - MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
4	ALOPURINOL 300MG	COMP	3.000,00	PRATI	0,0000	0,117	351,00
5	ALBENDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 10ML	FR	200,00	PRATI	0,0000	0,989	197,80
6	AMITRIPTILINA (CLORIDRATO) 25MG	COMP	6.000,00	BRAINFARMA	0,0000	0,04	240,00
7	ACICLOVIR 50MG CREME, BISNAGA COM 10G	BISN	100,00	PRATI	0,0000	1,78	178,00
12	CINARIZINA 75MG	COMP	1.000,00	BRAINFARMA	0,0000	0,088	88,00
15	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) XAROPE 25MG/5ML FRASCO COM 100ML	FR	200,00	NATULAB	0,0000	0,87	174,00
19	DEXAMETASONA (FOSFATO DISSODICO) 4MG/ML AMPOLA 2,5ML	APM	200,00	HYPOFARMA	0,0000	0,878	175,60
24	FINASTERIDA 5MG	COMP	5.000,00	AUROBINDO	0,0000	0,24	1.200,00
37	METOCLOPRAMINA 5MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL 2ML	APM	500,00	ISOFARMA	0,0000	0,25	125,00
38	METOCLOPRAMIDA 10MG	COMP	6.000,00	BELFAR	0,0000	0,059	354,00
40	NISTATINA 100.000UI/ML SUSPENSÃO ORAL 50ML	FR	150,00	NATULAB	0,0000	1,86	279,00
51	SULFAMETOXAZOL 400MG+TRIMETROPINA 80MG	COMP	4.000,00	PRATI	0,0000	0,064	256,00
54	SERTRALINA (CLORIDRATO) 50MG COM 30 CP	COMP	7.000,00	AUROBINDO	0,0000	0,144	1.008,00
59	CELECOXIBE 200MG (ORDEM JUDICIAL)	COMP	1.000,00	TEUTO	0,0000	1,78	1.780,00
65	CLONAZEPAM 2MG	COMP	5.000,00	E.M.S/GERME	0,0000	0,084	420,00

**Total do Participante —> 6.826,40****Participante: 7471 - DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	AMIODARONA (CLORIDRATO) 200MG	COMP	3.000,00		0,0000	0,24	720,00
8	AZITROMICINA 500MG, BLISTER COM 3 CP	COMP	3.000,00		0,0000	0,36	1.080,00
11	CLOPIDOGREL 75MG	COMP	6.000,00		0,0000	0,37	2.220,00
16	DIPIRONA SODICA 500MG/ML GOTAS FRASCO 10ML	FR	300,00		0,0000	0,50	150,00
23	CEFALEXINA 250MG/5ML PÓ SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 60ML	FR	1.500,00		0,0000	2,60	3.900,00
27	FLUCONAZOL 150MG BLISTER COM 1 CP	COMP	3.000,00		0,0000	0,20	600,00
39	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML GOTAS SOLUÇÃO ORAL 10ML	FR	500,00		0,0000	0,40	200,00
45	PRENISOLONA (FOSFATO SODICO) 3MG/ML SUSPENSÃO ORAL 60ML	FR	200,00		0,0000	2,36	472,00
46	PREDNISONA 20MG	COMP	3.000,00		0,0000	0,114	342,00
50	RANITIDINA (CLORIDRATO) 150MG	COMP	4.000,00		0,0000	0,07	280,00
56	TRAMADOL (CLORIDRATO) 50MG	COMP	2.000,00		0,0000	0,104	208,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 12/2015 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 24/2015  
 Data do Processo: 02/04/2015

Folha: 4/4

**Participante: 7471 - DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
67	ESPIRONOLACTONA 25MG	COMP	6.000,00		0,0000	0,11	660,00
<b>Total do Participante —&gt;</b>							<b>10.832,00</b>

**Participante: 7478 - AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
36	LEVODOPA 200+BENSERAZIDA 50MG	COMP	6.000,00	PROLOPA-RO	0,0000	0,63	3.780,00
<b>Total do Participante —&gt;</b>							<b>3.780,00</b>

**Participante: 12288 - CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
34	LEVOTIROXINA SÓDICA 50MG	COMP	7.000,00	MERCK	0,0000	0,12	840,00
<b>Total do Participante —&gt;</b>							<b>840,00</b>

**Participante: 12467 - ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
47	PARACETAMOL 200MG/ML GOTAS SOLUÇÃO ORAL 10ML	FR	250,00	SOBRAL	0,0000	0,507	126,75
<b>Total do Participante —&gt;</b>							<b>126,75</b>
<b>Total Geral —&gt;</b>							<b>36.241,65</b>

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 18 de Maio de 2015

**COMISSÃO:**

Daniela Samulescki - ..... - Pregoeiro(a)  
 Ivandra de Souza - ..... - Equipe de Apoio  
 Gelson Stein - ..... - Equipe de Apoio  
 Valderi Rocha de Camargo - ..... - Equipe de Apoio  
 Cheila Adriane Klitzke - ..... - Equipe de Apoio

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

Roseane Finta (Duda) - ..... - Setor Solicitante  
 CRISTIANO GARCIA DE FREITAS - ..... - Representante Legal

<p align="center"><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</b></p> <p>CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</p>	<p align="center"><b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 12/2015 - PR</b></p> <p>Processo Administrativo: 24/2015 Processo de Licitação: 02/04/2015 Data do Processo:</p>
	Folha: 1/4

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 23/2015 (Sequência: 3)**

Ao(s) 18 de Maio de 2015, às 09:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 60312015, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 24/2015, Licitação nº 12/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 12/2015 - PR</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 24/2015 <b>Data do Processo:</b> 02/04/2015
	Folha: 2/4

**Parecer da Comissão:** A pregoeira e a equipe de apoio reuniram-se para etapa de lances conforme determinado em ata anteriormente. Os documentos serão analisados com data de 08 de maio de 2015, data da abertura do processo. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultaram vencedoras as empresas conforme segue ata de lances. Constatando vencedora empresa DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA. para o item 01, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA. apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. O item 02 será cancelado, devido o valor ofertado estar acima do valor de referência do edital. Constatando vencedora empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA. para o item 03, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA. apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Constatando vencedora empresa MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA para o item 04, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. O item 06 será sorteado entre as empresas ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA. e MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA as quais cotaram o mesmo valor. Constatando sorteada e vencedora a empresa MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. para o item 06 da qual já foi aberta a documentação e a mesma está habilitada. Constatando vencedora empresa PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. para o item 10, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. apresentou Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da proponente, vencido em 07/05/2015, documento este exigido no item 7.1.4, sendo assim a empresa PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. Sendo passado o item 10 para a segunda colocada a empresa DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. sendo aberto o envelope de habilitação, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. O item 21 será cancelado, devido o valor ofertado estar acima do valor de referência do edital. O item 22 será cancelado, devido o valor ofertado estar acima do valor de referência do edital. O item 25 será cancelado, devido o valor ofertado estar acima do valor de referência do edital. O item 32 será cancelado, devido o valor ofertado estar acima do valor de referência do edital. Constatando vencedora empresa CIRURGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA para o item 34, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa CIRURGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. O item 35 será cancelado, devido o valor ofertado estar acima do valor de referência do edital. Constatando vencedora empresa AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. para o item 36, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. O item 44 será cancelado, devido o valor ofertado estar acima do valor de referência do edital. Constatando vencedora empresa CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. para o item 47, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA apresentou Certidão Simplificada com data superior a exigida no edital sendo esta de 07/04/2015, documento este exigido no edital no item 7.1.12, sendo que este também foi apresentado com data superior no credenciamento, sendo assim a empresa CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. Sendo assim será passado o item 47 para a segunda colocada a empresa ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - EPP, sendo aberto o envelope de habilitação, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - EPP apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. O item 48 será cancelado, devido o valor ofertado estar acima do valor de referência do edital. O item 49 será cancelado, devido o valor ofertado estar acima do valor de referência do edital. O item 52 será cancelado, devido o valor ofertado estar acima do valor de referência do edital. O item 53 será cancelado, devido o valor ofertado estar acima do valor de referência do edital. O item 66 será cancelado, devido o valor ofertado estar acima do valor de referência do edital. As empresas acima habilitadas estão habilitadas aos itens vencidos pelas mesmas. As empresas participantes declinam do direito de recurso ao resultado deste pregão nos termos do artigo 4, xx da Lei Federal nº 10.520/02, adjudicando na forma da lei os objetos aos licitantes vencedores. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja enviada cópia da ata as empresas participantes.

**Participante: 6517 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Prego Unitário	Prego Total
3	ALOPURIMOL 100MG	COMP	3.000,00		0,0000	0,057	171,00
9	ACIDO FÓLICO 5MG	COMP	1.500,00		0,0000	0,027	40,50
13	CARVEDILOL 6,25MG	COMP	6.000,00		0,0000	0,08	480,00
14	CARVEDILOL 12,5MG	COMP	6.000,00		0,0000	0,095	570,00
17	DIPIRONA SODICA 500MG	COMP	6.000,00		0,0000	0,065	390,00
20	DOXAZOSINA (MESILATO) 2MG	COMP	2.500,00		0,0000	0,15	375,00
28	HEPARINA SODICA 5000UI/0,25ML INJETAVEL	APM	50,00		0,0000	4,536	226,80
29	HALOPERIDOL 5MG/1ML INJETAVEL	APM	50,00		0,0000	0,687	34,35
30	HALOPERIDOL DECANATO 50MG/ML AMPOLA 1ML	APM	150,00		0,0000	10,02	1.503,00

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</b>  <b>CNPJ: 83.102.491/0001-09</b> <b>RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201</b> <b>C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 12/2015 - PR</b>
	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação: 24/2015</b> <b>Data do Processo: 02/04/2015</b>

Folha: 3/4

**Participante: 6517 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
31	IMIPRAMINA (CLORIDRATO) 25MG	COMP	3.000,00		0,0000	0,247	741,00
33	IBUPROFENO 50MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS 30ML	FR	200,00		0,0000	0,97	194,00
41	NORTRIPTILINA (CLORIDRATO) 25MG	COMP	6.000,00		0,0000	0,26	1.560,00
55	SULFAMETOXAZOL 200MG/5ML+TRIMETROPINA 8MG/5ML SUSPENSÃO ORAL 50ML	FR	300,00		0,0000	0,95	285,00
60	VALPROATO DE SODIO 500MG	COMP	3.000,00		0,0000	0,55	1.650,00
61	MEBENDAZOL 20MG/ML SUSPENSÃO ORAL 30ML	FR	200,00		0,0000	0,715	143,00
63	MIDAZOLAM 15MG/3ML INJETAVEL	APM	50,00		0,0000	1,237	61,85

**Total do Participante —> 8.425,50****Participante: 7014 - DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
10	CLARITROMICINA 500MG	COMP	1.500,00	PHARLAB	0,0000	0,85	1.275,00
18	DESCLOFENIRAMINA (MALEATO) 2MG	COMP	4.000,00	GEOLAB	0,0000	0,067	268,00
26	FENORBARBITAL 100MG	COMP	6.000,00	U.QUIMICA	0,0000	0,129	774,00
43	OXCARBAMAZEPINA 600MG	COMP	3.000,00	U.QUIMICA	0,0000	0,69	2.070,00
58	Valproato de sódio 250mg	COMP	3.000,00	BIOLAB	0,0000	0,228	684,00
62	METRONIDAZOL 250MG	COMP	4.000,00	PRATI	0,0000	0,085	340,00

**Total do Participante —> 5.411,00****Participante: 7244 - MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
4	ALOPURINOL 300MG	COMP	3.000,00	PRATI	0,0000	0,117	351,00
5	ALBENDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 10ML	FR	200,00	PRATI	0,0000	0,989	197,80
6	AMITRIPTILINA (CLORIDRATO) 25MG	COMP	6.000,00	BRAINFARMA	0,0000	0,04	240,00
7	ACICLOVIR 50MG CREME, BISNAGA COM 10G	BISN	100,00	PRATI	0,0000	1,78	178,00
12	CINARIZINA 75MG	COMP	1.000,00	BRAINFARMA	0,0000	0,088	88,00
15	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) XAROPE 25MG/5ML FRASCO COM 100ML	FR	200,00	NATULAB	0,0000	0,87	174,00
19	DEXAMETASONA (FOSFATO DISSODICO) 4MG/ML AMPOLA 2,5ML	APM	200,00	HYPOFARMA	0,0000	0,878	175,60
24	FINASTERIDA 5MG	COMP	5.000,00	AUROBINDO	0,0000	0,24	1.200,00
37	METOCLOPRAMINA 5MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL 2ML	APM	500,00	ISOFARMA	0,0000	0,25	125,00
38	METOCLOPRAMIDA 10MG	COMP	6.000,00	BELFAR	0,0000	0,059	354,00
40	NISTATINA 100.000UI/ML SUSPENSÃO ORAL 50ML	FR	150,00	NATULAB	0,0000	1,86	279,00
51	SULFAMETOXAZOL 400MG+TRIMETROPINA 80MG	COMP	4.000,00	PRATI	0,0000	0,064	256,00
54	SERTRALINA (CLORIDRATO) 50MG COM 30 CP	COMP	7.000,00	AUROBINDO	0,0000	0,144	1.008,00
59	CELECOXIBE 200MG (ORDEM JUDICIAL)	COMP	1.000,00	TEUTO	0,0000	1,78	1.780,00
65	CLONAZEPAM 2MG	COMP	5.000,00	E.M.S/GERME	0,0000	0,084	420,00

**Total do Participante —> 6.826,40****Participante: 7471 - DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	AMIODARONA (CLORIDRATO) 200MG	COMP	3.000,00		0,0000	0,24	720,00
8	AZITROMICINA 500MG, BLISTER COM 3 CP	COMP	3.000,00		0,0000	0,36	1.080,00
11	CLOPIDOGREL 75MG	COMP	6.000,00		0,0000	0,37	2.220,00
16	DIPIRONA SODICA 500MG/ML GOTAS FRASCO 10ML	FR	300,00		0,0000	0,50	150,00
23	CEFALEXINA 250MG/5ML PÓ SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 60ML	FR	1.500,00		0,0000	2,60	3.900,00
27	FLUCONAZOL 150MG BLISTER COM 1 CP	COMP	3.000,00		0,0000	0,20	600,00
39	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML GOTAS SOLUÇÃO ORAL 10ML	FR	500,00		0,0000	0,40	200,00
45	PRENISOLONA (FOSFATO SODICO) 3MG/ML SUSPENSÃO ORAL 60ML	FR	200,00		0,0000	2,36	472,00
46	PREDNISONA 20MG	COMP	3.000,00		0,0000	0,114	342,00
50	RANITIDINA (CLORIDRATO) 150MG	COMP	4.000,00		0,0000	0,07	280,00
56	TRAMADOL (CLORIDRATO) 50MG	COMP	2.000,00		0,0000	0,104	208,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 12/2015 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 24/2015  
 Data do Processo: 02/04/2015

Folha: 4/4

**Participante: 7471 - DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
67	ESPIRONOLACTONA 25MG	COMP	6.000,00		0,0000	0,11	660,00
<b>Total do Participante —&gt;</b>							<b>10.832,00</b>

**Participante: 7478 - AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
36	LEVODOPA 200+BENSERAZIDA 50MG	COMP	6.000,00	PROLOPA-RO	0,0000	0,63	3.780,00
<b>Total do Participante —&gt;</b>							<b>3.780,00</b>

**Participante: 12288 - CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
34	LEVOTIROXINA SÓDICA 50MG	COMP	7.000,00	MERCK	0,0000	0,12	840,00
<b>Total do Participante —&gt;</b>							<b>840,00</b>

**Participante: 12467 - ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
47	PARACETAMOL 200MG/ML GOTAS SOLUÇÃO ORAL 10ML	FR	250,00	SOBRAL	0,0000	0,507	126,75
<b>Total do Participante —&gt;</b>							<b>126,75</b>
<b>Total Geral —&gt;</b>							<b>36.241,65</b>

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 18 de Maio de 2015

**COMISSÃO:**

Daniela Samulescki - ..... - Pregoeiro(a)  
 Ivandra de Souza - ..... - Equipe de Apoio  
 Gelson Stein - ..... - Equipe de Apoio  
 Valderi Rocha de Camargo - ..... - Equipe de Apoio  
 Cheila Adriane Klitzke - ..... - Equipe de Apoio

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

Roseane Finta (Duda) - ..... - Setor Solicitante  
 CRISTIANO GARCIA DE FREITAS - ..... - Representante Legal

## ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 12/2015-FMS

Página: 1/15

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015**

Número do Registro de Preços: 9/2015		Data do Registro: 18/05/2015		Válido até: 18/05/2016		Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	AMIODARONA (CLORIDRATO) 200MG	COMP	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7471)		0	0,2400	1
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (11421)	GEOLAB	0	0,2440	2
			DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7014)	GEOLAB	0	0,2460	3
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA (12288)	GEOLAB	0	0,2600	4
3	ALOPURIMOL 100MG	COMP	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6617)		0	0,0570	1
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	PRATI	0	0,0600	2
			ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (12467)	PRATI	0	0,0660	3
4	ALOPURINOL 300MG	COMP	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	PRATI	0	0,1170	1
			CENTERMED/COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)	PRATI D.	0	0,1180	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6617)		0	0,1230	3
			DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7014)	PRATI	0	0,1280	4
5	ALBENDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 10ML	FR	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	PRATI	0	0,9890	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 2/15

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 18/05/2015 Válido até: 18/05/2016

Objeto da Compra: Consistiu objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	AMITRIPTILINA (CLORIDRATO) 25MG		DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7014)	PRATI	0	0,9900	2
			CENTERMED-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)	PRATI D.	0	1,0450	3
			COMP MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	BRAINFARMA	0	0,0400	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,0400	2
7	ACICLOVIR 50MG CREME, BISNAGA COM 10G		ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (12467)	TEUTO	0	0,0440	3
			DIMACISC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7471)		0	0,0440	4
			BISN MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	PRATI	0	1,7800	1
			CENTERMED-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)	PRATI D.	0	1,8000	2
8	AZITROMICINA 500MG, BLISTER COM 3 CP		ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (12467)	PRATI	0	2,0860	3
			COMP DIMACISC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7471)		0	0,3600	1
			DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7014)	MEDQUIMICA	0	0,3750	2
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA (12288)	PRATI-DONAL	0	0,3900	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015**

Página: 3/15

**Número do Registro de Preços: 9/2015      Data do Registro: 18/05/2015      Válido até: 18/05/2016**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
9	ACIDO FÓLICO 5MG		COMP ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,0270	1
10	CLARITROMICINA 500MG		CENTERMED-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)	HIPOLABOR	0	0,0280	2
11	CLOPIDOGREL 75MG		COMP DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7014)	PHARLAB	0	0,8500	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,9620	2
			COMP DIMAQ/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7471)		0	0,3700	1
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA (12288)	SANDOZ	0	0,4100	2
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	SANDOZ	0	0,4200	3
12	CINARIZINA 75MG		COMP MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	BRAINFARMA	0	0,0880	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,0900	2
			CENTERMED-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)	HYPERMARC	0	0,1200	3
13	CARVEDILOL 6,25MG		COMP ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,0800	1
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	BALDACC	0	0,1100	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015**

Página: 4/15

Número do Registro de Preços: 9/2015		Data do Registro: 18/05/2015		Válido até: 18/05/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	CARVEDILOL 12,5MG		DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7471)		0	0,1400	3
			COMP ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,0960	1
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	BALDACC	0	0,1150	2
			DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7471)		0	0,3800	3
15	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) XAROPE 25MG/5ML FRASCO COM 100ML	FR	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	NATULAB	0	0,8700	1
			DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7471)		0	0,9000	2
			DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7014)	PRATI	0	0,9600	3
16	DIPIRONA SODICA 500MG/ML GOTAS FRASCO 10ML	FR	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7471)		0	0,5000	1
			ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (12467)	FARMACE	0	0,5200	2
			DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7014)	FARMACE	0	0,5400	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,5500	4
17	DIPIRONA SODICA 500MG		COMP ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,0660	1
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	SOBRAL	0	0,0660	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015**

Página: 5/15

**Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 18/05/2015 Válido até: 18/05/2016**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CENTERMEDH-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)	PRATI D.	0	0,0690	3
			DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7014)	PRATI	0	0,0700	4
18	DESCLORFENIRAMINA (MALEATO) 2MG	COMP	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7014)	GEOLAB	0	0,0670	1
			DIMACISC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7471)		0	0,0700	2
			CENTERMEDH-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)	GEOLAB	0	0,0700	3
19	DEXAMETASONA (FOSFATO DISSODICO) 4MG/ML AMPOLA 2,5ML	APM	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	HYPOFARMA	0	0,8780	1
			DIMACISC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7471)		0	0,9000	2
			DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7014)	FARMACE	0	0,9900	3
20	DOXAZOSINA (MESILATO) 2MG	COMP	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,1500	1
			CENTERMEDH-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)	EMS	0	0,1800	2
			DIMACISC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7471)		0	0,2000	3
23	CEFALEXINA 250MG/5ML PÓ SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 60ML	FR	DIMACISC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7471)		0	2,6000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015**

Página: 6/15

**Número do Registro de Preços: 9/2015      Data do Registro: 18/05/2015      Válido até: 18/05/2016**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	TEUTO	0	2,9700	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	3,0100	3
24	FINASTERIDA 5MG	COMP (7244)	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	AUROBINDO	0	0,2400	1
			CENTERMED-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)	AUROBINDO	0	0,2700	2
			DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7014)	AUROBINDO	0	0,2750	3
			COMP DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7014)	UQUIMICA	0	0,1290	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,1370	2
			CENTERMED-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)	TEUTO	0	0,1380	3
27	FLUCONAZOL 150MG BLISTER COM 1 CP	COMP	DIMAGISC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7471)		0	0,2000	1
			CENTERMED-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)	PRATI D.	0	0,2080	2
28	HEPARINA SODICA 5000UI/0,25ML INJETAVEL	APM	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7014)	PRATI	0	0,2200	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	4,5360	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 9/2015**

Página: 7/15

**Número do Registro de Preços: 9/2015      Data do Registro: 18/05/2015      Válido até: 18/05/2016**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA (12288)	CRISTALIA	0	4,7500	2
			DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7014)	CRISTALIA	0	5,4500	3
29	HALOPERIDOL 5MG/1ML INJETAVEL	APM	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,6870	1
			ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (12467)	TEUTO	0	0,8070	2
30	HALOPERIDOL DECANOATO 50MG/ML AMPOLA 1ML	APM	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	10,0200	1
			ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (12467)	UNIAO QUIMICA	0	10,6670	2
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA (12288)	CRISTALIA	0	11,9000	3
31	IMIPRAMINA (CLORIDRATO) 25MG	COMP	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,2470	1
			DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7014)	CRISTALIA	0	0,2590	2
			CENTERMED-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)	CRISTALIA	0	0,2650	3
33	IBUPROFENO 50MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS 30ML	FR	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,9700	1
			DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7014)	NATULAB	0	0,9800	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015**

Página: 8/15

Número do Registro de Preços: 9/2015      Data do Registro: 18/05/2015      Válido até: 18/05/2016						
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
						Classif.
34	LEVOTIROXINA SÓDICA 50MG		ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (12467)	NATULAB	0	1,0630
			COMP CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA (12288)	MERCK	0	0,1200
			DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7014)	MERCK	0	0,1350
			CENTERMED-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)	MERCK	0	0,1370
36	LEVODOPA 200+BENSERAZIDA 50MG		COMP AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA (7478)	PROLOPA-RO	0	0,6300
37	METOCLOPRAMINA 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML		APM MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	ISO FARMA	0	0,2500
			DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7471)		0	0,2800
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,2820
38	METOCLOPRAMIDA 10MG		COMP MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	BELFAR	0	0,0590
			DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7014)	HIPOLABOR	0	0,0600
			DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7471)		0	0,0600
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,0600

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015**

Página: 9/15

Número do Registro de Preços: 9/2015		Data do Registro: 18/05/2015		Válido até: 18/05/2016			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CENTERMED-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)	BELA FR	0	0,0600	5
39	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML GOTAS SOLUÇÃO ORAL 10ML	FR	DIMAG/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7471)		0	0,4000	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,6870	2
40	NISTATINA 100.000U/ML SUSPENSÃO ORAL 50ML	FR	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	NATULAB	0	1,8600	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	1,9000	2
			DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7014)	TEUTO	0	1,9800	3
41	NORTRIPTILINA (CLORIDRATO) 25MG	COMP	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,2600	1
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	RANBAXY	0	0,3000	2
			DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7014)	RANBAXY	0	0,3400	3
43	OXCARBAMAZEPINA 600MG	COMP	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7014)	U.QUIMICA	0	0,6900	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,7360	2
			CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA (12288)	GENOM/ UNIA	0	0,7500	3



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015**

Página: 10/15

**Número do Registro de Preços: 9/2015      Data do Registro: 18/05/2015      Válido até: 18/05/2016**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
45	PRENISOLONA (FOSFATO SODICO) 3MG/ML SUSPENSÃO ORAL 60ML	FR	DIMAGISC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7471)		0	2,3600	1
			CENTERMED-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)	PRATI D.	0	2,8500	2
			DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7014)	PRATI	0	2,8900	3
46	PREDNISONA 20MG		COMP DIMAGISC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7471)		0	0,1140	1
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	BRAINFARMA	0	0,1160	2
			DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7014)	SANVAL	0	0,1180	3
47	PARACETAMOL 200MG/ML GOTAS SOLUÇÃO ORAL 10ML	FR	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (12467)	SOBRAL	0	0,5070	1
			DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7014)	HIPOLABOR	0	0,5190	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,5500	3
50	RANITIDINA (CLORIDRATO) 150MG		COMP DIMAGISC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7471)		0	0,0700	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,0820	2
			DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7014)	MEDQUIMICA	0	0,0950	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015**

Página: 11/15

**Número do Registro de Preços: 9/2015      Data do Registro: 18/05/2015      Válido até: 18/05/2016**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
51	SULFAMETOXAZOL 400MG+TRIMETROPINA 80MG	COMP (7244)	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	PRATI	0	0,0640	1
			DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7471)		0	0,0800	2
54	SERTRALINA (CLORIDRATO) 50MG COM 30 CP	COMP (7244)	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	AUROBINDO	0	0,1440	1
			CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA (12288)	ZYDUS	0	0,1450	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,1470	3
			DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, (7014)	ZYDUS	0	0,1590	4
55	SULFAMETOXAZOL 200MG/5ML+TRIMETROPINA 80MG/5ML SUSPENSÃO ORAL 50ML	FR	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,9500	1
			ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (12467)	TEUTO	0	1,0000	2
			DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, (7014)	SOBRAL	0	1,0500	3
56	TRAMADOL (CLORIDRATO) 50MG	COMP	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7471)		0	0,1040	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,1370	2
			DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, (7014)	TEUTO	0	0,2200	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015**

Página: 12/15

Número do Registro de Preços: 9/2015		Data do Registro: 18/05/2015		Válido até: 18/05/2016			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
58	Valproato de sódio 250mg	COMP	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7014)	BIOLAB	0	0,2280	1
59	CELECOXIBE 200MG (ORDEM JUDICIAL)	COMP	CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA (12288)	BIOLAB	0	0,2300	2
60	VALPROATO DE SODIO 500MG	COMP	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	TEUTO	0	1,7800	1
		COMP	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,5500	1
			DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7014)	BIOLAB	0	0,6150	2
			CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA (12288)	BIOLAB	0	0,6700	3
61	MEBENDAZOL 20MG/ML SUSPENSÃO ORAL 30ML	FR	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,7150	1
			DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7014)	NATULAB	0	0,7800	2
62	METRONIDAZOL 250MG	COMP	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7014)	PRATI	0	0,0850	1
			ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (12467)	PRATI	0	0,0870	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,0880	3
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	PRATI	0	0,0890	4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015**

Página: 13/15

**Número do Registro de Preços: 9/2015      Data do Registro: 18/05/2015      Válido até: 18/05/2016**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7471)		0	0,0900	5
63	MIDAZOLAM 15MG/3ML INJETAVEL	APM	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	1,2370	1
65	CLONAZEPAM 2MG	COMP	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	E.M.S/GERME	0	0,0840	1
			DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7471)		0	0,0900	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	0,1150	3
67	ESPIRONOLACTONA 25MG	COMP	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA (7471)		0	0,1100	1
			DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (7014)	ASPEN	0	0,1200	2

Página: 14/15

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 9/2015**

Número do Registro de Preços: 9/2015		Data do Registro: 18/05/2015		Válido até: 18/05/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (7244)	E.M.S	0	0,1980	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Número do Registro de Preços: 9/2015		Data do Registro: 18/05/2015		Válido até: 18/05/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2015

PROCESSO Nº 24/2015

- (6517) - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
- (6989) - CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
- (7014) - DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.
- (7244) - MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
- (7471) - DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA
- (7478) - AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
- (11421) - PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP
- (12288) - CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA
- (12467) - ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME

Schroeder, 18 de Maio de 2015.



**DISPENSA 40/2015-PMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 40/2015 - DL**CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 95/2015  
Data: 15/05/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: LIBERTE VEICULOS LTDA  
Endereço: AV PREFEITO WALDEMAR GRUBBA, 1292 -  
Cidade: JARAGUA DO SUL - SC  
CNPJ: 01.796.973/0004-94

Código: 10629

Inscrição Estadual:

**Objeto da Compra:** Revisão de 10.000km. Veículo marca Renault, modelo Kangoo Express, placa OKG 2087, fabricação/modelo 2014/2015. Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental. Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	5,00	Oleo motor ( galão de 05 litros)	UN	30,34	151,70
2	1,00	Filtro de Oleo,	UN	34,67	34,67
3	1,00	Filtro de Combustivel.	UN	36,54	36,54
4	1,00	Anel do Bujão do Carter	UN	5,09	5,09
5	1,00	Serviço de Balanceamento	UN	40,00	40,00
6	1,00	Serviço de Geometria	UN	50,00	50,00

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

**II** - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

Considerando que as revisões deverão ser efetuadas a cada 10.000 Km ou 01 ano, o que ocorrer primeiro.  
Considerando que a garantia ofertada pelo fabricante é de 01 ano contado a partir da entrega, que ocorreu em outubro de 2014.  
Considerando que para a validade da garantia ofertada, todas as revisões, manutenções ou reparos mecanicos e eletricos deverão ser efetuados em uma concessionaria Autorizada do fabricante.

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

Schroeder, 15 de Maio de 2015

\_\_\_\_\_  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
Nr.: 40/2015 - DL

**Processo Nr.:** 95/2015  
**Data:** 15/05/2015

Folha: 2/2

08/05/2015

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 8 de Maio de 2015

**Valor da Despesa:**

318,00 (trezentos e dezoito reais)

**Pagamento.....:**

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

**DISPENSA Nº 41/2015`PMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 41/2015 - DL****CNPJ:** 83.102.491/0001-09  
**RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201**  
**C.E.P.:** 89275-000 - Schroeder - SC**Processo Nr.:** 96/2015  
**Data:** 18/05/2015

Folha: 1/2

**Fornecedor:** LOCAWEB SERVICOS DE INTERNET S.A.**Código:** 10493**Endereço:** R ITAPAIUNA,2434 -**Cidade:** SAO PAULO - SP**CNPJ:** 02.351.877/0001-52**Inscrição Estadual:****Objeto da Compra:** Hospedagem de 100 contas de emails com 7,5GB cada do Município de Schroeder (@schroeder.sc.gov.br) pelo período de 6 meses para a Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Hospedagem de +100 contas de emails com 7,5GB cada do Município de Schroeder (@schroeder.sc.gov.br) pelo período de 6 meses. Expansão da contratação de 200 contas já realizada na dispensa 30/2015-PMS.	UN	539,77	539,77

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

Manter hospedagem de emails (@schroeder.sc.gov.br) através de estrutura própria demanda de altos investimentos em disponibilidade de energia, servidores, internet e suporte, as quais tornam o custo muito elevado. Terceirizando o serviço para empresas especializadas no assunto, o custo torna-se muito mais acessível. No momento ainda é a solução mais favorável a municipalidade. Houve necessidade da expansão das contas devido a contratação de novos servidores.

Schroeder, 18 de Maio de 2015

-----  
**OSVALDO JURCK**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09

RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201

C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 41/2015 - DL****Processo Nr.: 96/2015  
Data: 18/05/2015**

Folha: 2/2

15/5/2015

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 15 de Maio de 2015

**Valor da Despesa:**

539,77 (quinhentos e trinta e nove reais e setenta e sete centavos)

**Pagamento.....:**

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

# Serra Alta

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 041/2015

PORTARIA Nº. 041/2015 DE 18 DE MAIO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE CRISTIANA MARTELLO PARA O CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM, POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001, Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e alterações posteriores, Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006, e de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº. 001/2015, do Município de Serra Alta/SC,

RESOLVE:

Art. 1º Fica Contratada, a partir desta data, em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, na forma e nas condições abaixo relacionadas:

SERVIDOR:	CRISTIANA MARTELLO
CPF:	009.550.809-08
RG:	4.734.567
CARGO:	AUXILIAR DE ENFERMAGEM
CARGA HORÁRIA:	40 HORAS SEMANAIS
LOTAÇÃO:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
GRUPO:	2- SAL
NÍVEL:	22
LEI AUTORIZATIVA:	A Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006, Art. 2º, inciso VI – admissão para suprir vaga não preenchida em concurso publico;
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:	justifica-se a contratação pelo motivo de vaga não preenchida em concurso publico;
VIGÊNCIA:	18/05/2015 a 18/05/2016. Ou mediante realização de concurso publico para esta vaga, se preenchida o contrato será rescindido.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente, percebendo o vencimento constante na Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e suas alterações posteriores vigentes do Município de Serra Alta/SC.

Art. 3º Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO, assinado entre as partes.

Art. 4º Aplica-se a contratação desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme Art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 18 de Maio de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

### PORTARIA Nº 042/2015

PORTARIA Nº. 042/2015 DE 18 DE MAIO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE IVETE TEREZINHA DE OLIVEIRA PARA O CARGO DE SERVENTE DE ESCOLA, POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001, Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e alterações posteriores, Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006, e de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº. 001/2015, do Município de Serra Alta/SC,

RESOLVE:

Art. 1º Fica Contratada, a partir desta data, em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, na forma e nas condições abaixo relacionadas:

SERVIDOR:	IVETE TEREZINHA DE OLIVEIRA
CPF:	898.109.299-00
RG:	12R-1.715.605
CARGO:	SERVENTE DE ESCOLA
CARGA HORÁRIA:	40 HORAS SEMANAIS
LOTAÇÃO:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
GRUPO:	1 - SEG
NÍVEL:	11
LEI AUTORIZATIVA:	A Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006, Art. 2º, inciso V "admissão de substituto para suprir as ausências, decorrentes de exoneração ou demissão, falecimento ou aposentadoria".
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:	justifica-se a contratação pelo motivo de a titular no cargo, a Sra. Gentilia Pereira da Silva Pacassa, ter sido exonerada do cargo.
VIGÊNCIA:	18/05/2015 a 14/12/2015. Ou mediante realização de concurso publico para esta vaga, se preenchida o contrato será rescindido.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente, percebendo o vencimento constante na Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e suas alterações posteriores vigentes do Município de Serra Alta/SC.

Art. 3º Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO, assinado entre as partes.

Art. 4º Aplica-se a contratação desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme Art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 18 de Maio de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

# Sombrio

## PREFEITURA

### DEC 075-2015

DECRETO Nº 075, DE 11 DE MAIO DE 2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2189 de 04 de Dezembro de 2014, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º . Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 116.942,35 (cento e dezesseis mil, novecentos e quarenta e dois reais e trinta e cinco centavos) na seguinte dotação orçamentária:

04.00 - SECRET. MUNIC. DE OBRAS, VIAÇÃO E SERV. URBANOS  
04.02 - DIRETORIA DE OBRAS  
1.014 - Pavimentação de Vias Urbanas  
4.4.90.00.00.00.00.00.0615 - Aplicações Diretas ..... R\$ 116.942,35

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do excesso de arrecadação da fonte 615.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 11 maio de 2015.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### DECRETO 074-2015

DECRETO Nº 074, DE 11 DE MAIO DE 2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2189 de 04 de Dezembro de 2014, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 31.783,32 (trinta e um mil, setecentos e oitenta e três reais e trinta e dois centavos), na seguinte dotação do orçamento vigente:

05.04 - DIRET. DE ASSIST. TECNICA E ADMINISTRATIVA  
2.029 - Apoio ao Ensino Superior  
3.3.50.00.00.00.00.00.0080 - Transf. a Instituições Priv. Sem Fins Lucrativos ..... R\$ 31.783,32

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação da fonte 80.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 11 maio de 2015.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### LEI 2214

LEI Nº. 2214, DE 13 DE MAIO DE 2015  
“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 2178, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014, QUE AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DESAPROPRIAR, AMIGÁVEL OU JUDICIALMENTE, O IMÓVEL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no exercício de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 1º da Lei nº 2.178, de 04 de novembro de 2014, passa a vigorar com a inclusão do seguinte parágrafo único:

“Parágrafo único: Na via administrativa, a desapropriação poderá ser realizada através de escritura pública de cessão de direitos hereditários, caso o proprietário seja falecido”.

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 13 de maio de 2015.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### LEI 2215

LEI Nº. 2215, DE 13 DE MAIO DE 2015.

REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.853 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no exercício de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º - Ficam revogados os incisos III, V e IX, do artigo 2º, incisos III e IV, do artigo 4º e os §2º e §3 do artigo 4º da Lei Municipal



nº 1.853/2009.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio (SC), 13 de maio de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

## LEI 2216

LEI Nº. 2216, DE 13 DE MAIO DE 2015.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL NO ÂMBITO DO PROGRAMA PRÓ-TRANSPORTE/PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS – PAC 2 – 2ª ETAPA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no exercício de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a contratar e garantir operação de crédito junto a Caixa Econômica Federal – CAIXA, na qualidade de agente financeiro, até o valor de R\$ 1.700.000,00 (hum milhão e setecentos mil reais), no âmbito do programa Pró-transporte/Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas – PAC 2 - 2ª Etapa, nos termos da Portaria Ministério das Cidades nº 053, de 1º de fevereiro de 2013 e suas alterações posteriores, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre operação objeto da Lei, observada a Legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo Único. Os recursos resultantes da Operação de Crédito autorizada neste artigo, serão obrigatoriamente aplicados na execução de projeto integrante do Programa PRÓ-TRANSPORTE, do MINISTÉRIO DAS CIDADES, destinado à Pavimentação de Vias Urbanas.

Art. 2º. Para garantia do principal, encargos e acessórios do financiamento pelo Município de Sombrio – SC, para execução de obras, serviços e equipamentos, observada a finalidade indicada no artigo 1º e seu parágrafo único, fica o Poder Executivo autorizado a ceder ou vincular em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, a modo pro solvendo, as receitas e quotas do Fundo de Participação dos Municípios – FPM a que se refere o artigo 159, inciso I da Constituição Federal.

§ 1º. O disposto no caput deste artigo, obedece aos ditames contidos no inciso I do artigo 159 da Constituição Federal e, na hipótese da extinção dos impostos ali mencionados, os fundos ou impostos que venham a substituí-los, bem como, na sua insuficiência, parte dos depósitos serão conferidos à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL com poderes bastantes para que as garantias possam ser prontamente exequíveis no caso de inadimplemento.

§ 2º - Para a efetivação da cessão ou vinculação em garantia dos recursos previstos no caput deste artigo, fica o BANCO DO BRASIL autorizado a transferir os recursos cedidos ou vinculados à conta e ordem da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, e esta à conta do FGTS, nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos

contratualmente estipulados, em caso de cessão, ou ao pagamento dos débitos vencidos e não pagos em caso de vinculação.

§ 3º - Os poderes previstos neste artigo e nos parágrafos 1º e 2º só poderão ser exercidos pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, na hipótese de o Município de Sombrio/SC não ter efetuado no vencimento, o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos, financiamentos ou operações de crédito celebrados com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Art. 3º - Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inciso II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 4º - O Poder Executivo consignará nos orçamentos anuais e plurianuais do Município de Sombrio/SC, durante os prazos que vierem a ser estabelecidos para empréstimos, financiamentos ou operações de crédito por ele contraídos, dotações suficientes à amortização do principal, encargos e acessórios resultantes, inclusive os recursos necessários ao atendimento da contrapartida do Município de Sombrio/SC no Projeto financiado pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, conforme autorizado por esta Lei.

Art. 5º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer frente aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 6º - O Poder Executivo, se necessário, baixará os atos próprios para a regulamentação da presente Lei.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 13 de maio de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

# Tigrinhos

## PREFEITURA

### PORTARIA 108/2015

PORTARIA Nº 108/2015.

CONCEDE AFASTAMENTO A SERVIDORA MUNICIPAL SRA. MARLI MARIA NOLL POR MOTIVO DE TRATAMENTO DE SAÚDE DE PESSOA DA FAMÍLIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar nº. 012/1997.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde em pessoa da família à Servidora Pública Municipal Sra. MARLI MARIA NOLL, cadastrada sob matrícula nº 76/01, pelo período de 15 (quinze) dias, a partir de 15 de Maio de 2015, nos termos dos arts. 106, II e 115, da Lei Municipal nº 012/1997 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos), conforme Atestado Médico apresentado e deferido nesta data.

Lei Municipal nº 012/1997

Art. 106. É concedido ao servidor licença:

[...]

II – Por motivo de doença de pessoa da família;

[...]

Art. 115. Ao servidor que, por motivo de doença de cônjuge, filhos, ou de pessoa que viva sob sua dependência econômica, esteja impossibilitado de exercer o cargo, face a impossibilidade de sua assistência pessoal, será concedido licença de até 120 (cento e vinte) dias sucessivos e improrrogáveis, desde que comprove ser indispensável a sua assistência pessoal e que esta não possa ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE MAIO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezoito de maio de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

# Timbé do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO 92/2015

DECRETO Nº. 92, DE 15 DE MAIO DE 2015.

DEMITE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a 1.114/2002, de 05/02/2002;

DECRETA:

Art. 1º - Fica demitida Angela Ferreira D'Avila, Matrícula nº 3004, do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 15 de Maio de 2015.

Eclair Alves Coelho

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti

Secretário de Administração e Finanças

### EDITAL DE CHAMAMENTO AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

“Dispõe sobre a Publicidade da Audiência Pública para Elaboração do Plano Municipal de Educação de Timbé do Sul.”

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os munícipes que:

Considerando, que esta municipalidade deverá cumprir o quanto determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 13.005 de 25/06/2004 e Planos Estaduais e Municipais de Educação no Documento Referência da CONAE;

Resolve:

Art. 1º - Fica marcada para o dia 26/05/2015, audiência pública para Elaboração do Plano Municipal de Educação de Timbé do Sul.

§1º - A Audiência que trata o caput deste artigo será realizada na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal deste município às 14h00min horas.

§2º - Ficam convidadas todas as autoridades, representações de diversos segmentos da sociedade civil, bem como todos os munícipes, para dar ciência do quanto determinado na Lei nº 13.005/2004 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Art. 2º - Este edital entra em vigor na data de sua publicação revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Educação, em 18/05/2015.

Lurdete Velho Ghellere

Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

# Timbó

## PREFEITURA

### ATA DE JULGAMENTO DA PROPOSTA TOMADA DE PREÇO 31.2015 - SEMED

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE JULGAMENTO DA PROPOSTA – TOMADA DE PREÇO Nº 31/2015 - SEMED

Às quatorze horas, do décimo oitavo dia do mês de maio de dois mil e quinze, na sala de licitações da Prefeitura de Timbó, reuniram-se os Membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz, Bárbara Luiza Poffo de Azevedo e Priscila Macedo (designada pela Portaria nº 1554, de 10/03/2015), para julgamento da proposta da empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA EPP, tendo em vista o parecer técnico da Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.

Conforme consta da Ata de Abertura da Proposta, por força das exigências editalícias o certame foi suspenso e os documentos encaminhados ao Setor de Engenharia da Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente para análise dos valores, quantitativos, bem como das planilhas de composição do BDI apresentados pela empresa.

Do parecer técnico emitido pelo engenheiro civil, Sr. Moacyr Cristofolini Junior, constatou-se que a proposta da empresa cumpriu com as exigências do Edital, no entanto, a mesma apresentou erros de arredondamento, conforme planilha de conferência onde fez constar o seguinte valor:

Empresa	Valor total apresentado pela empresa	Valor total corrigido pelo engenheiro
EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA EPP	R\$ 8.190,00 (oito mil cento e noventa reais)	R\$ 8.189,75 (oito mil cento e oitenta e nove e cinco centavos)

Desta forma, diante das razões acima mencionadas e do parecer técnico, decide-se pela classificação da proposta e, declara-se vencedora a empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA EPP, porém com o valor apontado no parecer técnico do engenheiro civil, em conformidade com o item 8.8.1 do Edital, ou seja, no valor total global de R\$ 8.189,75 (oito mil cento e oitenta e nove e setenta e cinco centavos).

Nada mais havendo a Presidente encerrou a sessão, lavrando a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pela mesma e demais membros da Comissão.  
Registre-se, publique-se, intimem-se.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO  
Presidente

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO  
Membro

ANDREA TAISE FRANZ  
Secretária

PRISCILA MACEDO  
Membro

### AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA - PREGÃO PRESENCIAL N.º 04 2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO LICITAÇÃO DESERTA

PREGÃO PRESENCIAL N.º. 04/2015 – FMS

O Município de Timbó, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público para conhecimento dos interessados que restou DESERTO o Pregão Presencial nº. 04/2015 que teve por objetivo, registro de preços destinado à contratação de empresa para prestação de serviços de emissão de laudos de raio x, através de imagem disponibilizada pelo sistema de telemedicina ou similar, e/ou imagem impressa em película, para atendimento de toda a demanda do Fundo Municipal de Saúde – FMS, sendo que não houve empresas interessadas em participar do certame.

Timbó (SC), 15 de maio de 2015.

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde

### CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 44 DE 18 DE MAIO DE 2015.

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 44 DE 18 DE MAIO DE 2015.

O Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 196, de 29 de dezembro de 2000 e Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, com fundamento na Lei Complementar nº. 345, de 13 de dezembro de 2007, certificam que:

Está APROVADO o DESMEMBRAMENTO denominado “CONSTRUTORA FORNACE LTDA EPP”, situado no lado ímpar da rua Amazonas, distando pelo lado direito do imóvel, 80,05 metros da esquina formada com o lado par da rua Peroba, nesta Cidade, com a área de 74.891,23m<sup>2</sup> (Setenta e quatro mil, oitocentos e noventa e um metros e vinte e três décimos quadrados), processo D-005/2015 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente CONSTRUTORA FORNACE LTDA EPP, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 1.331, em data de 10/03/2015 e da aprovação técnica exarada pelo profissional.

O desmembramento foi realizado no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o nº 24.468, livro 2, cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.09.016.1576.001, sendo constituído:

De 03 lotes numerados de 01 (um) a 03 (três) e mais uma área remanescente, abaixo transcritos:

01 – Lote nº 01 (um) - com área de 329,26m<sup>2</sup> (Trezentos e vinte e nove metros e vinte e seis décimos quadrados), situado com o vértice do ponto PP no lado ímpar da rua Amazonas, distando pelo lado direito do imóvel, 117,96 metros da esquina formada com o lado par da rua Peroba; estremando na frente em 38,87 metros com terras de Alfonso Manoel dos Anjos, matrícula nº 23.806, livro 2; fundos estrema em 38,86 metros com o lote nº 02; lado direito estrema em 10,43 metros com o lote nº 02; e, lado esquerdo estrema em 7,40 metros com o lote nº 02. Este lote deverá ser

anexado ao imóvel confrontante, matrícula nº 23.806, livro 2, de propriedade de Alfonso Manoel dos Anjos;

02 – Lotes nº 02 (dois) - com área de 5.396,80m<sup>2</sup> (Cinco mil, trezentos e noventa e seis metros e oitenta decímetros quadrados), situado no lado ímpar da rua Amazonas, distando pelo lado direito do imóvel, 98,60 metros da esquina formada com o lado par da rua Peroba, edificada com uma casa residencial de alvenaria, um pavimento, com área de 96,80m<sup>2</sup>, sob o nº 605; estremando na frente em linha curva de 19,36 metros com o lado ímpar da rua Amazonas, em 10,43 metros, em 38,86 metros e em 7,40 metros com o lote nº 02 e em 15,00 metros com terras de Carlos Grothoff, matrícula nº 11.265, livro 2; fundos estrema em 97,37 metros com a área remanescente; lado direito estrema em 65,19 metros com o lote nº 03; e, lado esquerdo estrema em 70,83 metros com a área remanescente;

03 – Lotes nº 03 (três) - com área de 1.305,60m<sup>2</sup> (Hum mil, trezentos e cinco metros e sessenta decímetros quadrados), situado no lado ímpar da rua Amazonas, distando pelo lado direito do imóvel, 80,05 metros da esquina formada com o lado par da rua Peroba; estremando na frente em linha curva de 18,55 metros com o lado ímpar da rua Amazonas; fundos estrema em 18,51 metros com a área remanescente; lado direito estrema em 70,56 metros com terras de Carlos Fortunato Feliponi, matrícula nº 18.906, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 71,09 metros, sendo em 65,19 metros com o lote nº 02 e em 5,90 metros com a área remanescente;

04 – Área Remanescente - com área de 67.859,57m<sup>2</sup> (Sessenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e nove metros e cinquenta e sete decímetros quadrados), situado no lado ímpar da rua Amazonas, distando em dois segmentos pelo lado direito do imóvel, sendo em 15,00 metros e em 38,87 metros até encontrar o lado ímpar da rua Amazonas, que deste dista 117,96 metros da esquina formada com o lado par da rua Peroba; estremando na frente em 119,02 metros, sendo em 16,00 metros com terras de Jaime Wolter, matrícula nº 7.770, livro 2, em 9,70 metros com terras de Valmir de Oliveira, matrícula nº 7.771, livro 2, em 19,62 metros com terras de Daniel Wiggers, matrícula nº 9.712, livro 2, em 18,50 metros com terras de Ivan Alfredo Kanzler, matrícula nº 9.822, livro 2, em 24,20 metros com terras de Ademir Kannenberg, transcrição nº 4.791, folha 287, livro 3-B, em 15,50 metros com terras de Doroty Raizer, matrícula nº 9.945, livro 2, e em 15,50 metros com terras de Wilfried Bloedorn Filho, matrícula nº 9.968, livro 2, em 81,95 metros, sendo em 17,00 metros com terras de Construtora Fornace Ltda Epp, matrícula nº 24.498, livro 2, em 31,41 metros com terras de Yolanda Voigt Schumann, matrícula nº 24.499, livro 2, em 15,25 metros com terras de Yolanda Voigt Schumann, matrícula nº 24.500, livro 2, e em 18,29 metros com terras de Yolanda Voigt Schumann, matrícula nº 24.501, livro 2, em 259,85 metros, sendo em 15,50 metros com terras de Charles Moacir Stuhler, matrícula nº 9.814, livro 2, em 15,50 metros com terras de Renato Luiz Cattoni, matrícula nº 9.713, livro 2, em 16,20 metros com terras de Annelise Klug, matrícula nº 1.599, livro 2, 15,20 metros com terras de Reno Bork, transcrição nº 3.757, folha 96, livro 3-B, em 35,50 metros com a área remanescente de propriedade de Rolando Stuhler, matrícula nº 3.263, livro 2, em 48,50 metros com terras de Paulo da Silva, matrícula nº 4.230, livro 2, em 17,00 metros com terras de Wilson Walt, matrícula nº 3.400, livro 2, em 24,00 metros com terras de Gerold Borchardt, transcrição nº 2.584, folha 181, livro 3-A e em 72,45 metros com terras de Elsinora Gessner, matrícula nº 8.445, livro 2; fundos estrema em 701,18 metros com terras de Construtora Fornace Ltda Epp, matrícula nº 23.620, livro 2; lado direito estrema em 70,83 metros e em 97,37 metros com o lote nº 02, em 5,90 metros com o lote nº 03, em 63,26 metros, sendo em 18,51 metros com o lote nº 03, em 23,25 metros com terras de Carlos Fortunato Feliponi, matrícula nº 18.906, livro 2 e em 21,50 metros com o Residencial Porto Seguro de propriedade de WK Empreendimentos Imobiliários Ltda, matrícula nº 18.905, livro 2; e, lado

esquerdo estrema em 163,24 metros, sendo em 41,70 com terras de Adalberto Roeder, matrícula nº 8.692, livro 2, e em 121,54 metros com terras de Ottvin Teske, matrícula nº 7.329, livro 2. Neste imóvel fica reservada a área de 2.983,59m<sup>2</sup>, destinada à Área de Preservação Permanente, conforme Lei nº 12.651 de 25/05/2012, constante da faixa de 30,00 metros da margem esquerda do ribeirão; estremando na frente, em linha sinuosa de 181,02 metros com terras do proprietário; fundos, estrema em 163,24 metros, sendo em 41,70 com terras de Adalberto Roeder, matrícula nº 8.692, livro 2, e em 121,54 metros com terras de Ottvin Teske, matrícula nº 7.329, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 29,46 metros com terras de Elsinora Gessner, matrícula 8.445, livro 2. Este lote deverá ser anexado ao imóvel confrontante, matrícula nº 24.498, livro 2, de propriedade de Construtora Fornace Ltda EPP.

Apesar da aprovação o proprietário/requerente e seus herdeiros e/ou sucessores e/ou demais responsáveis estão obrigados a atender e sujeitos a todas às exigências da Lei Complementar n.º 335/2007 e do Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento, além de os demais dispositivos legais atinentes a espécie, em especial a Lei nº. 12.651/12 - Novo Código Florestal e Lei nº. 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 18 de maio de 2015.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

Município de Timbó

## **DECRETO Nº 3827, DE 15 DE MAIO DE 2015**

DECRETO Nº 3827, DE 15 DE MAIO DE 2015

Decreta Luto Oficial no Município pelo falecimento do Ex-Prefeito Ingo Frederico Arthur Germer.

O Prefeito de Timbó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso I, alínea "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990; e

CONSIDERANDO o falecimento do Ex-Prefeito Municipal Ingo Frederico Arthur Germer, ocorrido na data de hoje;

CONSIDERANDO a relevante atuação política e serviços públicos prestados,

DECRETA:

Art.1º Luto Oficial de sete dias no Município de Timbó/SC em virtude do falecimento do Ex-Prefeito Municipal INGO FREDERICO ARTHUR GERMER, ocorrido na data de hoje, mantidas todas as atividades e prazos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JÚNIOR

Prefeito de Timbó/SC



**ERRATA PREGÃO PRESENCIAL N.º 44 2015 PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 44/2015 PMT

AVISO DE ERRATA

O Município de Timbó/SC informa aos interessados que no Edital de Pregão Presencial n.º 44/2015, objetivando a contratação de empresa para fornecimento e instalação de persianas (incluindo materiais de instalação e fixação) para a nova sede da Secretaria Municipal de Educação (antigo BESC), constou informação conflitante na página 20, onde lê-se 20 (vinte) dias consecutivos, leia-se 20 (vinte) dias úteis.

TIMBÓ/SC, 18/05/2015.  
ROSE MERY DALCANALE  
Central de Licitações

**PORTARIA Nº TIMBOPREV- 068, DE 18 DE MAIO DE 2015**

PORTARIA Nº TIMBOPREV- 068, DE 18 DE MAIO DE 2015

Alterar a Portaria n. 3045, de 14/08/2012 que concedeu Aposentadoria Voluntária por Idade de Tempo de Contribuição ao Servidor Público Municipal Ademir Moser

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011,

Considerando-se a manifestação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina quando da análise do processo nº @APE-12/00432204, relativo à homologação da aposentadoria do servidor Ademir Moser, através da qual apontou irregularidade no cálculo dos proventos concedidos através da Portaria nº 3.045, de 14/08/2012, em razão do equívoco no percentual do adicional/gratificação por tempo de serviço e inclusão do adicional de insalubridade;

Considerando-se que com o fito de sanar a irregularidade apontada fora instaurado o processo administrativo, o qual, após o devido contraditório, culminou na decisão de acatar e providenciar a revisão dos proventos de modo a adequar o ato praticado no que diz respeito ao valor dos proventos de aposentadoria;

Considerando-se que para que surtam os efeitos necessários à validade da revisão dos proventos efetuada é imprescindível a revisão do ato originário de aposentadoria;

RESOLVE:

Art. 1º. ALTERAR a redação da Portaria n. 3.045, de 14/08/2012, que concedeu Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição ao servidor público municipal Ademir Moser, passando de: "... no valor de R\$ 1.613,12 (mil seiscentos e treze reais e doze centavos) ..." PARA "... no valor de R\$ 1.526,90 (mil quinhentos e vinte e seis reais e noventa centavos) ..." tudo conforme documentação anexada ao processo de revisão de aposentadoria n. TIMBOPREV 032/2012, com efeitos financeiros a contar de 01 de maio do corrente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de maio de 2015; 145o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

OSMAIR DE CASTILHO

Presidente do Conselho de Administração do TIMBOPREV

**SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 135 2014 PMT - SÊMEN BOVINO**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 135/2014

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preço para aquisição do sêmen bovino destinado à inseminação artificial em atendimento aos agricultores.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Fértil Comércio e Representações LTDA EPP; Semex do Brasil Comércio, Importação e Exportação Ltda.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 24.307,50 (vinte e quatro mil trezentos e sete reais e cinquenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 18/11/2015.

Timbó, 09/02/2015

MARCIA DA ROCHA

Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico

**TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 78 2014 PMT- AQUISIÇÃO DE PNEUS**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 78/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços destinado à aquisição de pneus, câmaras e afins destinados a administração direta e indireta do Município de Timbó.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Coml. Automotiva S.A; Copal Comércio de Pneus e Acessórios LTDA; Roda Brasil Comércio de Peças para Veículos LTDA; Joaçaba Pneus LTDA; Cantu Comércio de Pneumáticos LTDA; GF Pneus Comercial e Distribuidora LTDA; Gustavo Rahmeier ME.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 349.433,84 (trezentos e quarenta e nove mil quatrocentos e trinta e três reais e oitenta e quatro centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 17/08/2015

Timbó, 19/08/2014

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração



**SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ****PORTARIA N. SAMAE- 092 DE 11 DE MAIO DE 2015**

PORTARIA N. SAMAE- 092 DE 11 DE MAIO DE 2015

Prorroga até 31 de dezembro do corrente o prazo estabelecido na Portaria nº SAMAE – 018, de 19 de janeiro de 2015.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e com fundamento no artigo 25, inciso VIII da Lei Complementar n. 01, de 22/10/93, alterada pela Lei Complementar n. 139, de 02/07/98;

**RESOLVE:**

Art.1º PRORROGAR até 31 de dezembro do corrente o prazo estabelecido na Portaria nº SAMAE 018, de 19 de janeiro de 2015, que coloca os seguintes servidores públicos municipais do quadro do SAMAE à disposição do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, com ônus para este:

Nome do Servidor	Cargo	Lotação de Origem
ERNA PACKER	Auxiliar Operacional I	Aterro Sanitário
INGO REGUSE	Auxiliar Operacional I	Aterro Sanitário
CELIO MAURICENZ	Auxiliar Operacional I	Aterro Sanitário

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de maio de 2015; 145o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

**PORTARIA N. SAMAE- 093 DE 11 DE MAIO DE 2015**

PORTARIA N. SAMAE- 093 DE 11 DE MAIO DE 2015

Prorroga até 31 de dezembro do corrente o prazo estabelecido na Portaria nº SAMAE – 039, de 18 de fevereiro de 2015.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e com fundamento no artigo 25, inciso VIII da Lei Complementar n. 01, de 22/10/93, alterada pela Lei Complementar n. 139, de 02/07/98;

**RESOLVE:**

Art.1º PRORROGAR até 31 de dezembro do corrente o prazo estabelecido na Portaria nº SAMAE 039, de 18 de fevereiro de 2015, que coloca a seguinte servidora pública municipal do quadro do SAMAE à disposição do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, com ônus para este:

Nome do Servidor	Cargo	Lotação de Origem
VANIA DE FÁTIMA MACHADO DOS SANTOS	Auxiliar Operacional I	Aterro Sanitário

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de maio de 2015; 145o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

# Treze Tílias

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO PP 41-2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 41/2015 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços especializados de arbitragem para os campeonatos municipais de Treze Tílias, conforme descrição e quantitativos constantes do anexo I do presente edital.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 29/05/2015, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH  
Prefeito

# Tunápolis

## PREFEITURA

### DECRETO 1695/2015

Decreto nº 1695/2015 de 14 de maio de 2015.

Determina a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 121.000,00 (Cento e vinte e um mil reais), alterando a Lei Orçamentária nº 1.202/2014, e contém outras providências.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária nº 1202/2014 e especialmente a Lei nº 1224/2015;

#### DECRETA:

Art. 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal, determina a proceder a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor R\$ 121.000,00 (Cento e vinte e um mil reais), alterando a LOA – Lei Orçamentária Anual nº 1.202 de 10 de dezembro de 2014 para reforçar as dotações abaixo indicadas para o atendimento das despesas concernentes à manutenção, coordenação e desenvolvimento das atividades, em conformidade com as prescritas em Lei conforme segue:

Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS		
Órgão:	04.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade:	04.10	CULTURA E TURISMO	
Proj./Ativ	13.392.0008.2.020	Auxílios Financeiros para Entidades Culturais	
3.3.50.00.00.00.00.1104		Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (81)	121.000,00

TOTAL . . . . . R\$ 121.000,00

Art. 2º Para o atendimento do Crédito determinado no artigo anterior deste ato, o Chefe do Poder Executivo Municipal, determina a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do mesmo orçamento, a saber:

Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS		
Órgão:	04.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade:	04.09	CULTURA E TURISMO	
Proj./Ativ	27.812.0016.1.012	Construções/Reformas/Ampliações de Quadras Poliesportivas, Ginásios, Praças Esportivas.	
4.4.90.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas (73)	46.000,00

Órgão:	05.00	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
Unidade:	05.01	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
Proj./Ativ	20.606.0013.1.014	Aquisição de Máquinas, Veículos e Implementos para Agricultura	
4.4.90..00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas (83)	40.000,00

Órgão:	06.00	SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	
Unidade:	06.02	TRANSPORTES NA SEDE DO MUNICÍPIO E DO INTERIOR	
Proj./Ativ	26.782.0015.1.026	Construção, Ampliação e Conservação Pavilhão para DMER	
4.4.90.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas (96)	35.000,00

TOTAL . . . . . R\$ 121.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis – SC, em 14 de Maio de 2015.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal.

Este Decreto foi publicado  
em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff  
Técnico em Controladoria Interna.

**LC 46/2015**

LEI COMPLEMENTAR Nº 46/2015 DE 14 DE MAIO DE 2015.

Dá nova redação ao Anexo I – Letra A, B e D, ao Anexo IV e ao Anexo V – Letra D e F, alterando a Lei Complementar nº 025/2010 e alterações posteriores, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração de Pessoal da Administração Pública do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina e dá Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam criados os cargos de provimento efetivo de Engenheiro Sanitarista e o de Engenheiro Civil, no quadro de servidores da Administração Municipal.

Art. 2º Fica criado o cargo de provimento efetivo de Técnico em Informática/Eletricidade, no quadro de servidores da Administração Municipal.

Art. 3º Fica alterado o número de vagas do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais e o cargo de Agente Operacional, cargos de provimento efetivo – nível TRANSPORTES E SERVIÇOS GERAIS – TSG.

Art. 4º O anexo IV da Lei Complementar nº 025/2010, passam a vigorar com as alterações dadas pela redação definida na presente Lei Complementar.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, em 14 de Maio de 2015

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada  
em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff  
Técnico em Controladoria Interna.

**ANEXO I****DENOMINAÇÃO E VAGAS DOS CARGOS EFETIVOS****A) ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR – ANS**

VAGAS	DENOMINAÇÃO
02	Enfermeiro
05	Médico
02	Médico Veterinário
01	Engenheiro Agrônomo
02	Odontólogo
02	Assistente Social
01	Técnico Tributário
01	Técnico de Controladoria Interna
01	Administrador
01	Contador Geral
01	Psicólogo
01	Fisioterapeuta
02	Farmacêutico Bioquímico
01	Nutricionista
01	Técnico em Projetos e Convênios
01	Engenheiro Sanitarista
01	Engenheiro Civil

**B) ATIVIDADES TÉCNICAS DE NÍVEL MÉDIO – ATM**

VAGAS	DENOMINAÇÃO
10	Agente Administrativo
01	Técnico Agropecuário
07	Técnico Enfermagem
02	Técnico em Saúde Bucal
01	Técnico em Informática/Eletricidade

02	Fiscal Sanitário e Epidemiológico
02	Fiscal Tributos
01	Auxiliar de Controladoria Interna
01	Auxiliar de Veterinário
01	Auxiliar Contabilidade
01	Tesoureiro

## D)TRANSPORTES E SERVIÇOS GERAIS – TSG

VAGAS	DENOMINAÇÃO
12	Auxiliar Serviços Gerais
06	Agente Operacional
01	Auxiliar de Manutenção de Máquinas e Veículos
01	Artífice Pedreiro
02	Mecânico
02	Motorista Veículo Leve
08	Motorista Veículo Pesado
07	Motorista de Veículo de Passageiro
02	Motorista de Ambulância
04	Operador Equipamento Leve
14	Operador Equipamento Pesado
01	Agente de Manutenção Hidráulica
03	Mestre em Edificações

## ANEXO IV

## ATRIBUIÇÕES E HABILITAÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS

## DESCRIÇÃO DO CARGO

## CATEGORIA FUNCIONAL GRUPO A NÍVEL

## ENGENHEIRO SANITARISTA- ATIVIDADES NÍVEL SUPERIOR - ANS

## DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Assessoria Técnica e apoio no controle/operação das Estações de Tratamento de água e esgoto (ETA's) e (ETE's) existentes pertencentes a Prefeitura Municipal;

## DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Projetos e execução de sistemas de Tratamento e Abastecimento de Água para a Cidade e Interior do Município.
- Assessoria Técnica e apoio no controle/operação do sistema de coleta, Transporte e Disposição final de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), incluindo os Resíduos de Serviço de Saúde (RSS);
- Apoio técnico a Programas/Atividades relacionadas à Educação Ambiental;
- Encaminhamento de Licenciamentos Ambientais junto ao Órgão Ambiental Estadual (FATMA);
- Apoio Técnico a Prefeitura visando o Controle Sanitário do Ambiente, incluindo o Controle da Poluição Ambiental;
- Responsabilidade Técnica dos projetos e Execução junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de Santa Catarina;
- Assessoria Técnica e apoio no controle/operação das Estações de Tratamento de Esgotos (ETE's) existentes pertencentes a Prefeitura Municipal

## HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Portador de Diploma de Conclusão de Curso Superior em Engenharia Sanitarista, com o competente registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.

## DESCRIÇÃO DO CARGO

## CATEGORIA FUNCIONAL GRUPO A NÍVEL

## ENGENHEIRO CIVIL- ATIVIDADES NÍVEL SUPERIOR - ANS

## DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Execução de projetos técnicos, laudos, vistorias, acompanhamento de obras, e todos os serviços relacionados a Engenharia Civil do município;

## DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Planejar, programar, organizar, coordenar a execução das atividades relacionadas com a construção, reforma, manutenção e locação de prédios escolares, administrativos e esportivos, bem como a definição das instalações e equipamentos;

- Executar serviços de urbanismo, obras de arquitetura paisagística e obras de decoração arquitetônica;
- Orientar o mapeamento e a cartografia de levantamentos feitos para áreas operacionais;
- Realizar exame técnico de processos relativos à execução de obras compreendendo a verificação de projetos e das especificações quanto às normas e padronizações;
- Participar de elaboração e execução de convênios que incluam projetos de construção, ampliação ou remoção de obras e instalações;
- Fazer avaliação, perícias e arbitramentos relativos à especialidade;
- Acompanhar e analisar o cumprimento dos contratos celebrados para a execução de obras e serviços;
- Efetuar constante fiscalização dos prédios próprios ou locados pelo órgão, com a finalidade de controlar as condições de uso e habitação;
- Embargar construções que não atendam as especificações do projeto original e as normas de responsabilidade técnica;
- Executar estudos, projeto, fiscalização e construção de núcleos habitacionais e obras;
- Fiscalizar imóveis financiados pelo órgão;
- Participar de comissões técnicas;
- Elaborar projetos de loteamentos;
- Coordenar e supervisionar a manutenção de equipamentos;
- Estudar e desenvolver métodos operacionais, bem como instruções disciplinadoras para o uso e manutenção equipamentos e obras municipais;
- Elaborar projetos, analisar, fiscalizar e executar instalações elétricas, telefônicas, sinalização, sonorização e relógio sincronizado;
- Projetar subestação de energia elétrica, quadros de comando, calculando todos os dispositivos de projeção e comando, adaptando-os às necessidades do sistema elétrico;
- Executar a locação de obras, junto à topografia e batimetria;
- Apresentar relatórios de suas atividades;
- Desempenhar outras tarefas semelhantes.

#### HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Portador de Diploma de Conclusão de Curso Superior em Engenharia Civil, com o competente registro no órgão fiscalizador do exercício profissional. DESCRIÇÃO DO CARGO  
CATEGORIA FUNCIONAL GRUPO A NÍVEL

#### TÉCNICO DE CONTROLADORIA INTERNA- ATIVIDADES NÍVEL SUPERIOR ANS

##### DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Desenvolve atividades de auditoria interna e o controle interno contábil e administrativo, planejamento, coordenação, execução, avaliação e reavaliação de atividades relacionadas a receitas e custos municipais, proteção dos ativos, obtenção das informações adequadas, promoção e eficiência operacional e estimulação da obediência e do respeito às políticas da administração municipal e do poder legislativo municipal.

##### DESCRIÇÃO DETALHADA:

01. Planeja, coordena, executa e avalia atividades relacionadas às receitas e custos municipais; 02. Elabora estudos e pareceres técnicos relacionados com a salvaguarda do ativo e a fidedignidade dos registros financeiros; 03. Orienta a tomada de decisão dos processos de planejamento na organização; 04. Participa dentro de sua especialidade, em equipes multiprofissionais na elaboração, análise e implantação de programas e projetos; 05. Realiza estudos de controle dos tributos municipais: impostos, taxas e as contribuições de melhoria; 06. Planeja a organização de todos os métodos e procedimentos referentes à eficiência operacional e à obediência às diretrizes administrativas, registros contábeis e financeiros; 07. Avalia o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e orçamentários; 08. Elabora uma projeção de receitas anuais, facilitando a tomada de decisão para a administração; 09. Realiza a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas; 10. Fornece dados estatísticos e apresenta relatório de suas atividades; 11. Emite pareceres sobre assuntos de sua área de competência para a Administração Municipal e do Poder Legislativo Municipal; e 12. Desempenha outras atividades compatíveis com o cargo.

##### HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Portador de Diploma de Conclusão de Curso Superior em Ciências Econômicas e/ou Contábeis, ou Curso Superior com especialização de cursos na área específica e 2º Grau Curso Técnico em Contabilidade.

##### DESCRIÇÃO DO CARGO

CATEGORIA FUNCIONAL GRUPO B NÍVEL

#### TÉCNICO EM INFORMÁTICA/ELETRICIDADE - ATIVIDADES TÉCNICAS NÍVEL MÉDIO- ATM

##### DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Execução de serviços técnicos na área de informática e parte elétrica do Município.

##### DESCRIÇÃO DETALHADA:

01. Manutenção completa dos computadores, impressoras e equipamentos eletrônicos, executando a instalação e configuração dos softwares e hardwares, orientando os usuários nas especificações e comandos necessários para sua utilização.  
02. Diagnosticar problemas de software, a partir de informações recebidas de servidores, buscando solução para os mesmos.  
03. Manutenção dos sistemas de Internet e outros sistemas necessários para o desenvolvimento das atividades no Município.  
04. Manutenção dos sistemas de energia elétrica, necessários para instalação de equipamentos nos diversos setores do Município.

##### HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Portador de Diploma de Conclusão de Ensino Médio, Curso de no mínimo 240 horas na área de Informática. DESCRIÇÃO DO CARGO  
CATEGORIA FUNCIONAL GRUPO D NÍVEL



**MOTORISTA DE PASSAGEIROS – TRANSP. SERVIÇOS GERAIS TSG****DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Conduz e conserva veículos motorizados no transporte oficial de passageiros e cargas.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

01. Dirige veículos oficiais, transportando pessoas, cargas e materiais; 02. Zela pelo abastecimento, conservação, manutenção e limpeza do veículo sob sua responsabilidade; 03. Efetua pequenos reparos no veículo sob sua responsabilidade; 04. Comunica ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com o veículo; 05. Procedo o controle contínuo de consumo de combustível, lubrificantes e manutenção em geral; 06. Procedo ao mapeamento de viagens, identificando usuários, destino, quilometragem, horário de saída e chegada; 07. Trata os passageiros com respeito e urbanidade; 08. Mantém atualizada a sua carteira Nacional de Habilitação e toda a documentação do veículo; 09. Atende as necessidades de deslocamento a serviço, segundo determinação dos usuários, registrando as ocorrências; e 08. Desenvolve outras atividades compatíveis com o cargo.

**HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

Portador de Certificado de Conclusão de 4º série do primeiro grau e ou experiência e treinamento específico na área de atuação com Carteira Nacional de Habilitação categoria "D" específica para transporte de passageiros, cursos de direção defensiva, para transporte escolar e de passageiros.

**ANEXO V****VENCIMENTO DOS CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL**

D) ATIVIDADE NÍVEL SUPERIOR – ANS								
NÍVEL	PISOS	ANS 1	ANS 2	ANS 3	ANS 4	ANS 5	ANS 6	ANS 7
01	9,75	A						
02	10,73	B	A					
03	11,80	C	B					
04	12,98		C	A				
05	14,28			B	A			
06	15,71			C	B			
07	17,28				C			
08	17,00					A		
09	18,70					B		
10	20,57					C		
11	21,00						A	
12	23,60						B	
13	26,46						C	
14	32,00							A
15	35,20							B
16	38,72							C

**LEGENDA:**

- 1) Administrador, Técnico Tributário e Técnico em Projetos e Convênios;
- 2) Fisioterapeuta; Farmacêutico Bioquímico, Nutricionista, Técnico de Controladoria Interna e Assistente Social;
- 3) Contador Geral; Médico Veterinário, Engenheiro Agrônomo e Psicólogo;
- 4) Enfermeiro;
- 5) Odontólogo;
- 6) Engenheiro Civil, Engenheiro Sanitarista;
- 7) Médico.

F) ATIVIDADE DE NÍVEL MÉDIO – ATM					
NÍVEL	PISOS	ATM 1	ATM 2	ATM 3	ATM 4
01	3,63	A			
02	3,90	B	A		
03	4,29	C	B		
04	4,72		C	A	
05	5,19			B	
06	5,71			C	
07	6,80				A
08	7,48				B
09	8,23				C

**LEGENDA:**

- 1) Técnico em Saúde Bucal.
- 2) Técnico em Enfermagem, Agente Administrativo.
- 3) Fiscal Sanitário e Epidemiológico; Fiscal de Tributos; Auxiliar de Controladoria Interna, Auxiliar de Contabilidade, Técnico Agropecuário,

Técnico em Informática/Eletricidade.  
4) Tesoureiro; Auxiliar de Veterinário.

ENOÍ SCHERER  
Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff  
Técnico em Controladoria Interna.

### LEI 1223/2015

Lei nº 1.223/2015 de 14 de maio de 2015.

Autoriza o repasse financeiro de até R\$ 3.000,00 (Três mil reais) para a Associação Esportiva Recreativa e Cultural de Linha Pitangueira, inscrita no CNPJ 84.376.771/0001-78, sediada neste município de Tunápolis – SC., e contém outras providências.

O Prefeito do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;  
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a repassar auxílio financeiro de até R\$ 3.000,00 (Três mil reais) para a Associação Esportiva Recreativa e Cultural de Linha Pitangueira, inscrita no CNPJ 84.376.771/0001-78, sediada na Linha Pitangueira deste Município, para custeio de despesas com realização do 26º Encontro Cultural de Corais do Município.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias, para tal fim.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis.

Em, 14 de Maio de 2015.

ENOÍ SCHERER  
Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff  
Técnico em Controladoria Interna.

### LEI 1224/2015

Lei nº1224/2015 de 14 de maio de 2015.

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 121.000,00 (Cento e vinte e um mil reais), alterando a Lei Orçamentária nº 1.202/2014, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor R\$ 121.000,00 (Cento e vinte e um mil reais), alterando a LOA – Lei Orçamentária Anual nº 1.202 de 10 de dezembro de 2014 para reforçar as dotações abaixo indicadas para o atendimento das despesas concernentes à manutenção, coordenação e desenvolvimento das atividades, em conformidade com as prescritas em Lei conforme segue:

Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS		
Órgão:	04.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade:	04.10	CULTURA E TURISMO	
Proj./Ativ	13.392.0008.2.020	Auxílios Financeiros para Entidades Culturais	
3.3.50.00.00.00.00.1104		Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (81)	121.000,00

TOTAL. .... R\$ 121.000,00

Art. 2º Para o atendimento do Crédito autorizado no artigo anterior deste ato fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do mesmo orçamento, a saber:

Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS		
Órgão:	04.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade:	04.09	CULTURA E TURISMO	
Proj./Ativ	27.812.0016.1.012	Construções/Reformas/Ampliações de Quadras Poliesportivas, Ginásios, Praças Esportivas.	
4.4.90.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas (73)	46.000,00
Órgão:	05.00	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	

Unidade:	05.01	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Proj./Ativ	20.606.0013.1.014	Aquisição de Máquinas, Veículos e Implementos para Agricultura
4.4.90..00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (83)	40.000,00
Órgão:	06.00	SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
Unidade:	06.02	TRANSPORTES NA SEDE DO MUNICÍPIO E DO INTERIOR
Proj./Ativ	26.782.0015.1.026	Construção, Ampliação e Conservação Pavilhão para DMER
4.4.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (96)	35.000,00

TOTAL ..... R\$ 121.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis – SC, em 14 de Maio de 2015.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada  
em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff  
Técnico em Controladoria Interna.

## LEI 1225/2015

Lei nº. 1.225/2015 de 14 de maio de 2015.

Autoriza o repasse financeiro de até R\$ 153.000,00 (Cento e cinquenta e três mil reais) para as entidades que especifica, sediadas neste Município e contém outras providências.

O Prefeito do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a repassar um auxílio financeiro no valor de até R\$ 153.000,00 (Cento e cinquenta e três mil reais) para as entidades sociais especificadas, para custear despesas de manutenção, reformas e ampliações, em suas sedes sociais, com posterior prestação de contas dos recursos investidos de cada Entidade.

Art. 2º O valor autorizado no artigo anterior, será distribuído às entidades Sociais do Município de Tunápolis, conforme segue:

- a) até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para a Associação Esportiva, cultural, Recreativa, Assistencial e Beneficente 19 de Setembro, inscrita no CNPJ 78.472.354/0001-26;
  - b) até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para o Clube Esportivo Recreativo de Assistência Social e Cultural Real, inscrito no CNPJ 80.622.467/0001-02;
  - c) até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para a Associação Esportiva Recreativa Nacional Linha Sete Tombos, inscrita no CNPJ 83.523.621/0001-87;
  - d) até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para a Associação Comunitária de Comunicação de Tunápolis, inscrita no CNPJ 05.660.116/0001-70;
  - e) até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para o Centro de Tradições Gaúchas Última Porteira, inscrito no CNPJ 80.912.074/0001-33;
  - f) até R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) para a Associação Cultural, Assistencial, Cinquentenária da Linha São Jorge, sediada neste Município inscrita no CNPJ sob nº 78.486.883/0001-89;
  - g) até R\$ 8.000,00 (oito mil reais), para Associação Esportiva Recreativa e Cultural de Linha Pitangueira, inscrita no CNPJ 84.376.771/0001-78;
  - h) até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para a Associação Esportiva Cultural Recreativa e Esportiva Treze de Maio, inscrita no CNPJ 82.819.509/0001-25;
  - i) até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para a Associação Esportiva Avante de Linha Bonita, sediada neste Município inscrita no CNPJ sob nº 82.820.069/0001-26;
  - j) até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para o Clube Cultural, Recreativo e de Assistência Social – SORAST, inscrito no CNPJ 84.376.433/0001-36;
  - k) até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), Associação Cultural Recreativa, Esportiva Aimoré, inscrita no CNPJ 78.483.716/0001-84;
  - l) até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para a Associação Esportiva, Recreativa, Cultural 25 de Julho, inscrita no CNPJ 78.482.999/0001-40;
  - m) até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), Associação Cultural, Recreativa Raigão Baixo, inscrita no CNPJ 83.027.433/0001-68;
  - n) até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para a Associação Cultural e Esportiva São Pedro, inscrita no CNPJ 78.485.927/0001-56.
- Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta do orçamento vigente no exercício de 2015.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, SC,  
Em, 14 de Maio de 2015.  
ENOÍ SCHERER  
Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada  
em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff  
Técnico em Controladoria Interna.

**PORTARIA 3863/2015**

PORTARIA Nº. 3.863/2.015  
Em 07 de Maio de 2.015

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e em cumprimento a decisão final proferida nos autos do processo nº034.11.000121-8 e obrigação de Fazer nº 0300099-24.2015.8.24.0034, ambos da Comarca de Itapiranga/SC ;

**DETERMINO:**

Art. 1º. A implantação para pagamento mensal em favor de CLARICE MARIA STULP FRANCENER, no valor mensal de R\$ 235,31, a ser depositado no Banco Sicoob – Creditapiranga, agência 3072-4, na conta corrente nº 11.350-6, corrigidos anualmente pelo Índice Geral do reajuste dos servidores públicos do Município, até Junho de 2.041.

Art. 2º. A implantação para pagamento mensal em favor de FABIANE FRANCENER, no valor mensal de R\$ 235,31, a ser depositado no Banco Sicoob – Creditapiranga, agência 3072-4, na conta corrente nº 15.798-8, corrigidos anualmente pelo Índice Geral do reajuste dos servidores públicos do Município, até Outubro de 2024.

Art. 3º. A implantação para pagamento mensal em favor de FERNANDA FRANCENER, no valor mensal de R\$ 235,31, a ser depositado no Banco Sicoob – Creditapiranga, agência 3072-4, na conta corrente nº 15.799-6, corrigidos anualmente pelo Índice Geral do reajuste dos servidores públicos do Município, até Dezembro de 2.027.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 01 de Maio de 2.015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 07 de Maio de 2.015.

ENOI SCHERER  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na  
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**PORTARIA 3864/2015**

PORTARIA Nº. 3.864/2015.  
Em 08 de Maio de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 027/2011 e alterações, bem como o Edital de Processo Seletivo SMECETT nº 07/2014 e considerando o retorno as atividades da Professora Cristiane Elisabeth Cupschinski em licença maternidade e período de férias;

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR POR TÉRMINO DE CONTRATO, a professora MARLIZE REGINÊS MORÁS, com cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, lotada na Secretaria Municipal de Educação, neste município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

produzindo efeitos em 17 de Maio de 2.015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 08 de Maio de 2015.

ENOI SCHERER  
Prefeito Municipal

VIANEI LUÍS HAMMERSCHMITT  
Secr. Munic. Educação Cultura e Esportes

Esta Portaria foi publicada  
na presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**PORTARIA 3865/2015**

PORTARIA Nº. 3.865/2015.  
Em 08 de Maio 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 035/2013, bem como o Edital de Processo Seletivo SMECETT nº 07/2014;

1)Considerando que a Administração Municipal realizou seleção para contratação em Caráter Temporário (ACT), para o ano de 2.015, conforme Edital 007/2014 SMECETT - para vagas cujo preenchimento é de caráter temporário e vinculado ao atestado médico da Professora Roselene Theisen;

2)Considerando que não existe Professor disponível no quadro efetivo atual do Município;

3)Considerando o relevante interesse público municipal na questão, bem como, o tratamento diferenciado e impositivo dado pela Carta Magna na área da Educação.

**RESOLVE:**

Art. 1º - AMPLIAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a carga horária de 20 (VINTE) para 40 (QUARENTA) horas aula/semanais, da PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL CAMILA LUIZA SCHMIDT, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, para o período de 18 de Maio e enquanto perdurar o atestado médico da Professora Roselene Theisen, recebendo vencimentos e vantagens previstas na lei acima citada.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 18 de Maio de 2.015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 08 de Maio de 2015.

ENOÍ SCHERER  
Prefeito Municipal

VIANEI LUÍS HAMMERSCHMITT  
Secr. Munic. Educação Cultura e Esportes

Esta Portaria foi publicada  
na presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER  
Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

**PORTARIA 3866/2015**

PORTARIA Nº. 3.866/2015

Em 11 de Maio de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base na Lei Orgânica Municipal e baseado na Lei Complementar nº. 25/2010 e atualizações, além da Legislação federal vigente, bem como o Decreto Municipal nº. 1.641/2014 que dispõe sobre a classificação final do Concurso Público nº. 006/2014; e,

01. Considerando a urgência na contratação de Profissionais para não interromper ações desenvolvidas no setor da Educação;
02. Considerando a conclusão da quadra esportiva coberta vinculada a Secretaria da Educação;
03. Considerando que o Concurso Público nº. 006/2014, foi concluído e para que possamos reestruturar e regularizar o quadro de pessoal do município;

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR, MATHEUS BECKENKAMP, com cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, cargo este de provimento EFETIVO, Nível TSG 1 – A-4, baseado no Decreto nº 1.641/2014 de 18 de Setembro de 2014, referente à homologação final da classificação do Concurso Público nº 06/2014, percebendo vencimentos e vantagens previstas na mesma Lei e sujeito ao Estágio Probatório. Art.2º Esta Portaria em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em 13 de Maio de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS/SC

Em 11 de Maio de 2015.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada  
na presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

**PORTARIA 3867/2015**

PORTARIA Nº. 3.867/2015

Em 11 de Maio de 2015

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Legislação vigente, baseada na Lei Complementar 13/2006, artigo 73;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder "LICENÇA PRÊMIO", a servidora efetiva NÁDIA INÊS MARCONATTO, Portaria de Nomeação nº. 1.057/2002, com o cargo efetivo de ORIENTADORA EDUCACIONAL.

Período de Aquisição: 01.04.07 à 31.03.12

Fruição: 18/05 À 03/06/2015 perfazendo 17 dias, o pagamento da pecúnia de 20 dias (1/3), permanecendo 23 dias para fruição a posteriori.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em 18 de Maio de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 11 de Maio de 2015.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada  
na presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

**PORTARIA 3868/2015**

PORTARIA Nº. 3.868/2015.

Em 13 de Maio de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 027/2011 e alterações, bem como o Edital de Processo Seletivo SMECETT nº 07/2014;

- 1)Considerando que a Administração Municipal realizou seleção para contratação em Caráter Temporário (ACT) para o Magistério Público Municipal, para o ano de 2.015, conforme Edital 007/2014 SMECETT - para vagas cujo preenchimento é de caráter temporário;
- 2)Considerando que o ano letivo não poderá sofrer paralisação das aulas, em razão do comprometimento, não só do calendário escolar, mas também das pessoas envolvidas;
- 3)Considerando o relevante interesse público municipal na questão, bem como, o tratamento diferenciado e impositivo dado pela Carta Magna na área da Educação.

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, o (a) professor (a) SILVANA NYLAND STUELP, com cargo de PROFESSORA DE LINGUA ESTRANGEIRA INGLÊS – ENSINO FUNDAMENTAL, lotada na Secretaria Municipal de Educação, neste município, com carga horária de 20 (VINTE) horas aula, para o período de 13 de Maio, até 18 de Dezembro de 2.015, não habilitada, recebendo vencimentos e vantagens previstas na lei acima citada.

Art. 2º - CONCEDER vantagem de Regência de Classe de 6% (seis por cento) sobre o vencimento, recebendo ajuda de custo no valor de R\$ 34,63 referente deslocamento dentro do município, conforme Art. 64, parágrafo 1º, da Lei Complementar nº. 027/2011.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 13 de Maio de 2015.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

VIANEI LUÍS HAMMERSCHMITT

Secr. Munic. Educação Cultura e Esportes

Esta Portaria foi publicada  
na presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento



**PORTARIA 3869/2015**

PORTARIA Nº. 3.869/2015.

Em 13 de Maio de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 027/2011 e alterações, bem como o Edital de Processo Seletivo SMECETT nº 07/2014;

1)Considerando que a Administração Municipal realizou seleção para contratação em Caráter Temporário (ACT) para o Magistério Público Municipal, para o ano de 2.015, conforme Edital 007/2014 SMECETT - para vagas cujo preenchimento é de caráter temporário;

2)Considerando que o ano letivo não poderá sofrer paralisação das aulas, em razão do comprometimento, não só do calendário escolar, mas também das pessoas envolvidas;

3)Considerando o relevante interesse público municipal na questão, bem como, o tratamento diferenciado e impositivo dado pela Carta Magna na área da Educação.

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, o (a) professor (a) SILVANA NYLAND STUELP, com cargo de PROFESSORA DE LÍNGUA ESTRANGEIRA INGLÊS - EDUCAÇÃO INFANTIL, lotada na Secretaria Municipal de Educação, neste município, com carga horária de 10 (DEZ) horas aula, para o período de 13 de Maio, até 18 de Dezembro de 2.015, não habilitada, recebendo vencimentos e vantagens previstas na lei acima citada.

Art. 2º - CONCEDER vantagem de Regência de Classe de 6% (seis por cento) sobre o vencimento, não recebendo ajuda de custo referente deslocamento dentro do município, conforme Art. 64, parágrafo 1º, da Lei Complementar nº. 027/2011.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 13 de Maio de 2015.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

VIANEI LUÍS HAMMERSCHMITT

Secr. Munic. Educação Cultura e Esportes

Esta Portaria foi publicada  
na presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**PORTARIA 3870/2015**

PORTARIA Nº. 3.870/2.015

Em 15 de Maio de 2.015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base na Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, CARLA CRISTINA ULRICH, do cargo de AGENTE DE SAÚDE - ESF, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, neste município, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, nível ATNM 02, em conformidade com o programa ESF (Estratégia da Saúde da Família).

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em 31 de Maio de 2.015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 15 de Maio de 2.015.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na  
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**PORTARIA 3871/2015**

PORTARIA Nº. 3.871/2015

Em 15 de Maio de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Legislação vigente, baseado na Lei Complementar 13/2006, Art. 71, parágrafo 2º;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder "LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE", a Servidora temporária LOURDES ANA BIEGER, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, neste município.

Art.2º Esta Portaria em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS/SC

Em 15 de Maio de 2015.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na  
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 72/2015 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2015**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 72/2015

Edital de Pregão Presencial nº 55/2015

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por item, que tem por objeto a aquisição de Equipamentos de Informática Som Imagem e Móveis sob medida. Entrega das propostas até às 14h30min do dia 29 de maio de 2015. Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 19 de maio de 2015.

Enoi Scherer

PREFEITO MUNICIPAL



# Turvo

## PREFEITURA

### CONVENIO PMT 08/2015

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

#### EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVENIO No 008/2015  
CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES TÉCNICO-UNIVERSITÁRIOS DE TURVO-SC.  
OBJETO: Ajuda financeira objetivando auxiliar no custeio de despesas no transporte coletivo de acesso e retorno às cidades de Araranguá/SC e Criciúma/SC.  
VALOR: R\$ 185.000,00.  
VIGÊNCIA: Abril a Dezembro de 2015.

### CONVENIO PMT 09/2015

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

#### EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVENIO No 009/2015  
CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO IRMÃ CARMEN.  
OBJETO: Atendimento de crianças e adolescentes acolhidas na Associação Irmã Carmen.  
VALOR: R\$ 2.800,00 para cada criança e adolescentes abrigados.  
VIGÊNCIA: De Abril a Junho de 2015.

### DECRETO 22/2015

DECRETO Nº 022/15, de 11 de Maio de 2015.

DESIGNA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TURVO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o § 2º da Lei Municipal nº 1.067/94, de 25 de abril de 1994 e suas alterações,

#### RESOLVE

Art. 1º - Ficam nomeados os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Educação do Município de Turvo, conforme segue:

- a) Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, que presidirá o conselho:  
Titular: Elenita Scarabelot Pazini  
Suplente: Maria José Teixeira Rocha
- b) Representante dos Diretores das Escolas Municipais:  
Titular: Susana Barbosa de Oliveira Bardini  
Suplente: Sonia Beatriz Gava Martignago
- c) Representante dos Professores do Ensino Fundamental das Escolas Municipais:  
Titular: Maria Cladir Dal Pont Fávaro  
Suplente: Roseli Carmen Santa Helena Mantovani

d) Representante dos Professores do Ensino de Educação Infantil da Rede Municipal:  
Titular: Ivanir Fermo Carvalho  
Suplente: Katia Fernandes Ribeiro Possamai

e) Representante dos Professores da Rede Estadual:  
Titular: Viviane Manfredini Steiner  
Suplente: Mara Ione da Luz Vitto

f) Representante dos Profissionais das Escolas de Ensino Especial:  
Titular: Clenir da Glória Becker Crepaldi  
Suplente: Marcia Dal Toé Nazário Bardini

g) Representante das Escolas Particulares:  
Titular: Mayara da Rosa Sonego  
Suplente: Irmã Ana Maria Braga

h) Representante da Comissão de Pais e Professores do Município:  
Titular: Arcângela de Aguiar Fabriz  
Suplente: Sirlene Gomes Pereira

i) Representante da Câmara de Vereadores:  
Titular: Gizeli Estevam Baesso  
Suplente: Albino Giusti

Art. 2º. A duração do mandato deste conselho será pelo prazo de 02 (dois) anos.

Art. 3º. O exercício da função de Conselheiro não será remunerado, considerando-se como serviço relevante.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 11 de maio de 2015.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

### LEI 2240/2015

LEI Nº 2.240/15, de 12 de Maio de 2015.

CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL A ASSOCIAÇÃO MOTO CLUBE OS PANTANEIROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção social a Associação Moto Clube os Pantaneiros, devidamente inscrito no CNPJ nº 15.013.920/0001-11, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), subvenção esta que ajudará nas despesas com a realização do 4º Moto Trilha a ser realizado no dia 24 de maio do corrente ano.

Art. 2º. A entidade beneficiada se sujeita a aplicação dos recursos dentro da finalidade específica e a sua prestação de contas de conformidade com as normas de direito financeiro e as exigências da Prefeitura Municipal de Turvo.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo (SC), 12 de maio de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

### **LEI 2241/2015**

Lei Nº. 2.241/15, de 12 de Maio de 2015.

**DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE ESTÁDIO MUNICIPAL NO MUNICÍPIO DE TURVO.**

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominado de "Estádio Municipal ELIZEU MANENTI", o estádio Municipal localizado na Rua Rosa Manenti, Bairro Vila Manenti, Turvo/SC.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo (SC), 12 de maio de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

### **PORTARIA 155/2015**

PORTARIA Nº 155/15, de 06 de Maio de 2015.

**NOMEIA AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

**RESOLVE**

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014-SME, a Servidora abaixo relacionada, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para exercer a função pública de Agente Administrativo Escolar, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei, em substituição a servidora Paula Tomé Manenti por ter pedido a demissão.

NOME CPF LOCAL DE TRABALHO

Simone Monteiro da Rosa 074.815.989-40 Creche São Cristóvão

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 06 de Maio de 2015 e encerrará em 18 de Dezembro de 2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 06 de maio de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

### **PORTARIA 156/2015**

PORTARIA Nº 156/15, de 11 de Maio de 2015.

**DEMITE A PEDIDO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II, ADMITIDO EM CARATER TEMPORARIO.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

**RESOLVE**

Art. 1º - Demitir a pedido o Servidor abaixo relacionado, ocupante da função pública de Auxiliar de Serviços Gerais II do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

NOME CPF MATRICULA

Renan dos Santos Vieira 092.127.759-85 3403

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 11 de maio de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

### **PORTARIA 157/2015**

PORTARIA Nº 157/15, de 11 de Maio de 2015.

**PRORRROGA A CONTRATAÇÃO E CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A PROFESSOR III, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

Considerando que a servidora encontra-se em Período Gestacional,

**RESOLVE**

Art. 1º - Prorrogar a contratação e conceder Licença Maternidade até o dia 07 de Setembro de 2015 a servidora a baixo relacionada, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exercendo a função pública de Professor III, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF MATRICULA

Gizele Zuchinali Dal Ponte 057.020.099-75 3144

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 11 de maio de 2015.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

### **PORTARIA 158/2015**

PORTARIA Nº 158/15, de 12 de Maio de 2015.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Prorrogar até 13 de Novembro de 2015 a contratação das servidoras abaixo relacionadas, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRICULA SERVIDOR CPF

3006 Denise Francisco 636.977.939-34

3007 Greice Kelly Guilherme Alves 056.134.069-28

3174 Joselir Luiz 625.656.729-34

3253 Rozilane Tonetto 065.785.539-16

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 12 de maio de 2015.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

### **PORTARIA 159/2015**

PORTARIA Nº 159/15, de 12 de Maio de 2015.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 138, XII, da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias ao servidor abaixo especificado, no período de 14.05.2015 a 12.06.2015, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal.

MATR. SERVIDOR (A) PERÍODO DE AQUISIÇÃO

0996 Josiane Patel Biz Tomaz 04.04.2014 a 03.04.2015

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 12 de maio de 2015.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

### **PORTARIA 160/2015**

PORTARIA Nº 160/15, de 12 de Maio de 2015.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE MÉDICO, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Prorrogar até 15 de Julho de 2015 a contratação do servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Médico, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRICULA SERVIDOR CPF

2963 Rafael Rovaris 927.765.909-20

Art. 2º - Prorrogar até 15 de Julho de 2015 a contratação da servidora abaixo relacionada, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, exercendo a função pública de Médico, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRICULA SERVIDOR (A) CPF

3014 Sandra Aparecida Manenti 551.507.059-34

Art. 3º - Prorrogar até 15 de Julho de 2015 a contratação da servidora abaixo relacionada, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exercendo a função pública de Médico, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRICULA SERVIDOR (A) CPF

3385 Gabriela Savi da Silva 059.908.169-44

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo SC, 12 de maio de 2015.

RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 161/2015**

PORTARIA Nº 161/15, de 12 de Maio de 2015.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE FISIOTERAPEUTA, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

**RESOLVE**

Art. 1º - Prorrogar até 15 de Julho de 2015, a contratação dos servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Fisioterapeuta, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR (A)	CPF	MATRICULA
Monia Bardini Pietsch	047.245.879-54	3069
Angelo Ribeiro Manenti	035.450.989-66	3156

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 12 de maio de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 162/2015**

PORTARIA Nº 162/15, de 12 de Maio de 2015.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE FARMACÊUTICO, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

**RESOLVE**

Art. 1º - Prorrogar até 15 de Julho de 2015 a contratação da servidora abaixo relacionada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Farmacêutico, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR (A) CPF MATRICULA

Taise Lazzarin Daros 070.516.479-97 2861

Art. 2º - Prorrogar até 15 de Julho de 2015 a contratação da servidora abaixo relacionada, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, exercendo a função pública de Farmacêutico, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR (A) CPF MATRICULA

Angeli Teixeira Cota 833.564.019-04 3175

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 12 de maio de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

# Urussanga

## PREFEITURA

**AVISO TP 04/2015/FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE URUSSANGA - CPLJ

José Vicente  
Canônica.Presidente da CPL

**AVISO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2015/FMS**

Objeto: aquisição de material e serviços destinados a reforma e readequação do edifício que abrigará o C.E.O. - CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS. Recebimento dos envelopes: até 14h do dia 08/06/2015, na Prefeitura Municipal, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: às 14h do dia 08/06/2015. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h as 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser solicitado através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br ou retirado no site oficial desta municipalidade, no Portal da Transparência.

**CONTRATO N. 165/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Extrato do Contrato: 165/2015  
Processo de Licitação: 36/2015/PMU  
Data de Assinatura: 18/05/2015  
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA  
Contratado: RUBENS DANIEL BATISTA DA SILVA 00808391933  
CNPJ: 20.762.716/0001-33  
Objeto: apresentação do show artística "Rubens Daniel" durante a realização da XIV Festa Ritorno Alle Origini.  
Valor Global: R\$ 15.000,00

## CÂMARA MUNICIPAL

**EXTRATO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE URUSSANGA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
CONCURSO PÚBLICO  
EXTRATO DO EDITAL N. 01, DE 19 DE MAIO DE 2015

A Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Urussanga, no uso de suas atribuições, torna público a abertura das inscrições e normas estabelecidas para a realização de Concurso Público destinado a prover vagas existentes no Quadro Permanente de Pessoal da Câmara Municipal de Urussanga, através do Edital de Concurso Público n. 01/2015, com publicação integral afixada nos murais públicos dos prédios das sedes do Poder Legislativo e da Prefeitura Municipal de Urussanga, no sítio [www.camaurussanga.sc.gov.br](http://www.camaurussanga.sc.gov.br) e publicação resumida nos jornais de circulação municipal, observado o disposto no art. 37, da Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal, na Lei Complementar nº 07, de 24 de novembro de 2004, na Resolução n. 11, de 31 de maio de 2006, e na Lei Nº 2.681 de 12 de setembro de 2014, e nas normas contidas no Edital acima mencionado.

Cargo	Nº de Vagas	Requisitos para investidura	Carga Horária	Vencimento Mensal
Oficial Legislativo	01	Certificado de Conclusão do Ensino Médio	30h semanais	R\$ 3.051,09 (três mil cinquenta e um reais e nove centavos)
Motorista	01	Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental e Carteira de Habilitação tipo B	30 h semanais	R\$ 1.118,82 (hum mil cento e dezoito reais e oitenta e dois centavos)
Agente de Serviços Gerais	01	Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental	30 h semanais	R\$ 886,22 (Oitocentos e oitenta e seis reais e vinte dois centavos)

As inscrições ficarão abertas do dia 30 (trinta) de maio a 22 (vinte e dois) de junho de 2015, através do endereço eletrônico [www.camaurussanga.sc.gov.br](http://www.camaurussanga.sc.gov.br) ou presencialmente na Sala de Imprensa da Câmara Municipal de Urussanga, Travessa da Imigração, nº 63, Centro da Cidade de Urussanga/SC, no horário: das 14h às 17h. Os interessados deverão pagar a taxa de inscrição no valor de R\$ 80,00 (oitenta reais) para o cargo de ensino médio e R\$ 40,00 (quarenta reais) para os cargos de ensino fundamental. O pagamento da taxa de inscrição dar-se-á através de boleto bancário gerado ao final do preenchimento do formulário de inscrição, tendo como favorecido Município de Urussanga, agência nº 0880-X, conta nº 19.230-9, Banco do Brasil.

O Concurso Público será realizado pela FUNDAÇÃO EDUCACIONAL BARRIGA VERDE – FEBAVE, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Padre João Leonir Dall Alba, s/n, Bairro Murialdo, Orleans/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 82.975.236/0001-08 e será acompanhado e fiscalizado pela Comissão Especial de Concurso Público da Câmara Municipal de Urussanga, designada para este fim através da Resolução

n. 26, de 29 de setembro de 2014.

Urussanga, 19 de maio de 2015.

VEREADORA DANIELA PIACENTINI VISINTIM

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Urussanga/SC

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 06/2015**

#### **EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato: 06/2015

Data da Assinatura: 13/05/2015

Contratante: Câmara Municipal de Urussanga

Contratada: Fundação Educacional Barriga Verde – FEBAVE

CNPJ Contratada: 82.975.236/0001-08

Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação

Base Legal: Art. 24, Inciso XIII, da Lei nº 8.666/93

Objeto: Realização de concurso público destinado a prover vagas das categorias funcionais de Agente de Serviços Gerais, Motorista e Oficial Legislativo do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Legislativo de Urussanga

Valor: R\$ 17.800,00 (dezesete mil e oitocentos reais)

Término do Contrato: 15/08/2015

Dotação Orçamentária: Despesa 2.001 / Elemento 3.3.90.39.48.00.00.00.0000



# Videira

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 11.988/15**

DECRETO Nº 11.988/15, DE 06 DE MAIO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, MARINES GOMES, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de maio de 2015.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

**DECRETO Nº 11.989/15**

DECRETO Nº 11.989/15, DE 06 DE MAIO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, LUCIANI CRISTINI GOMES, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de maio de 2015.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

**DECRETO Nº 11.990/15**

DECRETO Nº 11.990/15, DE 06 DE MAIO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, FABIANI BREZOLIM, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de maio de 2015.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

**DECRETO Nº 11.991/15**

DECRETO Nº 11.991/15, DE 06 DE MAIO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, SANDRA NATALINA VANIN, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de maio de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

### **DECRETO Nº 12.022/15**

DECRETO Nº 12.022/15, DE 13 DE MAIO DE 2015.

Exonera Servidor Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 2.100/09 e suas alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 30 de abril de 2015, VOLNEI GRANETTO, Secretário Municipal de Infraestrutura, símbolo DAS-1, com exercício na Secretaria Municipal de Infraestrutura, nomeado pela Portaria nº 0377/09.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a partir 30 de abril de 2015.

Videira, 13 de maio de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

### **DECRETO Nº 12.023/15**

DECRETO Nº 12.023/15, DE 13 DE MAIO DE 2015.

Nomeia Secretário Municipal de Infraestrutura.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, VOLNEI GRANETTO, para exercer o cargo comissionado de Secretário Municipal de Infraestrutura, símbolo DAS-1, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de maio de 2015.

Videira, 13 de maio de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

### **DECRETO Nº 12.026/15**

DECRETO Nº 12.026/15, DE 15 DE MAIO DE 2015.

Exonera Servidor Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 2.100/09 e suas alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de maio de 2015, EDUARDA CLARISSA DA SILVA, Assessor de Projetos Educacionais, símbolo DAS-8, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, nomeada pelo Decreto nº 11519/15.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2015.

Videira, 15 de maio de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

### **DECRETO Nº 12.027/15**

DECRETO Nº 12.027/15, DE 15 DE MAIO DE 2015.

Nomeia Operador de Trator de Esteira

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, RAMIRES ZAGO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Operador de Trator de Esteira, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de maio de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

### **DECRETO Nº 12.028/15**

DECRETO Nº 12.028/15, DE 15 DE MAIO DE 2015.

Nomeia Operador de Trator de Esteira

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

#### **RESOLVE**

Art. 1º Nomear, ORIDES NUNES PINTO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Operador de Trator de Esteira, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de maio de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

### **DECRETO Nº 12.029/15**

DECRETO Nº 12.029/15, DE 15 DE MAIO DE 2015.

Nomeia Operador de Trator de Esteira

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

#### **RESOLVE**

Art. 1º Nomear, ANTONINHO DE JESUS, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Operador de Trator de Esteira, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de maio de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

### **DECRETO Nº 12.030/15**

DECRETO Nº 12.030/15, DE 15 DE MAIO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

#### **RESOLVE**

Art. 1º Nomear, REGIANE APARECIDA ADAM, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de maio de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

### **DECRETO Nº 12.031/15**

DECRETO Nº 12.031/15, DE 15 DE MAIO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

#### **RESOLVE**

Art. 1º Nomear, FLAVIA MOREIRA DE ALMEIDA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de maio de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

### **DECRETO Nº 12.032/15**

DECRETO Nº 12.032/15, DE 15 DE MAIO DE 2015.

Decreta Ponto Facultativo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, e a vista do que consta no artigo 3º do Decreto nº 11.489/15, de 26 de janeiro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica declarado Ponto Facultativo, nas Repartições Públicas Municipais, no dia 05 de junho de 2015, ressalvadas as necessidades dos serviços essenciais no seguinte local:

I – Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 15 de maio de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

### **DECRETO Nº 12.033/15**

DECRETO Nº 12.033/15, DE 18 DE MAIO DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.185/14, de 10 de dezembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

07 – Secretaria Municipal de Educação  
06 – Departamento de Esportes  
2.043 – Manutenção do Departamento de Esportes  
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000 Aplicações Diretas 5.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 5.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá a conta do Superávit Financeiro do exercício de 2014

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de maio de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 015/15**  
SECRETARIA DE FINANÇAS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 015/2015

ALEXANDRE GANASINI, Secretário de Finanças no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 100 da Lei Orgânica Municipal, de 05/04/1990, no art. 150, § 6º, do Código Tributário Municipal - Lei Municipal nº 69, de 05/12/1985, e, no item "c" do Requerimento de Parcelamento, NOTIFICA os Contribuintes abaixo relacionados do CANCELAMENTO DOS PARCELAMENTOS requeridos:

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROCESSO ADMINISTRATIVO	DATA CANCELAMENTO
AUTO ELETRICA TITON LTDA ME	02.418.055/0001-41	16393/2014	15/05/2015
FAST WAY LANGUAGE SCHOOL ESCOLA DE IDIOMAS LTDA ME	09.360.112/0001-28	17605/2014	15/05/2015
GILBERTO ANTUNES DUARTE	15.456.518/0001-01	21219/2014	15/05/2015
INDÚSTRIA E COMERCIO DE ESTOFADOS E TRANSPORTES CIDADE ALTA LTDA ME	07.384.015/0001-40	20998/2014	15/05/2015
JACIR PASQUAL E IVONE PAVELSKI DALPIZZOL	678.999.009-72	7926/2014	15/05/2015
JEAN CARLOS E JEANA ZAGO	005.020.299-51	21452/2014	15/05/2015
JOÃO FRANK	250.612.329-68	2102/2013	15/05/2015
JOSIMAR DE MORAIS ME	17.125.786/0001-76	17780/2014	15/05/2015
LEOZIR DA SILVA	774.399.889-49	17580/2014	15/05/2015
LUIZ FERNANDO RITZEL DE OLIVEIRA	890.110.660-49	9953/2014	15/05/2015
MARCIO BATISTA	749.874.299-34	6392/2014	15/05/2015
MARIA HERTA R DOS SANTOS	558.047.219-68	6969/2014	15/05/2015
MECANICA SONAGLIO LTDA ME	10.587.300/0001-72	17711/2014	15/05/2015
MICHELE TASSILA DE OLIVEIRA SILVA MEI	13.787.485/0001-57	17594/2014	15/05/2015
ROMILDO DOMINGOS CESCO	023.770.710-15	8603/2013	15/05/2015
SANTOS SERVIÇOS FLORESTAIS E TRANSPORTES LTDA ME	09.392.766/0001-33	19772/2014	15/05/2015
SATURNINO MANOEL BATISTA	347.885.149-15	6391/2014	15/05/2015
SONIA MARIA DALLA COSTA CARLETO	181.994.029-20	14207/2014	15/05/2015
TEREZINHA OLGA MARAFON	400.736.109-68	16039/2014	15/05/2015
TX TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA ME	10.767.876/0001-11	20437/2014	15/05/2015
VALDELIR LOPES SANTANA	020.746.949-03	14626/2014	15/05/2015

Para que produza os efeitos legais e de direito foi lavrado e publicado o presente Edital.

Videira, 18 de maio de 2015.

ALEXANDRE GANASINI  
Secretário de Finanças

**LAUDO DE ANÁLISE DE AMOSTRAS DO PR 21/2015-PMV**

LAUDO TÉCNICO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2015

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

**1. OBJETIVO:**

Em cumprimento à determinação do Sr. Cap PM CHRISTOPHER RUDOLF FROEHNER, Comandante da Primeira Companhia do Décimo Quinto Batalhão de Polícia Militar, com sede em Videira, a este Oficial designado, 1º Tenente PM Mat. 929358-2 RICARDO Silva de Sousa, Subcomandante desta, passou-se a desenvolver o presente documento com o escopo de avaliar se o Radar estático-portátil, que estava em fase de testes, e adquirido através do Convênio de Trânsito com a Prefeitura Municipal de Videira, cumpre todas as exigências estipuladas no Edital do referido Processo Licitatório.

**2. DILIGÊNCIAS REALIZADAS:**

2.1 Foram realizadas as seguintes diligências:

- Foi recebido um protótipo e demais equipamentos do modelo vencedor da empresa Lasertechnology no dia 16/04/2015 (fl. 01);
- Foram desencadeadas inúmeras operações, diurnas e noturnas, em diferentes dias e em locais devidamente sinalizados com placa R19, conforme prevê a Resolução nº 396/CONTRAN, em seu artigo 6º, sob a supervisão do Comando desta Companhia;
- Foram registradas fotos de algumas destas operações (fls.04 a 08);

2.2 – Foram juntados os seguintes documentos:

- Protocolo de Entrega de Equipamento (Fl. 01 );
- Checklist – Protocolo de Equipamentos entregues (Fl. 02);
- Certificado de Verificação de Equipamento expedido pelo INMETRO (Fl.03);



### 3. RESULTADOS OBTIDOS:

#### 3.1 Histórico dos Fatos:

No dia 16/04/2015, atendendo ao previsto no Processo Licitatório em comento, a Primeira Companhia do 15º Batalhão de Polícia Militar, com sede nesta cidade, recebeu, através de um Representante da empresa Laser Technology, o protótipo nº UX014870 do Medidor de Velocidade do tipo estático-portátil, Modelo MarksmanUltralyt (vencedor da Licitação), denominado "Micro Digicam", com seus demais componentes devidamente checados (Fl.).

A partir disso, neste mesmo dia, aquele funcionário passou a dispor, para o Comando da Companhia e parte do efetivo, sobre o funcionamento e demais questionamentos realizados em torno do equipamento. Montou e demonstrou seu uso.

Ainda na referida data, o servidor da Laser Technology acompanhou o Comando desta Unidade PM em operação para demonstrar na prática o seu funcionamento. Inicialmente, foi deslocado à Rua Nicolau Cavon, próximo ao Largo da Estação, onde, de dia, aproximadamente 50 (cinquenta) veículos foram flagrados acima da velocidade permitida para o local, que consta 50 km/h. No final do período diurno, totalizaram-se quase 100 (cem) infrações de trânsito por motoristas estarem trafegando acima das velocidades constantes nas vias.

Logo após, à noite, deslocou-se à Rua Lauro Muller, a fim de testar o equipamento neste período. Montou-se este com o seu Flash, sendo nitidamente fotografados veículos transitando acima da velocidade do local, totalizando aproximadamente 50 (cinquenta).

Ao longo destes quase 30 (trinta) dias, o equipamento foi testado em inúmeros pontos, devidamente sinalizados verticalmente, de dia e de noite. Testaram-se distância de captura, foco, flash, quantidade de veículos capaz de flagrar de uma única vez, além de outras peculiaridades e demais componentes que compõem o radar em questão.

#### 3.2 Dados Colhidos:

Pode-se perceber que o protótipo nº UX014870 do Medidor de Velocidade do tipo estático-portátil, Modelo MarksmanUltralyt (vencedor da Licitação), denominado "Micro Digicam", atende a todas as exigências determinados no Edital do Processo Licitatório nº 037/2015 da Prefeitura Municipal de Videira, através do Convênio de Trânsito firmado entre esta e a PMSC.

O modelo acima citado, apesar de ser um equipamento pesado, de praticamente 20kg, é de fácil montagem. Com o passar dos dias, mesmo um Policial Militar, em menos de dois minutos, montava o radar e acessórios.

As caixas de proteção são duras, o que revela sua capacidade de durabilidade dos componentes, ante a esta proteção anti-quedas e choques.

O radar em si, com todos os equipamentos a ele vinculados, mostrou-se igualmente forte. Além disso, é de fáceis manuseio e transporte (duas caixas e tripé).

Sobre as suas características técnicas, não pode-se testar os seus limites máximos nos quesitos distância e velocidade. E isso não será preciso, pois, em vias urbanas, e tratando-se de Videira, há muitas curvas, aclives e declives, acarretando que não serão utilizados os máximos permitidos pelo equipamento. Todavia, quanto àquele primeiro aspecto, testaram-se distâncias que variaram entre 10 e 130m para a correta captura veicular. Não houve erro algum do equipamento. Já sobre o quesito velocidade, o medidor de velocidade em questão realmente captura 0km/h e, como máximo detectado, houve um registro de velocidade de 80km/h de um carro. Foi aprovado sobre tal teste.

Nas operações, também, verificaram-se as capacidades das fotos. Notou-se uma excelente qualidade das imagens dos veículos flagrados em excesso de velocidade, em diversas condições climáticas (nublado e com luz solar adequada), temporais (de dia/noite) e quanto à posição do Sol com a câmera. Neste item, assim como qualquer filmagem e fotografia, o operador deve apenas tomar o cuidado de não captar as fotos com o sol de frente, pois pode

prejudicar a qualidade de captura. Dessa forma, tomaram-se as precauções quanto a isso, não havendo prejuízo nas capturas.

Nos locais de operação, foram testadas as posições de colocação de radar, em aclives, declives e locais planos. O equipamento, mesmo com o tripé, demonstrou sua versatilidade, porque ficou estático mesmo em condições adversas de topografia. Isso em razão de seu tripé que, uma vez montado, deixa-o totalmente estabilizado. Quanto ao número de imagens detectadas, não se testou o limite máximo de armazenamento, uma vez que se pretende, assim, que o agente desde agora se habitue a, fazendo os flagrantes no dia, já chegando ao Quartel descarregar as fotos e as arquivar em CD, lavrando os respectivos Autos de Infrações de Trânsito registrados pelo radar. Entretanto, chegou-se a registrar quase 300 (trezentas) fotos num único dia. Atendeu as expectativas neste item.

Já acerca da capacidade de captura, não se constatou a captura de até três veículos por segundo, até em razão de que, para isso, demandará uma técnica mais apurada dos operadores que ainda se familiarizam com o equipamento. Acredita-se que, com o tempo, isso será possível. O radar capturou automóveis, motocicletas, caminhonetes, utilitários, ônibus e caminhões. Demonstrou, igualmente, a versatilidade de capturar os mais diversos tipos de veículos.

Ademais, frise-se que o uso da tecnologia Laser constante no "Micro Digicam" para a medição de velocidade abrange o que se pede em Edital. Isso porque capta um ponto fixo. Sua precisão é maior, tendo em vista a pontualidade do veículo a ser fiscalizado. Indubitável que a tecnologia a laser mostrou-se excelente.

Portanto, o radar estático-portátil testado desde meados de abril atendeu a todas as exigências editalícias e às expectativas deste órgão fiscalizador do trânsito de Videira-SC.

#### 4. CONCLUSÃO:

Por tudo exposto, é possível chegar à conclusão de que o equipamento em teste atende satisfatoriamente às pretensões fiscalizatórias da PMSC sobre as velocidades dos veículos em Videira. Mostrou-se prático, durável e com todas as pretensões da Polícia Militar atingidas.

Convém frisar que o Policial militar, especialmente se estiver sozinho, ao utilizar o equipamento em tela, estará amparado em sua segurança e no que acontece a sua volta. Especialmente no período noturno, onde fica realmente mais vulnerável e exposto a pessoas com intenções de transgredir as leis penais, poderá colocá-lo no tripé (modo estático) para, além das atribuições de trânsito que lhe são incumbidas, gerenciar a normalidade pública. Sobre o tema, friso Lazzarini:

Polícia Ostensiva é atribuição com extensão ampla, abrangendo todas as fases do poder de polícia, onde o militar estadual no exercício de sua autoridade pública, identificada de relance, quer pela farda, quer pelo equipamento, ou viatura, visa ilidir condutas ilícitas, protegendo a integridade de pessoas, bens e serviços. (grifei).

Assim, plenamente justificado a tecnologia que se pede, face às diversas e complexas atribuições conferidas à Polícia Militar por nossa Carta Fundamental.

Quanto à sua portabilidade, o radar tipo pistolatem tecnologia diferente e mais avançada em relação à dos radares estáticos; isso porque o radar portátil permite ao agente fiscalizador aferir a velocidade e a distância de veículos e motocicletas em diferentes faixas e vias de trânsito, além de permitir o constante deslocamento do agente com o equipamento para os pontos de maior necessidade de monitoramento de velocidade.

Os equipamentos do tipo portátil são os únicos que podem ser operados manualmente, permitindo ao agente fiscalizador aferir a velocidade e distância de veículos e motocicletas em diferentes faixas e vias de trânsito, permitindo também o deslocamento do agente com o equipamento com maior facilidade. Ainda mais em uma cidade de vários morros, em que os motoristas tendem a imprimir velocidades excessivas em diversos pontos, quando da descida.

Ressaltamos que, após o período de análise e pelas experiências passadas com esse tipo de equipamento pela própria PMSC, além,



como dito, da topografia de Videira, optou-se por este equipamento. E, como testado nestes dias, foi plenamente aprovado.

Quartel em Videira, 12 de maio de 2015.  
RICARDO SILVA DE SOUSA  
1º Tenente PM - Subcomandante da 1ª/15º BPM

### **LEI Nº 3.241/15**

LEI N.º 3.241/15, DE 13 DE MAIO DE 2015

Autoriza o Poder Executivo a receber, por doação, imóveis que específica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a receber, por doação, parte de bens imóveis, de propriedade de Adalberto Grigolo e outros, matriculado no Registro de Imóveis desta Comarca sob o nº 14.873, com as seguintes descrições:

“Uma área de terras com 1.388,15 m2 (mil trezentos e oitenta e oito metros e quinze decímetros quadrados), parte integrante de uma área maior com 67.728,20 m2 (sessenta e sete mil setecentos e vinte e oito metros e vinte decímetros quadrados), situado na Linha Gaio, 1º subdistrito deste Município e Comarca de Videira, matriculado no Cartório de Registro Imobiliário da Comarca de Videira sob o nº 14.873, com as seguintes confrontações: ao Norte, confronta-se com Área 01, com distância de 115,67 m e azimute de 94º08'32"; ao Sul, confronta-se com a Área 03, com distância de 115,69m, e azimute de 274º08'32"; ao Leste, confronta-se com a Rua Alberto Reichert, com distância de 12,17m e azimute de 193º47'56"; e ao Oeste, confronta-se com a Rua Alberto Reichert, com a distância de 12,17m e azimute de 13º51'33"”

“Uma área de terras com 1.098,79 m2 (mil trezentos e oitenta e oito metros e quinze decímetros quadrados), parte integrante de uma área maior com 67.728,20 m2 (sessenta e sete mil setecentos e vinte e oito metros e vinte decímetros quadrados), situado na Linha Gaio, 1º subdistrito deste Município e Comarca de Videira, matriculado no Cartório de Registro Imobiliário da Comarca de Videira sob o nº 14.873, com as seguintes confrontações: ao Norte, confronta-se com a Prefeitura Municipal de Videira, com distância de 10,70m e azimute de 276º55'46"; ao Sul, confronta-se com a Rua Saul Brandalise, com distância de 11,46m, e azimute de 88º15'43"; ao Leste, confronta-se com Área 03, com distância de 60,00m e azimute de 15º15'22", em outro alinhamento confronta-se com Conceição Aparecida Thibes, com distância de 40,70m e azimute de 15º11'07"; e ao Oeste, confronta-se com a Vanderlei Augusto Moraes, com a distância de 20,23m e azimute de 195º44'42", em outro alinhamento confronta-se com a Área 05, com distância de 18,90m e com Yuri Michal Bilous, com distância de 21,23m, ambas com azimute de 195º23'21" em outro alinhamento confronta-se com Adalberto Grigolo, com distância de 42,13m e azimute de 195º20'04"”

Art. 2º As doações, a que se refere o art. 1º desta Lei, serão feitas com o encargo de ser destinada à adequação das Ruas Alberto Reichert e Rua Darcy Antônio Giasson, respectivamente, a serem mantidas pela donatária, devendo ser formalizadas através da competente Escritura Pública.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 13 de maio de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL  
Secretário de Administração

### **PORTARIA Nº 0374/15**

PORTARIA nº 0374/15

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 7.798/2015,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora SALETE ANA RIGO BALDISSERA, Auxiliar de Serviços Gerais, de 01 de julho de 2015 até 01 de outubro de 2015, referente ao quinquênio de 02 de janeiro de 2008 até 01 de janeiro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 01 de julho de 2015.

Videira, 13 de maio de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL  
Secretário de Administração

### **PORTARIA Nº 0375/15**

PORTARIA nº 0375/15

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 7.719/2015,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora VANOLDA BATISTA DE ALMEIDA, Auxiliar de Serviços Gerais, de 01 de junho de 2015 até 01 de setembro de 2015, referente ao quinquênio de 02 de dezembro de 2002 até 01 de dezembro de 2007.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 01 de junho de 2015.

Videira, 14 de maio de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

### **PORTARIA Nº 0376/15**

PORTARIA nº 0376/15

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 130/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 7611/15,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora CLOCI PERRETTI, Professora, de 21 de setembro de 2015 até 21 de dezembro de 2015, referente ao quinquênio de 17 de fevereiro de 2008 até 16 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 21 de setembro de 2015.

Videira, 14 de maio de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

### **PORTARIA Nº 0377/15**

PORTARIA nº 0377/15

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 8045/2015;

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Largo da Estação Ferroviária, por De Marco Renault, dos dias 04 a 06 de junho de 2015, das 08h00min às 19h00min, a fim de realizar uma ação comercial para divulgação de veículos.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;

- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 14 de maio de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL  
Secretário de Administração

### **PORTARIA Nº 0378/15**

PORTARIA nº 0378/15

Nomeia Comissão de Sindicância para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 8392/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º Designar os(as) servidores(as), MIRIAM PASTORE VIELLEI, LEANDRO ANTÔNIO DAL PIZZOL e ADRIANO ZUFFO para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Sindicância, a fim de apurarem, no prazo de 30 (trinta) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 8392/2015.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de maio de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0379/15**

PORTARIA nº 0379/15

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

**RESOLVE**

Art. 1º Designar NADIR BIZZOTTO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 061.067.029-85, nomeado no cargo de provimento em comissão de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 15.050, para acompanhamento e fiscalização das obras decorrentes dos contratos administrativos nº CT 95/2015, Processo Licitatório nº 36/2015, Tomada de Preços nº 05/2015, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA (C.A.U.Q) DA RUA DOMINGOS LOCATELLI (ACESSO BALNEÁRIO XV) - ETAPA 2, CONFORME PROJETO EXECUTIVO, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, nesta cidade de Videira, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL).

Art. 2º Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 18 de maio de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

**RETIFICAÇÃO EXTRATO CONTRATO Nº 58/2015**

Contrato nº: 58/2015

Data de Assinatura: 26.03.2015

Fornecedor....: Palazzo Construtora Ltda ME

Valor ..... : R\$ 33.028,10

Licitação ..... : Tomada de Preço nº 03/2015 - PMV

Vigência ..... : Início: 26.03.2015 Término: 26.03.2016

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE PINTURA NOS EQUIPAMENTOS (BRINQUEDOS) DE LAZER DA CIDADE DA CRIANÇA E NA PASSARELA SOBRE O RIO DO PEIXE, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO.

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 020/2015

DECRETO n.º 020/2015

Suplementa Dotações Orçamentárias por provável excesso de arrecadação e Estabelece Outras Providências.

LUIZ LUCIO FOSSA, Prefeito Municipal em Exercício de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0900, de 18/11/2014.

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, pelo provável excesso de arrecadação:

0801 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.007.2011 – Manut. do Dep de Saúde e Assistência Médica

33000000.00 – Outras Despesas Correntes

33900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.6700 – Assistência Sist. Único/Estado ..... R\$ 52.000,00

0.1.6702 – NASF Estadual ..... R\$ 15.000,00

0801 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.007.2011 – Manut. do Dep de Saúde e Assistência Médica

33000000.00 – Outras Despesas Correntes

33900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.3809 – Transf. SUS BLMAC ..... R\$ 30.000,00

0801 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.007.2013 – Auxílio para Associação Hospitalar

33000000.00 – Outras Despesas Correntes

33500000.00 – Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos

0.1.3809 – Transf. SUS BLMAC ..... R\$ 151.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 15 de maio de 2015.

LUIZ LÚCIO FOSSA

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

# Xavantina

## CÂMARA MUNICIPAL

**DECRETO Nº002/2015**

DECRETO LEGISLATIVO Nº002/2015

"aprova o plano municipal de educação - pme".

HELIO DOMINGOS SORDI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Xavantina, Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 19 do Regimento Interno:

CONSIDERANDO a formulação do Plano Municipal de Educação - PME e a solicitação da Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes, mediante Ofício n. 017/SMECE/2015, para que seja aprovado e sancionado;

CONSIDERANDO a necessidade do Plano Municipal de Educação - PME ser aprovado pelo Poder Legislativo Municipal e sancionado pelo Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO que a aprovação do Plano Municipal de Educação - PME pelo Poder Legislativo Municipal deve ocorrer até 24 de maio de 2015, porquanto o prazo esgota-se no mês de junho do corrente ano, havendo urgência na medida;

**DECRETA**

Art. 1º - Fica APROVADO pela Câmara de Vereadores de Xavantina, por unanimidade, o Plano Municipal de Educação - PME.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial.

Xavantina (SC), em 18 de maio de 2015.

HELIO DOMINGOS SORDI

Presidente

# Xaxim

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA – TP Nº 006/2015 – PROCESSO Nº 090/2015** PARECER JURÍDICO

Solicitante: Comissão permanente de licitações.

Assunto: Licitação deserta – TP nº 006/2015 – Processo nº 090/2015.

Considerando a solicitação verbal realizada pela Comissão permanente de licitações, tendo em vista que não acudiram licitantes interessados no referido certame;

Considerando que, a medida mais acertada, seria a republicação da mesma nos mesmos moldes, possibilitando assim a ampla concorrência;

Considerando que, entretanto, em caso de nova licitação, tal somente realizar-se-ia na melhor das hipóteses, nos dias 2 ou 3 de junho do corrente ano;

Considerando o ofício nº 555/2015/SR Oeste de SC/GIGOVCH, da Caixa Econômica Federal, dando conta de que o início de tal objeto a ser contratado, deve ser iniciado imprerivelmente até o dia 30/06/2015;

Considerando que, eventual nova licitação poderia fazer com que tal prazo fosse extrapolado, podendo gerar conforme a própria CEF indica, "...cancelamento dos empenhos...", sendo tal situação, extremamente prejudicial à coletividade, eis que não haveria recursos para que tais melhorias fossem executadas com recursos próprios;

Considerando que, conforme ofício nº 698/2015/SR Oeste de Santa Catarina/GIGOV/CH, a conclusão da Caixa Econômica Federal, pelo repasse do valor do convênio, somente deu-se em 24/04/2015, não podendo ser aventada qualquer alegação de desídia da Administração que, prontamente deu abertura a referida concorrência pública;

Considerando que, seguindo os trâmites de nova licitação, eventuais impugnações à edital, recursos, adjudicação, homologação, prazo para assinatura do contrato e ainda, posterior envio à CEF (conforme disposto no item 5 do ofício nº 698/2015/SR Oeste de Santa Catarina/GIGOV/CH), poder-se-ia por tal razão também, extrapolar o prazo determinado como limite pela CEF;

Considerando que, fere o princípio da razoabilidade e do bom senso médio tomar atitude em sentido contrário ao que opina-se aqui;

Considerando que, o art. 24, em seu inciso V, da Lei 8.666/93, prevê a possibilidade da realização de dispensa de licitação, caso na anterior não houver interessados, e com a renovação da mesma, venha a gerar significativos prejuízos à Administração Pública, o que nos parece o caso, eis que trata-se de recurso significativo de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) que pode ser literalmente perdido;

Considerando que, feriria o princípio da eficiência e seria o Gestor aí sim desidioso, caso não tomasse atitude de forma rápida, sempre por óbvio, resguardando os princípios da legalidade e da impessoalidade;

O parecer da Procuradoria-geral do Município é pela realização de

processo licitatório na modalidade de dispensa, com fulcro no inciso V, do art. 24 da Lei 8.666/93.

Xaxim, 15 de maio de 2015.

Fabio José Dal Magro

OAB/SC 20.041 – Procurador-geral

### **AVISO DE REVOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2015**

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 073/2015

TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2015

#### JUSTIFICATIVA DE REVOGAÇÃO

O Sr. Prefeito Municipal de Xaxim/SC, no uso de suas atribuições, vem apresentar sua justificativa e revogar a Tomada de Preços em epígrafe, pelos motivos abaixo expostos:

#### I – DO OBJETO

Trata-se de revogação do procedimento licitatório na modalidade TP, oriundo do Edital nº 003/2015, que teve como objeto a Contratação de empresa especializada na área de Engenharia, para execução da reforma da Escola Básica Municipal da Anita Garibaldi de Xaxim/SC.

#### II – DA SÍNTESE DOS FATOS

Em 21/03/2015, houve a solicitação de aquisição do objeto da presente Tomada de Preços, sendo 31/03/2015 publicado o Edital Licitatório.

A publicação do aviso de abertura do referido processo ocorreu em 31/03/2015, designando a data de abertura em 17 de abril de 2015.

O processo transcorreu de forma regular até a adjudicação e homologação que ocorreu em 08 de maio de 2015, sendo vencedor do certame a Empresa REMOVE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA.

Em 12 de maio de 2015, em razão de interesse público decorrente de fato superveniente, qual seja o decréscimo na arrecadação que compõe a Receita corrente Líquida do Executivo Municipal, exigindo que o Ente público realize cortes no orçamento vigente. Esperava-se, minimamente, que a receita, incluindo todos os repasses, tivesse atualização em razão da inflação, o que não se confirma nesses primeiros meses do ano. Além da ausência de atualização, o município é surpreendido com decréscimo na receita, imprescindível que cortes no orçamento sejam realizados, incluindo o presente certame licitatório.

Xaxim/SC, em 03 de abril de 2015.

IDACIR ANTÔNIO ORSO

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 073/2015

TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2015

#### DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Inicialmente, cumpre-nos salientar que a administração pública iniciou o procedimento licitatório com o objetivo de reformar a



Escola situada no Distrito de Anita Garibaldi, com a clara ideia de reativá-la, ou seja, manter os alunos daquela localidade naquele educandário.

Diante da ocorrência de fatos supervenientes, a Administração perdeu o interesse no prosseguimento deste processo licitatório. Nesse caso, a revogação, prevista no art. 49 da Lei de Licitações, constitui a forma adequada de desfazer o procedimento licitatório tendo em vista a superveniência de razões de interesse público que fazem com que o procedimento licitatório, inicialmente pretendido, não seja mais conveniente e oportuno para a Administração Pública.

Desta forma, a Administração Pública não pode se desvencilhar dos princípios que regem a sua atuação, principalmente no campo das contratações públicas, onde se deve buscar sempre a satisfação do interesse coletivo, em obediência aos princípios previstos no art. 37 da Constituição Federal e no art. 3º da lei 8.666/93.

A aplicação da revogação fica reservada, portanto, para os casos em que a Administração, pela razão que for, perder o interesse no prosseguimento da licitação ou na celebração do contrato. Trata-se de expediente apto, então, a viabilizar o desfazimento da licitação e a suspensão da celebração de um futuro contrato com base em critérios de conveniência e oportunidade.

Acerca do assunto, o artigo 49 "caput" da Lei 8.666/93, in verbis, preceitua que:

"Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado."

Verifica-se pela leitura do dispositivo anterior que, não sendo conveniente e oportuna para a Administração, esta tem a possibilidade de revogar o procedimento licitatório, acarretando inclusive, o desfazimento dos efeitos da licitação.

Corroborando com o exposto, o ilustre doutrinador Marçal Justen Filho (Comentário à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Dialética. 9º Edição. São Paulo. 2002, p. 438) tece o seguinte comentário sobre revogação:

"A revogação consiste no desfazimento do ato porque reputado inconveniente e inadequado à satisfação do interesse público.

A revogação se funda em juízo que apura a conveniência do ato relativamente ao interesse público... Após, praticado o ato, a administração verifica que o interesse público poderia ser melhor satisfeito por outra via. Promoverá então o desfazimento do ato anterior... Ao determinar a instauração da licitação, a Administração realiza juízo de conveniência acerca do futuro contrato (....) Nesse sentido, a lei determina que a revogação dependerá da ocorrência de fato superveniente devidamente comprovado. Isso indica a inviabilização de renovação do mesmo juízo de conveniência exteriorizado anteriormente".

Nesse sentido, formam-se as manifestações do Superior Tribunal de Justiça:

"ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO – REVOGAÇÃO APÓS ADJUDICAÇÃO. (...) 2. Após a adjudicação, o compromisso da Administração pode ser rompido pela ocorrência de fatos supervenientes, anulando o certame se descobertas ilicitudes ou revogando-o por razões de conveniência e oportunidade. (STJ, Mandado de Segurança nº 12.047, Rel. Min. Eliana Calmon, julgado em: 28.03.2007.) RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA – ADMINISTRATIVO

– LICITAÇÃO – MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO – REVOGAÇÃO – AUSÊNCIA DE COMPETITIVIDADE – POSSIBILIDADE – DEVIDO PROCESSO LEGAL – OBSERVÂNCIA – RECURSO DESPROVIDO. (...) 4. À Administração Pública, no âmbito de seu poder discricionário, é dado revogar o procedimento licitatório, por razões de interesse público. Todavia, ao Poder Judiciário compete apenas avaliar a legalidade do ato, de maneira que lhe é vedado adentrar o âmbito de sua discricionariedade, fazendo juízo a respeito da conveniência e oportunidade, bem como acerca da efetiva existência de interesse público. 5. A revogação do certame é ato administrativo, exigindo, portanto, a devida fundamentação e motivação (justo motivo para seu desfazimento), assim como o cumprimento das disposições legais. 6. O art. 49 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos prevê a possibilidade de revogação do procedimento licitatório, em caso de interesse público, "decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta". Por sua vez, o art. 18, caput, do Decreto 3.555/2000, o qual regulamenta a modalidade de licitação denominada pregão, dispõe que "a autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado. (STJ, Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 23.360, Rel. Min. Denise Arruda, julgado em: 18.11.2008.)"

Diante do exposto, concluímos pela regularidade da revogação da presente Licitação.

Xaxim/SC, em 03 de abril de 2015.

FÁBIO JOSÉ DAL MAGRO

Procurador Geral do Município

OAB/SC

# Consórcios

## CIMVI

### CONTRATO Nº 2015/011 - CONSTRUÇÃO DE GUARITA E MURO NO ATERRO SANITÁRIO EM TIMBÓ/SC

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 2015/011  
CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI  
CONTRATADO: Essencial Construtora e Com. de Mat. Construção Ltda ME  
OBJETO: Construção de guarita e muro no Aterro Sanitário em Timbó/SC  
VALOR: R\$ 145.275,08 (cento e quarenta e cinco mil, duzentos e setenta e cinco reais e oito centavos).  
VIGÊNCIA: 120 (cento e vinte) dias

Integra em [www.cimvi.sc.gov.br](http://www.cimvi.sc.gov.br)>Contratos>Prestação de Serviços

Timbó, 18 de maio de 2015.  
SERGIO ALMIR DOS SANTOS  
Presidente

### LICITAÇÃO Nº 003/2015 - TERMO DE ADJUDICAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

LICITAÇÃO: 003/2015

Através do presente termo, fica adjudicado o objeto constante do Processo Licitatório nº 003/2015, consoante ata de julgamento.

Timbó, 18 de maio de 2015.  
Sergio Almir dos Santos  
Presidente

Ciente da adjudicação

LUIZ CLÁUDIO KADES  
Advogado  
OAB/SC nº 17.692

### LICITAÇÃO Nº 003/2015 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

LICITAÇÃO: 003/2015

Tendo em vista a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, designada através da Resolução nº 120/2015,

Homologo:

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da carta convite nº 003/2015, o participante:

ESSENCIAL CONSTRUTORA E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME
---

R\$ 145.275,08
----------------

Timbó, 18 de maio de 2015.  
Sergio Almir dos Santos  
Presidente

**CIS NORDESTE****EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2015-CISNORDESTE/SC**

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2015-CISNORDESTE/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 060/2014

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA - CISNORDESTE/SC Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ sob o nº 03.222.337/0001-31, com sede na Rua Max Colin, 1843, Bairro América, CEP 89.204 635, em Joinville, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. José Chaves, prefeito do município de Garuva, no uso de suas atribuições, por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio designados pela Resolução nº 02/2015, com fundamento na Lei nº 10.520/2002, Decretos nº 3.555/2000 e nº 5.450/2005, Resolução nº 02/2014-CISNORDESTE/SC, disposições previstas neste Edital e seus Anexos e, no que couber, Lei nº 8.666/93, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade "PREGÃO ELETRÔNICO", por meio de sistema eletrônico, sob regime de MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de software de Controle de Processo Administrativo Licitatório, de acordo com os quantitativos estimados nas descrições abaixo e especificações constantes no Termo de Referência, parte integrante deste Edital e que se constitui no ANEXO I, a ser utilizado pelo CISNORDESTE/SC e municípios consorciados.

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00m do dia 19/05/2015 até às 09h00m do dia 29/05/2015.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10h01m do dia 29/05/2015.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília (DF)

LOCAL: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) "Acesso Identificado"OBTENÇÃO DO EDITAL: No site [www.cisamunesc.org.br](http://www.cisamunesc.org.br) ou no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/)) ou na sede do CISNORDESTE/SC.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

Endereço: Rua Max Colin, nº 1843, Bairro América, CEP 89.204 635, em Joinville, SC

E-mail: [cisamunesc@cisamunesc.org.br](mailto:cisamunesc@cisamunesc.org.br) Telefone/Fax: (47) 34229838**1 DO OBJETO**

1.1 O presente pregão tem como objeto a contratação de software de Controle de Processo Administrativo Licitatório para ser utilizado pelo CISNORDESTE/SC e municípios consorciados, de acordo com os quantitativos estimados nas descrições abaixo e especificações constantes no Termo de Referência, parte integrante deste Edital e que se constitui no ANEXO I.

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO
1	18	Serv./Mês	Licença de uso de software de Controle de Processo Administrativo Licitatório, não exclusivo, para uso de forma temporária, não transferível, oneroso, sem limitação quanto ao número de usuários simultâneos, composta por: Cadastros, Controle de Execução de Processos e Relatórios, incluindo atualização legal, corretiva, evolutiva e suporte técnico e Hospedagem do Software. Serviços técnicos especializados de:
2	1	Serviços	- Implantação dos sistemas - Conversão dos dados existentes - Capacitação dos usuários
3	1	Serv./Horas	Hora Técnica para Serviços Especiais

1.2 Cada Município e o respectivo Fundo Municipal de Saúde, mesmo que com CNPJ's diversos e/ou com vários usuários cadastrados, serão considerados como 1 (uma) licença, independentemente do número de usuários cadastrados.

1.3 O quantitativo de licenças apresentado na tabela do item 1.1 consiste na soma do número de municípios consorciados e CISNORDESTE/SC, mas não necessariamente usuários do sistema.

1.4 Ressalva-se que o número de licenças a ser pago mensalmente poderá ser inferior à quantidade apresentada na tabela acima, tendo em vista que serão pagas, a cada mês, apenas as licenças dos Municípios com Atas de Registro de Preços vigentes no mês anterior ao do pagamento, sendo que a quantidade mínima de licenças mensais a serem pagas, durante a vigência contratual, será de 1 (uma), referente à licença do CISNORDESTE/SC.

**2 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

2.1 O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões.

2.2 Os trabalhos serão conduzidos pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações" constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões ([www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)).

**3 RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO**

3.1 As propostas serão recebidas exclusivamente em meio eletrônico, na página [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), das 08h00m do dia 19/05/2015 até às 09h00m horas do dia 29/05/2015, iniciando a sessão de disputa de preços às 10h01m do dia 29/05/2015, tendo por referência o horário de Brasília (DF).

3.2 As propostas dos licitantes poderão ser enviadas, substituídas e excluídas até a data e hora definidas para a recebimento das propostas.

3.3 Após o prazo previsto para recebimento das propostas, o sistema não aceitará a inclusão ou alteração das mesmas.

#### 4 CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1 Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

4.2 Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à Bolsa de Licitações e Leilões.

4.2.1 Empresas em consórcio poderão participar da presente licitação, observados os critérios, requisitos, restrições e impedimentos estabelecidos pelo art. 33 da Lei nº 8.666/93.

4.3 Não poderá participar da licitação a empresa em processo de falência, concordata, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea pela Administração Pública ou impedida legalmente.

#### 5 REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

5.1 O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;

b) responder às questões formuladas pelos licitantes, relativas ao certame;

c) abrir as propostas de preços;

d) analisar a aceitabilidade das propostas;

e) desclassificar propostas, indicando os motivos;

f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;

g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;

h) declarar o vencedor;

i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;

j) elaborar a ata da sessão;

k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologação e autorização da contratação;

l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

#### CRENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES

5.2 A participação do interessado na licitação se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, através da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos, devendo manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

5.3 Os participantes que desejem operar por meio de empresa associada à BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, deverão nomear através do instrumento de mandato com firma reconhecida, atribuindo-lhe poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

5.4 O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

5.5 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa de Licitações e Leilões.

5.6 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à BLL - Bolsa de Licitações e Leilões a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.7 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.8 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.9 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida pelo telefone: Curitiba-PR (41) 3042-9909 e FAX 3091-9654, através da Bolsa de Licitações e Leilões ou pelo e-mail [contato@bll.org.br](mailto:contato@bll.org.br).

#### 6 ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

6.1 A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das mesmas.

6.2 Todas as propostas classificadas serão consideradas lances na fase de disputas e ordenadas por valor. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

6.3 Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado, os participantes serão imediatamente informados de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.4 O fornecedor poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o lote.

6.5 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.6 Fica a critério do pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante.

6.7 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

6.8 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de mensagem eletrônica (e-mail ou chat), divulgando data e hora da reabertura da sessão.

6.9 A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo extra aleatório. O período de tempo extra ocorrerá em um intervalo entre 01 (um) segundo e 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances, não podendo em hipótese alguma, as empresas apresentarem novos lances.

6.10 Face à imprevisão do tempo extra, os participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim,

cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil.

6.11 Facultativamente, o Pregoeiro poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances.

6.12 Antes de anunciar o vencedor, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.

6.13 O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

6.14 Quando for constatado empate, conforme estabelecem os artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, o sistema aplicará os critérios para desempate em favor da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte. Após o desempate, poderá o Pregoeiro ainda tentar negociar um melhor preço.

6.14.1 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada.

6.15 Para efeito do direito à preferência atribuído às microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme art. 44 desta Lei Complementar 123/06, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

6.15.1 a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

6.16 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 6.14.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.17 O disposto nos subitens 6.14 a 6.16 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.18 Os documentos exigidos no presente edital deverão ser anexados através de upload de documentos na plataforma BLL, sob pena de desclassificação.

6.19 POSTERIORMENTE, OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA DEVERÃO SER ENCAMINHADOS EM ORIGINAIS OU CÓPIAS AUTENTICADAS, NO PRAZO MÁXIMO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, CONTADOS DA DATA DO FINAL DA SESSÃO PÚBLICA VIRTUAL, JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS CORRIGIDA CONFORME SEU ÚLTIMO LANCE, PARA O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC

Endereço: Rua Max Colin, nº 1843, Bairro América, CEP 89.204-635, em Joinville, SC

E-mail: [cisamunesc@cisamunesc.org.br](mailto:cisamunesc@cisamunesc.org.br)

Telefone/fax: (47) 34229838

6.20 A sessão pública fica suspensa, ou seja, permanece em fase de classificação/habilitação até o recebimento da documentação original dentro das condições dispostas no item 6.19.

6.21 O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido poderá acarretar nas sanções previstas no item 17.2.1 alínea f, deste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

6.22 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

6.23 Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

6.24 A proposta de preços deverá ter a validade mínima de 60 (sessenta) dias, permanecendo este prazo em caso de omissão.

6.25 Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos ou estando eles já decididos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço por item.

## 7 PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

7.1 O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

7.2 O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7.3 No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas no campo próprio todo o detalhamento do objeto, conforme a ficha técnica descritiva (Anexo VIII). A não inserção de arquivos eletrônicos, bem como proposta eletrônica ou informações não contendo as especificações nos campos solicitados, implicará na DESCLASSIFICAÇÃO IMEDIATA do licitante, face a ausência de informação suficiente para classificação da proposta.

7.4 Fica vetada a identificação da licitante em qualquer campo da proposta, tal como timbres, abreviações (relacionadas a empresas), carimbos, telefones e outros, sendo que o descumprimento desta vedação acarretará na desclassificação da licitante no certame.

7.5 A microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, informar no campo próprio da ficha técnica descritiva do objeto, o seu enquadramento nesta condição, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, para fazer valer o direito de prioridade no desempate previsto nos arts. 44 e 45 da mesma lei.

7.6 SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS APRESENTADAS QUE CONTENHAM ITENS SEM ESPECIFICAÇÃO COMPLETA. O OBJETO DEVERÁ ESTAR TOTALMENTE E ESTRITAMENTE DENTRO DAS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ITEM 1.1 e TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I.

7.7 Na hipótese do licitante ser ME/EPP será necessário a informação desse regime fiscal no campo próprio da ficha técnica (ANEXO VIII) sob pena do licitante enquadrado nesta situação não utilizar dos benefícios do direito de preferência para o desempate, conforme estabelece a Lei Complementar 123/2006.

7.8 As propostas deverão ser formuladas em formato texto(Word), planilha(Excel) e Adobe Reader 9.0, para Sistema Operacional Microsoft Windows XP – Office Premium 2000. As propostas cadastradas e que não puderem ser “abertas”, lidas e analisadas pelo Sistema Operacional Microsoft Windows XP – Office Premium 2000 e versões posteriores serão desclassificadas.

## 8 PROPOSTA ESCRITA E FORNECIMENTO

7.8.1 A licitante vencedora deverá enviar ao pregoeiro a proposta de preços escrita, conforme modelo do Anexo II, com o valor oferecido,



após a etapa de lances, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, no prazo estipulado no item 6.19, deste Edital.

8.2 A proposta escrita deverá conter:

- a) o nome do proponente, endereço, razão social, o número do CNPJ e da Inscrição Estadual, número de telefone, fax e e-mail;
- b) todas as folhas datadas, assinadas e rubricadas pelo representante legal da pessoa jurídica;
- c) declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;
- d) o prazo de validade da proposta de preços, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais, estendendo-se pelos 12 (doze) meses da vigência contratual.
- e) o preço do objeto, discriminados em moeda corrente nacional, limitado a 02 (duas) casas decimais para os centavos;
- f) a discriminação do prazo de implantação do objeto, incluindo todas as configurações e treinamentos necessários, que deverá ocorrer dentro de até 30 (trinta) dias da assinatura do contrato.
- g) especificação/detalhamento completo do objeto oferecido, de acordo com as características apresentadas na Proposta Eletrônica, contendo informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, totalmente e estritamente conforme descrito no item 1.1, deste Edital e o Termo de Referência – Anexo I;
- h) Dados Bancários, conforme ANEXO III.

8.3 Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o MENOR PREÇO GLOBAL para atendimento do objeto.

8.4 Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

## 9 GARANTIA

9.1 A garantia dos serviços prestados será de no mínimo 60 (sessenta) dias, sem qualquer custo para o CISNORDESTE/SC, contados a partir do recebimento e aceite final da implantação do sistema.

5.2 O licitante vencedor se compromete a corrigir problemas técnicos que venham a ser constatados durante a vigência contratual, sem a implicação de quaisquer custos adicionais e em prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação realizada pelo CISNORDESTE/SC acerca de falhas ocorridas

## 10 DA HABILITAÇÃO

7 8 9 10 10.1 TODA A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO NO ITEM 6.19, CONTENDO A SEGUINTE INDICAÇÃO:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2015-CISNORDESTE/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20/2015

(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)

10.2 Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

- b) ato constitutivo, estatuto, contrato social em vigor, Requerimento do Empresário (se for o caso), bem como a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como a última alteração, devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;
- c) caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração ou documento equivalente, com firma reconhecida do outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF – Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, a fim de comprovar os poderes do outorgante;
- d) declaração de cumprimento pleno dos requisitos de habilitação, conforme modelo (ANEXO IV).  
Obs.: Se for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva e comprovando condição.
- e) A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito de tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, deverá ser comprovada mediante apresentação da seguinte documentação:
  - i. comprovação de opção pelo Simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, <http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/simples/simples.htm>;
  - ii. declaração firmada pelo representante legal da empresa ou seu procurador, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/06, conforme modelo (ANEXO V).
- f) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- f) Certidão Conjunta Negativa Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- g) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;
- h) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- i) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);
- j) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos da Lei federal nº 12.440/2011.
- k) Declaração sobre a origem da tecnologia (Anexo IX).

10.3 Os documentos relacionados na alínea d do subitem 10.2, para efeito de comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, poderão ser substituídos pela Certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa do DNRC nº 103, publicado no D.O. do dia 22/05/2007, a qual terá validade até o prazo de 120 (cento e vinte) dias após o encerramento do exercício em que foi emitida para os casos em que a emissão tenha sido a partir de 1º de maio de 2012.

10.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte também deverão apresentar os documentos referentes à regularidade fiscal. Todavia,



apresentada a documentação, eventual restrição poderá ser sanada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, como condição para a assinatura do contrato, na forma da Lei Complementar nº 123/06.

10.4.1 A não regularização da documentação no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado ao CISNORDESTE/SC convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

10.5 Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio ou possa ter a autenticidade comprovada por meios eletrônicos. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX), tampouco cópias de documentos ilegíveis.

10.6 Em nenhuma hipótese serão aceitos documentos com prazo de validade vencido.

10.6.1 Os documentos apresentados sem prazo de validade serão considerados válidos por 4 (quatro) meses após a sua expedição.

## 11 DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

11.1 Decairá do direito de impugnar os termos do Edital aquele que não o fizer até 2 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

11.1.1 Não será admitida a Impugnação do Edital por intermédio de fac-símile ou via e-mail, devendo a referida peça ser protocolada, instruída com documentos, junto ao CISNORDESTE/SC.

11.2 Caberá ao Pregoeiro decidir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre a Impugnação interposta.

11.3 Se procedente e acolhida a Impugnação do Edital, seus vícios serão sanados, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto, quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

## 12 ADJUDICAÇÃO E RECURSOS

12.1 Verificado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante será declarado vencedor.

12.2 A presente licitação será adjudicada ao licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO GLOBAL, desde que atendidas as exigências deste Edital e do Termo de Referência – Anexo I.

12.3 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, desde que manifeste sua intenção, imediatamente, através do sistema eletrônico. O licitante recorrente deverá fazer, via sistema, o registro da síntese das suas razões, devendo juntar memoriais com as razões detalhadas, no prazo de 3 (três) dias, na sede do CISNORDESTE/SC. Os licitantes interessados ficam, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente. Dentro do prazo para apresentação de contrarrazões, será facultada vistas dos autos aos interessados.

12.3.1 A falta de manifestação imediata e motivada importará na preclusão do direito de recurso, bem como a falta de apresentação das razões de recurso, por memoriais, na forma do item 12.3 acarretará na mesma consequência.

12.3.2 Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo licitante.

12.3.3 Não será admitido que as Razões do Recurso sejam apresentadas por intermédio de fac-símile ou via e-mail, tampouco serão recebidas as razões ou contrarrazões apresentadas fora do prazo e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente, devendo a referida peça ser protocolada junto ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC.

12.3.4 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4 Não havendo manifestação dos licitantes quanto à interposição de recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), por item/lote, sendo submetido este resultado ao Presidente do CISNORDESTE/SC para homologação.

12.5 O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Presidente do CISNORDESTE/SC, por intermédio do Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Presidente do CISNORDESTE/SC, devidamente instruído(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

12.6 No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.7 O encaminhamento das razões de recurso e de eventuais contrarrazões pelos demais licitantes será realizado no âmbito do sistema eletrônico, ressalvada a hipótese de necessidade de instrução das razões ou contrarrazões recursais com documentos comprobatórios das alegações, os quais poderão ser encaminhados à sede do CISNORDESTE/SC.

12.8 Decidido(s) o(s) recurso(s) eventualmente interposto(s), será o resultado da licitação submetido ao Presidente do CISNORDESTE/SC para o procedimento de homologação com a devida adjudicação, do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).

## 13 DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

13.1 Será de responsabilidade do licitante vencedor:

a) assinar ao contrato, no prazo de 3 (três) dias contados da convocação para realização do ato, sob pena de aplicação do art. 81 da Lei nº 8.666/93;

b) prestar com diligência, profissionalismo e segurança os serviços objeto certame, responsabilizando-se única, integral e exclusivamente pelas consequências e implicações dele decorrentes;

c) responsabilizar-se pela idoneidade e comportamento de seus colaboradores/prepostos, bem como pelos direitos trabalhistas deste, respondendo por qualquer prejuízo que venha a ser causado por estes em razão da execução do contrato a ser celebrado;

d) facilitar a fiscalização do contrato a ser celebrado, fornecendo os esclarecimentos e documentos solicitados, sem criar qualquer tipo de embaraço;

- e) manter, até a assinatura do contrato e durante todo o período da vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para prestação do objeto;
- f) cumprir seus deveres de sigilo e de ética profissional, fazendo as recomendações oportunas e desenvolvendo todos os demais atos e funções necessárias ou convenientes ao bom cumprimento das atribuições contratadas;
- g) orientar aos usuários do sistema acerca das práticas mais eficientes relacionadas ao objeto a ser contratado;
- h) enviar, após a prestação do serviço, o documento fiscal ao email [cisamunesc@cisamunesc.org.br](mailto:cisamunesc@cisamunesc.org.br), acompanhado do arquivo XML oriundo da emissão da Nota Fiscal de prestação de serviços e boleto para pagamento com, pelo menos, 10 (dez) dias de antecedência à data de pagamento, sempre acompanhado de documentos comprobatórios de sua regularidade fiscal e trabalhista, conforme art. 29 e incisos da Lei nº 8.666/93.
- i) manter a proposta que lhe classificou como vencedora;
- j) fornecer o objeto, dentro de até 30 (trinta) dias da celebração do contrato;
- k) ler todas as condições da contratação, não podendo, posteriormente, alegar seu desconhecimento.
- l) entregar integralmente o objeto, no prazo estabelecido, promovendo inclusive o treinamento dos usuários e configuração dos seus equipamentos;
- m) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas da entrega do objeto;
- n) prestar suporte integral durante a implantação do sistema, bem como suporte aos usuários licenciados durante toda a vigência contratual;
- o) acompanhar as publicações referentes ao presente certame, as quais serão veiculadas através do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, no site <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/>.

#### 14 DO CONTRATO DE FORNECIMENTO

15 14.1 O licitante classificado em 1º (primeiro) lugar será convocado a firmar o contrato de fornecimento, no prazo de 3 (três) dias úteis após a homologação, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal, reapresentando os documentos listados no subitem 10.2 que eventualmente tenham vencido desde sua habilitação.

14.2 O contrato a ser celebrado terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, a critério do CISNORDESTE/SC, por até 48 (quarenta e oito) meses, conforme inciso IV do art. 57 da lei nº 8.666/93.

14.3 O licitante que, convocado para assinar ao contrato, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído.

14.4 Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu contrato cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar sua via do contrato, no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

#### 15 DOS PAGAMENTOS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 A rubrica orçamentária a ser utilizada é a nº 1.100.1001.4.122.1.2.1.0.102.3.3.90.00.00 – Elemento 39.08

15.2 O pagamento do objeto do presente contrato será feito pelo CISNORDESTE/SC em favor do fornecedor, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou através de boleto bancário.

15.3 O valor mensal referente às licenças mencionadas no item 1 da tabela do item 1.1 deste Edital será calculado multiplicando-se o número de Municípios com Atas de Registro de Preços vigentes no mês anterior ao do pagamento, somado ao valor de 1 (uma) licença para o CISNORDESTE/SC, na qualidade de Órgão Gerenciador, sendo que o primeiro pagamento será realizado dentro de 30 (trinta) dias da assinatura do contrato, caso a implantação tenha sido concluída.

15.3.1 Caso a implantação não tenha sido concluída no prazo de 30 (trinta) dias do contrato, será prorrogado, por igual número de dias, o prazo para o pagamento das mensalidades das licenças.

15.3.2 Nos meses em que não houver municípios com Atas de Registro de Preços vigentes, será pago o valor mínimo de 1 (uma) licença, referente à licença do Órgão Gerenciador.

15.4 O valor de implantação do software definido no item 2 da tabela do item 1.1 será pago juntamente com o pagamento da primeira mensalidade referida no item 15.3.

15.5 O pagamento das horas técnicas acaso prestadas, conforme item 3 da tabela do item 1.1, desde que autorizadas pelo CISNORDESTE/SC, serão faturadas e pagas na mesma data do pagamento das licenças.

15.5.1 Para pagamento das horas técnicas é imprescindível que haja acordo prévio quanto à realização das mesmas e que o licitante vencedor apresente detalhamento do que houver sido realizado durante estas horas.

15.6 Durante a vigência contratual, havendo interesse na utilização do sistema por parte de municípios que venham a se consorciar ou entidades que participem dos Procedimentos Licitatórios gerenciados pelo CISNORDESTE/SC, poderão ser acrescidas tantas licenças de usuário quanto as que se fizerem necessárias, respeitadas as limitações quantitativas definidas pelo § 1º do art. 65 da Lei nº 8.66/93, sem incidência de custo de implantação, treinamento e configuração de equipamentos.

15.7 Ressalva-se que deverá ser encaminhada a Nota Fiscal referente ao serviço prestado, acompanhada do arquivo XML, caso haja, bem como todos os documentos comprobatórios da regularidade fiscal do fornecedor, conforme art. 29 da Lei nº 8.666/93, pelo menos 10 (dez) dias antes do vencimento, os quais deverão estar válidos na data do pagamento.

15.8 O não encaminhamento dos documentos mencionados ou a existência de quaisquer irregularidades fiscais obsta o pagamento a ser realizado, até que a pendência seja regularizada.

15.9 No caso da retenção de pagamentos pelo não envio dos documentos mencionados no item 15.7 ou, ainda, em razão da constatação de irregularidade fiscal da CONTRATADA, uma vez regularizada a situação, o pagamento será realizado dentro de até 15 (quinze) dias do envio dos documentos válidos, sem quaisquer acréscimos ou atualizações.

15.10 Vencendo qualquer dos pagamentos em dia em que não haja expediente no CISNORDESTE/SC, o pagamento será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente ao do vencimento.

15.11 Ocorrendo erro na apresentação das faturas, as mesmas serão devolvidas ao fornecedor para retificação, ficando estabelecido que o pagamento será efetuado após a apresentação da nova fatura devidamente retificada, dentro de até 15 (quinze) dias do envio do documento retificado.

15.12 É expressamente vedado ao fornecedor realizar a cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros.

#### 16 DO REAJUSTE DOS PREÇOS

16.1 Os preços não serão reajustados durante os primeiros 12 (doze) meses da vigência contratual, sendo a atualização permitida, no caso de prorrogação, nos índices e condições estabelecidas na Minuta do Contrato – Anexo VI.

#### 17 DAS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

15 16 17 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 17.1 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato/Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo de 05 (cinco) dias, a contar da convocação, feita através do email cadastrado, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.

17.2 De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

17.2.1 Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá o CISNORDESTE/SC aplicar ao fornecedor as seguintes sanções:

a) advertência;

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o Fornecedor sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total inadimplido, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, poderá ser considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicada a multa de 15% (quinze por cento) do valor total do contrato inadimplido.

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, podendo o Órgão Gerenciador ou Participante incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), administrado pela Controladoria Geral da União e disponível em <http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/Consulta.seam>

17.3 A multa moratória prevista na alínea c do item 17.6.1 é inacumulável com as multas sancionatórias previstas nas alíneas d e e do mesmo item, se decorrentes do mesmo fato gerador. Entretanto, tendo origem em fatos diversos, poderão ser cumuladas.

17.4 A aplicação de quaisquer penalidades decorrerá de processo administrativo, instaurado pelo Pregoeiro, garantida a ampla defesa e o contraditório, sendo realizadas as intimações através de mensagem eletrônica (email) com confirmação de leitura, enviada ao endereço eletrônico informado pelo licitante em seu cadastro, ou por correspondência com Aviso de Recebimento, enviado ao endereço da sede da pessoa jurídica.

17.5 Das decisões que cominarem penalidades, caberá recurso à Diretora Executiva do CISNORDESTE/SC, no prazo de 10 (dez) dias.

17.6 Ficará suspensa e exigibilidade de penalidades pecuniárias com valor inferior a R\$ 50,00 (cinquenta Reais), facultando-se à Administração exigi-las no caso de, cumulando-as com novas penalidades, o valor total superar a este limite.

17.7 No caso do item 17.06, sendo o fato punível, também, com penalidades não pecuniárias, nada obsta sua aplicação.

17.8 As multas eventualmente aplicadas deverão ser depositadas a favor do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, dentro de, no máximo, 10 (dez) dias do trânsito em julgado da decisão administrativa que a houver aplicado.

## 18 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 O contrato decorrente do presente certame poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no § 1º do art. 57 e art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

18.2 A participação na presente licitação implica na concordância, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste Edital.

18.3 Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

18.4 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos.

18.5 Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste Edital em dia de expediente do CISNORDESTE/SC.

18.6 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento/desclassificação do licitante, desde que seja possível a exata compreensão de sua proposta e a perfeita aferição de sua qualificação.

18.7 As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

18.8 A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

18.9 Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, de acordo com as normas citadas no preâmbulo.

18.10 O objeto deste Pregão poderá sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento), podendo as supressões superiores a esse limite serem ajustadas entre as partes, conforme o art. 65, §1º, da Lei 8.666/93.

18.11 O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, no Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, logo após sua homologação.

18.12 Detalhes não citados referentes a prestação dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

18.13 O Presidente do CISNORDESTE/SC poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

18.14 O Pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como responderão às dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, através do telefone (47) 3422 9838, ou pessoalmente (Rua Max Colin, nº 1843, Bairro América, CEP 89.204-635, em Joinville/SC).

18.15 Não cabe à BLL - Bolsa de Licitações e Leilões qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo Fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

18.16 No caso de alteração da estrutura da pessoa jurídica contratada, desde que não haja prejuízos à Administração, os direitos e obrigações decorrentes do contrato que vier a ser firmado poderão ser cedidos ou transferidos a terceiros, desde que demonstrem os requisitos de habilitação técnica e jurídica.

18.17 O Pregoeiro e Equipe de Apoio foram nomeadas através da Resolução nº 02, de 21 de janeiro de 2015.

18.18 São partes integrantes deste Edital os seguintes ANEXOS:

a) ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

b) ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL  
c) ANEXO III - DADOS BANCÁRIOS  
d) ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO  
e) ANEXO V – DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE  
f) ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO  
g) ANEXO VII – TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL E DE INTERMEDIÇÃO DE OPERAÇÕES  
h) ANEXO VIII - MODELO DE PROPOSTA ELETRÔNICA  
i) ANEXO IX - DECLARAÇÃO SOBRE ORIGEM DA TECNOLOGIA  
Joinville (SC), 15 de maio de 2015  
JOSÉ CHAVES  
Presidente do CISONORDESTE/SC  
ANEXO I

## EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2015-CISONORDESTE/SC

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1 - INTRODUÇÃO

1.1 - O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISONORDESTE/SC é um Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 03.222.337/0001-31, e com sede na Rua Max Colin, 1.843, 1º Andar, Bairro América, no Município de Joinville, Estado de Santa Catarina, na forma da Lei Federal nº 11.107/05, de seu regulamento (Decreto nº 6.017/07).

1.2 - O objetivo do CISONORDESTE/SC é a realização dos interesses comuns dos entes consorciados na implementação de políticas de saúde pública.

1.3.1 - Municípios que já integram o CISONORDESTE/SC e que poderão vir a aderir ao uso do sistema:

- I. Araquari/SC
- II. Balneário Barra do Sul/SC
- III. Barra Velha/SC
- IV. Campo Alegre/SC
- V. Corupá/SC
- VI. Garuva/SC
- VII. Guaramirim/SC
- VIII. Itapoá/SC
- IX. Jaraguá do Sul/SC
- X. Joinville/SC
- XI. Massaranduba/SC
- XII. Piên/PR
- XIII. Rio Negrinho/SC
- XIV. São Bento do Sul/SC
- XV. São Francisco do Sul/SC
- XVI. São João do Itaperiú/SC
- XVII. Schroeder/SC;

#### 2 – DO OBJETO

2.1 - Licença de uso de software de Controle de Processo Administrativo Licitatório, não exclusivo, para uso de forma temporária, não transferível, oneroso, sem limitação quanto ao número de usuários simultâneos, composta por:

- 2.1.1 – Cadastros
- 2.1.2 – Controle de Execução de Processos
- 2.1.3 – Relatórios

2.2 - Serviços técnicos especializados de:

- 2.2.1 - Implantação dos sistemas
- 2.2.2 - Conversão dos dados existentes
- 2.2.3 - Capacitação dos usuários

2.3 - Atualização legal, corretiva, evolutiva e suporte técnico.

2.4 - Hora Técnica para Serviços Especiais.

2.5 - Hospedagem do Software.

3 - DA LICENÇA DE USO DE SOFTWARE NÃO EXCLUSIVO, PARA USO DE FORMA TEMPORÁRIA, NÃO TRANSFERÍVEL, ONEROSO, SEM LIMITAÇÃO QUANTO AO NÚMERO DE USUÁRIOS SIMULTÂNEOS.



A licença de uso de software não exclusivo, para uso de forma temporária, não transferível, onerosa, de software de Controle de Processo Administrativo Licitatório deverá ser fornecida ao CISNORDESTE/SC, sem limitação quanto ao número de usuários ou equipamentos com acesso aos mesmos e sem qualquer tipo de bloqueio de acesso (chaves, senhas mensais, etc) por parte do desenvolvedor ou empresa contratada.

Todos os direitos sobre o código fonte dos Softwares, a Documentações, as informações técnicas correlatas e suas posteriores revisões, modificações, melhoramentos, customizações ou trabalhos derivados deles, todos e quaisquer direitos autorais, patentes, segredos comerciais, marcas e/ou quaisquer outros direitos referentes à propriedade intelectual são e continuarão a ser propriedade exclusiva do seu DESENVOLVEDOR ou de seus licenciadores, quando elaborados pela CONTRATADA.

Sem prejuízo das limitações ao uso dos Softwares a CONTRATANTE obriga-se a observar as seguintes restrições: a Contratante não poderá, de maneira alguma, copiar, reproduzir, traduzir, adaptar, modificar, alienar, vender, locar, sublocar, ceder, transferir, no todo ou em parte, ou usar os Softwares para qualquer propósito diverso ao que foi especificamente autorizado, tampouco permitir que qualquer terceiro o faça.

#### 4 - DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS

##### 4.1 - Implantação dos sistemas

4.1.1 - A implantação deverá ser iniciada em até 10 (dez) dias após assinatura do contrato e o prazo para execução das etapas de conversão, implantação e treinamento do sistema licitado será de no máximo 30 (trinta) dias, após assinatura do contrato.

4.1.2 - A CONTRATANTE disponibilizará um responsável para dirimir dúvidas, acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços e decidir as questões técnicas submetidas pela empresa contratada, registrando em relatório as deficiências verificadas, encaminhando notificações à empresa contratada para imediata correção das irregularidades apontadas.

4.1.3 - A empresa contratada deverá responsabilizar-se integralmente por sua equipe técnica, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade, visando a consecução dos trabalhos durante toda a execução do contrato dentro dos prazos estipulados, sob pena de ser considerado infração passível de aplicação das penalidades previstas neste edital.

4.1.4 - A garantia dos serviços prestados será de no mínimo 60 (sessenta) dias, sem qualquer custo para a CONTRATANTE, contados a partir do recebimento e aceite final da implantação do sistema.

4.1.4.1 - A licitante vencedora deverá apresentar declaração de garantia, consistente no compromisso em corrigir problemas técnicos que venham a ser constatados durante a vigência contratual, sem a implicação de quaisquer custos adicionais e em prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação realizada pelo CISNORDESTE/SC acerca de falhas ocorridas

4.1.5 - O recebimento e aceite definitivo do sistema licitado deverão ser obrigatoriamente antecedidos de procedimentos de validação pela CONTRATANTE, conforme item 11, sendo que estes deverão ser formais e instrumentalizados.

4.1.6 - Todas as decisões e entendimentos havidos entre as partes durante o andamento dos trabalhos e que impliquem em modificações ou implementações nos planos, cronogramas ou atividades pactuados, deverão ser prévia e formalmente acordados e documentados entre as partes.

4.1.7 - A empresa contratada responderá pelas perdas, reproduções indevidas e/ou adulterações que porventura venham a ocorrer nas informações da CONTRATANTE, quando estas estiverem sob sua responsabilidade.

4.1.8 - A empresa contratada e os membros da equipe guardarão sigilo absoluto sobre os dados e informações do objeto da prestação de serviços ou quaisquer outras informações a que venham ter conhecimento em decorrência da execução das atividades previstas no Contrato, respondendo contratual e legalmente pela inobservância desta alínea, inclusive após o término do contrato.

##### 4.2 - Conversão dos dados existentes

4.2.1 - Esta etapa compreende a importação, reorganização e reestruturação dos dados existentes nos sistemas em uso pela CONTRATANTE para o sistema licitado, visando permitir a utilização plena destas informações. O trabalho operacional de levantamento dos dados cadastrais que forem necessários à implantação efetiva do sistema será de responsabilidade da CONTRATANTE em conjunto com o suporte da empresa provedora do Sistema.

4.2.2 - A migração e o aproveitamento de dados históricos e cadastrais informatizados do CISNORDESTE/SC, relativos ao exercício fiscal da data da contratação são de responsabilidade da empresa fornecedora dos sistemas. A empresa Contratada deverá providenciar a conversão dos dados existentes para os formatos exigidos pelo sistema licitado mantendo a integridade e segurança dos dados.

4.2.3 - Na ausência da possibilidade de migração dos dados do banco atual, a contratada deverá providenciar, sem ônus para o Consórcio, a digitação de todos os itens corrigidos, sujeito a verificação posterior pelos responsáveis do objeto do Contrato.

4.2.4 - Efetuada a migração e consistência dos dados importados, as informações deverão ser homologadas pela CONTRATANTE, através dos departamentos responsáveis pelos dados atuais do sistema.

##### 4.3 - Capacitação dos usuários

4.3.1 - A contratada deverá apresentar o Plano de Treinamento, o qual deverá constar treinamento para os usuários do CISNORDESTE/SC, compreendendo o uso de todas as funções do sistema pertencente a sua área de responsabilidade, conhecimento sobre as parametrizações a serem usadas, uso das rotinas de segurança, de back-up e restores, rotinas de simulação e de processamento, quando couberem.

4.3.2 - A contratada deverá treinar os usuários do sistema licitado dentro do período de implantação, numa carga horária máxima de 40 (quarenta) horas

4.3.3 - O treinamento compreende: noção básica de estrutura de arquivos, bancos de dados, elaboração de relatórios, tabelas, independente de ser em sala de aula, laboratório ou em acompanhamento no ambiente de trabalho, permitindo que a equipe técnica da CONTRATANTE possa efetuar checklist de problemas ocorridos antes da abertura de chamado para suporte da contratada.

4.3.4 - O Contratante resguardar-se-á o direito de acompanhar, adequar e avaliar o treinamento contratado com instrumentos próprios, sendo que, se o treinamento for julgado insuficiente, caberá à Contratada, sem ônus para a Contratante, ministrar o devido reforço.

4.3.5 - As despesas relativas à participação dos instrutores e de pessoal próprio, tais como: hospedagem, transporte, diárias, etc. serão de responsabilidade da Contratada.

4.3.6 - Eventuais treinamentos complementares poderão ser requisitados mediante o pagamento de hora técnica de suporte (conforme valor indicado pela proponente vencedora em sua proposta de preços).

## 5 - DA ATUALIZAÇÃO LEGAL, CORRETIVA, EVOLUTIVA, SUPORTE TÉCNICO E HORA TÉCNICA PARA SERVIÇOS ESPECIAIS

5.1 - Os serviços de atualização legal, corretiva, evolutiva e suporte técnico, consiste no desenvolvimento de atividades que garantirão o funcionamento do sistema de Controle de Processo Administrativo Licitatório, conforme indicados a seguir:

5.1.1 - A atualização legal, corretiva, evolutiva e suporte técnico, que não serão pagos extraordinariamente à CONTRATADA compreendem:

- a) Manutenções preventivas e corretivas do Sistema fornecendo reparo de defeitos identificados em componentes de software, e fornecimento de versões atualizadas do Sistema;
- b) Atualização de versão do software, quando necessário, para o aprimoramento do mesmo e para atendimento de novas normas / leis nas esferas federais, estaduais e municipais;
- c) Monitoramento da integridade dos Bancos de Dados;
- d) Orientações sobre uso, configuração e instalação do software ofertado;
- e) Interpretações da documentação do software fornecido;
- f) Orientações para identificar a causa de falha ou defeito de software e a solução deste;
- g) Apoio para execução de procedimentos de atualização para novas versões do software instalado.
- h) As atualizações evolutivas, não provocadas pela contratante, também serão consideradas como atualização de sistema e deverão ser aplicadas/fornecidas, pela contratada, sem ônus para a contratante.

5.1.2 - Os serviços abaixo relacionados, terão custos adicionais para a CONTRATANTE (Hora técnica especial):

- a) Customizações adicionais: consiste nas adequações do software para atendimento de melhorias que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE (inclusão de novas funções, relatórios ou consultas), contemplando funcionalidades não exigidas nos requisitos técnicos deste termo de referência.
- b) Serviços de conversão e recuperação de dados (após implantação);
- c) Migração da solução contratada em caso de expansão ou troca de equipamentos da CONTRATANTE;
- d) Serviços de suporte técnico presencial.
- e) Capacitação de novos usuários.
- f) Orientações para solução de problemas de desempenho e ajuste das configurações do software ofertado;
- g) Apoio na recuperação de ambientes em caso de panes ou perda de dados, por culpa da CONTRATANTE.
- h) As solicitações de manutenção evolutiva, provocadas pela contratante deverão ter justificativa plausível, ficando ao cargo da empresa contratada apresentar ao solicitante o planejamento detalhado da manutenção evolutiva, incluindo: Tarefa(s) a ser(em) realizada(s), período(s) necessário(s) para desenvolvimento/implantação, valores para cada tarefa e valor final, considerando o valor da hora técnica apresentado em proposta a licitação.

5.2 - Os atendimentos locais, bem como customizações que gerarem custos deverão ser aceitos pelo gestor do contrato, para validar o pagamento dos mesmos.

5.3 - Todas as alterações no sistema, novas versões e ou manutenções deverão ser instaladas com a autorização da CONTRATANTE.

5.4 - A empresa Contratada deverá disponibilizar a atualização de versão de todos os sistemas, sempre que necessário para atendimento da legislação federal vigente e das normas e procedimentos dos órgãos de fiscalização do CISNORDESTE/SC, sem quaisquer ônus adicionais para a CONTRATADA, durante a vigência contratual.

5.5 - O atendimento a solicitação do suporte deverá ser realizado por atendente apto a prover o devido suporte ao sistema, com relação ao problema relatado, ou redirecionar o atendimento a quem o solucione.

5.6 - No caso de parada do sistema, o atendimento de suporte deverá estar garantido nas 24 horas do dia, inclusive sábados, domingos e feriados.

5.7 - A Contratada deverá estar apta a acessar remotamente o sistema contratado, de forma a poder verificar condições de erros que não



possam ser reproduzidas em seu ambiente interno.

5.8 - A Contratada deverá executar os serviços contínuos de manutenção legal e corretiva do sistema contratado, durante a execução do contrato:

- a) Manutenção corretiva: é aquela decorrente de problemas de funcionalidade detectados pelo usuário, ou seja, funcionamento em desacordo com o que foi especificado relativo a telas, regras de negócio, relatórios e integração, com prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis para conclusão;
- b) Manutenção legal: em caso de mudança na legislação e banco de dados, entre outros, será elaborada uma programação para atendimento às mudanças ocorridas, sem prejuízos à operação do sistema, durante a vigência contratual.

## 6 - HOSPEDAGEM DO SOFTWARE

6.1 - A Contratada deverá oferecer o serviço de hospedagem do "Sistema de Controle de Processo Administrativo Licitatório" em Datacenter para uso virtualizado nos computadores dos usuários de forma que possa ser acessado de qualquer local com conectividade de internet.

### 6.2 - Funcionalidades dos serviços:

- a) Disponibilização de espaço para armazenagem da base de dados do "Sistema de Controle de Processo Administrativo Licitatório", com garantia das ampliações necessárias para o seu bom funcionamento.
- b) Serviço no ar 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias na semana. Observando e desconsiderando fatores de força maior como: longas interrupções em energia elétrica, teleoperadoras, e manutenções programadas;
- c) Infraestrutura de Rede e Internet compatível com a quantidade de usuários simultâneos;
- d) Sigilo e guarda dos dados armazenados;
- e) Atualizações de novas versões do sistema contratado;
- f) Backup diário e noturno da base de dados do sistema, com a finalidade de recuperação de desastres.

## 7 – DA FORMA DE EXECUÇÃO

7.1 - O sistema deverá permitir vários acessos simultâneos às mesmas rotinas, ou ainda rotinas diferentes por usuários diferentes ao mesmo tempo.

7.1.1 - O sistema deverá permitir o cadastramento de usuários do CISNORDESTE/SC, usuários dos Municípios Consorciados (integrantes ou que venham a integrar-se ao consórcio) e para os usuários dos fornecedores.

7.1.2 – O sistema deverá permitir o acesso livre via web para consulta de dados necessários a transparência ativa, atendendo a Lei de Acesso a Informações e Lei de Transparência.

7.2 - Oferecer total segurança contra a violação dos dados ou acessos indevidos às informações para controlar o acesso ao sistema através de uso de senhas.

7.3 - Possuir controle de permissões de acesso de cada usuário dentro do sistema:

- a) As autorizações ou desautorizações, por usuário ou tarefa, deverão ser dinâmicas e ter efeito a partir do login do usuário;
- b) O sistema não deverá exigir a reconfiguração das permissões a cada exercício inaugurado.

7.4 - As atualizações deverão ser automaticamente atualizadas pela contratada.

7.5 - O sistema deverá permitir a sua operabilidade com ou sem uso do mouse (ex: habilitação das teclas "enter" e "tab"), dispensando-se a funcionalidade nos casos em que o sistema seja executado através de um browser não desenvolvido pela proponente.

7.6 – A Contratada deverá realizar backup diário e noturno da base de dados do sistema, com a finalidade de recuperação de desastres.

7.7 - O sistema deverá garantir a integridade relacional dos dados.

7.8 - Os demais elementos técnicos em que se apoiarão a contratação, incluindo os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade exigidos, estão dispostos neste Termo de Referência.

## 8 - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS - TERMO DE ACEITE

8.1 - Quando da conclusão da implantação do sistema licitado o CISNORDESTE/SC deve emitir Termo de Aceite para aprovação, iniciando-se, então, a contagem do período de garantia de 60 (sessenta) dias.

8.2 - Enquanto não emitido o Termo de Aceite, o mesmo não será considerado como implantado.

## 9 – DA FINALIDADE DO SISTEMA

9.1 - O sistema visa, dentre outras finalidades de interesse público:

- a) Prover à CONTRATANTE de uma solução tecnologicamente atual e homogênea, integrando as informações;
- b) Organizar o acervo disponível de informações existentes, numa base de dados integrada e estruturada;
- c) Prover os usuários e gestores de informações e ferramentas adequadas para o acompanhamento físico e financeiro exigido pela legislação;

- d) Disponibilizar informações ao público, visando tornar mais transparente as contratações públicas;
- e) Unificar, melhorar e ampliar as funções de consolidação de dados econômico-financeiros e avaliações automáticas das informações.
- f) Melhoria da execução de atividades e gerenciamento de informações de apoio;
- g) Garantir a confiabilidade das informações geradas e permitir o controle dos processos licitatórios;
- h) Promover a economia de recursos públicos e a redução de retrabalho, contribuindo para o aumento da produtividade dos empregados públicos;
- i) Agilizar o acesso às informações pelos órgãos de controle e pela sociedade em geral.

## 10 – DAS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO SISTEMA DE CONTROLE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO

### Especificações Gerais dos Cadastros

1. Cadastro de Endidade, Órgãos e Unidades Administrativas
2. Cadastro dos Processos Administrativos Licitatórios "PAL" permitindo a importação de dados de outros sistemas (Todas as Modalidades de Licitação)
3. Cadastro de Responsáveis (Comissão de Licitação, Pregoeiros, Equipe de Apoio, Autoridade Competente, etc)
4. Cadastro de usuários por grupo de acesso (Consórcio, Municípios e Fornecedores), permitindo o controle de senhas para acesso ao sistema, garantindo que o armazenamento das mesmas seja feito de forma criptografado no banco de dados.
5. Cadastro de Fontes de Recursos e Orçamentos
6. Cadastro de Fornecedores
7. Cadastro de Grupos, Bens e Serviços
8. Cadastro de textos padrão para geração de documentos automatizados (Contratos, Atas de Registro de Preços, Solicitação de Fornecimento, Autorização de Fornecimento, Termos de Adjudicação e Homologação, Alertas de Prazos de Entregas, Alertas de Atrasos, Avisos de Infração Administrativa, E-mails e outros)
9. Cadastro de controle de prazos, aditivos e ativação e desativação de contratos e ou atas de registro de preços, possibilitando ativação e desativação de itens do objeto contratual
10. Cadastro de Mensagens do Sistema com acompanhamento de destinatários e confirmação de leitura. (Atualização Legal, corretiva, evolutiva, alterações, comunicados, etc)
11. Cadastro de Decisões com acompanhamento de destinatários e confirmação de leitura
12. Cadastro de Calendário de Processos Administrativos Licitatório
13. Cadastro de Intenção de Registro de Preços

### Especificações Gerais do Controle de Execução de Processos

14. O cadastro de Intenção de Registro de Preços:
  - a) Permitir o cadastro de condições quanto ao local, prazo de entrega, forma de pagamento, penalidades etc;
  - b) Possibilitar a associação dos bens e serviços para formação do objeto a ser licitado;
  - c) Permitir que os usuários quantifiquem a sua intenção de registro de preços;
  - d) Permitir solicitação de inclusão de novos itens para o IRP;
  - e) Geração automática da lista para licitação;
  - f) Possibilitar o controle de saldos históricos.
15. O cadastro do PAL deve controlar os prazos/datas/vigências do Edital de Licitação, lotes, itens e quantitativos por unidades participantes.
16. O cadastro do PAL deve permitir a associação de fornecedores, de suas propostas relacionadas com os lotes, itens, quantitativos, apresentação e marcas.
17. O cadastro do PAL deve permitir a inclusão dos dados do representante legal da empresa para o respectivo processo.
18. O cadastro do PAL deve classificar as propostas para adjudicação e homologação, para geração das respectivas contratações de forma automatizada, permitindo no caso de Registro de Preços a inclusão dos cadastros de reservas.
19. O cadastro do PAL deverá associar aos modelos do texto padrão os documentos par geração automatizada.
20. O cadastro do PAL deverá gerar os contratos e ou atas de registros de preços por órgão e ou unidades para cada fornecedor com cadastro de prazos e vigências e a respectiva atuação, permitindo sua exportação no formato "PDF".
21. Solicitação de Fornecimento da Ata de Registro de Preços:
  - a) Possibilitar a geração de solicitação de fornecimento, por órgão ou unidade;
  - b) Lançar automaticamente os saldos dos quantitativos e valores atualizados;
  - c) Registrar na Solicitação de Fornecimentos o usuário (login) do sistema;
  - d) Possibilitar alterações, exclusões de itens e ou cancelamento da solicitação;
  - e) Gerar arquivo para impressão permitindo sua visualização em tela;
  - f) Controlar a etapa para empenhamento;
  - g) Permitir cadastro dos dados do empenho e possibilitar a vinculação/anexação do arquivo de empenho.
22. Autorização de Fornecimento da Ata de Registro de Preços:
  - a) Possibilitar a geração automática de Autorização de Fornecimento "AF" associada a solicitação, ao empenho, a ata de registro de preços e fornecedor.
  - b) Registrar na AF o usuário (login) do sistema;
  - c) Enviar a autorização de fornecimento permitindo a geração automática do e-mail para o fornecedor (contendo texto padrão do e-mail e arquivo da AF);
  - d) Controlar a etapa de recebimento da AF junto ao fornecedor;
  - e) Registrar na AF a data, horário do recebimento e e-mail do fornecedor;
  - f) Lançar automaticamente as AF para controle de fornecimento, prazo de entrega, quantitativos e saldos;
23. Controle de Execução da Autorização de Fornecimento "AF"
  - a) Permitir ao usuário "Fornecedor" a visualização e atendimento da AF;
  - b) Possibilitar o cadastro de recebimento da AF;
  - c) Permitir cadastro dos dados da Nota Fiscal e possibilitar a vinculação/anexação do arquivo em PDF;

- d) Permitir ao usuário "Município" o cadastramento da data de recebimento e aceitação do fornecimento.
- e) Gerar automaticamente alertas e avisos (contendo o texto padrão) para atrasos de fornecimento;
- f) Permitir o cancelamento da AF e vinculação ao texto da Decisão.

#### Especificações Gerais dos Relatórios

- 24. Possibilitar utilizar cabeçalhos personalizados
- 25. Permitir a exportação de relatório nos formatos: XLSX e PDF no mínimo.
- 26. Permitir a visualização do relatório em tela antes da sua impressão, utilizando-se de ferramenta integrada à aplicação, sem necessidade de instalação de aplicações adicionais. Permitir, na ferramenta integrada de visualização do relatório, realizar pesquisas no texto do relatório, salvar em formato PDF e imprimir.
- 27. Gerar relatório do demonstrativo do saldo dos itens e forma individual e consolidada por órgão, unidade, fornecedor, processo, contrato.
- 28. Gerar relatório do demonstrativo da execução dos contratos por fornecedor.
- 29. Possibilitar o acompanhamento da execução do fornecimento por autorização, fornecedor, órgão, unidade, processo e por período.
- 30. Emitir relatório com resumo das autorizações por órgão e ou unidade por processo ou por período em formato de texto e gráfico.
- 31. Emitir relatórios de cancelamentos por filtros de decisão, processo, órgão e ou unidade e fornecedor, listando os itens e valores cancelados.
- 32. Emitir relatórios de acesso público para atendimento da transparência ativa.

#### 11 - PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE CONFORMIDADE

11.1 - Todos os requisitos técnicos relacionados no Termo de Referência são de atendimento obrigatório, sendo desclassificada a proposta que deixar de atender a qualquer dos requisitos especificados, todos considerados necessários ao bom funcionamento;

11.2 - O teste de conformidade será realizado na sede do CISONORDESTE/SC, podendo se estender por até 60 (sessenta) dias a partir da assinatura do contrato.

#### 12 - DA CONTRATAÇÃO

12.1 - O contrato do objeto do presente Termo de Referência será firmado entre o Consórcio Intermunicipal Catarinense – CISONORDESTE/SC e a empresa proponente declarada vencedora.

12.1.2 - A contratação será formalizada para atendimento dos 17 (dezessete) municípios consorciados e respectivos Fundos Municipais de Saúde, além do CISONORDESTE/SC, podendo haver aumento posterior do número de Municípios usuários do software.

12.1.3 - Cada Município e o respectivo Fundo Municipal de Saúde, mesmo que com CNPJ's diversos e/ou com vários usuários cadastrados, serão considerados como 1 (uma) licença (item 1 da tabela descritiva do Objeto – 1.1 do Edital), para efeitos de cobrança.

12.1.4 - O valor mensal a ser cobrado será calculado multiplicando-se o número de Municípios com Atas de Registro de Preços vigente, somado ao valor de 1 (uma) licença para o CISONORDESTE/SC, na qualidade de Órgão Gerenciador.

12.1.5 – O valor de implantação do software (item 2 da tabela 1.1 do Edital) será pago após 30 (trinta) dias da assinatura do contrato, desde que a prestação de serviço tenha sido concluída neste prazo.

12.1.6 - O pagamento pelo uso das licenças (item 1 da tabela 1.1 do Edital), calculado na forma do item 12.1.3 deste Termo de Referência, será feito mensalmente, sendo o primeiro pagamento realizado juntamente com o pagamento mencionado no item 12.1.5, acima especificado.

12.1.7 – O pagamento das horas técnicas acaso prestadas (item 3 da tabela 1.1 do Edital), desde que autorizadas pelo CISONORDESTE, serão faturadas e pagas na mesma data do pagamento das licenças.

12.2 - Uma vez celebrado o contrato a empresa contratada deverá atender ao CISONORDESTE/SC de forma direta.

12.2.1 - A contratada deverá atender de forma indireta (através do CISONORDESTE/SC) os municípios consorciados (integrantes ou que venham a integrar-se ao consórcio) e os fornecedores.

#### 13 - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL, DEMAIS PRAZOS E DO ACOMPANHAMENTO.

13.1 - O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser expressamente prorrogado, no interesse do Contratante, até o limite legal de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do Artigo 57, §§1º e 2º da Lei nº 8.666/93.

13.2 - O prazo para iniciar os serviços será de 10 (dez) dias a contar da emissão da assinatura do contrato.

13.3 - O prazo para execução das etapas de conversão, implantação do sistema licitado e treinamento será de no máximo 30 (trinta) dias, contados a partir da emissão da Autorização de Fornecimento.

13.4 - O prazo de garantia para os serviços iniciais de implantação será de 60 (sessenta) dias, contados a partir do termo de aceite final de implantação do sistema, ficando durante este período, o contratante, isento do pagamento de atendimento "in loco", compreendendo atendimento técnico e despesas com alimentação e estada para atendimento no local.

**14 - DA SUPERVISÃO**

14.1 - As ações constantes deste Termo de Referência serão acompanhadas e supervisionadas pelo CISNORDESTE/SC, que estabelecerá em comum acordo com a empresa contratada o planejamento para o desenvolvimento dos trabalhos envolvendo o acompanhamento, a análise e a aprovação dos relatórios e demais documentos gerenciais, necessários para o andamento dos trabalhos.

**ANEXO II****EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2015-CISNORDESTE/SC****MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

Apresentamos nossa proposta para aquisição do objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica nº 003/2015 acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

**1 – IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE:**

NOME DA EMPRESA:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE e CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

ENDEREÇO, TELEFONE/FAX:

EMAIL:

AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA (conforme ANEXO II)

**2 – PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)**

(Deverá ser cotado, preço global para implantação do objeto, bem como custo mensal para a locação do sistema, por licença, limitados a 04 (quatro) casas decimais, de acordo com o item 1.1 do Edital).

**2.1. TABELA DE SERVIÇOS**

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$*	VALOR totalR\$*
1	18	Serv./Mês	Licença de uso de software de Controle de Processo Administrativo Licitatório, não exclusivo, para uso de forma temporária, não transferível, oneroso, sem limitação quanto ao número de usuários simultâneos, composta por: Cadastros, Controle de Execução de Processos e Relatórios, incluindo atualização legal, corretiva, evolutiva e suporte técnico e Hospedagem do Software.		
2	1	Serviços	Serviços técnicos especializados de: - Implantação dos sistemas - Conversão dos dados existentes - Capacitação dos usuários		
3	1	Serv./Horas	Hora Técnica para Serviços Especiais		
Total Global (R\$)					

\* Cotar valores com 2 (duas) casas decimais.

2.3 No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

2.4 Durante a vigência contratual, poderão ser incluídas licenças para uso do software como usuário para outros municípios consorciados ao CISNORDESTE/SC.

2.5 Cada Município e o respectivo Fundo Municipal de Saúde, mesmo que com CNPJ's diversos e/ou com vários usuários cadastrados, serão considerados como 1 (uma) licença (item 1 da tabela acima), para efeitos de cobrança.

2.6 O número de licenças a ser pago mensalmente poderá ser inferior à quantidade apresentada na tabela acima, tendo em vista que serão pagas, a cada mês, apenas as licenças dos Municípios com Atas de Registro de Preços vigentes no mês anterior ao do pagamento, sendo que a quantidade mínima de licenças mensais a serem pagas, durante a vigência contratual, será de 1 (uma), referente à licença do CISNORDESTE/SC.

2.7 O pagamento das horas técnicas acaso prestadas (item 3 da tabela 1.1 do Edital), desde que autorizadas pelo CISNORDESTE, serão faturadas e pagas na mesma data do pagamento das licenças.

**3 – CONDIÇÕES GERAIS**

3.1 A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório e seus anexos, os quais regem a presente licitação.

**4 - PRAZO E LOCAL DE ENTREGA**

4.1 A implantação e liberação das licenças aos usuários deverá ser concluída dentro de 30 (trinta) dias da assinatura do Contrato, na sede do CISNORDESTE/SC, situada na Rua Max Colin, nº 1843, Bairro América, CEP 89.204 635 em Joinville/SC, ou virtualmente.

4.2 O treinamento aos Municípios consorciados, bem como as configurações dos equipamentos destes para utilização das licenças de uso do sistema poderão ser prestados através de ambiente virtual, desde que não haja prejuízo ao perfeito funcionamento do sistema, devendo ocorrer no prazo do item 1.

**5 - GARANTIA**

5.1 A garantia dos serviços prestados será de no mínimo 60 (sessenta) dias, sem qualquer custo para o CISNORDESTE/SC, contados a partir do recebimento e aceite final da implantação do sistema.

5.2 A proponente se compromete a corrigir problemas técnicos que venham a ser constatados durante a vigência contratual, sem a implicação de quaisquer custos adicionais e em prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação realizada pelo CISNORDESTE/SC acerca de falhas ocorridas

**6 - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO A SER CELEBRADO**

6.1 O contrato será celebrado por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por até 48 (quarenta e oito) meses, conforme art. 57, inciso IV da Lei nº 8.666/93.

**7 - VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL**

7.1 No mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão, estendendo-se pelos primeiros 12 (doze) meses da vigência contratual.

7.2 A interposição de recurso suspende o prazo de validade da proposta até decisão.

Obs.: (observações que o proponente julgue oportunas)

.

LOCAL E DATA  
NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA  
ANEXO III

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2015-CISNORDESTE/SC

DADOS BANCÁRIOS E DO REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO IV

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2015-CISNORDESTE/SC

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

\_\_\_\_\_(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) \_\_\_\_\_ CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada em  
\_\_\_\_\_(ENDEREÇO COMERCIAL)\_\_\_\_\_, declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002,  
que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

OBS – Se for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva.

\_\_\_\_<CIDADE>\_\_\_\_\_ ( UF ), \_\_\_\_< DATA> \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa  
Carimbo da empresa

ANEXO V

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2015-CISNORDESTE/SC

**DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESAS  
E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) ou procurado \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas elencadas na Lei nº 8.666/93, que em conformidade com o previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006, ter a receita bruta equivalente a uma \_\_\_\_\_ (microempresa ou empresa de pequeno porte). Declara ainda que não há nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, art. 3º da LC 123/06.

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo  
Representante da empresa  
ANEXO VI

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2015-CISNORDESTE/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 060/2014-CISNORDESTE/SC

MINUTA DO CONTRATO Nº...../2015

Aos ... dias do mês de ..... do ano de dois mil e ....., presentes de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 03.222.337/0001-31, com sede na Rua Max Colin, nº 1843, América, no Município de Joinville, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, JOSÉ CHAVES, doravante denominado CONTRATANTE, e ..... pessoa jurídica de direito privado, situada na ....., nº ....., na cidade de ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., neste ato representada pelo ....., Sr. ...., doravante denominado CONTRATADO, tem entre si, justos e contratados a prestação do serviço descrito no objeto, sujeitando-se as partes às determinações da com fundamento na Lei nº 10.520/2002, Decretos nº 3.555/2000 e nº 5.450/2005, Resolução nº 02/2014, disposições previstas no Edital do Pregão Eletrônico de nº 003/2015-CISNORDESTE/SC e seus Anexos, nas seguintes condições

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Contratação de software de Controle de Processo Administrativo Licitatório, de acordo com os quantitativos estimados na tabela abaixo e especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico, do edital de licitação que originou este contrato:

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO
1	18	Serv./Mês	Licença de uso de software de Controle de Processo Administrativo Licitatório, não exclusivo, para uso de forma temporária, não transferível, oneroso, sem limitação quanto ao número de usuários simultâneos, composta por: Cadastros, Controle de Execução de Processos e Relatórios, atualização legal, corretiva, evolutiva e suporte técnico e Hospedagem do Software.
2	1	Serviços	Serviços técnicos especializados de: - Implantação dos sistemas - Conversão dos dados existentes - Capacitação dos usuários
3	1	Serv./Horas	Hora Técnica para Serviços Especiais

1.2 Durante a vigência contratual, poderão ser incluídas licenças para uso do software como usuário para outros municípios consorciados ao CISNORDESTE/SC.

1.3 Cada Município e o respectivo Fundo Municipal de Saúde, mesmo que com CNPJ's diversos e/ou com vários usuários cadastrados, serão considerados como 1 (uma) licença (item 1 da tabela acima), para efeitos de cobrança.

1.4 Ressalva-se que o número de licenças a ser pago mensalmente poderá ser inferior à quantidade apresentada na tabela acima, tendo em vista que serão pagas, a cada mês, apenas as licenças dos Municípios com Atas de Registro de Preços vigentes no mês anterior ao do pagamento, sendo que a quantidade mínima de licenças mensais a serem pagas, durante a vigência contratual, será de 1 (uma), consistente na licença do CISNORDESTE/SC.



**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO**

- 2.1 O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, para implantação do sistema e seu banco de dados, conversão dos dados existentes, treinamento e configuração das máquinas/estações de usuário, conforme definido no Termo de Referência – Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 03/2015-CISNORDESTE/SC a parcela única no valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) de acordo com a proposta comercial homologada
- 2.2 Pagará ainda o CONTRANTE, mensalmente, como locação da licença de uso do software implantado, o valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) por cada licença de utilização, atualização legal, corretiva, evolutiva e suporte técnico, bem como hospedagem do software;
- 2.3 O valor da Hora técnica para serviços especiais eventualmente necessários será de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).
- 2.4 No valor dos serviços já estão incluídos todos os custos e despesas com encargos fiscais, sociais e trabalhistas, inclusive transporte, deslocamentos que sejam necessários, taxas, impostos, seguros, licenças, suporte técnico e outros custos relacionados ao serviço.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO**

- 3.1 O prazo de implantação do objeto, incluindo todas as configurações e treinamentos necessários, deverá ocorrer dentro de até 30 (trinta) dias da assinatura do presente contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS**

- 4.1 O pagamento do objeto do presente contrato, será feito pelo CONTRATANTE em favor da CONTRATADA, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou através de boleto bancário.
- 4.2 O valor mensal referente às licenças estipulado no item 2.2 a ser será calculado multiplicando-se o número de Municípios com Atas de Registro de Preços vigentes no mês anterior ao do pagamento, somado ao valor de 1 (uma) licença para o CISNORDESTE/SC, na qualidade de Órgão Gerenciador, sendo que o primeiro pagamento será realizado dentro de 30 (trinta) dias da assinatura do contrato, caso a implantação tenha sido concluída.
- 4.2.1 Caso a implantação não tenha sido concluída no prazo de 30 (trinta) dias do presente instrumento, será prorrogado, por igual número de dias, o prazo para o pagamento das mensalidades das licenças.
- 4.2.2 Nos meses em que não houver municípios com Atas de Registro de Preços vigentes, será pago o valor mínimo de 1 (uma) licença, referente à licença do Órgão Gerenciador.
- 4.3 O valor de implantação do software definido no item 2.1 será pago juntamente com o pagamento da primeira mensalidade, referida no item 4.2.
- 4.4 O pagamento das horas técnicas acaso prestadas, conforme item 2.3, desde que autorizadas pelo CONTRATANTE, serão faturadas e pagas na mesma data do pagamento das licenças.
- 4.4.1 Para pagamento das horas técnicas é imprescindível que haja acordo prévio quanto à realização das mesmas e que o CONTRATADO apresente detalhamento do que houver sido realizado durante estas horas.
- 4.5 Durante a vigência contratual, havendo interesse na utilização do sistema por parte de municípios que venham a se consorciar ou entidades que participem dos Procedimentos Licitatórios gerenciados pelo CONTRATANTE, poderão ser acrescidas tantas licenças de usuário quanto as que se fizerem necessárias, sem incidência de custo de implantação, treinamento e configuração de equipamentos.
- 4.6 Ressalva-se que deverá ser encaminhada a Nota Fiscal referente ao serviço prestado, acompanhada do arquivo XML, caso haja, bem como todos os documentos comprobatórios da regularidade fiscal da CONTRATADA, conforme art. 29 da Lei nº 8.666/93, pelo menos 10 (dez) dias antes do vencimento, os quais deverão estar válidos na data do pagamento.
- 4.7 O não encaminhamento dos documentos mencionados ou a existência de quaisquer irregularidades fiscais obsta o pagamento a ser realizado, até que a pendência seja regularizada.
- 4.8 No caso da retenção de pagamentos pelo não envio dos documentos mencionados no item 4.5 ou, ainda, em razão da constatação de irregularidade fiscal da CONTRATADA, uma vez regularizada a situação, o pagamento será realizado dentro de até 15 (quinze) dias do envio dos documentos válidos, sem quaisquer acréscimos ou atualizações.
- 4.9 Vencendo qualquer dos pagamentos em dia em que não haja expediente no CONTRATANTE, o pagamento será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente ao do vencimento.
- 4.10 Ocorrendo erro na apresentação das faturas, as mesmas serão devolvidas à CONTRATADA para retificação, ficando estabelecido que o pagamento será efetuado após a apresentação da nova fatura devidamente retificada, dentro de até 15 (quinze) dias do envio do documento retificado.
- 4.11 É expressamente vedado ao fornecedor realizar a cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros.

**CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE**

- 5.1 Os valores ora ajustados não serão passíveis de reajustes durante os primeiros 12 (doze) meses da vigência contratual, ressalvando-se o direito à revisão para manter o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente fundamentada, conforme previsão do art. 65, alínea d da Lei nº 8.666/93.
- 5.2 Havendo prorrogação da vigência contratual, mediante aditivo ao presente contrato, o valor das licenças previstas no item 2.2 e das horas técnicas previstas no item 2.3, serão reajustados mediante a aplicação do INPC acumulado no período.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 6.1 Compete ao CONTRATANTE:
- cumprir e fazer cumprir as disposições deste Contrato;
  - determinar, quando cabível, as modificações consideradas necessárias à perfeita execução do contrato e a preservação do interesse público;
  - prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
  - efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido na Cláusula Quarta
  - fiscalizar a prestação dos serviços contratados.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**7.1 – É responsabilidade da CONTRATADA:**

- a) prestar com diligência, profissionalismo e segurança os serviços objeto deste Contrato, responsabilizando-se única, integral e exclusivamente pelas consequências e implicações dele decorrentes;
- b) responsabilizar-se pela idoneidade e comportamento de seus colaboradores/prepostos, bem como pelos direitos trabalhistas deste, respondendo por qualquer prejuízo que venha a ser causado por estes em razão da execução do presente Contrato;
- c) facilitar a fiscalização do presente Contrato, fornecendo os esclarecimentos e documentos solicitados pela CONTRATANTE, sem criar-lhe qualquer tipo de embaraço;
- d) manter, durante todo o período da vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para prestação do objeto;
- e) cumprir seus deveres de sigilo e de ética profissional, fazendo as recomendações oportunas e desenvolvendo todos os demais atos e funções necessárias ou convenientes ao bom cumprimento das atribuições contratadas;
- f) orientar ao CONTRATANTE e seus empregados acerca das práticas mais eficientes relacionadas ao objeto contratado;
- g) enviar o documento fiscal ao email [cisamunesc@cisamunesc.org.br](mailto:cisamunesc@cisamunesc.org.br), acompanhado do arquivo XML oriundo da emissão da Nota Fiscal de prestação de serviços e boleto para pagamento com, pelo menos, 10 (dez) dias de antecedência à data de pagamento, sempre acompanhado de documentos comprobatórios de sua regularidade fiscal e trabalhista, conforme art. 29 e incisos da Lei nº 8.666/93.
- h) manter a proposta que originou a presente contratação, conforme apresentada no certame, nas condições estabelecidas e dentro do prazo de validade da proposta
- i) fornecer o objeto deste contrato, no prazo definido e de acordo com as especificações exigidas;
- j) ler todas as condições da contratação, não podendo, posteriormente, alegar seu desconhecimento.
- k) entregar integralmente o objeto, no prazo estabelecido na Cláusula Terceira, promovendo inclusive o treinamento dos usuários e configuração dos seus equipamentos;
- l) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas da entrega do objeto;
- m) prestar suporte integral durante a implantação do sistema, bem como suporte aos usuários licenciados durante toda a vigência contratual;
- n) corrigir problemas técnicos que venham a ser constatados durante a vigência contratual, sem a implicação de quaisquer custos adicionais e em prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação realizada pelo CONTRATANTE acerca de falhas ocorridas

**CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá o CONTRATANTE aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, diante do ressarcimento pelos prejuízos causados ao CONTRATANTE e após decorrido o prazo da penalidade aplicada conforme a alínea b;
- d) por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica a CONTRATADA sujeita a multa compensatória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor do contrato, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- e) em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa sancionatória de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato, sem prejuízo da multa prevista na alínea d;
- f) transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, caso não opte o CONTRATANTE por aplicar a multa prevista na alínea d, mantendo-se o contrato, será considerado rescindido o contrato, aplicando-se a multa sancionatória de 15% (quinze por cento) pela inexecução, calculada sobre o valor total da contratação, sem prejuízo da multa prevista na alínea d;

8.2 A aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c poderão ser cumuladas com a penalidade de multa.

8.3 Antes da aplicação de qualquer penalidade, a CONTRATADA será notificada extrajudicialmente, através de carta com aviso de Recebimento, enviada ao endereço que consta no seu cartão do CNPJ, facultando-lhe defesa administrativa, no prazo de 5 (cinco) dias.

8.4 Será considerado o valor global do Contrato, levando em conta a vigência estabelecida à Cláusula Décima Terceira, para cálculo das multas previstas nas alíneas d, e e f do item 8.1.

8.5 A escolha dentre as penalidades possíveis será realizada considerando a razoabilidade, proporcionalidade entre a conduta e os resultados negativos advindos e, ainda, a reincidência da CONTRATADA.

8.6 Se o descumprimento do Contrato gerar consequências gravosas ao CONTRATANTE, poderá este rescindi-lo de imediato, aplicando as penalidades pertinentes, resguardando-se o direito à indenização pelas perdas e danos.

**CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

9.1 A rescisão do presente poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;
- b) amigável, por acordo entre as partes, formalizada por escrito, desde que haja conveniência para a Administração;
- c) judicial, nos termos da legislação;
- d) em decorrência da prática de infração contratual, considerando-se os mesmos critérios definidos no item 8.4 e, ainda, facultando à CONTRATADA a apresentação de defesa administrativa, nos termos do item 8.3;

9.2 Constituem motivos para rescisão do presente, aqueles previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93;

9.3 No caso da alínea a do item 9.1, aplicar-se-á o art. 80 da Lei nº 8.666/93;

9.4 Resguardam-se os direitos do CONTRATANTE, no caso de rescisão administrativa, nos termos do inciso IX do art. 55 da Lei nº 8.666/93.

9.5 Poderá dar-se a rescisão/resilição, ainda, por interesse de qualquer das partes, sem a incidência de quaisquer ônus, após 30 (trinta) dias de realizada a notificação inequívoca à parte contrária, pela parte interessada, da intenção de rescindir/resilir o contrato.

9.6 No caso da rescisão prevista no item 9.5, a rescisão deverá ser formalizada por escrito e não poderá prejudicar procedimentos em andamento, os quais, se interrompidos, possam gerar prejuízos ao CONTRATANTE, permanecendo a vigência do Contrato, no que couber, até a conclusão dos referidos procedimentos.

9.7 Havendo rescisão contratual, independentemente do motivo, a CONTRATADA fica obrigada a não dificultar o procedimento da migração da base de dados mantida pelo CONTRATANTE, ressalvando-se que os procedimentos licitatórios eventualmente em curso, a critério do CONTRATANTE, deverão ser concluídos antes do encerramento da vigência contratual, garantida a contraprestação proporcional ao tempo de utilização dos serviços.

9.8 Rescindir-seá o presente contrato, independentemente da aplicação de sanções, no caso de não aprovação do software no teste de conformidade referido no item 11 do Termo de Referência – Anexo I ao Edital de Pregão Eletrônico nº 03/2015 – CISNORDESTE/SC.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

10.1 O contrato poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

10.2 O CONTRATANTE tem a prerrogativa de modificar unilateralmente o contrato, para melhor adequação à finalidades de interesse público, ressalvados os direitos da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 A rubrica orçamentária a ser utilizada para cobrir as despesas decorrentes do presente contrato é a nº 1.100.1001.4.122.1.2.1.0.102.3.3.90.00.00 – Elemento 39.08.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

12.1 O presente contrato está vinculado ao Processo Administrativo nº 060/2014- CISNORDESTE/SC, Pregão Eletrônico nº 003/2015 - CISNORDESTE/SC, realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CISNORDESTE/SC.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

13.1 O presente contrato tem vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, a critério do CISNORDESTE/SC, por até 48 (quarenta e oito) meses, conforme inciso IV do art. 57 da lei nº 8.666/93, mediante a celebração de Aditivo Contratual para este fim.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 A CONTRATADA declara estar ciente das suas obrigações para com o CONTRATANTE, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante do presente ajuste e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

14.2 A execução do contrato será fiscalizada por representante da administração.

14.3 Durante a prestação dos serviços, a CONTRATADA prestará toda a orientação necessária à melhor consecução do objeto deste Contrato.

14.4 O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência do objeto contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14.5 O presente Contrato não gera, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício entre as partes.

14.6 A prestação do serviço não poderá ser subcontrada, seja total ou parcialmente.

14.7 Durante a vigência contratual, a CONTRATADA se obriga a manter a qualificação exigida para a prestação do serviço, bem como sua regularidade fiscal.

14.8 Aplica-se ao presente contrato as disposições da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo da legislação civil, penal, tributária, trabalhista e consumerista.

14.9 No caso de alteração da estrutura social da CONTRATADA, havendo justificativa e manutenção dos requisitos de habilitação técnica e jurídica e, ainda, não ocorrência de prejuízos ao CONTRATANTE ou infringência às disposições legais, os direitos e deveres oriundos deste contrato poderão ser transferidos.

14.9 Designa-se como fiscal do contrato o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 – É competente o foro da Comarca de Joinville, SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Joinville (SC), ... de ..... de 2015.

JOSÉ CHAVES  
Presidente do CISNORDESTE/SC  
Órgão Gerenciador

Fornecedor

Assessoria Jurídica:

Testemunhas:

1ª – \_\_\_\_\_

2ª – \_\_\_\_\_

## ANEXO VII

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2015-CISNORDESTE/SC

#### TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL E DE INTERMEDIACÃO DE OPERAÇÕES

1 – Por meio do presente Termo de Adesão, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Pregões Eletrônicos da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

2 – São responsabilidades do Licitante:

2.1 – tomar conhecimento de e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;

2.2 – observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;

2.2.1 - observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;

2.2.2 - designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme ANEXO \_\_\_\_;

2.2.3 - pagar a taxa pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.

3 – O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no ANEXO \_\_\_\_ do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

4 – O Licitante autoriza a Bolsa de Licitações e Leilões a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no ANEXO \_\_\_\_ do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões.

5 – (cláusula facultativa – para caso de uso de corretoras) O Fornecedor/Comprador outorga plenos poderes à sociedade corretora abaixo qualificada, nos termos dos artigos 653 e seguintes do Código Civil Brasileiro, para o fim específico de credenciá-lo e representá-lo nos negócios de seu interesse realizados por meio do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, podendo a sociedade corretora, para tanto:

5.1 – declarar que conhece e atende as condições de habilitação previstas no Edital;

5.2 – apresentar lance de preço;

5.3 – apresentar manifestação sobre os procedimentos adotados pelo pregoeiro;

5.4 – solicitar informações via sistema eletrônico;

5.5 – interpor recursos contra atos do pregoeiro;

5.6 – apresentar e retirar documentos;

5.7 – solicitar e prestar declarações e esclarecimentos;

5.8 – assinar documentos relativos às propostas;

5.9 – emitir e firmar o fechamento da operação;

5.10 – praticar todos os atos em direito admitidos para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, que não poderá ser substabelecido.

6 – O presente Termo de Adesão é válido até \_\_/\_\_/\_\_\_\_, podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento.

Local e data:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
(reconhecer firma em cartório)

Anexo ao Termo de Adesão ao Sistema Eletrônico de Licitações  
da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - (Licitante direto)  
Indicação de Usuário do Sistema

O Licitante reconhece que:

a) a Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à Bolsa

nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;  
b) o cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela Bolsa, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante;  
c) a perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à Bolsa, para o necessário bloqueio de acesso;  
d) o Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros;  
e) o não pagamento da taxa ensejará a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da Bolsa, no Serviço de Proteção de Crédito e no SERASA.

Local e data:

Responsável: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
(reconhecer firma em cartório)

#### ANEXO VIII

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2015-CISNORDESTE/SC

#### MODELO DE PROPOSTA ELETRÔNICA

#### ANEXO IX

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2015-CISNORDESTE/SC

#### DECLARAÇÃO SOBRE A ORIGEM DA TECNOLOGIA

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) ou procurado \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas elencadas na Lei nº 8.666/93, para fins de exercício de direito de preferência previsto no art. 8º, § 3º do Decreto 7.174/2010, que a origem da tecnologia do serviço oferecido a fornecimento se enquadra na hipótese do inciso \_\_\_\_\_ do art. 5º do referido Decreto, abaixo transcrito, observando-se as definições trazidas naquela norma.

Art. 5º Será assegurada preferência na contratação, nos termos do disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991, para fornecedores de bens e serviços, observada a seguinte ordem:

I - bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

II - bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

III - bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal.

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo  
Representante da empresa

#### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2015

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2015-CISNORDESTE/SC

REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2015-CISNORDESTE/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22/2015

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA - CISNORDESTE/SC Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 03.222.337/0001-31, com sede na Rua Max Colin, nº 1843, Bairro América, CEP 89.204-635, em Joinville, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. José Chaves, Prefeito do Município de Garuva, no uso de suas atribuições, comunica aos



interessados que fará realizar licitação na modalidade "PREGÃO ELETRÔNICO" visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais contratações futuras do objeto abaixo indicado, de forma parcelada pelos ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Municípios de Balneário Barra do Sul, Barra Velha, Campo Alegre, Corupá, Garuva, Guarimir, Itapoá, Jaraguá do Sul, Joinville, Massaranduba, Rio Negrinho, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, São João do Itaperiú, Schoeder e Hospital Municipal São José (autarquia integrante da administração indireta do Município de Joinville).

TIPO: Menor preço - POR ITEM

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00 do dia 19/05/2015 até às 09h00 do dia 02/06/2015.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: 09h01min às 12h00 do dia 02/06/2015

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 13h30 min do dia 02/06/2015

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF)

LOCAL: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) "Acesso Identificado"

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

Endereço: Rua Max Colin, nº 1843, Bairro América, CEP 89.204-635, em Joinville, SC

E-mail: [cisamunesc@cisamunesc.org.br](mailto:cisamunesc@cisamunesc.org.br)

Telefone: (47) 3422-9838

Fax: (47) 3422-9838

Site: [www.cisamunesc.org.br](http://www.cisamunesc.org.br)

O certame será regido pelas condições estatuídas neste Edital, bem como pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução CIS-NORDESTE/SC nº 02, de 10 de janeiro de 2014, Decreto nº 7.892/2013, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, no que for aplicável.

## 1 DO OBJETO

0.1 O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, de forma parcelada, para uso dos Órgãos Participantes do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC: MUNICÍPIOS DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL, BARRA VELHA, CAMPO ALEGRE, CORUPÁ, GARUVA, GUARAMIRIM, ITAPOÁ, JARAGUÁ DO SUL, JOINVILLE, MASSARANDUBA, RIO NEGRINHO, SÃO BENTO DO SUL, SÃO FRANCISCO DO SUL, SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ, SCHROEDER E HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ (autarquia integrante da administração indireta do Município de Joinville), durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme descrições abaixo:

ITEM	MEDICAMENTO	UNIDADE	EMBALAGEM PRIMÁRIA
1	Acetilcisteína 40mg/mL, frasco com 120 ml	Frasco	Frasco com 120mL
2	Ácido fólico 50mg	F/A	
3	Ácido fólico 5mg	comprimido	
4	Albendazol 400mg, blister com 1 cp	Comprimido	Blister com 1 cp
5	Alprostadil 20mcg IV	Ampola	
6	Amicacina (sulfato) 500mg/ml solução injetável, ampola com 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml
7	Amitripilina (cloridrato) 75mg	Comprimido	
8	Ampicilina 1g + sulbactam 0,5g	F/A	
9	Ampicilina 1g injetável	Frascoampola	
10	Anastrozol 1mg	Comprimido	
11	Anfotericina B 50mg/10ml	F/A	
12	Basiliximab 20mg/5ml	Frasco	
13	Benzidamida 1,5mg/ml, frasco 150ml	Frasco	Frasco 150 ml
14	Benzilpenicilina 600.000ui + Diluente	Ampola	Frasco Ampola
15	Benzilpenicilina Benzatina 1200.000U.i pó frasco + diluente	Frasco	Frasco Ampola
16	Benzilpenicilina potássica 5.000.000 UI + Diluente	Frasco	Frasco Ampola
17	Bezafibrato 200mg	Comprimido	
18	Biperideno 4mg (Comprimido de liberação prolongada)	Comprimido	
19	Bromazepam 01mg + Sulpirida 25mg	Comprimido	
20	Bupivacaína 0,5% (20ml) com invólucro externo estéril	F/A	
21	Bupivacaína + epinefrina 0,5% (20ml) com invólucro externo estéril	F/A	
22	Calcitriol (vitamina D3) 0,25mcg	Cápsula	
23	Capecitabina 500mg	Comprimido	
24	Carvão ativado	Comprimido	
25	Carvão vegetal ativado - pó para uso oral - 1 kg	Pacote	Pacote com 1 kilo
26	Carvedilol 12,5mg	Comprimido	Blister com 15 cp
27	Carvedilol 25mg	Comprimido	Blister com 15 cp
28	Carvedilol 3,125mg	Comprimido	Blister com 15 cp
29	Carvedilol 6,25mg	Comprimido	Blister com 15 cp
30	Castanha da índia composta ( Aesculus hippocastanum 10 mg + Polygonum acre 10 mg + Smilax papyracea 40 mg + Rutina 20 mg)	Comprimido	
31	Cefoxitina sódica 1g	F/A	
32	Ceftriaxona Dissódica 500mg/ml EV	Frasco Ampola	
33	Ciclofosfamida 1000mg	F/A	



34	Ciclofosfamida 50mg	Drágea	
35	Ciclopentolato 1% solução oftalmologica frasco 5 ml	Frascos	Frasco 5 ml
36	Ciclosporina 25mg	Cápsula	
37	Cisatracúrio (besilato) 2mg/ml (10ml)	Ampola	
38	Cisplatina 50mg	F/A	
39	Clindamicina (cloridrato) 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp
40	Clobazam 20mg	Comprimido	
41	Clomipramina (cloridrato) 75mg, Comprimido de liberação lenta	Comprimido	
42	Clonidina cloridrato 0,15 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml
43	Clorambucila 2mg	Comprimido	
44	Cloranfenicol 25mg + Cloridrato de lidocaína 30mg solução otologica frasco 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml
45	Cloranfenicol colírio frasco 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml
46	Cloreto de potássio.. 600mg (8meq de K+)	Drágea	
47	Cloroquina 250 mg	Comprimido	
48	Clorpromazina 5mg solução Injetavel ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml
49	Colestiramina 4g	Saches	
50	Colestiramina 4g	envelopes	
51	Complexo protrombínico 500 Ui (20ml)	F/A	
52	Dacarbazina 200mg	F/A	
53	Dantrolene 20mg	F/A	
54	Daunorrubicina 20mg	F/A	
55	Desmopressina (acetato) solução nasal 0,1mg/ml (frasco 2,5ml)	Frasco	
56	Dexpantenol 50mg/g bisnaga 30 g	Bisnaga	Bisnaga com 30g
57	Dextroacetamina 50mg/ml (ampola 2ml)	Ampola	
58	Difenidramina 50mg/ml (ampola 1ml)	Ampola	
59	Dipirona sodica 750mg + cloridrato de adifenina 25mg + cloridrato de prometazina 25mg ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2mL
60	Dobutamina (cloridrato) 12,5mg/ml ampola 20 ml	Ampola	Ampola com 20 ml
61	Docetaxel 20mg	F/A	
62	Docetaxel 80mg	F/A	
63	Dopamina (cloridrato) 5 mg/ml ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10ml
64	Doxorrubicina 50mg	F/A	
65	Droperidol 2,5mg/ml (ampola 1ml)	Ampola	
66	Epirubicina 50mg	F/A	
67	Eritromicina (estolato) 500mg	Comprimido	Blister com10 cp
68	Eritropoetina humana 4000 u/ml	F/A	
69	Escopolamina (butilbrometo) 20 mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml
70	Esmolol 250mg/ml (ampola 10ml)	F/A	
71	Espiramicina 1,5 MUI	Comprimido	Blister com 16 cp
72	Estradiol (valerato) 2mg + Ciproterona (acetato) 1mg	Comprimido	
73	Estreptoquinase 1.500.000UI pó líofilo injetavel	Frasco ampola	
74	Etilefrina, cloridrato 7,5 mg/ml frasco 20 ml	Frasco	Frasco 20 ml
75	Etoposido 50mg	Cápsula	
76	Extrato metanólico de BCG (imuno BCG) 40mcg	F/A	
77	Fenilefrina (cloridrato) 10% solução oftalmica frasco 5 ml	Frascos	Frasco com 5ml
78	Fenitoína 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp
79	Fenitoína Sódica 50 mg/ml ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml
80	Fenobarbital 200 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml
81	Fenoximetilpenicilina potássica 500.000 UI	Comprimido	
82	Fentanila 0,05mg/ml (ampola 10ml)	F/A	
83	Fexofenadina 60mg	Comprimido	
84	Fibrinogênio humano	Frasco	
85	Filgrastima 300mcg/1ml	F/A	
86	Fludarabina 50mg	F/A	
87	Flumazenil 0,1mg/ml ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5mL
88	Fluocortolona + cinchocaína + clemizol pomada 10g	Tubo	
89	Fluoracila colírio	frasco	
90	Fluoresceína 10 mg/ml solução oftalmica frasco 3 ml	Frascos	Frasco com 3 ml
91	Fluorouracila 2500mg/50ml	F/A	
92	Furosemida 10 mg/ml frasco 120 ml	Frasco	Frasco com 120 ml
93	Gabapentina 600 mg	Comprimido	
94	Ganciclovir 100mg	bolsa	
95	Ganciclovir 250mg	bolsa	
96	Ganciclovir 500mg	bolsa	

97	gel lubrificante 5 gr dose única	Saches	
98	Gemcitabina 1000mg	F/A	
99	Gentamicina 280mg	Ampola	
100	Glicazida 80mg	Comprimido	Blister com 15 cp
101	Goserelina (acetato) 10,8mg	Seringa preenchida	
102	Hidralazina 20 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml
103	Hidrogel com alginato bisnaga 30 g	Bisnaga	Bisnaga 30 g
104	Hidroxycarbamida 500mg (hidroxiureia)	Cápsula	
105	Hidróxido de Alumínio e de Magnésio 200mg	Comprimido	Blister com 10 cp
106	Ifosfamida 1000mg	F/A	
107	Imipramina (pamoato) 75mg	Comprimido	
108	Imiquimode 50 mg/g	envelopes	
109	Imunoglobulina. 5g	F/A	
110	Interferon 10 milhões alfa 2b	F/A	
111	Interferon 3 milhões alfa 2b	F/A	
112	Irbesartana 300mg	Comprimido	
113	Isossorbida (dinitrato) sublingual 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp
114	Itraconazol 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp
115	Lactitol 10 G	Envelope	
116	Letrozol 2,5mg	Comprimido	
117	Levedopa 200mg + Carbidopa 50 mg	Comprimido	
118	Levodopa 250mg + carbidopa 50mg	Comprimido	Blister com 50 cp
119	Lidocaína 2% + Epinefrina 1:100.000 tubete 1,8 ml	Ampola	tubete 1,8 ml
120	Lidocaína 2% + Norepinefrina 1:50.000 tubete 1,8 ml	Ampola	tubete 1,8 ml
121	Losartan 25mg	Comprimido	
122	Mebendazol 100 mg + tiabendazol	Comprimido	
123	Medroxiprogesterona (acetato) 2,5mg	Comprimido	Blister com 10 cp
124	Megestrol 160mg	Comprimido	
125	Melfalano 2mg	Comprimido	
126	Mercaptopurina 50mg	Comprimido	
127	Meropenem Iv 1g	F/A	
128	Mesalazina 400mg	Comprimido	
129	Mesna 400mg/4ml	Ampola	
130	Metadona 10mg/ml (ampola 1ml)	Ampola	
131	Metadona 5mg	Comprimido	
132	Metilfenidato (cloridrato) 10mg	Comprimido	Blister com 20 cp
133	Metilprednisolona. (acetato) 40mg/ml (2ml) intramuscular	F/A	
134	Metilprednisolona.. (succinato) 125mg/2ml	F/A	
135	Metilprednisolona... (succinato) 500mg/8ml	F/A	
136	Metoprolol (tartarato) 1 mg/ml uso hospitalar ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5ml
137	Metotrexato 500mg	F/A	
138	Metronidazol 400mg	Comprimido	Blister com 10 cp
139	Micafungina sódica 100mg	F/A	
140	Micofenolato de sódio 180mg	Cápsula	
141	Micofenolato de sódio 360mg	Cápsula	
142	Miconazol (nitrato) 2% Gel Oral 40g	Bisnagas	Bisnaga com 40g
143	Mitoxantrona 2mg/ml (10ml)	F/A	
144	Morfina (sulfato) 10mg/ml solução oral 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml
145	Morfina (sulfato) 30 mg	Comprimido	Blister com 10 cp
146	Morfina 0,2mg/ml (1ml)	Ampola	
147	Morfina 10 mg	Comprimido	
148	Moxifloxacina 400mg/250ml	Bolsa	
149	Nalbufina 10mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml
150	Naloxona 0,4mg/1ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1mL
151	Nitrato de Tiamina + piroxidina + cianocobalamina	Comprimido	
152	Nitrofurantoína 5mg/ml suspensão Oral	Frascos	
153	Nitroglicerina 5 mg/ml ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml
154	Nitroglicerina 25mg ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5mL
155	Nitroprussiato de sódio 50mg/ml (ampola 1ml)	Ampola	
156	Norepinefrina, sal bitartrato, 1mg/ml ampola 4 ml	Ampola	Ampola com 4 ml
157	Nortriptilina (cloridrato) 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp
158	Octreotida 100mcg (0,1mg/ml)	Ampola	
159	Octreotida 500mcg (0,5mg/ml)	Ampola	
160	Ondansetrona (cloridrato) 2mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml

161	Ondansetrona 8mg/ml ampola 4 ml	Ampola	Ampola com 4 ml
162	Oxaliplatina 100mg	F/A	
163	Oxaliplatina 50mg	F/A	
164	Paclitaxel. 300mg/50ml	F/A	
165	Pancurônio (brometo) 2mg/ml (2ml)	Ampola	
166	Papaverina 50mg/ml (ampola 2ml)	Ampola	
167	Penicilina cristalina. potássica 1.000.000 Ui	F/A	
168	Periciazina 1% frasco 20 ml	Frascos	Frasco com 20 ml
169	Periciazina 4% frasco 20 ml	Frascos	Frasco com 20 ml
170	Permanganato de Potássio 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp
171	Peróxido de Benzoila 50mg/g gel dermatologico 250 gr	Bisnaga	Bisnaga com 20 gr
172	Pilocarpina (cloridrato) 2% solução oftálmica 10 ml	Frascos	Frasco com 10 ml
173	Piridoxina (Cloridrato) 50mg	Comprimido	
174	Piroxicam 40mg ampola 2 ml	Ampola	Ampola 2mL
175	Plantago Ovata 3,5g pó efervescente sem açúcar	Sachê	
176	Pregabalina 75mg	Comprimido	
177	Prilocaina 25mg/g com lidocaina 25 mg/gr – bandagem oclusiva	binagags	
178	Prometazina (cloridrato) 25mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml
179	Prometazina pomada	Bisnaga	
180	Propofol 10mg/ml (20ml) emulsão injetável	Ampola	
181	Propofol 10mg/ml (50ml) emulsão injetável	F/A	
182	Protamina (Cloridrato) 10mg/mL ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5mL
183	Protamina 50mg/5ml 1000 Ui/ml (5ml)	Ampola	
184	Questran Light 4,0 g	envelope	
185	Questran light sachê	saches	
186	Remifentanil (cloridrato) 2mg	Ampola	
187	Residonato de sódio 35 mg	Comprimido	
188	Retinol (vitamina A) 1ml	Ampola	
189	Retinol 150 UI/ml frasco 20 ml	Frasco	Frasco com 20 ml
190	Rifampicina 300mg	Cápsula	
191	Rivaroxabana 10mg	comprimido	
192	Rocurônio (brometo) 50mg/5ml	F/A	
193	Ropivacaína 0,2% (2mg/ml) 20ml	Ampola	
194	Roxitrimicina 300 mg	comprimidos	
195	Salbutamol 2 mg	Comprimido	
196	Sertralina (cloridrato) 100 mg	Comprimido	
197	Sinvastatina 80mg	Comprimido	
198	Sitagliptina (fosfato) 50mg + Metformina 850mg	Comprimido	
199	Solução salina balanceada 500ml	Frasco	
200	Soro glicofisiológico ( glicose associada ao cloreto de sódio 5% + 0,9% ) frasco 500ml sistema fechado	Frasco	Frasco com 500 ml
201	Sufentanila 5mcg/ml (2ml)	Ampola	
202	Sulfato de bário 1g/ml (150ml) suspensão oral	Frasco	
203	Sulfato ferroso xarope 150 ml	Frasco	Frasco com 150 ml
204	Suxametônio (cloreto) 500 mg/ml Ampola 10 ml	Frasco Ampola	Ampola com 10 ml
205	Suxametônio cloreto, 100 mg injetável	Frasco	Frascoampola
206	Tacrolimus 1mg	Comprimido	
207	Tacrolimus 5mg	Ampola	
208	Tamoxifeno 20mg	Ampola	
209	Tiabendazol 500mg	Comprimido	
210	Tiabendazol 50mg/g pomada 20 g	Bisnaga	Bisnaga 20 g
211	Tiabendazol 50mg/g pomada 45 g	Bisnaga	Bisnaga 45 g
212	Tiabendazol 50mg/ml suspensão oral 40 ml	Frasco	Frasco com 40 ml
213	Tiafenicol 2,5 g envelope	envelope	
214	Tiamina (cloridrato) + vitamina B1,riboflavinavitamina B2 4,0 mg, nicotinamida vitamina PP 40,0 mg dexpantenol 6.0 ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml
215	Tinidazol 500mg	Comprimido	
216	Tiopental sódico 1g	Ampola	
217	Tirofibano 0,25mg/ml (50ml)	Ampola	
218	Tramadol (cloridrato) 100mg retard	Comprimido	
219	Tretinoína 10mg (ácido transretinoico)	Ampola	
220	Trometamina (cetorolaco) 30mg/1ml	Ampola	
221	Valganciclovir 450mg	Comprimido	
222	Vancomicina 500mg	Ampola	

223	Varfarina 2,5mg	Ampola	
224	Varfarina Sódica 1mg	Comprimido	
225	Verapamil (cloridrato) 120mg	Comprimido	Blister com 10 cp
226	Verapamil (Cloridrato) 2,5mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2mL
227	Vincristina 1mg/ml (1ml)	Ampola	
228	Vinorelbina 50mg	Ampola	
229	Vitamina A 5.000 UI/ml,Vitamina B1 4,0 mg/ml,Vitamina B2 1,0 mg/ml ,Vitamina PP 10,0 mg/ml ,Vitamina B6 1,0 mg/ml ,Vitamina B5 10,0 mg/ml,Vitamina H 0,1 mg/ml ,Vitamina C 50,0 mg/ml,Vitamina D 1.000 UI/ml,Vitamina E 3,0 mg/ml frasco 20 ml	Frasco	Frasco com 20 ml
230	Vitamina A + D + B2 + C + niacinamida + B6 + Pantenol + vitamina E 5ml	Ampola	
231	Vitamina A(palmitato) 12500Ui/ml+Vitamina B1(cloridrato) 0,4mg/ml+Vitamina B2(fosfato sódico)0,5mg/ml+Vitamina B6(cloridrato)0,6mg/ml+Vitamina B12(cianocobalamina)0,5mcg/ml+Vitamina C(acido ascorbico)35mg/ml+Vitamina D3(colecalciferol)400Ui/ml+Vitamina E(acetato)4Ui/ml+Acido fólico 35mcg/ml+Nicotinamida 6mg/ml+Pantenol 3mg/ml	Frascos	
232	Xilometazolina (oximetazolina) 1% gotas 15ml	Ampola	

0.2 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 22 de junho a 31 de dezembro de 2015.

0.3 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, não podendo superar a 1 (um) ano, conforme inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

## 1 DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

1.1 As contratações dos itens, de forma parcelada, serão efetuadas conforme a necessidade de cada Órgão Participante, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.

1.1.1 A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante, por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, Autorização de Fornecimento, Pedido de Medicamentos ou Contrato.

1.1.2 Será atribuído um login e senha aos fornecedores registrados para acesso ao sistema de controle STLicita, disponível em <http://cisamunesc.stlicita.com.br/>, sendo as Autorizações de Fornecimento/Pedidos de Medicamentos lançadas pelos Órgãos Participantes diretamente neste sistema.

1.1.3 Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data de recebimento da Autorização de Fornecimento, Pedido de Medicamentos ou Contrato, que serão emitidas através do sistema STLicita e enviadas por meio eletrônico, no endereço eletrônico cadastrado pelo fornecedor, conforme dados informados de acordo com o Anexo X.

1.1.4 O Fornecedor deverá acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após envio.

1.1.4.1 Caso o Fornecedor não confirme neste prazo o recebimento da Autorização de Fornecimento, o próprio sistema fará a confirmação pelo Fornecedor, sendo considerada válida para todos os efeitos.

1.1.4.2 Em razão da confirmação automática do recebimento das Autorizações de Fornecimento pelo sistema, na forma do item 2.1.4.1, caso haja alteração de dados de acesso em relação àqueles informados no Anexo X, compete exclusivamente ao Fornecedor requerer a atualização dos seus dados de acesso ao sistema STLicita.

1.1.5 Caso as autorizações de fornecimento a serem entregues não atinjam o valor mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais), o Fornecedor, desde que inequivocamente noticie ao requisitante e este expressamente concorde, poderá exceder, em no máximo 10 (dez) dias, o prazo de entrega, não aplicando-se-lhe qualquer sanção;

1.1.6 O controle da situação das Autorizações de Fornecimento será realizada através do sistema informatizado STLicita, sendo liberado acesso ao fornecedor, através de senha, fornecida por ocasião da celebração da Ata de Registro de Preços, conforme item 2.1.2.

1.1.7 Ao realizar o faturamento e entrega dos itens constantes da Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá registrar o evento no sistema informatizado, por meio de acesso com seu login e senha, anexando-o à Nota Fiscal Eletrônica respectiva, em formato "pdf", bem como o arquivo XML correspondente.

1.1.8 O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da Autorização de Fornecimento, conforme dados de faturamento e locais indicado pelo Órgão Participante (Anexo IX), com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica.

1.2 A data de validade dos materiais a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados apartir da data de recebimento dos mesmos pelo solicitante.

1.3 Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão Participante correrão por conta do fornecedor.

1.4 Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

1.5 A proponente vencedora deverá apresentar no ato da entrega dos medicamentos, o Certificado de Controle de Qualidade do lote de cada produto, emitido pelo laboratório produtor.

1.6 O Fornecedor deverá apresentar também, no ato da entrega dos medicamentos, o Certificado de Registro de Produto de cada medicamento, que poderá ser emitido via internet, no site da ANVISA, dentro do prazo de validade.

1.7 Os Órgãos Participantes observarão, para efeito de quantificação do pedido, a quantidade mínima da embalagem primária, nos casos de impossibilidade de fracionamento.

1.7.1 A fracionabilidade será regulada pelas disposições contidas no Decreto nº 5.775/2006, Lei nº 6.360/76, Lei nº 6.437/77 e RDC nº 80/2006.

1.7.2 Para os lotes cuja Embalagem Primária esteja definida no quadro descritivo do objeto – item 1.1 -, esta será a adotada. Entretanto, para aqueles lotes em que não haja tal informação, o licitante, ao elaborar sua proposta, deverá informar a quantidade da embalagem primária para o medicamento cotado.

1.8 O fornecedor deverá observar as diretrizes estabelecidas pela RDC nº 54/2013, referente à implantação do sistema nacional de controle de medicamentos e os mecanismos e procedimentos para rastreamento de medicamentos na cadeia dos produtos farmacêuticos.

## 2 DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

2.1 Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo para cada Órgão Participante é constante nos quadros abaixo:

2.1.1 Órgão Participante: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJnº 95.945.509/0001-80, com sede na Av. Amandio Cabral, nº 457, Centro, CEP 89.247-000, na cidade de Balneário Barra do Sul, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Ademair Henrique Borges:

ITEM	MEDICAMENTO	UNIDADE	EMBALAGEM PRIMÁRIA	QUANTIDADE PRE-VISTA
4	Albendazol 400mg, blister com 1 cp	Comprimido	Blister com 1 cp	500
7	Amitripilina (cloridrato) 75mg	Comprimido		5.000
14	Benzilpenicilina 600.000ui + Diluente	Ampola	Frasco Ampola	800
15	Benzilpenicilina Benzatina 1200.000U.i pó frasco + diluente	Frasco	Frasco Ampola	800
26	Carvedilol 12,5mg	Comprimido	Blister com 15 cp	8.000
27	Carvedilol 25mg	Comprimido	Blister com 15 cp	8.000
28	Carvedilol 3,125mg	Comprimido	Blister com 15 cp	15.000
29	Carvedilol 6,25mg	Comprimido	Blister com 15 cp	15.000
63	Dopamina (cloridrato) 5 mg/ml ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10ml	50
69	Escopolamina (butilbrometo) 20 mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	500
78	Fenitoína 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	18.000
79	Fenitoína Sódica 50 mg/ml ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	50
80	Fenobarbital 200 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	50
100	Glicazida 80mg	Comprimido	Blister com 15 cp	1.500
113	Isossorbida (dinitrato) sublingual 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
114	Itraconazol 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.000
136	Metoprolol (tartarato) 1 mg/ml uso hospitalar ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5ml	30
138	Metronidazol 400mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.000
147	Morfina 10 mg	Comprimido		500
170	Permanganato de Potássio 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	200
179	Prometazina pomada	Bisnaga		100
191	Rivaroxabana 10mg	comprimido		300
204	Suxametônio (cloreto) 500 mg/ml Ampola 10 ml	Frasco Ampola	Ampola com 10 ml	5
211	Tiabendazol 50mg/g pomada 45 g	Bisnaga	Bisnaga 45 g	30
231	Vitamina A(palmitato) 12500Ui/ml+Vitamina B1(cloridrato) 0,4mg/ml+Vitamina B2(fosfato sódico)0,5mg/ml+Vitamina B6(cloridrato)0,6mg/ml+Vitamina B12(cianocobalamina)0,5mcg/ml+Vitamina C(acido ascorbico)35mg/ml+Vitamina D3(colecalciferol)400Ui/ml+Vitamina E(acetato)4Ui/ml+Acido fólico 35mcg/ml+Nicotinamida 6mg/ml+Panthenol 3mg/ml	Frascos		100

2.1.2 Órgão Participante: MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJnº 83.102.830/0001-57, com sede na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, CEP 88.390-000, na cidade de Barra Velha, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Claudemir Matias Francisco:

ITEM	MEDICAMENTO	UNIDADE	EMBALAGEM PRIMÁRIA	QUANTIDADE PRE-VISTA
1	Acetilcisteína 40mg/mL, frasco com 120 ml	Frasco	Frasco com 120mL	200
4	Albendazol 400mg, blister com 1 cp	Comprimido	Blister com 1 cp	3.600
26	Carvedilol 12,5mg	Comprimido	Blister com 15 cp	25.000
27	Carvedilol 25mg	Comprimido	Blister com 15 cp	20.000
28	Carvedilol 3,125mg	Comprimido	Blister com 15 cp	25.000
29	Carvedilol 6,25mg	Comprimido	Blister com 15 cp	30.000
49	Colestiramina 4g	Saches		1.400
63	Dopamina (cloridrato) 5 mg/ml ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10ml	50
69	Escopolamina (butilbrometo) 20 mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	4.000
79	Fenitoína Sódica 50 mg/ml ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	50
113	Isossorbida (dinitrato) sublingual 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
136	Metoprolol (tartarato) 1 mg/ml uso hospitalar ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5ml	50

2.1.3 Órgão Participante: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.749/0001-77, com sede na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, na cidade de Campo Alegre, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Rubens Blaszkowski:



ITEM	MEDICAMENTO	UNIDADE	EMBALAGEM PRIMÁRIA	QUANTIDADE PRE-VISTA
4	Albendazol 400mg, blister com 1 cp	Comprimido	Blister com 1 cp	3.000
7	Amitripilina (cloridrato) 75mg	Comprimido		10.000
14	Benzilpenicilina 600.000ui + Diluente	Ampola	Frasco Ampola	1.000
15	Benzilpenicilina Benzatina 1200.000U.i pó frasco + diluente	Frasco	Frasco Ampola	2.000
30	Castanha da índia composta ( Aesculus hippocastanum 10 mg + Polygonum acre 10 mg + Smilax papyracea 40 mg + Rutina 20 mg)	Comprimido		150.000
41	Clomipramina (cloridrato) 75mg, Comprimido de liberação lenta	Comprimido		2.000
44	Cloranfenicol 25mg + Cloridrato de lidocaína 30mg solução otológica frasco 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	500
45	Cloranfenicol colírio frasco 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	500
48	Clorpromazina 5mg solução Injetável ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	50
63	Dopamina (cloridrato) 5 mg/ml ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10ml	200
78	Fenitoína 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	15.000
79	Fenitoína Sódica 50 mg/ml ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	50
80	Fenobarbital 200 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	50
99	Gentamicina 280mg	Ampola		300
113	Isossorbida (dinitrato) sublingual 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	12.000
122	Mebendazol 100 mg + tiabendazol	Comprimido		600
178	Prometazina (cloridrato) 25mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml	1.200
196	Sertralina (cloridrato) 100 mg	Comprimido		1000
203	Sulfato ferroso xarope 150 ml	Frasco	Frasco com 150 ml	300

2.1.4 Órgão Participante: MUNICIPIO DE CORUPÁ, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.467/0001-70, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 443 na cidade de Corupá, SC., representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Luiz Carlos Tamanini:

ITEM	MEDICAMENTO	UNIDADE	EMBALAGEM PRIMÁRIA	QUANTIDADE PRE-VISTA
4	Albendazol 400mg, blister com 1 cp	Comprimido	Blister com 1 cp	5.000
14	Benzilpenicilina 600.000ui + Diluente	Ampola	Frasco Ampola	500
15	Benzilpenicilina Benzatina 1200.000U.i pó frasco + diluente	Frasco	Frasco Ampola	1.000
18	Biperideno 4mg (Comprimido de liberação prolongada)	Comprimido		10.000
26	Carvedilol 12,5mg	Comprimido	Blister com 15 cp	20.000
27	Carvedilol 25mg	Comprimido	Blister com 15 cp	20.000
28	Carvedilol 3,125mg	Comprimido	Blister com 15 cp	20.000
29	Carvedilol 6,25mg	Comprimido	Blister com 15 cp	20.000
30	Castanha da índia composta ( Aesculus hippocastanum 10 mg + Polygonum acre 10 mg + Smilax papyracea 40 mg + Rutina 20 mg)	Comprimido		300
32	Ceftriaxona Dissódica 500mg/ml EV	Frasco Ampola		100
39	Clindamicina (cloridrato) 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.000
67	Eritromicina (estolato) 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
69	Escopolamina (butilbrometo) 20 mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	500
71	Espiramicina 1,5 MUI	Comprimido	Blister com 16 cp	3.000
78	Fenitoína 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
100	Glicazida 80mg	Comprimido	Blister com 15 cp	10.000
105	Hidróxido de Alumínio e de Magnésio 200mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.000
113	Isossorbida (dinitrato) sublingual 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
114	Itraconazol 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.000
138	Metronidazol 400mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.000
142	Miconazol (nitrate) 2% Gel Oral 40g	Bisnagas	Bisnaga com 40g	100
145	Morfina (sulfato) 30 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
157	Nortriptilina (cloridrato) 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
168	Pericazina 1% frasco 20 ml	Frascos	Frasco com 20 ml	100
169	Pericazina 4% frasco 20 ml	Frascos	Frasco com 20 ml	100
170	Permanganato de Potássio 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.000
195	Salbutamol 2 mg	Comprimido		3.000
209	Tiabendazol 500mg	Comprimido		1.000
225	Verapamil (cloridrato) 120mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000

2.1.5 Órgão Participante: MUNICIPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.848/0001-59, com sede na Avenida Celso Ramos, nº 1.614, Centro, CEP 89.248-000, na cidade de Garuva, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. José Chaves:



ITEM	MEDICAMENTO	UNIDADE	EMBALAGEM PRIMÁRIA	QUANTIDADE PRE-VISTA
1	Acetilcisteína 40mg/mL, frasco com 120 ml	Frasco	Frasco com 120mL	300
4	Albendazol 400mg, blister com 1 cp	Comprimido	Blister com 1 cp	3.000
14	Benzilpenicilina 600.000ui + Diluente	Ampola	Frasco Ampola	650
15	Benzilpenicilina Benzatina 1200.000U.i pó frasco + diluente	Frasco	Frasco Ampola	800
25	Carvão vegetal ativado - pó para uso oral - 1 kg	Pacote	Pacote com 1 kilo	1
26	Carvedilol 12,5mg	Comprimido	Blister com 15 cp	5.000
27	Carvedilol 25mg	Comprimido	Blister com 15 cp	3.500
28	Carvedilol 3,125mg	Comprimido	Blister com 15 cp	5.000
29	Carvedilol 6,25mg	Comprimido	Blister com 15 cp	5.000
48	Clorpromazina 5mg solução Injetável ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	50
56	Dexpantenol 50mg/g bisnaga 30 g	Bisnaga	Bisnaga com 30g	300
59	Dipirona sodica 750mg + cloridrato de adifenina 25mg + cloridrato de prometazina 25mg ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2mL	100
60	Dobutamina (cloridrato) 12,5mg/ml ampola 20 ml	Ampola	Ampola com 20 ml	10
63	Dopamina (cloridrato) 5 mg/ml ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10ml	50
67	Eritromicina (estolato) 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	840
69	Escopolamina (butilbrometo) 20 mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	800
71	Espiramicina 1,5 MUI	Comprimido	Blister com 16 cp	1.080
73	Estreptoquinase 1.500.000UI pó líofilo injetável	Frasco ampola		3
78	Fenitoína 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	6.000
79	Fenitoína Sódica 50 mg/ml ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	50
80	Fenobarbital 200 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	50
87	Flumazenil 0,1mg/ml ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5mL	15
102	Hidralazina 20 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	50
112	Irbesartana 300mg	Comprimido		420
113	Isossorbida (dinitrato) sublingual 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	800
114	Itraconazol 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	500
132	Metilfenidato (cloridrato) 10mg	Comprimido	Blister com 20 cp	1.800
138	Metronidazol 400mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.000
142	Miconazol (nitrate) 2% Gel Oral 40g	Bisnagas	Bisnaga com 40g	5
147	Morfina 10 mg	Comprimido		3.600
150	Naloxona 0,4mg/1ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1mL	20
154	Nitroglicerina 25mg ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5mL	25
155	Nitroprussiato de sódio 50mg/ml (ampola 1ml)	Ampola		5
161	Ondansetrona 8mg/ml ampola 4 ml	Ampola	Ampola com 4 ml	200
170	Permanganato de Potássio 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	100
173	Piridoxina (Cloridrato) 50mg	Comprimido		500
174	Piroxicam 40mg ampola 2 ml	Ampola	Ampola 2mL	250
178	Prometazina (cloridrato) 25mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml	250
182	Protamina (Cloridrato) 10mg/mL ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5mL	25
200	Soro glicofisiológico ( glicose associada ao cloreto de sódio 5% + 0,9% ) frasco 500ml sistema fechado	Frasco	Frasco com 500 ml	200
205	Suxametônio cloreto, 100 mg injetável	Frasco	Frascoampola	30
215	Tinidazol 500mg	Comprimido		300
226	Verapamil (Cloridrato) 2,5mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2mL	25

2.1.6 Órgão Participante: MUNICIPIO DE GUARAMIRIM, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Vinte e Oito de Agosto, nº 2.043, Centro, CEP 89.270-000, na cidade de Garuva, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Lauro Frohlich:

ITEM	MEDICAMENTO	UNIDADE	EMBALAGEM PRIMÁRIA	QUANTIDADE PRE-VISTA
4	Albendazol 400mg, blister com 1 cp	Comprimido	Blister com 1 cp	3.000
14	Benzilpenicilina 600.000ui + Diluente	Ampola	Frasco Ampola	500
15	Benzilpenicilina Benzatina 1200.000U.i pó frasco + diluente	Frasco	Frasco Ampola	1.200
26	Carvedilol 12,5mg	Comprimido	Blister com 15 cp	20.000
27	Carvedilol 25mg	Comprimido	Blister com 15 cp	15.000
28	Carvedilol 3,125mg	Comprimido	Blister com 15 cp	15.000
29	Carvedilol 6,25mg	Comprimido	Blister com 15 cp	20.000
41	Clomipramina (cloridrato) 75mg, Comprimido de liberação lenta	Comprimido		10.000

67	Eritromicina (estolato) 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.000
69	Escopolamina (butilbrometo) 20 mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	150
71	Espiramicina 1,5 MUI	Comprimido	Blister com 16 cp	3.600
78	Fenitoína 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	24.000
100	Glicazida 80mg	Comprimido	Blister com 15 cp	3.000
107	Imipramina (pamoato) 75mg	Comprimido		30.000
113	Isossorbida (dinitrato) sublingual 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	3.000
138	Metronidazol 400mg	Comprimido	Blister com 10 cp	9.000
157	Nortriptilina (cloridrato) 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp	3.000
170	Permanganato de Potássio 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.000
171	Peróxido de Benzoila 50mg/g gel dermatológico 250 gr	Bisnaga	Bisnaga com 20 gr	200
175	Plantago Ovata 3,5g pó efervescente sem açúcar	Sachê		10.000
178	Prometazina (cloridrato) 25mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml	60
203	Sulfato ferroso xarope 150 ml	Frasco	Frasco com 150 ml	300
211	Tiabendazol 50mg/g pomada 45 g	Bisnaga	Bisnaga 45 g	500
224	Varfarina Sódica 1mg	Comprimido		10.000

2.1.7 Órgão Participante: MUNICIPIO DE ITAPOÁ, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 81.140.303/0001-00, com sede na Rua Mariana Michel Borges, nº 201, Bairro Itapema do Norte, CEP 89.249-000, na cidade de Itapoá, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Sérgio Ferreira de Aguiar:

ITEM	MEDICAMENTO	UNIDADE	EMBALAGEM PRIMÁRIA	QUANTIDADE PRE-VISTA
4	Albendazol 400mg, blister com 1 cp	Comprimido	Blister com 1 cp	2.500
14	Benzilpenicilina 600.000ui + Diluente	Ampola	Frasco Ampola	800
15	Benzilpenicilina Benzatina 1200.000U.I pó frasco + diluente	Frasco	Frasco Ampola	3.500
16	Benzilpenicilina potássica 5.000.000 UI + Diluente	Frasco	Frasco Ampola	100
17	Bezafibrato 200mg	Comprimido		750
24	Carvão ativado	Comprimido		600
28	Carvedilol 3,125mg	Comprimido	Blister com 15 cp	13.000
42	Clonidina cloridrato 0,15 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	100
48	Clorpromazina 5mg solução Injetável ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	150
60	Dobutamina (cloridrato) 12,5mg/ml ampola 20 ml	Ampola	Ampola com 20 ml	300
63	Dopamina (cloridrato) 5 mg/ml ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10ml	400
67	Eritromicina (estolato) 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	6.000
71	Espiramicina 1,5 MUI	Comprimido	Blister com 16 cp	4.800
74	Etilefrina, cloridrato 7,5 mg/ml frasco 20 ml	Frasco	Frasco 20 ml	15
78	Fenitoína 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	13.500
79	Fenitoína Sódica 50 mg/ml ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	100
80	Fenobarbital 200 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	150
92	Furosemida 10 mg/ml frasco 120 ml	Frasco	Frasco com 120 ml	12
100	Glicazida 80mg	Comprimido	Blister com 15 cp	10.000
102	Hidralazina 20 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	500
103	Hidrogel com alginato bisnaga 30 g	Bisnaga	Bisnaga 30 g	150
107	Imipramina (pamoato) 75mg	Comprimido		1.500
113	Isossorbida (dinitrato) sublingual 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	3.000
115	Lactitol 10 G	Envelope		400
117	Levedopa 200mg + Carbidopa 50 mg	Comprimido		6.000
120	Lidocaína 2% + Norepinefrina 1:50.000 tubete 1,8 ml	Ampola	tubete 1,8 ml	350
136	Metoprolol (tartarato) 1 mg/ml uso hospitalar ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5ml	400
138	Metronidazol 400mg	Comprimido	Blister com 10 cp	15.000
145	Morfina (sulfato) 30 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	500
153	Nitroglicerina 5 mg/ml ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	200
156	Norepinefrina, sal bitartrato, 1mg/ml ampola 4 ml	Ampola	Ampola com 4 ml	150
160	Ondansetrona (cloridrato) 2mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	1.000
170	Permanganato de Potássio 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.000
178	Prometazina (cloridrato) 25mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml	600
189	Retinol 150 UI/ml frasco 20 ml	Frasco	Frasco com 20 ml	100
200	Soro glicofisiológico ( glicose associada ao cloreto de sódio 5% + 0,9% ) frasco 500ml sistema fechado	Frasco	Frasco com 500 ml	300
205	Suxametônio cloreto, 100 mg injetável	Frasco	Frascoampola	30
210	Tiabendazol 50mg/g pomada 20 g	Bisnaga	Bisnaga 20 g	100
212	Tiabendazol 50mg/ml suspensão oral 40 ml	Frasco	Frasco com 40 ml	100
218	Tramadol (cloridrato) 100mg retard	Comprimido		3.000

229	Vitamina A 5.000 UI/ml,Vitamina B1 4,0 mg/ml,Vitamina B2 1,0 mg/ml ,Vitamina PP 10,0 mg/ml ,Vitamina B6 1,0 mg/ml ,Vitamina B5 10,0 mg/ml,Vitamina H 0,1 mg/ml ,Vitamina C 50,0 mg/ml,Vitamina D 1.000 UI/ml,Vitamina E 3,0 mg/ml frasco 20 ml	Frasco	Frasco com 20 ml	7
-----	--	--------	------------------	---

2.1.8 Órgão Participante: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.459/0001-23, com sede na Rua Walter Marquardt, nº 1.111, na cidade de Jaraguá do Sul, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Dieter Janssen:

ITEM	MEDICAMENTO	UNIDADE	EMBALAGEM PRIMÁRIA	QUANTIDADE PRE-VISTA
4	Albendazol 400mg, blister com 1 cp	Comprimido	Blister com 1 cp	5.000
14	Benzilpenicilina 600.000ui + Diluente	Ampola	Frasco Ampola	1.000
15	Benzilpenicilina Benzatina 1200.000U.i pó frasco + diluente	Frasco	Frasco Ampola	5.000
26	Carvedilol 12,5mg	Comprimido	Blister com 15 cp	150.000
27	Carvedilol 25mg	Comprimido	Blister com 15 cp	80.000
28	Carvedilol 3,125mg	Comprimido	Blister com 15 cp	60.000
29	Carvedilol 6,25mg	Comprimido	Blister com 15 cp	150.000
32	Ceftriaxona Dissódica 500mg/ml EV	Frasco Ampola		300
39	Clindamicina (cloridrato) 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp	40.000
41	Clomipramina (cloridrato) 75mg, Comprimido de liberação lenta	Comprimido		30.000
63	Dopamina (cloridrato) 5 mg/ml ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10ml	300
67	Eritromicina (estolato) 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
71	Espiramicina 1,5 MUI	Comprimido	Blister com 16 cp	9.600
78	Fenitoína 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	100.000
79	Fenitoína Sódica 50 mg/ml ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	300
80	Fenobarbital 200 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	300
100	Glicazida 80mg	Comprimido	Blister com 15 cp	20.000
105	Hidróxido de Alumínio e de Magnésio 200mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
113	Isossorbida (dinitrato) sublingual 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000
114	Itraconazol 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
123	Medroxiprogesterona (acetato) 2,5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	30.000
138	Metronidazol 400mg	Comprimido	Blister com 10 cp	30.000
142	Miconazol (nitrato) 2% Gel Oral 40g	Bisnagas	Bisnaga com 40g	200
145	Morfina (sulfato) 30 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
151	Nitrato de Tiamina + piroxidina + cianocobalamina	Comprimido		300
152	Nitrofurantoína 5mg/ml suspensão Oral	Frascos		200
157	Nortriptilina (cloridrato) 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.000
161	Ondansetrona 8mg/ml ampola 4 ml	Ampola	Ampola com 4 ml	200
169	Pericazina 4% frasco 20 ml	Frascos	Frasco com 20 ml	500
172	Pilocarpina (cloridrato) 2% solução oftálmica 10 ml	Frascos	Frasco com 10 ml	300
178	Prometazina (cloridrato) 25mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml	300
214	Tiamina (cloridrato) + vitamina B1, riboflavinavitamina B2 4,0 mg, nicotinamida vitamina PP 40,0 mg dexpanthenol 6.0 ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml	300
225	Verapamil (cloridrato) 120mg	Comprimido	Blister com 10 cp	10.000

2.1.9 Órgão Participante: MUNICÍPIO DE JOINVILLE, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.169.623/0001-10, com sede na Avenida Hermann August Lepper, nº 10, Centro, CEP 89.201-910, na cidade de Joinville, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Udo Döhler:

ITEM	MEDICAMENTO	UNIDADE	EMBALAGEM PRIMÁRIA	QUANTIDADE PRE-VISTA
4	Albendazol 400mg, blister com 1 cp	Comprimido	Blister com 1 cp	36.000
6	Amicacina (sulfato) 500mg/ml solução injetável, ampola com 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	900
9	Ampicilina 1g injetável	Frascoampola		600
14	Benzilpenicilina 600.000ui + Diluente	Ampola	Frasco Ampola	12.000
15	Benzilpenicilina Benzatina 1200.000U.i pó frasco + diluente	Frasco	Frasco Ampola	30.000
16	Benzilpenicilina potássica 5.000.000 UI + Diluente	Frasco	Frasco Ampola	300
29	Carvedilol 6,25mg	Comprimido	Blister com 15 cp	1.800.000
35	Ciclopentolato 1% solução oftalmológica frasco 5 ml	Frascos	Frasco 5 ml	90
39	Clindamicina (cloridrato) 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp	500
47	Cloroquina 250 mg	Comprimido		21.000

48	Clorpromazina 5mg solução Injetavel ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	300
49	Colestiramina 4g	Saches		360
60	Dobutamina (cloridrato) 12,5mg/ml ampola 20 ml	Ampola	Ampola com 20 ml	300
63	Dopamina (cloridrato) 5 mg/ml ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10ml	1.800
67	Eritromicina (estolato) 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	18.000
69	Escopolamina (butilbrometo) 20 mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	7.200
71	Espiramicina 1,5 MUI	Comprimido	Blister com 16 cp	30.000
77	Fenilefrina (cloridrato) 10% solução oftálmica frasco 5 ml	Frascos	Frasco com 5ml	60
78	Fenitoína 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	600.000
79	Fenitoína Sódica 50 mg/ml ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	900
89	Fluoracila colírio	frasco		60
90	Fluoresceína 10 mg/ml solução oftálmica frasco 3 ml	Frascos	Frasco com 3 ml	60
93	Gabapentina 600 mg	Comprimido		1.080
97	gel lubrificante 5 gr dose única	Saches		50.000
108	Imiquimode 50 mg/g	envelopes		600
113	Isossorbida (dinitrato) sublingual 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	120.000
114	Itraconazol 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.500
119	Lidocaína 2% + Epinefrina 1:100.000 tubete 1,8 ml	Ampola	tubete 1,8 ml	18.000
131	Metadona 5mg	Comprimido		120.000
136	Metoprolol (tartarato) 1 mg/ml uso hospital ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5ml	300
144	Morfina (sulfato) 10mg/ml solução oral 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	600
149	Nalbufina 10mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	2.400
172	Pilocarpina (cloridrato) 2% solução oftálmica 10 ml	Frascos	Frasco com 10 ml	180
177	Prilocaina 25mg/g com lidocaína 25 mg/gr – bandagem oclusiva	binagias		120
194	Roxitrimicina 300 mg	comprimidos		800
197	Sinvastatina 80mg	Comprimido		90.000
204	Suxametônio (cloreto) 500 mg/ml Ampola 10 ml	Frasco Ampola	Ampola com 10 ml	300
211	Tiabendazol 50mg/g pomada 45 g	Bisnaga	Bisnaga 45 g	1.200
213	Tiafenicol 2,5 g envelope	envelope		50

2.1.10 Órgão Participante: MUNICIPIO DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.483/0001-62, com sede na Rua Onze de Novembro, nº 2.765, Centro, CEP 89.108-000, na cidade de Massaranduba, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Mário Fernando Reinke:

ITEM	MEDICAMENTO	UNIDADE	EMBALAGEM PRIMÁRIA	QUANTIDADE PRE-VISTA
4	Albendazol 400mg, blister com 1 cp	Comprimido	Blister com 1 cp	3.500
19	Bromazepam 01mg + Sulpirida 25mg	Comprimido		250
26	Carvedilol 12,5mg	Comprimido	Blister com 15 cp	400
27	Carvedilol 25mg	Comprimido	Blister com 15 cp	16.000
29	Carvedilol 6,25mg	Comprimido	Blister com 15 cp	400
30	Castanha da índia composta ( Aesculus hippocastanum 10 mg + Polygonum acre 10 mg + Smilax papyracea 40 mg + Rutina 20 mg)	Comprimido		28.000
40	Clobazam 20mg	Comprimido		1.100
49	Colestiramina 4g	Saches		250
50	Colestiramina 4g	envelopes		600
67	Eritromicina (estolato) 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.500
81	Fenoximetilpenicilina potássica 500.000 UI	Comprimido		400
113	Isossorbida (dinitrato) sublingual 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	500
138	Metronidazol 400mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.000
145	Morfina (sulfato) 30 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	500
176	Pregabalina 75mg	Comprimido		1.800
184	Questran Light 4,0 g	envelope		600
185	Questran light sache	saches		250
187	Residonato de sódio 35 mg	Comprimido		50
196	Sertralina (cloridrato) 100 mg	Comprimido		650
198	Sitagliptina (fosfato) 50mg + Metformina 850mg	Comprimido		900
203	Sulfato ferroso xarope 150 ml	Frasco	Frasco com 150 ml	50
218	Tramadol (cloridrato) 100mg retard	Comprimido		650

231	Vitamina A(palmitato) 12500Ui/ml+Vitamina B1(cloridrato) 0,4mg/ml+Vitamina B2(fosfato sódico)0,5mg/ml+Vitamina B6(-cloridrato)0,6mg/ml+Vitamina B12(cianocobalamina)0,5mcg/ml+Vitamina C(acido ascorbico)35mg/ml+Vitamina D3(colecalciferol)400Ui/ml+Vitamina E(acetato)4Ui/ml+Acido fólico 35mcg/ml+Nicotinamida 6mg/ml+Pantenol 3mg/ml	Frascos		180
-----	--	---------	--	-----

2.1.11 Órgão Participante: MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº83.102.756/0001-79, com sede na Avenida Richard S. de Albuquerque, nº 200, Centro, CEP 89.295-000, na cidade de Rio Negrinho, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Alcides Grohskopf:

ITEM	MEDICAMENTO	UNIDADE	EMBALAGEM PRIMÁRIA	QUANTIDADE PRE-VISTA
4	Albendazol 400mg, blister com 1 cp	Comprimido	Blister com 1 cp	2.500
14	Benzilpenicilina 600.000ui + Diluente	Ampola	Frasco Ampola	500
15	Benzilpenicilina Benzatina 1200.000U.i pó frasco + diluente	Frasco	Frasco Ampola	2.000
26	Carvedilol 12,5mg	Comprimido	Blister com 15 cp	170.000
41	Clomipramina (cloridrato) 75mg, Comprimido de liberação lenta	Comprimido		11.000
69	Escopolamina (butilbrometo) 20 mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	1.000
72	Estradiol (valerato) 2mg + Ciproterona (acetato) 1mg	Comprimido		1.470
78	Fenitoína 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	30.000
138	Metronidazol 400mg	Comprimido	Blister com 10 cp	12.000
144	Morfina (sulfato) 10mg/ml solução oral 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	200
178	Prometazina (cloridrato) 25mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml	100

2.1.12 Órgão Participante: MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 08.281.643/0001-62, com sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, Centro, CEP 89.280-902, na cidade de São Bento do Sul, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Fernando Tureck:

ITEM	MEDICAMENTO	UNIDADE	EMBALAGEM PRIMÁRIA	QUANTIDADE PRE-VISTA
4	Albendazol 400mg, blister com 1 cp	Comprimido	Blister com 1 cp	1.500
15	Benzilpenicilina Benzatina 1200.000U.i pó frasco + diluente	Frasco	Frasco Ampola	300
26	Carvedilol 12,5mg	Comprimido	Blister com 15 cp	10.000
27	Carvedilol 25mg	Comprimido	Blister com 15 cp	500
28	Carvedilol 3,125mg	Comprimido	Blister com 15 cp	1.000
29	Carvedilol 6,25mg	Comprimido	Blister com 15 cp	10.000
48	Clorpromazina 5mg solução Injetavel ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	50
67	Eritromicina (estolato) 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	500
71	Espiramicina 1,5 MUI	Comprimido	Blister com 16 cp	2.000
78	Fenitoína 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
79	Fenitoína Sódica 50 mg/ml ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	50
113	Isossorbida (dinitrato) sublingual 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	200
118	Levodopa 250mg + carbidopa 50mg	Comprimido	Blister com 50 cp	500
132	Metilfenidato (cloridrato) 10mg	Comprimido	Blister com 20 cp	5.000
144	Morfina (sulfato) 10mg/ml solução oral 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	50
145	Morfina (sulfato) 30 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	500
161	Ondansetrona 8mg/ml ampola 4 ml	Ampola	Ampola com 4 ml	50
178	Prometazina (cloridrato) 25mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml	100

2.1.13 Órgão Participante: MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.269/0001-06, com sede na Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, CEP 89.240-000, na cidade de São Bento do Sul, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Luiz Roberto de Oliveira:

ITEM	MEDICAMENTO	UNIDADE	EMBALAGEM PRIMÁRIA	QUANTIDADE PREVISTA
3	Ácido fólico 5mg	comprimido		600
14	Benzilpenicilina 600.000ui + Diluente	Ampola	Frasco Ampola	600
35	Ciclopentolato 1% solução oftalmologica frasco 5 ml	Frascos	Frasco 5 ml	24
48	Clorpromazina 5mg solução Injetavel ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	100
69	Escopolamina (butilbrometo) 20 mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	400
78	Fenitoína 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	11.000
79	Fenitoína Sódica 50 mg/ml ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	50
90	Fluoresceína 10 mg/ml solução oftalmica frasco 3 ml	Frascos	Frasco com 3 ml	10



113	Isossorbida (dinitrato) sublingual 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	6.000
132	Metilfenidato (cloridrato) 10mg	Comprimido	Blister com 20 cp	3.800
161	Ondansetrona 8mg/ml ampola 4 ml	Ampola	Ampola com 4 ml	200
178	Prometazina (cloridrato) 25mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml	500

2.1.14 Órgão Participante: MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 95.954.442/0001-83, com sede na Rua José Bonifácio Pires, nº 45, Centro, CEP 88.395-000, na cidade de São João do Itaperiú, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Rolvani Delmonego:

ITEM	MEDICAMENTO	UNIDADE	EMBALAGEM PRIMÁRIA	QUANTIDADE PREVISTA
4	Albendazol 400mg, blister com 1 cp	Comprimido	Blister com 1 cp	3.500
14	Benzilpenicilina 600.000ui + Diluente	Ampola	Frasco Ampola	400
15	Benzilpenicilina Benzatina 1200.000U.i pó frasco + diluente	Frasco	Frasco Ampola	1.000
26	Carvedilol 12,5mg	Comprimido	Blister com 15 cp	8.000
28	Carvedilol 3,125mg	Comprimido	Blister com 15 cp	10.000
29	Carvedilol 6,25mg	Comprimido	Blister com 15 cp	10.000
30	Castanha da índia composta ( Aesculus hippocastanum 10 mg + Polygonum acre 10 mg + Smilax papyracea 40 mg + Rutina 20 mg)	Comprimido		10.000
45	Cloranfenicol colírio frasco 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	100
48	Clorpromazina 5mg solução Injetável ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	150
69	Escopolamina (butilbrometo) 20 mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	400
78	Fenitoína 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	4.000
113	Isossorbida (dinitrato) sublingual 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.500
132	Metilfenidato (cloridrato) 10mg	Comprimido	Blister com 20 cp	1.440
178	Prometazina (cloridrato) 25mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml	400
203	Sulfato ferroso xarope 150 ml	Frasco	Frasco com 150 ml	500

2.1.15 Órgão Participante: MUNICIPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.491/0001-09, com sede na Rua Mal. Castelo Branco, nº 3.201, Centro, CEP 89.275-000, na cidade de Schroeder, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Osvaldo Jurck:

ITEM	MEDICAMENTO	UNIDADE	EMBALAGEM PRIMÁRIA	QUANTIDADE PREVISTA
4	Albendazol 400mg, blister com 1 cp	Comprimido	Blister com 1 cp	5.000
15	Benzilpenicilina Benzatina 1200.000U.i pó frasco + diluente	Frasco	Frasco Ampola	500
26	Carvedilol 12,5mg	Comprimido	Blister com 15 cp	50.000
29	Carvedilol 6,25mg	Comprimido	Blister com 15 cp	50.000
69	Escopolamina (butilbrometo) 20 mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	500
71	Espiramicina 1,5 MUI	Comprimido	Blister com 16 cp	2.000
78	Fenitoína 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	15.000
107	Imipramina (pamoato) 75mg	Comprimido		5000
113	Isossorbida (dinitrato) sublingual 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	1.000
114	Itraconazol 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	2.500
157	Nortriptilina (cloridrato) 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp	6.000
176	Pregabalina 75mg	Comprimido		1000
178	Prometazina (cloridrato) 25mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml	300

2.1.16 Órgão Participante: HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, de natureza autárquica, integrante da administração indireta do Município de Joinville, CNPJ nº 84.703.248/0001-09, com sede na Av. Getúlio Vargas, nº 238, Centro, CEP 89.202-000, na cidade de Joinville, SC, representado por seu Diretor Presidente, Sr. Carlos Alexandre da Silva:

ITEM	MEDICAMENTO	UNIDADE	EMBALAGEM PRIMÁRIA	QUANTIDADE PREVISTA
2	Ácido fólico 50mg	F/A		4.000
4	Albendazol 400mg, blister com 1 cp	Comprimido	Blister com 1 cp	1.500
5	Alprostadil 20mcg IV	Ampola		500
6	Amicacina (sulfato) 500mg/ml solução injetável, ampola com 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	1.500
8	Ampicilina 1g + sulbactam 0,5g	F/A		8.500
9	Ampicilina 1g injetável	Frascoampola		2.000
10	Anastrozol 1mg	Comprimido		80.000
11	Anfotericina B 50mg/10ml	F/A		400
12	Basiliximab 20mg/5ml	Frasco		200
13	Benzidamida 1,5mg/ml, frasco 150ml	Frasco	Frasco 150 ml	300



15	Benzilpenicilina Benzatina 1200.000U.i pó frasco + diluente	Frasco	Frasco Ampola	100
16	Benzilpenicilina potassica 5.000.000 UI + Diluente	Frasco	Frasco Ampola	800
20	Bupivacaína 0,5% (20ml) com invólucro externo estéril	F/A		150
21	Bupivacaína + epinefrina 0,5% (20ml) com invólucro externo estéril	F/A		150
22	Calcitriol (vitamina D3) 0,25mcg	Cápsula		1.000
23	Capecitabina 500mg	Comprimido		25.000
29	Carvedilol 6,25mg	Comprimido	Blister com 15 cp	9.000
31	Cefoxitina sódica 1g	F/A		400
33	Ciclofosfamida 1000mg	F/A		1.000
34	Ciclofosfamida 50mg	Drágea		400
35	Ciclopentolato 1% solução oftalmologica frasco 5 ml	Frascos	Frasco 5 ml	50
36	Ciclosporina 25mg	Cápsula		1.500
37	Cisatracúrio (besilato) 2mg/ml (10ml)	Ampola		700
38	Cisplatina 50mg	F/A		900
40	Clobazam 20mg	Comprimido		200
42	Clonidina cloridrato 0,15 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	9.000
43	Clorambucila 2mg	Comprimido		3.000
46	Cloreto de potássio.. 600mg (8meq de K+)	Drágea		300
48	Clorpromazina 5mg solução Injetavel ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	400
49	Colestiramina 4g	Saches		600
51	Complexo protrombínico 500 Ui (20ml)	F/A		24
52	Dacarbazina 200mg	F/A		500
53	Dantrolene 20mg	F/A		24
54	Daunorrubicina 20mg	F/A		300
55	Desmopressina (acetato) solução nasal 0,1mg/ml (frasco 2,5ml)	Frasco		50
57	Dextroetamina 50mg/ml (ampola 2ml)	Ampola		1.000
58	Difenidramina 50mg/ml (ampola 1ml)	Ampola		1.500
60	Dobutamina (cloridrato) 12,5mg/ml ampola 20 ml	Ampola	Ampola com 20 ml	300
61	Docetaxel 20mg	F/A		400
62	Docetaxel 80mg	F/A		300
63	Dopamina (cloridrato) 5 mg/ml ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10ml	900
64	Doxorrubicina 50mg	F/A		1.500
65	Droperidol 2,5mg/ml (ampola 1ml)	Ampola		50
66	Epirubicina 50mg	F/A		150
67	Eritromicina (estolato) 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	200
68	Eritropoetina humana 4000 u/ml	F/A		2.000
69	Escopolamina (butilbrometo) 20 mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	8.000
70	Esmolol 250mg/ml (ampola 10ml)	F/A		50
75	Etoposido 50mg	Cápsula		500
76	Extrato metanólico de BCG (imuno BCG) 40mcg	F/A		400
77	Fenilefrina (cloridrato) 10% solução oftalmica frasco 5 ml	Frascos	Frasco com 5ml	50
78	Fenitoína 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	12.000
79	Fenitoína Sódica 50 mg/ml ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	6.000
80	Fenobarbital 200 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	300
82	Fentanila 0,05mg/ml (ampola 10ml)	F/A		40.000
83	Fexofenadina 60mg	Comprimido		600
84	Fibrinogênio humano	Frasco		20
85	Filgrastima 300mcg/1ml	F/A		2.000
86	Fludarabina 50mg	F/A		120
87	Flumazenil 0,1mg/ml ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5mL	100
88	Fluocortolona + cinchocaína + clemizol pomada 10g	Tubo		50
90	Fluoresceína 10 mg/ml solução oftalmica frasco 3 ml	Frascos	Frasco com 3 ml	50
91	Fluorouracila 2500mg/50ml	F/A		1.000
94	Ganciclovir 100mg	bolsa		1.200
95	Ganciclovir 250mg	bolsa		1.000
96	Ganciclovir 500mg	bolsa		3.000
98	Gemcitabina 1000mg	F/A		1.000
101	Goserelina (acetato) 10,8mg	Seringa preenchida		300
102	Hidralazina 20 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	700
104	Hidroxycarbamida 500mg (hidroxiureia)	Cápsula		50.000
106	Ifosfamida 1000mg	F/A		1.500
109	Imunoglobulina. 5g	F/A		500

110	Interferon 10 milhões alfa 2b	F/A		1.000
111	Interferon 3 milhões alfa 2b	F/A		3.000
113	Isossorbida (dinitrato) sublingual 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	500
116	Letrozol 2,5mg	Comprimido		7.000
119	Lidocaína 2% + Epinefrina 1:100.000 tubete 1,8 ml	Ampola	tubete 1,8 ml	300
121	Losartan 25mg	Comprimido		2.000
124	Megestrol 160mg	Comprimido		1.200
125	Melfalano 2mg	Comprimido		2.000
126	Mercaptopurina 50mg	Comprimido		5.000
127	Meropenem Iv 1g	F/A		10.000
128	Mesalazina 400mg	Comprimido		400
129	Mesna 400mg/4ml	Ampola		1.500
130	Metadona 10mg/ml (ampola 1ml)	Ampola		1.200
131	Metadona 5mg	Comprimido		7.000
133	Metilprednisolona. (acetato) 40mg/ml (2ml) intramuscular	F/A		120
134	Metilprednisolona.. (succinato) 125mg/2ml	F/A		200
135	Metilprednisolona... (succinato) 500mg/8ml	F/A		1.000
136	Metoprolol (tartarato) 1 mg/ml uso hospitar ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5ml	300
137	Metotrexato 500mg	F/A		200
139	Micafungina sódica 100mg	F/A		400
140	Micofenolato de sódio 180mg	Cápsula		3.000
141	Micofenolato de sódio 360mg	Cápsula		20.000
143	Mitoxantrona 2mg/ml (10ml)	F/A		100
146	Morfina 0,2mg/ml (1ml)	Ampola		1.500
147	Morfina 10 mg	Comprimido		40.000
148	Moxifloxacina 400mg/250ml	Bolsa		250
153	Nitroglicerina 5 mg/ml ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	250
155	Nitroprussiato de sódio 50mg/ml (ampola 1ml)	Ampola		600
158	Octreotida 100mcg (0,1mg/ml)	Ampola		360
159	Octreotida 500mcg (0,5mg/ml)	Ampola		100
160	Ondansetrona (cloridrato) 2mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	7.000
161	Ondansetrona 8mg/ml ampola 4 ml	Ampola	Ampola com 4 ml	22000
162	Oxaliplatina 100mg	F/A		400
163	Oxaliplatina 50mg	F/A		250
164	Paclitaxel. 300mg/50ml	F/A		700
165	Pancurônio (brometo) 2mg/ml (2ml)	Ampola		100
166	Papaverina 50mg/ml (ampola 2ml)	Ampola		50
167	Penicilina cristalina. potássica 1.000.000 Ui	F/A		300
172	Pilocarpina (cloridrato) 2% solução oftálmica 10 ml	Frascos	Frasco com 10 ml	50
178	Prometazina (cloridrato) 25mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml	600
180	Propofol 10mg/ml (20ml) emulsão injetável	Ampola		5.000
181	Propofol 10mg/ml (50ml) emulsão injetável	F/A		250
183	Protamina 50mg/5ml 1000 Ui/ml (5ml)	Ampola		150
186	Remifentanil (cloridrato) 2mg	Ampola		900
188	Retinol (vitamina A) 1ml	Ampola		100
190	Rifampicina 300mg	Cápsula		600
192	Rocurônio (brometo) 50mg/5ml	F/A		6.000
193	Ropivacaína 0,2% (2mg/ml) 20ml	Ampola		80
199	Solução salina balanceada 500ml	Frasco		600
201	Sufentanila 5mcg/ml (2ml)	Ampola		250
202	Sulfato de bário 1g/ml (150ml) suspensão oral	Frasco		100
204	Suxametônio (cloreto) 500 mg/ml Ampola 10 ml	Frasco Ampola	Ampola com 10 ml	400
206	Tacrolimus 1mg	Comprimido		25.000
207	Tacrolimus 5mg	Ampola		2.000
208	Tamoxifeno 20mg	Ampola		100.000
216	Tiopental sódico 1g	Ampola		200
217	Tirofibano 0,25mg/ml (50ml)	Ampola		12
219	Tretinoína 10mg (ácido transretinoico)	Ampola		2.500
220	Trometamina (cetorolaco) 30mg/1ml	Ampola		300
221	Valganciclovir 450mg	Comprimido		3.000
222	Vancomicina 500mg	Ampola		5.500
223	Varfarina 2,5mg	Ampola		1.200
224	Varfarina Sódica 1mg	Comprimido		6000
227	Vincristina 1mg/ml (1ml)	Ampola		400

228	Vinorelbina 50mg	Ampola		200
230	vITAMINA A + D + B2 + C + niacinamida + B6 + Pantenol + vitamina E 5ml	Ampola		600
232	Xilometazolina (oximetazolina) 1% gotas 15ml	Ampola		50

## 2.2 Total estimado para consumo em todos os Órgãos Participantes:

ITEM	MEDICAMENTO	UNIDADE	EMBALAGEM PRIMÁRIA	QUANTIDADE PRE-VISTA
1	Acetilcisteína 40mg/mL, frasco com 120 ml	Frasco	Frasco com 120mL	500
2	Ácido fólico 50mg	F/A		4.000
3	Ácido fólico 5mg	comprimido		600
4	Albendazol 400mg, blister com 1 cp	Comprimido	Blister com 1 cp	79.100
5	Alprostadil 20mcg IV	Ampola		500
6	Amicacina (sulfato) 500mg/ml solução injetável, ampola com 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	2.400
7	Amitripilina (cloridrato) 75mg	Comprimido		15.000
8	Ampicilina 1g + sulbactam 0,5g	F/A		8.500
9	Ampicilina 1g injetável	Frascoampola		2.600
10	Anastrozol 1mg	Comprimido		80.000
11	Anfotericina B 50mg/10ml	F/A		400
12	Basiliximab 20mg/5ml	Frasco		200
13	Benzidamida 1,5mg/ml, frasco 150ml	Frasco	Frasco 150 ml	300
14	Benzilpenicilina 600.000ui + Diluente	Ampola	Frasco Ampola	18.750
15	Benzilpenicilina Benzatina 1200.000U.i pó frasco + diluente	Frasco	Frasco Ampola	48.200
16	Benzilpenicilina potássica 5.000.000 UI + Diluente	Frasco	Frasco Ampola	1.200
17	Bezafibrato 200mg	Comprimido		750
18	Biperideno 4mg (Comprimido de liberação prolongada)	Comprimido		10.000
19	Bromazepan 01mg + Sulpirida 25mg	Comprimido		250
20	Bupivacaína 0,5% (20ml) com invólucro externo estéril	F/A		150
21	Bupivacaína + epinefrina 0,5% (20ml) com invólucro externo estéril	F/A		150
22	Calcitriol (vitamina D3) 0,25mcg	Cápsula		1.000
23	Capecitabina 500mg	Comprimido		25.000
24	Carvão ativado	Comprimido		600
25	Carvão vegetal ativado - pó para uso oral - 1 kg	Pacote	Pacote com 1 kilo	1
26	Carvedilol 12,5mg	Comprimido	Blister com 15 cp	466.400
27	Carvedilol 25mg	Comprimido	Blister com 15 cp	163.000
28	Carvedilol 3,125mg	Comprimido	Blister com 15 cp	164.000
29	Carvedilol 6,25mg	Comprimido	Blister com 15 cp	2.119.400
30	Castanha da índia composta ( Aesculus hippocastanum 10 mg + Polygonum acre 10 mg + Smilax papyracea 40 mg + Rutina 20 mg)	Comprimido		188.300
31	Cefoxitina sódica 1g	F/A		400
32	Ceftriaxona Dissódica 500mg/ml EV	Frasco Ampola		400
33	Ciclofosfamida 1000mg	F/A		1.000
34	Ciclofosfamida 50mg	Drágea		400
35	Ciclopentolato 1% solução oftalmológica frasco 5 ml	Frascos	Frasco 5 ml	164
36	Ciclosporina 25mg	Cápsula		1.500
37	Cisatracúrio (besilato) 2mg/ml (10ml)	Ampola		700
38	Cisplatina 50mg	F/A		900
39	Clindamicina (cloridrato) 300mg	Comprimido	Blister com 10 cp	42.500
40	Clobazam 20mg	Comprimido		1.300
41	Clomipramina (cloridrato) 75mg, Comprimido de liberação lenta	Comprimido		53.000
42	Clonidina cloridrato 0,15 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	9.100
43	Clorambucila 2mg	Comprimido		3.000
44	Cloranfenicol 25mg + Cloridrato de lidocaína 30mg solução otológica frasco 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	500
45	Cloranfenicol colírio frasco 10 ml	Frasco	Frasco com 10 ml	600
46	Cloreto de potássio.. 600mg (8meq de K+)	Drágea		300
47	Cloroquina 250 mg	Comprimido		21.000
48	Clorpromazina 5mg solução Injetável ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	1.250
49	Colestiramina 4g	Saches		2.610
50	Colestiramina 4g	envelopes		600

51	Complexo protrombínico 500 Ui (20ml)	F/A		24
52	Dacarbazina 200mg	F/A		500
53	Dantrolene 20mg	F/A		24
54	Daunorrubicina 20mg	F/A		300
55	Desmopressina (acetato) solução nasal 0,1mg/ml (frasco 2,5ml)	Frasco		50
56	Dexpanthenol 50mg/g bisnaga 30 g	Bisnaga	Bisnaga com 30g	300
57	Dextrocetamina 50mg/ml (ampola 2ml)	Ampola		1.000
58	Difenidramina 50mg/ml (ampola 1ml)	Ampola		1.500
59	Dipirona sodica 750mg + cloridrato de adifenina 25mg + cloridrato de prometazina 25mg ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2mL	100
60	Dobutamina (cloridrato) 12,5mg/ml ampola 20 ml	Ampola	Ampola com 20 ml	910
61	Docetaxel 20mg	F/A		400
62	Docetaxel 80mg	F/A		300
63	Dopamina (cloridrato) 5 mg/ml ampola 10 ml	Ampola	Ampola com 10ml	3.750
64	Doxorrubicina 50mg	F/A		1.500
65	Droperidol 2,5mg/ml (ampola 1ml)	Ampola		50
66	Epirubicina 50mg	F/A		150
67	Eritromicina (estolato) 500mg	Comprimido	Blister com 10 cp	39.040
68	Eritropoetina humana 4000 u/ml	F/A		2.000
69	Escopolamina (butilbrometo) 20 mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	23.450
70	Esmolol 250mg/ml (ampola 10ml)	F/A		50
71	Espiramicina 1,5 MUI	Comprimido	Blister com 16 cp	56.080
72	Estradiol (valerato) 2mg + Ciproterona (acetato) 1mg	Comprimido		1.470
73	Estreptoquinase 1.500.000UI pó liófilo injetável	Frasco ampola		3
74	Etilefrina, cloridrato 7,5 mg/ml frasco 20 ml	Frasco	Frasco 20 ml	15
75	Etoposido 50mg	Cápsula		500
76	Extrato metanólico de BCG (imuno BCG) 40mcg	F/A		400
77	Fenilefrina (cloridrato) 10% solução oftálmica frasco 5 ml	Frascos	Frasco com 5ml	110
78	Fenitoína 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	888.500
79	Fenitoína Sódica 50 mg/ml ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	7.600
80	Fenobarbital 200 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	900
81	Fenoximetilpenicilina potássica 500.000 UI	Comprimido		400
82	Fentanila 0,05mg/ml (ampola 10ml)	F/A		40.000
83	Fexofenadina 60mg	Comprimido		600
84	Fibrinogênio humano	Frasco		20
85	Filgrastina 300mcg/1ml	F/A		2.000
86	Fludarabina 50mg	F/A		120
87	Flumazenil 0,1mg/ml ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5mL	115
88	Fluocortolona + cinchocaína + clemizol pomada 10g	Tubo		50
89	Fluoracila colírio	frasco		60
90	Fluoresceína 10 mg/ml solução oftálmica frasco 3 ml	Frascos	Frasco com 3 ml	120
91	Fluorouracila 2500mg/50ml	F/A		1.000
92	Furosemida 10 mg/ml frasco 120 ml	Frasco	Frasco com 120 ml	12
93	Gabapentina 600 mg	Comprimido		1.080
94	Ganciclovir 100mg	bolsa		1.200
95	Ganciclovir 250mg	bolsa		1.000
96	Ganciclovir 500mg	bolsa		3.000
97	gel lubrificante 5 gr dose única	Saches		50.000
98	Gemcitabina 1000mg	F/A		1.000
99	Gentamicina 280mg	Ampola		300
100	Glicazida 80mg	Comprimido	Blister com 15 cp	44.500
101	Goserelina (acetato) 10,8mg	Seringa preenchida		300
102	Hidralazina 20 mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	1.250
103	Hidrogel com alginato bisnaga 30 g	Bisnaga	Bisnaga 30 g	150
104	Hidroxycarbamida 500mg (hidroxiureia)	Cápsula		50.000
105	Hidróxido de Alumínio e de Magnésio 200mg	Comprimido	Blister com 10 cp	22.000
106	Ifosfamida 1000mg	F/A		1.500
107	Imipramina (pamoato) 75mg	Comprimido		36.500
108	Imiquimode 50 mg/g	envelopes		600
109	Imunoglobulina. 5g	F/A		500
110	Interferon 10 milhões alfa 2b	F/A		1.000
111	Interferon 3 milhões alfa 2b	F/A		3.000
112	Irbesartana 300mg	Comprimido		420
113	Isossorbida (dinitrato) sublingual 5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	178.500

114	Itraconazol 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	27.500
115	Lactitol 10 G	Envelope		400
116	Letrozol 2,5mg	Comprimido		7.000
117	Levodopa 200mg + Carbidopa 50 mg	Comprimido		6.000
118	Levodopa 250mg + carbidopa 50mg	Comprimido	Blister com 50 cp	500
119	Lidocaína 2% + Epinefrina 1:100.000 tubete 1,8 ml	Ampola	tubete 1,8 ml	18.300
120	Lidocaína 2% + Norepinefrina 1:50.000 tubete 1,8 ml	Ampola	tubete 1,8 ml	350
121	Losartan 25mg	Comprimido		2.000
122	Mebendazol 100 mg + tiabendazol	Comprimido		600
123	Medroxiprogesterona (acetato) 2,5mg	Comprimido	Blister com 10 cp	30.000
124	Megestrol 160mg	Comprimido		1.200
125	Melfalano 2mg	Comprimido		2.000
126	Mercaptopurina 50mg	Comprimido		5.000
127	Meropenem Iv 1g	F/A		10.000
128	Mesalazina 400mg	Comprimido		400
129	Mesna 400mg/4ml	Ampola		1.500
130	Metadona 10mg/ml (ampola 1ml)	Ampola		1.200
131	Metadona 5mg	Comprimido		127.000
132	Metilfenidato (cloridrato) 10mg	Comprimido	Blister com 20 cp	12.040
133	Metilprednisolona. (acetato) 40mg/ml (2ml) intramuscular	F/A		120
134	Metilprednisolona.. (succinato) 125mg/2ml	F/A		200
135	Metilprednisolona... (succinato) 500mg/8ml	F/A		1.000
136	Metoprolol (tartarato) 1 mg/ml uso hospitar ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5ml	1.080
137	Metotrexato 500mg	F/A		200
138	Metronidazol 400mg	Comprimido	Blister com 10 cp	71.000
139	Micafungina sódica 100mg	F/A		400
140	Micofenolato de sódio 180mg	Cápsula		3.000
141	Micofenolato de sódio 360mg	Cápsula		20.000
142	Miconazol (nitrato) 2% Gel Oral 40g	Bisnagas	Bisnaga com 40g	305
143	Mitoxantrona 2mg/ml (10ml)	F/A		100
144	Morfina (sulfato) 10mg/ml solução oral 60 ml	Frasco	Frasco com 60 ml	850
145	Morfina (sulfato) 30 mg	Comprimido	Blister com 10 cp	11.500
146	Morfina 0,2mg/ml (1ml)	Ampola		1.500
147	Morfina 10 mg	Comprimido		44.100
148	Moxifloxacina 400mg/250ml	Bolsa		250
149	Nalbufina 10mg/ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1 ml	2.400
150	Naloxona 0,4mg/1ml ampola 1 ml	Ampola	Ampola com 1mL	20
151	Nitrato de Tiamina + piroxidina + cianocobalamina	Comprimido		300
152	Nitrofurantoína 5mg/ml suspensão Oral	Frascos		200
153	Nitroglicerina 5 mg/ml ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5 ml	450
154	Nitroglicerina 25mg ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5mL	25
155	Nitroprussiato de sódio 50mg/ml (ampola 1ml)	Ampola		605
156	Norepinefrina, sal bitartarato, 1mg/ml ampola 4 ml	Ampola	Ampola com 4 ml	150
157	Nortriptilina (cloridrato) 10mg	Comprimido	Blister com 10 cp	19.000
158	Octreotida 100mcg (0,1mg/ml)	Ampola		360
159	Octreotida 500mcg (0,5mg/ml)	Ampola		100
160	Ondansetrona (cloridrato) 2mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2 ml	8.000
161	Ondansetrona 8mg/ml ampola 4 ml	Ampola	Ampola com 4 ml	22.650
162	Oxaliplatina 100mg	F/A		400
163	Oxaliplatina 50mg	F/A		250
164	Paclitaxel. 300mg/50ml	F/A		700
165	Pancurônio (brometo) 2mg/ml (2ml)	Ampola		100
166	Papaverina 50mg/ml (ampola 2ml)	Ampola		50
167	Penicilina cristalina. potássica 1.000.000 Ui	F/A		300
168	Periciazina 1% frasco 20 ml	Frascos	Frasco com 20 ml	100
169	Periciazina 4% frasco 20 ml	Frascos	Frasco com 20 ml	600
170	Permanganato de Potássio 100mg	Comprimido	Blister com 10 cp	5.300
171	Peróxido de Benzoila 50mg/g gel dermatologico 250 gr	Bisnaga	Bisnaga com 20 gr	200
172	Pilocarpina (cloridrato) 2% solução oftálmica 10 ml	Frascos	Frasco com 10 ml	530
173	Piridoxina (Cloridrato) 50mg	Comprimido		500
174	Piroxicam 40mg ampola 2 ml	Ampola	Ampola 2mL	250
175	Plantago Ovata 3,5g pó efervescente sem açúcar	Sachê		10.000
176	Pregabalina 75mg	Comprimido		2.800
177	Prilocaina 25mg/g com lidocaina 25 mg/gr – bandagem oclusiva	binnagas		120

178	Prometazina (cloridrato) 25mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml	4.410
179	Prometazina pomada	Bisnaga		100
180	Propofol 10mg/ml (20ml) emulsão injetável	Ampola		5.000
181	Propofol 10mg/ml (50ml) emulsão injetável	F/A		250
182	Protamina (Cloridrato) 10mg/mL ampola 5 ml	Ampola	Ampola com 5mL	25
183	Protamina 50mg/5ml 1000 Ui/ml (5ml)	Ampola		150
184	Questran Light 4,0 g	envelope		600
185	Questran light saché	saches		250
186	Remifentanil (cloridrato) 2mg	Ampola		900
187	Residonato de sódio 35 mg	Comprimido		50
188	Retinol (vitamina A) 1ml	Ampola		100
189	Retinol 150 UI/ml frasco 20 ml	Frasco	Frasco com 20 ml	100
190	Rifampicina 300mg	Cápsula		600
191	Rivaroxabana 10mg	comprimido		300
192	Rocurônio (brometo) 50mg/5ml	F/A		6.000
193	Ropivacaína 0,2% (2mg/ml) 20ml	Ampola		80
194	Roxitrimicina 300 mg	comprimidos		800
195	Salbutamol 2 mg	Comprimido		3.000
196	Sertralina (cloridrato) 100 mg	Comprimido		1.650
197	Sinvastatina 80mg	Comprimido		90.000
198	Sitagliptina (fosfato) 50mg + Metformina 850mg	Comprimido		900
199	Solução salina balanceada 500ml	Frasco		600
200	Soro glicofisiológico ( glicose associada ao cloreto de sódio 5% + 0,9% ) frasco 500ml sistema fechado	Frasco	Frasco com 500 ml	500
201	Sufentanila 5mcg/ml (2ml)	Ampola		250
202	Sulfato de bário 1g/ml (150ml) suspensão oral	Frasco		100
203	Sulfato ferroso xarope 150 ml	Frasco	Frasco com 150 ml	1.150
204	Suxametônio (cloreto) 500 mg/ml Ampola 10 ml	Frasco Ampola	Ampola com 10 ml	705
205	Suxametônio cloreto, 100 mg injetável	Frasco	Frascoampola	60
206	Tacrolimus 1mg	Comprimido		25.000
207	Tacrolimus 5mg	Ampola		2.000
208	Tamoxifeno 20mg	Ampola		100.000
209	Tiabendazol 500mg	Comprimido		1.000
210	Tiabendazol 50mg/g pomada 20 g	Bisnaga	Bisnaga 20 g	100
211	Tiabendazol 50mg/g pomada 45 g	Bisnaga	Bisnaga 45 g	1.730
212	Tiabendazol 50mg/ml suspensão oral 40 ml	Frasco	Frasco com 40 ml	100
213	Tiafenicol 2,5 g envelope	envelope		50
214	Tiamina (cloridrato) + vitamina B1,riboflavinavitamina B2 4,0 mg, nicotinamida vitamina PP 40,0 mg dexpanthenol 6.0 ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2ml	300
215	Tinidazol 500mg	Comprimido		300
216	Tiopental sódico 1g	Ampola		200
217	Tirofibano 0,25mg/ml (50ml)	Ampola		12
218	Tramadol (cloridrato) 100mg retard	Comprimido		3.650
219	Tretinoína 10mg (ácido transretinoico)	Ampola		2.500
220	Trometamina (cetorolaco) 30mg/1ml	Ampola		300
221	Valganciclovir 450mg	Comprimido		3.000
222	Vancomicina 500mg	Ampola		5.500
223	Varfarina 2,5mg	Ampola		1.200
224	Varfarina Sódica 1mg	Comprimido		16.000
225	Verapamil (cloridrato) 120mg	Comprimido	Blister com 10 cp	20.000
226	Verapamil (Cloridrato) 2,5mg/ml ampola 2 ml	Ampola	Ampola com 2mL	25
227	Vincristina 1mg/ml (1ml)	Ampola		400
228	Vinorelbina 50mg	Ampola		200
229	Vitamina A 5.000 UI/ml,Vitamina B1 4,0 mg/ml,Vitamina B2 1,0 mg/ml ,Vitamina PP 10,0 mg/ml ,Vitamina B6 1,0 mg/ml ,Vitamina B5 10,0 mg/ml,Vitamina H 0,1 mg/ml ,Vitamina C 50,0 mg/ml,Vitamina D 1.000 UI/ml,Vitamina E 3,0 mg/ml frasco 20 ml	Frasco	Frasco com 20 ml	7
230	Vitamina A + D + B2 + C + niacinamida + B6 + Pantenol + vitamina E 5ml	Ampola		600



231	Vitamina A(palmitato) 12500Ui/ml+Vitamina B1(cloridrato) 0,4mg/ml+Vitamina B2(fosfato sódico)0,5mg/ml+Vitamina B6(cloridrato)0,6mg/ml+Vitamina B12(cianocobalamina)0,5mcg/ml+Vitamina C(acido ascorbico)35mg/ml+Vitamina D3(colecalciferol)400Ui/ml+Vitamina E(acetato)4Ui/ml+Acido fólico 35mcg/ml+Nicotinamida 6mg/ml+Pantenol 3mg/ml	Frascos		280
232	Xilometazolina (oximetazolina) 1% gotas 15ml	Ampola		50

2.3 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estimados pelos Órgãos Participantes e fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

### 3 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

3.1 Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões.

3.2 Os trabalhos serão conduzidos pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, denominado Órgão Gerenciador, através de seu Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações" constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões ([www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)).

### 4 RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

4.1 O licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos para a recebimento e abertura da proposta, conforme consta no preâmbulo, atentando também para a data e horário para início da disputa.

4.2 As propostas dos licitantes poderão ser enviadas, substituídas e excluídas até a data e hora definidas para a recebimento das propostas.

4.3 Após o prazo previsto para recebimento das propostas, o sistema não aceitará a inclusão ou alteração das mesmas.

4.4 A proposta deverá conter FABRICANTE, MARCA E/OU NOME COMERCIAL do produto cotado, sendo permitida a apresentação de apenas uma marca por item cotado.

4.5 No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas, no campo próprio, as ESPECIFICAÇÕES, MARCAS, PREÇOS UNITARIO E TOTAIS DE TODOS OS ITENS ofertados, conforme a ficha técnica descritiva do produto. Deverá, ainda, ser informada a embalagem primária do lote, se aplicável, em atendimento ao item 2.7.2 deste Edital. A não inserção destas informações implicará na DESCLASSIFICAÇÃO IMEDIATA da licitante, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta.

4.6 Fica vedada a identificação da licitante em qualquer campo da proposta, tal como timbres, abreviações (relacionadas a empresa), carimbos, telefones, nomes, etc. O descumprimento do mesmo acarretará na desclassificação prévia da licitante.

4.7 A microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, informar no campo próprio da ficha técnica descritiva do objeto, o seu enquadramento nesta condição, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, para fazer valer o direito de prioridade no desempate previsto nos arts. 44 e 45 da mesma lei.

4.8 As propostas deverão ser formuladas em formato texto(Word), planilha(Excel) e Adobe Reader 9.0, para Sistema Operacional Microsoft Windows XP – Office Premium 2000. As propostas cadastradas sem anexo ou que não puderem ser "abertas", lidas e analisadas com a utilização do Sistema Operacional Microsoft Windows XP – Office Premium 2000 e versões posteriores serão desclassificadas.

### 5 CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1 Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos, bem como legislação aplicável.

5.1.1 Empresas em consórcio poderão participar da presente licitação, observados os critérios, requisitos, restrições e impedimentos estabelecidos pelo art. 33 da Lei nº 8.666/93.

5.2 Para participar desta licitação, o interessado deverá realizar previamente seu cadastramento junto à Bolsa de Licitações e Leilões.

5.3 Estarão impedidos de participar do processo licitatório aqueles que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:

- estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pelo Órgão Gerenciador ou qualquer dos Órgãos Participantes;
- sejam declaradas inidôneas pela Administração Pública, em qualquer esfera;
- estejam sob falência, concordata, dissolução ou liquidação;
- enquadrem-se às hipóteses previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93;
- apresentem irregularidade fiscal, trabalhista ou previdenciária, ressalvado o disposto no § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e item 11.2, alínea c.1 deste Edital.
- encontrem-se inadimplentes em relação às penalidades pecuniárias que lhes tenham sido impostas pelo Órgão Gerenciador ou Órgãos Participantes em Processo Administrativo do qual não caiba mais recurso.

5.4 O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações e Leilões, até no mínimo uma hora antes do horário limite fixado neste Edital para o recebimento das propostas.

### 6 REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

6.1 O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- responder às questões formuladas pelos licitantes, relativas ao certame;
- abrir as propostas de preços;
- analisar a aceitabilidade das propostas;
- desclassificar propostas, indicando os motivos;
- conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- declarar o vencedor;
- receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos relativos ao certame;
- elaborar a ata da sessão;

- k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar o registro dos preços;  
l) instaurar processo administrativo para apuração de irregularidades visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

#### CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES

6.2 A participação do interessado na licitação se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, devendo manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

6.3 Os participantes que desejem operar por meio de empresa associada à BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, deverão nomear através do instrumento de mandato com firma reconhecida, conforme modelo do Anexo VII, atribuindo-lhe poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

6.4 O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

6.5 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa de Licitações e Leilões.

6.6 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à BLL - Bolsa de Licitações e Leilões a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.7 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

#### PARTICIPAÇÃO

6.8 A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

6.9 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.10 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida pelo telefone: Curitiba-PR (41) 3042-9909 e FAX 3091-9654, através da Bolsa de Licitações e Leilões ou pelo e-mail [contato@bll.org.br](mailto:contato@bll.org.br).

#### 7 ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

8.1 A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das mesmas.

8.2 Todas as propostas classificadas serão consideradas lances na fase de disputas e ordenadas por valor. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

8.3 Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado, os participantes serão imediatamente informados de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

8.4 O fornecedor poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o lote.

8.5 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.6 Fica a critério do pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante.

8.7 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

8.8 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de mensagem eletrônica (e-mail ou chat), divulgando data e hora da reabertura da sessão.

8.9 A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo extra aleatório. O período de tempo extra ocorrerá em um intervalo entre 01 (um) segundo e 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances, não podendo em hipótese alguma, as empresas apresentarem novos lances.

8.10 Face à imprevisão do tempo extra, os participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil.

8.11 Facultativamente, o Pregoeiro poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances.

8.12 Antes de anunciar o vencedor, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.

8.13 O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

8.14 Quando for constatado empate, conforme estabelecem os artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, o sistema aplicará os critérios para desempate em favor da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte. Após o desempate, poderá o Pregoeiro ainda tentar negociar um melhor preço.

8.15 Os documentos exigidos no presente edital deverão ser anexados através de upload de documentos na plataforma BLL, sob pena de desclassificação.

8.16 POSTERIORMENTE, OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA DEVERÃO SER ENCAMINHADOS EM ORIGINAIS OU CÓPIAS AUTENTICADAS, NO PRAZO MÁXIMO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, CONTADOS DA DATA DO FINAL DA SESSÃO PÚBLICA VIRTUAL, JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS CORRIGIDA CONFORME SEU ÚLTIMO LANCE, PARA O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC

Endereço: Rua Max Colin, nº 1843, Bairro América, CEP 89.204-635, em Joinville, SC

E-mail: [cisamunesc@cisamunesc.org.br](mailto:cisamunesc@cisamunesc.org.br)

Telefone/fax: (47) 34229838

8.17 A sessão pública fica suspensa, ou seja, permanece em fase de classificação/habilitação até o recebimento da documentação original dentro das condições dispostas no item 8.16.

8.18 O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido, acarretará nas sanções previstas no item 17.8, deste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

8.19 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

8.20 Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

8.21 A proposta de preços deverá ter a validade mínima de 60 (sessenta) dias, permanecendo este prazo em caso de omissão.

8.22 Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos ou estando eles já decididos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço por item.

## 8 PROPOSTA ESCRITA E FORNECIMENTO

8.1 A licitante vencedora, deverá enviar Órgão Gerenciador, no prazo estipulado no item 8.16, a Proposta de Preços escrita, com o(s) valor(es) oferecido(s) após a etapa de lances, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação. Os documentos não deverão conter emendas, rasuras ou entrelinhas.

8.2 A proposta escrita deverá conter:

- a) o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual, número de telefone, fax e e-mail;
- b) folhas datadas, assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;
- c) declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;
- d) o prazo de validade da proposta de preços que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data da abertura das propostas virtuais;
- e) discriminados, em moeda corrente nacional, os preços dos itens limitados a 04 (quatro) casas decimais para os centavos;
- f) discriminado, o prazo de validade da Ata de 22 de junho de 2015 a 31 de dezembro de 2015;
- g) o prazo de entrega dos itens de até 10 (dez) dias do recebimento da Autorização de Fornecimento exclusivamente emitida pelo Órgão Participante;
- h) as especificação, marca completa do produto oferecido de acordo com as apresentadas na Proposta Eletrônica, com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, totalmente e estritamente conformes descrito no item 1.1, deste Edital;
- i) o valor unitário e valor total com a quantidade estimada;
- j) os dados Bancários conforme ANEXO II;
- k) a descrição da Embalagem Primária para o lote, sendo o caso, conforme item 2.7.2.

8.3 Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o MENOR PREÇO UNITÁRIO - POR ITEM.

8.4 Serão desclassificadas as propostas que conflitam com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

## 9 GARANTIA

9.1 As licitantes vencedoras deverão, respeitadas as particularidades e exigências de cada item, fornecer o objeto com validade/garantia igual ou superior a 12 (doze) meses contados do recebimento do objeto, a cada Autorização de Fornecimento.

## 10 DA HABILITAÇÃO

10.1 TODA A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO NO ITEM 8.16, CONTENDO A SEGUINTE INDICAÇÃO:

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2015-CISNORDESTE/SC

REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2015-CISNORDESTE/SC

(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)

10.2 Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

- a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (de acordo com as exigências do Código Civil), a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como a última alteração, devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores; No caso de consórcio de empresas, além do ato constitutivo das empresas consorciadas, documentos referidos no art. 33 da Lei nº 8.666/93.
- b) caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF – Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, a fim de comprovar os poderes do outorgado.
- c) Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação, conforme modelo (ANEXO III).
- c.1) Sendo a licitante a ser habilitada Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva, comprovando a regularização da restrição, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006.
- d) a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito de comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, deverá apresentar a seguinte documentação:
  - d.1) comprovante de opção pelo Simples Nacional, obtido através do site da Secretaria da Receita Federal - <http://www.receita.fazenda.gov.br/>;
  - d.2) declaração firmada pelo representante legal da empresa ou seu procurador, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º

do artigo 3º da Lei Complementar 123/06, conforme modelo (ANEXO V).

d.3) os documentos relacionados nos subitens d.1 e d.2 poderão ser substituídos pela Certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa do DNRC nº 103, publicado no D.O.U. do dia 22/05/2007.

e) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

f) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

g) prova de Regularidade com a Fazenda Estadual da sede da licitante;

h) prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;

i) prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);

j) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), nos termos da Lei Federal nº 12.440/2011.

k) cópia da Licença Sanitária Estadual ou Municipal, para a atividade desenvolvida pela empresa: produção, importação, armazenamento, distribuição ou comercialização de medicamentos (art. 5º da Portaria Ministerial nº 2814, de 29 de maio de 1998, alterada pela Portaria Ministerial nº 3716, de 08 de outubro de 1998).

l) cópia da Autorização de Funcionamento da empresa ou da respectiva publicação no Diário Oficial da União, no caso de cotação de medicamentos sujeitos ao controle especial (art. 2º da Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998, da Secretaria de Vigilância Sanitária, do Ministério da Saúde).

m) as distribuidoras de medicamentos deverão atender ao contido no art. 23, §§ 7º e 8º da Lei nº 9.782/99. Caso a renovação da autorização de funcionamento e/ou autorização de funcionamento especial ainda não tenha sido publicada pela ANVISA, será aceita cópia do protocolo de renovação, juntamente com autorização do funcionamento publicada no Diário Oficial da União do ano anterior.

n) No caso da empresa detentora da marca terceirizar a produção do produto cotado para outra empresa, a licitante deverá apresentar o contrato de terceirização, contendo os produtos a serem terceirizados.

o) cópia do Certificado de Registro do Produto ou de sua publicação no Diário Oficial da União (art. 5º da Portaria Ministerial nº 2.814, de 29 de maio de 1998 alterada pela Portaria Ministerial nº 3716, de 08 de outubro de 1998), devendo este ser identificado com o número do item a que se refere.

10.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte também deverão apresentar os documentos referentes à regularidade fiscal. Todavia, apresentada eventual restrição, esta poderá ser sanada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, na forma do § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/06.

10.3.1 A não regularização da documentação no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, facultando ao Órgão Gerenciador convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.

10.4 Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais na sede do Órgão Gerenciador, para autenticação pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX), tampouco documentos ilegíveis.

10.5 Em hipótese alguma serão aceitos documentos com prazo de validade vencido.

10.5.1 Os documentos apresentados sem prazo de validade serão considerados válidos por 4 (quatro) meses após a sua expedição.

## 11 DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

11.1 Será de responsabilidade da licitante vencedora:

a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas;

b) apresentação do Certificado de Controle de Qualidade do Lote de cada produto;

c) apresentação de Registro e/ou Notificação do produto na ANVISA/MS;

d) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

e) fornecer os medicamentos dentro do prazo de validade exigido no item 10.1;

f) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas dos medicamentos, bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;

g) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante e Órgão Gerenciador indicados na autorização de fornecimento;

h) lançar o atendimento para cada Autorização de Fornecimento, e inclusão da Nota Fiscal em pdf e em XML, no sistema informatizado de controle de execução das Atas de Registro de Preços, online, disponibilizado pelo Órgão Gerenciador, conforme item 2.1.2;

i) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviada por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

j) havendo variação de preços de mercado ou indisponibilidade de produto, que inviabilizem o cumprimento do fornecimento na forma registrada, informar ao Órgão Gerenciador, antes do recebimento das Autorizações de Fornecimento/Pedido de Medicamentos ou, no máximo, dentro do prazo previsto para fornecimento do objeto.

## 12 DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

12.1 A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR ITEM, desde que atendidas as exigências deste Edital.

## 13 DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

13.1 Decairá do direito de impugnar os termos do Edital aquele que não o fizer até 2 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

13.1.1 Não será admitida a Impugnação do Edital por intermédio de fac-símile ou via e-mail, devendo a referida peça ser protocolada, instruída com documentos, junto ao CISNORDESTE/SC.

13.2 Caberá ao Pregoeiro decidir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre a Impugnação interposta.

13.3 Se procedente e acolhida a Impugnação do Edital, seus vícios serão sanados, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto, quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

## 14 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO DE FORNECIMENTO

14.1 As obrigações decorrentes das futuras aquisições do objeto, constantes no Registro de Preços a serem firmadas entre o Órgão



Gerenciador (Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina), os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados e Hospital Municipal São José), e o Fornecedor serão formalizadas através da Ata de Registro de Preços, sendo que o prazo de validade do Registro de Preços será de 22 de junho de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

14.1.1 Serão formalizadas atas entre o Órgão Gerenciador/Órgão Participante(1) e Fornecedor; Órgão Gerenciador/Órgão Participante(2) e Fornecedor; Órgão Gerenciador/Órgão Participante(3) e Fornecedor, e, assim, sucessivamente, até o total de Órgãos Participantes que tenham previsão de consumo para cada lote.

14.2 O fornecedor classificado em primeiro lugar nos lances realizados no certame será convocado a firmar as Atas de Registro de Preços (Órgão Gerenciador e cada Órgão Participante conforme estimativa de consumo, previsto no item 3 deste Edital) no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a homologação, podendo ser o prazo prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Administração do Consórcio, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal e trabalhista.

14.2.1 Havendo viabilidade técnica, poderá ser utilizada a assinatura digital de documentos, desde que inequívoca a autenticidade e integridade ao documento eletrônico e que a assinatura digital seja gerada por processo de criptografia de chaves públicas, conforme MP nº 2.200-2/2001.

14.3 O licitante que, convocado para assinar as Atas de Registro de Preços, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído, aplicando-se-lhe a sanção prevista no item 17.8 deste Edital.

14.4 Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar as Atas de Registro de Preços, no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

14.5 Observados os critérios e condições estabelecidos neste Edital, os Órgãos Participantes poderão firmar Atas de Registro de Preços ou Aditivos com mais de um fornecedor, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado.

14.6 A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## 15 DO REAJUSTE DOS PREÇOS

15.1 Os preços não serão reajustados durante a validade das Atas de Registro de Preços.

## 16 DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

16.1 Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, desde que manifeste sua intenção, imediatamente, através do sistema eletrônico. O licitante recorrente deverá fazer, via sistema, o registro da síntese das suas razões, devendo juntar memoriais com as razões detalhadas, no prazo de 3 (três) dias, na sede do CISNORDESTE/SC. Os licitantes interessados ficam, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente. Dentro do prazo para apresentação de contrarrazões, será facultada vistas dos autos aos interessados.

16.1.1 A falta de manifestação imediata e motivada importará na preclusão do direito de recurso, bem como a falta de apresentação das razões de recurso, por memoriais, na forma do item 17.1 acarretará na mesma consequência.

16.1.2 Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo licitante.

16.1.3 Não será admitido que as Razões do Recurso sejam apresentadas por intermédio de fac-símile ou via e-mail, tampouco serão recebidas as razões ou contrarrazões apresentadas fora do prazo e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente, devendo a referida peça ser protocolada junto ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC.

16.1.4 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.2 Não havendo manifestação dos licitantes quanto à interposição de recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), por item/lote, sendo submetido este resultado ao Presidente do CISNORDESTE/SC para homologação.

16.3 O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Presidente do CISNORDESTE/SC, por intermédio do Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Presidente do CISNORDESTE/SC, devidamente instruído(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

16.4 Decidido(s) o(s) recurso(s) eventualmente interposto(s), será o resultado da licitação submetido ao Presidente do CISNORDESTE/SC para o procedimento de homologação com a devida adjudicação, do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).

16.5 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato/Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo de 05 (cinco) dias, a contar da convocação, feita através do email cadastrado, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.

16.6 De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

16.6.1 Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor as seguintes sanções:

a) advertência;

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica(m) o(s) Fornecedor(es) sujeito(s) a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total inadimplido, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, poderá ser considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicada a multa de 15% (quinze por cento) do valor total do contrato inadimplido.

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, podendo o Órgão Gerenciador ou Participante incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), administrado pela Controladoria Geral da União e disponível em <http://www.portaldatransparencia>.

gov.br/ceis/Consulta.seam

16.7 A multa moratória prevista na alínea c do item 17.6.1 é inacumulável com as multas sancionatórias previstas nas alíneas d e e do mesmo item, se decorrentes do mesmo fato gerador. Entretanto, tendo origem em fatos diversos, poderão ser cumuladas.

16.7.1 Aplicar-se-á a multa prevista na alínea e do item 17.6.1 no caso de requerimento de cancelamento/desclassificação de lote após ter se esgotado o prazo para fornecimento do objeto requerido na Autorização de Fornecimento/Pedido de Medicamentos.

16.7.2 Os requerimentos de reequilíbrio econômico-financeiro decorrentes de fatos supervenientes deverão ser realizados antes do recebimento da Autorização de Fornecimento/Pedido de Medicamentos, ou, no máximo, dentro do prazo previsto para fornecimento do objeto, sob pena de aplicação da multa prevista na alínea d do item 17.6.1, caso o requerimento de reequilíbrio seja aceito ou da multa prevista na alínea e do item 17.6.1, caso o mesmo não seja aceito.

16.7.3 O fornecedor ao qual já houver sido cominada a penalidade descrita no item 17.6.1 alínea d por 3 (três) vezes, poderá ser obstado de participar no próximo pregão para registro de preços do mesmo objeto a ser realizado pelo Órgão Gerenciador.

16.8 Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, ao licitante que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para alicitação, que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o CISNORDESTE/SC, bem como com qualquer um dos Órgãos Participantes, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.9 A aplicação de quaisquer penalidades decorrerá de processo administrativo, instaurado pelo Pregoeiro, garantida a ampla defesa e o contraditório, sendo realizadas as intimações através de mensagem eletrônica (email) com confirmação de leitura, enviada ao endereço eletrônico informado pelo licitante em seu cadastro, ou por correspondência com Aviso de Recebimento, enviado ao endereço da sede da pessoa jurídica.

16.10 Das decisões que cominarem penalidades, caberá recurso à Diretora Executiva do CISNORDESTE/SC, no prazo de 10 (dez) dias.

16.11 Ficará suspensa e exigibilidade de penalidades pecuniárias com valor inferior a R\$ 50,00 (cinquenta Reais), facultando-se à Administração exigi-las no caso de, cumulando-as com novas penalidades, o valor total superar a este limite.

16.12 No caso do item 17.11, sendo o fato punível, também, com penalidades não pecuniárias, nada obsta sua aplicação.

16.13 As multas eventualmente aplicadas deverão ser depositadas a favor do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, dentro de, no máximo, 10 (dez) dias do trânsito em julgado da decisão administrativa que a houver aplicado.

## 18 DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

18.1.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

18.1.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

I. convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II. frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

III. convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

18.1.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. consultar os demais licitantes que tenham apresentado lance para o lote em questão, questionando-lhe sobre a possibilidade de assunção do registro, nas condições originalmente pactuadas pelo licitante vencedor ou, ainda, nas condições de sua melhor proposta no certame ou nas condições atuais de mercado.

II. obtendo-se possibilidade de inclusão do lote na Ata de Registro de Preços com outro licitante, por valor inferior ao da proposta de realinhamento, convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

III. frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes de esgotado o prazo para fornecimento da Autorização de Fornecimento; e

IV. poderá ser firmada Ata de Registro de Preços para inclusão do lote, conforme melhor proposta atualmente obtida. Havendo identidade de ofertas, prevalecerá a daquele que houver obtido melhor classificação no certame.

18.1.4 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

18.1.5 Será possível a subrogação de direitos e obrigações do Fornecedor, nos casos de fusão, cisão ou incorporação, conforme art. 78, inciso VI da Lei nº 8.666/93.

## 19 DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

19.1 O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

I. descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II. recusar-se a celebrar as Atas de Registro de Preços ou não retirar o instrumento, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

III. não aceitar reduzir o seu preço registrado, quando este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV. tiver presentes razões de interesse público;

V. for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

VI. for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

VII. não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Órgão Gerenciador na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.



19.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da Diretora Executiva do Órgão Gerenciador.

19.3 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados, não aplicando-se-lhe quaisquer penalidades, caso o faça antes de receber a Autorização de Fornecimento/Pedido de Medicamentos ou antes de esgotado o prazo de fornecimento da Autorização de Fornecimento.

## 20 DA DOTAÇÃO

20.1 As despesas decorrentes das aquisições dos medicamentos, objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica dos orçamentos de cada Órgão Participante, referente o exercício de 2015.

20.1.1 O Órgão Participante, quando da contratação/empenhamento, especificará a classificação orçamentária pertinente.

## 21 DO PAGAMENTO

21.1 O pagamento pelas aquisições, objeto da presente licitação, será feito diretamente pelo Órgão Participante em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.

21.1.1 O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento definitivo dos medicamentos, objeto desta licitação, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e arquivo XML.

21.2 O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

21.3 Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

21.4 Por ocasião do pagamento, o Órgão Participante poderá consultar a situação da regularidade fiscal e trabalhista do fornecedor, podendo bloquear os pagamentos caso constate alguma irregularidade, até que a mesma seja sanada.

## 22 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 Caberá ao Órgão Gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços.

22.2 A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

22.3 A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta e anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

22.3.1 Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

22.3.2 Caberá ao Fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

22.3.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

22.3.4 Os quantitativos decorrentes das adesões, não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para os Órgãos Participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

22.4 Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

22.5 O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, no Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, logo após sua homologação.

22.6 Detalhes não citados referentes à prestação dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

22.7 O Presidente do CISNORDESTE/SC poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

22.8 O Pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como responderão às dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, através do telefone (47) 3422 9838, ou pessoalmente (Rua Max Colin, nº 1843, Bairro América, CEP 89.204-635, em Joinville/SC).

22.9 Não cabe à BLL - Bolsa de Licitações e Leilões qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo Fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

22.10 O Pregoeiro e Equipe de Apoio foram nomeadas através da Resolução nº 02, de 21 de janeiro de 2015.

22.11 São partes integrantes deste Edital os seguintes ANEXOS:

- a) ANEXO I – Modelo de Proposta de Preços;
- b) ANEXO II – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;
- c) ANEXO III – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
- d) ANEXO IV – Relação dos Órgãos (Gerenciador e Participantes);
- e) ANEXO V – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- f) ANEXO VI – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- g) ANEXO VII – Termo de Adesão Bolsa de Licitações e Leilões;
- h) ANEXO VIII – Modelo de Proposta Eletrônica.
- i) ANEXO IX – Endereços para entrega dos medicamentos e Dados para Faturamento
- j) ANEXO X – Dados para cadastro do Fornecedor

Joinville (SC), 15 de maio de 2015.

JOSÉ CHAVES

Presidente do CISNORDESTE/SC

## ANEXO I

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2015-CISNORDESTE/SC

REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2015-CISNORDESTE/SC

## MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica nº 002/2015 – CISNORDESTE/SC,acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

## 1 – IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE e CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA (conforme ANEXO II)

## 2 – PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado, preço unitário e total por item, limitados a 04 (quatro) casas decimais.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

## 3 – CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

## PRAZO DE GARANTIA

A garantia deverá ser conforme descrito no item 10.1, deste Edital.

## LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

De acordo com o especificado no Item 2.1.3 e 2.1.8, deste Edital.

## VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

De no mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

## PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

De acordo com item 1.2 do Edital: de 01 de maio de 2015 a 31 de outubro de 2015

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transporte e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

## LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

## 4 - OBJETO DA PROPOSTA (MODELO):

ITEM	QTDE	UNIDADE	MEDICAMENTO	MARCA/ MODELO	EMBALAGEM PRIMÁRIA *	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	40.600	Frasco	Acebrofilina 5mg/ml, xarope pediátrico,				
45	200	Comprimido	Anlodipino (besilato) + Ramipil 5,0/5mg				
			CONTINUA ...				

\* informar Embalagem Primária, caso não conste nas tabelas do Edital

Local e Data

Carimbo do CNPJ:

Assinatura do Representante

## ANEXO II

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2015-CISNORDESTE/SC

REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2015-CISNORDESTE/SC

## 1. DADOS BANCÁRIOS

NOME DO BANCO:
CIDADE:
Nº DA AGÊNCIA:
Nº DA CONTA CORRENTE DA EMPRESA:

## 2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO:
CARGO OU FUNÇÃO:
IDENTIDADE Nº:
CPF/MF Nº:

## ANEXO III

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2015-CISNORDESTE/SC

REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2015-CISNORDESTE/SC

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

\_\_\_\_\_ (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) \_\_\_\_\_ CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada em  
\_\_\_\_\_ (ENDEREÇO COMERCIAL) \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002,  
que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

OBS – Se for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer constar  
tal ressalva.

\_\_\_\_ <CIDADE> \_\_\_\_\_ ( UF ), \_\_\_\_ < DATA> \_\_\_\_\_

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo da empresa

Carimbo do CNPJ:

## ANEXO IV

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2015-CISNORDESTE/SC

REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2015-CISNORDESTE/SC

RELAÇÃO DO ÓRGÃO GERENCIADOR

ÓRGÃO GERENCIADOR	ENDEREÇO	CNPJ	PRESIDENTE
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de SC – CISNORDESTE/SC	Rua Max Colin, no 1843, América	03.222.337/0001-31	José Chaves

RELAÇÃO DOS  
ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

ÓRGÃO PARTICIPANTE	ENDEREÇO	CNPJ	RESPONSÁVEL
Município de Balneário Barra do Sul	Av. Amandio Cabral, nº 457, Centro, CEP 89.247-000	95.945.509/0001-80	Ademar Henrique Borges
Município de Barra Velha	Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, CEP 88.390-000	83.102.830/0001-57	Claudemir Matias Francisco

Município de Campo Alegre	Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, CEP 89.294-000	83.102.749/0001-77	Rubens Blaszkowski
Município de Corupá	Av. Getúlio Vargas, nº 443, Centro, CEP 89.278-000	83.102.467/0001-70	Luís Carlos Tamanini
Município de Garuva	Av. Celso Ramos, nº 1.614, Centro, CEP 89.248-000	83.102.848/0001-59	José Chaves
Município de Guaramirim	Rua 28 de Agosto, nº 2.043, Centro, CEP 89.270-000	11.293.409/0001-60	Lauro Frohlich
Município de Itapoá	Rua Mariana Michel Borges, nº 201, Bairro Itapema do Norte, CEP 89.249-000	81.140.303/0001-00	Sérgio Ferreira de Aguiar
Município Jaraguá do Sul	Rua Walter Marquardt, nº 1.111, Bairro Barra do Rio Molha, CEP 89.259-700	83.102.459/0001-23	Dieter Janssen
Município de Joinville	Av. Hermann August Lepper, nº 10, Centro, CEP 89.201-910	08.189.821/0001-37	Udo Döhler
Município de Massaranduba	Rua 11 de Novembro, nº 2.765, Centro, CEP 89.108-000	83.102.483/0001-62	Mário Fernando Reinke
Município de Rio Negrinho	Av. Richard S. de Albuquerque, nº 200, Centro, CEP 89.295-000	83.102.756/0001-79	Alcides Grohskopf
Município de São Bento do Sul	Rua Jorge Lacerda, nº 75, Centro, CEP 89.280-902	08.281.643/0001-62	Fernando Tureck
Município de São Francisco do Sul	Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, CEP 89.240-000	83.102.269/0001-06	Luiz Roberto de Oliveira
Município de São João do Itaperiú	Rua José Bonifácio Pires, nº 45, Centro, CEP 88.395-000	95.954.442/0001-83	Rolvani Delmonego
Município de Schroeder	Rua Mal. Castelo Branco, nº 3.201, Centro, CEP 89.275-000	83.102.491/0001-09	Osvaldo Jurck
Hospital Municipal São José	Avenida Getúlio Vargas, nº 238, Centro, CEP: 89202-000 – Joinville/SC	84.703.248/0001-09	Udo Döhler

## ANEXO V

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2015-CISNORDESTE/SC

REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2015-CISNORDESTE/SC

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESAS  
E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) ou procurado \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas elencadas na Lei nº 8.666/93, que em conformidade com o previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006, ter a receita bruta equivalente a uma \_\_\_\_\_ (microempresa ou empresa de pequeno porte). Declara ainda que não há nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, art. 3º da LC 123/06.

Assinatura e carimbo  
Representante da empresa

Carimbo do CNPJ:

## ANEXO VI

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2015-CISNORDESTE/SC

REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2015-CISNORDESTE/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 022/2015-CISNORDESTE/SC

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ..... /2015

Aos ... dias do mês de ..... do ano de dois mil e ....., presentes de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 03.222.337/0001-31, com sede na Rua Max Colin, nº 1843, América, no Município de Joinville, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, José Chaves, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR, e o MUNICÍPIO DE ....., pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua ....., nº ....., inscrito no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. .... doravante denominado ORGÃO PARTICIPANTE, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: ..... pessoa jurídica de direito privado, situada na ....., nº ....., na cidade de ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., neste ato representada pelo ....., Sr. ...., doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº

8.666/93 e suas alterações, à Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Resolução do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina –CISNORDESTE/SC nº 02 de 10 de janeiro de 2014 e no Edital de Pregão Eletrônico nº 02/2015-CISNORDESTE/SC, e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

0.1 A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado, de medicamentos, para uso do Órgão Participante: ....., durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços: 22 de junho de 2015 a 31 de dezembro de 2015, conforme Tabela da Cláusula Décima Quarta.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

2.1 Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a Tabela da Cláusula Décima Quarta.

2.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estimados pelo Órgão Participante e fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS

2.1 As contratações dos itens, de forma parcelada, serão efetuadas conforme a necessidade de cada Órgão Participante, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.

2.1.1 A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante, por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, Autorização de Fornecimento, Pedido de Medicamentos ou Contrato.

2.1.2 Neste ato, é atribuído um login e senha FORNECEDOR para acesso ao sistema de controle STLicita, disponível em <http://cisamunesc.stlicita.com.br/>, sendo as Autorizações de Fornecimento/Pedido de Medicamentos lançadas pelos Órgãos Participantes diretamente neste sistema.

2.1.3 Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data de recebimento da Autorização de Fornecimento, Pedido de Medicamentos ou Contrato, que serão geradas através do sistema STlicita (<http://cisamunesc.stlicita.com.br/>) e enviada por meio eletrônico, no endereço eletrônico cadastrado pelo fornecedor.

2.1.4 O FORNECEDOR deverá acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após envio.

2.1.4.1 Caso o FORNECEDOR não confirme o recebimento no prazo mencionado no item 3.1.4, o próprio sistema fará a confirmação, sendo considerada válida para todos os efeitos.

2.1.4.2 Em razão da confirmação automática do recebimento das Autorizações de Fornecimento pelo sistema STLicita, na forma do item 3.1.4.1, caso haja alteração dos dados de acesso em relação àqueles informados no Anexo X do Edital do Pregão Eletrônico nº 04/2015-CISNORDESTE/SC, compete exclusivamente ao FORNECEDOR requerer a atualização dos seus dados de acesso.

2.1.5 Caso as autorizações de fornecimento a serem entregues não atinjam o valor mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta Reais), o FORNECEDOR, desde que inequivocamente noticie ao requisitante e este expressamente concorde, poderá exceder, em no máximo 10 (dez) dias, o prazo de entrega, não aplicando-se-lhe qualquer sanção.

2.1.6 O controle da situação das Autorizações de Fornecimento será realizada através do sistema informatizado STLicita, sendo liberado acesso ao FORNECEDOR, através de senha, fornecida por ocasião da celebração da Ata de Registro de Preços, conforme item 3.1.2.

2.1.7 Ao realizar o faturamento e entrega dos itens constantes da Autorização de Fornecimento, o FORNECEDOR deverá registrar o evento no sistema informatizado STLicita, anexando a Nota Fiscal Eletrônica respectiva, em formato "pdf", bem como o arquivo XML correspondente.

2.1.8 O FORNECEDOR deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante (Anexo IX), com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica.

2.2 A data de validade dos materiais a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de recebimento dos mesmos pelo solicitante.

2.3 Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão Participante correrão por conta do FORNECEDOR.

2.3.1 Ficará sob total responsabilidade do FORNECEDOR, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

2.4 O FORNECEDOR deverá apresentar no ato da entrega dos medicamentos:

2.4.1 o Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle por linha de produção/produto emitida pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, dentro do prazo de validade;

2.4.2 o Certificado de Controle de Qualidade do lote de cada produto, emitido pelo laboratório produtor.

2.4.3 o Certificado de Registro de Produto de cada medicamento, que poderá ser emitido via internet, no site da ANVISA, dentro do prazo de validade.

2.5 Os Órgãos Participantes observarão, para efeito de quantificação do pedido, a quantidade mínima da embalagem primária, nos casos de impossibilidade de fracionamento. Caso o FORNECEDOR receba Autorização de Fornecimento com quantidade incompatível com a possibilidade de fracionamento, deverá imediatamente informar ao Órgão Participante a situação, requerendo a revisão do empenho e, ainda, ao Órgão Gerenciador, para efetuar o cancelamento da quantidade remanescente no sistema STLicita.

2.6 A fracionabilidade será regulada pelas disposições contidas no Decreto nº 5.775/2006, Lei nº 6.360/76, Lei nº 6.437/77 e RDC nº 80/2006.

2.7 O FORNECEDOR deverá observar as diretrizes estabelecidas pela RDC nº 54/2013, referente à implantação do sistema nacional de controle de medicamentos e os mecanismos e procedimentos para rastreamento de medicamentos na cadeia dos produtos farmacêuticos

2.8 Para fins desta Ata de Registro de Preços, são considerados sinônimos os termos Autorização de Fornecimento e Pedido de Medicamentos.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

3.1 O pagamento pelas aquisições, objeto da presente Ata de Registro de Preços, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.

3.1.1 O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento definitivo dos medicamentos, objeto



desta licitação, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e arquivo XML.

3.1.2 O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.2 Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.3 Por ocasião do pagamento, o Órgão Participante consultará a situação da regularidade fiscal e trabalhista do fornecedor, podendo bloquear os pagamentos caso constate alguma irregularidade, até que a mesma seja sanada.

3.4 Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1 Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

a) fornecer o objeto desta Ata de Registro de Preços, de acordo com as especificações exigidas e condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 04/2015 – CISNORDESTE/SC;

b) apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle da produção/produto;

c) apresentar o Certificado de Controle de Qualidade do Lote de cada produto;

d) apresentar o Registro e/ou Notificação do produto na ANVISA/MS;

e) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

f) fornecer os medicamentos dentro do prazo de validade exigido no item 3.2;

g) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas dos medicamentos, bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;

h) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante e Órgão Gerenciador indicados na Autorização de Fornecimento;

i) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviada por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

j) lançar o atendimento para cada Autorização de Fornecimento, e inclusão da Nota Fiscal em pdf e em XML, no sistema STLicita, online, disponibilizado pelo Órgão Gerenciador;

k) havendo variação de preços de mercado ou indisponibilidade de produto, que inviabilizem o cumprimento do fornecimento na forma registrada, informar ao Órgão Gerenciador, antes do recebimento das Autorizações de Fornecimento ou, no máximo, dentro do prazo estipulado para fornecimento, sem tolerância.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1 Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao FORNECEDOR as seguintes sanções:

a) advertência;

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica(m) o(s) FORNECEDOR(ES) sujeito(s) à multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total inadimplido, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) do valor total do contrato inadimplido.

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, podendo o Órgão Gerenciador ou Participante incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), administrado pela Controladoria Geral da União e disponível em <http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/Consulta.seam>

g) o FORNECEDOR ao qual já houver sido cominada a penalidade descrita no item 17.6.1 alínea d por 3 (três) vezes, poderá ser obstado de participar no próximo pregão para registro de preços do mesmo objeto a ser realizado pelo Órgão Gerenciador.

5.2 A multa moratória prevista na alínea c do item 6.1 é inacumulável com as multas sancionatórias previstas nas alíneas d e e do mesmo item, se decorrentes do mesmo fato gerador. Entretanto, tendo origem em fatos diversos, poderão ser cumuladas.

5.3 Aplicar-se-á a multa prevista na alínea e do item 6.1 no caso de requerimento de cancelamento/desclassificação de lote após ter sido emitida a Autorização de Fornecimento/Pedido de Medicamentos pelo Órgão Participante.

5.4 Os requerimentos de reequilíbrio econômico-financeiro decorrentes de fatos supervenientes deverão ser realizados antes do recebimento da Autorização de Fornecimento/Pedido de Medicamentos enviado pelo Órgão Participante ou, no máximo, dentro do prazo previsto para fornecimento do objeto, sob pena de aplicação da multa prevista na alínea d do item 6.1, caso o requerimento de reequilíbrio seja aceito ou da multa prevista na alínea e do item 6.1, caso o mesmo não seja aceito.

5.5 Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o FORNECEDOR que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, que ensejarem o retardamento da execução do contrato, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o CISNORDESTE/SC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

5.6 A aplicação de quaisquer penalidades decorrerá de processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, sendo realizadas as intimações através de mensagem eletrônica (email) com confirmação de leitura, enviada ao endereço eletrônico informado pelo licitante em seu cadastro, ou por correspondência com Aviso de Recebimento, enviado ao endereço da sede da pessoa jurídica.

5.7 Das decisões que cominarem penalidades, caberá recurso à Diretora Executiva do CISNORDESTE/SC, no prazo de 10 (dez) dias.

5.8 Ficará suspensa e exigibilidade de penalidades pecuniárias com valor inferior a R\$ 50,00 (cinquenta Reais), facultando-se à Administração torná-las exigíveis no caso de, cumulando-as com novas penalidades, o valor total superar a este limite. Entretanto, sendo o fato punível com penalidades não pecuniárias, nada obsta sua aplicação.

5.9 As multas eventualmente aplicadas deverão ser depositadas a favor do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa



Catarina – CISNORDESTE/SC, dentro de, no máximo, 10 (dez) dias do trânsito em julgado da decisão administrativa que a houver aplicado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1 Os contratos decorrentes da presente Ata poderão ser rescindidos, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados nos artigos 77, 78 e 79 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

7.1.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto ao FORNECEDOR.

7.1.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

I. convocar o FORNECEDOR visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II. frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido; e

III. convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

7.1.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. consultar os demais licitantes que tenham apresentado lance para o lote em questão, questionando-lhe sobre a possibilidade de assunção do registro, nas condições originalmente pactuadas pelo FORNECEDOR ou, ainda, nas condições de sua melhor proposta no certame ou nas condições atuais de mercado.

II. obtendo-se possibilidade de inclusão do lote na Ata de Registro de Preços com outro licitante, por valor inferior ao da proposta de realinhamento, convocar o FORNECEDOR visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

III. frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes de esgotado o prazo para fornecimento da Autorização de Fornecimento; e

IV. poderá ser firmada Ata de Registro de Preços para inclusão do lote, conforme melhor proposta atualmente obtida. Havendo identidade de ofertas, prevalecerá a daquele que houver obtido melhor classificação no certame.

7.1.4 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.1.5 Será possível a subrogação de direitos e obrigações do FORNECEDOR, nos casos de fusão, cisão ou incorporação, conforme art. 78, inciso VI da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

8.1 O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

I. descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II. recusar-se a celebrar as Atas de Registro de Preços ou não retirar o instrumento, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

III. não aceitar reduzir o seu preço registrado, quando este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV. tiver presentes razões de interesse público;

V. for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

VI. for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

VII. não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

8.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

8.3 O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados, não aplicando-se-lhe quaisquer penalidades, caso o faça antes de receber a Autorização de Fornecimento/Pedido de Medicamentos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015, conforme validade da presente Ata de Registro de Preços.

9.1.1 O Órgão Participante quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

10.1 A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo nº 22/2015-CISNORDESTE/SC, Pregão Eletrônico nº 004/2015-CISNORDESTE/SC, REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2015-CISNORDESTE/SC, realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CISNORDESTE/SC, Órgão Gerenciador.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

11.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 22 de junho de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

11.2 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, observado o máximo de 1 (um) ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

11.3 A vigência para execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1 O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador ou para os Órgãos Participantes, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir, independentemente da estimativa de consumo indicada na Cláusula Segunda e Décima Quarta.

12.2 Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital do Pregão Eletrônico nº 04/2015 – CISNORDESTE/SC e o preço registrado, o Órgão Participante poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.

12.3 A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmarem as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Órgão Gerenciador e os Órgãos Participantes, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

12.5 A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta e anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

12.5.1 Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

12.5.2 Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.

12.5.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

12.5.4 Os quantitativos decorrentes das adesões à Ata de registro de Preços não poderão exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para os Órgãos Participantes, independentemente do número de órgãos que aderirem.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DE REGISTRO DE PREÇOS E ESTIMATIVA DE CONSUMO**

13.1 Tabela de itens, preços e estimativa de consumo registrados:

ITEM	QTDE	UNIDADE	MEDICAMENTO	MARCA/ MODELO	EMBALAGEM PRIMÁRIA *	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
...	...	...	...				
			CONTINUA ...				

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO**

14.1 É competente o foro da Comarca de Joinville, SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Joinville (SC), ... de ..... de 2015.

JOSÉ CHAVES Fornecedor Registrado  
Presidente do CISNORDESTE/SC  
Órgão Gerenciador

Órgão Participante Assessoria Jurídica:

Testemunhas:

1ª – \_\_\_\_\_

2ª – \_\_\_\_\_

**ANEXO VII**

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2015-CISNORDESTE/SC

REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2015-CISNORDESTE/SC

TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL E DE INTERMEDIACÃO DE OPERAÇÕES

1 – Por meio do presente Termo de Adesão, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamentado Sistema Eletrônico de Pregões Eletrônicos da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições

que seguem.

2 – São responsabilidades do Licitante:

2.1 – tomar conhecimento de e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;

2.2 – observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;

2.2.1 - observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, dos quais declarar pleno conhecimento;

2.2.2 - designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme ANEXO I;

2.2.3 - pagar a taxa pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.

3 – O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no ANEXO IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

4 – O Licitante autoriza a Bolsa de Licitações e Leilões a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no ANEXO IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões.

5 – (cláusula facultativa – para caso de uso de corretoras) O Fornecedor/Comprador outorga plenos poderes à sociedade corretora abaixo qualificada, nos termos dos artigos 653 e seguintes do Código Civil Brasileiro, para o fim específico de credenciá-lo e representá-lo nos negócios de seu interesse realizados por meio do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, podendo a sociedade corretora, para tanto:

5.1 – declarar que conhece e atende as condições de habilitação previstas no Edital;

5.2 – apresentar lance de preço;

5.3 – apresentar manifestação sobre os procedimentos adotados pelo pregoeiro;

5.4 – solicitar informações via sistema eletrônico;

5.5 – interpor recursos contra atos do pregoeiro;

5.6 – apresentar e retirar documentos;

5.7 – solicitar e prestar declarações e esclarecimentos;

5.8 – assinar documentos relativos às propostas;

5.9 – emitir e firmar o fechamento da operação;

5.10 – praticar todos os atos em direito admitidos para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, que não poderá ser substabelecido.

6 – O presente Termo de Adesão é válido até \_\_/\_\_/\_\_, podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento.

Local e data:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
(reconhecer firma em cartório)

Anexo ao Termo de Adesão ao Sistema Eletrônico de Licitações  
da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - (Licitante direto)  
Indicação de Usuário do Sistema

O Licitante reconhece que:

a) a Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à Bolsa nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;

b) o cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela Bolsa, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante;

c) a perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à Bolsa, para o necessário bloqueio de acesso;

d) o Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros;

e) o não pagamento da taxa ensejará a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da Bolsa, no Serviço de Proteção de Crédito e no SERASA.

Local e data:

Responsável: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
(reconhecer firma em cartório)

ANEXO VIII

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2015-CISNORDESTE/SC

REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2015-CISNORDESTE/SC

MODELO DE PROPOSTA ELETRÔNICA

ANEXO IX

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2015-CISNORDESTE/SC

## REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2015-CISNORDESTE/SC

## RELAÇÃO DE ENDEREÇOS PARA ENTREGA DOS MEDICAMENTOS E DADOS PARA FATURAMENTO

ÓRGÃO PARTICIPANTE	DADOS PARA FATURAMENTO	ENDEREÇO DE ENTREGA
Balneário Barra do Sul	Fundo Municipal de Saúde de Baln. Barra do Sul CNPJ: 11.228.769/0001-88 Rua Amâncio Cabral, nº 457, Centro Balneário Barra do Sul/SC – Telefone: (47) 3448-1043 Contato: saúde@balneariobarradosul.sc.gov.br	Complexo de Saúde - Farmácia Rua Francisco José Peixer, nº 329, Centro – Balneário Barra do Sul/SC. CEP: 88247-000
Barra Velha	Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha CNPJ: 01.877.528/0001-06 Av. Gov. Celso Ramos, nº 200, Centro – Barra Velha/SC - CEP: 88390-00 - Telefone (47) 3456-1067 – Contato: Andréa da Silva Ribeiro	Rua Miranda Coutinho, nº 49, Centro – Barra Velha/SC CEP: 88390-00
Campo Alegre	Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre CNPJ 01.941.360/0001-50 Av. Getúlio Vargas, nº 467, Centro Campo Alegre/SC - Telefone: (47) 3632-1621 Contato: Carolina da Costa Telma saude@campoalegre.sc.gov.br	Rua Irmã Amalia Gheller, nº 22 Centro - Campo Alegre/SC
Corupá	Fundo Municipal de Saúde de Corupá CNPJ 11.269.752/0001-79 Av. Getúlio Vargas, nº 443, Centro CEP 89.278-000 Corupá/SC Telefone: (47) 3375-1234 Contato: Bernadete Hillbrecht saude@corupa.sc.gov.br	Rua Nereu Ramos, nº 312 Centro – Corupá/SC
Garuva	Fundo Municipal de Saúde de Garuva CNPJ 11.303.923/0001-39 Av. Celso Ramos, nº 1614, Centro Garuva/SC Telefone: (47) 3445-4018 Contato: Thiago Francisco Backes thiagobackes@hotmail.com	Rua Juarez Távora, nº 106 Centro – Garuva/SC
Guaramirim	Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim CNPJ 11.293.409/0001-60 Rua Henrique Friedmann, nº 415, Centro CEP 89.270-000 Guaramirim/SC Contato: Júlia Coral Telefone: (47) 3373-6255 jscoral@gmail.com	Rua Henrique Friedmann, nº 415 Centro - Guaramirim/SC
Itapoá	Fundo municipal de Saúde de Itapoá Rua: Mariana Michels Borges, 201, Itapema do Norte – Itapoá/SC. CNPJ: 11.485.410/0001-96 Contato: Cristian Angelo Grassi - telefone: (47) 3443-0617 - cristian@itapoa.sc.gov.br	Av: Zilda Arns Neumann, nº 557 - Itapema do Norte – Itapoá/SC de segunda a sexta-feira das 8:00hs as 14:00hs, sem fechar para o almoço.
Jaraguá do Sul	Fundo Municipal de Saúde de Jaraguá do Sul CNPJ 14.007.211/0001-60 Rua Isidoro Pedri, nº 120, Jaraguá do Sul/SC Telefone: (47) 2106-8400 Contato: Lucimara Gabardo Tarachucky Saude.compras01@jaraguadosul.sc.gov.br	Rua Isidoro Pedri, nº 120 Bairro Barra do Rio Molha Jaraguá do Sul/SC
Joinville	Fundo Municipal de Saúde de Joinville CNPJ 08.184.821/0001-37 Rua Araranguá, nº 397, Bairro América Joinville/SC Telefone: (47) 3481-5105 Contato: Larissa Grun Brandão Nascimento gabinetesaudejoinville@gmail.com	Central de Abastecimento Farmacêutico – CAF Rua Monsenhor Gercino, nº 1055 Bairro Itaum – Joinville/SC CEP 89.210-146

Massaranduba	Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba CNPJ 11.231.203/0001-05 Rua 11 de Novembro, nº 3.025, Centro CEP 89.108-000 – Massaranduba/SC Telefone: 47 3379-1568 Contato: Adriana Vassel Reinke adrianavassel@hotmail.com	Unidade Sanitária Centro Rua 11 de novembro,S/N - Centro CEP 89108-000- Massaranduba/SC
Rio Negrinho	Fundo Municipal de Saúde de Rio Negrinho CNPJ 10.377.912/0001-30 Av. Richard S. Albuquerque, nº 40, Centro Cívico, Rio Negrinho/SC Telefone: (47) 3644-2122 Contato: Cássia Marques Nakano saudern@rionegrinho.sc.gov.br	Av. Richard S. Albuquerque, nº 40, Centro Cívico, Rio Negrinho/SC farmácia.saude@rionegrinho.sc.gov.br
São Bento do Sul	Fundo Municipal de São Bento do Sul CNPJ 08.281.643/0001-62 Rua Largo Hugo Fischer, nº 25 São Bento do Sul/SC Telefone: (47) 3631-0400 Contato: Nilso Agostinho Cabral comprassaude@saobentodosul.sc.gov.br	Central de Medicamentos Rua Henrique Schwartz, nº 61 – sala 11B – São Bento do Sul/SC Telefone: (47) 3635-1602
São Francisco do Sul	Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul Rua Manoel Bueno, nº 387, Rocio Grande, São Francisco do Sul/SC – CEP: 89240-000 Telefone: (47) 3444-6190 – 3444-2458 – 3444-2033 – financei- rosaude@saofranciscodosul.sc.gov.br	Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde Rua: Aldo Possamai, s/nº (subida Hospital da Caridade) - Centro – São Francisco do Sul/SC Telefone: (47) 3444-5202
São João do Itaperiú	Fundo Municipal de Saúde de São João do Itaperiú CNPJ: 10.422.587/0001-80 Rua José Romão de Souza, 470 – CEP: 88395-000 – Telefone: Fone: (47) 3458-0010 Contato: Josiane B. Rocha – licitacao@pmsji.sc.gov.br	Farmácia Municipal Rua José Romão de Souza, 401, Centro, São João do Itaperiú/SC
Schroeder	Município de Schroeder CNPJ 83.102.491/0001-09 Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201 – Centro CEP 89.275-000 - Schroeder/SC Telefone: (47) 3374-6500 Contato: Nádia C.H. Tambosi nadiyah@schroeder.sc.gov.br	Secretaria Municipal de Saúde Rua Paulo Jahn, nº 147 – Sala 26 Centro - Schro- eder/SC A/C Roseane Finta Telefone: (47) 3374-6405 Saude.farmacia@schroeder.sc.gov.br
Hospital Municipal São José	Hospital Municipal São José CNPJ 84.703.248/0001-09 Av. Getúlio Vargas, nº 238 – Centro Joinville/SC Telefone: (47) 3441-6634 Contato: Ana Carolina Cristofolini Leopold Hmsj.nad@joinville.sc.gov.br	Hospital Municipal São José Serviço de Farmácia Av. Getúlio Vargas, nº 238 – Centro Joinville/SC Acesso pela Rua São José Segunda a Sexta, das 08h00 às 11h30min e das 13h30min às 16h00.

## ANEXO X

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2015-CISNORDESTE/SC

REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2015-CISNORDESTE/SC

DADOS CADASTRAIS DE FORNECEDORES

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ: INSCRIÇÃO ESTADUAL:

ENDEREÇO (rua, nº, Complemento, CEP, Cidade, Estado):

DADOS BANCÁRIOS:

## CONTATO(S):

SETOR	RESPONSÁVEL	TELEFONE(S)	EMAIL(S)
Licitação (Documentação)			
Autorizações de Fornecimento			
Faturamento/entregas			
Notificações			

## EXTRATO DE EDITAL

## Aviso de Licitação

Pregão Eletrônico nº 004/2015 – CISNORDESTE/SC

Registro de Preços nº 004/2015 – CISNORDESTE/SC

Processo Administrativo nº 22/2015

OBJETO: O REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, de forma parcelada, para uso dos Órgãos Participantes do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC: MUNICÍPIOS DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL, BARRA VELHA, CAMPO ALEGRE, CORUPÁ, GARUVA, GUARAMIRIM, ITAPOÁ, JARAGUÁ DO SUL, JOINVILLE, MASSARANDUBA, RIO NEGRI-NHO, SÃO BENTO DO SUL, SÃO FRANCISCO DO SUL, SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ, SCHROEDER E HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ (autarquia integrante da administração indireta do Município de Joinville), durante o período de 22 de junho de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

TIPO: Menor preço - POR ITEM

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00 do dia 19/05/2015 até às 09h00 do dia 02/06/2015.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: 09h01min às 12h00 do dia 02/06/2015

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 13h30 min do dia 02/06/2015

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF)

LOCAL: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) "Acesso Identificado"

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

Endereço: Rua Max Colin, nº 1843, Bairro América, CEP 89.204-635, em Joinville, SC

E-mail: [cisamunesc@cisamunesc.org.br](mailto:cisamunesc@cisamunesc.org.br)

Telefone: (47) 3422-9838

Fax: (47) 3422-9838

Site: [www.cisamunesc.org.br](http://www.cisamunesc.org.br)

Joinville (SC), 15 de maio de 2015.

JOSÉ CHAVES

Presidente do CISNORDESTE/SC

**EXTRATO PREGÃO ELETRÔNICO 004/2015**

## EXTRATO DE EDITAL

## Aviso de Licitação

Pregão Eletrônico nº 004/2015 – CISNORDESTE/SC

Registro de Preços nº 004/2015 – CISNORDESTE/SC

Processo Administrativo nº 22/2015

OBJETO: O REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, de forma parcelada, para uso dos Órgãos Participantes do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC: MUNICÍPIOS DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL, BARRA VELHA, CAMPO ALEGRE, CORUPÁ, GARUVA, GUARAMIRIM, ITAPOÁ, JARAGUÁ DO SUL, JOINVILLE, MASSARANDUBA, RIO NEGRI-NHO, SÃO BENTO DO SUL, SÃO FRANCISCO DO SUL, SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ, SCHROEDER E HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ (autarquia integrante da administração indireta do Município de Joinville), durante o período de 22 de junho de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

TIPO: Menor preço - POR ITEM

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00 do dia 19/05/2015 até às 09h00 do dia 02/06/2015.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: 09h01min às 12h00 do dia 02/06/2015

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 13h30 min do dia 02/06/2015

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF)

LOCAL: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) "Acesso Identificado"

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

Endereço: Rua Max Colin, nº 1843, Bairro América, CEP 89.204-635, em Joinville, SC

E-mail: [cisamunesc@cisamunesc.org.br](mailto:cisamunesc@cisamunesc.org.br)

Telefone: (47) 3422-9838

Fax: (47) 3422-9838

Site: [www.cisamunesc.org.br](http://www.cisamunesc.org.br)



Joinville (SC), 15 de maio de 2015.  
JOSÉ CHAVES  
Presidente do CISONORDESTE/SC

## **EXTRATO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2015**

### **EXTRATO DE EDITAL**

Aviso de Licitação  
Pregão Eletrônico nº 003/2015 – CISONORDESTE/SC  
Processo Administrativo nº 60/2014

**OBJETO:** Contratação de software de Controle de Processo Administrativo Licitatório, de acordo com os quantitativos estimados nas descrições abaixo e especificações constantes no Termo de Referência, parte integrante deste Edital e que se constitui no ANEXO I, a ser utilizado pelo CISONORDESTE/SC e municípios consorciados.

**TIPO:** MENOR PREÇO GLOBAL

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** das 08h00m do dia 19/05/2015 até às 09h00m do dia 29/05/2015.

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** às 10h01m do dia 29/05/2015.

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Horário de Brasília (DF)

**LOCAL:** [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) "Acesso Identificado"

**OBTENÇÃO DO EDITAL:** No site [www.cisamunesc.org.br](http://www.cisamunesc.org.br) ou no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/)) ou na sede do CISONORDESTE/SC.

**FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:**

Endereço: Rua Max Colin, nº 1843, Bairro América, CEP 89.204 635, em Joinville, SC

E-mail: [cisamunesc@cisamunesc.org.br](mailto:cisamunesc@cisamunesc.org.br) Telefone/Fax: (47) 34229838

Joinville (SC), 15 de maio de 2015  
JOSÉ CHAVES  
Presidente do CISONORDESTE/SC

---

## **CIS/AMUREL**

---

### **EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 43/2015 ORL**

#### **EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato de Credenciamento nº. 43/2015.

Contratante: CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: ORL KIST OTORRINOLARINGOLOGIA LTDA. ME

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, consulta especializada de otorrinolaringologia.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2012).

Data da Assinatura: 27/02/2015.

Assinantes: Jorge Leonardo Nesi pelo Contratante e, Guilherme Kist pelo Contratado.

---

## **Consórcio CISAMA**

---

### **CONTRATO DE RATEIO CAMPO BELO 2015**

#### **CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 31/2015**

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO BELO DO SUL E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA.

O MUNICÍPIO DE CAMPO BELO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.777.319/0001-92, com sede administrativa na Rua: Major Teodósio Furtado, 30 – Centro, Campo Belo do Sul/SC, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Edilson José de Souza e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.173.405/0001-48, com sede na Rua: Otacílio Vieira da Costa, 112 – Centro Lages/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Edilson José de Souza, Prefeito de Campo Belo do Sul o presente Contrato de Rateio, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Cláusula primeira – Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e da legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMA, Lei Municipal nº 1.657/2009, de 22/09/2009.

Cláusula segunda – É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

**DO OBJETO**

Cláusula terceira – Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Campo Belo do Sul ao CISAMA para custear as atividades de Apoio Administrativo, Apoio a Gestão de Projetos, Desenvolver Serra Catarinense, Resíduos Sólidos e Meio Ambiente, com despesas de pessoal e encargos pessoais, despesas correntes e investimentos.

**DO RATEIO**

Cláusula quarta – Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará durante o exercício corrente ao consórcio a importância de R\$ 31.900,81 (trinta e um mil novecentos reais e oitenta e um centavos), dividido em doze parcelas mensais, no valor de R\$ 2.658,40 (dois mil seiscentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos) cada uma a serem pagas até dia 10 de cada mês, sendo a primeira com vencimento em 10/01/2015 e a última parcela a ser descontada no dia 10 de dezembro de 2015.

Cláusula quinta – Fica o CISAMA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no dia 10 de cada mês da conta ICMS do Município o valor estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

**DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA**

Cláusula sexta – A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual nº 2.044/2014 de 10/12/2014 e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Atividades atendidas	Ano	Mês
3.1.71.00 – Pessoal e encargos pessoais	21.138,87	1.761,57
3.3.71.00 – Outras despesas correntes	10.007,49	833,96
4.4.71.00 – Investimentos	754,45	62,87
Valor total por ente consorciado	31.900,81	2.658,40

Cláusula sétima – Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

**DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Cláusula oitava – Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos Municípios, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

**DAS PENALIDADES**

Cláusula nona – O consorciado inadimplente com o CISAMA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula décima – Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima primeira – Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

**DA VIGÊNCIA**

Cláusula décima segunda – O presente contrato de rateio entra em vigor na data da assinatura, que deverá ser devidamente publicado, e vigorará até 31 de dezembro de 2015.

**DO FORO**

Cláusula décima terceira – Fica eleito o foro da Comarca de Lages - Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Cláusula décima quarta – Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Belo do Sul 02 de Janeiro de 2015 .

EDILSON JOSÉ DE SOUZA Presidente do CISAMA	EDILSON JOSÉ DE SOUZA Prefeito Campo Belo do Sul
---	---

**CONTRATO DE RATEIO CAPÃO ALTO 2015**

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 007/2015

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA.

O MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 01.599.409/0001-39, com sede administrativa na Rua: João Vieira de Oliveira, 500, Centro, Capão Alto/SC, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Luiz Carlos Alves de Freitas e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA,, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.173.405/0001-48, com sede na Rua: Otacílio Vieira da Costa, 112 – centro Lages/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Edilson José de Souza, Prefeito de Campo Belo do Sul celebram o presente Contrato de Rateio, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Cláusula primeira – Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e da legislação municipal de

ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMA, Lei Municipal nº 298/2009, de 01 de setembro de 2009.

Cláusula segunda – É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

#### DO OBJETO

Cláusula terceira – Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Capão Alto ao CISAMA para custear as atividades de Apoio Administrativo, Apoio a Gestão de Projetos, Desenvolver Serra Catarinense, Resíduos Sólidos e Meio Ambiente, com despesas de pessoal e encargos pessoais, despesas correntes e investimentos.

#### DO RATEIO

Cláusula quarta – Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará durante o exercício corrente ao consórcio a importância de R\$ 31.900,81 (trinta e um mil novecentos reais e oitenta e um centavos), dividido em doze parcelas mensais, no valor de R\$ 2.658,40 (dois mil seiscentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos) cada uma a serem pagas até dia 10 de cada mês, sendo a primeira com vencimento em 10/01/2015 e a última parcela a ser descontada no dia 10 de dezembro de 2015.

Cláusula quinta – Fica o CISAMA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no dia 10 de cada mês da conta ICMS do Município o valor estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

#### DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

Cláusula sexta – A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual nº 546/2014 de 11/12/2014 e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Atividades atendidas	Ano	Mês
3.1.71.00 – Pessoal e encargos pessoais	21.138,87	1.761,57
3.3.71.00 – Outras despesas correntes	10.007,49	833,96
4.4.71.00 – Investimentos	754,45	62,87
Valor total por ente consorciado	31.900,81	2.658,40

Cláusula sétima – Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

#### DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Cláusula oitava – Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos Municípios, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

#### DAS PENALIDADES

Cláusula nona – O consorciado inadimplente com o CISAMA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula décima – Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima primeira – Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

#### DA VIGÊNCIA

Cláusula décima segunda – O presente contrato de rateio entra em vigor na data da assinatura, que deverá ser devidamente publicada, e vigorará até 31 de dezembro de 2015.

#### DO FORO

Cláusula décima terceira – Fica eleito o foro da Comarca de Lages / SC, para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima quarta – Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma. Capão Alto, 02 de Março de 2015.

EDILSON JOSÉ DE SOUZA Presidente do CISAMA	LUIZ CARLOS ALVES DE FREITAS Prefeito Capão Alto
---	---

### CONTRATO DE RATEIO OTACÍLIO COSTA 2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 001/2015

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA.

O MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 75.326.066/0001-75, com sede administrativa na Avenida Vidal Ramos Junior, 228 – Otacílio Costa/SC, neste ato representado por seu Prefeito, Sr Luiz Carlos Xavier e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.173.405/0001-48, com sede na Rua: Otacílio Vieira da Costa, 112 – Centro, Lages/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Edilson José de Souza, Prefeito de Campo Belo do Sul celebram o presente Contrato de Rateio, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira – Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e da legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMA, Lei Municipal nº 1.817, de 13/10/2009.

Cláusula segunda – É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

#### DO OBJETO

Cláusula terceira – Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Otacílio Costa ao CISAMA para custear

as atividades de Apoio Administrativo, Apoio a Gestão de Projetos, Desenvolver Serra Catarinense, Resíduos Sólidos e Meio Ambiente, com despesas de pessoal e encargos pessoais, despesas correntes e investimentos.

#### DO RATEIO

Cláusula quarta – Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará durante o exercício corrente ao consórcio a importância de R\$ 31.900,81 (trinta e um mil novecentos reais e oitenta e um centavos), dividido em doze parcelas mensais, no valor de R\$ 2.658,40 (dois mil seiscentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos) cada uma a serem pagas até dia 10 de cada mês, sendo a primeira com vencimento em 10/01/2015 e a última parcela a ser descontada no dia 10 de dezembro de 2015.

Clausula quinta – Fica o CISAMA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no dia 10 de cada mês da conta ICMS do Município o valor estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

#### DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

Cláusula sexta – A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual nº 2.245 de 02/12/2014 e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Atividades atendidas	Ano	Mês
3.1.71.00 – Pessoal e encargos pessoais	21.138,87	1.761,57
3.3.71.00 – Outras despesas correntes	10.007,49	833,96
4.4.71.00 – Investimentos	754,45	62,87
Valor total por ente consorciado	31.900,81	2.658,40

Cláusula sétima – Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

#### DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Cláusula oitava – Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos Municípios, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

#### DAS PENALIDADES

Cláusula nona – O consorciado inadimplente com o CISAMA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula décima – Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima primeira – Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

#### DA VIGÊNCIA

Cláusula décima segunda – O presente contrato de rateio entra em vigor na data de sua assinatura, devidamente publicado, e vigorará até 31 de dezembro de 2015.

#### DO FORO

Cláusula décima terceira – Fica eleito o foro da Comarca de Lages Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima quarta – Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Otacílio Costa, 02 de Janeiro de 2015.

Denilson Luiz Padilha

Prefeito de Otacílio Costa

EDILSON JOSÉ DE SOUZA Presidente do CISAMA

### CONTRATO DE RATEIO PALMEIRA 2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 01/2015

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PALMEIRA E CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA. O MUNICÍPIO DE PALMEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 01.610.566/0001-06, com sede administrativa na Avenida Roberto Hemkemaier, 200 – Centro, Palmeira/SC, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. José Valdori Hemkemaier, e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.173.405/0001-48, com sede na Rua: Otacílio Vieira da Costa, 112 – centro Lages/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Edilson José de Souza, Prefeito de Campo Belo do Sul celebram o presente Contrato de Rateio, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira – Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e da legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMA, Lei Municipal nº 545/2013 de 27/02/2013.

Cláusula segunda – É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

#### DO OBJETO

Cláusula terceira – Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Palmeira ao CISAMA para custear as

atividades de Apoio Administrativo, Apoio a Gestão de Projetos, Desenvolver Serra Catarinense, Resíduos Sólidos e Meio Ambiente, com despesas de pessoal e encargos pessoais, despesas correntes e investimentos.

#### DO RATEIO

Cláusula quarta – Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará durante o exercício corrente ao consórcio a importância de R\$ 31.900,81 (trinta e um mil novecentos reais e oitenta e um centavos), dividido em doze parcelas mensais, no valor de R\$ 2.658,40 (dois mil seiscentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos) cada uma a serem pagas até dia 10 de cada mês, sendo a primeira com vencimento em 10/01/2015 e a última parcela a ser descontada no dia 10 de dezembro de 2015.

Cláusula quinta – Fica o CISAMA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no dia 10 de cada mês da conta ICMS do Município o valor estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

#### DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

Cláusula sexta – A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual nº 630/2014 de 19/11/2014 e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Atividades atendidas	Ano	Mês
3.1.71.00 – Pessoal e encargos pessoais	21.138,87	1.761,57
3.3.71.00 – Outras despesas correntes	10.007,49	833,96
4.4.71.00 – Investimentos	754,45	62,87
Valor total por ente consorciado	31.900,81	2.658,40

Cláusula sétima – Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas as sumidas por meio de contrato de rateio.

#### DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Cláusula oitava – Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos Municípios, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

#### DAS PENALIDADES

Cláusula nona – O consorciado inadimplente com o CISAMA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula décima – Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima primeira – Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

#### DA VIGÊNCIA

Cláusula décima segunda – O presente contrato de rateio entra em vigor na data de sua assinatura e devidamente publicado, e vigorará até 31 de dezembro de 2015.

#### DO FORO

Cláusula décima terceira – Fica eleito o foro da Comarca de Lages/Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima quarta – Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma. Palmeira, 02 de Janeiro de 2015.

EDILSON JOSÉ DE SOUZA Presidente do CISAMA

José Valdori Hemkemaier  
Prefeito de Palmeira

## CONTRATO DE RATEIO URUBICI 2015

### CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE URUBICI E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA. O MUNICÍPIO DE URUBICI, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.843.582/0001-32, com sede administrativa na Praça Francisco Pereira de Souza, Urubici - SC, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Fidelis Schappo e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.173.405/0001-48, com sede na Rua: Otacílio Vieira da Costa, 112 – centro Lages/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Edilson José de Souza, Prefeito de Campo Belo do Sul celebram o presente Contrato de Rateio, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira – Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e da legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMA, Lei Municipal nº1689/2013, de 15/02/2013.

Cláusula segunda – É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

#### DO OBJETO

Cláusula terceira – Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Urubici ao CISAMA para custear as atividades de Apoio Administrativo, Apoio a Gestão de Projetos, Desenvolver Serra Catarinense, Resíduos Sólidos e Meio Ambiente, com despesas de pessoal e encargos pessoais, despesas correntes e investimentos.

#### DO RATEIO



Cláusula quarta – Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará durante o exercício corrente ao consórcio a importância de R\$ 31.900,81 (trinta e um mil novecentos reais e oitenta e um centavos), dividido em doze parcelas mensais, no valor de R\$ 2.658,40 (dois mil seiscentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos) cada uma a serem pagas até dia 10 de cada mês, sendo a primeira com vencimento em 10/01/2015 e a última parcela a ser descontada no dia 10 de dezembro de 2015.

Clausula quinta – Fica o CISAMA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no dia 10 de cada mês da conta ICMS do Município o valor estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

#### DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

Cláusula sexta – A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual nº 1831/2014 de 02/12/2014 e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Atividades atendidas	Ano	Mês
3.1.71.00 – Pessoal e encargos pessoais	21.138,87	1.761,57
3.3.71.00 – Outras despesas correntes	10.007,49	833,96
4.4.71.00 – Investimentos	754,45	62,87
Valor total por ente consorciado	31.900,81	2.658,40

Cláusula sétima – Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

#### DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Cláusula oitava – Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos Municípios, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

#### DAS PENALIDADES

Cláusula nona – O consorciado inadimplente com o CISAMA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula décima – Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima primeira – Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

#### DA VIGÊNCIA

Cláusula décima segunda – O presente contrato de rateio entra em vigor na data de sua assinatura, que deverá ser devidamente publicada, e vigorará até 31 de dezembro de 2015.

#### DO FORO

Cláusula décima terceira – Fica eleito o foro da Comarca de Lages - Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima quarta – Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma. Urubici, 02 de Janeiro de 2015.

Fidelis Schappo

Prefeito de Urubici

EDILSON JOSÉ DE SOUZA Presidente do CISAMA